HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 15

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 15
Distrito Federal

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História Tomo 15

Coordenador Regional – DF
Entrevistador
Leslie Antonio Alcoforado

Coordenador Assistente do Projeto de História Oral do Exército
Aurelio Cordeiro da Fonseca

Capa
Murillo Machado

Revisão
Ivan Pedro César da Cunha
Solange d'Almeida Telles

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011- - (t. 15)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

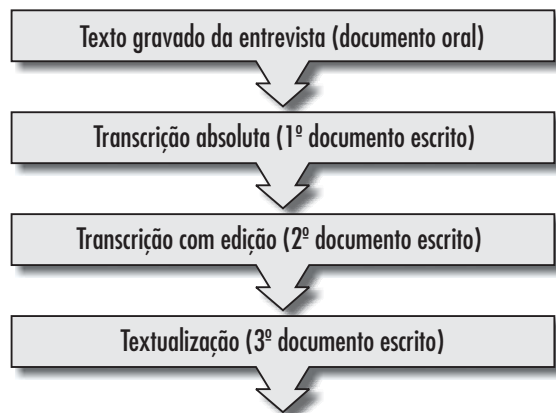
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Octávio Aguiar de Medeiros

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro.
- Graduou-se Aspirante-a-Oficial de Artilharia, em 1º de março de 1943, última turma totalmente formada na antiga Escola Militar de Realengo que foi, mais tarde, transferida para a cidade de Resende-RJ. A declaração de aspirantes, em 1º de março, deveu-se à compressão do curso, uma decorrência da Segunda Guerra Mundial.
- Principais funções militares: Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1959 a 1961; Chefe da 2ª Seção do IV Exército; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte-MG. Após sua promoção a General, em julho de 1975, dirigiu a Escola Nacional de Informações (EsNI) e chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI), durante vários anos. No posto de General-de-Exército, esteve à frente do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Departamento Geral de Pessoal (DGP), quando foi transferido para a reserva.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, inclusive o de Técnica de Ensino.
- No exterior, ocupou o cargo de Adido Militar junto à embaixada do Brasil em Israel, nos anos 1973/1974, quando se deu a guerra do Yon Kippur.
- Ao eclodir o Movimento Revolucionário de 1964, o General Medeiros era Tenente-Coronel e encontrava-se na ECEME.

Entrevista realizada nos dias 5 e 19 de agosto e 2 e 14 de setembro de 2004. Texto revisado pelo Coronel Carlos Leger Sherman Palmer.

General Medeiros, antes das perguntas sobre a Revolução, gostaria que o senhor comentasse sua passagem por Israel. Este é um país que mantém boas relações com o Brasil, tem ligações sólidas com os Estados Unidos, a Inglaterra e com o Canadá; disseram-me que os adidos militares desses três países recebiam um tratamento um pouco diferenciado em relação aos demais, e que o senhor mudou isso. Como ocorreu a sua passagem por Israel?

Com bastante trabalho. Em Israel, desde o início de 1973, integrei-me muito bem com o pessoal militar. Era bem-visto pelos oficiais daquele país. Atribuo essa facilidade de aproximação à identidade de pensamento sobre diversos assuntos, tanto militares quanto aos ligados à nacionalidade. Foi muito fácil fazer amigos. Durante o tempo em que lá permaneci, ocorreu a guerra do Yon Kippur, uma tragédia para eles. Dada a intimidade que tinha adquirido com oficiais de algum destaque no Exército, recebi a deferência de ser levado, sem a presença dos companheiros dos outros países, a visitar os campos de guerra do Egito e da Síria, onde assisti, de perto, a tragédia da guerra; inclusive alguns cadáveres dos combatentes ainda se encontravam no terreno, insepultos. Por isso, mostraram-me, realisticamente, o que havia acontecido por ali.

Foi uma deferência, porque os demais Adidos Militares não foram juntos.

Normalmente, só visitam a área depois da guerra, depois que a paz é assinada. Mas eu tinha amigos, um deles, homem muito importante, embora eu fosse Coronel. Era o Chefe do Serviço de Informações do Exército de Israel. Talvez até tenha sido um ponto de aproximação, saber que eu era ligado à atividade de informações; ninguém contou, mas eles se informam sobre tudo. Dessa forma, tornou-se muito fácil para mim. A formação militar, o nível de educação e estrutura familiar pareciam com a minha. Não enfrentei, pois, nenhuma dificuldade.

Tratou-se de uma deferência especial ao Exército Brasileiro, ao Brasil e ao senhor, evidentemente. Uma deferência especial ao então Coronel Medeiros.

Sempre manifestavam muito interesse, pois desejavam fortalecer os laços de amizade com o Exército Brasileiro, com os oficiais brasileiros. Perguntavam tudo, queriam saber de tudo, e eram muito cordiais.

General, o que o senhor gostaria de comentar sobre a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964? Seria também interessante uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas.

Antes de fazer meus comentários sobre fatos relacionados ao Movimento de 1964, seria oportuno lembrar que, na segunda guerra travada por Israel, ainda me encontrava lá. Talvez tenha sido mais cruel do que a do Yon Kippur. Até já terminara meu tempo como Adido Militar, e aguardava a chegada do meu substituto que,

afinal, demorou mais de seis meses. Entretanto, fui beneficiado porque aprendi muito, vivendo no meio do povo, atuando profissionalmente junto a uma força armada envolvida num conflito bélico. Alguma coisa de singular experiência para o espírito e para a mente. É muito importante. Penso que se houvesse uma maneira de empregar mais oficiais do Exército em situações semelhantes àquelas que vivenciei, certamente iriam adquirir uma noção bem mais significativa da realidade castrense em ambiente de guerra.

O senhor percebeu, no povo de Israel, uma mudança de comportamento? A guerra fez com que voltassem às tradições, renovassem os suportes de sua cultura?

É verdade. Nunca vi um povo fortalecer tanto a união, organizar-se com o pensamento voltado unicamente para a Pátria, encarando realisticamente a situação do país, tudo com um decidido acento de devoção religiosa. Foi uma experiência muito emocionante para mim. Foi um presente ter participado de tudo aquilo.

Na época em que foi desencadeada a Revolução, eu servia na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). O meu Comandante era um homem notável, o General Mamede (Jurandir de Bizarria Mamede), e seu Subcomandante, o então Coronel João Bina Machado, também um oficial de plana.

Um dos homens de grande cultura e bastante influente em todos os campos de ação da Escola, certamente um militar brilhante, infelizmente já falecido, era o General Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Além de ser meu primo em segundo grau, tornou-se quase um irmão para mim, tal o crescimento de nossa amizade.

Na Escola, chocavam-nos os desregramentos e o descalabro das ações de governo do Sr. Goulart, Presidente da República. Acentuou-se o seu relacionamento quase promíscuo, em desfavor da hierarquia e da disciplina, com marinheiros e graduados. Víamos aquilo tudo com preocupação e mesmo atemorizados.

João Figueiredo, ainda Coronel, de ânimo forte, foi, muitas vezes, procurar o Sr. João Goulart para mostrar-lhe a inconveniência de sua conduta em relação, principalmente, às Forças Armadas. Figueiredo era intimorato. Talvez até demais. Nós, como amigos, trocávamos idéias, inclusive com outros oficiais, principalmente os mais chegados a ele e a mim. Até que um dia, era um sábado, próximo do dia 31 de março, encontrava-me na casa do meu pai, quando tocou o telefone; a ligação era para mim. Fiquei curioso porque nunca me ligaram para lá. Era ele, o General Figueiredo. Vou fazer um pequeno parêntese aqui. Em virtude de nossa amizade, tudo aquilo que era muito difícil ou perigoso o João gostava de compartilhar comigo. Eu gostava disso, pois era uma prova de confiança.

Nesse dia, então, ele procedeu exatamente assim. Disse-me ao telefone: “Medeiros, estão realizando uma reunião num apartamento do bloco de alunos da ECEME, dirigida

por fulano de tal, e lá se encontram vários oficiais. Já estão até preparando seus uniformes de instrução. Há um caminhão do Exército, no Largo do Machado, esperando por eles. Pretendem invadir a Base Aérea de Santa Cruz."

A Base era comandada pelo Coronel-Aviador Rui Moreira Lima, sujeito extraordinário, meu amigo e que, como tenente, se destacou pelos atos de heroísmo como piloto do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, na Campanha da Itália/ 2ª Guerra Mundial (Grupo "Senta a Pua"). Um dado curioso: o Rui me ajudou no aprendizado das técnicas da corrida de 100 metros. Mas preferiu voltar-se para o comunismo, aliás em alta no Governo João Goulart. Por isso havia receio de que a Base Aérea pudesse representar um sério problema na mão deles. Era um foco a partir do qual seria possível concretizar algum tipo de ameaça aérea na área do Rio de Janeiro.

Figueiredo me disse: "Eles estão lá, estão querendo sair e invadir a Base Aérea; entre 20 e 30 oficiais." Respondi: "Está bem, você quer que eu veja isso; quer que eu desmanche tudo ou siga com eles?" A resposta veio rápida: "Não, eu conheço você, siga para lá, com o seu jeito, e desmanche tudo. Mas desmanche bem para que não se tornem nossos inimigos." Concordei: "Tudo bem, deixe comigo, vou tentar". Peguei meu carro e fui para a ECEME. Era um sábado, a Escola vazia, fui ao tal prédio onde estava reunido o pessoal. Procurei o apartamento, entrei, ficaram muito admirados: "Mas o senhor aqui, Coronel Medeiros!" Disse: "Ouvi uns boatos e vim para cá. O que vocês estão pretendendo fazer? Invadir a Base Aérea de Santa Cruz!?" Eles concordaram: "É isso mesmo! É isso mesmo! O Moreira está fazendo besteira lá, fechando a Base, dizendo que ninguém entra lá, que vai revoltar a Base, tal e coisa." Alertei-os: "O Rui Moreira Lima sempre foi um homem muito decente, meu amigo e ele não pode estar fazendo uma coisa dessas. Deve estar faltando um amigo perto para tirar essas coisas da cabeça dele." O pessoal começou a ficar inquieto, e eu perguntei: "O que vocês estão planejando fazer?" Disseram que já tinham um caminhão pronto, aguardando. Os oficiais estavam com o uniforme de instrução debaixo do braço, para levar e trocar na viagem: "Vamos descer e invadir a Base, prender o Comandante."

Brincadeira! Entrar numa Base Aérea enorme, cheia de militares, e prender o Comandante! Disse: "Não, isso não é tão fácil quanto estão pensando. Vou pedir a vocês que raciocinem comigo sobre o que pode acontecer." Apresentei uma série de argumentos. Eles foram "amolecendo" e, dali a pouco, disse para mim mesmo: "Agora posso sair, porque eles não vão mais." Continuei a conversar, especialmente com um que se intitulava o chefe, e insisti na pergunta: "Mas o que é que você e seus companheiros vão fazer?" Foi quando respondeu: "Não vamos fazer mais nada; foi

muito bom o senhor ter argumentado, comentado sobre prós e contras... Vamos deixar isso para outro dia. Depois a gente pensa melhor."

Saí, telefonei para o Figueiredo e informei: "Caso resolvido, mas estou com medo, porque essa coisa está se espalhando e o lado de lá está se preparando. Na Marinha já existe um movimento muito grande de marinheiros. Acho bom a gente tomar qualquer providência". Ele me disse: "Você fica na Escola e vê o armamento existente, o que o pessoal pode fazer, o que vai ser possível aproveitar desse material". Respondi: "Está bem, depois me comunico com você. Mas saiba, vou dormir aqui, qualquer coisa, a qualquer hora que você queira falar comigo, me telefone." Permaneci na Escola; na sala de material bélico tinha, apenas, uma metralhadora INA e alguma munição 7mm.

Fiquei sabendo que já havia um grupo de 15 a 20 oficiais no alto do Morro da Urca, escondidos, esperando a coisa acontecer. Então, uma das primeiras providências que tomei, depois da ida à sala de armamento, foi proibir o bondinho do Pão de Açúcar subir o Morro da Urca. Eles só conseguiram descer depois de três dias. A seguir, fui verificar as providências tomadas e disparar telefonemas. No dia seguinte, o João Figueiredo chegou cedinho à Escola, queria saber de tudo. A situação piorava; em Minas Gerais, o General Mourão (Olympio Mourão Filho) iniciava o deslocamento para o Rio.

Tropas de São Paulo, do General Kruel, deslocaram-se também em direção ao Rio.

Exatamente. Permaneci na ECEME, recebendo os oficiais que chegavam. Alguns eu chamava, colocava a par do que estava acontecendo, conversava com outros, separadamente, por considerá-los importantes para a solução de qualquer problema que surgisse, como veio a acontecer no episódio do Forte de Copacabana, aliás, muito curioso.

Seguiram-se muitos fatos, que se torna um pouco difícil precisar quais e quando, agora. Por exemplo, quais os que aconteceram no primeiro dia. O João chegou à Escola, chegaram, também, o Mamede, o Bina Machado e outros oficiais, ainda atônitos. Queriam saber o que estava acontecendo. Alguém, não me lembro, possivelmente o Bina Machado, disse: "Olha, é preciso avisar o Coronel..." Não me lembro do nome. Era um coronel baixo, magrinho, brabo que só ele, muito irritadiço, até um bom profissional, fazia tudo certinho. Foi Chefe da Casa Militar do Costa e Silva; passou, também, pelo Conselho de Segurança Nacional. (O General Medeiros refere-se ao Coronel Jayme Portella de Mello, mais tarde General.)

Bem, quando as tropas de Minas e São Paulo começaram a deslocar-se em direção ao Rio de Janeiro, começou a grande fuga, não é? Brizola, João Goulart, este fugiu em um avião da FAB! Castello Branco era o Chefe do Estado-Maior do

Exército (EME) e se mantinha discreto. Já tinha sido contatado por nós, a fim de convencê-lo a tomar parte na Revolução, de forma que acabou aceitando. Mas, enfim...

O senhor entende que houve precipitação dos Comandos de Minas e de São Paulo?

Tudo aconteceu por duas razões: um impulso, desejo de participar de um Movimento que já estava em ebulição e, também, um pouco de precipitação. Mas, tudo terminou bem.

Havia o apoio do Rio de Janeiro, da parte do Governador Carlos Lacerda?

Lacerda estava "meio assim". Não estava gostando muito. Talvez suspeitasse que não iria levar vantagem, o que veio a confirmar-se.

O senhor acha que Lacerda não conseguiu o que desejava porque não seria o caso de atender às suas ambições políticas, ou teria sido ele mais uma vítima da evolução dos acontecimentos?

O sujeito quando começa a projetar-se demais, aparecer em tudo e chamar para si uma série de feitos que na verdade não foram realizados por ele, gera uma desconfiança muito grande sobre seus propósitos. Agindo dessa forma, não foi bem visto no Exército. A situação era muito delicada e complexa para cair nas mãos de um político como Carlos Lacerda. Mesmo admirando muitas de suas qualidades, reconhecia que se mostrava muito atirado, muito afoito e um pouco falso.

Voltando ao meio militar, a ECEME portou-se muito bem. Quase todos os alunos, excetos cinco ou seis, participaram do Movimento. Houve o episódio, a que já me referi, do Morro Pão de Açúcar.

O que foram fazer aqueles oficiais no Pão de Açúcar?

Era um tipo de destacamento precursor para invadir a Escola.

Mas eles não estariam do lado da Revolução!?

Não, tratava-se de gente do João Goulart, militares da tropa; não eram alunos da ECEME.

Por isso o senhor suspendeu o bondinho?

Suspendi o tráfego do bondinho, senão poderiam descer e pegar a gente de surpresa.

A situação foi se acalmando; montamos uma segurança avançada perto do Instituto Benjamin Constant, com um bom número de oficiais armados, bem armados, comunicações eficazes e ficamos aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Solicitei ao EME, não lembro quantas, umas 11 ou 12 metralhadoras, e munição. Distribuímos o armamento pelos postos principais, à espera de algo que pudesse suceder, embora, no fundo, desconfiasse que não iria acontecer nada. Elementos da

Marinha que estavam se juntando numa praia de Niterói possuíam embarcações, para assaltar a Escola, pelo mar.

Quanto tempo durou esse clima, na Escola?

Passei uma semana sem me deitar, sem descanso.

Então, conclui-se que a ECEME teve uma atuação importante na Revolução?

Creio que foi o único setor que trabalhou unido, junto com o Comando do Exército, com força e inteligência. Foi uma atuação, penso, muito bonita. As aulas, a própria Escola, passados 15 dias, voltaram à atividade normal.

Depois de mais de uma semana, tomando providências, pedi ao João: "Tenho licença para fechar os olhos um 'bocado'?" Ele riu: "Vai-te embora." Fui para casa, cansado de verdade, deitei, dormi, e acordei com um telefonema do Coronel Araripe (Luís de Alencar Araripe), meu amigo. Tinha sido chamado pelo Coronel Portella, junto com outros dois oficiais, para ocupar as dependências da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no centro do Rio de Janeiro, que haviam sido abandonadas completamente.

Não ficou ninguém lá, não restou um papel. No telefonema, Araripe falou: "Medeiros, você está sendo chamado para fazer parte da Secretaria do Conselho. Estamos precisando muito de você." Aceitei, com uma condição: "Preciso que você me ajude a obter a permissão do Comandante para deixar a ECEME." Respondeu: "Não se preocupe; vou à Escola pedir ao Comandante a sua liberação."

Quando cheguei, o Mamede disse: "Nem precisas falar, te apresenta lá para assumir os teus encargos.". Desse jeito, fui para o Conselho de Segurança Nacional.

O Conselho foi a semente do Serviço Nacional de Informações (SNI)?

Nascedouro do SNI, localizava-se na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana, 11º andar.[1]

O senhor permaneceu longo tempo na área de informações. Talvez seja o oficial do Exército que mais tempo trabalhou com informações, só se afastando como general de

[1] A Constituição de 1937 mudou a denominação de Conselho Superior de Segurança Nacional para Conselho de Segurança Nacional (CSN), – ainda, voltado para questões relativas à defesa da Pátria. Depois da II Guerra Mundial, em 1946, houve uma ampla reestruturação da Política de Segurança Nacional, entre as quais, o fracionamento da Secretaria-Geral do CSN em três seções encarregadas de "organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico, relativos ao Plano de Guerra". Os decretos de reorganização atribuíram à 2ª Seção a responsabilidade de organizar e dirigir o Serviço Federal de Infomações e Contra-Informações (SFICI), organismo integrante da estrutura do CSN, que passou a ter o encargo de tratar das Informações no Brasil. O General Medeiros serviu no SFICI/Secretaria-Geral do CSN, que foi extinto com a criação do SNI. Chegou no SFICI em 4 de abril de 1964, deixando a função de instrutor da ECEME.

quatro estrelas, quando foi comandar a Amazônia. Como se deu seu ingresso no setor das informações? Como foi esse início?

Foi no período anterior à Revolução. Devo dizer que já tinha servido como oficial de informações, em Recife, no IV Exército, após o término do curso de Estado-Maior. Fui Chefe da 2ª Seção. Praticamente aí começou a minha vivência nessa área de importância vital. Os fatos foram se juntando. A ECEME considerou-me possuidor de pendores para o trato com informações. Então, quando cheguei ao IV Exército, colocaram-me nessa área específica. No exercício de minhas atividades, conheci todo o Nordeste.

Depois me aprimorei, quando passei a exercer a função de instrutor de tática e estratégia, na ECEME, ocupando-me dos temas nos quais cabiam os assuntos ligados às informações. Como disse, o General Mamede mandou que eu me apresentasse no antigo Conselho de Segurança Nacional. Em uma pequena sala, que organizei, começou a minha verdadeira vida nas informações. Também me deram um assessor.

Trabalhando, mudando de sala, ampliando o ambiente, ganhando auxiliares. Ligava-me, com freqüência, ao antigo DOPS que, praticamente, funcionava comigo. Foi uma época marcante na minha vida profissional, porque aprendi muito. Dediquei-me, decididamente, ao exercício da informação. Realizava meu trabalho e gostava dele, apesar de preocupar-me bastante, enfrentando, não poucas vezes, momentos dramáticos de dúvida, até certificar-me de que era aquilo mesmo que estava querendo. Permaneci no Conselho muito tempo.

Aí, criaram o SNI, no edifício do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, onde chefiei a Seção Política, tendo à minha disposição um salão enorme, vários assessores e sargentos. Nessa época, o Venturini (General Danilo Venturini) veio trabalhar comigo.

Já era o Serviço Nacional de Informações?

Sim, já era o Serviço. Foi criado ali.

O Senhor participou dos primeiros dias do Serviço Nacional de Informações?

Fui pioneiro. O João (General João Baptista de Oliveira Figueiredo) foi chefiar o Serviço. O Golbery (General Golbery do Couto e Silva) assumiu a chefia do SNI, com um gabinete no Palácio Laranjeiras, onde elaborou um trabalho de análise da conjuntura política do País, e contou com a colaboração do Venturini para redigi-lo. De lá foram para Brasília, onde montaram a sede central. Tratávamos de muitos assuntos, pelo telefone, o dia inteiro.[2]

---

[2] O então Major Venturini continuou na AC/SNI com o então Coronel João Figueiredo, não acompanhando o General Golbery para o Palácio Laranjeiras. Apenas lá esteve para colaborar no trabalho acima citado. Mais tarde, aí sim, o General Golbery convocou o Major Venturini para Brasília, para lá organizar o SNI, a partir de sua sede.

O senhor permaneceu no Rio?

Sim. Aquele local, no Rio, depois, passou a ser a Agência Regional do SNI. A Central ficava em Brasília. Mas a vida do Serviço acontecia intensamente no Rio. Em Brasília, era uma assessoria do Presidente.

E a Escola, General? A Escola Nacional de Informações (EsNI), quando começou? No Centro de Estudos de Pessoal (CEP) funcionou um curso de Informações. Teria sido ele a origem da EsNI?[3]

Quando a ESNI começou a funcionar, eu não me encontrava lá, já seguira para Israel. O chefe do SNI era o General Carlos Alberto Fontoura, mais tarde Embaixador em Portugal, e quem montou toda a estrutura física foi o assistente dele, General Enio Pinheiro. O General Enio foi o responsável pelo planejamento e construção da EsNI. Muito competente. Seu filho foi ferido na guerrilha do Araguaia.

A criação da Escola Nacional de Informações e do Serviço Nacional de Informações dava a medida da importância da área de Informações. Quem o senhor colocaria como mentor principal desse processo, ao atribuir tal importância às Informações e trabalhar com elas?

Foram vários, cada um ao seu tempo e com a sua contribuição específica: General Golbery, General Emílio Médici, General Fontoura e o João Figueiredo.

Exatamente na época em que fui para Israel, onde, tendo permanecido 2 anos e meio, liguei-me bastante ao pessoal de informações, até porque logo descobriram de onde eu viera. Mas sempre lamentei não ter participado dos primeiros anos da EsNI. Os que lá estiveram saíram-se maravilhosamente bem. A Escola sempre foi um primor. Recordo-me de que me correspondia muito com o João que sempre repetia: "Vai aprendendo aí que estou guardando a Escola para você."

Agora, fiquei curioso. Israel, até hoje, é citado como possuindo um Serviço de Informações, talvez um dos melhores, senão o melhor do mundo. O MOSSAD é tido como um Serviço de Informações até superior ao dos Estados Unidos, Inglaterra e outros. A designação para Adido, evidentemente, obedece a vários critérios. No seu caso, o senhor acredita que o mandaram para Israel com a idéia de buscar mais conhecimento, a fim de implantar algo semelhante no Brasil?

---

[3] Para a elaboração dos currículos dos cursos da EsNI, os responsáveis utilizaram o que havia disponível, como os currículos dos cursos de informações do CEP, da ESG, e também de serviços de informações de outros países. Procurou-se fazer o melhor possível, do mais alto nível, conforme definido no Decreto de sua criação.

Pode ser até que tenha ocorrido essa idéia ao Médici, e ao próprio João Figueiredo, mas o meu destino era a "aditância" de Paris. Minha mulher ficou muito triste quando soube que não iríamos mais para a "cidade luz" e sim para Israel.

E havia guerra por lá. Bem, Israel está sempre em guerra.

Essa troca de Paris para Israel, já foi influenciada por isso. Em conversa com o Presidente Médici, comentei: "Mas, General, é um país distante, no Oriente Médio, será que tenho condições de absorver todo o conhecimento desejável?" Médici retrucou: "Ô, Medeiros, pára de besteira, você vai ser dono daquilo lá, você fala inglês muito bem, não fala?" Respondi: "Sim." Continuou: "Fala francês e espanhol?" Respondi: "Também." Então, Médici completou seu pensamento: "Você não vai ter nenhum problema lá, porque o idioma que mais se fala na área, desde pequenininho, é o inglês, e secundariamente, o francês e o espanhol. O espanhol, principalmente, para o pessoal de serviço de hotel, as arrumadeiras, todos falam espanhol."

Em fevereiro de 1973, chegava a Israel. Fui feliz, pois Deus me ajudou muito naquela fase de minha carreira. De certa forma eu era um ilustre desconhecido. Não sabiam quem era o Coronel Medeiros. Com o correr do tempo, passaram a me conhecer, e aí, viviam lá em casa, pois sentiam-se à vontade. Algumas senhoras, com os maridos na campanha do Yon Kippur, estavam sofrendo por seus companheiros alguns até, feridos. Iam conversar com minha mulher, Olga, e receber algum consolo. Olga era muito boa para isso, muito afável.

O senhor acabou de dizer que foi para Israel falando francês, inglês e espanhol. Onde fez seu aprendizado?

Meu pai passou a infância na Alemanha. No Brasil, desde que começou a namorar a minha mãe, fez questão que ela aprendesse inglês e alemão. Minha mãe lia, escrevia, falava bem: inglês, francês, espanhol e alemão. Como era fluente, lia romances para distrair-se e me ensinava todo o dia, principalmente nas férias. Verdadeira professora, sentávamos à mesa, o livro correspondente à aula, para eu traduzir com o auxílio dela. Assim, fui praticando aquelas línguas, principalmente com minha mãe. Isso foi decisivo e permitiu-me viajar pelo mundo e, em Israel, comunicar-me com facilidade. Ainda ensinei inglês para o meu sargento auxiliar.

Bastante incomum falar quatro idiomas, numa época em que comunicar-se num segundo idioma era raro. Vamos retomar ao campo das Informações, após o senhor ter retornado de Israel.

Em Israel, permaneci como Adido durante toda a segunda guerra. Os oficiais, principalmente os do Serviço de Informações de Israel, me queriam bem. Fui o único oficial estrangeiro que, ao término da missão, ganhou um fuzil de fabricação

israelense. Voltei convencido da importância de minha missão, tendo adquirido conhecimentos valiosos, que apreciaria por em prática no meu País. Infelizmente, ao retornar fui para o Estado-Maior do Exército e não tive qualquer oportunidade de transmitir os valiosos ensinamentos auferidos em Israel.

Não souberam aproveitar os ensinamentos que o senhor adquiriu.

Sem dúvida. A 2ª Seção era muito complexa, mas o seu efetivo contava com gente muito boa. Entretanto, não obtínhamos respostas às nossas indagações. Os subordinados viviam, de certa forma, acabrunhados, porque faziam relatórios, expunham problemas, mas, em geral, não davam seguimento aos estudos elaborados.

Bem, fui promovido a general e o Ministro do Exército, General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota) grande sujeito, sabe, uma pessoa adorável, que se comportava com muita decência, designou-me para a EsNI. Na verdade, a Escola já estava reservada para mim. Portanto, fui promovido e assumi o comando, em seguida, em agosto de 1975.

O Senhor gostou da designação?

Acostumei-me com a possibilidade, porque o João costumeiramente dizia: "Estou guardando a Escola de Informações para você!" Habituei-me com a perspectiva. Quando cheguei, já estava preparado. A Escola se encontrava em atividade há mais de 2 anos.

O Senhor ficou pouco tempo no Estado-Maior do Exército?

Muito pouco.

Quem comandava a EsNI, antes de sua chegada?

Era o Coronel Lery (Josio Lery dos Santos), interinamente. O primeiro general a comandar a Escola foi o Enio Pinheiro, que a construiu e a tocou inicialmente; o segundo fui eu. Quando ele saiu, permaneceu o Coronel Lery, aguardando que eu chegasse.

É pena que a Escola não exista mais hoje, a não ser o local físico. Mas não sei se permanece a galeria de ex-alunos.

Existe, existe.

Como o senhor avalia esse período de seu comando na EsNI?

Foi uma das fases mais gratificantes da minha vida. A Escola era uma maravilha. Foi estruturada muito solidamente. O General Carlos Alberto Fontoura, Chefe do SNI, era uma pessoa de toda confiança e de quem se poderia esperar só coisa boa. Com seus auxiliares mais próximos e total cooperação dos demais oficiais, realizou o planejamento adequado para a construção e funcionamento do importante estabelecimento de ensino de informações.

Quanto aos cursos da EsNI, sendo o Diretor, como o senhor atuava, como era preparado o currículo? Baseava-se em outra Escola congênere? Ou partiram de uma concepção original? Foi a época da guerra fria. Havia algum tipo de influência externa? Como, afinal, o senhor conduzia a Escola?

Como disse, a Escola já estava adequadamente estruturada, inclusive em relação aos currículos, como dito anteriormente, por isso foi relativamente facilitado o meu trabalho. É verdade que faltavam muitas coisas, inclusive, não havia, como seria esperado, um guia, um manual, um paradigma a seguir. Os oficiais que foram mandados à África do Sul e Inglaterra, em visita às escolas daqueles países, trouxeram novos modelos e conhecimentos. Dispondo de uma turma boa, consegui melhorar e atualizar os programas de ensino.

Os alunos eram militares e civis ou só militares?

Militares e civis, mais civis que militares.

O Senhor se lembra qual era a origem desses civis?

Vinham dos Ministérios, de Empresas Públicas, de Autarquias. Vinham de órgãos federais, estaduais e até municipais.

Nessa época, o senhor achava importante o País contar com um bom Serviço de Informações, fundamental inclusive para a Revolução?

Pensava e penso ser fundamental para o País. Entendo que sem um Serviço de Informações bem montado, bem estruturado, em todos os sentidos, no que toca a seu pessoal e objetivos, o País mergulha na escuridão. Hoje, somos um país cego, não sabemos nada do que ocorre na imensa máquina governamental.

Os civis matriculados como alunos, tendo saído de ministérios, dedicavam-se aos cursos ou manifestavam desagrado por terem deixado seus cargos para trabalhar com Informações?

Pediam para ir. Adoravam a Escola, consideravam-na magnífica. Havia 2 cursos para civis e militares: curso "A" e curso "B". O curso "A" tinha maior destaque; formava analistas de informações de alto nível,[4] por exemplo, destinava-se a chefes de 2ª Seção, chefes de DSI, a Divisão de Segurança, e funcionários públicos graduados dos Ministérios. O curso "B" era de nível médio. Praticamente, para ambos os cursos, só iam voluntários. Terminado o ano, liberava-se uma turma; para o ano escolar seguinte, já havia muitos candidatos aguardando matrícula.

---

[4] EsNI – Existiam 2 cursos para Analistas de Informações: Curso "A" – Analista de Alto Nível – 1 ano; Curso "B" – Analista de Nível médio – 2 anos.
– Um curso de operações – Curso "C" – Operações.
– Vários Estágios (para nacionais e estrangeiros) de duração variável (1 semana, quinze dias, 1 mês etc.).

Esses numerosos candidatos seriam uma conseqüência do esperado crescimento na carreira ou por desenvolverem um natural sentimento da importância das Informações?

Penso que sentiam a importância das Informações e viam uma perspectiva nova na carreira deles. Era um ambiente muito bom, porque todos gostavam daquilo que faziam, pois significava um importante crescimento intelectual, cultural e técnico-científico.

Como se dava o relacionamento da Escola com a imprensa e o meio civil?

Vou dizer a você uma coisa curiosa: não percebia isso, porque não havia um interesse maior da sociedade civil pela Escola. Quanto à imprensa, não tivemos atrito, tudo corria tranqüilamente, sem aborrecimentos de qualquer espécie. Nos dias de eventos importantes, a imprensa era convidada. Tratavam-me muito bem.

O senhor era informado sobre a maneira como os civis concludentes da Escola eram recebidos, quando regressavam aos ministérios de origem, após o curso?

Eram bem recebidos. No bom sentido, eram invejados pelos que não tinham tido a chance de realizar o curso. Era um relacionamento ótimo, fácil e útil para nós, porque passavam a aplicar os ensinamentos auferidos na EsNI, nas suas múltiplas atividades. Tínhamos ciência de que, no exercício de suas funções, apresentavam melhor desempenho, em decorrência do curso realizado. Nunca tive qualquer problema com aquele pessoal.

Então eram voluntários e gostavam do curso?

Gostavam demais.

E nos Ministérios a que pertenciam, pelo que o senhor sabe, eram bem aceitos e trabalhavam normalmente, não obstante fizessem o trabalho de Informações?

Sem dúvida.

O senhor acredita que isso era importante para a administração do Governo?

Entendo dessa forma. Todas as esferas do Governo, não só os Ministérios, utilizavam as denominadas Divisões de Segurança e Informações, e o Serviço de Informações, beneficiava-se do sucesso. Constituía a nossa missão precípua. Todas as Agências estavam satisfeitas com a qualidade de nosso produto, por assim dizer, pois as informações se constituíam em peças essenciais para a tomada de decisões pelo governo.

O senhor atribuiria o êxito do desenvolvimento do País, nesse período, ao fato das Informações funcionarem eficientemente, além da boa estruturação dos ministérios?

Sem dúvida. E tem algo muito importante. Um dos fatores que influenciaram bastante essa situação a que você se referiu, está intimamente ligado às peças do

Serviço de Informações, seu trabalho e operosidade. Quando ocorriam problemas com o tal ou qual partido, com este ou aquele governador, então, enviávamos alguém do Serviço. Quando surgia algo mais grave, eu tratava do assunto pessoalmente.

Uma vez, embarquei às 7h30min da noite, tendo recebido o aviso às 7h, num avião da FAB e fui para São Paulo. Pousamos, já havia telefonado de Brasília para o José Sarney, que me aguardava no saguão de autoridades do aeroporto. Passei, se tanto, quarenta minutos, talvez 1 hora e pouco, conversando. De lá, voltei para Brasília. Ele se tocou para Minas Gerais, onde estava acontecendo um problema bastante grave. Classifico como grave, porque foi a maior pendência que surgiu entre João Figueiredo e Golbery. Pois bem, o João correu na frente do Golbery e ganhou a parada com a ajuda do Serviço.

Nessa época, o senhor nas funções de Diretor da EsNI, quem era o Chefe do SNI?

Era o General Figueiredo. Quando ele saiu, assumi o cargo.

Qual o cargo do General Golbery, nessa época?

Nessa época, estava fora do esquema. Ernesto Geisel e Golbery, vamos dizer, politicamente se dissentiam. Então, o Golbery estava fora do esquema, cuidando de assuntos pessoais. Quando o João assumiu o Governo chamou o Golbery para a Chefia da Casa Civil. Foi um ato que significou felicidade, no princípio, e infelicidade no final. Em virtude de um desentendimento sério comigo, portanto, por minha causa, Golbery saiu.

Há alguns fatos relacionados à Escola a que o senhor queira referir-se ou que mereçam algum registro?

Como um justo reconhecimento, lembraria que todos nós, oficiais e civis, instrutores, professores, e funcionários em geral, vivemos uma fase de pleno entendimento e realização profissional, com intensa dedicação ao trabalho. Eram mais de mil alunos entre cursos e estágios, anualmente. Corria tudo muito bem e sentíamos que eles gostavam da Escola, o que deixavam assinalado na pesquisa de final de curso.

Ainda hoje, amigos civis falam do SNI e da Escola com muita saudade, uma feliz recordação, isso é um fato. Um período que a imprensa critica, mas os que participaram, mesmo civis, não lamentam. Tenho um amigo, Alexandre Martchenko, que foi um dos seus colaboradores, filho de russos, atualmente trabalha na coordenação de um curso de Relações Internacionais, na Universidade Católica de Brasília. Às vezes, coopero com ele em algumas palestras, então trocamos idéias sobre aquele período. Fala, sempre, com muita satisfação e saudade.

É normal que seja assim. Trata-se de um sujeito muito simpático, muito grato, e eu o designei chefe do Departamento de Idiomas. Tínhamos um Laboratório de Idiomas muito bom, muito variado e com recursos que duvido outra escola tivesse, porque, mesmo que eventualmente ela não dispusesse um professor de determinada

língua, quando aparecia a necessidade do ensino fora desses gabaritos: inglês, francês, espanhol, alemão e russo, tínhamos sustentação nos livros, fitas e a quem chamar para dar as aulas necessárias.

Quando o General Figueiredo foi eleito Presidente, o senhor, já como General-de-Divisão, passou para o SNI. No Serviço, é claro, o senhor passou a trabalhar, realmente, na atividade de Informações, posto que a Escola responde pela atividade acadêmica, de ensino. Qual era a qualidade do pessoal que trabalhava sob sua direção?

Era um pessoal espetacular. Tinham sido selecionados cuidadosamente. Eu já os conhecia há mais de 4 anos em serviço. Um deles era o Dr. Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, meu Assessor Jurídico, que posteriormente foi Ministro e também Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

A que o senhor atribui o fato de, repentinamente, no Brasil, desconhecerem a importância das Informações?

Acredito que em nosso País, só no tempo dos governos militares deu-se a devida importância às Informações e ao trabalho de Inteligência, pois esse é um tema da maior relevância da estratégia militar. Hoje, presidentes, governadores e parlamentares não têm a menor idéia disso. Pensam como o Collor que assumiu e disse: "Fecha o SNI." Na verdade, interesse pessoal, porquanto acreditava que, lá dentro, havia muita coisa contra ele. Todos alimentam esse pavor, receosos de que os eventuais registros pudessem comprometê-los.

O Senhor passou todo o Governo Figueiredo no SNI?

Exatamente. Quando terminou o Governo Figueiredo, fui para a Amazônia, depois para o DGP. Passei o SNI para o General Ivan de Souza Mendes.

Ele manteve o Serviço funcionando plenamente ou houve alguma diminuição da sua importância, nessa fase de 1985 a 1990, durante o Governo Sarney?

Diminuiu completamente. Entendo que o SNI começou a perder toda a sua força e passou a ocorrer o enfraquecimento de sua estrutura. Para trabalhar eficazmente numa atividade complexa e importante, como em qualquer outra desse porte, é fundamental ter vocação e gostar do que faz. Se não for apaixonado pelo que está realizando, acaba fracassando. Na passagem de funções, notei que o General Ivan estava bastante preocupado com o seu futuro desempenho, talvez por desconhecer a natureza das atividades do Serviço. Perguntou-me o que deveria fazer! Talvez não fosse o perfil adequado para o cargo.

Mas o fato é que se o Governo desconhecer a importância das Informações, torna-se muito difícil a atuação do Serviço. O senhor acredita que, naquela conjuntu-

ra, o então Presidente Sarney, seja pelo estigma que pesava sobre o Serviço, particularmente entre os políticos, seja por não compreender o seu valor, já estaria acreditando não ser tão importante assim?

Não sei. Entendo que o Serviço baixou de categoria. É um tipo de atividade que exige permanente atenção e dedicação. Tem-se que estar ativo, firme, em cima; era assim, tinha que ser assim. Quando o Presidente Figueiredo enfrentava um problema sério, em qualquer parte do País, me chamava: "Medeiros, está ocorrendo algum problema em tal lugar. Vai lá e resolve para mim." Nem sempre tinha a ver com Informações, mas se tratava de algum tipo de questão na política local, coordenação de situações antagônicas ou equacionamento de problemas.

Mas o senhor como Chefe do SNI emprestava alto significado ao problema e facilitava a sua solução.

Pela importância do Serviço, todo o mundo sabia disso, era respeitado. Você conhece o túnel Lagoa–Barra e a estrada que passava por cima, no Rio de Janeiro? Aquilo acarretou uma disputa, "bate daqui, bate dali" no tempo do Governador Chagas Freitas. Certo dia, uma ligação telefônica do João: "Medeiros, desce aqui!" Ele disse: "Olha, não agüento mais essa encrenca da ligação da Lagoa com a Barra da Tijuca; estou enjoado disso, todo mundo vem aqui me chatear, assume esse negócio." Respondi: "Você dá a ordem, eu cumpro." Em menos de um mês estava resolvido o problema. Reunimos as lideranças envolvidas e equacionamos a questão em clima de absoluta tranqüilidade.

Em que pese não ter sido um problema de Informações.

Nada tinha a ver com Informações. Coisas assim: a praga de um besouro, chamado "bicudo", que invadiu as plantações do Nordeste. Tivemos que entrar para resolver o problema. A situação de Serra Pelada foi resolvida numa mesa da Agência Central; reunião presidida por mim, com a presença dos Ministros interessados na área. Portanto, quem resolvia muita coisa era o SNI, embora os assuntos nada tivessem a ver diretamente conosco. Somaram-se a importância, a qualidade do pessoal e a respeitabilidade do SNI.

No seu entender, qual foi a fase áurea do SNI? Durante o Governo Geisel ou do Governo Figueiredo? O senhor trabalhou nessas duas fases, quer na Escola, quer no Serviço, mas pelo seu conhecimento, qual é a fase áurea de atuação do Serviço, a que correspondeu à maior influência sobre o Governo?

Penso que foi a fase do João Figueiredo, por duas razões principais: primeiro, ele era homem de Informações, acreditava e eu também; e só levei para lá quem realmente se interessava pelo assunto. Tanto os integrantes da Escola quanto o

pessoal da Agência Central do Serviço de Informações trabalhavam até altas horas, diariamente, exceto, é claro, os funcionários burocratas, de menor escalão, que saíam no horário regulamentar.

O Presidente Ernesto Geisel também pertenceu à área de Informações?

Não.

Mas ele dava importância às Informações?

Dava.

Geisel encaminhou o General Figueiredo para a Presidência, quer dizer, valorizou realmente a pessoa do General Figueiredo e a origem dele, Informações.

Sim, sim, e a mim também. Foi o Presidente Geisel que, praticamente, me levou para o Serviço, porque fui para lá no fim do seu Governo.

Qual a fase do ciclo revolucionário que o senhor considerou a mais difícil? Refiro-me à que representou mais trabalho, preocupações, capaz até de mudar o humor? Porque, afinal, todos temos uma fase mais complicada, ao longo de nossas atividades.

Lembro-me dos períodos de eleições, quando tinha que correr de um lado para outro para apagar as fogueirinhas.

Eram situações tensas.

No Rio, então, foi terrível.

Quando o Presidente Figueiredo viajou para Cleveland, Estados Unidos, a fim de fazer a cirurgia cardíaca, o senhor o acompanhou. Certamente uma questão de confiança pessoal, de amizade. Sem dúvida, foi um momento crítico, para o Presidente e para o País, pois a saúde de seu dirigente máximo foi seriamente abalada. O que o senhor gostaria de dizer sobre esse fato?

O General Figueiredo estava consciente da gravidade de seu caso. Como Presidente, naturalmente, receava o futuro próximo. É minha avaliação. Acredito que ele deva ter pensado assim: "Vou levar uma pessoa que seja minha amiga, em que possa confiar, que possa, de fato, me ajudar." Sem outros motivos, alguém que pudesse "abrir caminhos". Você sabe, abrir caminho é uma das coisas que você aprende nessas situações graves. Com muito cuidado, pois se não for assim, se você não tiver habilidade, não abre caminho para nada... E ele acreditava que eu era capaz disso, caso fosse necessário. Felizmente, correu tudo muito bem.

Viajaram o Presidente e esposa, o senhor e os médicos.

Só um médico, que era o do Presidente. Ele ficou apenas no acompanhamento médico, em face da presença daqueles "cobras" de lá. A acompanhante da esposa,

eu, o Tenente-Coronel Arnaldo Fleury (Arnaldo Natividade Fleury Curado), meu Assistente-Secretário, e o Coronel Luís de Alencar Araripe.

Quanto tempo durou essa situação?

Um mês.

Recordo-me, no posto de Major, eu servia no Comando Militar do Planalto, quando o Presidente Figueiredo voltou de Cleveland. Seu carro veio pelo Eixo Monumental, Asa Sul, e o povo acorreu à rua para esperá-lo. Espontaneamente, é importante que se diga, não houve convocação popular para isso. O senhor estava junto com ele?

Ali não. Estava em outro veículo, mas vi o povo aplaudindo a chegada do João nas ruas da cidade.

E as conseqüências da cirurgia?

Certamente a intervenção o afetou, porque essas cirurgias coronarianas são complexas, naquela época mais do que hoje. A recuperação foi normal. Ele se queixava muito de dores, dizia: "Medeiros parece que um caminhão passou por cima de mim!" Isso durou mais ou menos uma semana. Em seguida, começou a caminhar apoiado em nossos braços. Distraia-se jogando 'biriba'."

Mesmo no exercício da presidência, ele ia ao Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG) ou à Granja do Torto montar a cavalo. Depois da cirurgia, não pôde mais?

Não, nunca mais. Era um exímio cavaleiro. Entretanto, depois de um bom tempo, voltou a jogar futebol. Era um "pé-de-chumbo danado", mas gostava.

O senhor participou das conversações, durante crise internacional envolvendo o Suriname. Na oportunidade, o Governo do Presidente Reagan, dos Estados Unidos, teria solicitado a ajuda do Brasil: "O Brasil tem que resolver isso porque senão terei que determinar uma intervenção no Suriname." Foi mais ou menos assim?

Na verdade, em 1982, o Presidente Reagan mandou uma delegação ao nosso País, com fotografias ampliadas, várias fotografias. Propuseram a realização de uma reunião, que aconteceu na Granja do Torto e à qual compareceram, para assessorar o Presidente, além de mim, Ministro Chefe do SNI, o General Venturini, Secretário do CSN e o General Rubem Ludwig, Ministro Chefe da Casa Militar. A reunião realizou-se na Granja do Torto e pelos EUA participaram, o Embaixador Antony Motley, o General Clark (Assessor do Presidente Regan), um oficial da CIA, de nome Claridge e um outro Assessor da Casa Branca.

Os americanos contaram que estavam prestes a fazer uma manobra naval no Caribe, quando iriam aproveitar para desembarcar e ocupar o território do Suriname. Um momento de suspense. O pivô da história: Cuba. A embaixada cubana, sem alarmar, pretendia internar no Suriname pessoal deles e o Reagan não aceitava isso.

Aquelas fotografias, falei nelas mas não expliquei, eram principalmente de desembarque de navios e aviões russos, na Nicarágua e nas ilhas do Caribe. Depois que descreveram tudo sobre o perigo que imaginavam existir, pelo crescimento da influência cubana no Suriname, viraram-se para o João e disseram: "Precisamos que o senhor ponha um Batalhão de pára-quedistas no aeroporto do Suriname." O João quase morreu, coitado. Depois, ele comentou: "Puxa, nunca esperei por essa."

Ficou aquela dúvida, um olhando para o outro, eu para o Venturini, o Venturini para o General Ludwig, o Ludwig para o João, o João me fitando. Nesse momento, disse: "João, pede licença para nos retirarmos. Vamos fazer uma pequena conferência em separado." Saímos e fomos ao gabinete dele, de onde os americanos nada poderiam ouvir. Fui o primeiro a falar: "João, não negue, porque se você disser não e bater o pé, haverá conseqüências no nosso relacionamento com os Estado Unidos, e alguns óbices, principalmente na área econômica." O Presidente, então, perguntou: "O que você sugere?" Respondi: "Peça a eles um tempo, informando que vamos mandar uma comitiva com a missão de conversar com o Presidente daquele país." O Presidente do Suriname era um tipo despreparado. A idéia era inverter o papel. Argumentar sobre o absurdo de Cuba querer apossar-se do Suriname; ressaltar que a América Latina não tinha a ver com o comunismo.

Ofereceríamos diversos tipos de assistência e apoio, como matrículas de surinameses em cursos, no Brasil, envio de técnicos experimentados para trabalhar na construção de linhas telefônicas, comunicações rádio e outros benefícios. O João comentou: "Você é 'de morte' Medeiros." Perguntei: "Mas você vai fazer isso?" Ele respondeu: "Vou." Conversamos mais um pouco naquele local e voltamos para a sala onde os americanos aguardavam. O João, ele mesmo, fez a exposição de nossos propósitos que foram prontamente acatados. Gostaram, porque saíram de mais uma encrenca: invadir um outro país. Estava suspensa a Operação Suriname.

E o emprego de nosso Batalhão seria contraproducente, em virtude de nossos princípios de não intervenção...

Não tinha "nem pé nem cabeça". Partiram satisfeitos e, dias depois, após o contato com o Presidente Bouterse, o Venturini viajou para o Suriname. Seguiu com dois coronéis; estávamos na Semana Santa. Havia 8 elementos de segurança do SNI embarcados no avião. Não apareceram nenhuma vez. Passaram um dia inteiro, lá como se fossem segurança pessoal e ninguém desconfiou. O Venturini foi muito bem recebido, voltou feliz da vida, todos aplaudimos o sucesso de sua missão e, imediatamente, começamos a cumprir o que tínhamos prometido.

A participação brasileira no Suriname foi muito apreciada pelo Governo americano. Ela evitou, certamente, a perda de vidas de militares americanos e de muitos

surinameses, além de um enorme desprestígio para os Estados Unidos. O Presidente Reagan ficou muito impressionado e agradecido pela pronta e eficaz ação do Governo brasileiro.

A esse propósito, quando o Presidente Reagan veio ao Brasil visitar o Presidente Figueiredo, me convidou a visitá-lo na Casa Branca. Viajei aos EUA, visitei a sede da CIA, em Longley, Virgínia, e depois encontrei-me na Casa Branca com o Presidente Reagan, presentes o Embaixador Motley e o General Clark, oportunidade em que o Presidente americano renovou os seus agradecimentos pela ação brasileira, mostrando-se imensamente feliz pelo êxito da mesma.

O senhor disse que o General Golbery, colaborador importante, se afastou do Governo?

Foi uma briga que teve comigo.

O senhor era o Chefe do SNI e ele Chefe da Casa Civil. O Presidente Figueiredo gostava de ambos, talvez mais do senhor, que o acompanhou num momento delicado da vida dele, a cirurgia. Como se deu essa briga?

Você acha importante registrar essa história?

Sem dúvida. Se ele estivesse vivo, poderia contar também.

Ele não contaria! Nunca! Ninguém soube, exceto o João, o Venturini e o General Newton Cruz, além de mim. Entenda, o Golbery estava cansado de Revolução, há muito tempo, e isso chocava a gente. Ele se ligava muito com o pessoal "do lado de lá", como D. Ivete Vargas. Golbery falava o dia inteiro com ela, ao telefone. Quando a gente se aproximava, ele desligava.

Minha briga com ele deu-se da seguinte maneira: A situação política em Minas começou a complicar-se, estava chegando a época da eleição e o partido do Governo – Partido Democrático Social (PDS) – naquele Estado, ia mudar de chefe. O Golbery queria colocar um indivíduo para ocupar o cargo – era um político importante, sem dúvida – e o João queria colocar outro. O João percebeu que acabaria perdendo se não se mexesse. Quase noite, ele me chamou e disse: "Quero que você vá a São Paulo, agora, dizer ao Sarney que voe para Belo Horizonte, a fim de reunir o PDS." Ele deveria explicar que o nome é fulano, homem do interesse do Presidente. Cumprida a incumbência, o nome preferido pelo João foi eleito.

Golbery não se conformou. No dia seguinte, quando saímos da reunião das 9 horas com o Presidente, que era diária, tinha uma de manhã e outra à tarde, Golbery virou-se para nós – Venturini, Rubão (Rubem Ludwig), eu e o Delfim (Deputado Delfim Neto), que sempre participava de nossas reuniões – e disse: "Queria que vocês fossem ao meu gabinete para discutirmos um assunto." Fomos lá discutir. Como de hábito, tirei o paletó e coloquei no encosto da cadeira. Sentei-me e fiquei

esperando; já sabia do que se tratava. E ele falou: "Seu João andou fazendo umas coisas aí de que não gostei. Meu desejo era que o sucessor de fulano fosse beltrano, mas ele interveio, mandou um oficial tomar certas providências que iam de encontro ao que eu queria. Penso que ele fez muito mal." Levantei-me e disse: "Meus senhores, eu sou o oficial que foi a São Paulo tratar desse assunto, a mando do Presidente Figueiredo; com licença." Peguei meu paletó e saí da sala. Cinco minutos depois, o Golbery estava lá, pedindo desculpas.

Começou nesse momento a desconfiança entre nós dois. Era uma amizade muito antiga, desde os tempos do Rio de Janeiro. Criamos aquela barreira translúcida, até que um dia houve um problema interno, eu não me lembro bem. Novamente, veio o Golbery: "Não gostei daquilo ali." Então, eu disse: "Golbery, vamos sentar à mesa e conversar um pouco." Ele, já irritado, retrucou: "Vamos, vamos!" Levei o Venturini comigo, como testemunha. Sentamo-nos, o Golbery na cabeceira e eu. Então, "abri o jogo". Ele claramente disse: "É, você deixou o SNI subir-lhe à cabeça, pensa que é dono do Brasil, que é rei do Brasil. Você está fazendo coisas que não poderia fazer, deveria colocar-se no seu lugar." Retruquei: "E o senhor também deveria colocar-se no seu."

Seguiu-se um diálogo ríspido: "Mas eu estou sempre no meu lugar!" Eu disse: "Não está não senhor! Já vi muita coisa esquisita sua, até contra o Governo, e eu não estou topando também." Ele disse: "É, mas você...", ele me xingou! Xingou! Não foi palavrão, e sim algo como ovelha negra... não me lembro agora. Acabei rindo e disse: "General Golbery, nossa amizade vem de muitos anos atrás, o senhor lembra?" No fim, ele declarou que iria sair do gabinete: "Vou sair do Governo, não agüento essas traições". Retruquei: "Eu não traí o senhor não, viu! Só cumpri ordens. Daqui a poucos dias o senhor completará 70 anos – estávamos perto de agosto, o aniversário dele era no princípio desse mês. Faltavam uns 15 dias –, foi uma época bonita, o senhor prestou maravilhosos serviços a este País. Porque não aproveita, em vez de sair agora intempestivamente, deixando um rastro de mágoa, o senhor não insinue que está cansado, que 70 anos já representam uma boa idade."

Foi uma conversa assim. Ele prosseguiu: "Não vou fazer nada disso não, você é um...", como é que ele me chamou...

Autoritário?

Mais do que isso.

Não é caudilho não!?

Não, mas vamos admitir que fosse autoritário, embora não fosse essa a denominação que ele usou, e completou: "Você faz isso, isso, isso, isso." Então, para encerrar, falei: "Está bem, o senhor faça o que quiser, porque vou-me embora."

Peguei meu paletó e fui para a Agência Central. Lá estava o meu reduto, um gabinete muito acolhedor. Almocei, conversei muito com o General Newton Cruz que escreveu uma carta para o João Figueiredo, contando o episódio sem ferir ninguém.

Escrevi também que colocava meu cargo à disposição – aquilo representava para mim, apenas, uma passagem na vida, nada mais – e mandei entregar ao João. Subi para o meu gabinete e fiquei lá sentado, de queixo na mão, pensando na vida. Aí vem um oficial, com um "papelzinho" e disse: "O Presidente mandou entregar ao Senhor." Abri, continha o maior palavrão.

Do Presidente?

Do Presidente para mim. Tínhamos muita intimidade, durante muitos anos. Logo pensei: "Então acabou a guerra."

O Golbery esperou os 70 anos para pedir demissão?

Não, saiu no mesmo dia, não voltou mais ao palácio

O General Adhemar da Costa Machado me contou uma história que serve para mostrar um pouco do temperamento do Presidente Figueiredo. Não sei se o senhor foi testemunha. Existia um litígio entre o Peru e o Equador, até acabou havendo perigo de enfrentamento militar entre eles, ao longo da Rodovia Pan-americana. A tropa do Peru de um lado e a do Equador, do outro.

O Presidente Figueiredo quis mandar alguém lá, a fim de tentar resolver a situação. Escolheu o General Adhemar da Costa Machado que servia no Estado-Maior do Exército, como 2º Subchefe. Seguiu com 2 Coronéis, um deles chamava-se Ilson Nunes da Silva. O General Adhemar contou-me que foi ao Itamaraty, para saber dos detalhes, e lhe disseram: "Olha, a parte diplomática já acabou, não existe como, diplomaticamente, resolver isso. O Presidente quer que, pelo menos, vá um militar para tentar evitar o confronto bélico." Resolveu, então, ir ao Presidente, para pedir orientação e procurou o General Venturini, Chefe do Gabinete Militar. Segundo o General Adhemar, vou ser fiel aqui, porque os dois faleceram, o General Venturini voltou com o seguinte recado: "Olha, o General Figueiredo mandou você ir a 'm...', pois se tivesse orientação já a teria dado, há muito tempo. O fato é que não há orientação a ser dada; vai lá e vê o que você consegue."

Isso é bem do João Figueiredo.

O General Adhemar foi e conseguiu abrandar a situação, tanto que naquele período nada mais ocorreu. O problema foi surgir, novamente, em 1994.

Dada a sua vivência em Informações, pergunto se os subversivos, que atuaram durante todo esse tempo, admitiam a necessidade da luta armada como uma via de acesso,

uma linha de ação, para conquistar o Poder. Eles não acreditavam na via pacífica e democrática do voto?

O meu pensamento não é bem esse. Entendo que se colocaram contra os novos governantes e, quase imediatamente depois, receberam o apoio importante de grande parte da imprensa. Nos primeiros passos, tentaram desmoralizar os governos exercidos por militares e, nos passos seguintes, procuraram criar condições para derrubar as autoridades constituídas, por intermédio de ações terroristas. No Rio de Janeiro, por exemplo, várias passeatas. Era muito fácil organizá-las. Nelas fazia-se proselitismo da esquerda, arrebanhando adeptos e simpatizantes, com o apoio da imprensa: fotografias, comentários, e tudo aquilo que conhecemos.

Mobilização para enfrentar as Forças Armadas, desmoralização dos novos governantes, em evidente repulsa aos governos militares, a fim de conseguir que estes cedessem o Poder. Finalmente, os Partidos Comunistas e as múltiplas organizações subversivas concluíram que daquela maneira nada conseguiriam e, portanto, teriam que apelar para a luta armada. Um grande erro deles, uma tolice.

Caparaó, Vale da Ribeira e Araguaia, foram tentativas mais fortes?

Já foram para valer. Esconderam-se em regiões horríveis, difíceis de atingir, seja pela distância seja pelos obstáculos existentes – mata virgem, inóspita, com animais ferozes, natureza hostil, chuvas intensas, calor sufocante. Sério erro deles, porque o Exército que estava, de certa forma, calmo, até então, começou a organizar-se e assumiu uma atitude decisiva de combate à guerrilha. Na verdade os que optaram pela guerrilha sofreram revezes, viram-se perdidos, pois operavam mal.

Eles tinham uma boa organização?

Não tinham organização para o que pretendiam. Empreendiam ações descoordenadas. Um oficial, filho do General Ênio Pinheiro, realizava ações de vigilância com alguns soldados, no Rio Araguaia, e um sujeito, na margem do rio o feriu seriamente. O tiro atingiu o ombro, o oficial foi levado para o hospital, em São Paulo. Atuavam desse modo. A luta armada deles não chegou a impressionar.

Como conseguiam recursos para a compra de armamentos?

Através dos Partidos Comunistas organizados. Vinha dinheiro de múltiplas procedências, bem como "orientadores" que se infiltravam entre eles. Instruíam: "Vocês têm que fazer isso, isso, isso..." e iam embora.

É a fase do Movimento Comunista Internacional?

Ah! Sem dúvida nenhuma. Em Xambioá, apreendemos muito armamento que se encontrava enterrado, para uso posterior, com o eventual prosseguimento das ações de guerrilha.

General, como a subversão, os movimentos de esquerda, conquistaram adeptos na juventude brasileira?

Nos colégios, após as aulas, nos grupos de estudo, de todo o jeito. Por exemplo, o próprio Bispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, adorado por muitos, tinha forte tendência de esquerda. Seus seguidores, vamos dizer assim, eram convertidos. As pessoas que compareciam à igreja, os fiéis, todos ouviam constante pregação contra o Governo. Quase uma lavagem cerebral, com o forte recurso de seus hábitos religiosos.

Então, a Igreja foi infiltrada, também?

Em Belo Horizonte, instaurou-se um inquérito, para apurar a subversão praticada por religiosos. Vários padres foram presos.

O Senhor foi Comandante do CPOR de Belo Horizonte e foi encarregado do inquérito sobre o grupo COLINA, não foi isso? Como se deu essa nomeação?

Certa noite, por volta das 21 horas, recebi um telegrama informando que eu tinha sido designado para presidir o inquérito. No dia seguinte, peguei o carro e fui falar com o General Gentil Marcondes Filho, Comandante da Região Militar, em Juiz de Fora. Um homem que acabei admirando bastante. Do respeito mútuo surgiu uma forte amizade.

Qual foi a razão de tê-lo designado para o inquérito?

Ele olhou em volta e viu só uma cabeça, a minha. Mas foram designados outros, evidentemente, inclusive o irmão do João Figueiredo, que servia no Estado-Maior do Exército, e foi mandado para lá, a fim de presidir outro inquérito. Funcionaram uns três inquéritos. Mas era um trabalho exaustivo que nos absorvia e preocupava. Empenhava dias inteiros, raras vezes somente a parte da manhã ou da tarde, para inquirir os indiciados. Geralmente, começava no final de expediente. Dez ou quinze presos, mais ou menos. Alguns insignificantes, outros com a coisa toda na cabeça, articulados, sabiam se explicar, defender suas idéias. Mas o que achava muito interessante, isso acontecia, era ouvir um rapaz, começando o interrogatório, mais ou menos, às 7 horas da noite. Em torno de 21 horas, mais ou menos, mandava-o de volta à cela. No entanto, ele próprio pedia: “Por favor, Coronel, continue, estou gostando, pergunte mais, vamos discutir o problema.”

Diversas vezes, já terminado o inquérito, muitos deles voltaram a me procurar, em Brasília, inclusive senhoras, membros de sua parentela. As razões eram muitas: o filho estava fazendo isso e aquilo. Lembro de um caso em que o filho se encontrava no Chile, trocado, naqueles episódios de seqüestros. Ingênuo, podia ter permanecido no Brasil, ninguém iria fazer nada com ele. Esse era um daqueles que

queriam prolongar a conversa, nos interrogatórios: "Coronel vamos conversar mais um pouquinho, gosto de me aprofundar nesse assunto, vamos lá, estou gostando da conversa com o senhor, não vai embora agora." Alertava: "Mas é quase meia-noite!"

Repetidamente voltavam, já não tinha mais nada com o inquérito que já havia terminado, estavam soltos. Um deles voltou a trabalhar na profissão dele – não lembro qual era –, em Goiânia, e, de vez em quando, pegava o ônibus e vinha me visitar. Sentava junto à minha mesa, na Casa Militar, ficava conversando. Veja você que curioso, um procedimento atípico, mas justo. Nunca foram maltratados, nem verbalmente. Nunca ouviram um palavrão.

Os familiares dos jovens subversivos, de um modo geral, com os quais o senhor teve ligação, no inquérito de Belo Horizonte ou depois no Serviço de Informações, protegiam os seus parentes ou tentavam nos auxiliar? Qual era a posição deles?

Lembro-me de que uma senhora mandou um presente para minha esposa, Olga; uma pulseira linda. Não deixei o portador ir embora, que esperasse um minutinho. "O senhor bota na mesma caixinha e leve-a de volta, mas assine um recibo da devolução." Era assim. Muitos se fechavam e nem procuravam a gente, outros voltavam.

Um até convidou-nos para o seu casamento. Alguns, depois de soltos, iam ao CPOR, cujo ambiente era muito bom, movimentado, com bastante prática de esporte durante a educação física. Eu insistia: "Você não tem mais nada que fazer aqui, já prestou o depoimento, já fez tudo, agora espere o julgamento e não chateia." Entretanto, muitos deles, sabendo que haveria jogo de vôlei no CPOR, à noite, sempre à noite, CPOR contra a academia tal, pediam para assistir e levavam a família, quantas vezes. Veja que, mesmo conduzindo o processo de maneira dura, mas de forma justa, você consegue tudo.

General, apoiado em sua experiência, gostaria de ouvir seu parecer sobre a ajuda prestada por nossas principais Instituições, quanto às Informações e o combate à subversão. Por exemplo, o Poder Legislativo, se omitia ou ajudava? Os partidos políticos, como agiam?

Vou contar um fato, e penso que você vai entender como a coisa corria. Havia um estudante preso, universitário, filho de um deputado importante, e mais uns 2 ou 3 amigos dele, também universitários de Belo Horizonte, cujos pais se encontravam em Brasília. Um dia, pediram-me uma audiência. O CPOR tinha um auditório bom, tipo cinema, muito confortável. Levei os pais ao posto de comando, meu gabinete de trabalho, conversei bastante com eles. Em seguida, fomos para o auditório/cinema, onde estavam o filho do deputado e os amigos dele. Fiz uma inquiri-

ção na frente de todos: "Fulano, quando é que você entrou aqui? E onde você está?" Ele respondeu: "Estou preso no 12º Regimento de Infantaria." Continuei a inquirição: "E você tem sido maltratado lá?" "Você foi ofendido por algum encarregado de inquérito?" A resposta: "Não senhor, nunca fui maltratado." Os camaradas ficaram aborrecidos, mas não puderam dizer nada. De vez em quando, alguém entrava com uma pergunta: "Mas você falou uma vez que isso, isso..." e ele respondia: "Não, nunca falei isso."

No fim de tudo, os rapazes voltaram para o xadrez, evidentemente, e subi com o grupo de parentes para o meu gabinete. Antes, tinha solicitado ao Bispo Dom Serafim Fernandes, como já foi dito, de tendência esquerdista, que fosse lá. Apresentei-o ao grupo e sentamos todos. O Bispo olhava para eles, olhava para mim, pelo olhar dele devia estar pensando: "Esse Coronel é maluco." Quando eu lhe dirigia uma pergunta, ele respondia secamente, com impaciência, pois estava atônito, surpreendido com o que estava vendo e ouvindo, completamente diferente do que imaginava encontrar. Terminada a reunião, eles voltaram a Brasília e respirei aliviado.

No dia seguinte, creio, o Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, que gostava muito de nós – quando eu e minha esposa estivemos em Paris e ele era embaixador, nos ofereceu um almoço – chamou-me ao telefone e disse: "Olha Medeiros, tenho uma má notícia para você." Pensei: "Lá vem coisa." O General Lyra completou: "Aqueles senhores que estiveram aí, principalmente o fulano..." – era o deputado, pai do jovem que estava preso –, "resolveram convocar você para uma audiência no plenário do Congresso. O que você acha?" Respondi: "Eu não acho nada, General, o que mandarem fazer, eu faço; não tenho medo de nada, minha consciência está completamente tranqüila, podem me convocar. Vão me dizer desaforos certamente, mas isso sei agüentar. O senhor pode dizer que estou pronto para a audiência."

Passaram-se 2 ou 3 dias, ele telefonou outra vez: "Medeiros, você está livre desse aborrecimento! A audiência pública foi cancelada, por ação do Presidente Costa e Silva." Fiquei muito satisfeito, mais ainda pela demonstração de apreço do Costa e Silva que mal me conhecia.

Qual a posição da Imprensa em relação ao Governo? Era, normalmente, contra o Governo, às vezes neutra e raramente a favor?

Nunca foi a favor. As notícias tinham sempre uma armadilha, segundo sentido, afirmações dúbias e maliciosas. Sempre havia uma pimentinha.

Como aconteceu o episódio do senhor com o jornalista Élio Gaspari?

Nem sei se devo contar, porque foi algo pouco comum. No carnaval, recebemos convite para um camarote, a fim de assistir o desfile das escolas de samba do

Rio de Janeiro. Os camarotes, um ao lado do outro, eram espaçosos e com um serviço de bufê caprichado. Havia um gradil na frente, onde as pessoas se apoiavam, e, embaixo, uma calçada e a pista de desfile. Tudo muito agradável. Não havia muita gente, cerca de dez pessoas, todas conhecidas

Certa noite, logo que chegamos, olhei, tinha um cara na calçada, logo abaixo do meu camarote, dançando com um copo na mão, parecia ser de uísque, acompanhando a música, sambando e tal. De vez em quando vinha um, falava com ele. Curioso, perguntei, não lembro a quem: "Vem cá, você sabe quem é aquele sujeito?" A pessoa respondeu: "Esse é o Élio Gaspari." Comentei: "Ah, estava lembrando! Que interessante! Vir para frente do meu camarote, para chamar a atenção!" Disse à minha esposa: "Olga, vou chamá-lo para o nosso camarote." Ela respondeu: "Você sabe o que faz." Em seguida, chamei-o e ele subiu. Passou num lugar onde havia um arame solto e machucou a perna. Estava meio alto. Ele falou: "Ah! General Medeiros! Queria tanto conhecê-lo." Ficou no camarote, alegre, não parecia aquele camarada que falava mal de mim. Do General Medeiros.

O Presidente Figueiredo seguiu a linha do seu antecessor na Presidência, General Ernesto Geisel. Propôs-se, nessa continuidade, a consolidar a "abertura" democrática e realizar a anistia política, bem como garantir o retorno pleno à normalidade política. Pergunto se o senhor, como chefe do SNI, percebeu alguma reação a essa deliberação de realizar a "abertura" e a anistia? O senhor identificou elementos das Forças Armadas tentando resistir a tais propósitos?

Percebi a preocupação, que eu também tinha, com toda essa gente, que antes agia na subversão, e que passaria a sentir-se inteiramente à vontade. Mas era preciso cumprir o que fora prometido. Felizmente não ocorreu nada sério. Foi muito bem feita, muito bem planejada e aceita por todos. Penso que foi uma ação bem conduzida.

O senhor acha que o momento foi oportuno? Teria sido melhor fazê-lo antes?

Você sabe que nesses momentos, aumentam muito as responsabilidades. Como eu detinha um cargo no Governo, especificamente de Informações, era forte a pressão que recebia. O meu amigo João Figueiredo me solicitava muito, por isso, além da grande responsabilidade como Chefe do SNI, procurava atender pronta e plenamente as demandas que o Presidente encaminhava. De qualquer maneira, sempre em guarda: Como vai ser isso? O que vai ser aquilo? De qualquer forma, aconteceu tudo naturalmente, não houve nenhum problema mais grave, felizmente.

Bom, então foi no momento certo?

No momento certo.

O senhor já estava cansado dessa vida atribulada e do constante preocupar-se com os destinos do País?

Nunca me senti cansado. De certa forma, sentia-me envaidecido por executar um trabalho daquela natureza, de ininterrupta dedicação, desde que o Médici me chamou.

Orgulho por participar da vida nacional de forma tão dedicada?

Por estar fazendo algo pela vida nacional, no cerne do Governo, podendo ajudar, dar seguimento às minhas manias de reparar as coisas erradas, mesmo naqueles assuntos fora da minha alçada, especialmente quando o Presidente Figueiredo estava interessado.

Mas, de certo modo, as Forças Armadas ficaram aliviadas ao final do ciclo revolucionário.

Houve alívio sim, houve alívio. Ao mesmo tempo, apreensão em relação ao novo Governo, quanto à sua postura diante das Forças Armadas, particularmente do Exército. Não precisariam mais dele; democracia instalada, tudo iria correr calmamente. Na verdade, receava-se que acontecesse o que está ocorrendo, o desleixo com o Exército. Os políticos ignoram ou não se interessam pela capacidade que o Exército possui de agir no interesse do País, pela seriedade, descortino e patriotismo. Infelizmente, está acontecendo.

É verdade que durante o processo da "abertura" a oposição estaria interessada numa anistia mais acanhada, mais restrita, não tão ampla como desejava o Presidente Figueiredo?

É verdade. Os políticos tinham medo que os exilados viessem com força política e tomassem o lugar deles. Se eles entrassem, como entraram, ocupariam os espaços, governariam etc. ... Para mim, Miguel Arraes é a pior amostra dessa gente toda... O Arraes, o Brizola e muitos outros políticos.

O senhor esteve com o Presidente Figueiredo, no episódio ocorrido em Florianópolis, um distúrbio de rua provocado por estudantes?

Sempre viajei com o General Figueiredo e com os outros Presidentes, também. Naquele dia, em Florianópolis, por incrível que pareça, precisei ir à Agência do Rio de Janeiro, por isso não viajei com o Presidente. De uma maneira geral, sabíamos que não aconteceria nada com ele, pois o povo gostava do General Figueiredo, mesmo com todas as provocações de militantes de esquerda. Normalmente, era muito bem recebido. O fato acontecido em Florianópolis foi algo inusitado. Noticiado em todos os jornais

Ele apreciava ter contato direto com populares. Certa vez, no CEASA, foi tomar cafezinho e dificultou a missão da segurança.

Gostava mesmo. Nunca teve receio. O Presidente Figueiredo sempre esteve certo de que seria bem recebido. Às vezes, até com excesso de entusiasmo.

O episódio do Riocentro afetou o General Figueiredo? Atrapalhou a condução do Governo, que estava na fase de instalação da "abertura"?

Nem um pouquinho. Em minha posição, no meu cargo, do lado de dentro do Governo, acompanhava e sentia tudo. Penso que exageraram um pouco, porque sempre fica no ar um vago receio, uma coisa indefinível... Mas, absolutamente, o Governo não balançou, nem um pouquinho, até porque, já sabíamos do fato muitos meses antes, um mês e meio antes, mais ou menos. Tratava-se de um oficial do Destacamento de Operações de Informações (DOI), vinculado ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), no Rio de Janeiro e de um sargento, auxiliar dele naquela organização. Mais um personagem, um carpinteiro, filho das Minas Gerais , que fabricava bombas.

Bem, outro oficial, que morreu, infelizmente, sujeito formidável, contou para o Chefe da Agência Central que havia isso assim, assim... com o propósito de tumultuar uma reunião que seria realizada no Riocentro. O General Newton Cruz relatou-me o que ouvira e disse: "Olha, você fique tranqüilo, não precisa nem falar com o Presidente, porque vamos atuar em cima desses dois e impedi-los de agir." Poucos dias depois, o Newton voltou a mim e informou: "Olha, aquele problema do Riocentro já está resolvido e os rapazes prometeram que não vão fazer nada." Respondi: "Está bem, vamos esperar. Você acha que a gente pode confiar?." Newton disse: "Penso que sim, porque o oficial que trabalhou a cabeça deles e falou comigo é de toda a confiança." De qualquer maneira, contei para o João Figueiredo. Informei, ainda, ao Venturini, bem como ao Ministro da Aeronáutica, meu amigo (Brigadeiro Délio Jardim de Matos). Pedi que mantivessem sigilo.

Entretanto, mesmo com as recomendações, o Capitão resolveu fazer a besteira. O Sargento apanhou a bomba que o carpinteiro havia preparado, colocou no carro e o grupo dirigiu-se ao Riocentro. Deixaram o carro no estacionamento principal, depois saíram, foram explorar o local onde iriam colocar a bomba, mas resolveram voltar para casa.

Sem fazer nada?

Sem fazer nada. Mas nesse abrir de porta e sentar, o artefato explodiu.

A idéia deles seria perturbar a "abertura"?

Tumultuar a festa que se realizava no Riocentro. Não visava a "abertura".

Agora o interessante, General, é que uma intenção primária dessas gerou tamanha repercussão.

Ah, o Riocentro estava lotado! No auge da anistia, todos queriam participar da maneira que pudessem: "Agora vamos fazer o que queremos e ninguém vai nos prender."

E o Presidente Figueiredo? Ficou surpreso? No dia em que o senhor falou sobre a idéia maluca, ele ficou tranqüilo? O Presidente se sentiu traído?

Sentiu-se; as conseqüências foram imediatas: acabou tirando o Newton Cruz da Agência Central, e aprovou o nome de outro oficial que eu apresentei. No entanto, permaneceu um ambiente irrespirável, desagradável. Não precisava acontecer. No final, o petardo explodiu e matou um sargento, à toa.

Quais os projetos que o senhor considera terem sido os mais importantes para o desenvolvimento nacional, durante o período revolucionário? O senhor participou de alguma maneira no Programa Nuclear Brasileiro, durante o Governo Figueiredo?

As primeiras providências revolucionárias foram reconstruir a estrutura política, acabar com aquela parafernália de partidos e criar dois bem definidos. Um favorável à causa da Revolução e outro para abrigar os que fossem contrários ao Movimento. Penso que o Presidente Castello Branco foi de uma felicidade muito grande na solução daqueles problemas que se avolumavam. Genial mesmo.

Acompanhei de perto o Programa Nuclear. Foi uma pena que o tivessem interrompido, pois se desenvolvia muito bem. Inclusive, na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, mas, principalmente na Marinha. Tinha um objetivo determinado, o submarino com propulsão nuclear. De qualquer forma, todos desejavam incrementar o desenvolvimento da tecnologia, para fins pacíficos.

Entendo que saber fazer é algo muito importante, com o propósito de estar bem preparado ao enfrentar uma situação adversa. Postura que impõe respeito, no concerto das demais nações. A Índia possui a bomba atômica. E outros mais. Nunca farão nada com a bomba, penso. Mas é lícito pensar assim. No Brasil, pessoas mal informadas alimentaram a idéia de que trabalhar na busca do conhecimento que proporcionasse a possibilidade de domínio da tecnologia nuclear, certamente seria um atrativo para produzir a arma. Isso é uma bobagem! Ninguém pensou nisso.

O senhor acompanhou de perto o Governo Figueiredo e é um dos poucos que podem testemunhar sobre questões muito comentadas, perguntas que muitos fazem e não temos dados para responder. O estado emocional do General Figueiredo ficou muito alterado por causa da cirurgia? O desempenho do Presidente modificou-se em face de seqüelas decorrentes da cirurgia?

Vamos por partes, para facilitar a compreensão. O General Figueiredo seguiu para Cleveland bastante preocupado. Antes da cirurgia, ficou dois dias no hospital, enquanto nós permanecemos num hotel, excelente por sinal, da Clínica de Cleveland. Acompanhei, cerradamente, todos os momentos seguintes à intervenção, de dia e à noite. Ele saiu da cirurgia muito chocado, sentia dores horríveis, repetindo: “Um caminhão passou em cima de mim.” Cederam uma residência do governo americano, bem perto do hotel. Ele se queixava de muita dor.

Constantemente, ia para a casa em que ele permanecia, a partir das 7 horas da manhã. Tomávamos café, às vezes juntos, e almoçávamos também. À tarde, deixava o Presidente repousando e regressava ao hotel; à noite, estava lá, com ele, de novo. Isso, durante o mês de recuperação. Ele caminhava, todos os dias, em torno do grande jardim da casa. Os amigos vinham visitá-lo e ele sentia-se seguro, acompanhado, enquanto a dor passava. Com a recuperação, foi melhorando a cabeça, voltou a jogar biriba, de que gostava tanto. Voltou a gracejar.

Ele tinha bom humor?

Tinha bom humor e mau humor; os dois lados. Mas correu tudo bem, sem inconvenientes. Quando terminou esse tempo de licença, não sobrevieram mais problemas e ele sentia-se muito bem.

General, uma cirurgia dessas sempre preocupa, principalmente para uma pessoa que voltará a ocupar o cargo de Presidente do Brasil, retornará ao exercício de uma função de elevada responsabilidade e reconhecido desgaste. Ele voltou bem?

Tranqüilamente. Com a maior naturalidade. Nunca fez qualquer referência ao medo de reassumir. Realmente, tinha muito medo de morrer, tinha medo de não suportar as dores que sentia, mas, de qualquer forma, reagiu com bastante coragem.

Esse seu depoimento é importante porque uns dizem que o General Figueiredo, no Brasil, já não tinha a mesma vontade, o mesmo ímpeto. Acredito que essa falta de vontade fosse natural, pois a pessoa tem que ter um certo cuidado, não se volta rindo da mesma maneira, querendo fazer as mesmas coisas. Por exemplo, ele voltou a cavalgar?

Não! Não podia.

Os analistas diziam que o Presidente não cavalgava porque não sentia a mesma disposição.

Faltava-lhes o entendimento do esforço que exige a equitação. Que se pusessem em cima de um cavalo, os que afirmavam aquelas bobagens. Cavalo, apenas a passeio. Ele nunca mais montou na pista do Regimento de Cavalaria de Guardas; montava, às vezes, na Granja do Torto.

E emocionalmente? Observou-se uma maior emotividade nele?

Inicialmente, sim. Mas, à medida que o tempo passava, foi voltando ao normal. Até me admirava da paciência que demonstrava. Pensava: "Como é que o João agüenta esses chatos em volta dele?" Políticos e alguns tipos que iam para lá só para aborrecê-lo.

Sua paciência era menor que a dele?

Não, penso que fomos sempre muito pacientes, mas o João era menos.

Analisando-se os vinte anos de Revolução muitos foram os momentos de sucesso. O milagre brasileiro da década de 1970, muita coisa boa, é inegável. Agora, a seu ver, quais os momentos mais difíceis da Revolução, os mais problemáticos?

A idéia de um Governo novo e diferente: o Governo militar. Foi um período muito difícil, e difícil que todos aceitassem. Muito discretamente, para nós, militares, também era. Havia muito receio de estarmos fazendo bobagens. Felizmente, correu tudo bem. As passeatas apenas tumultuavam; Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e outros criaram algumas dificuldades. Depois, foram-se acalmando, cada um se ajustando à sua posição. A partir daí, entendo que tudo começou a correr bem.

Verdade é que os jornais criticavam tudo. Mas o Presidente João Figueiredo, quando saía em viagem, e eu freqüentemente o acompanhava, onde chegasse, o povo aplaudia, tratava-o com carinho; Figueiredo sentia-se inteiramente à vontade no meio dos populares. Fomos vendo, afinal, que "os relâmpagos não eram raios", que as ondas não eram tão grandes. Tomávamos pé de nossa situação, gradativamente.

Mas houve, sim, momentos de crise muito sérios quando seqüestraram os embaixadores. Lembro de que me encontrava na casa de um grande amigo meu, em Copacabana, quando tocou o telefone. Chamavam-me, desesperadamente, ao Palácio Laranjeiras. Era o Presidente Médici, com o General Hugo Abreu e outras pessoas, porque haviam seqüestrado o embaixador dos EUA. Então, foram momentos assim mais sensíveis que tivemos.

E o choque do petróleo?

Eu gostava muito de conversar e discutir com o Ministro Delfim Neto, inicialmente na Agricultura e, depois, no Planejamento. Ficamos amigos. Sentava-se à minha frente, nas reuniões da manhã e da tarde. Discutíamos muito sobre o problema do petróleo. Certa vez, fiz uma sugestão da qual ele, certamente, achou graça: "Esse Medeiros não entende nada de economia."

Fiz uma proposta para baixar a inflação, que subia muito rapidamente, naquela época. Disse a ele: "Não dá para escamotear esse problema do petróleo, separar da inflação e apresentar ao público em duas partes: a inflação com ele e sem

ele." O objetivo era mostrar que a culpa do encarecimento dos produtos não era do Governo, de uma má administração financeira, e sim de uma contingência da economia mundial." Ele riu. Continuei: "Não tem razão para você ficar rindo, creio que é uma coisa muito fácil de fazer e muito bom o povo saber que está pagando mais não por nossa causa, mas dos árabes."

Ele riu?

Sim, e disse: "Esse Medeiros não sabe nada!"

Dentre as dificuldades, o Riocentro não terá sido o episódio mais complicado?

Entendo que o Rio Centro foi uma formiga que virou elefante. A falta de juízo de um capitão e de um sargento, do DOI-CODI, infelizmente era o DOI-CODI do Rio, que resolveram, por conta própria, fazer uma demonstração contra a "abertura" do regime. Quando soubemos da desastrada intenção, foram chamados à sua chefia e instados a desistir de seu propósito, concordaram. Ficamos convencidos que tínhamos abortado a tentativa irracional de explodir a bomba no pátio para assustar. Não havia o menor intuito de matar ou ferir alguém.

No dia 1º de maio, quando ocorreu o fato, eram onze horas da noite, me telefonaram dizendo: "Olha, Medeiros, uma bomba explodiu lá no Rio Centro. O sargento, que carregava o artefato no colo, morreu e o capitão está muito ferido." Para mim foi um choque. Quase não acreditei, porque já considerava aquilo um episódio ultrapassado.

General, voltando ao problema de saúde do Presidente Figueiredo, sem dúvida um momento crítico que foi ultrapassado, caso tivesse tido outro desfecho, já se teria pensado em solução alternativa?

Certamente. Estávamos preparados para isso.

Já no final do governo, após o retorno de Cleveland, ocorreu o "movimento das Diretas-Já" (eleição direta para Presidente da República), quando as oposições, em função da emenda do Deputado Dante de Oliveira, mobilizaram-se, com largo apoio da imprensa, para conseguir aprová-la, provocando inclusive apelos populares. De qualquer forma, houve reconhecida aceitação da parte da sociedade mais politizada. Como o Senhor viu esse movimento? Qual a sua análise e qual foi a atuação do Governo?

O Governo permaneceu tranqüilo. Não iria ceder às pressões, porque conhecíamos movimentos daquela natureza, típicos de situações em que predominava a ação de políticos exaltados. Não lembro de ter presenciado qualquer preocupação de membros do Governo em face daquela campanha. Na verdade seria natural que acontecesse.

O senhor acha que a Revolução utilizou o tempo adequado ou demorou excessivamente? Poderia estender-se mais?

Pode ser que você estranhe, mas entendo que, em termos de conduta política, no Brasil, os integrantes das casas legislativas, os responsáveis pelos cargos de maior relevo dos poderes Executivo e Judiciário, a própria população, todos já haviam amadurecido bastante. Isso não se dá conta na hora, somente o tempo iria demonstrar que as pessoas, de forma equilibrada, aceitavam a situação com maior naturalidade, desistindo de luta armada, de guerrilhas. Por isso, foi oportuna a época em que se encerrou o ciclo de governantes militares.

A Revolução acabou no momento em que passou a predominar a tranqüilidade. Houve alguns problemas de relacionamento entre autoridades, por exemplo... Não sei se devo comentar... Enfim, o Sr. José Sarney, pouco tempo antes disso tudo, cometeu uma infidelidade com o Presidente Figueiredo – traição, em termos políticos: passou para o outro lado. Não sabíamos com o que podíamos contar, vindo do lado dele, e isso nos preocupava um pouco. Foi por isso que, no fim do Governo Figueiredo, que poderia ter tido outro desfecho, talvez até brilhante, a despedida acabou sendo algo melancólico. Em que consistiu? Apenas o Presidente entrou no avião e viajou para o Rio, sem que ninguém participasse. Acompanhei-o nesse vôo solitário para o Rio de Janeiro.

O Senhor crê que a doença do Tancredo Neves, então eleito Presidente, foi um fato triste que perturbou, inegavelmente, esse final? Consideraríamos dois finais do ciclo revolucionário: com Tancredo e sem ele. O senhor acredita que seria melhor com Tancredo?

Entendo que sim, porque já era uma coisa acertada e aceita e, sinceramente, esclareço que ninguém repudiava o Tancredo, alguns faziam suas restrições porque o achavam pouco firme. No entanto, era muito respeitado, muitos gostavam dele, eu próprio, por exemplo. Minha esposa, Olga, é testemunha disso. Convivi com ele, em Minas Gerais, onde portou-se com muita decência.

Seria uma passagem mais suave e até prazerosa.

Sim, poderia ter havido, até, uma festa na passagem do governo, para comemorar a união das classes políticas. Mas a enfermidade impediu tudo, o estado de saúde do Tancredo já dificultava muito as coisas.

Muitos escritores consideram que o Movimento significou, praticamente, o encerramento de um período que começou em 1930. O senhor considera a Revolução como sendo o último ato do período que teria começado em 1930?

Não vejo a menor relação, foram situações completamente distintas.

General, como o Governo Figueiredo conduziu a sucessão? O senhor, que esteve junto, privou de todas as situações, ouviu todas as alternativas – colégio eleitoral, candidato civil, militar –, como é que o Senhor lembra de tudo isso? Recentemente, quando fui entregar os livros da coletânea ao Deputado Delfim Neto, já entrevistado, ele disse que numa reunião em que estavam presentes o senhor, General Venturini e ele, o General Figueiredo dizia: "Não, fulano não." Ele citou o Maluf, por exemplo.

Mas o Maluf era carta fora.

Então, como se desenrolou essa história?

Ocorreram reuniões no Palácio às quais compareciam os candidatos, vamos dizer assim...

Os presidenciáveis.

Não eram os presidenciáveis, porque o Maluf nunca foi presidenciável, e sim um fantoche. Mas o que o João apreciava, desejava que fosse Presidente, que morreu logo em seguida...

Era o Ministro Mário Andreazza de quem soube ter alimentado aspirações?

Não, não era esse não...

Então, o Jarbas Passarinho, o Costa Cavalcanti, ou, quem sabe, o Vice-Presidente Aureliano Chaves.

Não, esse, se fosse eleito, o João suicidava...

Tinha o Tancredo. O Tancredo era outro.

Não, ele nunca sentou à mesa.

Como o senhor viu a condução desse final, a escolha definitiva?

Penso que foi tudo muito bem, até que começaram as discussões nas reuniões, entre os postulantes. Nessas horas, a situação só tendia a piorar e o melhor era acabar com as reuniões. João procedia assim.

Como se deu o encaminhamento para o Congresso?

Não foi para o Congresso. Quando o Tancredo adoeceu, apareceu imediatamente a perspectiva da vacância da Presidência. Ficou-se em compasso de espera. Chegou a véspera da passagem de governo, uma noite muito significativa para mim e para os outros que acompanharam. Houve duas reuniões, uma com o Presidente João Figueiredo, da qual participaram o Chefe da Casa Civil e o Sarney, que já estava atritado com o João, além de mais um personagem de quem não me lembro agora, e também não interessa muito. Do outro lado, na minha casa do lago, na Península dos Ministros – num ambiente separado da casa, chamado de "porão" – encontravam-se o Chefe da Casa Militar, General Venturini, o General Newton Cruz, nosso amigo e conselheiro, naquela época, o Rubão (General Rubem Carlos Ludwig) e eu. Ficamos ali, tranqüilamente discutindo as perspectivas, até que o João ligou. Ele sabia que estávamos lá.

Atendi, e perguntei: "Como é João, resolveram o problema?" Ele respondeu: "Resolvemos!" Voltei: "O que vai acontecer?" Ele disse: "O Sr. Sarney vai assumir a Presidência da República." Ponderei: "Mas a vez não é dele! Quem assume num caso desses é outra pessoa." Ele interveio: "É, mas nós decidimos que vai ser o Sarney, agora está resolvido e tchau! Até logo, vou-me embora para a casa descansar porque o caso está resolvido." Fiquei satisfeito, porque não apreciava o Ulysses Guimarães. O Sarney, com quem convivi muito tempo, era homem um pouco inconstante, mas comigo sempre foi coerente.

Concorreram, na eleição indireta, Paulo Maluf, do PDS, e Tancredo Neves, do PMDB, pleito vencido por este último. O Presidente Figueiredo curvara-se à decisão dos partidos. Mas, General, ainda uma pergunta sobre a sucessão. No Correio Braziliense *de domingo, 12 de setembro do corrente, o General Octávio Pereira da Costa, declarou que havia a intenção de alguns militares radicais – não cita os nomes –, de perturbarem a eleição, no Congresso, pois ainda almejavam a continuidade do governo militar. O que o senhor pode comentar essa declaração?*

Nunca houve isso! O que poderia ter ocorrido, é provável, apenas discussões fortuitas, mas jamais alguém foi direto a esse ponto. Nem chegou informação, a tal respeito, ao SNI. A eleição foi tranqüila.

O assunto estava encerrado. E antes? O senhor recebeu informações de que, antes das eleições de Tancredo Neves, alguns militares radicais queriam, ainda, fazer o sucessor do Presidente Figueiredo?

Isso sempre houve, porque é muito difícil você conseguir uma unidade de pensamento, principalmente sobre política, no meio militar. Naturalmente, os poucos remanescentes que ainda gozavam as benesses do governo militar, sentiam-se expurgados de qualquer maneira.

Um amigo meu, major, depois que voltei da Amazônia, 2 anos após o Governo Sarney ter iniciado, veio em minha casa para fazer o seguinte convite, conforme a expressão dele: "Precisamos voltar ao Poder!" Veja, um sujeito muito bom que não imagino porque possa ter dito uma besteira dessa.

O sonho talvez fosse o de conduzir melhor a Nação.

Um major, chefe de Seção de Operações, pensar uma bobagem dessa, vir à minha casa, com tal estultícia. Ele me conhecia, sabia que eu seria incapaz de um desatino.

Existiram tais pensamentos, mas no SNI, de concreto, o senhor não tinha nada que pudesse preocupar.

Absolutamente. Para o cargo de Chefe do SNI, indiquei o General Ivan de Souza Mendes. Meu amigo, companheiro de turma, homem sério, excelente. O João Figueiredo

pedira-me que escolhesse meu substituto. O primeiro lembrado fora o General Adhemar da Costa Machado, Comandante Militar da Amazônia, que não aceitou. O General Ivan prontamente, acedeu.

Na entrevista publicada no Correio Braziliense, *feita pelo General Octávio Costa com o General Ivan, foi lembrado que ocorreram algumas idéias de continuísmo, a fim de evitar a eleição de um civil. É claro, ressalvadas as ilações feitas pela Imprensa.*

O Ivan não deve ter dito nada; o Octávio Costa, não sei. Tudo exploração jornalística. Fofoca. Não houve reação alguma. Se houve, foi inexpressiva.

Lembro que, nessa oportunidade, encontrava-me como instrutor da ECEME e nada se comentou à respeito.

Nada foi dito. Qualquer um, como você, que cumpria suas obrigações na caserna, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, estava pouco se "lixando" com isso.

General, nos comentários e noticiários da televisão, nos programas radiofônicos e na imprensa escrita surge, freqüentemente, em meio a uma ocasional ou premeditada referência aos governos dos presidentes militares, menção à ditadura. Uma estranha coincidência, que sugere uma cantilena, tentativa de convencimento, tanto desagradável quanto antipática. Interessante é que, passados vinte anos, essa generalização, não tão brilhante, ainda persiste. A que o senhor atribui isso?

Penso que é pura hostilidade. Decorre do medo, quase pânico, que eles sentem de que tudo aquilo possa repetir-se. Razão porque pretendem incutir na sociedade o perigo de um governo militar e conseqüentes ameaças à democracia. No entanto, há muita gente que ainda lamenta o término dos governos presididos por militares.

A Mídia estabelece uma dúvida perniciosa. Não passa de ranço ideológico; autodenominados defensores da democracia, tornaram-se radicais, decididamente, contra os militares.

No atual grupo político que governa o País existem vários anistiados, líderanças do movimento de esquerda que enfrentou a Revolução. A minha pergunta é se esses ex-subversivos e socialistas radicais reconhecem a derrocada da URSS, o declínio do comunismo, e mudaram suas posturas políticas ou apenas aguardam um momento mais oportuno, para a implantação definitiva do socialismo revolucionário no Brasil?

É difícil responder, mas não os vejo capazes de qualquer iniciativa, de mudar a situação política do Brasil, porque, afinal, ela é muito cômoda para eles. Sabem que, se forçarem a adoção do socialismo ou do comunismo, qualquer desses regimes políticos, no Brasil, vão se ver outra vez com as Forças Armadas. Estas não mudaram seu sentimento. Está arraigado no espírito militar. Penso assim... Sinto assim. Acom-

panho o noticiário político. Identifico muitos interesseiros, ambiciosos, dirigindo o País. Não estão interessados se o Brasil vai tomar tal ou qual rumo. Os benefícios pessoais de toda ordem superam as preocupações com as graves questões do País, em todos os campos do poder.

General Medeiros, o senhor gostaria de deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército algo mais sobre a Revolução?

Não, creio que o assunto foi abordado de forma apropriada. Muito obrigado!

Deputado Federal Bonifácio de Andrada

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Exerce o 7º mandato na Câmara dos Deputados após quatro mandatos como Deputado Estadual na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e um mandato como Vereador em sua terra natal.
- Ocupou vários cargos de Secretário de Estado em Minas Gerais no Governo Magalhães Pinto, Aureliano Chaves e Hélio Garcia. É professor universitário da UNB de Brasília, da PUC de Belo Horizonte e da UNIPAC de Barbacena, nas disciplinas Direito Constitucional e Ciência Política. Tem vários livros publicados e participou de seminários e congressos no Brasil e no exterior.
- A sua atuação parlamentar se destaca como jurista e técnico em questões constitucionais e políticas, tendo exercido a Liderança do Governo e Presidência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Durante o seu mandato como deputado estadual foi relator das constituições mineiras de 1967 e 1970. Participou da Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido um dos líderes do chamado "Centrão" e membro da Comissão de Sistematização e Redação da Constituição de 1988. Deputado federal, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e outras Comissões.
- Atualmente cumpre o mandato de 2003 a 2007, por Minas Gerais, no PSDB. É membro do Parlamento Latino-americano, onde exerceu função na Comissão Jurídica Internacional, e hoje é presidente da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia.
- Integrou os seguintes partidos: UDN, 1954 a 1965; Arena, 1966 a 1979; PDS, 1980 a 1993; PPR, 1993 e 1994; PTB 1994 a 1996; PPB, 1996 e 1997; e PSDB, 1997.
- Cumpre ressaltar que o Deputado é descendente direto do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva, bisneto do Conselheiro Lafayete Rodrigues Pereira, e sobrinho-neto do Presidente Antônio Carlos. Representa a quinta geração de parlamentares brasileiros da família Andrada, que, de pai para filho serve o Parlamento Nacional desde 1821, com a interrupção de apenas 8 anos, no século XIX.
- Na eclosão da Revolução, era Líder do Governo Magalhães Pinto, na Assembléia Legislativa.

Entrevista realizada nos dias 1º de dezembro de 2004, 16 e 30 de junho de 2005.

Inicialmente, agradeço sua importante participação no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. O senhor encontrava-se junto ao Governador Magalhães Pinto naqueles momentos iniciais e decisivos do Movimento, acontecidos em Minas Gerais. O que o senhor poderia comentar a respeito?

Naquela fase, eu era o líder do Governo Magalhães Pinto na Assembléia Legislativa. Ainda muito jovem, mas já convencido de que o mundo vivia um momento grave, porque as forças marxistas estendiam sua presença a vários países. No continente americano, Fidel Castro e Che Guevara, cheios de vigor, lideravam o projeto de disseminar a revolução esquerdista e marxista. O Governo Federal de João Goulart, dia a dia, mais se articulava com essas forças de esquerda radicais.

Integrava a União Democrática Nacional (UDN), partido político de oposição ao Governo Federal e firme apoio ao Governo do Estado. Para a UDN, ao redor de João Goulart, armava-se um esquema de golpe de Estado. Percebia-se que o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, e outros militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estavam marchando no sentido da esquerdização do País.

Minas Gerais é o Estado mais cristão e católico do Brasil e logicamente a comunidade mineira é muito sensível aos valores democráticos. Então, em Minas Gerais, alastrou-se com facilidade um grande movimento de oposição a João Goulart. A Igreja Católica, naquela época, temia os riscos da implantação de um regime comunista. Atuava contra as tendências ditatoriais de João Goulart a forte ação política liberal da UDN e o conservador e ruralista Partido Social Democrático (PSD) que também estava temeroso de um movimento das esquerdas.

Tudo isso fez com que se desenvolvesse em Minas Gerais uma dinâmica muito forte contra o Governo João Goulart, sobressaindo, nesse aspecto, a Polícia Militar mineira que tinha à sua frente um homem muito destemido, o Coronel José Geraldo de Oliveira, enérgico, de espírito cristão e contrário a qualquer espécie de sucesso comunista. Aos poucos, sentia que Minas Gerais estava ficando pronto para tomar uma posição de enfrentamento a essa situação. O próprio Governador Magalhães Pinto, homem muito equilibrado, sensato, adepto de soluções sem violência, aos poucos, também se sentiu envolvido, mas agia de forma prudente, às vezes disfarçadamente, mas com clara determinação.

Os políticos também estavam atuando?

Ah, não tenho dúvida! Participavam ativamente. Os políticos tinham sensibilidade para com o seu povo, suas bases municipais. Basta dizer que quando o Governador Magalhães Pinto realmente decidiu revelar sua posição contra o Governo João Goulart, figuras das mais ilustres foram ao Palácio e aceitaram o título de Secretário

de Estado honorário. Foi o caso de Afonso Arinos, Milton Campos, José Monteiro de Castro, todos expressões da UDN e José Maria Alkmin, expressão do PSD, além de outros nomes. Aliás estes dois, Monteiro de Castro e Alkmin, participaram de vários encontros com os generais Mourão e Guedes.

Ao redor do General Bragança (José Lopes Bragança), reformado há muitos anos, muitos grupos civis se movimentavam. No interior do Estado, grupos religiosos tomavam posição. Nas ruas, ocorriam grandes movimentações – as marchas da família com Deus, temendo que o comunismo viesse a apoderar-se do País. De fato, aquela fase era a época da guerra fria. Forças empresariais de variados setores estavam se articulando, na surdina, através do chamado Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), cujo dirigente nacional era o General Golbery (Golbery do Couto e Silva).

Dia a dia, eu e meu pai sentíamo-nos na obrigação de tomar posição favorável ao movimento contra João Goulart. Meu pai, Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada me chamou para vir a Brasília e disse que o Deputado João Mendes tinha organizado uma frente parlamentar poderosa, a Ação Democrática Parlamentar (ADEP), para defender a democracia contra qualquer manobra que surgisse. A ADEP realmente reuniu deputados da UDN, quase todos do PSD, também do PTB e de outros partidos da Câmara dos Deputados. Conversei com o João Mendes e ele disse: "Bonifácio, você podia organizar a ADEP lá em Minas. Temos o apoio do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituição não ligada a nós diretamente, mas que está muito preocupada com o avanço da esquerda do Brasil. É um grupo poderoso de industriais brasileiros dispostos a apoiar financeiramente o combate ao comunismo."

Essa foi a informação que recebi sobre o IBAD. Ele disse mais: "Você lá em Minas, além da direção da ADEP na Assembléia, como também vou me comunicar com os dirigentes do IBAD, poderá fazer contato com eles." O professor Ivan Hasslocher, segundo me disse, era o presidente do IBAD. Respondi: "Deputado João Mendes, esse negócio de dinheiro do IBAD é algo com que não gosto de lidar. Nesse caso, lá em Minas, há uma figura muito interessante, Padre jesuíta José Cândido de Castro que está também muito atemorizado com os movimentos da esquerda no País e poderá gerenciar esta área, com garantia de correção." Nesse episódio, preferi que tudo se articulasse com ele, porque todos ficariam seguros de que não haveria nenhuma hipótese de desvio de dinheiro. Realmente, não cuidei deste setor. O Padre Castro articulou-se com o IBAD e passou a ser o responsável por essa área, em Minas. E mantinha contato comigo. Organizei a ADEP na Assembléia Legislativa, que logo recebeu o apoio de quase todos os deputados mineiros. Lançamos um manifesto nesse sentido.

Começamos a articulação em Minas. Tivemos conhecimento de outros grupos, além daqueles acima mencionados. Na área industrial, na área sindical, no jornalismo; já havia uma rede organizada para combater a marcha da esquerda no Estado e no País. Com essa rede, começamos a nos movimentar, inclusive com apoio jornalístico expressivo. Tive um contato mais estreito com o Coronel PM José Geraldo de Oliveira, Comandante da Polícia Militar. Confidenciou-me que a Polícia Militar estava se articulando, toda ela, para tomar uma posição revolucionária contra o Governo João Goulart. Disse que o Governador Magalhães Pinto sabia disso, havia autorizado, mas não dera a permissão para que se transformasse numa notícia pública. Para todos os efeitos, ele só poderia assumir esse discurso depois que houvesse claras demonstrações de que o Governo Federal pretendia dar um golpe de estado.

Nessa época, apareceu em Minas, vindo de Brasília, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Antônio Martins Vilas Boas. Chegou em Belo Horizonte, procurou-me, porque era amigo do meu pai, como também do meu tio Ministro Lafayette de Andrada, que foi presidente do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Vilas Boas me chamou para conversar com o Governador Magalhães Pinto. O assunto era o estado de sítio que João Goulart queria impor ao País. O Governador também estava muito preocupado com a situação, disse que não concordava e pretendia telefonar ao João Goulart, para informar-lhe de que Minas Gerais tomaria posição firme e agressiva contra o estado de sítio, caso fosse decretado por Brasília. Aquilo me impressionou, porque verifiquei que o Governador Magalhães Pinto estava dentro de um processo claro de oposição e, até mesmo, oposição radical e militar ao Presidente João Goulart.

Lembro que o Ministro Vilas Boas disse ao Governador Magalhães Pinto que tinha se encontrado com vários militares que confirmavam a existência de vários focos de insatisfação pelo temor de que acontecesse algo no País. Assegurou-lhe que o Ministro da Guerra e o Chefe da Casa Militar da Presidência da República mantinham o controle do Exército. Comunicou ao Governador que tais focos precisavam ser articulados, porque o General Dantas (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra, era respeitado dentro do Exército e um líder que se impunha. Acrescentou ainda que enquanto o General Dantas não se convencesse de que João Goulart tramava um golpe comunista, e este líder militar não estava convencido disso, achava a situação nacional muito difícil e perigosa. Disse, ainda, que o General Dantas estava meio adoentado, do que deu notícia, também, ao Governador Magalhães Pinto. E com isso terminou a conversa. Desci, acompanhei o Ministro Vilas Boas até o seu carro, que o levaria de retorno a Brasília, e nos despedimos. Achei-o meio

temeroso face aos acontecimentos, mas muito alegre por verificar que em Minas Gerais já havia uma posição firme para reagir contra o Governo João Goulart. Aliás, Magalhães Pinto já pensava na hipótese de Minas transformar-se em um Estado sob a situação de "beligerância" e para isto organizou um secretariado revolucionário com grandes nomes como Milton Campos, José M. Alkmin, Afonso Arinos, José Monteiro Castro e outras figuras nacionais, como citei acima.

Resolvi, naquela época, aproximar-me mais do Coronel PM José Geraldo de Oliveira, para acompanhar melhor os acontecimentos. O Chefe de Estado-Maior da PM era um homem capaz, figura ilustre – ainda vive – o Coronel. Afonso Barsante que aliás me forneceu importante documento resumindo a ação da PM no movimento revolucionário. Desenrolavam-se os preparativos, para a Revolução, quando meu pai chegou de Brasília, da Câmara dos Deputados. O povo ainda estava fora dos acontecimentos. Relatei-lhe os últimos fatos e ele ficou, assim, meio surpreso. Estávamos no carro, em Belo Horizonte, e diante do movimento de caminhões da Polícia Militar, disse: "Ah, a Revolução está nas ruas!" Não notei nele muito entusiasmo.

Revolucionário de 1930, tal movimento rebelde não fez com que seus ideais democráticos se concretizassem. Pertencia à Aliança Liberal, organizadora da Revolução de 1930, mas a vitória foi entregue a um positivista dos mais arraigados, Getúlio Vargas, que logo implantou um regime autoritário. Então, vi-o meio assustado, como quem diz assim: "a outra não deu certo e esta dará?" Lembrou de uma frase do Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seu tio, homem que detonou a Revolução de 1930, dita durante uma entrevista célebre, já no fim da vida, em 1943, para o jornalista Samuel Wainer. "Pode-se saber como e quando começam as revoluções, mas nunca como e quando terminam".

A Revolução de 1964 teve um pouco do Estado Novo, visto que contou com alguns tenentes da época de Getúlio Vargas, que tinham essa idéia do positivismo.

Sim, Juarez Távora foi uma esplêndida figura, de patriota mas influenciado pelas idéias positivistas, e por isto, sentíamos a presença de ideais positivistas bem fortes na Revolução. O militar tende a envolver-se com o positivismo, pois visualiza tudo em termos práticos, é muito realista, aparentemente, e ainda se presta um pouco àquela visão linear de pensamento militar. O positivismo no Brasil tornou-se influente também na área jurídica e no modo de ser da vida política brasileira, mas curiosamente, percebe-se que tal visão não é conhecida no Brasil, como deveria ocorrer. Aliás a República foi proclamada sob a influência do positivismo de Benjamin Constant e de outros líderes, inclusive dos gaúchos, com Júlio de Castilho.

Retornando ao que vinha dizendo acima, meu pai logo voltou a Brasília, porque era Primeiro-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados; se adviesse uma "com-

plicação", Ranieri Mazzilli Presidente da Câmara seria o Presidente da República. Então, meio surpreso, voltou a Brasília.

Isso já era em março de 1964?

Possivelmente, fins de fevereiro; a Câmara estava funcionando e a Assembléia Estadual também. Curioso, nessa fase aconteceu um caso que me chamou muito a atenção. As notícias ainda não eram muito claras e seguras, em relação ao General Mourão (Olympio Mourão Filho), em Juiz de Fora, e ao General Guedes (Carlos Luís Guedes), em Belo Horizonte. Recebi a notícia, então, de que o General Bragança, que foi uma figura interessante no episódio revolucionário, reunira várias pessoas suas conhecidas para conversar com o General Guedes. Pretendiam mostrar ao General Guedes os riscos que o País estava atravessando. Guedes era muito amigo do Ministro, General Jair Dantas Ribeiro. As notícias de Juiz de Fora, do General Mourão, ainda não eram claras. Sabia-se que o General Mourão tinha muita antipatia pelo João Goulart, mas não se conhecia até que ponto ele assumiria um posicionamento, embora o documento-relatório do Coronel Afonso Barsante, Chefe de Estado-Maior da PM, indicasse articulações com os dois generais, antes dessa época.

Também chegavam informações de que as associações rurais do interior de Minas Gerais estavam se arregimentando. Seu presidente, Josafá Macedo, muito diligente e inserido no processo, atuava para organizar uma rede rural revolucionária. Logo depois, às vésperas do 31 de Março, a notícia que nos chegou foi a de que todo o meio rural do Norte de Minas estava armado e pronto para uma guerra de guerrilhas contra Jango Goulart. Havia uma intenção clara de resistência a qualquer posicionamento do Governo Federal no sentido de querer dar um golpe de esquerda no País. As revoluções, às vezes, são ingratas e aliás fiquei revoltado quando cerca de um ano depois, após a vitória da Revolução, prenderam estranhamente o presidente Josafá Macedo sem maiores motivos. Tinha sido ele um baluarte, e é triste como tais coisas se desenvolvem, dentro do processo discricionário das revoluções.

Certo dia de março, o Coronel PM José Geraldo chegou a me falar que não era para esperar mais, pois a situação estava muito grave. Tivera informações de setores responsáveis que em torno do Presidente João Goulart e do Governo do Rio Grande do Sul um grupo estava se armando, de fato, com poderosa articulação militar, para fortalecer a linha de esquerdização do País. Com essas informações achava que a Polícia Militar tinha que sair para a luta obedecendo um plano já aprovado pelo Governador Magalhães Pinto. Nessa altura, as informações eram de que o General Guedes e Mourão concordavam, plenamente, na pronta deflagração das ações militares. Com a autorização do Governador, o comando iniciou o processo, e de Belo Horizonte saíram vários batalhões da Polícia Militar para pontos estratégicos. Fo-

ram dois ou três batalhões para Juiz de Fora, um de Barbacena. Coube-me ir para a rádio oficial do governo, a Rádio Inconfidência, o que fiz juntamente com mais três companheiros, inicialmente, Dênio Moreira, Orlando Vaz e José Machado, este, irmão do Deputado Guilherme Machado. Fomos cedo, por volta das 18 horas, para tomar conta da Rádio e começar a pregação revolucionária, que aliás teria a supervisão do ex-Deputado Alberto Deodato.

Já em plena Revolução?

Aliás, sobre o assunto lembro-me de que a grande escritora Rachel de Queiroz, em um dos seus artigos após o dia 31 de março, escreveu que: "nas próximas revoluções seria preciso que os revolucionários mineiros arranjassem uma rádio mais forte". Ela não conseguia captar o sinal para ouvir as notícias do Movimento.

Estava no Rio de Janeiro o General José Maria de Andrada Serpa. Era o "Serpa mais velho", e pensei em comunicar-me com ele. Praticamente isolado, era visto, pelas forças militares ligadas ao Governo, como um general que não merecia confiança. Então, consegui telefonar para o General. Um fato interessante: o Diretor da Companhia Telefônica de Minas Gerais, Lima Neto, da família de Augusto de Lima, sobrinho do Professor João Franzen Lima, estava muito envolvido na Revolução e tomava conta de toda a telefonia do Estado. Criou um esquema estratégico por intermédio do qual nós mineiros podíamos falar para fora de Minas Gerais, mas ninguém poderia telefonar para Minas Gerais. Isolou Minas Gerais. Assim pude falar com tranqüilidade com o General José Maria que me disse: "Olha, aqui no Rio há uma agitação muito grande. O Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, está querendo invadir o Palácio e prender o Lacerda. Estamos em uma situação perigosa, porque não sabemos o que vai acontecer. Agora, tenho duas informações: uma é boa, a outra nem tanto. A boa é que no interior do Rio Grande do Sul o General Santos (Adalberto Pereira dos Santos) já se rebelou a favor do Movimento revolucionário. Agora, aqui no Rio estou meio assustado, porque deverá deslocar-se contra Minas Gerais o Regimento Sampaio, realmente, uma tropa de elite. Não sei até que ponto esses soldados estão a favor do Governo João Goulart, mas se estiverem será difícil para vocês."

A tropa da PM mineira estava preparada e dois batalhões se deslocaram para Juiz de Fora a fim de se juntarem ao General Mourão. Em Juiz de Fora, o Exército contava com mais ou menos 700 homens que, reunidos ao Batalhão da PM local e à retaguarda do Batalhão de Barbacena compunham uns 1.500 homens sob a liderança do General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) que assumiu o comando do conjunto das forças, tendo o Coronel PM Antônio Falcão à frente da Unidade da PM. Do dia 28 a 31 de março houve alguns desencontros entre a estratégia do Governador e da PM, em relação ao General Mourão, prevalecendo a orientação do Magalhães Pinto.

Podemos deduzir que esse início foi, não digo aventureiro, mas foi mais a impulsão que havia a nível nacional. A impulsão de querer fazer algo.

De acordo com informações de militares que participaram do episódio, houve um confronto interessante entre as forças mineiras e as forças militares federais na divisa do Rio Paraibuna, entre Minas Gerais e o Estado do Rio. De um lado, estavam as forças sob o comando do General Muricy, que estavam integradas pelas forças policiais – um batalhão de Minas – sob o comando do Coronel PM Antônio Falcão. Somavam um efetivo de 1.500 homens. Aliás, Minas, segundo relatório do Coronel PM, Barsante, reunia 20.000 homens em todo o Estado, e mais 22.000 estavam sendo convocados. No episódio acima, do lado do Estado do Rio estavam as forças do Exército compostas das Unidades militares federais de Petrópolis e Valença, chegando mais tarde o Regimento Sampaio, vindo do Rio de Janeiro, na madrugada de 31 de março. Os dois grupos de Unidades em confronto ficaram em posição, cada qual de um lado da ponte. O General Muricy declarou que não daria o primeiro tiro contra irmãos brasileiros. Ao que parece, começou haver adesão das tropas federais, para o lado dos revolucionários vindos de Minas Gerais: inicialmente, o contingente de Valença e logo depois o Batalhão de Petrópolis. Ao amanhecer, as tropas do Regimento Sampaio, depois de várias conversações, apresentaram-se ao General Muricy e assim estava praticamente vitoriosa a Revolução, acrescentando-se que, nesta madrugada, o General Amaury Kruel, Comandante do Exército, em São Paulo, aderira ao Movimento. Estas informações me foram dadas por vários oficiais da PM que participaram do evento.

Quem realmente apressou a eclosão do Movimento militar, a partir de Minas Gerais, com o consentimento do Governador, foi o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM José Geraldo de Oliveira, seguindo um planejamento arrojado talvez, pois a PM dispunha de 20 mil homens na ativa e mais 22 mil em preparo, segundo documento do Estado-Maior da PM. O temor do Coronel José Geraldo e do Coronel Afonso Barsante, Chefe de Estado-Maior, era de que se não deflagrasse o processo, pois, segundo eles, as forças militares ligadas a João Goulart, no País inteiro, poderiam articular-se e predominar no cenário nacional.

Ele sentia, pelas informações que possuía, que a maioria das forças militares do País estava contra João Goulart, mas sem uma coordenação definida, o que gerava uma atitude de expectativa que poderia acarretar indecisão. Uma tal postura facilitaria, eventualmente, o desencadeamento de uma ação por parte dos grupos dirigentes e dos militares pró-Governo. Por isso, acreditava que o processo deveria ser deflagrado imediatamente. Para tanto, tinha a concordância do Governador. Pelos entendimentos que mantinha com os generais sediados em Minas, Mourão e Guedes, sabia que

ambos participavam de suas preocupações e concordavam que era imperioso tomar a iniciativa do Movimento, para o qual emprestavam prestígio e plena autoridade.

Encontrava-me na Rádio e recebia as informações. Por exemplo, estávamos muito apreensivos com o posicionamento do Exército de São Paulo. O General Kruel (Amaury Kruel, Comandante do II Exército) posicionava-se, a princípio, mais para João Goulart, depois é que os coronéis pressionaram para que o General se decidisse a favor da Revolução. Nessa fase, o Coronel Antônio Carlos de Andrada Serpa, com outros coronéis, em São Paulo, juntou-se ao Governador Adhemar de Barros, para convencer o General Kruel a apoiar a Revolução. Aquele político estava muito apreensivo e não sabia para que lado marcharia o General Kruel, temendo que acabasse apoiando o seu amigo e conterrâneo João Goulart. Mas o trabalho de vários coronéis conseguiu, realmente, influir para que Kruel mudasse de posição. Em Minas, segundo as informações iniciais, quando veio a notícia de que o General Kruel iria sair, estávamos convencidos de que seria contra Minas Gerais. Na verdade a surpresa provocada pelo deslocamento das tropas de Juiz de Fora resultou em generalizada desarticulação entre os comandos militares.

Minas Gerais preparou-se para enfrentar várias frentes: Rio de Janeiro, Brasília, e temíamos a ofensiva militar de São Paulo. O Espírito Santo já estava apoiando Minas Gerais e também forças militares do Exército, naquele Estado, aderiram à Revolução. Se fosse o caso, e essa era uma estratégia possível, tínhamos condições de comprar armamento no exterior através de Vitória.

Quando conversei com o Coronel José Geraldo, nas vésperas da deflagração do processo revolucionário, e havia, também, outras pessoas que ouviram, o mesmo fez algumas observações curiosas. Declarou que a opinião pública mineira, naquela época, emprestava todo o apoio ao movimento e assegurou que Minas Gerais sairia em luta contra Jango. A Polícia Militar era muito organizada e possuía informações de todo o Estado.

A Polícia Militar mineira tinha tradição.

Sem dúvida. Na Revolução de 1930 a Força Pública mineira desempenhou papel decisivo com os grupos revolucionários que a apoiaram. Enfrentaram o Batalhão de Ouro Preto, o Regimento de São João Del Rey e a Região Militar de Juiz de Fora.

O Coronel José Geraldo sabia, por informações da Polícia, que todo o Estado estava pronto para a revolta. Contava, além do efetivo da PM Mineira, com outros grupos paramilitares, tanto no meio rural quanto em diversas áreas urbanas das principais cidades mineiras. Minas Gerais levantar-se-ia com larga maioria de seu povo, caso houvesse necessidade. Do Coronel José Geraldo, chegamos a ouvir: "O Governador Magalhães Pinto apóia plenamente os nossos planos, porque nos falou

que, conforme os acontecimentos, Minas Gerais declarar-se-ia em estado de beligerância contra o Governo Federal."

Existia essa hipótese?

Se houvesse a luta armada, a declaração de beligerância contra o Governo Federal seria lançada, para obter o reconhecimento de países estrangeiros.

Havia algum contato com o exterior? O senhor se lembra?

Posso afirmar que não tive nenhuma informação de articulação do Governo de Minas com qualquer entidade internacional. O Governador Magalhães Pinto entendia que se houvesse um conflito militar a tendência seria de, mais cedo ou mais tarde, as Unidades das Forças Armadas assumirem posições contra o Presidente João Goulart, visto que reinava uma consciência nos meios militares de que o Governo estava infiltrado por forças esquerdistas ligadas a Fidel Castro. É lógico que, naquela época, várias hipóteses fantasiosas de guerra civil alimentavam muitas convicções.

Deputado, uma curiosidade. Em 1964, o sistema telefônico brasileiro não era bom. Havia a estrada ligando Brasília a Belo Horizonte, mas não existiam outros meios. A televisão não era nacional. Em vista disso, como o senhor e os demais revolucionários de Minas, conseguiram se articular com Brasília, guardando o mínimo de sigilo, e destaque-se que eram ligações perigosas que não podiam vazar?

Isso é curioso. Nós ficamos isolados, dentro daquela idéia de isolar Minas, para o Estado preparar-se fortemente para enfrentar o Presidente João Goulart. A própria telefonia mineira, como falei, organizou um sistema para isolar-se: ninguém falava com Minas Gerais. E sabedores de que o problema era de revolução militar, mantínhamos pouco contato com Brasília. Realmente toda a atenção era para a estruturação, a organização.

Havia algum código?

Não, eu não obedecia a nenhum código porque a minha conversa com Brasília era apenas parlamentar. Conversava com o Deputado João Mendes e com o meu pai, José Bonifácio, mas em termos de atuação parlamentar. Era algo natural, não tinha interesse em conversar esses assuntos com Brasília, porque, além de perigoso, não imaginávamos receber qualquer apoio da Capital Federal, exceto parlamentar. Tanto é que o Batalhão da Polícia de Minas, com dois mil homens, sob o comando do Coronel Georgino chegou a Brasília, no dia 31 de março, com plenas condições de atuar com o apoio de que pudesse dispor na Capital.

Havia planejamentos para ações em Brasília, em coordenação com as Unidades militares da Capital Federal; no Espírito Santo, também com participação de Unidades do Exército e forças dissidentes; bem como para o engajamento com mei-

os de combate de São Paulo, se fosse o caso; e marchar sobre o Rio de Janeiro. Era a tradição da Força Pública mineira, que teve papel decisivo na Revolução de 1930, em seu Estado, e, por isso,tinha experiência revolucionária, dispunha de informações e mantinha cerrados contatos com lideranças militares do País. Também admitiam que poderia haver insucesso, e as forças de Goulart saírem vitoriosas, mas havia uma consciência de luta, e até de guerrilhas.

O senhor sabe dizer se o Governador contava com apoio dos outros Estados?

Creio que o Magalhães Pinto estava convencido de que poderia haver um conflito militar. Explica-se, desse modo, sua grande preocupação com o Espírito Santo e a existência de planos do Governo de Minas de valer-se desse Estado litorâneo para adquirir armamento, se necessário, do exterior.

Seria uma saída, também.

Seria uma saída, também, no caso de derrota da Revolução, dizia-se em tom de gracejo.

Essa hipótese de ficarem cercados em Minas Gerais foi considerada?

Não foi comentada de uma maneira clara, mas brincando, perante o Governador e outras pessoas. Por certo que o planejamento revolucionário deveria indicar alternativas pessimistas e riscos naturais nesse tipo de luta.

Seria uma base?

Exatamente. Bem, o Estado inteiro estava articulado.

Descobri, depois, que o General José Maria Andrada Serpa estava certo. Existiam vários pólos no Exército dispostos a aderir ao Movimento, mas sem articulação entre eles, daí a mudança de atitude do General Kruel em São Paulo.

O assistente do General Castello Branco declarou na sua entrevista que o General estava consciente da gravidade do momento, mas aguardou até o último instante um recuo do Presidente João Goulart. Castello Branco não queria conter o Movimento contra o Presidente, mas esperou o quanto pôde um gesto presidencial que desse vazão à disciplina e à hierarquia, tão em falta.

Na verdade, houve um telefonema. Estava no Palácio e tive a informação de que o General Castello Branco ligou para o Governador e disse que era uma imprudência sair para a luta e que segurasse a Polícia Militar, porque falaria ao General Mourão. O Governador informou para o General: “Minas Gerais inteira está contra João Goulart. Não tenho condições de impedir a luta. Para mim isso é muito difícil”. Castello Branco não gostou da resposta.

Magalhães Pinto contava com uma equipe valorosa no Governo, homens como José Monteiro de Castro e Oswaldo Pieruti. Sempre foi um político muito ousado, de

correr até riscos. Por exemplo, quando foi candidato a Governador, venceu os conflitos dentro da UDN. Ele era assim, dava a impressão de um mineiro sossegado, mas nada, era um homem impulsivo. Aquela impressão de homem calmo e omisso era falsa. Magalhães queria a Revolução; ajudou e incentivou o Coronel José Geraldo a sair para luta, não há dúvida alguma. Agora, estava convencido, essa é a minha impressão, de que o General Mourão teria mais capacidade de liderança militar. Mas tal não aconteceu. Mourão, no Rio de Janeiro, não conseguiu impor-se militarmente. Aliás, nas vésperas de 31 de março surgiram concepções diferentes entre eles, no tocante ao processo revolucionário, prevalecendo porém a estratégia indicada pela equipe do Governador, sob críticas do General Mourão. Por isto a presença, talvez, do General Muricy comandando as tropas, com a concordância de Mourão.

É o que penso do Governador Magalhães. Mas, a sociedade, os políticos, as forças sociais mineiras queriam depor João Goulart. Não havia um projeto mineiro de assumir a Presidência da República e tomar o Poder. O projeto mineiro era depor João Goulart e deixar que as coisas acontecessem, se desenvolvesse naturalmente, dentro das soluções democráticas.

A cúpula mineira, da qual o senhor fazia parte, aceitou sair num Movimento até admitindo que pudesse haver um conflito armado?

Ah, não tenho dúvida.

Isso passou pela cabeça do senhor? Esse risco existia.

Numa declaração a uma jornalista de esquerda que escrevia um livro acerca do Movimento iniciado em Minas, disse que me senti na Revolução de 1964 como um "cruzado", para enfrentar o que desse e viesse. Hoje, faço crítica a essa atitude. Mas naquele momento eu me sentia um cavaleiro "cruzado", defendendo a civilização cristã brasileira. Esse meu sentimento era o mesmo da expressiva maioria de lideranças que lá se encontravam. Íamos para a guerra, para enfrentar a luta, para brigar, para ganhar ou perder. Se vencidos, fugir para fazer guerrilha. Até as hipóteses de guerrilha eram faladas e mencionadas, sobretudo no meio rural.

Estavam determinados.

A determinação era muito grande. Acho que uma pesquisa, antes que desapareçam os dados, precisa ser mais bem-feita sobre aquela fase e sobre o ambiente psicossocial de Minas Gerais. Recordo-me bem da Cruzada Tiradentes, de um Padre interiorano. Não me lembro direito da figura dele. Esse Movimento andava pelo interior de Minas, em grupos enormes, organizados para apoiar o Cristianismo contra o Comunismo. Era um movimento altamente significativo. Estive também com grupos sindicalistas desejosos de participar. Os meios empresariais, da mesma forma. O movi-

mento feminino era poderoso, desfilando nas ruas por Deus e pela Pátria. Quer dizer, é preciso caracterizar bem que esse 31 de Março de 1964, em Minas Gerais, foi uma reação vigorosa do seu povo para depor o pró-comunista João Goulart. No dia 31 de março, a vitória das forças mineiras, da maioria do povo de Minas, inegável e decisivamente contribuíram, até além das Alterosas, para que as Forças Armadas ocupassem o Poder e iniciassem a institucionalização do movimento revolucionário.

Houve a vitória da Revolução, as forças militares chegaram ao Maracanã. Como foi esse convívio, o dado histórico?

Esse convívio conheço bem. Dias depois do 31 de Março, fui visitar Milton Campos na sua residência, em Belo Horizonte. Castello já estava eleito Presidente da República. Achei que ia vê-lo muito alegre e satisfeito, mas o encontrei bastante preocupado. Perguntei o que teria havido e o Dr. Milton me respondeu: "Acabo de receber um telefonema do General Castello Branco convidando-me para ocupar o cargo de Ministro da Justiça." E continuou: "Disse que não poderia aceitar, porque aquele momento histórico não se ajustava ao meu temperamento. Castello Branco explicou que não estava me convidando, mas convocando um cidadão brasileiro a ajudá-lo." É muito curioso esse diálogo do Castello Branco com Milton Campos. Seria uma síntese do convívio dos políticos mineiros com os militares que assumiram o Poder. Castello Branco convocou Milton Campos para participar do governo, mas os mineiros, no primeiro momento, não estavam querendo participar na forma do esquema implantado, não estavam entrosados, estavam fora do episódio.

É aquilo que o senhor bem disse: os mineiros só queriam a deposição do João Goulart.

Só a deposição, e esperavam, a partir daí, que os acontecimentos normalmente nos conduzissem à solução democrática. Castello Branco assumiu de fato a liderança, eleito, indiretamente, por intermédio do Ato Institucional nº 1. Ficavam claros os princípios do combate à corrupção e à subversão. Os mineiros foram se articulando, através do Magalhães Pinto e Milton Campos. Pedro Aleixo assumiu uma posição importante, aproximou-se muito de Castello Branco que apreciava bastante a conversa com os parlamentares mineiros. O Deputado Guilherme Machado foi um interlocutor muito próximo ao Presidente Castello Branco. Lembro-me de que Castello Branco estava muito desejoso de implantar o voto distrital, mas o Deputado Guilherme Machado o convenceu a não fazer isso, o que foi um erro político.

E o Bilac Pinto?

O Bilac Pinto também. Castello Branco tinha um grande respeito pelo Bilac Pinto, porque, pouco antes de estourar o 31 de Março, deu uma entrevista muito

interessante a respeito da Guerra Revolucionária, assunto do qual era um estudioso, um pesquisador. Na entrevista, Bilac revelou conceitos modernos sobre o assunto. Acarretou grande admiração do General Castello Branco que, inclusive, encontrou nas citações do Bilac Pinto elementos para justificar muitas das providências que iria tomar no governo.

Como o senhor viu o início do Governo Castello Branco e as questões da sucessão?

Nesta fase começam umas ocorrências curiosas. O grupo dos mais radicais começou a aparecer e a articular-se, exigindo uma série de providências arbitrárias e fortes. Castello Branco era um homem de meio-termo, achava que não havia necessidade de tantas pressões. Voltava-se para as soluções democráticas e aceitava a tese de Milton Campos: a Revolução não deveria ser um fim em si mesma e sim um instrumento, um processo, para alcançar determinada situação política que restaurasse os valores democráticos. E aí começou, dentro do próprio Governo Castello Branco, um pequeno conflito. Os grupos militares radicais e alguns oportunistas logo rodearam o General Costa e Silva que era o Ministro da Guerra, defendendo o nome dele para suceder Castello Branco, pois o Presidente afirmava que só iria ficar durante dois anos, ou somente um, no Poder.

É verdade. Ele desejava completar o tempo do João Goulart.

Esses grupos citados começaram a influir no comportamento do General Costa e Silva, Ministro da Guerra, que, embora de formação democrática, tinha dentro de si – era gaúcho – aqueles impulsos típicos do caudilho. Então, animou-se a ser o sucessor do Presidente. O meio político sentia um silencioso conflito entre Costa e Silva e Castello Branco.

Há um episódio curioso: quando eu era Presidente na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e faltavam poucos meses para terminar o Governo, o Presidente Castello veio a Minas Gerais. Formou-se uma roda de conversa dentro do Palácio da Liberdade, da qual participei, com o Governador Israel Pinheiro, o Presidente Castello Branco e o Professor João Frazen de Lima. Em dado momento, vira-se o Governador Israel para o Presidente Castello Branco: “Presidente, a fórmula da sua sucessão está certa?” O Presidente respondeu: “Ah, sim, claro, está acertada.” Israel, perguntou: “Então, o futuro Vice-Presidente da República será o Dr. Pedro Aleixo, mesmo.” Castello respondeu: “Sim senhor, será o Dr. Pedro Aleixo”. Israel insistiu: “E o Presidente?” Castello, sem entusiasmo, disse: “O Presidente vai ser o Costa e Silva” e fez um gesto como quem diz: “não tenho outra solução a não ser aceitar o Costa e Silva”.

Nada contra a figura de Costa e Silva.

Sim, a objeção era com a linha seguida pelo grupo do Costa e Silva e, talvez, o temperamento deste.

Quando a convenção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) ocorreu, o nome do Costa e Silva estava colocado e ele foi indicado, embora o do Deputado Bilac Pinto também fosse lembrado. Aquela entrevista do ilustre mineiro sobre Guerra Revolucionária provocou no Presidente Castello Branco, estudioso de assuntos militares, uma clara admiração pelo Deputado Bilac Pinto. Curioso é que, além disso, começou a influir no Governo, sem aparecer, como um bom mineiro. Foi Presidente da Câmara, nesta fase. Depois, nos governos militares que se seguiram, continuou a ser ouvido. Por exemplo, o nome de Aureliano Chaves é indicação, aliás justa, do Deputado Bilac Pinto. Chegou à Vice-Presidência da República, prestigiado por Bilac Pinto.

O Bilac Pinto nunca se lançou como um candidato à Presidência?

Ele foi lembrado como solução civil, era um nome da Arena, de Minas. Se o Presidente Castello Branco tivesse podido indicar um nome civil para a Presidência da República, seria o do Deputado Bilac Pinto. E ele tentou indicá-lo, mas houve uma resistência de setores militares que, a essa altura, já estavam forçando o nome do Costa e Silva. E é dessa época aquela declaração famosa do ministro, antes da viagem ao exterior, quando lhe perguntaram se iria deixar o Ministério da Guerra. Costa e Silva respondeu: "Saio daqui Ministro da Guerra e volto Ministro da Guerra." Quer dizer, ninguém o afastaria da função. Nessa hora, ficou a demonstração inequívoca da força e do domínio político militar do Costa e Silva. Era o núcleo militar, ao seu redor, que estava crescendo dentro do Movimento de 1964. E esse núcleo de militares se valeu do Costa e Silva para dar início a um processo militarista.

A sucessão de Castello Branco é, sem dúvida, toda ela conflitante entre o grupo militar civilista e os voltados para a atuação militarista. E o grupo militarista ganhou. Segundo consta, na época, a solução militar para Castello Branco era o General Oswaldo Cordeiro de Faria, quem muito respeitava e com quem mantinha vínculo de amizade. Logicamente, respeitava muito Costa e Silva, mas o temia. Conhecia-o bem e sabia da sua psicologia pouco ajustada à função presidencial e suscetível à influência de amigos.

Governo Costa e Silva

Interessante aquele período. Embora Costa e Silva aceitasse bem esse tipo de influência, tratava-se de um homem de formação democrática. Nas reuniões ministeriais, dava muito apoio às teses do Vice Pedro Aleixo. Queria, meses antes da enfermidade que o acometeu, outorgar ao País uma Constituição cuja influência

maior era da redação do Pedro Aleixo, por quem tinha muito apreço. A doença do General Costa e Silva decorreu desse grande conflito interno: de um lado era a pressão dos seus amigos militares de tendências militaristas e, por outro lado, a vocação de democrata, querendo dar força às idéias do Vice-Presidente. E a coisa chegou a tal ponto que em algumas reuniões do Ministério – fui informado sobre isso – insistia que todos ouvissem a palavra do Dr. Pedro Aleixo, mandando colocar a transmissão "em alto som". O General Portella (Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar), liderava o grupo militarista, contra o Vice-Presidente. Em consciência, Costa e Silva estava com as idéias democráticas defendidas pelo Dr. Pedro Aleixo, mas não podia adotá-las totalmente pois entraria em conflito com seus companheiros militaristas que o levaram à Presidência da República. Nesta fase também se destacou Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil, que assessorou o Presidente na área político-administrativa.

A eleição do Costa e Silva, no Congresso, foi suave?

Foi suave, porque se juntaram três tendências. Em primeiro lugar, a tendência conservadora brasileira: "vou votar num homem forte que representa o poder militar e o poder civil também." Segundo, os udenistas viam o Costa e Silva não como o ideal, mas uma solução possível dentro daquele contexto. E em terceiro e último, os militares, mais influentes, queriam realmente o General Costa e Silva.

Deputado, antes da conversa sobre o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e outros assuntos do Governo Costa e Silva, gostaria que o senhor comentasse, sobre a sua vivência nessa época, por que ocorreu, praticamente, a saída do cenário político de líderes da Revolução, como o Governador Magalhães Pinto, o Governador Carlos Lacerda, que foi o líder no Rio, Milton Campos e, até mesmo, Juscelino Kubitschek vinculado ao Movimento?

Juscelino era vinculado a forças poderosas do PSD que apoiavam a Revolução. Os companheiros do Juscelino apoiaram a Revolução. O José Maria Alkmin, por exemplo, foi Vice-Presidente do Castello Branco; mas Juscelino não.

Quando Castello Branco assumiu, estava convencido de que deveria realmente liderar por completo o processo. Jamais imaginou que o General Costa e Silva pudesse criar dificuldades. Então, o que fez? Chamou o Senador Milton Campos para Ministro da Justiça e começou a manter contatos com o meio político. À medida que os contatos aumentaram, passou a efetivar-se dentro do meio militar a pressão do militarismo radical.

Podemos listar três fatores para este procedimento: Primeiro, Castello Branco era um homem moderado e desse modo pretendeu comandar o processo; segun-

do, sentiu a pressão militarista, oriunda da corporação militar, contra os civis, e precisava gerenciá-la. O terceiro fator era que, por outro lado, também se sentiu um pouco atingido pelo radicalismo de alguns civis. Assim, Castello Branco, pela condição de homem prudente, depois, já percebendo a pressão militar, finalmente, não aceitou as atitudes, digamos, um tanto rebeldes, da liderança como Carlos Lacerda. Isso foi se agravando e provocou o afastamento dos dois.

O mesmo aconteceu entre Castello Branco e Magalhães Pinto. Este, depois do 31 de Março, ficou imaginando que a Presidência da República deveria caber-lhe. Acontece que Magalhães Pinto tinha problemas em Minas, porque muitos políticos do Estado que apoiaram totalmente o 31 de Março não lhe davam a solidariedade para tanto. Pedro Aleixo, por exemplo, não via no Magalhães Pinto uma solução. Esteve com o Magalhães para fazer o movimento contra o João Goulart e nada mais. O próprio Milton Campos, quando Ministro da Justiça, não deixou que se transformasse em realidade a prorrogação do Governo de Magalhães Pinto, em Minas, como aconteceu com o mandato do Presidente da República.

Milton Campos, quando os movimentos militaristas começaram a crescer, sobretudo com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), achou que não tinha mais condições de pertencer ao Governo Castello Branco. Sentiu que a Revolução estava sendo tomada por vocação militarista e não queria realmente aceitar aquelas tendências.

O que aconteceu foi algo curioso: as lideranças políticas da Arena mais realistas começaram a conviver com o militarismo, embora, às vezes, as lideranças militaristas chegassem a ser até indelicadas quando os civis se aproximavam. Assisti, de longe, alguns episódios. Mas, por outro lado, algumas lideranças militaristas eram hábeis. Considero o General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota), de tendência militarista, ter sido muito hábil para conversar com os políticos, e manter evidentes ambições políticas.

E o Juscelino Kubitschek? Ele não participou ativamente da Revolução, mas também não ficou de fora. Por que ele, também, saiu do cenário político?

O JK era um político muito interessante. Tinha uma visão generalizada do problema político militar. Mas não acreditava no êxito da Revolução de 31 de Março. Em Minas, o Magalhães Pinto era da UDN e o Juscelino do PSD. Magalhães Pinto como Governador atuou muito contra as bases políticas eleitorais de Juscelino. Juscelino não gostava do Magalhães Pinto, politicamente, e vice-versa. Quem estava dominando a política mineira era alguém anti-Juscelino e a UDN guerreava muito os partidários de Juscelino. Por essas razões, ele não se sentia politicamente em condições de aproximar-se daqueles grupos que prepararam o Movimento de 31 de Março. Por outro lado, Juscelino mantinha contatos com o PTB de João Goulart,

que o apoiou na eleição e, depois, quando exerceu a Presidência. Por tudo isso, JK considerou que aqueles episódios, politicamente, não deveriam absorvê-lo.

Acrescente-se, segundo informação conhecida na época, que ele temia o futuro da Revolução que poderia transformar-se em um governo acentuadamente militarista. Ficou de fora. Aliou-se, depois, a Lacerda. Diria que o Presidente Juscelino foi, desde o primeiro momento, a expressão da reação civil contra o movimento de 31 de Março. Reação séria, sem tendência ou radicalismo de esquerda. Juscelino não aceitou aquela situação, mas não estava ligado ao Partido Comunista ou a movimentos de esquerda. Esta foi a sua posição.

Alckmin e outros políticos do PSD eram muito mais flexíveis. Depois, quando os grupos militaristas e os políticos radicais começaram a influir, transformaram o JK em alvo. Aliás, a chamada Frente Ampla com Juscelino, Lacerda e João Goulart, representou um fato estranho e pouco aceitável para o meio político da época.

O senhor acredita que o fato da ação subversiva, além de atingir níveis insuportáveis, possuir conexões com a União Soviética, China, Albânia e, principalmente, Cuba, veio dar mais força ao grupo militarista, como o senhor disse, ou tudo foi só um subterfúgio para continuar no Poder?

O Movimento de 31 de Março e o seu prosseguimento devem ser analisados dentro do desenvolvimento histórico brasileiro.

Primeiramente, dentro do cenário mundial da guerra fria; aqui nas Américas existiam as presenças atuantes de Fidel Castro e, logo depois, de Che Guevara. Havia, ainda, outros grupos de esquerda socialistas e marxistas muito ativos em toda a América Latina, alimentados pela poderosa URSS, da época. Esse fato vai primeiro influir no comportamento de muitos civis, como é o meu caso, para tomar uma posição a favor da luta pelo 31 de Março. Vitoriosa a Revolução, Castello Branco no Poder, nós civis, democratas que ficamos assustados com o João Goulart, estávamos nos sentindo bastante compensados. Com Castello Branco estava resolvido o problema. Cumpria apoiá-lo e seu projeto político. Era o raciocínio do período seguinte ao 31 de Março.

No entanto, a certa altura dos acontecimentos, surgem os grupos militares conseqüentes dessa vocação militarista, que sempre existe em qualquer organização militar; considere-se, ainda, a presença atraente de expressões internacionais como a URSS ou Cuba de Fidel Castro, bem como surgem ainda vários focos de rebelião, contestação, de reação contra o poder público, contra o governo dos militares. Tudo isso fez com que, naturalmente, os governos militares tomassem providências mais rígidas contra a oposição contestatória. Não tenho dúvida algu-

ma de que o AI-5 e também muitos atos do Governo Médici decorrem dessa fase de contestação, de ação radical contra os militares.

Quer dizer, as atitudes dos governos militares, no Brasil, decorrem de circunstâncias históricas, que vão obrigar os dirigentes do País a assumirem posições mais rígidas contra os focos de oposição de esquerda marxista. E advém a realimentação. Os grupos marxistas começam a atuar de maneira crescente, fazendo com que os governos militares tivessem que se antepor a eles, agindo com energia.

Minha relação pessoal com Magalhães Pinto era muito boa; fui Secretário de Estado do seu Governo. Na época que Magalhães foi Ministro das Relações Exteriores, no Governo Costa e Silva, e foi seqüestrado o Embaixador dos Estados Unidos, Charles Ellbrick, as autoridades brasileiras ficaram em uma situação muito difícil. Lembro que, de acordo com as eventuais regras do comportamento internacional, não se podia, naquela época, dialogar com os subversivos e contestadores. Seria considerada uma quebra do "estado de direito". Como é que o Estado vai dialogar com criminosos? Magalhães Pinto, com habilidade e dentro do temperamento mineiro, definiu a nova linha de atuação do Governo. Conseguiu conter o grupo militarista que queria sair com soluções antilegais, ou melhor, violentas e radicais. Magalhães Pinto conseguiu convencer as lideranças militares de que a solução certa era dialogar com os terroristas. Vários líderes subversivos, que faziam parte de uma listagem, foram mandados para o exterior, em troca da liberdade do Embaixador americano. Vivíamos uma fase muito tumultuada, onde o estado de direito, no Brasil, não tinha condições de possuir um alicerce muito estável.

O senhor acredita que o termo "ditadura militar" é apropriado para essa fase? O senhor conhece as nuances, como legislador e professor de Ciência Política e a vivência da sua família, do seu pai, com a ditadura Vargas. Como o senhor analisa isso? Esse ponto é importante, pois é bastante discutido.

Para mim foi uma fase autoritária. Ditadura foi a do Governo Vargas. A ditadura se interpreta, se explica e se realiza através de uma única liderança. Vargas foi um ditador, governou o País de 1937 a 1945, decidindo o que bem entendia e todos aqueles que o rodeavam no Poder se curvaram às suas determinações, incluindo as Forças Armadas. Ele foi um ditador, em toda a acepção do termo. O Governo militar não, embora seus adversários gostem sempre de falar em ditadura.

O comportamento dos governos revolucionários foi autoritário, mas não havia ditadura pessoal de um chefe. Havia o domínio autoritário da corporação militar. O próprio Congresso Nacional ficou submetido a regras claras de institutos políticos jurídicos como os Atos Institucionais, baixados pelos militares de

caráter autoritário, mas normativos. Não há dúvida de que essa fase é muito menos arbitrária, pessoalmente falando, do que a ditadura Vargas. Não tivemos ditadores militares, como aconteceu na Argentina. Em primeiro lugar, houve mandatos com período certo e adotou-se um processo de escolha dos presidentes militares. O Congresso esteve aberto e os debates foram bem atuantes, e procederam-se eleições livres. Alguns deputados foram realmente cassados, foram afastados, mas outros continuaram. Houve eleições durante todo o período militar, e por várias vezes, já do meio para o fim, o partido que apoiava o Governo militar perdeu as eleições. Muitos opositores aos militares foram eleitos prefeitos e até governadores.

Curioso, porque se fosse ditadura seria um chefe militar que assumiria o País em 1964 e ficaria até que perdesse o comando. Quem, em 1965 ou 1966, poderia imaginar que o Coronel João Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo) poderia ser Presidente da República, dentro de um processo de escolha dos comandos das Forças Armadas? Os diversos presidentes militares foram escolhidos dentro da coletividade das Forças Armadas. Lógico que nas decisões coletivas, determinados grupos ou lideranças influenciam mais, segundo as exigências do momento. Indiscutivelmente, a escolha do Presidente Castello Branco contou de maneira implícita com o aval coletivo dos comandos das Forças Armadas. Costa e Silva não tinha a simpatia de alguns setores das Forças Armadas, mas dispunha de uma maioria muito forte. Havia essa forma coletiva de expressar-se e, no segundo plano, logicamente, com a homologação do Congresso Nacional. Assim, o Congresso Nacional homologou essas escolhas. Mas não era uma ditadura que dominava o País, mas sim uma autocracia corporativa. O arbítrio quando ocorria era da corporação militar e não de um ditador.

Sou professor de Ciência Política e Direito Constitucional e não tenho dúvida de que parte dos políticos mais influentes, aos poucos, se articulou contra os governos militares. Por diversas razões, o cenário psicológico do País, gradativamente, foi gerando, também, um quadro de contornos contrários às lideranças militares. Desse modo, foram surgindo séries de chavões, pronunciamentos e posicionamentos, que buscavam o afastamento do grupo militar no Poder.

Para o historiador e cientista político, o termo ditadura, nessa conjuntura, não tem sentido. Isto é, os governos militares construíram uma fase autoritária na História brasileira, de duros conflitos, de realizações administrativas e, também, de muitas injustiças. Havia momentos em que alguns chefes militares, se afastavam inteiramente das orientações que recebiam do próprio Presidente da República. Foi uma fase instável, de muitas dificuldades, mas não podemos, de forma alguma fazer

uma comparação dos governos militares, em termos de organização política, com a ditadura Vargas. Esta não teve organização política, foi um homem só. Os militares tiveram a preocupação de se autolimitarem. Os dispositivos dos atos institucionais foram uma autolimitação. Quando achavam que tinham que abrir, baixavam atos normativos como o AI-2, dando consistência ao mundo legal, ao contrário de outros atos institucionais.

Então, tratou-se de um período muito diferente de uma ditadura comum, na verdade um processo típico de poder autoritário. Às vezes, ocorriam alguns momentos discricionários, de injustiça, que revoltavam os setores da sociedade atingidos, mas, mesmo assim, não foi uma ditadura comum. Era um outro tipo de sistema. Os próprios generais, a partir do Governo Geisel, começam a esforçar-se para restabelecer a ordem democrática no País. E não foi fácil, porque tiveram que contrariar os seus próprios companheiros de armas radicais e de tendência militarista.

Vou contar um fato curioso relacionado a essa questão, acontecido quando exercia a vice-liderança do Governo Figueiredo, na Câmara dos Deputados. Tinha tanto a amizade quanto o diálogo com o Presidente Figueiredo; gostava dele, achava-o uma figura muito singular. Há mais tempo, por volta de 1949, mantive contato com o seu pai, General Euclides Figueiredo, em reuniões da Executiva Nacional da UDN. O General representava a bancada de deputados udenistas do então Distrito Federal, enquanto eu o Departamento Estudantil da UDN. Conversando sobre a Revolução Paulista, ele disse: "Ah, você está querendo saber demais. Não vou falar mais nada". Era um homem sisudo.

Sempre defendi muito a idéia parlamentarista. O atual presidencialismo brasileiro deveria adotar determinados princípios parlamentaristas, para diminuir o excesso de poder do Presidente. Bem, vamos ao fato. Ao parlamentar, de São Paulo, Hebert Levy, figura nacional ilustre, pertencente à antiga UDN e, depois, à Arena, em 1959, relembrei que Getúlio Vargas tentara fazer um parlamentarismo consentido. Lembrava-me, mais ou menos, desse esquema: sou professor de Direito Constitucional, e mostrei-lhe o que seria esse parlamentarismo consentido. Ficou na cabeça dele que o Presidente Figueiredo poderia interessar-se pela proposta. O Deputado Hebert mostrou-se tão insistente no assunto que me pediu uma audiência com o Presidente. Tive que pedir. Foi curioso. Disse ao Presidente Figueiredo: "O Deputado Hebert Levy pediu para trazer ao senhor uma mensagem parlamentarista." O Presidente espondeu: "Sou parlamentarista". Apresentei-lhe então uma proposta com o seguinte teor: baixar um decreto estabelecendo um "meio parlamentarismo", um parlamentarismo consentido. Olha que interessante a resposta do Presidente Figueiredo: "Bonifácio, por mim, faria isso. Mas se eu assinar esse decreto o Estado-

Maior me põe para fora daqui." Eu disse: "Ah, então não assine o decreto, porque queremos que o senhor continue."

Esse fato revela que mesmo um presidente militar, no Brasil, não era de fato "dono do Poder". No meu entender, Figueiredo foi o Presidente mais poderoso de todos, talvez o mais decidido, mas disse-me: "Se eu assinar isso o Estado-Maior me põe fora daqui." Foi interessante, porque demonstrou sua preocupação em estar adequado e entrosado nas suas atitudes com o Estado-Maior das Forças Armadas, e sobretudo com o Exército. Sentia-se representante desse Estado-Maior e não podia implantar o parlamentarismo porque o Estado-Maior não queria. Ele podia querer, mas o Estado-Maior não queria. Estava submetido a um colegiado.

No meu entender era um homem realmente com claras qualidades de liderança. Logo depois que terminou o governo, eu o convidei, como fizera com o Castello Branco, para ser Presidente da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena. Ele aceitou. Levava para ele os documentos, lá em Petrópolis, com as datas das reuniões e ele assinava, indagando sobre um ou outro assunto, mas procurando, sempre, prestigiar a instituição.

Voltando um pouco, há um ponto interessante sobre o qual gostaria do seu testemunho. O senhor citou o Deputado Pedro Aleixo, revolucionário autêntico. Como o senhor viu a sucessão do Presidente Costa e Silva? Ninguém até hoje colocou isso de um ponto de vista político.

O Deputado Pedro Aleixo era um político mineiro. Homem firme, muito determinado, mas não procurava alcançar o Poder através de caminhos revolucionários. Castello Branco o colocou como Vice-Presidente de Costa e Silva, de quem acabou ficando muito amigo. Democrata, inseriu-se dentro do processo revolucionário iniciado em 1964, pelo fato de ser mineiro da UDN e opor-se às tendências autocráticas com caráter esquerdista de João Goulart.

Era uma fase em que as circunstâncias históricas, segundo muitos, estavam obrigando os governos militares a tomarem posições mais rígidas contra os focos de subversão, de conspiração e de oposição. O desejo enorme de Pedro Aleixo era ver se conseguia superar isso, levar o País a uma fase de reconciliação nacional e de volta ao pleno regime democrático. Essa era a posição do Pedro Aleixo e outros auxiliares civis de Costa e Silva, como o chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. Os generais respeitavam muito Pedro Aleixo, mas não o consideravam um homem para, naquele momento histórico, dirigir o País.

Quando Costa e Silva ficou doente e não pôde mais conduzir-se como Presidente da República, Pedro Aleixo estava em Brasília. Recebeu um telefonema de Belo Horizon-

te, do ex-Deputado José Maria Alkmin e do Governador Israel Pinheiro, exortando-o a vir para Minas Gerais, onde ressalvaria melhor a sucessão da Presidência da República. Pedro Aleixo, como era um homem cauteloso, disse: "Meu lugar é em Brasília, eu não devo sair daqui". Se fosse um homem de temperamento revolucionário iria para Belo Horizonte tentar assumir a Presidência da República, mas preferiu ficar em Brasília.

Os chefes militares o convidaram para ir ao Rio de Janeiro, para conversar. Chegando à cidade carioca, os militares comunicaram-lhe que uma Junta iria assumir a Presidência da República. Pedro Aleixo discordou, apresentou seus argumentos, mostrou-lhes que possuía condições para assumir a Presidência da República e que decretaria o estado de sítio, pois a Constituição regulava tal providência excepcional e outras medidas desse tipo. Mas os generais não aceitaram e, elegantemente, o mantiveram retido no Rio de Janeiro, como também meu pai, José Bonifácio que era Presidente da Câmara, e o Senador Gilberto Marinho, Presidente do Senado. Eram os três da linha sucessória. Meu pai, José Bonifácio, chegou em casa indignado: "Olha meu filho, por mim dava uma declaração contra todos esses chefes militares. Estou em desacordo com isso tudo. Não o faço por causa da política mineira e, também, pela política dos nossos amigos, mas este é o meu desejo". Aliás, na Câmara, no dia do AI-5, quando foi fechado o Congresso ele fez um pronunciamento de que tal decisão era passageira e que no Brasil sempre teríamos "eleições e eleitores".

Pedro Aleixo permaneceu no Rio, em clima de observação e constrangimento. Se tivesse resolvido deslocar-se para Belo Horizonte para assumir a Presidência da República na cidade mineira, não se sabe o que teria acontecido. Talvez ocorresse uma crise muito séria, porque os chefes militares, a essa altura, devido às situações internacional e brasileira, não iriam concordar com isso. Impossível calcular as conseqüências resultantes de uma tal atitude.

Que grupo militar era esse?

Os três ministros militares, constituídos em Junta, sob a presidência do Ministro da Marinha Almirante Rademaker (Augusto Hamann Rademaker Grünewald) assumiram o Poder. O Ministro do Exército era o General Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares) e o da Aeronáutica era o Brigadeiro Souza e Mello (Márcio de Souza e Mello).

Estive conversando com o Ministro da Marinha. Todos os três estavam convencidos de que era uma missão política. A situação brasileira era encarada como de crise militar. Era questão de manutenção da ordem, segundo a doutrina da segurança nacional. Curioso que a Emenda Constitucional nº 1, outorgada em 1969 tinha o caráter autoritário, substituindo uma proposta democrática que Costa e Silva teria assinado se não ficasse enfermo

Quem conduziu essa situação?

Creio que a figura central foi o General Portella. Ele coordenou os três com o apoio maior do Souza e Mello, Ministro da Aeronáutica, que se empenhou realmente para a efetivação da idéia militarista. O Lyra e o Rademaker estavam apoiando, mas eram menos ativos. As metas de repressão do General Jayme Portella ficaram de pé e se desdobraram no governo seguinte.

Como surgiu o nome de Médici (Emílio Garrastazu Médici) nessa situação?

A edição do AI-5, não há dúvida, foi uma vitória militarista. O militarismo passou a dominar o País. Afastaram o Vice Pedro Aleixo e a formação da Junta Militar é a expressão dessa reação militarista.

Na época, o líder militar da área mais democrática para o diálogo político era o General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima), com o qual as lideranças partidárias tiveram contato. O General Jayme Portella e outros militares com tendência militarista não admitiam o Albuquerque Lima de forma alguma. Por sua vez, Albuquerque Lima se articulou com a Marinha e a Aeronáutica. Nesta, com aqueles líderes ligados ao saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes, e, naquela, com almirantes não-militaristas.

Os militaristas precisavam de um nome que representasse uma certa expressão contra o General Albuquerque Lima. Foram buscar o General Médici, comandante no Sul do País, líder muito influente e conceituado no Rio Grande, e com porte bem típico de militar. E aí começaram as articulações. O grupo dos dois generais Geisel, após os devidos contatos, ficou com o Médici, cabendo ao General Orlando Geisel o Ministério do Exército. Ao que parece, um grande entendimento, e os diversos grupos de tendências variadas apoiaram o General Médici.

Já existia o grupo do Geisel?

Sim existia. O General Ernesto Geisel tinha uma força muito expressiva, porque tinha sido Chefe da Casa Militar no Governo Castello Branco. E eram dois Geisel: ele e o irmão, ambos conceituados e que exerciam reconhecida liderança. Parece que os dois já vinham se articulando e que um dos Geisel era lembrado, também, para a Presidência. A maneira de costurar o acordo foi essa: será o Médici, indicado pelas forças militaristas, mas dá-se o Ministério do Exército para o Geisel, de tradição democrática. Com isso derrotaram o General Albuquerque Lima.

Na época, corria a seguinte versão: logo depois de constituída a Junta, os militares entenderam que o futuro Presidente da República teria que se submeter a um processo de escolha entre os generais, almirantes e brigadeiros, quer dizer, brotaria de um colegiado composto por esse grupo, a fim de ficar bem garantida a escolha. Dentro do Exército, não tenho dúvida, ganhou o Médici. A Marinha queria o Albuquerque

Lima, mas o Almirante Burnier – havia o Almirante e o Brigadeiro –, ligado ao General Médici, forçou na hora da escolha e levou a Marinha a ficar com o Médici. A Aeronáutica também ficou meio indecisa, mas aceitou o Médici.

Na verdade, o Presidente Médici foi indicado pelo grupo de tendências militaristas do Exército, que se articulou bem e conseguiu o apoio do grupo do Geisel, que não era de tendências militaristas. Este último grupo estava na linha do Castello Branco: queria a paulatina democratização do País. Quando o Orlando Geisel assumiu o Ministério do Exército, alguns analistas políticos arriscavam que o Presidente seguinte ao Médici seria um líder ligado à linha do General Geisel.

Começando o novo Governo, fica claro que Médici sabia comandar. Surpreendeu muita gente que julgava que seria um Presidente semelhante ao Costa e Silva. Embora sem intervir muito, possuía temperamento firme e era um homem que sabia mandar, mas de velha tradição liberal dos gaúchos. Embora não transparecessem na época, foi uma fase em que os contestadores e subversivos atuaram com eficiência e foram de fato contidos, às vezes violentamente como nas guerrilhas. Médici chegou ao Poder, mas no final teve pouca influência para indicar o sucessor. As áreas militares já começavam a sentir a necessidade da "abertura" democrática. Daí surgiu o nome do General Ernesto Geisel para futuro Presidente.

O senhor acha que o grupo do Médici e o grupo seguinte, do General Geisel, seriam dois grupos ou chegou a haver uma continuidade?

Nesses assuntos não há um raciocínio matemático. É parecido a um organismo biológico. Foi tudo mais ou menos segundo um processo complexo. A minha impressão é que o Médici seria um produto dos remanescentes da área militarista do Costa e Silva, que tinham no General Portella a sua maior liderança, e outros de que não me lembro. Eram militares discretos, fechados. As memórias escritas do General Portella, que eu não li, devem trazer algo desse tipo. Médici afastou Portella por ser muito radical.

Na época, segundo soube, os militares liderados pelo General Reynaldo Mello de Almeida, nascido na Paraíba e filho do ex-Governador José Américo, e outros segmentos castrenses, forçaram no sentido do Governo Médici, incluir o General Orlando Geisel como Ministro do Exército. Essa era a minha impressão. O Médici cresceu muito durante o seu Governo. Foi um Governo de expressão, mas curiosamente não deixou uma linha de adesistas, de seguidores. Talvez, não tivesse muita preocupação com isso, talvez a preocupação dele fosse exercer apenas a sua função. Contrariamente, o General Geisel e o General Golbery buscaram a continuidade de suas idéias, e planejaram a paulatina democratização do País.

Golbery fazia parte, também, do grupo do Castello Branco.

Castello Branco, Geisel e Golbery possuíam um pensamento muito semelhante, no tocante aos problemas do País, bem como soluções democráticas. É a linha "esguiana" (Escola Superior de Guerra - ESG). A democracia como um dos Objetivos Nacionais Permanentes. O General Golbery e os fundadores da Escola Superior de Guerra cuidaram de fazer uma doutrina muito atraente baseada um pouco na doutrina norte-americana, mas com melhor filosofia, segundo entendo. O Poder Nacional tende a realimentar-se automaticamente, à medida que atinge os Objetivos Nacionais Permanentes. Quando o Poder Nacional encontra óbices ou pressões, para impedir a consecução dos Objetivos Nacionais, ele se enfraquece. É um sistema político e com as idéias políticas atualizadas, a época.

Deputado, vamos prosseguir nossa entrevista, no dia de hoje, retomando seus comentários acerca das sucessões presidenciais após Castello Branco.

Costa e Silva era um homem muito bom, de formação democrática. Durante toda a sua fase no governo, se esforçou terrivelmente para que o País se conduzisse com a presença militar, porém voltado para o meio civil. Apoiou muito Pedro Aleixo, mas foi dominado por grupo de tendências militaristas, cuja figura forte na época foi o General Portella.

General Portella achava que o militar teria sido a melhor solução?

Sim, a melhor solução. Portella tinha ao seu lado jovens militares. Procurava influenciar o comportamento do Presidente, para seguir o caminho militarista. Aliás Costa e Silva, se não ficasse enfermo, daria ao País uma Constituição democrática.

E o Golbery, nessa fase?

Na fase em que o Costa e Silva era Presidente, o Golbery estava afastado. Todas as pessoas que julgavam ser o Movimento de 1964 de caráter militar, mas voltado para as instituições civis, estavam afastadas. Golbery era muito chegado ao Presidente Castello.

Logo depois que Castello Branco deixou o Governo, fui visitá-lo. Admirava-o muito. Ele me recebeu com estas palavras: "Você me desculpe, porque o atendo aqui, a casa não está bem organizada". Era o modesto apartamento que possuía no Rio. Contou-me vários episódios do Governo dele. Aceitou meu convite para ser presidente da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena, e numa carta assim se expressou: "Vou ao Ceará visitar o meu povo e quando voltar irei a Barbacena. Quero ver essa Fundação e vamos transformá-la em um centro de estudos importantes para o País". Foi ao Ceará e veio a falecer. Antes disso, também quando deixou de ser Presidente, fiz questão de recebê-lo no aeroporto de Belo Horizonte e ele disse: "Ah!

O senhor está perdendo tempo vindo aqui me receber". Retruquei: "Não, o senhor é uma figura nacional". Eu era, à época, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Castello Branco possuía a sua história em Minas Gerais. Foi casado com uma mineira, de Santa Luzia, Dona Argentina Viana, que conheci no Ceará, quando lá estive, representando o Ministro da Agricultura João Chagas.

O General serviu na região, em 1930. E dele se falava assim: "Esse 'tenentizinho' magrinho nortista é o noivo da Argentina Viana!" Foi um casamento muito feliz, e o casal, muito simpático e exemplar.

Aquele grupo militar superou o Presidente Castello Branco, e Costa e Silva, eleito, assumiu a chefia do executivo. A minha impressão sobre este Presidente é curiosa. Não há dúvida de que não suportou as duas pressões: do coração, na direção da solução civilista, e da razão, na direção da solução militarista. É uma fase realmente muito complexa da vida nacional.

Com a morte do Costa e Silva, imediatamente o grupo militarista, liderado por Jayme Portella, toma conta do País. A Constituição outorgada de 1969 (Emenda Constitucional nº 1) é de tendências autocráticas muito claras e enfáticas. Além do AI-5, com todos aqueles poderes revolucionários, poderes arbitrários, o texto é todo muito autoritário.

A Junta Militar assume e logo se percebe o domínio total do Exército. Numa conversa que tive com o Almirante Rademaker, no hospital, quando visitou meu pai, José Bonifácio, doente do coração, ele disse: "Pois é, criaram para o Distrito Federal a figura de Governador! Deveria ser prefeito". Nesse instante, demonstrei minha admiração: "Mas Almirante, o senhor é quem assinou a Constituição, e deixou incluir isto? Ele sorriu!" Vê-se realmente que o grupo do Exército é que estava assessorando, influindo e estabelecendo as regras de todo o processo político-militar daquela época. Esse é um dado atraente.

Notei, não sei se estou certo, que o grupo dirigente da Aeronáutica, nesta fase, estava muito mais vinculado aos militaristas do Exército do que aos militares da Marinha. A Marinha não me pareceu estar identificada ou exercendo influência para uma solução militarista. Fixou-se numa posição realmente militar, aguardando as decisões nacionais, para cumprir. O Comando da Aeronáutica, nessa época, estava em conflito com o grupo dominante da Aeronáutica, cuja maior figura fora o Brigadeiro Eduardo Gomes. A escolha do Presidente Médici foi feita dentro desse enfoque.

E quanto ao Albuquerque Lima?

Tive muito contato com ele. O General Albuquerque Lima representou a terceira posição. Imediatamente se abriu ao diálogo com o meio político, sabendo

cativar as lideranças civis. Os militares de tendência civil achavam que o General Albuquerque tomava-lhes a dianteira com as freqüentes conversas com os políticos, enquanto o grupo de tendências militaristas alarmou-se, considerando-o um representante do diálogo político inaceitável. Pareceu-me um homem de muito boa articulação, porque a Marinha estava do seu lado, segundo pude perceber.

Era tenente e me lembro do General Albuquerque. Estava ligado até aos pára-quedistas, não sei por que, afinal.

Foi uma liderança, no meu entender, muito forte dentro do Exército, mas me pareceu pouco articulado com as maiores lideranças militares. Certa vez, precisava de informações e, em conversa com o General Andrada Serpa, este me disse: "Não tenho contato com o Albuquerque Lima. Dentro do Exército, o homem forte é o Geisel. O Albuquerque Lima não tem condições de liderar". Foi quando comecei a sentir que o Albuquerque Lima estava um pouco afastado do grupo do Ernesto Geisel e enfrentava alguns obstáculos.

A eleição do Médici, como disse, foi um projeto do grupo militarista. Ele era um homem de formação castrense, acostumado às tradições do Rio Grande do Sul. Era um patriota, interessado que o País fosse para frente, mas dentro de uma visão disciplinadora. O primeiro discurso que ouvi, não sei se um pouco antes de assumir a Presidência da República, continha marcas autoritárias bem expressivas. Talvez a conjuntura histórica o levasse a tal posicionamento. Indiscutivelmente, era um patriota e de conceito nas camadas populares das capitais do País. Aliás, soube apoiar o esporte e o futebol brasileiro.

Embora tenha vindo de dentro da linha militarista, o fato de o Médici ser oriundo da comunidade de informações, como os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, o senhor acha que esse fato teve alguma influência?

O trabalho de verificação de dados a respeito das atitudes anti-revolucionárias tornava as equipes do serviço de informações muito atentas e, sobretudo, não diria assustadas, mas temerosas de que algo ocorresse. Eram pessoas que viam os acontecimentos de uma forma que me parecia, às vezes, um pouco exagerada quanto aos possíveis riscos. A tendência, nessa área, sempre é exagerar um pouco. Mas, embora de origem na área de informações, os governos de Médici e Figueiredo são de conjunturas diferentes e de personalidades bem diversificadas.

O Governo Médici foi militarista por excelência?

Militarista por excelência, talvez devido à época e à equipe política de Médici. Durante o seu governo, o País alcançou, possivelmente, os melhores momentos de sua vida econômica e esse fato foi benéfico, também, para sua imagem política. Por

trás da administração, a repressão era forte; foi realmente uma fase na qual essas tendências militaristas influíram no País.

Determinados tipos de tensões, naquela época, fizeram com que esse grupo militar de tendências militaristas fosse se enfraquecendo. E o grupo militar de tendências civilistas, que tinha no General Orlando Geisel um ponto de apoio, começou a crescer. Nesse instante, as articulações do General Ernesto Geisel foram vitoriosas, com facilidade.

Eleição e Governo Ernesto Geisel

Golbery entra em cena, com a sua conhecida capacidade e com dados do sistema de informações. Os meios políticos também perceberam, começaram a influir, e o General Ernesto Geisel assumiu a Presidência. A eleição do General Ernesto Geisel é a eleição de um militar de tendências civilistas, mas de mentalidade germânica, matemática. Desse modo, era um Governo muito bem organizado. Lembro dos fatos, porque meu pai, Deputado José Bonifácio, foi líder do Governo na Câmara dos Deputados. Logo nos primeiros momentos da organização do Governo do General Ernesto Geisel, sente-se a presença muito importante das forças políticas civis. Meu pai opusera-se, em vários momentos, às orientações parlamentares dos grupos militaristas e, por isso, não era bem visto naquela área. Suportavam-no, porque era primo-irmão e muito amigo dos três irmãos Andrada Serpa, que eram expressivas lideranças no Exército.

No início do Governo, Geisel confirmou sua tendência civilista com medidas que seriam adotadas no plano de democratização do País. Momento de relevo foi a atuação do Presidente na crise mais grave do período militar, o processo de demissão do Ministro do Exército, General Frota.

Episódio delicado que acompanhei, em detalhes, porque o General Antonio Carlos Andrada Serpa, dentro do plano do General Golbery e do General Geisel, teria que assumir o Comando do III Exército, no Rio Grande do Sul, para fortalecer o esquema do Presidente na demissão do Ministro do Exército.

O General Sylvio Frota assumiu o Ministério do Exército, em Brasília. Era um homem com tendências militaristas, mas de diálogo político e posicionamentos populistas. Um dia, meu pai, José Bonifácio, procurou o Presidente Geisel e disse: "General, aconteceu algo estranho: o Ministro Frota, com vários generais, visitou o Senado, fizeram discursos." Geisel respondeu: "Frota gosta disso, é de seu temperamento." E não deu maior importância ao assunto. Mais tarde, no entanto, o General Geisel verificou que o General Sylvio Frota estava armando realmente um complô para enfraquecê-lo na Presidência da República.

O objetivo não era ser o futuro Presidente?

Segundo alguns, na época, talvez pudesse visar um possível golpe de estado, no esquema da linha militarista. O General Geisel talvez começou a perceber tais fatos e resolveu afastar o General Sylvio Frota. Geisel sabia que o Frota tinha apoio em várias guarnições. A minha impressão é que o Presidente Geisel sentia que parte do Rio Grande do Sul ameaçava a sua autoridade devido à forte vinculação dos comandos militares da terra gaúcha com o Ministro do Exército, Sylvio Frota. O afastamento do General Frota por isto teria que ser minuciosamente planejado.

O primeiro cuidado foi evitar demitir o Ministro Sylvio Frota no dia em que a guarda do Palácio estivesse a cargo da Unidade comandada por oficial vinculado àquele general. Naquela época, duas Unidades concorriam ao serviço de guarda do Palácio do Planalto: o Batalhão de Guardas Presidencial e o Regimento de Cavalaria de Guarda, os tradicionais Dragões da Independência; um dos comandantes dessas Unidades era ligado ao General Frota. Para evitar riscos, a Unidade que estivesse encarregada do serviço de guarda do Palácio deveria estar sob o comando de oficial leal ao Presidente.

A segunda providência foi remeter uma comunicação lacrada para todos os comandantes de organizações militares importantes do Exército, e que só deveria ser aberta no dia marcado da demissão do ministro. Ninguém poderia abrir antes. E, uma terceira medida seria colocar no Rio Grande do Sul um comandante de total confiança do Presidente, capaz de convencer os chefes militares da área contra a tendência dos militaristas. O Presidente Ernesto Geisel vislumbrou a solução: "O Bethlem (General Fernando Belfort Bethlem) é meu amigo, gosto dele, mas não é um homem capaz de enfrentar os generais no Rio Grande do Sul. Vou nomeá-lo Ministro do Exército e o Subcomandante de lá, o General Andrada Serpa, assumirá o comando, pois tem condições de garantir o Rio Grande do Sul em favor da ordem constitucional."

Foi curioso. O General Bethlem estava em casa de um amigo, no Rio de Janeiro, e, naquele dia marcado, de manhã, chegaram quatro coronéis com a seguinte missão: "General, nós viemos buscá-lo. O Presidente da República quer falar com o senhor agora." Ele disse: "Está bem, vou em casa pôr a farda." Os oficiais avisaram: "Não, é agora mesmo, em traje civil." E o colocaram no avião para Brasília. O Bethlem tomou posse dentro do Palácio e, depois, assumiu o Ministério do Exército. Vestiu a farda lá no QG. Havia pressa para formalização da chefia do cargo.

Interessante, ele assumiu com o traje civil que vestia.

O General Andrada Serpa, no Rio Grande do Sul, teve que se esforçar, para convencer os generais. O resto do País já estava sob controle. Mas o General Geisel foi um homem tão transparente que deixou o General Frota utilizar as rádios para fazer um pronunciamento demorado, acusando o Presidente da República, porque

no dizer dele, se sentiu vítima de uma trama. Durante todo o período do Movimento iniciado em 1964, não houve instante mais perigoso do que esse, para a manutenção do processo político militar.

Mesmo, no Governo Figueiredo, quando houve o episódio do Riocentro?

Se o General Frota realmente afastasse da Presidência da República o General Geisel, ou passasse a orientar o processo político, toda a estratégia e diretrizes do Movimento de 1964 seriam mudadas. O General Frota, no entender de muitos, queria assumir a direção do País, dentro do projeto de seu grupo, voltado para as teses da chamada "linha dura".

O temor de muitos era que o País se transformasse numa republiqueta sul-americana, porque o General Frota não se agüentaria no Poder. Outros episódios foram bem sérios durante o período dos governos revolucionários, mas nenhum foi tão grave quanto este.

A firmeza e o temperamento germânico do General Geisel devem ser ressaltados. Planejou a queda do General Frota de maneira estratégica, calculando os desdobramentos políticos. Creio, até, que anteviu o protesto do Frota, por conhecê-lo bem, e foi habilmente calculista mesmo em permitir que ele fosse às rádios falar o que desejasse. Achava que, agindo dessa maneira, esvaziaria a reação. Se o prendesse restariam sempre algumas marcas ou feridas.

O General Ernesto Geisel também era um personagem de manifestações hilariantes. No dia seguinte à demissão do General Frota, meu pai, José Bonifácio, seu líder e amigo, disse-lhe, com ar amistoso: "Presidente, o senhor passou um aperto!" Ele comentou: "Você Zé Bonifácio costuma dizer, e eu vou repetir, se eu não bancasse o coelho, estaria perdido". "Se eu não bancasse o coelho" é uma expressão mineira.

Pela conversa com o seu pai, o Congresso percebeu essa hipótese de golpe chefiada pelo General Frota?

A Arena, a grosso modo, tinha consciência de que a hora era ainda dos militares e que deveria ficar perto deles, até para manter o Congresso aberto e os políticos nas suas funções parlamentares. Se a Arena se afastasse dos militares e ficasse opondo-se ao Governo militar, poderia, realmente, abrir caminho para a implantação, no País, de uma solução militar semelhante à da Argentina. Os políticos brasileiros, muito hábeis, ficaram permanentemente em contato com os militares. Havia um grupo político que notou a ascensão do General Frota e apostava que ele sucederia o Geisel. E passou a ficar ao seu lado: "Ah, o próximo vai ser o Frota."

Todos nós parlamentares sabíamos que não teríamos acesso ao desenrolar do processo de escolha do sucessor do Presidente. O General Frota era colocado como um candidato forte dentro das injunções políticas desse processo. Outro grupo se

aproximou de outro General. No entanto, era clara a influência do General Geisel e do Golbery, que escolheram o General João Figueiredo.

Esse episódio do General Sylvio Frota, o senhor se lembra quanto tempo aconteceu antes da sucessão do Geisel, quer dizer, se ele fosse concorrer à sucessão teria quanto tempo?

Acho que uns dois anos antes, mais ou menos.

Quando alguém surge como candidato, se você apoiá-lo logo no início ele fica muito agradecido, porque acontece no início da luta dele. Então, muitos pensavam que seria hábil e procedente aproximar-se do Ministro do Exército.

Possivelmente, como faltavam cerca de dois anos, o General Frota não poderia fazer um movimento; teria que ser um golpe mesmo.

Muitos pensavam que o general disputaria a sucessão do Geisel. Frota se imporia ao Presidente Geisel para ocupar a Presidência da República na sua sucessão. Outra coisa não se pensava. O meio político foi surpreendido por isso tudo depois. A manobra do Geisel para afastar o Frota, foi silenciosa e hábil. Só se tomou conhecimento no dia em que o Geisel demitiu o Ministro do Exército. Mas havia uma corrente se formando para apoiar o General Frota.

Naquele momento é que os senhores no Congresso foram sabedores que poderia haver um golpe?

Não, segundo muitos, só se soube do assunto quando o próprio General Geisel deixou isso claro. O assunto ficou conhecido pela opinião pública, com a fala do General Frota nas rádios, registrando certo tipo de protesto político.

Antes de passar para a sucessão de Geisel para Figueiredo, pergunto ao senhor, se essa linha militarista conseguiu preponderar impulsionada pelo aumento das ações subversivas, um pouco mais radicais também. Aliás, havia um contexto mundial a favor desse recrudescimento de ações armadas.

Existia, então, em algumas lideranças castrenses uma certa doutrina que vinha do passado, preconizando que os valores da elite militar seriam capazes de resolver os problemas brasileiros, sem a presença das elites civis. Foram refratários a essa doutrina nomes como Castello Branco e Eduardo Gomes, este sempre um militar civilista e democrático. Muitos coronéis daquela época e outros oficiais mais jovens queriam fazer algo em proveito do Brasil e, como entendo, a doutrina militarista tinha raízes nos chamados "jovens turcos" que no princípio do século, durante o Governo Hermes da Fonseca, aperfeiçoaram-se na Alemanha.

A segunda questão está ligada às características da formação do militar, preparados para dirigir, comandar e dar ordens pressupostamente capazes de resol-

ver os problemas que as pessoas estavam vendo nas ruas. Tudo seria fácil mediante a intervenção militar.

Quando o Movimento de 1964 foi vitorioso, indiscutivelmente quase 95% do País bateram palmas. Mas, à medida que o processo revolucionário de 1964 vai se implantando, ao mesmo tempo vai provocando discórdias e conflitos. Daí, a contestação que começava a surgir. No processo revolucionário, o Poder é arbitrário e provoca contestação. Cresciam dois tipos de oposição: os adeptos do marxismo, bem fortes, naquela época, ligados a Cuba, à União Soviética; e algumas lideranças liberais democratas que não estavam concordando com a execução do processo implantado no País. Eis a terceira causa: essas duas forças vão se unir, a de esquerda e a liberal, ambas antimilitaristas. Esta forma de oposição não sabia distinguir entre o militar de tendências civilistas e o de tendências militaristas. Tudo para eles era militarista.

Surge uma dialética política no País. O crescimento da oposição contestatória resultaria, logicamente, em reação do Poder que deveria defender-se e manter a ordem. Mas, o Presidente Geisel tinha consciência do problema, e nos seus pronunciamentos tanto quanto no exercício do cargo, esforça-se para promover a distensão e a superação da situação. Geisel, para mim, não tinha o mesmo estilo de Castello Branco, mas foi, indiscutivelmente, o grande promotor da solução democrática do processo iniciado em 1964. Como germânico, planejava demais e julgava que, mesmo depois de passar a Presidência, as suas idéias poderiam continuar a ser seguidas e seus planos executados.

Vou contar uma conversa que tive no gabinete do General Golbery, como episódio ilustrativo. Disse-lhe: "General, o Governo vai novamente acabar com os partidos. Política e guerra são duas coisas semelhantes. O quartel na paz é uma coisa e na guerra é outra. Política é quartel na guerra. No meu modesto entender, fazer partido político é muito mais difícil do que fazer um pelotão. Sou oficial da Reserva, pego trinta homens faço treinamento e tenho um pelotão pronto. Agora, não faço partido em dois meses, de jeito nenhum. Esse é o problema." Mas, no fundo essa é a mentalidade um pouco, digamos assim, matemática, e positivista, achando que se pode resolver as coisas na base do planejamento ultra-racional.

O que fez o General Geisel, no fim do seu Governo? No íntimo, embora desejando que o General Golbery o sucedesse, pois era notável figura de homem público, verificou que não tinha condições de assumir a Presidência da República. Castello também admirava muito o General Golbery.

Por que não teria condições? Por não ser quatro estrelas?

Porque não possuía as quatro estrelas e carecia de uma liderança efetiva dentro das Forças Armadas. Era um pouco contestado e considerado, digamos as-

sim, muito acadêmico, um intelectual, um pensador, e os militares gostam de homens que têm condições realmente de agir, comandar e “bater na mesa”. Não era um homem que representasse, assim, uma tipicidade militar, para ser Presidente da República.

Fiz uma entrevista com o General Venturini e ele disse o seguinte: “o Golbery gostava de ver as coisas acontecerem; de trabalhar para que aquilo acontecesse.” Não tinha tanta motivação em executar; ele queria produzir.

Era um pensador e queria explicar, influir, doutrinar, convencer as pessoas.

O Geisel, no fim de seu Governo, bate o martelo: “Vamos pôr um general muito amigo do Golbery e meu amigo, que possa fazer o governo de acordo com a assessoria dele.” É o General João Figueiredo. Chama-o para Presidente da República, mas com o Golbery ao seu lado, orientando-o ou aconselhando-o. Figueiredo impôs uma condição: a promoção ao mais alto posto da hierarquia militar. O Presidente Geisel “forçou um pouco a barra”, para Figueiredo ser promovido a General-de-Exército.

Governo Figueiredo

A intuição do General Figueiredo para os problemas militares e políticos era bastante interessante. Para mim, foi o mais expressivo chefe militar de todo o processo iniciado em 1964, em termos de chefia e liderança castrenses, superior, sob certo aspecto, ao General Geisel. Este era também muito inteligente, um valoroso chefe, mas, no fundo, de porte germânico. Geisel não sentaria em uma roda de oficiais da idade dele, ou mais jovens, para tomar uma “cervejada” e falar brincadeiras, popularizar-se. Figueiredo vivia a caserna, mas sabia fazer com que o pessoal saísse marchando. Era um homem, digamos assim, bem fruto da cultura brasileira. Quando havia problemas no seu Governo, entendia bem o que deveria ser feito. No caso do Riocentro, ele estava cansado de saber quais eram os responsáveis e soube, discretamente, puni-los.

O senhor acha?

Chamou a Palácio os militares que pensava devessem ter sido os responsáveis e os puniu, silenciosamente.

Jamais aconteceria com o Figueiredo o episódio do Sylvio Frota. Se ele notasse que este estivesse levantando a cabeça, o prenderia “na marra”, como gostava de falar. O militar germânico segue os postulados militares, respeita as normas militares. Geisel era um homem altamente inteligente e é o responsável pelo restabelecimento do processo democrático no Brasil; sem dúvida alguma, a maior figura histórica do Movimento de 1964. Figueiredo era o chefe castrense mais poderoso. Permaneceu mais tempo no Poder. Seu patriotismo exuberante e a experiência

do seu pai, exilado político, deram-lhe uma visão superior da vida pública brasileira. Não tinha vocação para o governo, mas um firme senso de cumprimento do dever.

Parece-me que os problemas, no final do Governo, decorreram, em parte, de seu cansaço. Foi quando alguns generais começaram a ter mais influência e irrompeu aquela crise séria entre o General Medeiros (General Octávio Aguiar de Medeiros) e o Golbery, que culminou com o afastamento deste último. O General Medeiros e o Figueiredo se consideravam bastante, eram muito amigos. A amizade e o temperamento imprudente do General Medeiros tive oportunidade de constatar numa viagem de helicóptero com o Presidente Figueiredo, de Juiz de Fora ao Rio, no fim de seu governo.

O conflito do General Medeiros com o General Golbery foi uma incidente inesperado no fim do governo. Fase muito difícil, porque os governos militares estavam no final. Nas reuniões, Golbery defendia teses mais acadêmicas, teóricas, prudentes. Medeiros ficava impaciente e acabava discutindo duro com o General Golbery. No meio de uma dessas discussões, ele o destratou. Figueiredo, que no fundo tinha um temperamento inquieto como o do Medeiros, porém com maior nível intelectual, parece-me, deixou correr o conflito. Minha impressão é que Figueiredo começou a sentir que o General Golbery, no término do Governo, não estava mais prestando os mesmos serviços do início do mandato e concordou com seu afastamento.

Não prestava mais por ter se afastado da linha Figueiredo?

Creio que o motivo era outro. Figueiredo entendia que os acontecimentos políticos estavam tomando um rumo diferente daqueles previstos por Geisel e por Golbery. Na verdade, Figueiredo não gostou da solução Paulo Maluf. O Golbery tinha apreço por Maluf e elogiava a capacidade administrativa dele. Considerava-o uma liderança muito poderosa e que, se eleito Presidente, poderia fazer muito na transição, além da sua capacidade de realização, respeitando os militares e abrindo-se aos civis.

No lugar de Golbery, assumiu o professor Leitão de Abreu (João Leitão de Abreu), homem de valor intelectual e capaz, mas uma cabeça diferente do antecessor. Golbery era um nordestino adaptado ao Rio de Janeiro. Leitão de Abreu era gaúcho, um povo bem peculiar no Brasil. Na realidade, Leitão era contra Maluf e considerava Tancredo Neves o nome mais conveniente para o momento histórico. Tancredo era um político mineiro de formação humanista e com notável qualidade de articulação política e ação parlamentar, embora sem maior vocação para o Poder Executivo.

Interessante, sinto que naquela altura o Presidente Figueiredo, se não gostava muito do ex-Governador Paulo Maluf, achava-se na obrigação de dar-lhe certo

apoio, por ser do seu Partido. Mas, no fundo, também simpatizava com o Governador Tancredo. Então o Figueiredo começou a afastar-se do processo eleitoral e permitia que Leitão de Abreu discretamente influísse em favor do governante mineiro, embora o PDS oficialmente como partido do Governo indicasse o líder paulista. O cenário era complexo, pois o PDS se dividira e a sua dissidência, o PFL, apoiava Tancredo.

O senhor acha que se Figueiredo pudesse indicar pura e simplesmente um nome, o senhor saberia qual que ele indicaria? Fala-se muito do Andreazza na época, que ele teria disputado com o Maluf. Tinha o Aureliano, o Vice-Presidente.

Ele estava politicamente rompido com o Aureliano. Os dois entraram em conflito ao longo do Governo. Os militares que trabalhavam com o Vice Aureliano, na realidade, no meu entender, não facilitaram a aproximação com Figueiredo e chegaram a provocar alguns desentendimentos com o Presidente, no que diz respeito a certas questões do governo.

Leitão de Abreu influenciou muito em favor de Tancredo, sobretudo quando o Ministro Andreazza foi derrotado na convenção do PDS. Leitão não simpatizava com o nome de Maluf. Lembro-me de que, para tirar certas conclusões a respeito, conversei com Hugo Napoleão, meu amigo, Governador do Piauí, e indaguei dele: "Me conta, fala sinceramente, como ocorreu tua ida ao Palácio para falar sobre a sucessão?" Ele me respondeu que o Presidente, de uma maneira formal, sem entusiasmo, falou que o candidato do partido era o Maluf. Mas quando Napoleão foi conversar com o Leitão de Abreu, este demonstrou simpatias para com Tancredo, julgando que ele deveria ser o sucessor do Presidente Figueiredo.

O senhor acredita que Figueiredo assumiu a Presidência com a firme determinação de finalmente passá-la para um civil?

Não tenho dúvida, porque tal providência fazia parte do planejamento do Geisel. Segundo minhas observações e análises, houve este planejamento e compromisso com o General Geisel.

Na sua opinião, aquele problema de saúde do Presidente Figueiredo afetou o Governo dele?

No longo período em que ele ficou nos Estados Unidos, o Vice Aureliano Chaves assumiu a Presidência da República e parece ter havido pequenos conflitos entre os dois, tanto que Figueiredo chegou um pouco magoado, segundo os comentários da época. Aureliano era um homem muito sério, de temperamento forte, e

assim, dentro do posicionamento pessoal, dava soluções para alguns problemas, fugindo, às vezes, ao modo de ver da equipe de Figueiredo.

Deputado, o senhor explicou muito bem a existência das duas linhas militares: militarista e civilista. Na primeira linha estão Costa e Silva, Médici, e nesta segunda os nomes de Castello Branco, Geisel, Golbery...

E o Presidente Figueiredo também, de uma forma clara.

Qual o destino da linha militarista? Fundiu-se ou perdeu-se nos governos Geisel e Figueiredo?

A linha militarista teve presença forte em todo o processo, mas se enfraqueceu no episódio do afastamento do Ministro do Exército General Sylvio Frota. Na hora em que o Geisel realmente cancelou ou extinguiu a presença crítica do General Frota, a linha perdeu sua influência.

E no Governo do General Figueiredo?

O Presidente Figueiredo sabia lidar com o problema. Ele era um militar civilista, mas se dava muito bem com a área militarista. Figueiredo conhecia o Exército bem. Em virtude de sua formação profissional e de suas características pessoais, sabia identificar as áreas por suas condições de comportamento ético. Talvez fosse, de todos os presidentes, o que conhecia mais a fundo as Forças Armadas. O fato de ter sido chefe do SNI fortaleceu muito esse conhecimento. Possuía uma formação política, herdada do pai General Euclides Figueiredo, por quem nutria uma grande admiração. João Figueiredo era muito inteligente, um homem intelectualizado, embora não deixasse transparecer a sua cultura.

O senhor foi eleito Deputado Federal e foi para Brasília. Seu pai ainda estava lá?

Meu pai, Deputado José Bonifácio, ainda estava em Brasília, mas não chegamos a conviver juntos no Parlamento. No dia em que foi para Minas, recebi o apartamento dele e ali fiquei como seu sucessor. Durante a fase em que foi Deputado Federal, exerci o mandato de Deputado Estadual. No entanto, acompanhei-o nos assuntos políticos e atuamos juntos diante dos problemas mineiros. A participação parlamentar dele, ao longo do Movimento de 1964, foi muito expressiva, mas na fase anterior, da sublevação de Minas Gerais, minha participação, por estar em Minas, foi mais próxima dos acontecimentos.

Aliás, essa participação, em Minas Gerais foi o motivo que nos fez insistir na entrevista. Faltava, ainda, explorar o papel de Minas, no contexto de 1964.

O movimento mineiro realmente constituiu-se na grande operação de afastamento do Presidente João Goulart e todo o grupo que dominava o País. O 31 de Março beneficiou-se da pronta ação das forças políticas e da Polícia Mineira.

Deputado, a primeira parte da entrevista referiu-se à participação de Minas Gerais. Na parte seguinte, a abordagem foi sobre a sucessão dos presidentes militares. Agora, vem a parte final de conceitos. Considerando a sua experiência como legislador e político, não poderíamos deixar passar esta oportunidade. O primeiro tópico é como os congressistas desse período de vinte anos da Revolução de 1964, particularmente os da Arena – o senhor é um deles –, partido que apoiava os governos do ciclo revolucionário, conseguiram conviver com o direcionamento e o controle político proposto ou até mesmo imposto por aqueles governos presididos por militares. Como ocorreu essa convivência durante vinte anos?

Temos que analisar o assunto dentro, digamos assim, de três momentos. O primeiro é aquele do engajamento, da movimentação e da operação revolucionária dos mineiros no 31 de Março. Lembro-me bem desse instante. O Governador Magalhães Pinto, que era uma liderança muito atuante, homem realmente de várias qualidades, percebeu com muita vivacidade que precisava unir todos os mineiros. Criou várias Secretarias de Estado, honoríficas, e convidou expressivas lideranças de projeção nacional e, até, internacional, para ocupá-las. Ao unir todos os mineiros deu uma demonstração simbólica de que o Estado de Minas estava, todo ele, realmente integrado, para derrubar o Presidente João Goulart, para afastá-lo do Poder.

É curioso que o meu pai, Deputado José Bonifácio, homem muito vivido – na Revolução de 1930 teve participação muito ativa – quando, em março de 1964, chegou a Belo Horizonte e viu aquela movimentação revolucionária, não deixava transparecer na fisionomia muito entusiasmo. Relembrou – já falei, mas é bom repetir, porque é interessante – que por volta de 1942, o jornalista Samuel Wainer, dono do jornal *Diretrizes*, depois *Última Hora*, em pleno período Vargas, procurou o ex-Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro Andrada, para conceder uma entrevista. Parece-me que a entrevista já era providência dos democratas para conseguir do Brasil um posicionamento contra a Alemanha, de Hitler. Esta entrevista de Antônio Carlos no *Diretrizes,* em 1942, foi o primeiro documento contra Getúlio Vargas, homem público, na época, com alto prestígio político, aquele que arquitetara a Revolução de 1930 e presidiu a Assembléia Constituinte de 1934. Meu pai, então, relembrou a frase dita na entrevista, por Antônio Carlos: "Pode-se saber como e quando começam as revoluções, mas nunca como e quando terminam". Falou assim comigo em tom de surpresa mas também de piada.

Havia um grupo de homens públicos um pouco assustados com aquela Revolução, mas havia outros muito animados.

Passado o instante do movimento de março, começa uma segunda fase com os militares no Poder. Nota-se um certo temor dos homens de formação mais democrática de que o Governo Castello Branco e a presença dos militares ultrapassassem os

limites antes pregados nas suas afirmações iniciais. É curioso que alguns debates e discursos foram feitos, nessa época. Lembro-me de que um professor de Belo Horizonte, cujo nome não me recordo, numa conversa disse: "É preciso ter em vista que dentro das Forças Armadas temos esses antigos tenentes no Poder, a maioria de formação democrática". Mas, também, dentro das Forças Armadas brasileiras, existia uma idéia militarista, cujo momento culminante, muito curioso isso, deu-se em um pronunciamento do Chefe do Estado-Maior da Junta Militar de 1930, o então Coronel Bertoldo Klinger, mais tarde, no posto de general, chefe da Revolução de 1932. O pronunciamento dele é todo militarista, no sentido de que os militares deveriam ocupar o Poder, pois teriam condições de governar melhor o País.

Suscitou-se, assim, a tese de que os militares no governo do País trariam soluções para a vida nacional. Esse foi o pensamento e a análise intelectual daquele instante. Na prática, o que eu vivi e senti, foi que os antigos nomes da UDN, do PSD, do PR, uma parcela do PTB, do Partido Democrata Cristão (PDC), os homens públicos que organizaram a Arena, queriam realmente restabelecer a ordem democrática do País, e consideravam que o Presidente Castello Branco tinha condições de realizar esse empreendimento cívico. Apoiavam o Movimento de 1964 e com isso fortaleciam a Arena. Por outro lado, também, existia um engajamento a um governo que estava de acordo com os ideais da maioria na época, e que, com administração forte, iria prestigiar os grupos partidários vinculados àquela situação. A posição da Arena no segundo momento foi essa.

No terceiro momento, dos desdobramentos dos governos militares, o cenário modificou-se, a Arena sofreu algumas sanções sérias, o Senador Milton Campos afastou-se do Governo, contrariado com o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Começaram os conflitos com as forças militaristas. Meu pai, Deputado José Bonifácio, Presidente da Câmara e o Senador Gilberto Marinho, Presidente do Senado, em algum momento, por pouco, não elaboraram um Manifesto à Nação e se afastaram das suas posições.

Quer dizer, os políticos da Arena, como os citados acima, apoiavam os governos militares na convicção de que iriam estabelecer um ordenamento democrático no País e trazer o progresso para o povo. Mas, ao mesmo tempo, dentro do bloco, lutavam muito para que prevalecessem esses ideais, porque sentiam que alguns grupos civis se aproximavam muito do grupo militar militarista, e que, eventualmente, tal procedimento poderia levar o País a enfrentar certas dificuldades. Esse era o posicionamento dos homens da Arena. Ao mesmo tempo em que estavam colaborando, iam lá e discutiam com os militares, buscando soluções democráticas.

É curioso dizer que algumas lideranças militares aceitavam bem esse debate. O General Golbery provocava tal discussão. Meu pai argumentava muitas questões com o Presidente Ernesto Geisel. Ele dizia, mais ou menos, essas palavras: "Olha Zé Bonifácio,

comigo você fala o que quiser, abre o jogo, discute, mas, depois da decisão, acabou, temos que cumprir nossas metas. Vou discutir com você as questões políticas. É lógico que vou dar a tônica do meu Governo, mas você é meu assessor na área parlamentar." O Presidente Castello Branco admitia também discussões. O Costa e Silva, é curioso, pela sua formação, discutia pouco, não era um homem dado a debates. No entanto, entregava-se muito às pessoas nas quais confiasse. Não tenho dúvida de que tinha um grande apreço pelo Ministro Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil e pelo seu Vice-Presidente, Pedro Aleixo, mas ouvia muito o General Portella. Com a doença que o acometeu, outros rumos foram seguidos, pois, segundo consta, Costa e Silva outorgaria ao País uma Emenda Constitucional democrática e não o texto autoritário de 1969.

A eleição do General Geisel passou pelo Congresso e havia outro candidato. Depois, a eleição do General Figueiredo também teve o General Euler Bentes Monteiro, como opositor. Na sucessão de Figueiredo, o Congresso resolveu eleger o candidato da oposição. Por que a Arena não tentou isso antes? Talvez a Arena julgasse o Presidente Geisel e o Presidente Figueiredo melhores candidatos, mas houve um consenso, tipo "por enquanto essa, talvez, seja a melhor solução para o momento". Entre os senhores, políticos, chegou a haver comentário ou algo como: "vem cá, vamos parar; vamos eleger um da oposição para ver o que é que dá?" Ou também não confiavam nessa tal da oposição que seria o candidato contra o Geisel, contra o Figueiredo? Por que realmente eles ganharam? Ganharam no Congresso!

Funcionavam, nessa hora, dois sentimentos. Um sentimento partidário, porque os presidentes Geisel e Figueiredo eram os candidatos do Partido, da Arena. As pessoas achavam que deviam apoiar o Partido, ficar dentro do Partido. Por outro lado, ainda consideravam que havia um certo controle militar bem forte no País e que uma atitude que resultasse na eleição de um outro candidato que não fosse mais ligado ao comando das Forças Armadas, poderia provocar um retrocesso, abrir uma crise de tal ordem que os avanços a favor da abertura democrática seriam, na realidade, cancelados, superados, e o grupo militarista assumiria o poder, plenamente.

Interessante é que com o Presidente Figueiredo deu-se, no meu entender, o afastamento, mais do que isso, a imobilização, a desativação, do esquema militar militarista. Antes ocorreram conflitos entre os democratas e os militaristas. O primeiro momento aconteceu quando o Presidente Geisel conseguiu impor-se no episódio da demissão do General Frota. Naquele instante, eu que estava dentro da Arena, vivendo o momento político, senti que o grupo militar civilista, a favor da abertura, dava novo grande passo contra o grupo militarista. Depois, a escolha do Figueiredo, e o

próprio Governo do Presidente Figueiredo, em diversos momentos, como no caso do Riocentro, conseguiu dar demonstrações inequívocas de sua liderança militar civilista impondo realmente esse modo de ser. As lideranças políticas civis, sentindo que Figueiredo, e o próprio Geisel, exerciam a força de seus cargos em favor da abertura democrática, fortaleceram-se, nesse sentido. Existiram outras posições, como o MDB. Tinham uma outra atitude, outros objetivos e outras responsabilidades. Eram responsabilidades oposicionistas. As responsabilidades dos homens da Arena eram de procurar conseguir a abertura política, dentro do sistema dominante.

O senhor acredita que a abertura ocorreu na medida certa?

Creio que sim. Acompanhei de perto todos aqueles acontecimentos, porque os três primos, os Andrada Serpa, com os quais conversava muito, eram homens de muita liderança, na época. O General José Maria de Andrada Serpa era mais militar, não gostava muito de debates políticos. Foi Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. O General Antônio Carlos Andrada Serpa era um homem muito firme, de ideais muito claros, vibrante e nacionalista; o Coronel Luís Gonzaga de Andrada Serpa morreu jovem, mas atuou também. Eram muito unidos, irmãos realmente solidários, militares democratas, mas de temperamentos diferentes.

O Coronel Luís foi meu comandante no Grupo de Artilharia em que servi.

Esse era tipicamente militar. Vivia dentro do quartel, alegre e satisfeito. Acompanhava os irmãos, mas não tinha o desejo de participação, como os outros dois, na vida nacional.

O General Antônio Carlos Andrada Serpa participava do grupo do General Ernesto Geisel e de seu irmão, General Orlando Geisel. É o grupo responsável pela abertura democrática no meu entender, e pelas soluções militares civilistas dentro de todo o processo. Não tenho dúvida a respeito disso. A abertura e o planejamento germânico, para alcançar os objetivos democráticos devem-se ao Presidente Ernesto Geisel, de fato, e ao seu irmão. Este, na realidade, deve ter influído na escolha do sucessor do Presidente Médici.

Então, o senhor considera que a "abertura" não foi apressada?

Ela desenvolveu-se de acordo com o cenário existente. Houve muitas contestações e agitações. Não sei se a solução autocrática, por exemplo, que foi tomada pelo grupo particularmente ligado ao General Costa e Silva, naquela fase, fosse a solução para o momento histórico. Era um momento de muita subversão e entendo que haveria até um retrocesso maior. O AI-5, indiscutivelmente, representou um retrocesso. Teria sido muito melhor para a vida do País, naquela época, se fosse tentada uma solução liberal, o que evitaria a escalada de contestações e subversões.

Como o senhor viu a sucessão de Figueiredo para Tancredo Neves e José Sarney? Ela foi bem conduzida? Houve até o caso de saúde do Presidente Tancredo Neves.

É uma fase curiosa. Não foi dominada por lideranças. Nem o Presidente Figueiredo se interessou. Os fatos ocorreram dentro de uma dinâmica acelerada. Muitos achavam que Ulisses, como Presidente da Câmara é que deveria assumir o Governo e não o Senador José Sarney que era candidato a vice, ainda, sem o exercício deste cargo.

O senhor já estava no Congresso?

Estava no Congresso. Cheguei a ser líder do Presidente Figueiredo na Câmara, numa certa fase. Admirava-o muito. Em nenhum momento, tentou impor o nome do seu sucessor. A sua posição era de solidariedade com o seu partido, embora sem maiores entusiasmos. Evidente que era a favor do candidato do partido, mas não tomou uma atitude capaz de influir politicamente neste sentido. Ao contrário, nos últimos meses antes da eleição, o Chefe da Casa Civil, Doutor Leitão de Abreu demonstrou sua tendência pró-Tancredo Neves, como já falei.

O Doutor Paulo Maluf conseguiu ser Governador de São Paulo, em conflito com Figueiredo, que preferia o candidato Laudo Natel. Era o nome do núcleo militar no Poder. Figueiredo deu liberdade, na convenção da Arena de São Paulo, acreditando que o candidato escolhido por Brasília, automaticamente, seria indicado para o Governo de São Paulo, ou seja, Laudo Natel. Já estavam na fase de abertura democrática e a convenção foi articulada pelo Paulo Maluf, que conseguiu a vitória. Notava-se que apesar da simpatia do General Golbery, os comandos militares não viam Maluf com bons olhos.

Quando Paulo Maluf se candidata à Presidência da República e a maior parte dos grupos políticos da Arena se envolve para apoiá-lo, começa dentro da facção governamental alguma dissidência. Estas lideranças políticas não muito simpáticas ao Paulo Maluf e que preferiam o Doutor Tancredo Neves perceberam que a maior parte das lideranças militares, também, não eram muito simpáticas ao ex-Governador paulista. Então, pensaram em ficar com o Tancredo Neves, que era um nome que contava com grande apoio da opinião pública e do povo. O Presidente Figueiredo foi tão fiel à "abertura" democrática que deixou o processo ter curso, pouco interferindo. Tenho a impressão de que certos grupos militares civilistas, daquela fase, consideravam Tancredo Neves um passo mais à frente e mais eficiente para a "abertura" democrática.

A eleição de um candidato civil não-apoiado pelo Governo garantiria mais a "abertura".

Encontrava-me, naquela fase, apoiando Paulo Maluf, não só porque ele era da Arena, mas porque o considerava a melhor solução. Hoje, dentro de um contexto histórico, o nome do Tancredo Neves representaria mais a síntese democrática do momento, embora o Paulo Maluf tivesse qualificações bem elevadas de administrador.

Deputado, vamos saltar para a Assembléia Constituinte, no Governo Sarney. Na época, havia uma preocupação dos militares com relação ao item Defesa Interna, que hoje até chamamos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Os militares defendiam a permanência na Constituição da atuação das Forças Armadas na segurança interna caso as polícias militares não conseguissem controlar. Lembro que era uma preocupação do Ministro Leonidas Pires Gonçalves, porque, logicamente, dentro da Constituinte havia uma tendência com o propósito de eliminar essa participação, talvez, por causa do passado. O senhor teria algo a comentar sobre isso?

Acompanhei muito de perto as decisões da Assembléia Constituinte, integrado ao movimento "Centrão", composto de parlamentares democratas, contra o grupo do MDB, com alguns de tendência esquerdista radical. O texto que restou na Constituição seguiu a orientação das Forças Armadas, após algumas discussões, é verdade, mas que foram logo afastadas. Os próprios grupos de esquerda, dentro da Constituinte, não criaram maiores dificuldades e prevaleceu um consenso geral. Os debates e discussões foram no tocante ao problema das Forças Armadas em face das polícias militares. Participei ativamente do debate e procurei soluções que conviessem as partes e que evitassem qualquer espécie de mal-entendido. Aliás, o General Leonidas Pires Gonçalves concordou com nossa proposta para a redação dos dispositivos sobre tal matéria, pois não contrariava a linha geral das Forças Armadas.

Houve alguma tentativa de antecipação da aprovação final, por parte de liderança de esquerda, talvez, o Deputado Ulysses Guimarães, com receio de que houvesse um retrocesso militar?

Não, ao contrário. O Presidente Ulysses estava inquieto, porque a Constituinte demorou muito tempo a terminar os trabalhos. A Assembléia Constituinte foi convocada em 1986, continuou durante todo o ano de 1987 e só quase no final de 1988 que fomos ter a Constituição. A de 1934 demorou um pouco mais de quatro ou cinco meses, e a de 1946, cerca de oito meses.

A inquietude dele era por conta da demora?

A Constituinte de 1986 fugiu totalmente aos costumes do processo constituinte brasileiro e de outros povos. Quando a Constituinte de 1891 se reuniu, Rui Barbosa já tinha um projeto e a Comissão especial também, e logo foram debater a matéria. Em 1934, foi nomeada uma comissão de alto nível que preparou um projeto para a Constituinte discutir e votar a Constituição. Em 1946, quando se reuniu, havia um projeto para debater e votar. Até na Assembléia Constituinte de 1823, no Império, num primeiro momento, foi nomeada uma comissão para elaborar um projeto, o que foi feito. O Imperador dissolveu a Assembléia Constituinte, mas este

projeto ficou de pé serviu de base para a Constituição de 1824. De modo que sempre houve um projeto para as Assembléias Constituintes darem início ao trabalho e votar a Constituição.

As tendências radicais de esquerda e a desorientação muito grande, em 1987, fizeram com que o projeto nascesse dentro da própria Constituinte, mas através de um processo estranho. Foram criadas várias comissões temáticas e uma comissão de sistematização, para reunir as sugestões das comissões temáticas, num único documento. Quando ficou pronto esse documento, estava tão confuso e incoerente que o chamavam de projeto Frankstein, e provocou no País um mal-estar generalizado. Nessa hora, surgiu o "Centrão", um movimento de Deputados de tendência democrática centrista, alguns até um pouco à esquerda, que se reuniram para fazer um projeto de Constituição que realmente fosse ao encontro da sociedade brasileira. Tudo isso levou um tempo enorme. Por essa razão, o Deputado Ulysses Guimarães estava aflitíssimo, agoniado. Sua preocupação não foi por temer um retrocesso militar, mas a necessidade do País sair fora daquela fase demorada de transição.

Deputado, considerando sua vivência como parlamentar, qual a avaliação que o senhor faz sobre o relacionamento das Forças Armadas com o Congresso?

O senhor diz em relação ao passado?

À Revolução. Vamos examinar, primeiro o passado.

Antes do Presidente Castello Branco estabelecer aquelas normas para a promoção dos oficiais generais, com tempo limite de permanência no posto, havia uma presença especial dos militares na vida política do País. Basta dizer que uma das figuras que me trouxeram a maior admiração, durante minha vida pública, falo, com certa emoção, foi o Brigadeiro Eduardo Gomes que empolgou toda uma geração de democratas. Apresentou-se num momento sério da vida brasileira e exerceu notável esforço político para restabelecer a democracia no País.

Conheci de perto, também, e conversei muito com o Juarez Távora. Ia a Barbacena e ficava lá em casa, com meu pai, nas articulações políticas contra a ditadura Vargas. Conheci e procurava alguns militares, inclusive coronéis. Participei, com o General Euclides Figueiredo, da Comissão Executiva Nacional da UDN, como representante do Departamento Estudantil udenista. Outra figura de fácil convívio foi Oswaldo Cordeiro de Faria, notável líder militar. Nessa fase, até 1964, havia condições de conversa com as lideranças militares.

Depois do Movimento de 1964, o contato acontecia com três tipos de militares. Havia os que gostavam de política: General Castello Branco, General Muricy, General Albuquerque Lima e o próprio General Golbery. Outros, sisudos, de tendên-

cia mais militarista, que não conversavam com os políticos: General Portella foi exemplo, dentro do Governo Costa e Silva. E aqueles com um comportamento muito técnico. Aceitavam a conversa, mas eram homens com aquele raciocínio linear. Esses três tipos de homens quase sempre existiram.

Havia, também, um contato muito grande entre as lideranças da Arena e graduados chefes militares que permitiam e aceitavam esse tipo de diálogo, como o próprio General Sylvio Frota.

E hoje, como está o relacionamento? Meramente profissional ou não?

Hoje não existe mais aquela articulação, particularmente depois da criação do Ministério da Defesa. Os contatos existentes com as lideranças militares decorrem de fatos significativos, no dia-a-dia. Um exemplo meu: em Barbacena encontra-se a Escola de Cadetes do Ar, então, tenho muito contato com os brigadeiros. Até, no meu caso, sou genro de um Brigadeiro, Doorgal Borges, que prestou significantes serviços à Força Aérea.

Em Brasília, não é como antigamente?

Às vezes, a Câmara convoca lideranças militares para dar algumas informações, mas elas são solicitadas para virem ao Congresso. Observa-se hoje, de um modo geral, que as maiores lideranças militares não estão tendo uma articulação, um contato maior, como tinham anteriormente, com o meio político.

Por que a dificuldade de relacionamento das Forças Armadas com a mídia? Isso veio daquela época e, ainda, permanece, embora possa ter mudado um pouco.

A mídia é um problema muito sério para as democracias modernas. A primeira razão é que a mídia não é mais um veículo de informações, mas um veículo de influência, de dominação, de orientação da opinião popular. A mídia moderna acabou com a opinião pública. Lembro que, quando jovem, escutava: "a opinião pública toma posição". Hoje, a opinião pública não existe mais, existe a opinião do público feita pela mídia. Outro fenômeno curioso, parece que os jornalistas se articulam entre eles de uma maneira, assim, meio implícita, não muito clara. Os noticiários são muito semelhantes nos diversos jornais.

Outro ponto, a esquerda brasileira sempre posicionou-se, desde a sua formação, bastante afastada ou desconfiada dos setores militares. O esquerdista brasileiro ainda olha o militar como sendo adversário.

Ainda olha?

Sem dúvida, em maior ou em menor escala. Os mais inteligentes não olham tanto assim, mas persiste uma certa desconfiança, e é generalizada em todos os partidos de esquerda. Já a presença da esquerda na imprensa brasileira, de um modo

geral, é muito forte. Dentro desse contexto, os diversos segmentos jornalísticos influenciam o povo a não ter maiores simpatias pelos militares.

Lembro muito bem que o meu pai era líder do Governo Geisel e gostava de ser claro nas suas posições. Um dia ele disse: "A imprensa é cheia de comunistas". Os jornalistas da Câmara se reuniram e vieram tomar satisfação: "Doutor José Bonifácio, estamos aqui reunidos, para saber do senhor quem é o comunista?" Meu pai respondeu: "Vocês todos." Alguém disse: "Ah, mas eu Deputado?!" Meu pai retrucou, rindo: "Você também é." Foi aquela gargalhada geral, aquela brincadeira, o assunto acabou e todos foram embora. Na realidade, ele exagerava, pois tinha um contato amigo e cordial com os jornalistas.

Seu pai generalizou, mesmo.

Ele não quis dizer que todos fossem filiados ao Partido Comunista, e sim que eram homens, na maioria, com o pensamento voltado para a esquerda. Mas deram-se muito bem. Meu pai era um homem muito simples, brincava com todos. Mexia com os jornalistas: "Sei que vai me xingar amanhã no jornal, mas não se esqueça de incluir a fotografia. Xingar sem fotografia não está certo."

Como o senhor vê o relacionamento do militar com o meio intelectual e universitário? É uma situação semelhante?

É totalmente diferente. Os intelectuais mais antigos, que tinham vinculação com os movimentos de oposição aos governos militares, ainda têm uma certa antipatia para com os militares. Mas no meio dos intelectuais mais jovens, mais esclarecidos, mais ativos, esse problema não existe mais. Eles estudam sociologicamente os problemas, olham as Forças Armadas como um grupo social, assim como analisam as religiões, os setores empresariais. Até possuem uma visão do todo, totalmente diferente.

Quanto ao meio universitário?

O meio universitário mais avançado, o meio universitário, digamos assim, mais desenvolvido, sem aquelas emocionalidades que o prendem ao passado, olham os setores militares de uma maneira extremamente tranqüila, dentro de uma visão sociológica ou institucional.

Deputado, considerando essa crise atual, com denúncia de corrupção, que atinge de certo modo a credibilidade dos poderes Legislativo e Executivo, não do Presidente, mas do Governo que tende a ser um pouco abalado, como o senhor avalia o posicionamento das Forças Armadas? Não se ouve falar nesse assunto?

É uma pergunta muito complexa para uma resposta imediata. A tradição militar brasileira é de participação nas questões nacionais. Hoje, percebe-se que os pró-

prios dirigentes militares acham que essa participação, que existia no passado, não convém prosseguir com tanta ênfase. O próprio Presidente Castello Branco acenou nessa direção, de uma maneira muito firme. A doutrina do General Bertoldo Klinger, de 1930, está afastada. Creio que as lideranças militares, com a criação do Ministério da Defesa, foram contidas pela estrutura diferenciada em relação a que facilitava os comportamentos antigos.

Nesse ponto, convém ressaltar, existem reflexões sobre o futuro das três forças tradicionais – Marinha, Exército e Aeronáutica – que nos levam a crer numa nova fase das estruturas militares brasileiras. De tudo, parece-me fundamental que fiquem dentro de uma doutrinação militar civilista. O militar, na realidade, tem dois papéis a cumprir: como militar no dia-a-dia e, também, como civil. Quando falo civil, não é no sentido de não ser militar, mas de ter comportamentos menos militares, diferenciados daqueles de dentro do quartel, como em sua casa, por exemplo, e em locais de convívio social.

Um ponto que considero importante é a compreensão exata, pelos militares, dos problemas nacionais, e destaco a importância da democracia. Nesse mister, a doutrina da Escola Superior de Guerra é muito interessante, embora devesse enfatizar mais os aspectos do desenvolvimento democrático da sociedade e diminuir a ênfase em relação à segurança, em que pese, também, sua especificidade e importância. O estamento militar brasileiro, no mundo em que estamos vivendo, mercê das contradições que presenciamos, é, indiscutivelmente, uma instituição fundamental para o nosso País.

No momento, esse grupo militar não estaria omisso em relação à vida do País? O senhor chegaria a ponto de fazer essa assertiva? O senhor estaria mais tranqüilo com aquele grupo de 40 anos atrás?

Voltamos àquela história: o meio-termo é o ideal. As lideranças militares não devem ser tão excessivamente presentes como no passado, com a Arena, por exemplo, e também não podem estar afastadas do dia-a-dia da atividade política. Interessante é um convívio sensato e prudente e voltado para os objetivos maiores do País, que precisam ser alcançados e mantidos.

O senhor acha que elas estão afastadas demais?

No momento, estão um pouco afastadas. Mas penso que é uma tendência conjuntural.

Os oficiais em função de comando, fora de Brasília, têm um convívio maior com as autoridades civis. Em Brasília, talvez isso não exista. Eu pergunto se o fato de o militar estar no seu ninho é mais tranqüilizador para o político? Existe o outro lado que é o desconhecimento do pensamento militar, porque não se expõe.

São vários aspectos. Por exemplo, dentro de um cenário nacional de estabilidade constitucional e democrática, o militar deve ter conhecimento dos problemas, mas não

precisa, digamos assim, vivenciar demais as questões. Agora, se há instabilidade, seja as razões de ordem externas ou internas, parece-me que os militares têm que buscar um maior conhecimento da realidade, porque lhes cabe a segurança do País, de um modo geral. Precisam conhecer o cenário adequadamente, para realmente posicionarem-se de acordo com as aspirações nacionais e os Objetivos Nacionais Permanentes.

Não existe a comunicação entre militares e lideranças políticas, de modo que os políticos não conseguem saber qual é o pensamento dessas lideranças militares e vice-versa.

Fui convocado para fazer uma palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e foi para mim uma experiência muito interessante. Outros parlamentares também estiveram lá, em contato com os brigadeiros e coronéis da Aeronáutica. Isso é muito importante. Não tenho dúvida nenhuma de que é necessária essa aproximação. O diálogo, a conversa é fundamental. A comunicação é muito necessária. Essa aproximação é de fácil realização, basta as lideranças militares e civis desejarem.

Agora, vivemos no Brasil, atualmente, uma situação de características muito peculiares. O Presidente Lula é um antigo sindicalista, homem de lutas políticas bem fortes, numa linha de esquerda. Ele faz parte do Partido que promoveu uma oposição muito rigorosa durante a fase dos governos militares. A sua equipe governamental é toda ela dominada por certos valores, digamos assim, marxistas, embora a reafirmação democrática do Presidente é sempre muito efusiva e muito clara. Mas é um governo de esquerda. E isso, por ser um governo de esquerda e de sindicalistas, que não são acostumados à gestão da coisa pública, vem provocando uma série de crises de ordem administrativa e de ordem governamental. Mas ao lado de tudo há gravíssimas denúncias de corrupção que desmoralizam o governo e criam um perigoso clima de instabilidade.

O senhor veio ao encontro da pergunta seguinte. Considerando o quadro político atual do País, há uma tendência de ser instalado um socialismo populista, talvez até radical?

O atual Governo está dividido em três grandes tendências. Uma tendência que tem a sua expressão no Ministro da Fazenda e procura manter a situação econômica e financeira do País com alguma estabilidade, através de articulação com toda a economia internacional. Este posicionamento tem um desdobramento cultural em favor de uma sociedade capitalista, de mercado. Mas sabe-se que dentro do Governo existem outras figuras, que são homens de formação marxista, e embora conhecendo o fracasso da antiga União Soviética, defendem a estatização e o socialismo, para o País. O terceiro grupo é de esquerda, menos intelectualizado e mais ativista, com inclinação inequívoca para o populismo. Fortalece e alimenta atividades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Movimento dos Sem Teto etc.

Esse terceiro grupo poderia fortalecer-se, nesse período?

Depende da situação e dos cenários. Se por acaso o atual Governo não conseguir superar as crises política, administrativa e moral que está atravessando, a tendência é esse grupo populista crescer e tornar-se mais forte, na direção do esquema venezuelano ou algo nessa ordem.

O senhor citou a Venezuela e me sugeriu uma outra pergunta. Em termos de cenário da América do Sul, o senhor vê o momento como capaz de provocar preocupações, considerando Venezuela, Uruguai, Argentina, Chile, uns com governos socialistas, mas praticando economia de mercado, outros mais populistas, e outros ainda taxativamente afirmando-se marxistas?

O problema hoje, não só do Brasil, mas de todos os países, é vencer as duras dificuldades econômicas e sociais. Há uma tendência muito grande – isso se refere a todos os governos, desde os mais de esquerda até os mais à direita – para a busca de soluções técnicas que resolvam as crises. A questão da justiça social é uma questão técnica. Como conseguir uma produção maior, capaz de distribuir rendas para as camadas mais pobres da população? A pergunta é extremamente importante. Em muitos países, as deficiências governamentais de certas lideranças tendem a levá-las para o populismo, como solução para se fortalecer o poder. Nesse caso, o populismo salva o governante demagogo contra as críticas fortes que ocorrem na sociedade em virtude das falhas governamentais. Isso é um problema sério, pois utilizam a massa para agitar o povo em defesa do mau governo.

Um problema mais sério é que vivemos num mundo de interrogações e de complexidades. Vivemos num mundo de séria inquietação. Quando eu era jovem estudante de Direito a gente achava que o mundo do futuro, isto é, de 50 anos depois seria realmente de equilíbrio, alegria e felicidade. Infelizmente, ocorreu o contrário, pois hoje os receios são enormes em relação ao mundo do presente. Nenhum país pode deixar de tomar uma posição de alerta, através de suas forças política, militar, religiosa e moral, porque de repente podem surgir crises inesperadas que venham a trazer para a comunidade riscos perigosos e até desconhecidos.

Se por um lado está afastada a ameaça de uma guerra mundial, mas a de inquietação se proliferou.

Não há mais a guerra, naquele sentido formal e drástico. Mas há muitas "guerrinhas", de diversos tipos, que estão a exigir, inclusive, uma nova visão a respeito do papel das Forças Armadas. Talvez, as antigas ameaças externas à soberania tenham dado lugar a outras, também, vindas de fora, mas que vinculadas a grupos internos, põem em risco a ordem nacional.

De seu conhecimento sobre Ciência Política, qual a sua avaliação a respeito da implantação do parlamentarismo, no atual momento político brasileiro?

Desde os tempos de jovem, dentro da UDN, o parlamentarismo me empolgou muito. Antigamente, quando ensinava em sala de aula, na PUC, em Belo Horizonte, e na UnB, em Brasília, havia três tipos de regimes de governo, clássicos: o regime presidencialista, o regime parlamentarista e o regime colegiado. O colegiado existia na Suíça e funcionou no Uruguai. O parlamentarismo foi se construindo na Inglaterra, através de várias experiências políticas, e veio a fortalecer-se depois da Revolução de 1688, quando Jorge I, príncipe alemão, assume o Governo da Inglaterra. Não sabendo falar inglês, utilizava o latim para falar com um ministro, a fim de transmitir ordens. Esse auxiliar, sendo o único que conversava com o Chefe de Estado, passou a ser o Primeiro-Ministro. A origem do Primeiro-Ministro é essa.

Dentro do quadro atual do Brasil, não seria mais um parlamentarismo clássico, como o inglês. Para o Brasil, e incluiria toda a América Latina, seria um "presidencialismo parlamentarizado", tipo francês ou tipo português. O Presidente da República permaneceria com a liderança, mas delegaria a um Primeiro-Ministro, com o apoio do Parlamento, uma série de responsabilidades de ordem governamental. O atual sistema brasileiro é altamente deficiente e perigoso. Nosso presidencialismo é o mais exacerbado do Ocidente. O Presidente da República do Brasil é muito mais forte do que o Presidente dos Estados Unidos. No Brasil, o Presidente pode apresentar Projetos de Leis na Câmara com andamento prioritário, Propostas de Emendas Constitucionais, também com andamento prioritário, e a Medida Provisória, que é lei autoritária. Detém o controle do Banco Central. Os ministros podem ser demitidos a qualquer momento. Todos os Chefes de Repartições comissionados podem ser demitidos da mesma forma. O Presidente detém a liderança da política internacional. Pesam-lhe nos ombros encargos enormes que nenhum governante no mundo, com as suas qualificações naturais, consegue suportar. De modo que é um presidencialismo altamente exacerbado e perigoso.

Quando o sistema "presidencialista parlamentarizado", do tipo francês, foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, por unanimidade, fui o relator. Transformado numa Proposta de Emenda Constitucional, fui comunicar o fato ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que deveria dar-lhe conhecimento, porque era do partido que defendia a tese parlamentarista. Comecei a fazer uma série de observações e falei que uma das soluções dessa nossa proposta seria criar a figura do Ministro Coordenador. Ele concordou, porque como Presidente da República não conseguia realizar um terço da agenda obrigatória diária. O Presidente da República está assim com um excesso de atribuições e dificilmente consegue liderar o País dessa forma.

Uma das razões da crise que estamos vivendo é o excesso de atribuições do Presidente, que o transforma num indivíduo inquieto, psicologicamente abalado, que nem sabe como conduzir-se no dia-a-dia, tal é o excesso de atribuições do Presidente para desempenhar o cargo. Chega-se à conclusão, aliás, todos os jornalistas repetem, de que os assessores passam, na verdade, a resolver as questões, e sem a responsabilidade e representatividade necessárias. O Presidente só assina. Precisamos mudar esse sistema que aí está, porque vai provocar crises. É um perigo muito sério.

Sou oficial da Reserva e conheço bem o processo militar. O comandante de uma organização militar tem poderes, mas o Estado-Maior impõe-lhe limitações. As grandes organizações empresariais têm dois tipos de diretoria: uma diretoria voltada para as grandes diretrizes da empresa e outra para a execução do dia-a-dia com os conselhos ao redor.

O País precisa de um Presidente da República que venha a presidir a Nação inteira, mas precisa de um Ministro Coordenador para ser o gerente do País, o executor, o chefe da equipe que administra a Nação.

Deputado, explorando, ainda, a sua experiência e conhecimento de legislador, o senhor acredita que no Brasil não haja espaço para o pensamento filosófico que se apóie numa administração federal capitalista, mas com o Estado enxuto e produtivo? Ou é incompatível com a solução de nossos problemas sociais?

É um problema que exige debates, análises, observações aprofundadas. O fato de termos dimensões continentais está nos causando problemas gravíssimos. O Sul é muito desenvolvido em contraste com o Norte pobre; as culturas são um pouco diferenciadas; o clima é inteiramente diversificado; e onde há muita riqueza, ainda, não devidamente explorada. Um País que tem sobre si a imensa responsabilidade da Amazônia, ainda hoje não completamente exercida, como é de nosso dever.

A problemática brasileira é muito complexa. Em primeiro lugar, o problema da soberania, da defesa da Nação brasileira como parte do legado que os nossos ancestrais nos deixaram. As Forças Armadas têm que ser capazes de preservar nossas fronteiras e evitar infiltrações de grupos de guerrilha do exterior. E, também, ajudar a manutenção da ordem interna. Segundo, temos que fazer um levantamento completo de nossas potencialidades econômicas, dentro de um mundo globalizado, cada vez mais complexo. Finalmente, é urgente cuidar com competência do setor educacional, a base de tudo. Não temos realmente dado ênfase à educação como deveríamos dar, pois as instâncias burocratizadas dificultam a ação educacional.

Não há incentivos à sociedade no sentido de desenvolver mais a educação. Ao contrário, o Poder público brasileiro prejudica a sociedade, dificultando-a na criação

de escolas, faculdades, formação de professores, fomento de grupos de estudos de alfabetização. É uma situação grave.

Dentro desse pressuposto, temos que manter uma estrutura de segurança para a defesa do País. Temos que enxugar o Estado brasileiro. O comerciante, empresário, fazendeiro, toda a população é perseguida pela burocracia. O setor fiscal do Brasil é de uma burocracia irritante e revoltante. Baixa, constantemente, Portarias e Resoluções que alteram de um dia para o outro o fisco; às vezes entra em conflito com a legislação e com a própria Constituição. Temos o problema da morosidade do nosso processo judiciário. As pessoas não conseguem fazer prevalecer os seus direitos individuais, porque a justiça custa a dar resposta aos pedidos que lhe são levados. Temos que reformar as normas judiciárias.

Agora, quando estamos enxugando o Estado, devemos lembrar que o Brasil é um continente e a Federação precisa ser fortalecida. Como, de Brasília, poderemos resolver os problemas do Amazonas, conhecer os problemas intermunicipais do Rio Grande do Sul, ou do Piauí, ou lá do Maranhão? Não é possível. Temos que fortalecer a Federação, dar mais força aos Estados para resolver seus problemas. Os governadores são fracos, financeira e administrativamente, porque não têm condições de realizar a sua obra. Tudo é centralizado em Brasília. É preciso descentralizar o Estado brasileiro, para combater a burocracia que o domina, mas ao mesmo tempo temos que fortalecer os Estados, dentro de uma ótica administrativa e política.

O modelo é o domínio do mercado. Mas algumas áreas do País são tão atrasadas que necessitam da presença do Estado. É o caso da Amazônia e de alguns setores subdesenvolvidos. Nessas áreas, o poder público tem elaborado algumas fórmulas afastadas das soluções de mercado. Mas de Belo Horizonte para baixo as atividades do capital podem se desenvolver com muito êxito.

Este é o meu ponto de vista. Temos que marchar no sentido da economia de mercado em diversas áreas, da descentralização da Federação, temos que mudar as diretrizes do Estado diante dessa burocracia maligna. Mas temos que considerar que somos um País continental, e isso é uma regra geral, com seus problemas setoriais a serem enfrentados de uma forma típica.

Deputado, estamos satisfeitos com os pontos debatidos. O senhor tem algo mais a acrescentar ao nosso Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964?

Gostaria, apenas, de dizer que as nossas declarações são passíveis de retificações. Trouxemos dados da nossa experiência. Foi uma honra muito grande participar desse Projeto, e mais uma vez reitero a grande admiração pelas Forças Armadas brasileiras pelo que tem feito pelo nosso País, ao longo da nossa história.

General-de-Divisão Sylvio Ferreira da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Com dezesseis anos incompletos, prestou concurso para a Escola Militar do Realengo, não conseguindo aprovação numa matéria. Mas como havia necessidade de recrutamento para a II Guerra Mundial, foi-lhe concedida a oportunidade de fazer um ano de revisão na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA), em 1942.
- Em 1943 e 1944, cursou a Escola Militar do Realengo, terminando sua formação profissional de oficial da Arma de Infantaria, em 1945, na Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais cargos e funções: Como Major, em 1963, Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte; como Tenente-Coronel, em 1966, Secretário de Segurança do Estado de Pernambuco; no posto de Coronel, Comandante do 14º Regimento de Infantaria, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco; em 1973, Subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE), atual Centro de Inteligência do Exército; e de 1975 a 1977, Chefe de Gabinete do Conselho de Segurança Nacional.
- Como Oficial-General: Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, PA; Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, de Ponta Grossa, PR; Diretor de Pessoal Civil, em Brasília. No posto de General-de-Divisão, Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Comandante da 7ª Região Militar; e Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, também em Brasília, quando passou para a Reserva, em 1987.
- No exterior: integrou o Batalhão Suez (15º Contingente), em missão de paz, na Faixa de Gaza, Oriente Médio, de agosto de 1964 até fins de 1965; e, no posto de Tenente-Coronel, a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), Estados Unidos da América, em 1967 e 1968.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, além dos cursos da Escola de Educação Física do Exército, em 1950; e de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, em 1979.
- Em 1966, foi vítima do atentado a bomba, no Aeroporto dos Guararapes – Recife, PE.

Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2005.

General Sylvio, antes de abordar o atentado no Aeroporto dos Guararapes, destaque da entrevista pela importância do registro histórico, gostaria que o senhor apontasse os aspectos mais relevantes de sua experiência na Região Nordestina, relacionados com os antecedentes da Revolução de 1964?

Concluído o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1962, no ano seguinte fui servir no IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, à época, comandado pelo General Castello Branco. Integravam o Estado-Maior daquele Comando, o General Muniz Aragão (Augusto César de Castro Muniz Aragão), que o chefiava, e os coronéis, na oportunidade, Bandeira (Antônio Bandeira) e Ibiapina (Hélio Ibiapina Lima). Especificamente, minha função era de adjunto do Coronel Ibiapina.

Muito da conversa entre eles, que acompanhava, referia-se a análises sobre a situação política do País, visto que estava muito instável. Mesmo transferido para o Estado-Maior do Exército, em Brasília, o General Castello Branco manteve contato muito estreito com os coronéis Bandeira e Ibiapina.

Em setembro de 1963, os sargentos de Brasília, a maioria da Aeronáutica, revoltaram-se. Com isso, duas polícias militares, do Rio Grande do Norte e do Piauí, resolveram, digamos, apoiar aquela revolta e fizeram uma greve. Nessa época, disputava o campeonato de basquete do Exército, no Rio de Janeiro e, ao regressar, fui designado para reorganizar a Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Para a Polícia Militar do Piauí, seguiu o Coronel Torres de Melo (Francisco Batista T. de Melo). Assumi o comando, em Natal, no dia 1º de outubro de 1963, e dei início ao meu trabalho. Foi instaurado um inquérito para apurar as causas daquela situação de anormalidade da Polícia Militar.

Passado algum tempo no comando da Polícia, foi divulgada a notícia que um contingente seria organizado na Região Nordeste, para incorporar-se ao Batalhão Suez, no Oriente Médio. O oficial de maior posto deveria ser um major, de acordo com a sistemática de substituição em vigor. Não me manifestei a respeito, mas quando perguntado pela Região Militar se, por acaso, aceitaria a indicação, respondi positivamente. A organização da Polícia Militar já estava num estágio próximo do adequado. Dentre os quatro candidatos, fui o escolhido. Deixei o Comando da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e, no quartel do 14º Regimento de Infantaria (14º RI), em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, tratei, agora, da organização do 15º Contingente. Os oficiais e praças foram selecionados nas Unidades do Nordeste. A maioria dos oficiais era do Ceará. Tive a felicidade de levar 274 homens, em agosto de 1964, e trazê-los de volta, um ano depois, sem problema algum. Durante a missão houve uma redução no contingente e um pequeno grupo retornou antes.

Antes de sua ida para Suez, o senhor presenciou ou participou de algum fato ligado à Revolução que gostaria de relatar?

Pouco antes de 31 de março de 1964, aproveitando o feriado da Semana Santa, vim a Recife, como fazia periodicamente. Tratava, nestas oportunidades, de assuntos relacionados ao inquérito aberto em 1963, a que já me referi. Na véspera do dia 31, fui chamado pelo General Justino (Joaquim Justino Alves Bastos), Comandante do IV Exército. Apresentei-me ao General que me perguntou quando eu voltaria para Natal; respondi que meu regresso se daria após a Semana Santa. Então, indagou-me se haveria algum inconveniente de retornar naquele dia. Respondi que, em absoluto, nada me impedia de fazê-lo. O General mandou que assim procedesse e, chegando à Capital potiguar, transmitisse ao Comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar (ID-7) uma mensagem dele. O teor dava a entender que iria ocorrer... o Movimento de 31 de Março. Fui de automóvel para Natal e transmiti a mensagem.

Quem era o Comandante da ID-7?

Comandava a ID-7 o General Omar Emir Chaves, que se encontrava em Brasília e, segundo consta, era do esquema de apoio do Presidente João Goulart. Procurei transmitir a mensagem ao Coronel Mendonça Lima (Alberto Carlos de M. Lima), depois general, responsável pelo Comando da ID-7, que, para minha surpresa, resolveu reunir os oficiais. Frisei-lhe que o General Justino havia me orientado para transmiti-la diretamente. Diante de sua insistência para que eu a anunciasse a todos os oficiais reunidos, não tive outra saída.

Lembro-me de que logo um oficial manifestou a sua posição contrária a qualquer ação que levasse a destituição do Presidente. Na mesma direção, juntou-se outro oficial, resultando em prisões, ocorridas naquele mesmo momento.

Houve reações na Polícia Militar do Rio Grande do Norte?

Depois de transmitida a mensagem na ID-7, fui para o quartel da Polícia e aguardei amanhecer o dia 31 de março. Expliquei o que estava ocorrendo, de modo que o ambiente na Polícia Militar foi de tranqüilidade.

Depois do 31 de Março, o senhor cumpriu missão em Suez e, no retorno, foi para o IV Exército. Qual a sua função, naquele Comando, e por que motivo foi ao Aeroporto dos Guararapes aguardar o desembarque do General Costa e Silva? Agora, vamos tratar do atentado.

No retorno ao IV Exército, fui designado adjunto da 3ª Seção. Algum tempo decorrido, corria o ano de 1966, surgiu um problema na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o titular da mesma pediu demissão. Por indicação do

Comandante do IV Exército, na época o General Portugal (Francisco Damasceno Ferreira Portugal), fui nomeado Secretário de Segurança de Pernambuco. Devo dizer que foram, apenas, 6 meses. Minha saída ocorreu em decorrência de questões administrativas relacionadas à moradia. Residia em próprio residencial do Exército e mudei-me para a casa do Comandante da Polícia Militar. A partir do momento em que tive de sair dessa última residência, fiz ver ao Governador que se não tivesse outro local de moradia, não teria condições de permanecer à frente da Secretaria.

Desse modo, retornei à função que exercia no IV Exército. Passam-se os dias e veio a confirmação da notícia de que o General Costa e Silva, candidato presidencial pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) visitaria Recife. Fui escalado para fazer parte da segurança à paisana, durante o desembarque no aeroporto. Às 8h15min, hora prevista para a recepção ao General, o Aeroporto dos Guararapes estava lotado, mas o alto-falante anunciou que ele viria de automóvel de João Pessoa ao Recife.

O senhor se lembra em que dia foi?

25 de julho de 1966, dia de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas.

Deslocando-se via terrestre, a missão do aeroporto acabou?

Ante o aviso do alto-falante, as pessoas que lá estavam para recebê-lo tomaram seus destinos. O aeroporto ficou relativamente vazio. Mas eu, como tinha dois assuntos a tratar, um com o Secretário de Administração estadual e outro com o Chefe do Serviço Social Contra o Mocambo, pedi-lhes mais algum tempo, justamente para esta conversa. Ficamos os três no saguão do aeroporto, em pé, na seguinte situação: à minha frente o Doutor Haroldo Collares, Chefe do Serviço Social Contra o Mocambo e, à minha direita, o jornalista Edson Régis de Carvalho, Secretário de Administração.

Estávamos conversando sobre as questões por mim apresentadas, quando um guarda, conhecido pela alcunha de "Paraíba" desde a época em que jogava futebol, aproximou-se. Pertencia à Polícia Militar de Pernambuco e trazia uma maleta na mão direita. Parou à minha esquerda, e dirigindo-se ao Dr. Haroldo, que também era Inspetor de Polícia, comunicou-lhe que, avisado por alguém, tinha encontrado a maleta abandonada no chão do saguão do aeroporto. O Dr. Haroldo Collares o orientou que a entregasse no Departamento de Aviação Civil (DAC). Nesse exato momento em que ele apontou a direção da curva, local do DAC, com o braço direito, a maleta explodiu. A explosão jogou todos ao chão.

As conseqüências foram terríveis. O guarda que portava a maleta fraturou a perna direita. Depois de dois meses no pronto-socorro, a perna não pôde ser salva e tiveram que amputá-la.

Ele chegou a colocar a maleta no chão?

Não, a maleta explodiu na mão do guarda.

Os demais, também, sofreram ferimentos gravíssimos. O Doutor Haroldo Collares, que se encontrava à minha frente, recebeu uns duzentos cacos de vidro no corpo. A bomba dentro da maleta estava calçada com jornal e envolvida com cacos de garrafa de cerveja e outros de cor marrom. Já o jornalista Edson Régis, que se encontrava à minha direita, recebeu fortíssimo impacto de estilhaços de ferro na altura do abdômen, atingindo-lhe as vísceras. No hospital, não resistiu e veio a falecer por volta de uma hora da tarde.

Quanto a mim, os ferimentos foram todos no lado esquerdo do corpo: na perna – o mesmo que o guarda recebeu na perna direita –, nos dedos da mão e na nádega. Os piores foram a fratura exposta do fêmur e a perda dos dedos da mão esquerda.

O senhor se lembra como se deu o socorro?

Graças a Deus, não perdi a consciência em nenhum momento. Inicialmente, tentaram colocar-me dentro de um Fusca, mas não deu. Fui transportado no Aero Willis do Secretário do Interior e Justiça. Quando o carro ia tomar o rumo do centro do Recife, na saída do aeroporto, exclamei: "Não! Não! Vamos para o Hospital da Aeronáutica que é mais perto." Seguindo por Santa Luzia, chegamos ao Hospital da Aeronáutica. Minha felicidade foi que o dia 25 de julho de 1966 era uma segunda-feira. Os médicos do hospital ainda se encontravam naquela reunião matinal que ocorre todos os dias nas unidades militares. Cheguei na hora em que os médicos estavam prontos para iniciar suas atividades.

Todos os feridos foram levados para o Hospital da Aeronáutica?

O Edson Régis e, também, outras pessoas feridas, porque não foram somente os 4 que estavam juntos da bomba que sofreram as conseqüências da explosão. Quanto ao guarda e alguns feridos foram conduzidos para o pronto-socorro do Recife.

Além do jornalista Edson Régis, mais alguém morreu nesse atentado cometido pela esquerda brasileira?

O Almirante Nelson Gomes Fernandes, que se encontrava um pouco distante, fora do saguão, olhando para o pátio das aeronaves, recebeu na nuca, como se fosse um tiro, o bujão da bomba e caiu já morto.

Quanto tempo o senhor permaneceu no hospital?

No Hospital da Aeronáutica do Recife, fiquei quase 8 meses.

O senhor trouxe várias fotos de jornais do atentado. Nesta, vê-se o senhor deitado na calçada do aeroporto, aguardando para ser transportado para o hospital. Pode-se observar, também, o Fusca daquela época. A fotografia que saiu nos jornais do senhor caído no saguão do aeroporto não está muito boa. Decorreram quarenta anos. Nesta reportagem da revista Manchete*, a foto é quase um* zoom *daquela do jornal em que o*

senhor está deitado no lado de fora do Aeroporto. Muita gente ao redor. Esta foto é da bomba. Gostaria que o senhor explicasse.

A pessoa que fez o artefato adquiriu um cano de duas polegadas de diâmetro e um metro e vinte de comprimento. Seccionou-o em três pedaços de quarenta centímetros, fez roscas, colocou as luvas e os bujões. Apertou bem de um lado e deixou frouxa a tampa da outra extremidade, para que pudesse carregar. Carregou com uma substância corrosiva, de modo que pela própria corrosão dentro de um determinado espaço de tempo aquilo explodiria.

Nesta fotografia, o futuro Presidente Costa e Silva olha um estilhaço. Aliás, que estilhaço é esse que o senhor tem aqui, General?

Esse estilhaço de ferro com o "T" do Tupi, é o pedaço da luva do cano. Observe que tem uma rosca do outro lado. Ele foi retirado, depois, da minha coxa. Já esse aqui atravessou a região abdominal e, também mais tarde, foi extraído pelo lado direito, mais ou menos pelo lugar da hérnia inguinal.

Este é um calendário feito pelo senhor. Poderia explicar estas marcações?

Resolvi escrever tudo o que ocorreu durante a minha hospitalização. Foi feito no verso de um convite que chegou às minhas mãos. Neste calendário, estão registradas a colocação da extensão, as datas das trocas de gesso etc. A extensão durou dezenove dias, para que a perna não encolhesse e, nesse período, engessei-a, porque quando tinha que virar o corpo, para fazer o curativo na parte de trás, o que rodava era a fratura. Diariamente, tinha que abrir o gesso para fazer o curativo. Depois de vários dias de aberturas freqüentes dessas janelas, na parte da frente e na de trás, o gesso ficava muito grosso e era necessário substituí-lo. A cada troca de gesso tomava anestesia geral.

Qual é a palavra que está escrita aqui embaixo?

Quando saí do hospital, escrevi "Liberdade". Fiquei 234 dias ali.

General, o senhor poderia relatar o tratamento na sua mão, recebido no hospital dos Estados Unidos da América (EUA)?

Não foi só da mão, mas da perna, também, devido à imobilidade a que foi submetida no longo período de tratamento. No caso da minha mão, sem o polegar, perdi a capacidade de pinça. Não conseguia segurar. Fui para os EUA para que eles substituíssem o polegar, e o dedo que melhor combina com o polegar é o anelar. Eles tiraram o pedaço do anelar que sobrou e o implantaram na minha mão, transformando-o em polegar. Para fazê-lo, demoraram 22 dias.

Uma particularidade, quando fui fazer fisioterapia na perna, depois do implante do polegar, os EUA estavam em pleno envolvimento com a Guerra do Vietnã. Corria

o ano de 1967. Assisti à chegada de levas de militares mutilados e juntei-me a eles naquela fase de fisioterapia. Sou conhecedor de todo o tipo de fraturado que se possa admitir. No meu quarto, éramos três baixados. Quando consegui fazer algum movimento de flexão da perna e me senti em condições muito melhores do que as daqueles combatentes, resolvi parar.

O seu dedo polegar não pôde ser implantado? Naquela época, existia essa técnica?

Hoje, seria micro cirurgia. Naquela época, não se fazia isso. O polegar ficou pendurado, seguro apenas pela pele. Se fosse hoje, teria sido aproveitado.

Qual o nome do hospital americano que o atendeu?

Hospital do Exército dos Estados Unidos, o Walter Reed Army Medical Center, em Washington.

Qual a sua história a partir do regresso ao nosso País?

Fui julgado apto, mas "com restrições, não devendo ser submetido a esforço com a perna etc." Quando regressei ao Brasil, procurei o Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro, para saber até que ponto iam as minhas restrições. Estava convicto de que deveria pedir transferência para a Reserva, caso as restrições não permitissem que eu exercesse normalmente a minha profissão. O HCE me examinou e julgou-me "incapaz definitivamente para o serviço do Exército por ter menos de três quirodáctilos na mão esquerda".

Acontece que o Chefe do Estado-Maior, à época, era o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) que comandava a 7ª Região Militar (7ª RM), no Recife, quando do atentado a bomba do Aeroporto dos Guararapes. Conhecendo-me, desde muitos anos, e vendo o meu estado, na época da bomba e na volta dos Estados Unidos, Muricy solicitou que eu fosse submetido a uma nova inspeção de saúde, em grau de recurso. No dia seguinte à minha chegada ao Recife, porque minha esposa queria ver os pais, recebi um telegrama para que retornasse ao HCE para nova inspeção de saúde.

Nessa segunda inspeção, fui julgado apto. Nesse momento, veio comandar a 7ª RM o General D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávila Mello), que era o Adido Militar em Washington, quando estive internado. Ele achou por bem solicitar ao General Muricy que eu fosse comandar o 14º RI, em Jaboatão dos Guararapes. Mas eu era o número um para Coronel, pois levei carona na promoção de dezembro, justamente, porque não estava apto. Assumi o comando no início de março e, no dia 30 de março, fui promovido a Coronel.

Bem, continuei a minha recuperação e voltei a jogar basquete. Participei, inclusive, da Olimpíada do Exército de 1972, como jogador reserva da equipe de basquete do IV Exército. Depois, joguei muita dupla de voleibol, em Brasília e em Marabá.

A muleta que o senhor está usando é conseqüência da atentado?

De qualquer forma, decorre do problema da bomba. Pelo fato de ter passado 8 meses dentro do gesso, embora com outros problemas ósseos, meu joelho tornou-se fraco, e com o tempo, foi piorando. No fim do ano de 2004, mais precisamente, dia 19 de dezembro, fui subir um degrau de escada, aqui em casa, e, distraidamente, coloquei a perna esquerda na frente. Quando subi, o joelho não agüentou, caí de lado e fraturei o fêmur, novamente. Durante esses trinta e tantos anos só subi degrau de escada avançando primeiro a perna direita, mas distraidamente fui subir um degrau com a perna esquerda.

A fratura foi um pouquinho mais acima. Fiz cirurgia e coloquei uma placa com uns quinze parafusos. Estou me recuperando.

Depois do atentado, o senhor continuou no Exército, serviu no CIE e, mais tarde, no Conselho de Segurança Nacional. O senhor chegou a receber informações sobre os autores do atentado? Foi revelada a organização responsável?

Logo depois do atentado, fizeram retrato falado de possível suspeito, mas existe apenas uma conclusão definitiva: sabe-se que foi planejado pela organização esquerdista Ação Popular (AP). O Inquérito Policial acusou Ricardo Zaratini, mas depois descobriu-se que ele não teve participação no atentado. Nunca houve certeza quanto ao verdadeiro autor.

General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes

- Natural da Cidade de Aquidauana, MS.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia, em 1964, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais funções militares: Comandante da 1ª Bateria de Artilharia Antiaérea, em Brasília, DF; Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Oficial de Estado-Maior da 4ª Divisão de Exército, em Belo Horizonte, MG; e Comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, no Rio de Janeiro. No posto de coronel integrou, como representante do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), o Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino no Exército, que propôs as medidas hoje implantadas em todos os estabelecimentos de ensino da Força.
- Foi promovido a General-de-Brigada em 31 de março de 1997, patente em que exerceu as seguintes comissões: Inspetor-Geral das Polícias Militares; Subchefe do Estado-Maior do Exército (EME); Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa; e Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial. No posto de General-de-Divisão: Comandante da 10ª Região Militar, em Fortaleza, CE; e Vice-Chefe do DEP, no Rio de Janeiro.
- No exterior, serviu como Assessor Militar Brasileiro Junto à Academia Militar dos EUA, em West Point, NY, onde exerceu os cargos de professor no Departamento de Idiomas Estrangeiros e de conferencista nos Departamentos de História, Geografia e Ciências Sociais.
- Possui os cursos regulares do Exército, o de especialização em Artilharia de Costa e Antiaérea e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado na ECEME.
- Em 1964, era cadete do Curso de Artilharia da AMAN, sob o comando do General-de-Brigada Emílio Garrastazu Médici.

Entrevista realizada pelo General Geraldo Luiz Nery da Silva, em 28 de novembro de 2000.

Sinto muito orgulho em poder emprestar colaboração, ainda que modesta, para ajudar as gerações futuras a entenderem o Movimento de Março de 1964: suas origens, como foi desencadeado e quais as suas conseqüências. Tudo sob a ótica de um militar que participou daquele episódio na origem de sua carreira, ainda como cadete do terceiro ano da Academia Militar, e que viveu essa carreira, em grande parte, sob a égide da Revolução de 31 de Março de 1964.

Quais as suas experiências pessoais vividas nos pródromos da Revolução de 1964 e na sua eclosão em 31 de março?

Para falar sobre os pródromos da Revolução de 1964, poderia retroceder muito no tempo, uma vez que, filho de militar, vivi no seio do meu lar, intensamente, todo o período de agitação político-militar iniciado nos anos 1950, acompanhando a turbulência que marcava o quadro político brasileiro. Para não me estender muito, prefiro ater-me à minha vida como cadete na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Penso que posso definir com precisão o ano de 1961 como aquele em que efetivamente começou a preparação, na AMAN, da Revolução de 1964. Naquele ano, assistimos à eclosão da crise política advinda da renúncia de Jânio Quadros e a cisão que se observou no Exército, relativamente à decisão de conceder ou não posse ao Vice-Presidente eleito, João Goulart.

No segundo semestre de 1961, já ultrapassada a crise, o Comando da Academia Militar, por meio de uma série de palestras muito bem planejadas e executadas, instruiu o Corpo de Cadetes sobre as técnicas de guerra revolucionária que, já naquela época, começavam a ser desenvolvidas em todo o território nacional. É importante dizer que, no meu entendimento, a partir de 1961, a permanente crise político-militar em que o País se debatia, desde o advento da República, ganhou um componente adicional: o ideológico, de caráter marxista-leninista. Com aquelas palestras, o Comando da Academia procurava instruir os cadetes quanto às técnicas, os instrumentos e os processos de atuação do marxismo-leninismo. Os anos de 1962 e 1963, do ponto de vista do cadete da Academia Militar, foram relativamente tranqüilos, sem repercussões do que acontecia fora dos muros acadêmicos, prevalecendo a total dedicação aos estudos e aos pesados encargos do cadete.

Já em 1964, desde o início do ano, a Academia passou a ser mais afetada pela campanha de agitação promovida pelo governo e por outros setores que, se não pertenciam ao governo, dele eram aliados. Recordo-me, em especial, de dois episódios: o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março e, ainda mais vivamente, o episódio da chamada "revolta dos marinheiros", quando o ex-Almirante Aragão, em chocante demonstração de subversão da hierarquia e de indisciplina, foi conduzido

nos ombros de marinheiros e fuzileiros navais sublevados. Àquela época, alguns professores na Academia Militar faziam, aberta e ostensivamente, a contrapropaganda aos marxista-leninistas. Recordo-me, especialmente, dos professores das cadeiras de Psicologia – os então majores Rosadas e Paulo, este chefe da Seção – e de Direito, onde havia total engajamento dos docentes em alertar os cadetes para os perigos que se avizinhavam. Por dever de justiça, lembro os nomes dos coronéis Dantas, Américo e do mais vibrante deles, Oliveira Litrentos, que aproveitavam suas aulas para realizar aberta e muito bem conduzida campanha de esclarecimento do Corpo de Cadetes.

Fora isso, entretanto, a Academia levava a sua vida normal e, em conseqüência, tínhamos pouco acesso ao que acontecia externamente. À época, os licenciamentos eram escassos, e o Corpo de Cadetes, apesar da agitação em que vivia o País, permanecia mais ou menos isolado de toda essa questão. Não completamente, porque, como já falei, alguns professores alertavam-nos constantemente quanto aos perigos que ameaçavam a Nação. Não me recordo, nessa primeira fase do ano de 1964, de ter presenciado nenhuma iniciativa do Comando da Academia no sentido de alertar o Corpo de Cadetes sobre os rumos a que a Nação parecia estar sendo conduzida, mas, a partir do episódio da sublevação dos marinheiros, a sensação de isolamento foi sendo gradativa e crescentemente quebrada.

Tenho muito presente em minha mente o retorno de um licenciamento, num domingo à noite, quando, reunidos na estação rodoviária da Praça Mauá com nossos familiares e vários colegas de turma, conversávamos com muita preocupação sobre as conseqüências que poderiam advir para nós e para a Academia, porque, naquele momento, parecia que nada iria obstar a conquista do poder pelos comunistas.

No dia 30 de março, aconteceu o casamento de um oficial da Academia com a filha de um professor de Topografia muito amigo dos meus pais, o Coronel Junqueira, ao qual muitos cadetes eram ligados. Freqüentávamos a casa do Coronel Junqueira e, no dia 30, fomos ao casamento de sua filha com um tenente. Guardo, até hoje, o cartão de dispensa da revista do recolher para poder comparecer a esse casamento e à recepção que nos foi oferecida. Ao retornar à ala da Artilharia, por volta das dez horas da noite, encontrei o ambiente inteiramente conturbado, cadetes ouvindo pelo rádio a notícia de que as forças federais de Minas Gerais haviam se rebelado contra o governo central e estavam em marcha para depor o Presidente João Goulart.

Naquela noite, acho que ninguém foi dormir, desse detalhe não me lembro bem, mas, já em plena madrugada, fomos todos colocados em forma e os oficiais do Curso nos informaram sobre o que estava ocorrendo no País. Após esclarecer que a Academia decidira posicionar-se em favor das forças de Minas Gerais, comunicaram

que iríamos, a partir daquele momento, para o parque de Artilharia pegar o material e ocupar posição na Rio-São Paulo, para impedir que forças do Rio de Janeiro avançassem na direção de São Paulo. A operação realizou-se exatamente como fora planejada.

Agora, na palavra do General Lannes, vamos conhecer a participação efetiva da AMAN naquele período extremamente alvissareiro para todos nós, em que a Academia viveu ativamente a Revolução de 1964.

Fomos para o parque de Artilharia e guarnecemos os obuseiros, que passaram, na sua maioria, a ser tracionados por caminhões do Curso de Engenharia, utilizados no transporte de pontes, uma vez que boa parte das viaturas do Curso de Artilharia, os velhos GMC, estava indisponível, não havendo caminhões suficientes para tracionar todas as nossas peças. As guarnições foram constituídas com cadetes dos terceiro e segundo anos. Lembro-me de que, por estarmos no início do ano de instrução, ainda não havíamos recebido instruções sobre vários procedimentos de técnica de tiro. Por isso, a central de tiro da nossa bateria foi parcialmente guarnecida por uns poucos cadetes do 3º ano, certamente os melhores classificados, e as demais funções, pelos próprios tenentes instrutores.

Debaixo de uma chuva fina, em uma manhã cinzenta que contribuía para aumentar o clima de indefinição e até mesmo para tornar mais dramática a situação, saímos da Academia por volta das oito horas da manhã, rumamos pela Rio-São Paulo no sentido do Rio de Janeiro e, a cerca de quarenta minutos da Academia, fizemos alto, no acostamento da estrada, ali aguardando durante várias horas a evolução dos acontecimentos. No meio da tarde, veio a ordem para que entrássemos em posição muito perto do local onde havíamos feito o alto-horário. Ocupamos uma posição muito ruim do ponto de vista da Artilharia, difícil, que só permitia o tiro vertical, que os cadetes ainda não sabiam conduzir. Então, os cadetes primeiros classificados, José Correa (Carlos José Correa), Alencastro (João Batista da Silva Alencastro), Pinheiro (Edison Gonçalves Pinheiro), uns três ou quatro, receberam uma instrução expedita sobre a realização do tiro vertical e, mais ou menos ao anoitecer, ocupamos a posição e ali permanecemos à noite.

Como eu não era dos primeiros classificados, coube-me a função de C4, municiador-chefe de uma peça. Durante toda a noite, nenhum incidente ocorreu e, no dia seguinte, por volta das oito horas da manhã, recebemos ordem para sair de posição. Fomos novamente para a estrada, onde aguardamos mais algum tempo, até que chegou a notícia de que retornaríamos para a Academia. Àquela altura nenhum de nós sabia exatamente o que tinha acontecido. É bom lembrar que vivíamos uma época em que não existia a facilidade de comunicação de hoje. O trajeto em mão dupla, entre

Rio de Janeiro e Resende, demorava quatro horas e meia, no ônibus da Evanil. Para o cadete falar pelo telefone para o Rio de Janeiro, ele pedia a ligação às seis horas da tarde, ia cuidar dos seus afazeres e lá pelas dez horas da noite vinha a ligação, quando vinha. Então, só tivemos uma noção exata do que havia acontecido, quando retornamos para a Academia e ali, na área de acesso ao portão de entrada da Academia, formamos juntamente com o Curso de Infantaria. Esqueci de falar que o Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) da Artilharia foi realizado visando proporcionar apoio de fogo a uma posição defensiva, estabelecida pelos Cursos de Infantaria e de Cavalaria, que barrava o acesso de tropas vindas do Rio de Janeiro.

Também, posteriormente, viemos a saber do episódio vivido pelo Grupo-Escola de Artilharia (GesA), que integrava a tropa do Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs) enviada do Rio de Janeiro para combater os que se insurgiam contra o Governo do Sr. João Goulart. Ao fazer alto nas proximidades da posição defensiva da AMAN, para os trabalhos de REOP e depois de uma série de incidentes, a oficialidade do GEsA rebelou-se contra seu comandante — considerado homem do dispositivo militar de João Goulart, como todos os comandantes de Unidade do GUEs — e decidiu aderir à causa da Revolução. Assim, os capitães, seguidos por seus tenentes, alguns deles, hoje, generais na ativa e outros, coronéis já na Reserva, abandonaram o restante do Grupo que já estava em posição e, imprimindo grande velocidade em suas viaturas, ultrapassaram nossa posição defensiva e foram apresentar-se na AMAN, como tropa à disposição da Revolução.

O comandante do Grupo – Coronel Aldo Pereira – ficou, literalmente, a pé na estrada. Com exceção de uma bateria de tiro já em posição e controlada de perto pelo comandante da Unidade, todas as subunidades passaram para o nosso lado.

Quanto aos cadetes, ao retornarmos no dia 2 de abril à Academia, entramos em forma em frente ao portão monumental e desfilamos pela grande reta que conduz ao conjunto principal. Dos dois lados da pista, em forma, estavam os professores da Academia e todo o pessoal da Administração que não participara da operação, saudando-nos, quase como heróis, proporcionando uma recepção extremamente solene e emocionante. Fomos em forma para o Pátio Tenente Moura, onde o General Médici (Emílio Garrastazu Médici) leu uma proclamação, abordando todos os acontecimentos vividos e louvando o Corpo de Cadetes pela maneira coesa com que a AMAN tomara parte naquele Movimento. Nosso Comandante, lembro-me bem, no texto que nos distribuiu, mostrava quão difícil tinha sido a decisão de empregar pela primeira vez o Corpo de Cadetes num episódio daquela natureza.

Lembro que o General Médici era o Subcomandante da AMAN em 1961, quando teve início, com muita eficácia, a oportuna orientação anticomunista. Ele mes-

mo tomara parte ativa na montagem e na condução das instruções que procuravam, naquela ocasião, alertar o Corpo de Cadetes sobre as ações comunistas no mundo e, especialmente, em nosso País.

A partir dali, a vida da Academia retomou seu curso normal.

Esse desfile, aqui abordado pelo General Lannes, foi um evento, para nós, das outras tropas que ali estávamos, eletrizante, emocionante, porque os cadetes e seus chefes desfilaram com todo o seu material, armados e municiados até os dentes, com fitas de cartuchos de metralhadora .50 presas ao corpo, completamente enlameados, da cabeça aos pés, aparentando o desgaste natural de duas jornadas indormidas, enfrentando chuva, que se tornou inclemente, e um rio de lama. Um desfile de retorno de guerra – místico, admirável e realmente inesquecível.

Acho que o senhor usou os termos exatos: eletrizante e inesquecível. Todos que dele participaram se lembram, com muita emoção e ficam arrepiados ao recordar aquele momento inolvidável, porque os militares e todos os professores que não haviam saído da Academia nos saudaram com contínua e estrondosa salva de palmas e, como o senhor falou mesmo, nós estávamos completamente cobertos de lama. A tal chuva fina, que caía no início da nossa missão na saída da Academia, transformara-se em copiosa, tornando o acesso às posições extremamente difícil. Foi uma operação complicada e cansativa para todos que dela participaram, mas que nos trouxe uma satisfação íntima indescritível.

Uma semana após o dia 31 de março, vários agitadores e alguns líderes sindicais de cidades vizinhas do Vale do Paraíba foram conduzidos presos para a Academia e ocuparam uma ala do conjunto principal, sob guarda de cadetes do terceiro ano. Aquela situação perdurou por cerca de um mês, para que esse pessoal fosse ouvido nos inquéritos que haviam sido instaurados.

Aproximadamente dois meses após o 31 de Março, já vivendo a rotina da vida acadêmica, ao retornar à ala da Artilharia após um dia de instrução, recebi a notícia de que haveria um desfile em Belo Horizonte para comemorar a vitória da Revolução e que quatro cadetes de Artilharia seriam sorteados para integrar a representação da AMAN. Eu fui um dos sorteados!

Viajamos numa aeronave C-47, decolando do campo de aviação de Resende. Só estou citando isso porque o desfile que fizemos em Belo Horizonte foi a mais apoteótica manifestação de apoio ao Exército que me lembro de ter visto em toda a minha vida! Basta dizer que, enquanto desfilávamos, a população, maciçamente presente nas ruas, jogava sobre nós pétalas de rosas. Ao final, o itinerário do desfile estava literalmente coberto de flores; foi uma festa popular grandiosa, como se a população estivesse expressando, com o máximo entusiasmo possível, o agradeci-

mento pelo alívio que lhe trouxemos, ao colocar um ponto final na agitação insuportável vivida pelo País. Nenhuma outra manifestação poderia ilustrar de forma mais clara o irrestrito, absoluto e incondicional apoio do povo brasileiro ao Movimento de 31 de Março de 1964.

A guerra fria pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Acho que a influência foi total e absoluta. Não há a menor dúvida, na mente de quem viveu aqueles dias, de que se tratava de uma guerra revolucionária em que o marxismo-leninismo tentava mais uma vez conquistar o poder no Brasil.

Ainda nos primeiros meses de 1964, uma declaração que causou profunda impressão em todos os que acompanhavam a evolução dos acontecimentos adveio do próprio presidente do Partido Comunista Brasileiro. Dizia ele que "os comunistas já estavam no governo, faltando-lhes o poder".

Havia, portanto, um clima de insatisfação da maioria do povo contra o governo deposto?

Para mim, era claro que sim. A manifestação apoteótica que vi em Belo Horizonte corroborava esse sentimento, observado, também nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, principalmente em São Paulo, dias antes da eclosão da Revolução, onde se fala em um milhão de pessoas presentes. O povo, estupefato diante do que acontecia, voltava-se para as Forças Armadas, sobretudo para o Exército. Sonhava-se com uma reação ao caos implantado no País durante o ignóbil Governo Goulart.

Devo realçar que, apesar de não haver unanimidade contra o governo, a grande maioria dos setores da vida nacional clamava por um basta àquele estado de coisas. Inclusive na Imprensa, com os mais importantes jornais cobrando um paradeiro para aquela anarquia insuportável. Os jornais que hoje criticam a "ditadura", "os anos de chumbo", os militares são os mesmos que saudaram a Revolução de Março de 1964 como a salvação do Brasil e muito trabalharam para que ela eclodisse.

Apesar da vida dura da Academia, chegaram aos cadetes informações sobre o "grupo dos onze" e a "Liga Camponesa". Havia conhecimento, na AMAN, da ação desses grupos subversivos que atuavam naquela época?

A noção do que acontecia chegava de forma muito amortecida. Em primeiro lugar, porque os cadetes estavam voltados quase exclusivamente para seus estudos e afazeres; depois, porque a influência dos meios de comunicação nem de longe pode ser comparada à de hoje. O cadete lia muito pouco jornal, não havia "Jornal

Nacional", não havia televisão com essa abrangência nacional que existe hoje. Então, tudo que acontecia chegava por meio do jornal, mas de maneira muito amortecida e atingia apenas aqueles poucos que se preocupavam em acompanhar a situação política mais de perto. Diria que a massa dos cadetes permaneceu alheia a esses fatos.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade chegou a repercutir na Academia?

Sim, essa marcha chegou ao conhecimento dos cadetes, pela proporção, pelo número de participantes. Ela, de certa forma, galvanizou a veemente e arrojada reação aos desmandos de João Goulart.

Então, podemos dizer que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade da grande maioria do povo?

Sem dúvida, para mim não há a menor dúvida sobre esse aspecto.

Havia uma revolução em andamento de cunho comunista e a ela nos contrapomos com o Movimento de 1964?

Sem dúvida. Acredito, no entanto, que haja uma diferença fundamental entre a guerra revolucionária vivida àquela época e a experimentada em anos mais à frente. A que foi vivida naquele momento utilizou-se principalmente dos sindicatos, dos dirigentes sindicais que tinham total acesso ao governo, inclusive ao Presidente da República. Mandavam e desmandavam. Fez uso da mídia também, mas de forma muito incipiente, se comparado ao que acontece nos dias de hoje, até porque, como falei e quero repetir, grande parte da mídia contrapunha-se àquele pernicioso governo. A revolução comunista em andamento tinha como base, portanto, os líderes trabalhadores, presidentes de sindicatos operários que paravam o País, a toda hora, com suas greves intermináveis, inclusive as de solidariedade a outras categorias também paralisadas, tudo deteriorando a economia e a vida nacional. Foi, talvez, um movimento de inspiração marxista-leninista mais clássico, valendo-se fundamentalmente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ligado ao Partido Comunista Brasileiro, e das Confederações Nacionais de Trabalhadores na Indústria, no Comércio, nos Transportes etc. Além disso, a revolução comunista em andamento valia-se muito de organizações estatais, colocadas a serviço da desordem e da agitação. Na área estudantil, contavam principalmente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), importante instrumento no esforço pela comunização do País. A maioria dos estudantes, entretanto, não tomava conhecimento da agitação política planejada e organizada por essa entidade.

Essa sua observação sobre a UNE é importante, mostrando que os agitadores constituíam um grupo restrito; não era a maioria dos estudantes.

A propósito, lembro-me de um fato importante: nas férias de fim de ano, eu aproveitava para fazer um curso intensivo de alemão, aqui no Rio de Janeiro. Freqüentavam esse curso intensivo de 40 dias pessoas da minha idade, moças e rapazes. Entre elas, um cidadão que era estudante da PUC; ele não sabia que eu era militar, pelo menos no início da nossa convivência e, no começo de 1963, esse cidadão se manifestava indignado com o rumo que o governo imprimia ao País. Segundo afirmava, só uma minoria, atuante e barulhenta, participava ruidosamente das manifestações, incentivadas, via de regra, pelo próprio governo, dando uma falsa impressão de que o movimento possuía maior amplitude.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Líderes civis, Carlos Lacerda. É minha convicção de que se não fosse o Carlos Lacerda não teria havido revolução. Carlos Lacerda galvanizou, polarizou, aglutinou a resistência ao Movimento Comunista Internacional (MCI), tanto na Guanabara, como, por extensão, em todo o País. Com ele, caracterizou-se o mais expressivo foco de resistência, não só pelo seu posicionamento extremamente corajoso e competente no plano político-ideológico, mas, sobretudo, pela brilhante administração que fez no Rio de Janeiro. Infelizmente, anos mais tarde, perdeu-se por suas frustrações pessoais.

No plano militar, destacaria o General Médici, uma figura exponencial, não só pelo que ele fez como Comandante da AMAN, e pelo que realizou como Subcomandante da Academia em 1961. Percebi, na época, que ele era o cérebro por trás daquela campanha de esclarecimento do Corpo de Cadetes. Ressalto, também, os generais de Minas Gerais, sobretudo o General Carlos Luís Guedes. Esta minha observação é fruto de toda uma vida no Exército, depois de ter ouvido várias versões, depois de ter ouvido o próprio General Guedes, depois de ter convivido com dois de seus filhos. Falo, portanto, com o benefício da vivência. Acredito que o General Guedes foi o estopim, sem o qual não sei se a Revolução teria se deflagrado.

E a Revolução de 1964 foi só de caráter interno ou houve alguma intromissão externa como dos Estados Unidos, por exemplo?

Absolutamente interno. As esquerdas falam muito hoje na operação que os americanos estariam montando para nos auxiliar, mas, na verdade, toda a trama da Revolução foi feita exclusivamente por brasileiros, internamente, sem nenhuma interferência externa. O que eu penso sobre esta operação é que ela até poderia vir a ser realizada caso os acontecimentos não tivessem seguido o rumo que tomaram, isto é, se tivesse havido uma luta armada, uma guerra civil, o que, felizmente, não ocorreu. Os americanos precisariam, em caso de conflito, assegurar alguns portos

onde pudessem participar com apoio logístico às forças que combatiam o comunismo, mas isso foi um planejamento que, se existiu, não chegou a ser concretizado. Não houve necessidade de apoio, pela facilidade com que o chamado dispositivo militar de João Goulart se desmanchou.

A quem o senhor atribui o desmoronamento desse dispositivo militar que era comandado pelo Chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil?

A esse respeito, quero, principalmente, dizer que percebia durante a evolução dos acontecimentos, em 1963 e 1964, uma vontade muito grande do Exército de permanecer à margem do processo, aguardando o fim do mandato de João Goulart sem sair às ruas, apesar dos apelos da população nesse sentido.

No meu modo de ver, o que fez João Goulart fracassar foi um erro de cálculo: permitir a si mesmo e aos seus companheiros mais chegados atentar contra dois pilares básicos da nossa Instituição – a hierarquia e a disciplina. Penso mesmo que, se não tivessem ocorrido os episódios do comício da Central do Brasil, da rebelião dos marinheiros e do jantar do Automóvel Clube do Brasil, talvez ele tivesse conseguido conduzir o processo sem que o Exército viesse a interferir. Todavia, no momento em que o próprio Presidente feriu tão clara e ostensivamente a hierarquia e a disciplina, as resistências que existiam no Exército, obedientes à manutenção da legalidade, se esvaíram. Isso é interessante dizer, porque a Revolução teve um final rápido e feliz sem nenhuma reação, mesmo de pequeno vulto, porque aqueles que antes lutavam por manter a legalidade verificaram que o próprio Presidente foi o primeiro a afrontá-la, tornando, por suas próprias ações inconseqüentes, ilegítima a defesa dessa causa. Assim, com João Goulart, ficariam apenas uns poucos militares comunistas ou aqueles motivados por interesses particulares, principalmente promoções e outras vantagens a usufruir na carreira. Muitos cadetes, como eu, na época já sabiam que havia, nos corpos de tropa, um ambiente de desconfiança: os oficiais dormiam armados. Havia grupos identificados em certos quartéis como capazes de reeditar a matança de 1935. Então, a partir do momento em que o governo e o próprio Presidente promoveram a liquidação da hierarquia e da disciplina, a resistência à solução armada terminou. Em outras palavras, por maior que fosse a relutância em adotar uma solução que rompesse a ordem constitucional, esse pudor deixou de existir quando o governo solapou, abertamente, a hierarquia e a disciplina.

Como viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Foi uma atitude extremamente corajosa do nosso comandante, General Médici. Posteriormente, avaliamos melhor a dimensão daquela decisão, porque, embora

não representasse muito do ponto de vista tático, possuía extraordinário valor simbólico, ao caracterizar a posição da Academia Militar das Agulhas Negras, a sagrada Casa de Formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

A Revolução robusteceu a união e a coesão dentro das Forças Armadas?

Sem a menor dúvida, ainda que, a esse respeito, a Revolução possa parecer paradoxal. O público civil dificilmente entenderia isso: a Revolução retirou a política de dentro dos quartéis. Até então, os quartéis se dividiam, com facções defendendo a legalidade, enquanto a maioria entendia ser impossível conviver com o ambiente político criado pelo desorientado e pernicioso Governo Goulart. A partir da Revolução, paradoxalmente, o Exército tornou-se apolítico. Essa é a minha observação, muito sincera, absolutamente contrária aos jornalistas, travestidos de historiadores que estão por aí a reescrever, impunemente, a nossa história.

Exatamente, perfeito, tanto que não houve volta aos quartéis como muita gente diz, cometendo um erro palmar, porque o Exército nunca saiu dos quartéis, a não ser para fazer a Revolução vitoriosa, retornando imediatamente, após a missão cumprida. Estamos, assim, recuperando a verdade histórica através de depoimentos como esse.

A partir de 1964, o Exército tornou-se muito coeso e inteiramente apartidário. Até porque não tínhamos mais o que falar; a ordem era viver exclusivamente para nossas funções, uma vez que o militar eleito presidente reunia indiscutivelmente todos os méritos para o cargo, nada justificando qualquer intromissão em suas decisões.

O Movimento de 31 de Março de 1964 tinha alguma ideologia?

Não, o Movimento de 31 de Março não tinha uma ideologia. Ele foi muito mais uma reação a um estado de coisas, à deterioração da hierarquia e da disciplina, conduzida por meio de agressões constantes e inaceitáveis a esses pressupostos básicos da Instituição. Não havia uma ideologia, havia, sim, um traço comum: o anticomunismo. Todos eram anticomunistas e comprometidos com a defesa da verdadeira democracia. Sua união deveu-se à exigência de uma pronta reação aos desmandos de João Goulart e dos seus colaboradores.

Se examinarmos os rumos seguidos pelo País nos chamados governos da Revolução, veremos quão diversificados eles foram. Há uma corrente mais liberal e uma mais estatizante. De comum, havia a vontade de restaurar a ordem, totalmente subvertida, e de restabelecer a disciplina; havia um anticomunismo consciente, pela convicção de que aquela doutrina não convinha ao País. A defesa das liberdades e da democracia configurava a ideologia para abortar mais uma tentativa de

implantar, no País, um governo marxista-leninista por meio da guerra revolucionária. Era o desejo da grande maioria do nosso povo, sem dúvida nenhuma.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governos cujos presidentes eram militares, porque as Forças Armadas e o Exército, em particular, nunca agiram como um elemento de governo, no sentido de participar de decisões políticas, a não ser em período de crises extremas, como na doença do Presidente Costa e Silva, quando uma junta dos três ministros militares responsabilizou-se, momentaneamente, pelos rumos do País. Com exceção deste breve período, o que tivemos foram governos legalmente constituídos, onde os presidentes eram militares da Reserva e a grande maioria dos ministros, civis. Tanto quanto me lembre, o Exército permaneceu voltado exclusivamente para as suas tarefas constitucionais.

Gostaria de alinhar alguns benefícios que a Revolução trouxe ao País?

A Revolução trouxe muitos benefícios para o País, sobretudo no campo econômico. Quem viveu o Brasil no início dos anos 1960 e viveu o Brasil no início dos anos 1980 sabe como foi profícua a administração dos governos revolucionários. Mas esses benefícios, no meu modo de ver, representam apenas parte das conquistas obtidas pela Revolução. O maior benefício foi ter impedido que aqui se implantasse um governo marxista-leninista.

Há uma diferença feita por alguns pensadores políticos entre governo autoritário e governo totalitário. Não há dúvida de que os governos pós-1964 exerceram ações típicas de governos autoritários, mas assim fazendo impediram que aqui fossem implantados governos totalitários. Que seria de nós se os intentos de João Goulart, Leonel Brizola e outros tivessem prosperado? Acho que podemos responder a essa questão olhando para o mapa da América Latina e observando o que acontece em Cuba. Cuba tem um governo totalitário que tomou o poder em 1959, eliminando seus adversários em "paredões", e que não dá sinais de que vai se retirar de cena. Aqui, tivemos uma interrupção do processo democrático pleno, que pode ser assemelhada, mais ou menos, à ação de um médico que faz uma operação cirúrgica complexa, mas necessária para evitar um mal crescente. Então, além dos aspectos materiais que a consagraram, o maior benefício que a Revolução nos trouxe foi exatamente impedir que os comunistas tivessem conquistado o poder naquele momento.

Quais os erros cometidos pela Revolução de 31 de Março de 1964?

Em primeiro lugar, ter dificultado o aparecimento de lideranças políticas que representassem os anseios da Revolução. O segundo e gravíssimo erro, ter com-

batido as tentativas de agitação e de tomada do Poder no campo da luta armada, mas deixado o nosso sistema educacional, a formação do magistério e, sobretudo, a formação da opinião pública, inteiramente nas mãos dos adversários contra os quais foi desencadeada a Revolução de 31 de Março.

Um grande erro – não nos preocupamos, realmente, com a mídia e com a cátedra, deixando que os comunistas dominassem completamente a área de formação dos jornalistas e dos professores e as conseqüências estão aí.

Porque não tínhamos uma ideologia, porque não fomos suficientemente autoritários e talvez até mesmo por incompetência, permitimos que nas mentes da nossa juventude, em todo o período revolucionário, fossem plantadas idéias que hoje dominam toda a formação da opinião pública brasileira. Toda, sem exceção. Não temos hoje, como tínhamos em 1964, importantes órgãos da mídia se contrapondo aos desígnios dos marxista-leninistas que atuavam junto ao inditoso Governo João Goulart. Hoje, todos os órgãos da mídia, até mesmo aqueles que, em 1963 e 1964, estavam do nosso lado e se tornaram fatores de grande relevância para que a Revolução fosse vitoriosa, até mesmo esses órgãos, que tanto se beneficiaram dos governos da Revolução de 1964, são os primeiros a nos agredir, a nos combater, a nos difamar.

E os sucessos econômicos, divulgados em conferências na Escola Superior de Guerra por renomados professores civis, inclusive da Unicamp e de outras Universidades consagradas, apontando as décadas de 1960 e 1970 como as de maior progresso do País, principalmente a de 1970, apesar das crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979. Por que isso não chega ao grande público?

Nós vivemos uma luta ideológica que se vem desenvolvendo há muitas décadas em nosso País. Sua primeira manifestação, a mais grave, a mais dramática, foi na Intentona Comunista de 1935; posteriormente, houve a tentativa de 1964, neutralizada pela Revolução de 31 de Março; mais tarde, ainda tivemos uma nova faceta desta luta – a chamada luta armada, desencadeada a partir do final dos anos 1960 e durante a primeira metade dos anos 1970, e que também se constituiu, do ponto de vista comunista, em completo fracasso.

A partir do tremendo insucesso na década de 1970, os comunistas passaram a implementar nova técnica de conquista do poder, a chamada técnica gramscista. Em que consiste a técnica gramscista? Consiste em assaltar e tomar conta das mentes da população. De modo prático, consiste em conquistar a direção dos meios de formação da opinião pública – cinema, teatro, televisão, jornais, revistas –, além de obter, o que é igualmente importante, o domínio da educação, seja nas faculdades, seja na escola secundária, seja até na escola infantil. É exatamente isso que estamos

assistindo. A partir de 1970, enquanto alguns setores optavam pela luta armada e eram fragorosamente derrotados, outros trataram de conquistar posições de domínio nestas áreas de formação da opinião pública e da educação. Hoje, já decorridos trinta anos de orientação gramscista, o sucesso dessa empreitada é muito grande, está completamente consolidado. Atualmente, na nossa mídia, salvo pouquíssimas exceções contadas nos dedos de uma das mãos, não temos mais ninguém que defenda as nossas teses, agravando-se a situação quando olhamos o panorama educacional.

Se entrarmos em qualquer livraria de *shopping center* e folhearmos os livros de História do Brasil indicados para os ensinos fundamental e médio, veremos que são apresentados à juventude, como heróis nacionais, figuras do naipe de Carlos Lamarca e Marighela, enquanto o Presidente Médici é apontado como cruel e sanguinário ditador.

Por força da minha função de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial, responsável pela educação em todos os Colégios Militares, tenho enfatizado a necessidade de muita atenção para assegurar que nossos alunos recebam a versão correta da Revolução; de muito cuidado para evitar que nossos jovens sejam contaminados com idéias contrárias às nossas crenças e ideais, idéias avessas aos valores cultuados pelo Exército através de toda a sua existência, desde Guararapes.

Concluindo a resposta, os sucessos do período revolucionário não têm repercussão porque os que poderiam divulgá-los não se interessam em mostrar a verdadeira face do 31 de Março.

Como atuou a guerrilha urbana, responsável por seqüestros e outros atos terroristas abomináveis, obrigando o Exército à criação dos Destacamentos de Operações de Informações, para derrotá-la definitivamente?

Acho que tudo começou em 1967 quando foi realizado, em Havana (Cuba), um congresso com a sigla de OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). A partir daquele evento, ficou decidido que seria desencadeado, em toda a América Latina, um processo de luta armada. Vivíamos a fase da guerra do Vietnã, e o propósito, declarado em manifesto de Che Guevara, era "...Criar um, dois, três, mil vietnãs em toda a América Latina". Houve, no entanto, uma cisão na esquerda, hoje sabemos disso. Alguns – mais inteligentes ou menos ousados – perceberam que a empreitada estaria fadada ao fracasso, enquanto outros não entenderam assim e acabaram por causar tanto sofrimento à nossa população e à de países vizinhos. Felizmente, os promotores da luta armada foram derrotados, mas à custa de muito sacrifício e muito sangue. Essa aventura armada acabou inteiramente debelada no

Brasil. Ao mesmo tempo, entretanto, em que enfrentávamos a luta armada, esquecíamo-nos de nos precaver contra os adeptos da luta não-armada. Se vencemos, inequivocamente, a luta armada, creio que perdemos, de modo claro, a luta não armada.

E para enfrentar a luta armada houve cerceamento da liberdade durante o processo revolucionário?

O cerceamento da liberdade afetou pouquíssimo, se é que afetou, a vida do cidadão ordeiro e cumpridor da lei e da ordem. Afetou, porém, profundamente, a vida daqueles comprometidos com a luta armada. Minha afirmação pode ser comprovada pela reação que ainda hoje suscita a simples menção, entre os esquerdistas, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado fundamentalmente para se enfrentar, adequadamente, a luta armada no País. Fico pensando como estaríamos, caso não tivéssemos debelado tão rápida e completamente a luta armada. Será que aquela guerrilha do Araguaia não se transformaria nas FARB – Forças Armadas Revolucionárias do Brasil –, de modo análogo ao que acontece na Colômbia nos dias de hoje? Da mesma forma, se a guerrilha urbana não tivesse sido tão prontamente eliminada, será que não teríamos vivido uma situação dramática, semelhante à vivida pela Argélia?

Então, o AI-5, além de necessário, foi eficaz para a derrota dos terroristas?

Como já mencionei, sua eficácia pode ser medida pela reação, ainda hoje, dos que foram derrotados pelas medidas por ele proporcionadas.

Em 1964, o dispositivo de João Goulart ruiu como castelo de cartas e a esquerda revolucionária passou a viver momentos de perplexidade. Porém, em 1968, ela já havia se rearticulado e conduzia amplo programa de agitação no País e atos de guerrilha urbana, que teriam levado à desestabilização do governo, não fosse a edição do AI-5.

Houve, já em 1968, uma transição, uma modificação por parte dos comunistas nas suas técnicas de atuação: com base na teoria dos focos, ou "foquismo", as ações armadas passaram a ser mais e mais utilizadas, enquanto, ao mesmo tempo, a agitação prosseguia com desenvoltura crescente.

Graças, principalmente, à correta aplicação dos instrumentos disponibilizados pelo AI-5, uma nova contra-revolução teve início.

Há nítida distinção entre 1964 e 1968. Em 1964, o quadro era de agitação, de subversão mais pontual, usando principalmente o CGT, os sindicatos, as confederações de trabalhadores e os estudantes comunistas filiados à UNE. O povo e a opinião pública, como massa de manobra, ficaram praticamente de fora. A partir de 1968, passamos a conviver com a guerrilha urbana e a resposta veio com o AI-5; foi dada

pelos DOI/CODI, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações, que passaram a atuar efetivamente no início dos anos 1970.

As Forças Armadas prestaram, no meu entender, serviço de incalculável valor ao povo brasileiro, porque, se compararmos o que houve em outros países com o que aconteceu aqui, veremos que as perdas humanas, ainda que lamentáveis, foram mínimas de ambos os lados, mínimas em relação às ocorridas, por exemplo, na Argentina, no Chile e no Uruguai, sem falar em Cuba, onde os comunistas mataram 17 mil pessoas. Então, acho que as Forças Armadas agiram com extrema competência. Fomos de uma precisão cirúrgica, na eliminação desses focos de luta armada.

Há adversários da Revolução que alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores provocou a luta armada. Qual a sua posição a respeito dessa assertiva?

Eu não concordo, porque tanto o Presidente Castello Branco quanto o Presidente Costa e Silva, assim que possível e até contrariando setores militares, procuraram abrir canais para que os adversários da Revolução pudessem se expressar, havendo, inclusive, um partido da oposição, dentro do bipartidarismo estabelecido. Como não éramos totalitários e sim, na medida do necessário, autoritários, os canais para as manifestações políticas ficaram abertos. O que veio bloquear esses canais – isso hoje é uma verdade reconhecida até por setores de esquerda – foi a infantil idéia de que, pela luta armada, seria possível conquistar o Poder e implantar o regime comunista. A partir do recrudescimento da luta armada, houve necessidade de bloquear e até de fechar o regime pós-1964, o que retardaria a chamada abertura política.

Vale destacar que os adeptos da luta armada em nenhum momento quiseram o diálogo, o que nunca fez parte de sua forma de agir. De onde veio o apoio externo e a orientação à luta armada que teve início, estimulada de fora, sem buscar qualquer tipo de diálogo?

A orientação vinha notadamente de Cuba, embora não exclusivamente, e de outros países da Cortina de Ferro, como a Tchecoslováquia, que era muito ativa no fornecimento de apoio, assim como da Argélia que, mesmo não pertencendo à Cortina de Ferro, muito colaborou com os comunistas brasileiros ligados ao terrorismo.

Hoje, muito se fala em "ditadura", "anos de chumbo" etc. Como o senhor vê isto? Está dentro do processo de "revanchismo"?

Acho que há um claro processo de "revanchismo" em curso. Atribui-se ao Marechal Castello Branco uma frase que é mais ou menos a seguinte: "A esquerda é perita em organizar manifestações e em desorganizar a economia do País". Eu vou-

me aproveitar dessa frase do Marechal e dizer que a esquerda é perita, ainda, em criar "ícones", em criar frases de efeito, em criar expressões. Os comunistas têm a capacidade de mudar o sentido das palavras. A esse respeito é recomendável a leitura, ainda nos dias de hoje, do livro "1984", de George Orwell, escrito nos anos 1940. Nessa obra, vive-se em um patético mundo novo, totalmente dominado por um regime totalitário, pleno e absoluto, onde as palavras perderam completamente o sentido: o que era preto passava a ser branco; paz passava a ser guerra e assim por diante. Essas expressões "anos de chumbo", "ditadura", "golpe militar", tudo faz parte do jogo da esquerda revolucionária. Nos dias de hoje, os jornais, televisões, rádios referem-se a Fidel Castro como "presidente" ou "comandante", o que já lhe concede uma aura de respeitabilidade e de honra. A mesma rádio, o mesmo jornal, o mesmo canal de televisão ou revista referem-se a Augusto Pinochet de forma totalmente diferente; em princípio, como ditador, sanguinário, avesso aos direitos humanos. Infelizmente o que sempre se vê são aberrações dessa natureza.

Então, "anos de chumbo", "golpe" e "ditadura" inserem-se nesse contexto. É a maneira usada pela esquerda revolucionária de manipular palavras, de mistificar e de ludibriar a opinião pública e de assegurar, pela permanente repetição, da escola fundamental até a faculdade, que as pessoas aceitem e utilizem essa linguagem. Isso é especialmente observável em carreiras como o magistério e o jornalismo.

Estamos lidando com um oponente que sabe manipular a opinião pública, mediante técnicas jornalísticas e até psicológicas, criando na população ambiente favorável às teses que deseja difundir, o que fazem através dos mais variados meios de comunicação social: jornais, revistas, rádio e televisão, sem que haja uma contrapartida mínima de nossa parte.

E, nesses vinte anos da Revolução de 1964, as Forças Armadas auferiram vantagens?

Acho que a Revolução de 1964 tratou muito mal as Forças Armadas. Nós emergimos do período revolucionário, sem ter o que comemorar, do ponto de vista material; não obtivemos vantagens, nem mesmo a atenção que merecíamos. Se algum benefício foi auferido, acho que já o mencionei: a Revolução nos tornou eminentemente apolíticos, varreu a política partidária dos quartéis; mas, do ponto de vista material, continuamos a levar uma vida muito modesta, seja pessoal, seja institucional.

Aliás, é interessante destacar que quem trata muito bem as Forças Armadas são os comunistas! Quando tomam o Poder, as Forças Armadas ganham projeção, força e prestígio inigualáveis; tanto é assim que a primeira providência desses comunistas é arrumar uma fardinha, como o Fidel Castro, que tem a sua, embora não seja militar, e não desgruda dela. São todos regiamente pagos, moram bem, têm os melhores equi-

pamentos. Agora, nós não auferimos vantagens, sobretudo do ponto de vista pessoal, e continuamos vivendo modestamente, como antes da Revolução de 1964.

Qual a sua avaliação desses vinte anos da Revolução?

A Revolução foi positiva, porque livrou o País do comunismo em 1964 e novamente em 1968, e ainda nos primeiros anos da década de 1970. Além disso, no período 1968-1973, permitiu que o crescimento do nosso Produto Interno Bruto registrasse índices espetaculares, todos acima de 9%, atingindo 13,4% em 1973. No entanto, ela cometeu a falha de ter permanecido no Poder durante muito tempo; de não ter preparado uma transição política, deixando de criar um estamento político para mudança; e cometeu a falha de não ter percebido a manobra gramsciana iniciada lá nos idos de 1970 para o domínio da mídia e de toda a área da educação pela esquerda revolucionária.

E o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País por que se verificou?

Verificou-se pelo esgotamento, no bojo de uma crise econômica de gravíssimas proporções, uma crise mundial impulsionada, inicialmente, pela questão do petróleo e, depois, pela dos juros americanos. E, para usar o linguajar militar, o nosso desengajamento, que poderia ter assumido, alguns anos antes, a forma de um retraimento sem pressão, tornou-se sob pressão, que adveio da inabilidade política dos responsáveis pela transição.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sem dúvida, sem dúvida. É interessante falar no último Governo da Revolução, o do Presidente Figueiredo, mas, sobretudo, é interessante falar no penúltimo Governo da Revolução, porque, quando foi desencadeado o nosso movimento revolucionário, ficou muito claro, a começar pelo Governo do Presidente Castello Branco, que havia uma opção pelas forças de mercado, pela iniciativa privada, pela não estatização da economia. Mas, como não havia uma ideologia comum a todos os revolucionários – éramos muito mais uma agregação de descontentes com a anarquia do desgoverno Goulart – quando veio o Governo Geisel teve início brutal processo de estatização da economia, com repercussões profundamente negativas. Então, veja só, deu-se a transformação de uma revolução, de um movimento que começou propugnando pela livre iniciativa, pelas forças de mercado, e que se modifica completamente no Governo Geisel, quando se promoveu profunda estatização da economia do País, com aumento significativo da dívida externa, que cresceria cinco vezes de 1974 a 1979, no período entre as duas crises mundiais do petróleo.

Então, isso é um paradoxo que ilustra bem o que eu já havia mencionado antes, ou seja, inexistia uma ideologia comum. Os governos revolucionários se sucederam sem que houvesse um traço que caracterizasse uma ideologia comum.

Lembro-me, nos idos de 1982, de uma série de reportagens dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde,* mostrando que o Brasil poderia até ser denominado de União das Repúblicas Socialistas Brasileiras, porquanto, do ponto de vista econômico, se os comunistas tivessem alcançado o Poder naquela oportunidade, muito pouco trabalho teriam a fazer. Na prática, tudo já estava estatizado.

Esse foi o quadro que precedeu o Governo Figueiredo. A partir de 1979, os resultados políticos e econômicos desgastaram inteiramente a imagem da Revolução. Quando o Governo Figueiredo promoveu a "abertura" política, não havia mais uma força política de sustentação dos ideais da Revolução. O que havia, politicamente, eram pessoas contrárias à Revolução, responsáveis por criarem um clima que acabou por desaguar na chamada "constituição cidadã", assim denominada pelo seu defensor mais falante, Ulisses Guimarães. Na verdade, era a "constituição da ingovernabilidade", como aludiu o Presidente Sarney, ou a "constituição dos miseráveis", segundo Roberto Campos, a qual, a partir de 1988, promoveu realmente a miserabilidade do povo brasileiro, mostrando que Roberto Campos tinha muito maior capacidade de profecia do que o "profeta" Ulisses Guimarães.

A queda do muro de Berlim suscitou o término do comunismo no mundo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Acho que o comunismo nunca esteve tão forte no Brasil. Houve um momento de perplexidade após a derrota da ex-União Soviética, mas esse momento foi vencido. Se eu fosse comunista estaria muito satisfeito com a situação que nós vivemos hoje. E, neste imbróglio todo, há outro fator que não podemos deixar de considerar, que é a situação da Igreja Católica. A Igreja Católica perdeu muito da sua força e, além disso, foi em grande parte contaminada por um doutrina de notória inspiração marxista. Basta lembrar que o Partido dos Trabalhadores exibe, em sua genealogia, importantíssima participação da Igreja Católica. A situação vigente no Brasil traz aos comunistas muito mais satisfação hoje do que ontem, apesar da derrocada comunista do leste europeu, porque – faço questão de repetir, pois me parece de fundamental importância – o domínio das áreas da educação e dos meios de formação da opinião pública por elementos comunistas ou simpáticos aos mesmos é absoluto e total.

A eliminação da influência positiva da Igreja Católica compara-se à neutralização da influência política que o Exército Brasileiro exerceu ao longo da História. Para usar o termo militar, eu diria que, na grande manobra gramsciana, o

Exército Brasileiro está hoje isolado, não mais possui a influência política de outrora. Não obstante seu valor, seu peso específico, embora seja ainda a mais respeitada das instituições, o papel por ele exercido em 1964 provavelmente não poderá ser repetido no País. A menos que, por erro de cálculo, os condutores da manobra gramsciana percam o controle da situação, como em 1964. Mas, se isso não acontecer, se eles souberem controlar os acontecimentos e a sua evolução, uma intervenção do Exército Brasileiro parece não só inviável, como também impossível de ser feita. Por quê? Porque se, em 1964, a ação era através da agitação e da subversão e depois, de 1968 a 1974, por meio da luta armada, hoje em dia é muito mais sutil. Existe um grande filósofo e escritor, talvez seja o único que fale pelo nosso lado nos dias de hoje, Olavo de Carvalho, que tem uma frase antológica. Ele diz o seguinte: “O gramscianismo está para luta armada, assim como a sedução está para estupro.” Então, nós agimos para impedir o estupro, mas é difícil agir para impedir a sedução que é muito mais sutil, muito mais refinada e, nessa manobra, o Exército não atua.

Estamos vendo a imagem do Exército Brasileiro sendo ressaltada através de elevados índices de aceitação junto à sociedade, em pesquisas de opinião. O que sinaliza isso diante do quadro de isolamento em que o Exército foi colocado por meio dessa grande manobra calcada na doutrina de Gramsci?

Bem, isso aí só depõe a nosso favor. Apesar de toda a desinformação, de toda a campanha de difamação e de todo o “revanchismo”, nós ainda permanecemos com esse elevadíssimo índice, se considerarmos a população como um todo. Para usar a expressão do Ulisses Guimarães, se considerados os “grotões” da opinião pública o resultado nos é muito favorável. Se, entretanto, considerarmos a chamada *inteligentzia*, não sei se alcançaremos o mesmo padrão de aceitação, e são os que a integram que formam opinião, que dão aula, que escrevem, que fazem filmes e novelas. Ao mesmo tempo, observa-se bem planejada ação de grande parte desse pessoal no sentido de nos cooptar. Devem ter percebido que os ataques diretos e as infâmias de todo tipo não nos destruíram, pelo contrário, parece que nos reforçaram. Trata-se, então, agora, penso eu, de fazer algumas colocações amistosas, alguns afagos, dependendo da facção que estiver em evidência na condução do movimento para uma aproximação. Temos aí ex-guerrilheiros, hoje deputados federais, que não se cansam de fazer rapapés em nossas homenagens, afirmando, por exemplo, que o “Exército de hoje é diferente daquele Exército dos gorilas”, “O Exército se democratizou” etc. É o canto da sereia!

Um jornalista que escreve no jornal *O Globo* e que foi o maior responsável pela crise que desaguou no AI-5, que escreveu infâmias terríveis contra nós, agora,

de vez em quando, escreve palavras de elogio ao Exército, ressaltando que a Instituição é muito boa, mas não é a mesma daquela época. Nota-se aí, claramente, uma campanha de criar uma cisão no Exército: criar o Exército de ontem e o de hoje, divisão que nunca existiu, não existe e, se Deus quiser, jamais existirá.

Até que ponto as atitudes e as ações dos generais Mourão e Guedes influíram no Movimento Revolucionário de 31 de Março?

A minha percepção é a seguinte: a insatisfação havia atingido um ponto de saturação, inclusive no Exército, e o General Guedes tomou a iniciativa de sair dos quartéis e ir para a rua, tomar a estrada. A atitude do General Guedes influenciou poderosamente o General Mourão. Ao tomar a iniciativa, o General Guedes praticamente levou o General Mourão a sair, conforme havia sido combinado. A decisão tomada lá em Belo Horizonte deflagrou a Revolução.

Eu me pergunto o seguinte: "Se eles não tivessem saído, o movimento teria sido deflagrado por algum outro comando?" Não sei. O que sei, ouvi do próprio General Guedes – era 2º-Tenente e ele foi fazer uma inspeção na Unidade onde eu servia, 2º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo, em Quitaúna, SP. Ele já havia sido colocado à margem, estava no ostracismo e, após o almoço, contou para os oficiais várias passagens relativas à preparação e ao desencadear da Revolução. Entre outras revelações, disse que, mais ou menos às 7 horas da manhã de 31 de março, recebeu uma ligação do General Castello Branco que, indignado, perguntou-lhe o que estava fazendo, ao que ele respondeu: "Saímos de Belo Horizonte e de Juiz de Fora e vamos depor o Governo João Goulart." Como resposta, ouviu uma irritadíssima advertência do General Castello Branco para que imediatamente sustasse as ações e retornasse aos quartéis, ao que ele retrucou: "General Castello Branco, eu não tenho volta, saí e agora vou até o final." Anos mais tarde, quando servia em Belo Horizonte, pude comprovar esse episódio, por intermédio de outros oficiais. Havia, em Belo Horizonte, nos anos que lá servi – 1982 a 1984 –, um sentimento revolucionário muito forte, muito mais do que aqui no Rio, e essas e outras afirmativas que ouvi do General Guedes foram inteiramente corroboradas por diversos oficiais. Acreditavam aqueles militares, como eu acredito, que, se ele não tivesse assumido a iniciativa naquele momento, talvez a Revolução pudesse ter surgido em outro lugar, mas isso é apenas um talvez.

General Lannes, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

A minha mensagem final é no sentido de que, apesar das falhas cometidas na condução do processo, a Contra-Revolução de 1964 foi um marco histórico profun-

damente benéfico para o nosso País. Se ela não tivesse ocorrido, possivelmente teríamos vivido, já a partir daqueles anos, momentos extremamente difíceis e graves para a manutenção da liberdade e da democracia entre nós. Acredito firmemente que o Movimento de 31 de Março de 1964 salvou-nos de um governo totalitário de inspiração marxista-leninista, que acabaria por desaguar numa ditadura comunista. Então, acho que, apesar de todas as falhas, apesar do muito que deixou de ser feito, do muito que poderia ter sido feito e não foi, a Revolução, ou a Contra-Revolução de 1964, salvou o Brasil do totalitarismo. Por isso, tenho muito orgulho de possuir, em minhas folhas de alterações, a referência elogiosa pela participação, ainda como cadete do terceiro ano, não na "Revolução de 31 de Março de 1964", mas no "Movimento de Descomunização do Brasil", o que se fez com pleno êxito no dia 31 de março de 1964, com a graça de Deus.

General-de-Brigada Danilo Venturini

- Natural da Cidade de Itarana, Espírito Santo, ES.
- Ingressou, em 1º de março de 1944, na Escola Militar de Resende, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria, em dezembro de 1946.
- Principais cargos e funções, como Tenente e Capitão: serviu no 11º Regimento de Infantaria (11º RI), São João Del Rey; Instrutor da AMAN, nos anos de 1949 a 1952; Ajudante-de-Ordens do General Nestor Souto de Oliveira; ainda como Capitão, retornou para o 11º RI e, em 1958, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Como Oficial Superior: Em 1963, após cursar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), permaneceu como Instrutor da Seção de Logística; entre 1964 e 1967 foi Adjunto e, depois, Chefe do Gabinete do Serviço Nacional de Informações (SNI); em maio de 1967, foi Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); desempenhou a função de Assistente do General Orlando Geisel, quando este chefiou o EME, de janeiro a maio de 1968, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em abril daquele ano, e quando o General Orlando assumiu o Ministério do Exército, em novembro de 1969, no Governo do Presidente Médici; de março de 1974 a março 1976 comandou o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP); e de março de 1976 a abril de 1978 foi Chefe do Gabinete do SNI.
- Como Oficial General: foi Diretor da Escola Nacional de Informações (EsNI), em 1978; de março de 1979 a 1985, foi Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar da Presidência, acumulando a função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN); em agosto de 1982, deixou o Gabinete Militar e assumiu, junto com o CSN, a função de Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários. Passou para a Reserva Remunerada em dezembro de 1982.
- Em 31 de março de 1964 era Major e servia na ECEME.

Entrevista realizada nos dias 25 de março, 1º, 7, 15, 22 e 27 de abril de 2004.

Desejo manifestar, inicialmente, a minha satisfação por colaborar com um projeto dessa envergadura. O senhor sabe, tanto quanto eu, que o brasileiro não é muito dado a memórias, mas este tema devemos preservar. Até porque o nosso País ainda está em formação, e o povo dispõe de pouco conhecimento, mas as nossas pretensões são as de um grande Brasil, no concerto das demais nações. Sobretudo, com destaque para duas características muito importantes de nossa gente: a fraternidade e o espírito de colaboração.

I – Antecedentes

Acontecimentos determinantes para a eclosão do Movimento revolucionário.
Dando início à entrevista, pergunto ao senhor que fatos gostaria de abordar sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964?

No Congresso Nacional surgiram dois grupamentos interpartidários. De um lado, a ruidosa Frente Parlamentar Nacionalista, composta, em sua maioria, de deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No fim do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, contava, também, com cerca de 30% dos deputados da União Democrática Nacional (UDN).

Do lado oposto, militava a Ação Democrática Parlamentar acusada de ser financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que mantinha ligação estreita com empresas nacionais e multinacionais. A Ação Democrática era constituída, em sua maioria, por udenistas que começaram a aproximar-se da corrente militar de oposição ao Sr. João Goulart. Já se detectava no meio civil certo incentivo a um golpe, mas que não recebia o endosso dos militares.

Do ponto de vista destes, houve também uma mudança da maior importância, no bojo da investida do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no mundo subdesenvolvido. Ao valer-se da ascensão em Cuba do Sr. Fidel Castro – diz não ter nascido comunista, mas, por falta de apoio, tornou-se comunista – os comunistas passaram a defender a implantação da guerra revolucionária, no mundo subdesenvolvido, em paralelo ao confronto entre os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética.

A implantação do comunismo abrangeria todos os níveis da sociedade, utilizando, como instrumento, desde a doutrinação até a luta armada. Nesse contexto, as Forças Armadas deveriam ter um papel permanente e ativo, não só para derrotar o inimigo, se pela luta armada tentasse dominar o Brasil, mas, sobretudo, garantir a segurança do desenvolvimento nacional.

Cito o pensamento de um historiador, Professor Boris Fausto, sobre os militares, para que não nos acusem gratuitamente de estarmos envolvidos em conspirações.

Apresentou-o na sua *História do Brasil*, editada pela Universidade de São Paulo. Vou traduzir seu pensamento: "(...) Não quebrar a ordem constitucional; entretanto há que se levar em conta outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo."

Além dele, trago o pensamento do historiador americano Thomas Skidmore, na sua *História do Brasil*, onde assinalou com todas as letras: "Diferentemente dos oficiais de outros paises latino-americanos, os brasileiros tinham um pensamento legalista e buscavam, também, a legitimidade do poder no Brasil."

General, quais os principais acontecimentos que a seu ver foram determinantes para a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vou lembrar algumas datas que são importantes. O Sr. Jango Goulart assumiu o Governo, como Presidente, a partir do resultado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Já no dia 12 de setembro de 1963, houve um levante de sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília. Foi rapidamente dominado, e, logo a seguir, o Governo tentou a instalação do estado de sítio. Encaminhado ao Congresso, foi rejeitado por forte pressão da opinião pública. A agitação voltou a tomar conta do País.

No início de 1964, o Sr. João Goulart preparou e lançou um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, centrado nas chamadas reformas de base, além de medidas drásticas de combate à inflação. Contava, para isso, com o apoio do sistema legal e do paralegal dirigido pelo Comando Geral dos Trabalhadores e por ativistas radicais de vários matizes, próximos a ele.

Em outubro de 1963, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco – que havia assumido a Chefia do Estado-Maior do Exército, em 13 de setembro – preparou um documento que encaminhou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Como eram muito ligados, procurou amenizar o tom do documento, apresentando-o com uma carta. Mas, na verdade, o que ele encaminhou ao Ministro foi o Ofício nº 215-DI, Reservado, de 22 de outubro de 1963, o qual denominou de "Situação Político-Militar: Exames e Sugestões".

Na carta, escreveu para o Ministro o seguinte: "(...)Tenho a impressão de que atravessamos dias calmos. Pode ser uma boa e prolongada fase, mas também pode constituir apenas uma trégua entre duas crises. Aproveito, então, a ocasião para submeter à sua apreciação o papel 'Situação Político-Militar: Exames e Sugestões'."

Neste documento, em essência, ele explicava: "(...)Há, praticamente, no Brasil, o seguinte dispositivo: 1º) Um grupo político, com base ideológica definida, que quer uma imediata evolução político-econômico-social, dentro da legalidade; 2º) Um outro grupo, possuidor de ideologia ambígua, que quer o domínio do Poder,

ora invocando reformas, ora pleiteando o desaparecimento das forças que lhe sejam opostas; procura aproveitar-se do primeiro grupo e da ação comunista existente no País; 3º) A ação comunista, persistente e decididamente orientada e controlada, que se infiltra no primeiro grupo e quase sempre se utiliza do segundo grupo; 4ª) Os grupos de oposição ao governo, já numerosos, são absorvidos correntemente por episódios, batem-se pela legalidade, particularmente o funcionamento dos poderes constitucionais, e estão em luta aberta com os segundo e terceiro grupos."

E, mais adiante, acrescentava o seguinte: "(...)Abaixo de todos esses grupos está o povo brasileiro desejoso de paz, de bem-estar, descontente com as repetidas greves, contrário a pressões militares e favorável à legalidade." E prosseguia, afirmando: "(...)Não há uma conspiração militar, mas um aparente conluio de civis que procura envolver trabalhadores, elementos das polícias militares, pouquíssimos oficiais e sargentos das Forças Armadas, para a posse total do Governo, para fechar o Congresso Nacional e para estabelecer no Brasil um regime extralegal."

Há uma série de considerações, mas vou ultrapassá-las para ir ao cerne da questão do documento. "(...)Um dos mais expressivos representantes da chamada política de renovação nacional, membro do PTB, ex-Ministro de Estado e um dos líderes do Governo, Deputado Almino Afonso, opina que o Presidente da República age com 'uma política de conciliação' que gera crises sucessivas e levará o País 'à saída golpista ou à revolução social'. Conta, para esse fim, com as forças populares que, segundo ainda a sua declaração, são constituídas do CGT, UNE, FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), UBES, PUA (Pacto de Unidade e Ação) sargentos, cabos e soldados, oficiais nacionalistas, lideranças políticas de vanguarda, ligas camponesas etc. Este pronunciamento é aqui assinalado para ter-se uma das mais autorizadas definições de forças populares e para avaliar-se a sombria alternativa contra o Brasil prognosticada (golpe ou revolução por processos subversivos)."

O Sr. João Goulart, me parece, tinha uma característica singular: amar o Poder, mas não exercê-lo dentro das regras. Adotou um rumo desastroso, no meu entender. Em que consistia esse rumo? Pretendia atuar com o apoio do dispositivo militar, que não existia, e dos sindicatos, sobretudo com a influência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Começou a realizar, por intermédio de decretos, as reformas de base. Para mostrar a força do governo, intentava reunir grandes massas numa série de comícios durante os quais iria anunciando as reformas.

O primeiro grande ato público, marcado para o dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como o comício da Central do Brasil. Reuniu cerca de 150 mil pessoas. E, ao mesmo tempo, baixou dois decretos. Num, desapropriava propriedades que tivessem mais de cem hectares localizadas numa faixa de dez

quilômetros das rodovias e ferrovias federais, e as terras superiores a trinta hectares que se situassem nas zonas irrigadas próximas aos açudes. Ficou conhecido como decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), um órgão anterior ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com outro decreto, ele buscava a encampação das refinarias particulares, de forma que pudesse tornar realidade o monopólio estatal do refino. Além disso, manifestou o desejo de controlar os aluguéis, notícia que provocou contra ele uma revolta muito grande, sobretudo da classe média, temerosa de perder os rendimentos de seus próprios residenciais.

Na verdade, Goulart tinha recebido a sugestão de ultrapassar o Congresso e os partidos políticos, com o emprego de sucessivas manifestações públicas, até chegar a um limite que tornasse viável a sua dominação total. No dia 19 de março, houve, em São Paulo, uma marcha promovida pelas senhoras ligadas à Igreja Católica, que reuniu cerca de quinhentos mil participantes.

No dia 24 de março, aconteceu um fato relevante: a Associação de Marinheiros, sob a liderança do cabo Anselmo, praticamente mostrou-se rebelada.

A chamada revolta dos marinheiros.

Dos marinheiros. O então Ministro da Marinha, Silvio Mota, aplicou uma punição que não foi acatada e, inclusive, terminou sendo substituído. Observava-se que as instituições perdiam as suas bases legais, a autoridade, a hierarquia. O que deveria ser feito, quando um regime que deveria promover o rápido desenvolvimento do País estava sendo colocado a serviço de um movimento que não tinha outro objetivo senão a subversão e o caos?

Aconteceu a reunião de sargentos do Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março. Voltemos ao dia 20 de março, que é data importante. Nesse dia, o General Castello Branco distribuiu uma "Circular Reservada", dirigida "aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das organizações subordinadas". Qual era a tese do General Castello Branco? "Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele Poder. Se lhes fosse permitida a faculdade (Conferi o texto com o documento existente na parte do Negrão) de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros."

E, mais adiante, diz o seguinte: "(...)A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário, pela violência, com o fechamento do atual Congresso e a insti-

tuição de uma ditadura." E este é um dado importante. "(...)A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não."

E ele prossegue: "(...)Entrarem as Forças Armadas numa revolução, para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo, para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para, submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto sim é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas, ou síndico-comunistas."

Todos conheciam o vínculo que havia entre o Presidente João Goulart e o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Ele e o General Castello Branco, quando coronéis, serviram no Estado-Maior da FEB, na Itália. O Tenente-Coronel Amaury Kruel como oficial de informações e o Tenente-Coronel Castello Branco, como oficial de operações. Naturalmente houve alguns problemas. Os auxiliares pessoais do Sr. João Goulart acreditavam que o General Amaury Kruel não poderia participar de um movimento que tivesse como líder o General Castello Branco. Enganaram-se. O General Castello Branco conversou com o General Kruel, que foi ao Palácio Laranjeiras, insistiu com Jango num gesto de respeito e acatamento, em relação aos fundamentos básicos das instituições militares, ou seja, que levasse em conta a hierarquia e disciplina. O Sr. João Goulart manteve-se silencioso.

No próprio dia 31 de março, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas General Pery Constant Bevilaqua dirigiu-se ao Presidente João Goulart, nos seguintes termos: "Entendo que ainda será possível restabelecer a necessária confiança entre o Comando Supremo das Forças Armadas e estas, mediante ações e atitudes afirmativas de Vossa Excelência, que o seu agudo senso político ditará."

Parece-me que o Sr. João Goulart estava inteiramente alheio a qualquer problema, por culpa inclusive dos seus auxiliares mais próximos, os quais os historiadores apontam como formuladores de ilusões. Entre eles, o Chefe do Gabinete Civil, Professor Darci Ribeiro, e o secretário de imprensa, Raul Ryff. Por isso, tomou como sendo da sociedade aquilo que os seus assessores pensavam. Mas a sociedade tinha um pensamento muito diferente e se sentia cada vez mais aflita com aquela situação.

No dia 30 de março, o General Castello Branco redigiu uma mensagem ao General Adalberto Pereira dos Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre, e encarregou o Tenente-Coronel Confúcio Pamplona de entregá-la. Essa era uma característica do General Castello: quando queria, vamos dizer assim,

afirmar a autoridade, ou se tratava de assunto a que dava grande importância, fazia de próprio punho. Na mensagem afirmava "Restaurar a legalidade, restabelecer a federação, eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder, defender as instituições militares que começam a ser destruídas; restabelecer a ordem para o advento de reformas legais".

No próprio dia 31, foi para Porto Alegre o General Alfredo Souto Malan para sentir os apoios de que disporíamos no Rio Grande do Sul.

Assim, pode-se afirmar que as Forças Armadas, em particular o Exército, usaram de todos os meios possíveis para evitar um confronto. Numa reunião, em Minas Gerais, o Sr. Magalhães Pinto, o General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar (4ª RM), e o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM, resolveram, no dia 31, de madrugada, dar início ao movimento e mandaram avisar ao General Castello que tinham tomado a iniciativa de marchar para o Rio de Janeiro.

Comandava as tropas o General Muricy, Antonio Carlos da Silva Muricy. Eles partiram com a idéia de que o movimento durasse de dois a três meses, tanto que o Governador Magalhães Pinto mandou fazer um levantamento de todos os postos de combustíveis e supermercados, tendo em vista atender às necessidades da tropa que marchava para o Rio de Janeiro. Mas, quando chegaram à fronteira do Estado de Minas com o do Rio de Janeiro, o 1º BC de Petrópolis, que tinha como apoio o 1º RI, o Regimento Sampaio, aderiu ao movimento. Em conseqüência, a resistência do Sr. João Goulart acabou e ele, percebendo que de Brasília não tinha condições de resolver o problema, seguiu para Porto Alegre. Comandava o III Exército o General Ladário Pereira Telles que era elemento da confiança do Presidente, embora não fosse um político, apenas um militar. Atribui-se a Goulart o seguinte desabafo: "Eu não sou revolucionário, o revolucionário é o Brizola."

Vamos ver a participação do Sr. Brizola, nesse dia. Leonel Brizola, um dos mais violentos oradores no comício da Central do Brasil, voltou a falar, agora, diretamente do pátio da prefeitura municipal de Porto Alegre. No dia 1º de abril, dizia o seguinte: "não preciso referir-me ao que tem ocorrido, desde o dia de ontem até hoje. Falo longamente através das ondas da rede da legalidade, dirigindo-me ao povo gaúcho e ao povo brasileiro". Só estou dizendo o que é essencial. "Falando sobre a insurreição golpista surgida em Minas, em São Paulo, na Guanabara e em outros pontos do Brasil, quero através dessa mensagem iniciar a derrubada e deposição dos chefes militares golpistas e traidores."

É interessante assinalar que, ao citar os traidores, não estava se referindo aos líderes da Revolução de 31 de Março, mas se referia sobretudo aos comandantes

das guarnições do Paraná, de Santa Maria, do Rio Grande, de Uruguaiana e de Bagé que, contrariando a conduta que esperava deles, não aderiram ao movimento que ele pregava.

E completava, dizendo o seguinte: "atenção sargentos do Exército Brasileiro, das Unidades que traíram a confiança do General Ladário Pereira Telles, Comandante do III Exército. Nós pedimos, nós o povo, do qual sois parte, que assumam a iniciativa, tomem as armas desses gorilas, ocupem os quartéis e prendam os traidores".

A essa altura não eram somente o Estado da Guanabara, o Estado de Minas e o Estado de São Paulo. O Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Menegheti quando ocorreu a viagem do General Malan, mostrou-se favorável ao movimento. E falou que o Rio Grande do Sul também estava solidário.

Tudo se sucedia de maneira atemorizante, e o General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, insistia junto ao Ministro Jair Dantas Ribeiro que tentasse demover, dessa insânia, o Presidente. De repente, sai o movimento lá de Minas Gerais, liderado pelos generais Olympio Mourão e Carlos Luiz Guedes. O senhor acredita ter havido alguma precipitação, para que acontecesse o dia 31 de março?

Não, não acredito. O Governador Magalhães Pinto e o General Olympio Mourão Filho tinham a convicção de que tudo que era necessário fazer fora realizado. O retardamento só traria dificuldades mais adiante. Mas o que desejava o Presidente Castello Branco? Já comentamos isso: a conversa do Coronel Confúcio Pamplona com o General Adalberto Pereira dos Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre. Castello Branco, no dia 31, enviou o General Alfredo Malan, que levava uma data para o início da Revolução: dia 4 ou 5 de abril.

O General Alfredo Malan confirmaria ao General Adalberto Pereira dos Santos, em Porto Alegre, Comandante da 6ª DI, que o início do movimento estava previsto para 4 ou 5...

Primeiro, o Coronel Confúcio Pamplona que entregou mensagem redigida de próprio punho pelo General Castello.

Mas não houve precipitação. Apenas o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o Comandante da 4ª Região Militar, General Olympio Mourão Filho, entenderam que não havia mais o que esperar. E quanto mais cedo melhor, até porque o fator surpresa seria peça importante naquela empreitada.

Agora, vou mencionar um episódio que, embora não tendo ligação direta com a Revolução de 1964, reflete a dificuldade do militar que vive uma situação de comando.

Tal evento aconteceu com o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott que, como Ministro da Guerra, tinha garantido a posse do Sr. Juscelino Kubitschek

de Oliveira, por meio das ações acontecidas em novembro de 1955, que ficaram conhecidas como “novembrada”.

Posteriormente, o General Lott candidatou-se à Presidência, na sucessão de Juscelino e, nessa ocasião, se perdeu, vivendo uma experiência má, talvez até mesmo por falta de experiência da questão política, quando aceitou de presente a célebre espada de ouro, oferecida pela “frente de novembro”, chefiada pelo Coronel Nemo Canabarro, comunista confesso.

Sobre esse episódio da espada, é interessante lembrar um fato que poucos conhecem. Para insuflar a vaidade do General Lott, o Comitê da Frente de Novembro resolveu oferecer-lhe uma espada de ouro como símbolo da democratização do Exército. Mas havia quem pensasse diferente, como o poeta Manuel Bandeira, que escreveu versos que o *Jornal do Brasil* publicou na primeira página. Neles, dizia o seguinte:

“Excelentíssimo General
Henrique Duffles Teixeira Lott
a espada de ouro que por escote
os seus cupinchas lhe vão brindar
não vale nada (não leve a mal que assim lhe fale) se comparada
com a velha espada
de aço forjada
como as demais
espadas estas
que a pátria pobre, de mãos honestas,
dá aos seus soldados e generais.”
E assim prossegue; termina dizendo:
“(...)Pelas mãos sujas da pelegada
do bolso gordo dos argentários
do bolso raso dos operários
não vale nada! É ouro sinistro
ouro marcado: mancha o ministro
mancha o soldado.”

O senhor citou que o Presidente João Goulart, já no regime presidencialista que pleiteou, deu origem a alguns temores. Vários fatos causaram a desconfiança sobre as intenções do João Goulart, mas um que não é suficientemente explicado, as tais reformas de base.

No entanto, antes da pregação das reformas de base vem o estado de sítio. Em 4 de outubro de 1963, o Presidente João Goulart enviou ao Congresso mensa-

gem estabelecendo o estado de sítio por trinta dias. A alegação não era propriamente dele, mas dos ministros militares. Eles diziam que havia agitação, sobretudo no interior e "um intenso tráfico de armas levado a efeito por organizações clandestinas, em todo o País". Os líderes do Congresso, quer da esquerda quer da direita, negaram. E já no dia 7 de outubro, o Sr. João Goulart retirou o pedido de estado de sítio.

É interessante ressaltar que esta medida do Presidente fracassou, porque foi mal recebida, tanto pela direita quanto pela esquerda. E cresceu, a partir daí, a suspeita sobre as verdadeiras intenções do Sr. João Goulart, já que os seus assessores mais íntimos e os principais líderes sindicais entendiam "que a democracia formal" era mais um instrumento dos privilegiados. Para eles havia todo um mundo a conquistar, na lei ou na marra.

O Sr. João Goulart foi muito veemente na crítica aos seus opositores que se recusavam, de forma clara, a colaborar com o seu Governo. Na sua mensagem de fim de ano, atribuiu a crise econômica do Brasil à obstinação dos políticos que se recusavam terminantemente a colaborar para as aprovações das reformas de base que ele chamava de reformas sociais fundamentais e que seriam as únicas capazes de salvar o processo constitucional vigente. A tônica, como disse, era a reforma agrária e também uma atitude mais agressiva com o capital estrangeiro.

Já em janeiro de 1964, o Presidente assinou um decreto regulamentando a lei restritiva de remessa de lucros ao exterior que tinha sido aprovada pelo Congresso, em setembro de 1962.

Ele assinou, mas o retardo deixou insatisfeitos os esquerdistas, porque, para uma lei que foi aprovada em setembro de 1962, o decreto de regulamentação só saiu em janeiro de 1964.

Começou a surgir uma série de problemas dentro do próprio grupo que o apoiava. Nesse grupo destacavam-se três líderes sindicais: Osvaldo Pacheco, Dante Pelacani e Hércules Correia que, mais tarde, tornou-se o todo-poderoso presidente do CGT. Esses três líderes sindicais procuravam, sem muito sucesso, fundir as esquerdas. Mas não foram bem-sucedidos. De qualquer forma, a esquerda agrupou-se mais. E como a oposição não concordava em votar a reforma constitucional que seria a primeira para que se assegurassem as reformas sociais fundamentais, aconselharam o Presidente João Goulart a adotar a estratégia, já citada, de organizar grandes comícios nas principais cidades brasileiras, a fim de assegurar uma esmagadora maioria em favor das reformas de base. Nós já vimos que a tônica era a reforma agrária, mas vamos agora apresentar outras reformas que ele pleiteava.

No dia do comício na Central do Brasil, 13 de março de 1964, Goulart assinou dois decretos e indicou outros que ainda pretendia enviar ao Congresso através de

mensagem, onde estaria consignada a reforma eleitoral – na qual assegurava o voto aos analfabetos e aos pracinhas (soldados, marinheiros e cabos). Com os primeiros o Governo alcançava, praticamente, a zona rural, onde vivia a população menos alfabetizada.

Quero fazer referência, também, ao importante movimento de tropas do II Exército. O General Kruel, depois de procurar convencer o Sr. João Goulart a manifestar um gesto de apreço pelas instituições militares, ao não ter sido atendido, sentiu-se liberado para participar do movimento que resultou na queda do Presidente Goulart. Na tarde do dia 31, unidades do II Exército partiram de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Na altura de Resende receberam a adesão entusiasmada da AMAN, comandada pelo General Emílio Garrastazu Médici. Mas há um outro episódio, também muito importante. Vimos que a coluna que veio de Minas, quando chegou ao Rio Paraibuna, divisa com o Estado do Rio, confraternizou com a tropa que do Rio demandava à fronteira.

O Comandante do I Exército era o General Armando de Moraes Âncora, velho companheiro de Cavalaria do General Amaury Kruel, e que, pelo que se percebe nos registros, não se sentia muito à vontade, tendo, inclusive, divergências com o Chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil. Então, de espontânea vontade, dirigiu-se a Resende e na Academia Militar das Agulhas Negras encontrou-se com o General Amaury Kruel, permitindo a abertura dessa segunda via de acesso que ajudou a Revolução a tornar-se vitoriosa.

É importante assinalar que o General Âncora foi ao encontro de Kruel e manifestou a ele o desejo de que não houvesse luta entre irmãos. A partir daí, o General Kruel ficou com o seu acesso liberado.

Inclusive, o General Muricy conta que recebeu uma série de solicitações, por exemplo, não passar por dentro de Petrópolis, mas a tropa do General Mourão entendeu que não era nenhuma ofensa ao 1º BC passar por lá. Chegando ao Rio, o efetivo dividir-se-ia em duas ou três colunas, a fim de garantir a posse daqueles acidentes considerados capitais. De forma que aquilo que se esperava que pudesse durar de dois a três meses, durou dois dias.

Com a vitória da Revolução, o General Costa e Silva, um dos líderes do Movimento, assumiu o Ministério da Guerra; na Marinha, assumiu o Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald; na Aeronáutica, assumiu o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. É interessante ressaltar que desses três ministros das Forças Armadas, quando o Presidente Castello assumiu a Presidência no dia 15 de abril, só foi mantido o General Costa e Silva.

O Rademaker foi substituído pelo Ernesto de Melo Batista, também Vice-Almirante e o Correia de Melo foi substituído pelo Major-Brigadeiro Nelson Freire

Lavanère Wanderlei. Esses três Primeiros-Ministros se auto-intitularam "Comando Supremo da Revolução". Para assessorá-los, convocaram o Sr. Francisco Campos, figura conhecida, considerado, inclusive, autor da Constituição de 1937, quando o Getúlio se transformou no todo-poderoso Presidente do Brasil.

Preparou, com data de 9 de abril, o Ato Institucional nº 1, ele próprio o considerava o instrumento jurídico que fazia do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, não um golpe, mas sim uma revolução.

Está certo. Esse instrumento jurídico dava o embasamento legal, e, ao mesmo tempo, autolimitava os poderes do Presidente. Introduziu modificações de fundo na Constituição de 1946, mas a manteve em vigor.

Com este ato institucional, veio a eleição. No dia 11, o General Castello Branco foi eleito Presidente da República. Para Vice-Presidente, foi eleito o Sr. José Maria Alkmin; na época também participou do pleito o Sr. Auro de Moura Andrade que era o Presidente do Congresso e havia decretado vago o cargo de presidente. O General Castello tomou posse no dia 15 de abril com poderes que permitiam ao Presidente cassar mandatos, aposentar civis e transferir militares para a Reserva. Essa faculdade duraria até o dia 15 de junho de 1964. Esse dado é importante.

O Presidente da Comissão Geral de Inquéritos, General Estevão Taurino de Resende insistiu com o Presidente para que ele prorrogasse a data, mas o Presidente foi inflexível e não aceitou...

Qual a posição da Igreja em relação à Revolução?

No dia 26 de maio de 1964, um grupo de bispos elogiou a Revolução: "as Forças Armadas intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista no País".

Naturalmente, esse grupo de bispos era uma parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa época, 1964, segundo o New York Times, dentre os seus duzentos e quarenta membros, havia a seguinte distribuição: cerca de cinqüenta conservadores, mais ou menos quarenta radicais de esquerda e mais cento e cinqüenta moderados.

Ao mesmo tempo que o Presidente se dava muito bem com o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, vamos dizer assim, a Igreja encontrava-se dividida em três correntes.

Na chamada corrente progressista despontava Dom Helder Câmara. Os conservadores tinham como figura mais expressiva Dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e entre os moderados destacavam-se Dom Eugênio Salles e o próprio Dom Jaime.

A maioria da Igreja, notadamente a hierarquia, em sua maior expressão, no seu maior contexto, mostrava-se favorável à revolução; os católicos mais jovens mos-

travam-se perplexos e já começavam a criar uma série de organizações, dentre as quais a Ação Católica Brasileira e a Ação Popular; movimentos de padres.

Daí nasceram dois braços muitos conhecidos: Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

Existe um episódio claramente ligado à Igreja: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo. O Senhor se lembra desse movimento?

Com muita clareza. Desde o início daquele movimento populista, com o qual o Sr. Getúlio Vargas inaugurou o seu segundo mandato, a Igreja começou a preocupar-se com os possíveis caminhos que desejava trilhar em face da situação do País. Em todos os Estados começaram a surgir movimentos católicos, com participação muito expressivas das mulheres, tanto que o Marechal Castello Branco, num dos seus discursos, afirmou peremptoriamente – mais tarde, Costa e Silva endossou –, que a Revolução de 1964 nasceu nos lares brasileiros. Indicava, com isso, que as famílias estavam presentes.

Lembro-me das mulheres com imagens de santos, de Nossa Senhora, inclusive com terços. Participaram, até, outras Igrejas não-católicas.

Correto. Mas é interessante mostrar como é que o movimento da Marcha da Família com Deus pela Liberdade tem origens mais antigas. Em 1962, foi criada a CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, que, na medida do possível, já vinha fazendo as suas pregações no sentido de esclarecer a população sobre os perigos que a família brasileira corria, se endossasse aquela linha de reformas que o Governo pregava.

Em associação com a CAMDE, desde 1962, já trabalhavam o Movimento Estudantil Democrático, o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos. Daí vem aquela colocação de qualificar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como um movimento reacionário.

Realmente, se considerarmos os apoios que a CAMDE recebia, encontraremos lá, por exemplo, entre os seus criadores, Golbery do Couto e Silva, bem como um padre franciscano do bairro de Ipanema, chamado Leovigildo Balestieri.

O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que o General Golbery dirigia, tinha uma ligação muito estreita com a CAMDE, porque existia uma convergência de objetivos: preservar o Brasil de uma doutrina exótica. Quer dizer, o perigo vermelho já estava bem presente naquela época.

Bem presente. Já havia irrompido a revolução cubana e, à essa altura, estavam ficando bem claras as suas intenções.

Bem claras, e o Sr. Fidel Castro tinha interesse em cubanizar o País.

A Marcha aconteceu antes de 31 de março.

Aconteceu no dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, porque a Marcha queria proteger os lares brasileiros.

O IPES era um dos apoios. Tenho um dado sobre um professor de ciência política da Universidade de Minas Gerais que escreveu um livro chamado "1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe". Ele é um dos maiores detratores desta Marcha da Família com Deus pela Liberdade, acusando-a de estar a serviço de um movimento reacionário. Mas o que se tem de registro é que ela realmente foi um movimento que olhava para o povo brasileiro e os interesses nacionais. Não havia outras implicações.

Preservação da família seria seu mote mais forte.

É por isso que escolheu o dia 19 de março, o dia do padroeiro da família.

E a mídia, especialmente a imprensa escrita, qual a sua posição, naquela época? Hoje é dia 1º de abril de 2004, e ontem ocorreu o quadragésimo aniversário da Revolução. Durante a semana, produziram-se muitos eventos. A imprensa escrita, falada e televisada, ofereceu, de um modo geral, as muitas versões repletas de inverdades. Mesmo tratando-se de um fato histórico, sempre que possível posiciona-se de modo contrário à Revolução. Mas o senhor se lembra da posição da mídia?

Os grandes jornais apoiaram entusiasticamente a Revolução. Recordo-me de que alguns deles, inclusive, participavam de reuniões favoráveis ao Movimento. A CAMDE mesmo, no seu início, realizou uma reunião no auditório do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro. Mas vamos por partes. No Rio de Janeiro, circulava o *Jornal do Brasil*, propriedade da Condessa Pereira Carneiro, dirigido pelo seu genro Sr. Nascimento Brito. O *Correio da Manhã*, de propriedade do Sr. Paulo Bittencourt, casado com a D. Niomar Muniz Sodré que, posteriormente, foi punida pela Revolução, quando houve uma mudança na linha do jornal. *O Globo*, do Sr. Roberto Marinho. Em São Paulo, *O Estado de São Paulo*, cujo Diretor-Presidente, o Sr. Júlio Mesquita Filho, era um inflamado defensor da derrubada do Sr. João Goulart. E a *Folha de São Paulo*, da família Frias.

De forma que os principais jornais lutaram abertamente pela deposição do Sr. João Goulart. Da parte do Sr. Assis Chateaubriand, fomos apoiados pela cadeia de jornais, TV, rádio e revistas.

Só havia um jornal, *Última Hora*, de propriedade do Sr. Samuel Wainer, o único que, na oportunidade, manifestou-se contra. E havia uma luta clara, aberta, entre ele e o Sr. Carlos Lacerda, dono da *Tribuna de Imprensa*.

Depois, durante a nossa entrevista, surgirá a oportunidade para o senhor explicar por que começamos o Movimento com esse apoio e depois o perdemos.

Agora, gostaria de acrescentar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

É importante.

Também bateu palmas na deposição do Sr. João Goulart.

Ora, se esses órgãos de imprensa e mais a OAB foram a favor, é porque realmente, na época, não restava dúvida de que o Sr. João Goulart estava partindo para a quebra das instituições.

Sem dúvida. Ele próprio era parte de um processo que não tinha capacidade nem autoridade para controlar e conduzir.

Mas que existia, isso sim.

Tratando-se de jornais, então está esclarecido. Agora, queria fazer menção à Revista Civilização Brasileira. Era uma revista "de esquerda" editada pela Editora Civilização Brasileira, de propriedade do Sr. Ênio Silveira que, desde o início, manifestou-se contra o Movimento Revolucionário, porque entendeu que, em três cassações, foram cometidas grave injustiças. Tratava-se de Josué de Castro, Celso Furtado e Anísio Teixeira. A revista tachou de "terrorismo cultural" esses atos de cassação.

Anísio Teixeira fez um plano de educação, porque entendia que neste Brasil desigual seria a única forma de levar educação aos recantos mais remotos e desassistidos. O Sr. João Goulart quis incluir nas reformas de bases esse plano de educação do Sr. Anísio Teixeira. Era um plano de alfabetização que os entendidos consideravam excessivamente ambicioso, especialmente num País com as dimensões e com a desigualdade que o Brasil apresenta.

No *Correio da Manhã*, trabalhavam três jornalistas que, desde o início, manifestaram-se contra a Revolução, embora o jornal fosse a favor: Carlos Heitor Cony, Oto Maria Carpeaux e Márcio Moreira Alves. Já em 1964, o Márcio escrevia contra os militares e contra os governos dos presidentes militares.

Eles alegavam, sobretudo, ações arbitrárias da Junta Militar e do próprio Governo Castello Branco, por isso se sentiam no dever de criticar. Embora a linha do jornal fosse de apoio à Revolução.

Na OAB, mais tarde, o Sr. Raymundo Faoro tornou-se um agressivo crítico de todos os atos da Revolução.

Golpe, Revolução ou Contra-Revolução?

Tem sido muito comentado, muito debatido, se ocorreu um golpe, uma revolução, até mesmo se uma contra-revolução, já que havia em marcha uma tentativa de mudança da ordem legal.

Um golpe, não considerarei, porque o próprio autor do Ato Institucional nº 1, o Sr. Francisco Campos, afirmou que este documento dava embasamento jurídico para

que o Movimento de 31 de Março se enquadrasse como um movimento revolucionário. Agora, analisemos essa falsa dicotomia, a divergência de pensamento, de revolução ou contra-revolução.

Sobre o termo revolução, nós conhecemos, mas o que é contra-revolução? Contra-revolução é um conjunto de ações, sobretudo militares, destinado a prevenir ou tentar impedir as ações de um movimento de objetivos opostos. Seria, de certa forma, um modo de anular conquistas de um movimento anterior e de objetivos opostos.

Alguns pensadores entendem que se pode considerar como revolução ou contra-revolução, dependendo do nível que se encara. Prefiro transmitir o pensamento do Presidente Castello Branco e do Presidente Costa e Silva, dois dos principais líderes da Revolução de 1964. O Presidente Castello Branco, na sua posse, perante o Congresso, no dia 15 abril de 1964, disse com todas as letras: a Revolução é um movimento cívico-militar, e prosseguia na sua pregação.

O General Costa e Silva, quando assumiu a Presidência da República, em março de 1967, perante o Congresso, ao ser empossado, manifestou a mesma opinião a respeito da Revolução de 1964. Mas vou um pouco mais longe, ao apoiar-me num documento oficial. O Presidente Castello Branco, ao editar o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, no preâmbulo, faz uma série de considerações e afirma o seguinte:

"(...)A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que, tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação ou se tenha despojado da carga do poder que lhe é inerente como movimento." Por isso se colocou, textualmente, "que os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela Revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos da constituição do novo governo e atribuir-lhes os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder, no exclusivo interesse do País".

Mas vou um pouco mais à frente. Vou transmitir o pensamento de um político que foi o primeiro civil eleito para assumir a Presidência da República, ao término do período dos generais presidentes, ou seja, o Sr. Tancredo Neves.

Dias antes da sua posse, que infelizmente não ocorreu por grave enfermidade e conseqüente morte, numa entrevista, o Sr. Tancredo Neves fez um depoimento que em síntese dizia o seguinte: "31 de Março de 1964 é um fato histórico inquestionável. E foi o resultado do esgotamento dos recursos institucionais do regime da Constituição de 1946". Aqui ele abraça a tese do Presidente Castello Branco.

A Constituição liberal ensejou uma crise institucional de graves conseqüências, pelo fracasso em criar instituições e processos políticos compatíveis com as

rápidas transformações econômicas e sociais que modernizaram o Brasil, desde 1930. Com um componente dramático desse interregno, que foi o suicídio do Sr. Getúlio Vargas, em 1954. No meu entendimento, até com respeito aos documentos institucionais, tivemos, na verdade, uma revolução.

É o melhor entendimento. E veja, os historiadores que consultei, não usam a expressão contra-revolução, podem usar golpe, mas a palavra contra-revolução, não.

A seu ver, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?

Entendo que, naquela oportunidade, a Revolução nasceu nos lares, ampliou-se pela sociedade e terminou conquistando o apoio das Forças Armadas. Mas ainda vou me valer dos historiadores.

O Sr. Boris Fausto – insuspeito –, em sua "História do Brasil", editada pela Universidade de São Paulo, pergunta: "O Movimento de Março de 1964 era inevitável?" Ele mesmo entende que a pergunta está relacionada com a maneira de como encaramos os fatos históricos. E prossegue: "Se dermos mais ênfase às estruturas econômico-sociais do que à ação política, a resposta é positiva. Jango representaria uma sobrevida do populismo destinado a desaparecer desde dos últimos tempos de Getúlio." E ele continua: "A resposta positiva contém uma parte da verdade, mas não toda a verdade. Seria possível uma mudança de rumo compatível com o regime democrático?" Sua resposta: "Sim."

Acrescento o seguinte: verifique-se que foi esquecido um componente importante, o militar. Ele se refere às questões do campo econômico-social, mas se esquece de que as instituições militares estiveram presentes. Lembro-me, inclusive, de que, ao assumir a Chefia do Estado-Maior do Exército, em 13 de setembro de 1963, o General Castello Branco disse textualmente que encontrou um órgão inteiramente desautorizado para não dizer desmoralizado. Então havia, naquela época, um trabalho no sentido de enfraquecer o órgão que respondia pela direção superior do Exército.

Devemos levar em conta outros pilares básicos das instituições militares, entre os quais a hierarquia e a disciplina, aos quais o Sr. Boris Fausto não faz menção.

General, explorando mais uma vez a sua vivência, na sua avaliação, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vou começar pelos civis. Apontaria, sobretudo, os quatros governadores que apoiaram, desde o início, a Revolução de 1964, ou seja, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara; Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais; Adhemar de Bar-

ros, Governador de São Paulo; e Ildo Menegheti, Governador do Rio Grande do Sul. Numa das reuniões que antecederam a escolha do nome do Marechal Castello Branco para Presidente, realizada no Palácio da Guanabara, estiveram presentes mais os seguintes governadores: Ney Braga, homem da Revolução, do Paraná; Aluisio Alves, do Rio Grande do Norte; e Mauro Borges, Governador de Goiás. No Congresso, temos figuras de muito realce, entre os quais o apoio do Sr. Bilac Pinto, do Sr. Aliomar Baleeiro e do Sr. Milton Campos. O Senador Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, pode ser considerado também; só que era um homem com o desejo de ter luz própria e, por pouco, não chegou a Vice-Presidente da República. Perdeu para o Sr. José Maria Alkmin, quando da eleição para ser Vice-Presidente do Castello Branco.

Desejo incluir, ainda, como líderes da Revolução no campo civil, os senhores Deputado Pedro Aleixo e Senador Daniel Krieger.

No campo militar, devemos considerar o Comando Supremo da Revolução constituído pelos três Primeiros-Ministros militares: Costa e Silva, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; e Correia de Melo na Aeronáutica.

Indicaria mais. O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, o General Oswaldo Cordeiro de Faria, o Brigadeiro Eduardo Gomes, o General Olympio Mourão Filho, os dois irmãos Geisel, embora o General Jayme Portella considere que eles aderiram muito tarde. Mas eu relaciono os dois irmãos Geisel, o Orlando e o Ernesto, como líderes. Alfredo Souto Malan, Antônio Carlos Muricy, Amaury Kruel e dois Ministros da Aeronáutica que merecem uma citação especial: o Brigadeiro Grüm Moss e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, sobre os quais voltaremos a falar, posteriormente.

General, o Movimento decorreu exclusivamente de preparação interna, no Brasil, ou houve interferência, em especial, dos Estados Unidos? Esse assunto, volta e meia, a mídia apresenta como um fato real. Ontem mesmo ouvi comentários a respeito; como se estivéssemos atendendo a uma preocupação dos Estados Unidos. É claro, os Estados Unidos estavam apreensivos com a comunização do Brasil, mas daí até oferecer apoio é uma outra história.

Este episódio começa porque vem à baila o General Vernon Walters que fora intérprete junto à Força Expedicionária Brasileira na Itália, e se tornou amigo íntimo do Presidente Castello Branco. Quando o Sr. John Kennedy percebeu que as coisas tomavam rumo perigoso, convocou o Vernon Walters, que estava, nessa época, servindo na Itália, e o deslocou para Adido junto à Embaixada Americana no Brasil, dirigida pelo Sr. Lincoln Gordon. Thomas Skidmore, baseado no levantamento que fez nos Estados Unidos, afirma que não houve, quer do ponto de vista financeiro quer do

ponto de vista político, nenhuma ingerência do Governo dos Estados Unidos na Revolução de 1964. Foi um movimento genuinamente nacional.

De novo, vou basear-me nos jornais. Tenho aqui a *Gazeta Mercantil* do dia 21 de julho de 2000. Portanto, muito tempo depois. Está publicado o seguinte acerca de conversas ocorridas numa reunião no Salão Oval da Casa Branca, em 1962, no tempo do Kennedy: "(...)Um dos primeiros pontos em pauta, conforme a transcrição, envolve as eleições parlamentares no Brasil, naquele fim de ano. Falava-se de votos e também de dinheiro". Entendia-se, naquela época, haver necessidade de cerca de oito milhões de dólares para apoio aos candidatos ao Congresso Nacional alinhados com a oposição a Jango. O Sr. Kennedy reagiu e, segundo o jornal, ocorreu um investimento aqui em torno de cinco milhões de dólares para eleições de parlamentares. Creio que fazem uma associação entre as eleições de parlamentares e o Movimento de 1964, mas eles estão defasados no tempo e não houve isso. Cito a notícia do jornal, mas não posso responder por ela.

Essas eleições foram antes.

Foram antes, foram antes. Então, temos mais o seguinte: antes do Sr. Lincoln Gordon viajar a Washington para explicar ao Governo americano o que estava ocorrendo no Brasil, recebeu a visita do Almirante Sylvio Heck. A matéria do jornal esclarece que o Sr. Sylvio Heck não pediu apoio, apenas solicitou ao embaixador, e quem diz isso é o próprio Lincoln Gordon, que transmitisse, ao seu governo, o que estava acontecendo em nosso País.

Acredito que não há mais o que especular, porque não pedimos nada ao Governo americano. Realmente o Governo dos Estados Unidos foi dos primeiros a reconhecer o Presidente Castello Branco.

O Presidente Kennedy quis manter-se bem informado sobre a situação, e, para isso, deslocou o Vernon Walters da Itália. Mas daí dizer que ele participou do Movimento, não, não é verdade.

Ele já havia enfrentado, em 1962, a crise dos mísseis, em Cuba, e, realmente, sua preocupação conosco seria válida.

O Vernon Walters lançou um livro, bastante detalhado, no qual mantém a posição que defendemos aqui.

Mas ele nem chegou então a oferecer apoio?

Não, não, nem o Governo brasileiro pediu.

Assunção do Presidente Castello Branco

O Presidente Castello Branco, de acordo com o Ato Institucional, no dia 11 de abril, foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, que se lou-

vou no seguinte: o embasamento para a eleição do Presidente Castello não foi o Ato Institucional propriamente dito, mas sim a Constituição de 1946 que estabelecia as regras pelas quais o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos, e que foram cumpridas.

O Presidente Castello tomou posse no dia 15 de abril; para Vice foi eleito o Sr. José Maria Alkmin. Falando perante o Congresso, no seu ato de posse, Castello Branco disse: "Sustentarei com todas as forças a união, a integridade e a independência de nossa Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não apenas a herança da admirável unidade nacional, mas a concórdia de todos os meus eleitores. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção." E ele mais adiante completa a sua fala, dizendo o seguinte: "Nunca um só homem precisou tanto da compreensão e do apoio de todos os seus concidadãos."

O Presidente Castello Branco, que participou da campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Grande Guerra, tornou-se um homem experimentado tanto na paz quanto na guerra. Conviveu com combatentes de outras nações que confiam na democracia há séculos, por isso trouxe da Itália, em seu pensamento, um sentimento diferente da forma como a democracia deveria ser conduzida neste País.

Castello Branco era um nome respeitado por seu valor intelectual e pelas suas qualidades de soldado e cidadão. Sobre a onerosíssima herança que recebeu, disse pelo rádio e pela televisão, no dia 15 de julho de 1964: "O atual Governo recebeu uma estrutura econômico-financeira desmantelada. Vivia o País uma orgia inflacionária, a desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos."

Pouco depois, em 30 de julho de 1964, em carta ao seu filho Paulo Castello Branco, oficial de Marinha, então nos Estados Unidos, acrescentou: "(...)Sou verdadeiramente o síndico de uma falência, cuja massa falida está numa desordem incrível."

Buscando restaurar a honra e a recuperação econômico-financeira e social do Brasil, Castello Branco pôs em execução, com bons resultados, um plano de recuperação do País. Esse plano foi divulgado em documento número 1 do Escritório de Pesquisa Econômica-Aplicada (EPEA). Quem preparou esse documento? Os senhores Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Bulhões Pedreira e tinha como coordenador Roberto Campos, Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica. Esse plano tinha um grande mérito: consolidava planos de outros governos e reconhecia que as reformas que impunha foram herdeiras de 1945, e estava em debate pela Nação.

No campo do desenvolvimento social, três realizações devem ser creditadas ao Governo Castello Branco: primeiro, o Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504 de 30 de

novembro de 1964; sobre ser uma lei de reforma agrária, cuidava também da modernização da política agrícola, cujo objetivo mais amplo ambicionou tornar-se, também, a Lei de Desenvolvimento Rural; segundo ponto, criou o Banco Nacional da Habitação, pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que se tornou executor do Plano Nacional da Habitação e que teve, por objetivo principal, promover a construção e aquisição da casa própria, particularmente pelas classes de baixa renda; terceiro, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pela Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, verdadeiro fundo de estabilidade social e de habitação, combinado com o sistema de seguro-desemprego.

II – Realizações da Revolução de 1964, particularmente durante o Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo

Crescimento nacional durante a Revolução – Dados gerais

Entre 1965 e 1973, o Brasil cresceu em média 9,8% ao ano. Segundo reportagem da *Revista Veja*, passamos da quadragésima oitava economia do mundo para a oitava posição. Hoje somos a décima quinta. Tenho documentos que asseguram: ao invés de quadragésima oitava estávamos na sexagésima quarta posição. Existem aí dois conceitos.

Nossas exportações passaram de 1,4 bilhão de dólares, em 1964, para 25 bilhões em 1985. Vejam que o Governo hoje está na faixa dos 80 bilhões e pretende chegar provavelmente aos 82 bilhões, mas com o objetivo do horizonte visível de 100 bilhões.

Esses dados, que eu estou citando, tirei da *Revista Veja*; é o depoimento de pessoas que não têm outro objetivo que não o de deixar a população esclarecida. O Ministro Delfim Netto lembra que, em 1974, as nossas exportações eram iguais às da Coréia do Sul e da China. Se verificadas hoje, 2004 exportamos 1/3 do que a Coréia do Sul exporta e 1/4 do que a China exporta.

Não vou comentar as realizações nos diversos setores de energia, incluíndo o Pró-álcool, transporte e comunicações porque estou ciente de que já foram apresentados por outros entrevistados.

General, o senhor como ex-Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, poderia comentar as realizações no campo social?

Passando então para a área social, há dois problemas que considero muito importantes: o planejamento familiar e a função social da terra.

A construção das longas vias de penetração, resultante de um imenso esforço do Governo Federal que visava a integração nacional, através da incorporação de novas áreas ao processo de desenvolvimento, ensejou larga e rápida expansão das fronteiras agrícolas para ocupações demográficas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Em conseqüência, verificou-se o deslocamento de considerável corrente migratória para as novas regiões pioneiras como o norte mato-grossense, o sul paraense, o norte de Goiás, Rondônia, Acre e Amazonas, gerando inevitáveis choques pela posse da terra. O que tem exigido um número crescente de providências para prevenir ou neutralizar o surgimento de graves tensões sociais.

Por outro lado, a necessidade de reconhecer e legitimar as propriedades, os numerosos contingentes de posseiros, encontrados com maior ou menor freqüência em todo o território nacional, levou o Governo Federal a desenvolver amplo programa de regularização fundiária, beneficiando centenas de milhares de novos pequenos proprietários, particularmente no Nordeste. Além daqueles órgãos que foram criados ou atualizados como o INCRA, nasceram o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins, o Grupo Executivo da Região do Baixo Amazonas. Vou mostrar os resultados alcançados até dezembro de 1984. Se considerados os resultados obtidos desde o advento do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, verificaremos que o Governo Figueiredo participou de forma expressiva com os seguintes percentuais: 71,6% da arrecadação das terras devolutas, 54,1% das desapropriações por interesse social, 83,6% das titulações no período de 1964 a 1984.

Além disso, o Governo arrecadou e matriculou, em nome da União, cerca de oitenta e dois milhões de hectares, superando a soma das superfícies da Alemanha Oriental, Itália, Hungria, Tchecoslováquia e Dinamarca ou mais de três vezes a superfície do Estado de São Paulo, o que concorreu para aumentar a regularização de posses legítimas e a implantação de projetos de colonização. Só o Governo Figueiredo titulou 836.100 proprietários e implantou 88 novos projetos de colonização. Pelo estreito relacionamento da cartografia com os problemas fundiários, merece destaque um outro fato. Em 1964, somente 7,8% do território brasileiro estavam mapeados. Hoje, cerca de 80%, dos quais 40% no Governo Figueiredo.

Crescimento populacional

Passaremos, agora, ao planejamento familiar. É um ponto sobre o qual poucos se preocupam, mas está na essência do desenvolvimento dos países.

Os Estados Unidos têm, praticamente, o dobro da densidade populacional do Brasil e alguns países da Europa Ocidental chegam a ter 400 habitantes/km^2; no entanto são regiões onde a qualidade de vida é das mais elevadas do mundo.

O Brasil é um país onde a distribuição dos habitantes é desigual – estou dando os dados de 1984 para ficar dentro do período da Revolução. Nas regiões Sudeste e Sul, por exemplo, temos 58% da população para 18% de território. Já na Região Norte, temos 45% de território e 5,8% da população total. Nosso País, a grosso modo, detém 2,8% da população mundial e 35% da população da América Latina. Daí se verifica que o Brasil apresenta grandes vazios demográficos. Apesar do elevado crescimento populacional, o que se observa é a tendência de aglomeração nas áreas urbanas. Hoje, acredito que estamos próximos dos 80% na área urbana. Para mim, a solução está na criação de melhores condições de vida, sobretudo na área rural.

Daí vamos tirar uma primeira conclusão: país desenvolvido significa país com população equilibrada. Sempre se pergunta: quando é que o problema demográfico se tornou uma questão de interesse mundial? Esse componente só começou a alarmar o mundo, a partir da década de 1950, ou seja, depois da Segunda Grande Guerra. Nessa década e nas seguintes a preocupação dos países desenvolvidos com o crescimento populacional do terceiro mundo levou a um exame mais aprofundado da matéria, resultando na realização, na Europa, de dois encontros internacionais de caráter exclusivamente técnico.

Agora vejamos os dados estatísticos. Retirei esses dados da História do Brasil escrita pelo Thomas Skidmore: população e taxas de crescimento populacional de 1940 a 1991. Está ultrapassando o nosso período, mas tenho a impressão de que como tenho aqui o ano de 1980, é interessante citá-lo. Então, em 1940, para uma população de 41,1 tínhamos uma média geométrica anual de taxa de crescimento de 1,49, isso em 1940. Em 1950, com a população de 51,9 milhões, fomos para 2,39.

Em 1950, é quase o dobro de 1940.

Em 1960, para uma população de 70 milhões fomos para 2,99, quase 3.

Em 1980, com a população atingindo 119 milhões, fomos a 2,48. Nesse ponto, começou o trabalho que o Presidente Figueiredo vinha desenvolvendo e que, nos idos de 1984, estava entre 1,9 e 2. E em 1991, para uma população de 146,8, chegamos a 1,93.

Agora, cito dois pontos que julgo interessantes. Um trata das mudanças dos indicadores sociais no Brasil. São dados estatísticos. A expectativa de vida no nascimento: em 1960, a expectativa de vida, ao nascer, era de 51,6 anos. Em 1970, já passava para 53,5 anos, e, em 1980, para 60,1 anos. Mortalidade, antes de um ano, por mil nascimentos vivos: em 1960, 121 por mil, em 1970, 113,8 e em 1980, 87,9.

É interessante chamar a atenção para o trabalho realizado no Estado de São Paulo, parte no Governo Paulo Egídio, parte no Governo Paulo Maluf, mostrando

que o Governo investiu maciçamente em saneamento básico e reduziu esse índice praticamente à metade, no Estado de São Paulo.

Índice de mortalidade infantil não?

Seguramente. Moradias particulares, com rede de esgoto ou fossa séptica, percentagem em todo o Brasil: em 1960, só 23,8% da nossa população possuíam rede de esgoto com fossas sépticas. Em 1970, passamos para 26,6% e, em 1980, para 39,6%. Índice de alfabetização: quinze anos ou mais, em 1960, tínhamos 60,5%, em 1970, 66,9% e em 1980 chegamos a 74,6%. O General Médici investiu maciçamente no MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização. Mas foi até o Sr. Mário Henrique Simonsen, Diretor do MOBRAL, primeiro diretor; quando ele passou a integrar o Ministério do Presidente Geisel, dizem que por falta de um titular empolgado pela missão, ou por falta de recursos, o MOBRAL não prosseguiu. Quando tratamos desse ponto estamos levando em conta o salário mínimo, renda familiar e um grau de desigualdade de renda. É interessante observar também esse ponto.

Há um dado muito interessante sobre a distribuição da renda no Brasil por decil. Você relaciona a população por faixa de 10%. Então, tenho 10% da base e 10% do topo, e um intervalo. O que se verifica é o seguinte: entre 1960 e 1970 apenas esses dois decis melhoraram sua posição relativa. Todos os outros, exceto um, todos os outros perderam terreno. Já entre 1970 e 1980, os dois decis superiores, nono e décimo tiveram crescimento bem mais moderado e quatro dos outros melhoraram um pouco a sua situação.

De forma que a desigualdade, sendo um ponto crítico da nossa evolução, naquele período sofreu uma diminuição, embora não se possa considerar isso como uma conquista. Mas, decididamente, o Governo se empenhou em toda essa questão do planejamento familiar...

Houve algum programa específico?

Sim. O responsável pelo programa era o Ministério da Saúde, porque ligado a ele estavam todas as instalações de saúde do país. O Ministério da Saúde se empenhou a fundo nisso, distribuindo anticoncepcionais, e por intermédio de esclarecimentos.

Assim, a pessoa, quando comparecia a uma instalação de saúde, recebia informações sobre aquelas condições...

Política migratória e anistia

O senhor quer mostrar a Mensagem ao Congresso Nacional, do Presidente João Figueiredo em 1985. Trata-se do último ano de um Presidente da Revolução.

Certo. Vejamos a parte da mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 1º de março de 1985. Primeiro, política migratória que foi discutida exaustivamente e tinha implicações não só internas como externas. Naquela época,

havia um número muito grande de estrangeiros que, por falta de uma lei de imigração atualizada e bem esclarecida, gerava problemas, não só no seio do Governo, interpretações diferentes dos Ministérios, como também nas relações exteriores.

Trabalharam nesta lei o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho e a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. A própria CNBB e os partidos de oposição aprovaram a proposta do Governo. E esta Lei de Imigração está em vigor até hoje e, pelo o que se sabe, não teve maiores problemas.

Depois, a ordem jurídica e os direitos políticos. À luz da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, e de seu regulamento, foram processadas e examinadas todas as matérias concernentes à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, naturalização, concessão de vistos de permanência, procuração temporária e regime jurídico de estrangeiros. Então.

Tivemos também a Lei de Anistia. A Lei de Anistia foi regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. Foi mais abrangente do que a própria oposição reivindicava, realmente ampla, geral e irrestrita. Foi possível solucionar os casos de readmissão e aposentadoria de servidores públicos. A amplitude daquelas disposições teve como resultado, também, a inexistência de presos políticos no país. Foram inteiramente liberados. Manteve-se a tradição brasileira de evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade, ao mesmo tempo que protegeu os seus interesses. Excluiu do benefício os condenados pela Justiça Militar, em razão de atos de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Esse último dispositivo, por uma ampliação da Lei de Anistia votada no tempo do Governo do Presidente José Sarney, foi excluído.

A lei considerou, ainda, as garantias individuais e os direitos civis. Assim se devolveu aos cidadãos que deles se achavam privados. O País manteve as portas abertas aos brasileiros que daqui se afastaram. É célebre a declaração do Presidente Figueiredo ao afirmar que lugar de brasileiro é no Brasil. Esta lei liberou de qualquer sanção, ou de qualquer imposição, cerca de duas mil e duzentas pessoas.

Que se encontravam no exterior ou estavam sub-júdice.

E os aposentados sem direito de voltar ao serviço ativo. A outra lei é a Lei de Segurança Nacional. O Presidente Figueiredo fez aprovar uma lei, em 1980, que reduzia de quarenta para 22 o número de módulos incriminatórios, excluindo da Lei de Segurança Nacional os crimes já previstos na Lei de Imprensa ou no Código Penal.

General, o senhor poderia comentar a atuação do Conselho de Segurança Nacional?

Inicialmente, esclareço que o Conselho de Segurança Nacional não é uma criação da Revolução. Com outro nome, o CSN tem o seu antepassado no tempo do Impé-

rio; D. Pedro I sentiu a necessidade de estatuir, na Constituição, um órgão para assessorar o Imperador, na ocasião em que exercesse o poder moderador ou "em todos os negócios graves e medidas gerais da administração pública". Em seu Título V, Capítulo VII: Do Conselho de Estado, constam, na Constituição de 25 de março de 1824, os deveres, os assuntos pertinentes e as responsabilidades dos Conselheiros nomeados pelo Imperador. Então eis a origem do Conselho de Segurança Nacional.

Com o advento da República, a Constituição promulgada em 1891, e, posteriormente, a reforma constitucional de 1926 não fizeram menção ao Conselho. O Presidente, privativamente, tinha competência para propor, sancionar e declarar medidas sobre quaisquer atividades, sem a necessidade de convocar e ouvir assessores.

Em 29 de novembro de 1927, através do Decreto nº 17.999, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, conforme está mencionado no seu Artigo 1º. O Conselho de Defesa Nacional, duas vezes por ano e tantas quantas forem necessárias, reunir-se-á em local previamente designado às autoridades, entidades e pessoas citadas pelo Artigo 3º. Faziam parte do Conselho o Presidente da República, o Ministro da Guerra, o Ministro da Marinha, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Viação, o Ministro da Agricultura e o Ministro do Interior. Ele não tinha um órgão executor, mas possuía dois oficiais, um da Marinha e um do Exército que secretariavam a reunião do Conselho.

Ainda mais, Ministro do Exterior, Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior da Armada e por membros eventuais, aqueles que fossem convocados pelo Presidente da República.

Já em Decreto nº 23.873 de 15 de fevereiro de 1934, criaram-se a Comissão de Estudos de Defesa Nacional, a Secretaria-Geral de Defesa Nacional e as Seções de Defesa Nacional dos Ministérios. Vamos perceber que o órgão foi surgindo progressivamente.

Em julho de 1934, a Constituição estabeleceu que todas as questões relativas à Segurança Nacional seriam estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos Órgãos especiais criados para atender às necessidades de mobilização.

Em agosto de 1934, pelo Decreto nº 7, a Presidência alterava a denominação do Conselho Superior de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional e os já referidos órgãos passaram a denominar-se Comissão de Estudos de Segurança Nacional, Secretaria-Geral de Segurança Nacional e Seção de Segurança Nacional. Então, como se vê, o Conselho nunca teve existência física, e nenhum órgão podia ser convocado.

O órgão de execução, com representação física, passou a ser essa Secretaria-Geral de Segurança Nacional. A Revolução está inteiramente isenta de qualquer acusação de que estava implantando uma ideologia de segurança nacional.

Depois, tivemos uma série de modificações, até que a Constituição de 1946 estabeleceu a organização seguinte para o Conselho: uma Comissão de Estudos, Seção de Segurança Nacional dos Ministérios e uma Comissão especial de faixas de fronteira, extinguindo a Comissão de Planejamento Econômico.

É interessante dizer que a Constituição de 1946 estabeleceu, em seu Artigo 178, que os problemas relativos à defesa do País seriam estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das Forças Armadas incumbidos de prepará-las para a mobilização e operações militares. Isso, nas condições mais liberais, como na Constituição de 1946. Nessa dicotomia que existe entre a segurança e a defesa, entendo que a segurança é muito mais abrangente.

Já a Constituição de 1967, do Presidente Castello Branco, estabelecendo um conceito mais amplo de Segurança Nacional, estatuiu que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei". Artigo 90: o Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação da conduta da Segurança Nacional. O Decreto-Lei nº 225, de fevereiro de 1967, estabeleceu que o Conselho seria órgão de assessoramento direto do Presidente da República e que teria como órgãos suplementares a Comissão Especial de Faixa de Fronteira e a Divisão de Segurança e Informação dos Ministérios Civis.

Por uma lei de 1º de maio de 1974, desmembraram do Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social, a fim de diminuir o trabalho do Conselho de Segurança; pois a carga de trabalho não admitia a permanência da situação anterior.

Daí, vamos aos documentos da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937 e a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

A Secretaria, como vimos, foi criada em 1934.

O Conselho manteve aquela composição de Ministros de Estado, Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; como membros eventuais aqueles que o Presidente julgasse conveniente convocar para a reunião.

A Secretaria, pelo Decreto nº 85.128 de 10 de setembro de 1980, teve o seu regulamento aprovado e adotou a seguinte constituição: 1ª Subchefia, assuntos políticos; 2ª Subchefia, assuntos econômicos; 3ª Subchefia, assuntos psicossociais, sobretudo aquele que dispensava um atendimento muito especial ao índio; 4ª Subchefia, assuntos militares e os relativos à mobilização. Chegamos a pleitear, e foi criado, um curso de

mobilização na Escola Nacional de Informações, mas que, ao término do Governo, não prosperou. O curso começou a funcionar na Escola Nacional de Informações.

Naquela época, funcionava a 5ª Subchefia com os assuntos referentes às áreas indispensáveis à Segurança Nacional e municípios de interesses relacionados à Segurança Nacional, bem assim os relacionados com os programas fundiários. Por sugestão nossa, foi criada uma 6ª Subchefia, assuntos referentes à estratégia governamental, bem como o necessário ao funcionamento do Centro de Coordenação.

Então se verifica que a Secretaria Geral do Conselho transformou-se em uma espécie de Casa dos Ministros. Todos os assuntos que envolvessem uma implicação com o CSN, o Presidente encaminhava à Secretaria para apreciação.

Em que local o Conselho se reunia?

Na sala de reuniões do Presidente da República.

Depois vamos falar sobre a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-informação (SFICI) que também funcionou lá. O Governo Médici transferiu a Secretaria para o nono andar do então Estado-Maior das Forças Armadas, em Brasília, atual prédio do Ministério da Defesa.

Atendia a todas as solicitações dos Ministros. Havia, muitas vezes, divergências, o trabalho de coordenação era muito delicado e complexo.

Nesse período de sua vida, o senhor, como Secretário do Conselho, acumulava com...

Primeiro, com a chefia do Gabinete Militar e depois como Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários.

Da ordem de quantas pessoas trabalhavam ali, só para termos uma idéia?

Cerca de cento e cinqüenta civis e militares.

Meio a meio?

Inicialmente, a quase totalidade era de militares, depois consegui, aos poucos, levar assessores civis, equilibrando os efetivos.

Finalmente, o recrutamento para a Secretaria do Conselho utilizava, basicamente, integrantes dos Ministérios Militares, dos Ministérios Civis, incluído aí o Itamarati.

Vamos supor que o senhor precisasse, para algum assunto, de um especialista. Em energia atômica, por exemplo. O senhor requisitava um ou dois ou três. Terminada aquela situação, ele provavelmente, poderia permanecer.

Na verdade, continuava meu assessor. Onde fosse sua locação, continuava meu assessor. Doutor Rex Nazareth Alves era o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Mas, para efeito de política nuclear, era comigo que ele se relacionava.

Voltando ao Conselho, ele não tinha existência física. Era convocado, em função das necessidades do Presidente, mas tinha um órgão fixo que exercitava todas aquelas

prerrogativas, tanto que mantinha o que se chamava de "sala dos ministros". Qualquer Ministro que fosse à Secretaria, não se dirigia à sala do assessor. Ficava num gabinete, e lá iria um assessor para ajudá-lo. Era uma forma de apoiá-lo. Ao chegar do Ministério, era levado à sala dos ministros, onde era atendido pelo assessor de que necessitasse.

O que o senhor pode comentar sobre a Política Nacional de Energia Nuclear?

Em benefício da verdade, quando em 1985, o General Rubens Bayma Denys assumiu a Chefia do Gabinete Militar e a Secretaria Geral do Conselho, passei todos os dados considerados pertinentes e que seriam de interesse dele e do novo Governo, com os quais concordou. Inclusive, as diretrizes para a Política Nacional de Energia Nuclear. A Secretaria do Conselho, perdeu um pouco da continuidade, talvez, mas permaneceu no Governo Sarney. A extinção veio no Governo Collor.

Ao tratarmos do programa de energia nuclear, falamos sobre uma atividade multifacetada. O Brasil voltou-se para ela, já na década de 1930, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se debruçou sobre um programa de energia nuclear. Posteriormente, a partir de 1938, participavam também as Escolas de Física e Engenharia de São Paulo, do Rio e Belo Horizonte.

No entanto, no dia em que a fissão nuclear tornou-se um fato do conhecimento científico, terminou a troca de informações entre cientistas, universidades e outras instituições e cada um passou a guardar para si as conquistas de que se assenhoreavam.

De forma que o Brasil, em 1951, tendo em vista sistematizar e apoiar a pesquisa no País, criou o Conselho Nacional de Pesquisa. Já nessa época, o titular do Conselho Nacional de Pesquisa, o Almirante Álvaro Alberto, preocupava-se especificamente, com a questão da energia nuclear. Inclusive, entabulou negociações para a compra de três ultra centrifugadoras na Alemanha. Acontece que, naquela época, a Alemanha vivia sob o domínio das grandes potências, quer dos Estados Unidos quer da União Soviética. Em conseqüência, os Estados Unidos vetaram essa compra. Só mais tarde, o Almirante Álvaro Alberto conseguiu retomar as negociações.

Isso ocorreu em 1954. Em 1956, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o arcabouço, completo, não só do ponto de vista da pesquisa como também na forma de fiscalização e produção de meios radioativos. Como disse, a partir daí as questões se tornaram, vamos dizer assim, sigilosas e cada país que desejasse algum sucesso nessa área precisava buscar o seu desenvolvimento...

Mas não ocorreu só no Brasil. Da mesma forma, a Argentina, a Índia, a Espanha, a China, a França e outros. Na década de 1970, o Brasil tentou obter, em escala industrial, o enriquecimento do urânio. Mas não logrou qualquer acessibilidade a essa tecnologia que desejava desenvolver. Nessa época, é bom dizer, já tínhamos

quase um milhar de serviços médicos que usavam radioisótopos. Quem nos fornecia, até então, eram os Estados Unidos, mas, infelizmente, com a aprovação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Brasil teve vedada a aquisição desse material. Também os dosímetros clínicos, que atendiam a ordem de duzentas instituições, precisavam, periodicamente, ser calibrados e nós não poderíamos fazer isso, porque não tínhamos acesso à tecnologia. Seria preciso recorrer a países estrangeiros.

Nessa época, possuíamos uma produção considerável de pimenta-do-reino, no Estado do Pará, mas os compradores externos só aceitavam comprar a pimenta-do-reino produzida no Brasil, se fossem irradiadas, para evitar qualquer contaminação.

O Presidente Geisel, levando em conta a crise econômica, gerada sobretudo pelo aumento do preço do petróleo, assinou um acordo de assistência nuclear com a Alemanha. Entretanto a Alemanha não poderia adicionar aos termos do acordo o fornecimento das usinas núcleo-elétricas, o processo da ultracentrifugação, porque a Holanda, membro da comunidade européia, não permitia. Então, os alemães propuseram que adotássemos o processo que eles chamavam de *jet nozzle*, jato centrífugo, um processo que ainda não haviam dominado completamente. Tanto é verdade que, em 1986, a Alemanha abandonou esse projeto jato centrífugo e voltou à ultracentrifugação gasosa.

Após sua posse, o Presidente Figueiredo, que antes fora Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, de certa forma, havia participado dessas gestões no sentido de termos acesso a essa tecnologia, nos encarregou de realizar um estudo no sentido de tornar viável o domínio do ciclo do combustível nuclear.

Foi interessante, porque, nessa mesma época, a Nuclebras, criação do Presidente Ernesto Geisel, havia celebrado um acordo com uma empresa francesa, no sentido de montar no Brasil uma planta para produção de hexafluoreto de urânio, um gás a partir do qual se enriquece o urânio. Entretanto, todos os passos da Nuclebras estavam sujeitos à monitoração, de forma que o Governo Figueiredo entendeu que, se tínhamos possibilidades de dominar o ciclo do combustível nuclear, teríamos que buscar esses conhecimentos, por meios próprios.

Assim, sugerimos, e o Presidente aprovou, que a Nuclebras não celebrasse o acordo com os franceses, no sentido da execução da planta para produção do hexafluoreto de urânio. Fomos buscar a tecnologia desejada, por intermédio dos nossos institutos de pesquisa, com ênfase no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo (IPEN/USP), no intuito de produzir o hexafluoreto de urânio, a partir do qual poderíamos pensar no domínio de todo o ciclo de produção do combustível nuclear. Não, com o objetivo de produzir bomba,

pois ninguém produz bomba com enriquecimento de urânio a 3 ou a 20%. A 3% ele atende à energia, a 20% ele atende aos nossos reatores de pesquisa.

Os Estados Unidos, cada vez mais, formulavam condições adicionais nos acordos que celebrávamos com eles. Até mesmo a recarga de Angra I ficou na dependência dos americanos; em 1978, o Presidente Carter fez passar, no Congresso Americano, uma lei que ficou conhecida como Lei de Não-Proliferação (*Non Proliferation Act*). Essa lei proibia o governo americano de fornecer qualquer material de tecnologia sensível a países que não fossem signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, e era o nosso caso.

Diga-se de passagem, o Iraque era signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e o Brasil não era. De forma que fomos buscar, nos nossos institutos de pesquisas, com muita proficiência, os meios para conseguir o domínio do enriquecimento do urânio pela ultracentrifugação.

Em 1982, sem que deixássemos de cumprir qualquer acordo assinado pelo Brasil, coerentes e com o empenho de jamais nos afastarmos dos nossos princípios de contribuir para a não proliferação de armas nucleares, pois sempre fomos contra, num esforço conjunto da Marinha, do IPEN e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) havíamos conseguido, no Brasil, o domínio autônomo do enriquecimento do urânio pelo processo de ultracentrifugação.

Duas alternativas, agora, se apresentavam para nós: ou aguardávamos a fabricação e montagem do número de máquinas necessárias à produção do urânio enriquecido, em quantidade e porcentagem adequadas para a fabricação dos elementos combustíveis do reator de potência zero, ou procurávamos um parceiro que se dispusesse a fornecer urânio enriquecido, com garantias bilaterais de não utilização em armas nucleares.

Nessa mesma época, a CNEN, já havia sido capaz, no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, de produzir hexafluoreto de urânio, sua reconversão em óxido e a produção de pastilhas. Por via diplomática, a China havia se manifestado favorável ao interesse do Brasil por uma cooperação no campo nuclear. Uma delegação brasileira, integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores, Secretaria-Geral do CSN e Comissão Nacional de Energia Nuclear se reuniu, em Pequim, com os representantes das instituições chinesas.

A China prontificou-se a fornecer o UF6, ou seja, o hexafluoreto de urânio enriquecido a 27%, em quantidades que possibilitassem os experimentos brasileiros, desde que o nosso governo assegurasse que: primeiro, as negociações seriam mantidas em sigilo; segundo, seu uso, apenas, para fins pacíficos. As negociações foram satisfatoriamente concluídas. Cabe relembrar que, naquele momento, a China

não era membro da Agência Internacional de Energia Atômica e o Brasil já era membro dessa Agência.

O acordo de cooperação do uso pacífico de energia nuclear entre os dois países foi mantido, inicialmente, em sigilo, por solicitação chinesa até que eles concluíssem as suas negociações com Estados Unidos e Japão. Não houve nenhum outro fornecimento de material radioativo, tecnologia ou equipamento, sendo entretanto mantido entre os dois países grande interesse de cooperação, devido às suas características complementares.

O Brasil só revelou que havia conseguido o domínio completo do enriquecimento do urânio, em 1987, mas, como vimos, desde 1982, praticamente tínhamos a certeza do domínio autônomo do processo de enriquecimento do urânio com ultracentrifugação, mas não desejávamos dar divulgação, porque o momento não aconselhava.

Em 1987, o Presidente Sarney, seguiu praticamente o programa, na forma como o Governo anterior havia estabelecido, e manteve o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Doutor Rex Nazareth Alves, à sua frente, e pôde anunciar essa grande conquista do Governo brasileiro.

Agora gostaria de falar sobre nossa participação, em 1990, numa CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Congresso Nacional e presidida pela Deputada Ana Maria Rattes, tendo como Relator o Senador Severo Gomes.

A CPI, General, era para tratar especificamente de quê?

O que ela desejava era o seguinte: verificar em que estágio estava o que eles chamavam de o Programa Autônomo de Energia Nuclear, desenvolvido pelo Governo brasileiro, já que era mantido sigilo, bem como do ponto de vista jurídico, se esse programa era considerado legal ou ilegal. Por isso, a Comissão começou os seus trabalhos em 1990, e fomos convocados a comparecer a uma sessão no dia 24 de outubro de 1990.

Na mesma ocasião, haviam convidado o Sr. João Figueiredo, Presidente da República na época em que o programa fora iniciado, também para depor. E ele mandou à Deputada Ana Maria Rattes, chefe da CPI mista da energia nuclear, a seguinte mensagem: "Com referência a sua convocação datada de 9 de novembro, e que somente agora recebida, informo a Vossa Excelência que estou impossibilitado de viajar a Brasília, por prescrição médica, após os últimos exames a que fui submetido. No entretanto, no intuito de deixar evidenciada a minha colaboração, informo a Vossa Excelência que endosso, na sua totalidade, o depoimento prestado perante a CPI, sob a sua digna presidência, pelo Sr. General Danilo Venturini. Nada tendo a acrescentar ou alterar que possa trazer outros esclarecimentos sobre o assunto. Respeitosamente, João Figueiredo."

Então o seu depoimento passou a ser o do Presidente.

Não, mas ele endossava o depoimento que eu fizesse. Mas preocupei-me. Afinal, conhecia a Política Nuclear Brasileira, mas nos seus aspectos técnicos não me considerava um elemento versado. Então solicitei à Presidente da CPI e ao seu Relator que, no mesmo dia do meu comparecimento, lá estivesse o Doutor Rex Nazareth, meu assessor, que exerceu, durante o Governo, a presidência da CNEN. Isso foi acordado e compareci no dia 24 de outubro ao Congresso.

É interessante dizer que já havia realizado seu depoimento o Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (21 de junho). Posteriormente, depois do meu testemunho, depuseram também (30 de outubro) o Sr. Renato Archer, Ministro da Ciência e Tecnologia e o Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, Comandante, como diziam, da usina de enriquecimento de urânio Aramar, localizada na Região de Sorocaba, em São Paulo.

Antes de iniciar meu depoimento, após prestar juramento, o Deputado Luiz Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, solicitou que a reunião fosse considerada secreta dado à presença, na sala de sessões, de representantes de governos estrangeiros. A sala de sessões foi esvaziada, mas o meu depoimento fiz questão de considerá-lo público.

Alguns trechos do debate com os senhores parlamentares ficaram sob sigilo e não foram sequer gravados. No final do depoimento, depôs o Doutor Rex Nazareth Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e passamos aos debates. No meu depoimento, fiz questão de fazer uma longa análise das relações internacionais.

Havia limite de horas?

Sem limite de horas.

Depois de uma série de considerações, disse mais o seguinte: de 1946 a 1953, a política norte-americana se baseou na negativa total de cooperação, mesmo para finalidades civis. O que se propunha era a internacionalização de todas as atividades nucleares, inclusive das minas de urânio que passariam a ficar sob a égide de uma agência internacional; veja, a Agência Internacional de Energia Atômica só foi criada em 1957, então essa agência estaria sob controle total dos Estados Unidos.

Com o rompimento, pela URSS, e depois, pela Inglaterra, do monopólio norte-americano de armas nucleares, a posição dos Estados Unidos tornou-se menos rígida. Em função da boa aproximação dos pontos de vista entre as duas superpotências, ocorreria o Tratado de Moscou de 1963, sobre proibição de experiências nucleares, salvo sob o solo. O Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), aprovado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em junho de 1968, foi assinado, simultaneamente, em 1º de julho de 1968, em Washington, Moscou e Londres. Cinqüenta e um países, assinaram o tratado na Casa Branca. E o tratado entrou em vigor a 5 de março de 1970.

Aí já estava o tratado pronto.

O Brasil rejeitou o projeto do TNP na Conferência de Desarmamento de Genebra, em 8 de janeiro de 1968, por considerá-lo discriminatório, restritivo ao acesso à energia nuclear para fins pacíficos e inadequado para promover a não-proliferação de armas nucleares, quer no sentido vertical do desarmamento em âmbito nuclear quer no sentido horizontal do não aumento do número de países dotados de armas nucleares.

A posição do Brasil já era conhecida desde a sua participação nos trabalhos da COPDAL, ou seja Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, sediada no México, em novembro de 1964. Esses trabalhos nos conduziram à elaboração do Tratado do México, de 14 de janeiro de 1967, na Cidade do México. O tratado para produção de armas nucleares, na América Latina, foi assinado pelo nosso Embaixador José Sette Câmara. O Brasil assinou o tratado em 10 de maio de 1967.

Dessa forma, desistimos do direito de possuir armas nucleares. Entretanto, o Artigo 18 do tratado disciplina as explosões nucleares com fins pacíficos e estabelece um conjunto de providências cautelares e fiscalizadoras. O Embaixador João Augusto de Araújo e Castro, nosso representante em Genebra, antigo Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart, disse, em 8 de janeiro de 1968: "O Governo brasileiro apóia a idéia de um tratado justo e eqüitativo de não-proliferação que impeça os riscos de disseminação de armas nucleares. O Brasil não renunciará à pesquisa de produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, inclusive de artefatos e explosivos nucleares para uso civil sem discriminação."

Vou completar, aqui, com o pensamento do Sr. Presidente Geisel, a contrapartida do Governo dos Estados Unidos e o procedimento do Presidente Figueiredo. O Presidente Geisel, sob o impacto da crise do petróleo, em 1973, e da vulnerabilidade que representava a dependência externa em matéria de energia, decidiu-se por uma estratégia mais ampla e profunda que incluía, não só um programa de centrais núcleo-elétricas, mas também garantir o acesso do País às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear, mediante a salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica.

Com essa finalidade, foi organizada a Nuclebras que conduziu o programa nuclear brasileiro, pela nº Lei 6.189 de 16 de dezembro de 1974. E em 27 de junho de 1975, foi fechado o acordo sobre cooperação, no campo do uso pacífico da energia nuclear, entre Brasil e a República Federal da Alemanha, que entrou em vigor a 18 de novembro de 1975.

Em 1978, o Congresso dos Estados Unidos aprova a Lei de Não-Proliferação pela qual os Estados Unidos só efetuariam a exportação nuclear para países que aceitassem a aplicação de salvaguarda a todas as atividades nucleares. Mesmo nesse

caso, não forneceriam nem equipamentos nem materiais para tecnologias sensíveis. O próprio fornecimento de combustível, ou seja, a recarga para a usina nuclear de Angra I, já assegurada contratualmente, ficou condicionada à aceitação pelo Brasil de exigências adicionais. Essa lei entrou em vigor nos primeiros meses de 1979.

Em novembro de 1978, o Presidente Carter sentindo a realidade do problema, mandou ao Brasil o seu assessor de energia nuclear, com uma carta endereçada ao Presidente Geisel, para que ele, de viva-voz, explicitasse ao Presidente os motivos que o levaram a propor e fazer aprovar essa Lei de Não-Proliferação. Quando ele chegou ao Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, considerou tão grave o fato, que disse: "O senhor não pode ser recebido pelo Presidente." "Mas eu tenho uma carta para entregar ao Presidente." "Mas a carta também deve ser centrada em certas condições para que ela se torne compatível com a autoridade do Presidente da República."

Pela forma como o Governo dos Estados Unidos conduziu o processo ele, como Ministro das Relações Exteriores, considerou o assunto inadequado e ponderou: "O senhor deve voltar ao seu país; agora eu não o levarei ao Presidente, em hipótese alguma. Então veja que feição a coisa toda tomou... Quando o Presidente Figueiredo assumiu a Presidência da República, na mesma época, estava entrando em vigor essa Lei de Não-Proliferação editada nos Estados Unidos em 1978.

Em 15 de maio de 1979, o Presidente Figueiredo reafirmou a posição clara, coerente e constante em favor do desarmamento e da não-proliferação nuclear. Acatava a adoção de medidas de salvaguardas universalmente aceitas, mas repudiava firmemente a imposição de mecanismos discriminatórios e inibidores do desenvolvimento nacional no campo dos uso pacífico da energia nuclear. Inclusive, quando da visita do Chanceler Helmut Schmidt, em agosto de 1979, ao Brasil, ele concedeu uma entrevista à televisão alemã. Em síntese, disse o seguinte: a proposta do Governo brasileiro de executar um acordo nuclear com a Alemanha não tem alteração nos seus objetivos iniciais. Ou seja, manteve todas as questões analisadas e todas as posturas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, o Presidente Figueiredo determinou estudos necessários para que se encontrassem soluções próprias, ajustadas às peculiaridades do desenvolvimento nacional na área nuclear, buscando promover a assimilação da tecnologia nuclear pela indústria privada nacional. Nos valemos dos institutos de pesquisa que nos ajudaram. Mas a execução, o Presidente determinou que fosse feita através da iniciativa privada. E nos recomendou especial atenção na formação de recursos humanos. Assim de 1979 a 1983 foram concedidas 4.461 bolsas no País, 770 no exterior e foram graduados 55 doutores, 395 mestres e 252 especialistas.

O Presidente Figueiredo, em janeiro de 1981, por intermédio do Embaixador Paulo Nogueira Batista, Presidente da Nuclebras, encaminhou uma carta pessoal ao Presidente Reagan, às vésperas da posse deste último, mostrando que o Governo brasileiro se reservava o direito de questionar a validade da Lei de Não-Proliferação aprovada em 1978, já que nós tínhamos acordos firmados com os Estados Unidos e o acordo, uma vez chancelado, deve ser cumprido.

O Embaixador foi recebido pelo Vice-Presidente da República eleito, o Sr. George Bush, pai do atual Presidente dos Estados Unidos, e quatro dias depois informou ao Embaixador Paulo Nogueira Batista o seguinte: o Presidente Reagan compreende a posição do Presidente Figueiredo e verbalmente transmite ao Presidente Figueiredo a sua posição. Ele não tomará nenhuma iniciativa que possa criar problemas se o Brasil buscar o seu desenvolvimento na área nuclear, em outras áreas, fora da forma como foi acertado no acordo com os Estados Unidos.

De forma que entendo o seguinte: independentemente de partido, Democrata ou Republicano, a sociedade americana, uma vez ajustado o procedimento, se esquece dos parceiros e passa a raciocinar só com aquilo que é considerado válido para ela.

Pois é, mas Reagan concordou que o Brasil buscasse...

Buscasse em outros centros, como nós fomos buscar na Europa...

Apenas informou ao Presidente Figueiredo de que não tomaria nenhuma iniciativa nem a favor nem contra o Brasil, também, se buscasse com outros países, como fomos fazer na Europa, inclusive, com a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra.

Gostaria aqui de citar um depoimento que não é meu. É o depoimento do Doutor Rex Nazareth Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, pois é importante para a compreensão do processo. Na conclusão da sua exposição, diz o Doutor Rex Nazareth Alves: "a energia nuclear no Brasil, como tentamos relatar, não é resultante de um período considerado autocrático mas, ao transcender historicamente, surgiu com o objetivo de manter-se e contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento econômico e socialmente justo e democrático do país. Haverá, sem dúvida, um crescente aumento dos usos pacíficos da energia nuclear. O Brasil, cujas riquezas minerais não são bem conhecidas como seria desejável, terá um papel de fato pela tecnologia de que dispuser. A qualidade dos quadros existentes foi o maior legado em toda a história nuclear brasileira. Já vimos aí, em pouco tempo, quantos quadros foram formados".

Sua opção pacifista é de nossa índole e está incorporada à Constituição. Preocupações legítimas da nossa sociedade devem ser analisadas, a transparência necessária deve ser buscada como antídoto à desinformação e à má fé. A modernidade tecnológica deve ser perseguida e protegida de interesses que não sejam aqueles verdadeiros interesses da Nação brasileira.

Só para retornar, essa Comissão, a CPI atuou em 1990?

Em 1990. A comissão mista do Congresso era dirigida pela Deputada Ana Maria Rattes, e o relator, o Senador Severo Gomes. Então passemos agora, à parte de debates.

Questionaram que não havia informações claras sobre o projeto Solimões, um projeto desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, e que buscava o enriquecimento do urânio com base no raio laser.

Outro ponto muito comentado pelos parlamentares foi o embarque de urânio para o Iraque, que teria sido feito no Governo Figueiredo, e que explicitei ter resultado de um acordo-quadro aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pelo Vice-Presidente da República Antônio Aureliano Chaves, no exercício da Presidência da República.

No debate, deixei patente que estava sendo apreciado o que eles chamavam de projeto paralelo autônomo de produção da energia nuclear. Havia mistério sobre como isso começou, como foi obtido urânio enriquecido para o reator da Marinha e do IPEN. Duas ou três vezes, o Deputado Luiz Salomão enfatizou que o problema não nasceu no Brasil. Nasceu em algum lugar.

Eu expliquei a eles o seguinte: cuidarei do aspecto institucional, ou seja, as negociações de governo para governo e deixarei, como ajustado anteriormente, que os aspectos técnicos sejam explicitados pelo Doutor Rex Nazareth Alves. Acontece que no ano a que Vossa Excelência, Deputado Luiz Salomão, se refere, o que encontrou nas instalações de Aramar, no Estado de São Paulo, foi negociado pelo País com a China. Como parte do acordo feito com aquele país, foram exigidas aquelas duas premissas: primeiro a do sigilo, que o nome da China não fosse revelado; o segundo compromisso explícito é que seria usado para fins pacíficos.

E aí invoquei o regimento do Senado Federal, Artigo 117; eu não posso omitir de Vossa Excelência os dados, mas tenho inclusive obrigações das quais, para cumprir o ajuste feito com o país que nos forneceu o urânio enriquecido, não posso declinar. Quanto ao Iraque, não há dificuldade alguma, lembro-me do texto claro. Solicito a Vossa Excelência que, para o primeiro caso, o do urânio enriquecido, só estejam em plenário os parlamentares. A reunião naquele momento tornou-se secreta.

É porque no ajuste que fizemos com a China não tínhamos autorização para revelar que nos forneciam a quantidade de urânio desejada para enriquecermos o nosso urânio.

Isso foi quando General?

Isso foi no dia 24 de outubro de 1990.

Mas quanto à China fornecer urânio para enriquecer o nosso...

Em 1982.

Então o nosso Governo revolucionário fez um acordo com a China e isso a oposição não cita?

Não lhes convém...

O Tratado com a China, de país para país, sobre um problema tão sensível. A nossa imprensa, na época, não tratava disso, talvez até por ser sigiloso, nunca foi citado esse acordo.

O Presidente Figueiredo, em 1981, visitou a França e o Presidente Giscard d'Estaing proporcionou à comitiva do Presidente Figueiredo algum conhecimento do programa nuclear francês. Estivemos, inclusive, em uma usina nuclear, nas proximidades de Marselha e lá percebemos o seguinte: o General De Gaulle, com o seu carisma extraordinário, desenvolveu uma campanha no sentido de mostrar ao povo francês que suas possibilidades energéticas estavam centradas na energia nuclear. Foi bem-sucedido.

Ele pensava também em constituir sua *force de frappe*, ou seja, utilizar a energia nuclear para fins militares. Para diluir, vamos dizer assim, o risco de um componente militar, criou uma companhia de eletricidade que, até hoje, dirige as atividades das usinas núcleo-elétricas da França. Sinceramente, fiquei bastante impressionado como ele resolveu aquele problema.

Quer dizer, usou um componente de produção de energia para alcançar o desenvolvimento tecnológico necessário... Giscard d'Estaing também optou por esse caminho...

E hoje, a maior parte da produção de energia, na França, é nuclear. Igual a países, como a Alemanha e a Holanda que hoje estão reduzindo. Mas a França fez a opção, ao tempo do General De Gaulle, e está mantida com essa capa; é uma companhia de eletricidade que dirige o programa nuclear francês.

A senhora Ana Maria Rattes, Presidente da CPI, fez uma indagação: seria regimental, dentro da casa, a criação de um mecanismo que fiscalizasse e controlasse o programa autônomo de energia nuclear? E nos perguntou, a mim e ao doutor Rex, se acharíamos mais fácil a comissão conduzir o processo de fiscalização e controle.

Pedi um prazo para ouvir os meus colaboradores. Depois de consultá-los, considerei válida a proposição, inclusive coloquei o doutor Rex Nazareth à disposição, para dar um arcabouço àquele controle.

Mas desejava, também, tratar da parte da desinformação e até mesmo da má fé. Apresentaram-me os termos de uma declaração do Professor José Goldemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Collor, que se referiu, em Nova York, a uma publicação do *Estado de São Paulo*, no dia 10 de outubro: "o Presidente Fernando Collor pôs fim a um programa militar secreto para construção da bomba atômica brasileira. Os militares estavam há um ou dois anos construindo uma bomba seme-

lhante à que destruiu Hiroshima". Palavras do Secretário de Ciência e Tecnologia, querendo mostrar a dificuldade da decisão do Presidente da República, e a importância de possuir instrumentos que permitam manter a sociedade informada, de existir um nível decisório sobre o que deve ser feito, e como fiscalizar. Essa é a questão. Assim, examinei a proposta da Deputada Ana Maria Rattes.

Depois que ouviram e receberam informações, sob juramento, de pessoas qualificadas que efetivamente conheceram o programa nuclear, e depois de visitar os centros de pesquisa das três Forças Armadas, o Senador Severo Gomes concluiu seu relatório. Primeiro, o programa nuclear paralelo ou autônomo, conseguiu, através do esforço das Forças Armadas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, avanços significativos na área nuclear. A Marinha, no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, já enriqueceu urânio; a Aeronáutica, em São José dos Campos, também em São Paulo, trabalha com seu projeto de enriquecimento por raio laser e o Exército, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, está se preparando para construir um reator de urânio natural, movido a grafite e refrigerado a gás.

Esses resultados são significativos para a pesquisa nacional, uma vez que foram atingidos com base nos esforços exclusivamente brasileiros. Com investimento, técnicos, equipamentos totalmente brasileiros, as empresas utilizadas no programa já estão perto da escala industrial. Isso significa que o Brasil conseguiu tornar-se independente e auto-suficiente nesse setor. O resultado indica, também, que a tecnologia nuclear brasileira deve ser protegida e que a pesquisa e os estudos do setor precisam ser incentivados.

Atribuir à Comissão Nacional de Energia Nuclear, vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a responsabilidade pelo licenciamento e fiscalização de todas as instalações nucleares no território nacional, além de prestar informações de apoio necessário ao atendimento da finalidade da Comissão Permanente para assuntos energéticos e nucleares do Congresso Nacional.

E aqui termina a CPI.

Sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, o senhor tem mais alguma consideração a fazer?

Não, tenho a impressão de que os aspectos principais foram abordados: primeiro, já em 1968, o nosso Embaixador na Comissão de Desarmamento, em Genebra, Órgão das Nações Unidas, mostrou-se contrário ao TNP; segundo ponto, o fornecimento de urânio ao Iraque foi realizado em função de um acordo aprovado pelo Congresso e promulgado, de forma que nada fizemos que não estivesse coberto pela legislação vigente; e o terceiro ponto é que no campo da tecnologia nuclear, como no campo da informática, as atividades são multifacetadas, de forma que aqueles

que as dominam não cedem a tecnologia e nem o conhecimento. Cada país tem que buscar, por meios próprios e com recursos próprios, a sua autonomia nesse assunto.

Tenho aqui uma idéia interessante. Mais ou menos à época em que compareci à Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava as questões vinculadas ao programa nuclear brasileiro, recebi de um grupo de trabalho de um órgão que se chamava CENA, Conselho de Energia Nuclear na Agricultura, que funcionava em Piracicaba, mas era vinculado à Universidade de São Paulo, duas considerações muito interessantes.

“Sobre recursos humanos, torna-se claro que um povo esclarecido é difícil de ser enganado. Seria impossível levar uma multidão às ruas, por exemplo, em protesto contra as instalações que, com transparência administrativa, mostram o seu valor para o homem comum, mas também a sua finalidade estratégica para manter o desenvolvimento do País. São precisamente essas aplicações pacíficas que fazem com que, nacional ou internacionalmente, se acredite nas vantagens da aceitação das técnicas nucleares.”

E completa, dizendo o seguinte: “a comunidade científica coloca-se à inteira disposição, quer pesquisando, quer ensinando, coloca-se como um espelho frente à população para mostrar que, primeiro, não somos, nessa área, um país que apenas recebe conhecimento; segundo, possuímos ciência e tecnologia suficientes para darmos a conhecer ao mundo nossas imensas possibilidades de progresso; terceiro, somos integrados à ciência mundial, pois há cerca de ¼ de século entramos na área e produzimos nada menos que 3.200 trabalhos científicos”.

Mas, faz uma advertência: “torna-se absolutamente claro que essa área deve ser cultivada. A ciência é como uma planta que, sem cuidado e sem destino, perece. Não podemos, disse ele, ocultar, o seu valor que deverá ser demonstrado no dia a dia de cada brasileiro. Nós envidaremos esforços para isso”.

E esse documento é de 1990. Como nós os apoiamos na época em que estávamos no governo, sentiram-se no dever de agradecer, no retorno.

Ainda sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, eu quero acrescentar um fato importante. Foi quando em 21 de fevereiro de 1985, submetemos ao Sr. Presidente da República uma exposição de motivos na qual deixávamos registrados, para o seu sucessor, todos os dispositivos que informavam a política nacional de energia nuclear. Por isso, submetemos à superior consideração do Presidente a seguinte exposição de motivos: “O direito de utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, como suporte para a nossa autonomia tecnológica e perspectiva de progresso para toda a América Latina, constitui-se em fundamento básico da política nacional de energia nuclear. A evolução da conjuntura internacional conduziu à necessidade de empenho pela conquista de tecnologia própria que, em última análise, é essencial à autonomia desejada por qualquer país. O esforço desencadeado em meados dos anos 1970 foi intensificado

no início da década de 1980, na medida em que restrições cada vez mais rigorosas eram estabelecidas no quadro das relações internacionais, quer bilaterais, quer multilaterais. Essas restrições criaram todo tipo de óbice, inicialmente de natureza técnica, apresentando, posteriormente, motivações políticas ostensivas com repercussões no campo econômico. Esses óbices não só punham em dúvida o livre acesso às tecnologias sensíveis como também inseriam alterações unilaterais *a posteriori* no quadro dos acordos existentes. A estratégia para a criação dessa tecnologia teve como base uma associação supervisionada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, entre as áreas técnicas do Ministério da Marinha, Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, bem como de outras instituições tecnicamente vinculadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares."

Tal estratégia tinha por finalidade criar condições técnicas amplas para todas as aplicações pacíficas da energia nuclear, baseadas em disponibilidades nacionais, vontade própria e sem as limitações da conjuntura internacional. Com essa associação, foi possível obter o máximo aproveitamento das instalações existentes e um envolvimento de considerável parte da comunidade científica brasileira representada por engenheiros, pesquisadores e técnicos.

A estratégia utilizada pela associação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dos ministérios militares, supervisionada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, considerou o respeito aos nossos compromissos externos, a evolução de conjuntura política internacional e o mercado de combustíveis nucleares.

Assim sendo, a antecipação dos resultados desejados leva-nos a apresentar a Vossa Excelência a seguinte proposta, assinalando a orientação até então seguida, a fim de permitir a continuidade das atividades consideradas. Ou seja, primeiro, manter a associação supervisionada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional entre as áreas técnicas dos ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da CNEN e do IPEN. Cuidar para que seja assegurada a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Criar condições para assegurar à nação o domínio completo e independente do ciclo do combustível nuclear e de todas as suas formas de aplicação.

General, sempre esteve presente a preocupação de realizar o desenvolvimento tecnológico, preservando a utilização para fins pacíficos.

Fins pacíficos, até porque o Brasil, naquela época, não era assinante do TNP, mas se autolimitou.

Quando o Brasil assinou o TNP, outro tratado já tinha sido assinado.

É, o Tratado de Tlatelolco que foi assinado no México, em conseqüência do qual preservávamos a América Latina de qualquer dano oriundo de explosões nucleares.

Esse Tlatelolco foi assinado durante o Governo Figueiredo?

Foi assinado em 1967, no Governo do Presidente Costa e Silva. Nosso Embaixador era o José Sette Câmara.

Fala-se tanto no TNP, mas a segurança existia desde o Tlatelolco, e o Brasil e a Argentina já trocavam informações.

Já. E a bem da verdade, o nosso relacionamento com o governo argentino, nesse particular, não foi só muito bom, como foi muito explícito nas suas colocações. Superou qualquer expectativa.

E até dizia-se, é difícil saber os detalhes técnicos, mas que a Argentina até estava um pouco à nossa frente havia dúvida se estava ou não.

Os processos eram diferentes.

O Brasil, através da Nuclebras, não só beneficiou material aqui como também preparou, inclusive, equipamentos para a Usina de Atucha na Argentina.

Vejamos a mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso. Temos aqui o seguinte: o Projeto de Poços de Caldas, em 1981, um complexo miniindustrial para produção efetiva de concentrado de urânio; 90% do equipamento foram produzidos pela industrial nacional. Agora, em 1983, exportamos para a Argentina não só ácido sulfúrico como *yellow cake*, cerca de 79.432 quilos para a Comissão Nacional de Energia Nuclear Argentina. Em 1984, voltamos a fornecer material para a Argentina. De forma que, nesse particular, o nosso relacionamento não podia ser melhor.

O tópico seguinte é um programa que não é secreto, tão secreto, pelo menos, quanto a energia nuclear, mas também tratou muito de avanço de tecnologia, de coisas novas e cujo conhecimento o País tem que proteger. Refiro-me à informática. Então, perguntaria se o senhor estava no governo quando ocorreu essa evolução.

A informática, desenvolvendo-se no mundo inteiro, chegou até nós. Sempre ficou aquela dúvida sobre a proteção da nossa indústria. Se criássemos um programa específico, talvez resultasse num atraso de desenvolvimento; se liberássemos a importação, sem a proteção da nossa indústria, em compensação acarretaria o acesso mais rápido à evolução tecnológica no campo da informática. Não só no desenvolvimento dos computadores em si, como também no desenvolvimento dos *softwares*.

Os primeiros passos datam de 1972, quando o Presidente Emílio Médici criou a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, conhecida por CAPRE, subordinada ao Ministério do Planejamento. Missão: disciplinar a aqui-

sição e locação de computadores por órgãos públicos. Em 1975, na administração do Presidente Ernesto Geisel, o Conselho de Comércio Exterior determinou que todas as importações na área de informática fossem submetidas ao controle da CAPRE. Em 1976, ainda na administração do Presidente Geisel, ele conferiu à CAPRE a responsabilidade de formular uma política nacional de informática. Seu grande objetivo: capacidade tecnológica nacional em termos de projeto, desenvolvimento e produção de equipamento de processamento de dados e *software*, através de empresas brasileiras.

Quando o Presidente Figueiredo assumiu, não só ratificou o objetivo de capacitação nacional, mas tornou oficial um componente que apenas era tácito, a reserva de parcela do mercado nas áreas de microcomputadores.

Não é uma reserva total.

Não é total. Quer dizer, não é estrita e nem formal. Trata-se de uma reserva de parcela do mercado. E depois, quando conceituarmos, pela Lei de Informática, o que é empresa nacional, vamos verificar que deixamos em aberto um espaço para as grandes empresas multinacionais que aqui funcionavam.

Agora vou abordar dois fatos: primeiro, sentimos que as nossas negociações com os americanos iam se tornar difíceis como foram na área nuclear. Então, escolhemos para nosso embaixador no GATT, Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, hoje substituído pela Organização Mundial do Comércio, o Embaixador Paulo Nogueira Batista. E ele se saiu tão bem na defesa das teses lá em Genebra que, certa vez, o próprio Secretário de Estado norte-americano informou que precisava de dois diplomatas lá para que pudessem discutir em igualdade de condições com o nosso embaixador, tal o conhecimento dele.

Ele que nos ajudara muito na parte de energia nuclear, como Presidente da Nuclebras, estava nos assessorando, agora, na área de informática. E, a partir daí, percebemos o seguinte: estávamos diante de um caminho que talvez nos facilitasse o prosseguimento da política nacional de informática. E mais, sem o amparo de uma lei, parecia que estávamos sempre agindo na exceção e através de ações pouco claras; isto posto era impositivo, criar, por lei, aqueles órgãos que fossem responsáveis pela implantação da política nacional de informática.

E nós o fizemos: o Presidente criou um órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, vinculado à Secretaria-Geral do Conselho, para exercer assessoria nesse campo. Baseado no Artigo 81, item 5 da Constituição, o Presidente da República criou a Secretaria Especial de Informática. Em Decreto nº 84.067, de 8 de outubro de 1979, estabeleceu a estrutura e a competência da Secretaria Nacional de Informática que teria por finalidade assessorar o Presidente na formulação da política

nacional de informática e conduzir sua execução como órgão superior de orientação, planejamento e fiscalização.

E agora, passo para a mensagem de despedida do Presidente Figueiredo ao Congresso Nacional em 1º de março de 1985: "Ação governamental no campo da informática, para regularizar a política nacional de informática, incrementar a pesquisa científica e tecnológica no setor, bem como consolidar a indústria nacional do ramo."

Na busca do primeiro objetivo, foi estabelecida a política nacional de informática pela Lei nº 7.232 de 29 de outubro de 1984, que tem por objetivo a capacitação nacional das atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira.

Cabe ressaltar, em retrospecto dos últimos dias do ano de 1984, o que visava complementar a citada lei. Primeiro: Decreto-Lei nº 2.203 que tratava da instalação de companhias abertas a empresas nacionais. Segundo: Decreto-Lei nº 90.754, a respeito da organização e funcionamento do Conselho Nacional de Informática e Automação, conhecido por CONIN; Decreto nº 90.755, dispondo sobre a competência, subordinação, estrutura, bem como a criação de um fundo para atividades de informática gerido pela Secretaria Especial de Informática. E, finalmente, o Decreto nº 90.756 que aprovava o estatuto da fundação do Centro Tecnológico para informática, com funcionamento em Campinas. Estabelecemos, assim, um elo de articulação entre as universidades e outros centros tecnológicos, visando à maior integração e efetividade dos projetos de pesquisa de interesse do setor.

Estimulamos a integração entre as empresas e universidades, centros tecnológicos para desenvolvimento e adaptação de produtos adequados ao parque produtivo e ao usuário nacional. Asseguramos, também, uma efetiva cooperação internacional com empresas, universidades e centros tecnológicos fora do país. Como fato mais significativo dessa atividade, vou destacar que coube ao Centro Tecnológico de Informática, inaugurado em Campinas, a finalidade específica de manter esse contato com o exterior.

Agora vamos ao Artigo 22. Por ele, no caso de bens e serviço de informática, julgar irrelevante o interesse para as atividades científicas e produtivas internas, para as quais não haja mais empresas nacionais capazes de atender às necessidades efetivas do mercado interno, com tecnologia própria ou adquirida no exterior; a produção será admitida em favor de empresas que não complementam os requisitos do Artigo 12, desde que as organizações interessadas satisfaçam as seguintes condições: primeiro, aprovação pelo Conselho Nacional de Informática e Automação; segundo, aplique no país, em pesquisas de desenvolvimento diretamente ou em convênio com centro

universitário, uma percentagem pré-definida pelo CONIN; terceiro, apresente um plano de exportação; quarto, envolva fornecedores locais.

Vê-se que a nossa preocupação estava centrada, sobretudo, na formação de recursos humanos. A reserva de mercado gerou algumas críticas, pois proporcionou proteção à nossa indústria, mas, por outro lado, atraso tecnológico, em face da acomodação que acarretou.

Em 1984, conseguimos um faturamento de 1,7 bilhão de dólares, representando um acréscimo de 16% em relação a 1983. Desse total, a indústria nacional participou com 48%, quer dizer quase 50%, resultado, principalmente, do desempenho da indústria de microcomputadores e implantação do sistema de automação de serviços, caracterizando aí uma ampla diversificação do uso dos recursos computacionais.

No número de empresas com projeto de fabricação aprovado pela SEI, houve um acréscimo de 32%. Eram 135 em 1983, passou a 165, em 1984. Do total verificado, 92% referem-se a projetos nacionais. Cabe ressaltar que, em 1978, registradas apenas 23 empresas com projeto de fabricação aprovado pela SEI.

Na área de software e serviços, verificou-se grande incremento com as vendas superando 50% do total alcançado em 1983. Dessa forma, para um faturamento de 96 milhões de dólares alcançados em 1983, chegou-se a 145 milhões em 1984.

O valor do parque instalado em computadores e periféricos atingiu a cifra de 4,4 bilhões de dólares, com um acréscimo de 30% em relação a 1983. A indústria nacional, em 1984, já participava com 24% desse total, contra 21% em 1982. Se nós nos referirmos a 1978, a base computacional instalada foi avaliada em cerca 1,2 milhão sendo que a participação nacional era de apenas 2,5%. De forma que foi definido o processo de qualificação de empresas nacionais para a fabricação, até mesmo, de supermini computadores, visando a ocupar uma faixa de equipamentos superior àquela destinada ao microcomputador.

Em 1983, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo*, com o título de "O país na era dos computadores – O General Venturini prega uma solução de compromisso para resolver o conflito entre automação e desemprego". Na verdade, dentro do possível, conseguimos reduzir, e muito, essa questão.

Mas o que quero lembrar é o seguinte: no dia 18 outubro de 1983, o *Jornal da Tarde* nos ouviu, após o 16º Congresso Nacional de Informática. Veja quantos congressos foram realizados, temos a impressão de que traduzimos em boa parte o pensamento da população brasileira.

Disse o jornal: "(...)Uma lei que fixe as linhas gerais do comportamento que o País deve adotar nessa área foi a primeira unanimidade do primeiro dia do 16º Con-

gresso Nacional de Informática e da III Feira Internacional de Informática, abertos no Parque do Anhembi." E o jornal registrou que, em reunião recente do Comitê Empresarial Brasil-Estados Unidos, realizado em São Paulo e em Brasília, o assunto foi amplamente discutido. Na minha entrevista, declarei que o Brasil "apresentou a sua posição com muita capacidade e firmeza, mas sem antagonismos. Os empresários norte-americanos saíram daqui convencidos de que não existem idéias xenófobas e que essas medidas são flexíveis e temporárias". Daí um dos empresários ter reconhecido que o Governo estava adotando um instrumento de política de governo e não uma medida econômica, o que confirmei a ele.

De forma que, do ponto de vista de opinião pública, nós a tínhamos do nosso lado, não só da área de pesquisadores, mas também da área política e mesmo da sociedade.

E foi com esse pensamento, que compareci a um debate na Comissão de Economia do Senado, presidida pelo Sr. Roberto Campos. No fim de 1983, fui convidado pelo Senador Roberto Campos, para um debate sobre política nacional de informática, na Comissão de Economia do Senado, da qual ele era presidente, e vice-presidente, por coincidência, o Senador Severo Gomes, aquele que nos acompanhou na CPI da energia nuclear. Só que ele não estava presente e foi substituído pelo Senador Virgilio Távora, que era o segundo vice-presidente. Depois de atendido o convite, tivemos que esperar a reabertura do Congresso, no ano seguinte. E no dia 4 de abril, comparecemos à Comissão de Economia do Senado Nacional para esse debate com o Senador Roberto Campos e outros membros da Comissão de Economia.

Ao entrar no corredor, percebemos que o Sr. Roberto Campos nos pregara uma peça. Ele colocou, ao longo do corredor, uma centena de exemplares de um livro chamado "O Gulag da Informática", escrito por uma das maiores cabeças do Brasil, na época, em matéria de informática e computador, o Professor José Carlos Melo, de São Paulo. Mas não passei recibo. Reunida a comissão, ele abriu os trabalhos e passou a presidência ao Senador Virgilio Távora, já que ele iria interpelar-me e deveria estar no plenário.

Fiz uma série de considerações sobre a política nacional de informática e Senador Roberto Campos, no questionamento, disse-me o seguinte: "a fim de estar preparado para discutir com o senhor a política nacional de informática, aproveitei os primeiros meses de 1984 e percorri o Extremo Oriente. E volto de lá altamente impressionado com o desenvolvimento da informática em vários países dessa parte do mundo, sem falar no Japão, que já era esperado". Citou a Coréia, Cingapura e outros. Respondi: "Parece-me que o senhor tem uma outra observação a fazer"? Ele disse: "É, realmente entendo que o senhor militarizou a área de informática."

Ele falou para o senhor?

Sim. Roberto Campos era nosso conhecido, desde o tempo do Governo do Castello Branco, quando foi Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; desde essa época que tínhamos um relacionamento formal, mas muito, vamos dizer assim, cordial.

Então disse: "Sei, Senador, que o senhor não é de generalizações, pois é um homem que sabe especificar as questões que considera relevantes. Gostaria que o Sr. desse nome aos bois." Disse assim mesmo. Ele respondeu: "o senhor está cercado de coronéis". Disse-lhe: "Senador, talvez comece a responder ao senhor, por esta questão, para, depois, entrar na sua viagem ao Extremo Oriente, na qual considero que o senhor gastou dinheiro e perdeu tempo."

Ele retrucou: "O senhor entende assim?" Respondi: "Entendo, e explicarei porque acredito que o senhor não precisava ir ao Oriente. Aqui no Brasil poderíamos dar as informações que o senhor procurou."

Depois de dizer que eu estava cercado de coronéis, apontou o então Coronel Joubert de Oliveira Brízida que me ajudava com as transparências, e disse: "Está ali o Coronel Joubert". Então, respondi: "Olha, a ONU entende diferente do senhor. Recebemos uma solicitação da Organização das Nações Unidas no sentido de ceder o Coronel Joubert para ser relator de um debate que houve no Extremo Oriente, justamente sobre 'fluxo de dados transfronteiras', ou seja, aqueles países que dominam a área da informática e têm capacidade de interferir, não só nas comunicações, como até captar aquilo que você transmite, mesmo por cifra."

Tivemos um exemplo flagrante. No final de 1976 ou início de 1977, não estou lembrado, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira, foi ao Presidente Geisel e disse: "Participamos de uma reunião de embaixadores em Punta Del Leste, e europeus e americanos tiveram conhecimento de tudo aquilo que discutimos lá, embora tivéssemos usado um equipamento de cifra." O que fazer? O Presidente chamou o seu Chefe do SNI, o General Figueiredo que esclareceu: "Temos condições de fazer um equipamento de cifra nosso, mas precisamos de recursos." O embaixador e Ministro Azeredo da Silveira disse para o Presidente que dinheiro não era problema.

Criou-se na Escola Nacional de Informações um departamento de informática e lá se conseguiu montar um equipamento genuinamente nacional que, depois de pronto, o Ministro das Relações Exteriores usou nas conferências internacionais, e não houve vazamento de informações.

Então, disse ao Senador: "Esses coronéis não são apenas militares, são homens voltados para a pesquisa e não vou fazer distinção do traje que a pessoa usa; a mim interessa a capacidade e a vontade de nos ajudar num processo que é importante para o desenvolvimento do País". Puxei debaixo da mesa um volume com a proposta que o Joubert fez e a ONU aprovou, com modificações sem muita expres-

são, sobre o chamado "fluxo de dados transfronteiras" e assegurava àqueles países que o adotassem o sigilo na troca de informações.

Agora vamos à resposta ao Senador Roberto Campos.

Para conquistar acesso a mercados e a mão-de-obra mais barata, os fabricantes norte-americanos de semicondutores e seus componentes utilizaram instalações para produção e montagem, no exterior, a maioria, no Extremo Oriente, principalmente na Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Cingapura e Formosa. Da produção do Extremo Oriente, 90% eram para atender pedidos da indústria bélica de informática dos EUA.

Foi por isso que expliquei ao Senador Roberto Campos que ele não foi ver uma instalação genuína dos países do Extremo Oriente, e sim as instalações de empresas americanas existentes naqueles países.

III – Participação das Forças Armadas (FA) no Desenvolvimento Nacional, particularmente durante o Governo do Presidente Figueiredo

Participação das FA no desenvolvimento econômico e social

General, sobre tal assunto, o que o senhor pode relatar?

No período de 1979 a 1985, as Forças Armadas prosseguiram na execução das atividades precípuas, e outras, complementares, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do país. O Estado-Maior das Forças Armadas, por exemplo, integrou-se no trato dos assuntos tecnológicos. Dessa forma, propôs, e o Presidente aprovou, o regulamento das atividades de aerolevantamento, tendo como filosofia norteadora as diretrizes governamentais de apoio à iniciativa privada. Participavam órgãos das Forças Armadas e mesmo da área civil, quer na área federal quer na área estadual, entidades que cuidavam das operações de aerolevantamento.

Valho-me da "Mensagem ao Congresso Nacional" enviada pelo Presidente Figueiredo, em 1º de março de 1985, de cuja elaboração participei. Transcrevo, em síntese, o que ajudei escrever.

O Presidente entendeu que as atividades de contribuição para o desenvolvimento do país deveriam ter como prioridade a iniciativa privada, com o objetivo de reduzir a participação do Estado e limitar a atuação de organizações federais e estaduais, procurando inclusive a privatização daquelas que ainda existissem no meio oficial. Exclusividade das empresas nacionais para o mercado brasileiro de aerolevantamento.

Entre outras realizações, destaco a participação do EMFA no estímulo à indústria bélica nacional, com o propósito de diminuir a dependência de fornecimento do exterior, prover as necessidades das Forças Armadas, incrementar as exportações e ampliar, enfim, a independência econômica. Parece que estou falando de

atividades de interesse apenas militar, mas não é. Estou falando no sentido de alocar tudo isso à iniciativa privada nacional.

A Escola Superior de Guerra, Instituto de Altos Estudos, empenhou-se a contento na meritória tarefa de ampliar e consolidar conhecimentos relativos às políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento e segurança, congregando civis e militares, capacitando-os ao exercício de funções de assessoramento, direção e planejamento de alto nível. No período considerado, a ESG ministrou cursos a 375 militares e 384 civis, representantes dos vários campos da atividade profissional, e também capacitou 100 civis e 85 militares, especificamente para o exercício de funções de alto nível, em todos os campos.

No Ministério do Exército, durante os seis anos da administração Figueiredo, além de assegurar o cumprimento da sua missão constitucional, o Exército introduziu uma série de transformações na sua estrutura organizacional. Quanto ao propósito de cooperar com o desenvolvimento econômico do Brasil, ressaltamos os seguintes pontos: conclusão e melhoramento da pavimentação dos 782 quilômetros da BR 020, trecho Formosa (GO) – Ibotirama (BA), permitindo redução superior a 700 quilômetros na ligação anteriormente feita entre Brasília e a Região Nordeste.

O Presidente também mandou pavimentar 234 quilômetros da BR-364, no trecho Porto Velho-Cuiabá (Mato Grosso), que inaugurou em setembro de 1984. Talvez um dos projetos mais importantes no sentido de assegurar, não só ligação do Centro-Sul com o Noroeste do País, mas, sobretudo, de criar condições para a almejada ligação com os países vizinhos. O Presidente Figueiredo, no dia seguinte à inauguração da pavimentação da rodovia, a percorreu de ônibus.

Na Amazônia, melhoramento e revestimento primário da BR-174 no trecho Boa Vista–fronteira do Brasil com a Venezuela e Caracaraí–Boa Vista, no Estado de Roraima.

O Exército implantou, em convênio com o INCRA, a construção de 1.400 quilômetros de estradas vicinais nas áreas onde se localizam os projetos de assentamento, no Nordeste e na Amazônia. Conservou os trechos rodoviários mais importantes, alcançando, no fim do período, a manutenção de mais 5.500 quilômetros/ano. É um índice muito bom.

Na malha ferroviária, melhorou e modernizou 250 quilômetros de via permanente do ramal Tronco-Sul (EF-116). Construiu 130 quilômetros no trecho Araguari–Celso Bueno (MG), permitindo que a hidroelétrica de Emborcação pudesse inundar o trecho que anteriormente era percorrido pela ferrovia. Construiu cerca de vinte túneis ferroviários e construiu boa parte da "ferrovia da soja" no trecho Guarapuava–Cascavel, no Paraná.

Além disso, na área social, na zona de emergência contra secas da Região Nordeste, o Exército participou de diversas atividades em 215 municípios, distribuí-

dos em seis Estados. Alistou cerca de seiscentas mil pessoas nesse trabalho e construiu 1.975 açudes, 350 barreiros, 14.441 poços.

Número muito expressivo, mas não foi só do Nordeste que ele cuidou. Também atuou em uma cheia no Sul, que atingiu, sobretudo, o Estado de Santa Catarina. O Exército se encarregou, não só do transporte, do alojamento e da saúde, mas também da recuperação e restabelecimento do tráfego entre a Região Sudeste e a Região Sul.

Em convênio com a FUNAI, Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), realizou demarcações e regularizações fundiárias em regiões de tensão, contribuindo para a solução de problemas sociais e possibilitando a manutenção de geração de empregos em áreas carentes. Hoje vê-se o Governo às voltas com invasões de terra, no entanto, naquele período, o número de conflitos havidos nessas áreas foi de 0,02%. Se nós computarmos que ali tínhamos da ordem de quatro milhões e oitocentas mil pessoas cadastradas como lavradores, o índice é muito bom.

Passemos, agora, ao Ministério da Marinha. A Marinha integrou a Operações Unitas, realizada anualmente com a participação das Marinhas norte-americana, venezuelana, argentina e uruguaia. Falando ainda um pouco da Argentina, a Marinha também realizou várias operações, sob o título fraternidade, com participação de Unidades da Marinha Argentina.

Participou de uma série de exercícios anfíbios de grande envergadura, realizados na área do Caribe, com a participação de tropas e navios de várias nações. Inclusive, realizou na costa do Nordeste, em 1981, uma operação conhecida como Germany–1981, na qual operamos exercício conjunto com a esquadra da República Federal da Alemanha.

A Marinha realizou um esforço muito grande na área do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Entre aqueles que desejamos ressaltar estão os que abrangem os campos da ciência do mar, eletrônica, telecomunicações, construção naval, engenharia mecânica, biologia, bioquímica, energia, acústica submarina, atividades espaciais, análise de sistemas, magnetismo, hidrografia, oceanografia e tecnologia de alimentos.

Ela não só se dedicou à formação do seu pessoal para trabalhar no Arsenal de Marinha e outros órgãos especiais da Força, como preocupou-se com o aperfeiçoamento de grande número de operários e técnicos que depois se transferiram para a iniciativa privada.

Além disso, a Marinha, no setor do Ensino, não se limitou às necessidades da Armada, mas cuidou de formar também o pessoal da Marinha Mercante, através do ensino profissional marítimo, conseguindo um contingente altamente qualificado

nessa área. A Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por exemplo, continuou formando profissionais altamente especializados, todos eles destinados à iniciativa privada. Passemos agora para o Ministério da Aeronáutica.

É muito conhecido o trabalho de integração desenvolvido pela Aeronáutica com o Correio Aéreo Nacional (CAN). No Governo Figueiredo, alcançou os mais longínquos lugares. E deu à população das áreas remotas a certeza de apoio imprescindível nas horas difíceis, não só transportando alimentos e medicamentos, como outros suprimentos essenciais ao próprio homem.

Recordo-me , inclusive, que na Região da "Cabeça do Cachorro", em Iauaretê, a penúria de alimentos na missão salesiana era tão grande que, quando íamos àquela área, levávamos alimentos não só para o Pelotão do Exército, lá existente, mas, também, para a população salesiana.

Não devemos esquecer de colocar juntos, a Marinha e a Aeronáutica no Programa Antártico Brasileiro. Durante nove anos o Governo brasileiro participou dos debates sobre Direitos do Mar, na ONU.

A Marinha com o projeto PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro), destinado a promover pesquisas científicas naquele continente, visando não só a busca de recursos naturais, como marcar nossa presença no concerto de outras nações. Para isso, tem usado muito o navio oceanográfico Barão de Tefé. Fez duas expedições à Antártica e também conduziu outros órgãos governamentais. Na segunda viagem, instalamos lá a primeira estação brasileira.

É uma base não?

Exatamente. Quando o período de governo estava por terminar, o navio estava se preparando para uma terceira expedição, em complemento às tarefas previstas do PROANTAR. A Aeronáutica também participou dessa Operação Antártica. Para isso, utilizava os seus aviões C-130 Hércules e helicópteros, como parte da expedição brasileira ao continente austral. E adquiriu experiência em operações sobre condições inóspitas, de muita baixa temperatura, de gelo. Pelo menos o Brasil assinalou e marcou a sua presença.

Vale a pena destacar a operação que a Aeronáutica denominou "Arca de Noé". Houve uma verdadeira mobilização militar, mas na verdade, procurava socorrer os municípios da Região Sul assolados pelas enchentes; também repetia-se aquela rotina da presença do Exército em permanente colaboração. A Aeronáutica marcou a sua presença no transporte de alimentos, na distribuição de medicamentos e apoio aéreo às vítimas isoladas.

Ainda sobre a participação das Forças Armadas, durante o Governo Figueiredo, sob o ponto de vista tecnológico, gostaria de chamar atenção sobre a indústria

aeroespacial. Compelido pela necessidade de independência tecnológica, sem a qual torna-se impossível raciocinar efetivamente como Força e como País, normalmente reprimido pelas contingências econômicas mundiais, a Aeronáutica orientou o esforço das empresas aéreas subordinadas ou vinculadas, no sentido de enfatizar ao máximo o processo de nacionalização de aeronaves. E aí chamamos a atenção para a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Jogou todo o peso da sua estrutura industrial e comercial na concretização de alguns projetos que permitiram, em definitivo, consolidar a sua imagem de maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e uma das maiores no contexto mundial.

Chamo atenção para os sucessos, do ponto de vista de vendas, que a EMBRAER conseguiu. Entre eles, o avião Bandeirante em todas as suas versões; o Xingu, e mais recentemente o T-27 Tucano. Foram aceitos internacionalmente, inclusive a Inglaterra comprou uma frota de aviões Tucano. O EMB-120, Brasília e o AMX, dois dos mais sofisticados e modernos aviões do mundo em suas respectivas classes, deixaram o plano das pranchetas e já no fim do Governo Figueiredo estavam realizando os seus vôos de avaliação técnica. Acredito que do ponto de vista da participação das Forças Armadas, eram esses os pontos que desejava abordar.

Desenvolvimento das indústrias de material de emprego militar
General, o senhor falou na EMBRAER, integrante de um conjunto de empresas que colocavam o Brasil como quinto país produtor de material de emprego militar. Dentre essas grandes empresas, a ENGESA, a AVIBRAS, a EMBRAER, o Arsenal de Marinha.

Já na administração do Presidente Médici, havia uma ligação muito estreita com o Ministério das Relações Exteriores, no sentido de levantar, na área da indústria bélica, os alvos que deveríamos atingir. Porque, de duas coisas tínhamos convicção: primeiro, não há indústria bélica no mundo que não receba ajuda do respectivo governo; segundo, não há indústria bélica que se sustente unicamente com mercado interno; a exportação é indispensável.

Lembro-me de que, nos idos de 1970, era Chefe do Departamento Comercial do Itamarati, o hoje muito conhecido, Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima. Naquela época, havia uma ligação muito estreita do Exército com o Embaixador Flexa de Lima, no sentido de encontrar uma resultante que permitisse ao Brasil avançar naquela direção. E tínhamos um objetivo que me parecia meritório, já que os governos não deveriam desviar, além do necessário, os poucos recursos disponíveis para as atividades necessárias ao desenvolvimento do País.

Mas era preciso encontrar uma forma de renovar o material das Forças Armadas. Então, nasceu o que chamamos de PNEMEM – Programa Nacional de Exportação

de Material de Emprego Militar. E para você ter uma idéia, até o ano de 1979, havíamos exportado 200 milhões de dólares. Com a implantação do Programa, num ano apenas, de meados de 1980 à metade do ano seguinte, assumimos contratos da ordem de 800 milhões dólares.

O Governo atuava só por conta da iniciativa privada ou tinha um programa? Qual era a participação do Governo?

Depois de gestões oficiosas, levamos uma série de sugestões ao Presidente Figueiredo. Como envolvia a montagem de uma estrutura de governo para apoiar essa atividade, ele encaminhou as sugestões ao Ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil, e responsável pela coordenação ministerial.

Havíamos chegado à conclusão do que o Brasil tinha duas alternativas. Ou estruturava a sua indústria bélica, com a possível ajuda do Governo, voltada também para as exportações, ou teria que conformar-se em ser eterno comprador de material bélico. O Presidente Figueiredo optou pela primeira delas. Organizamos uma estrutura que tinha por presidente o Ministro da Indústria e Comércio, com representantes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda, da SEPLAN, do Ministério da Marinha, do Ministério do Exército, do Ministério da Aeronáutica, do EMFA e do próprio Ministério da Indústria e Comércio.

Essa estrutura funcionava da seguinte forma: os próprios órgãos das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, sentindo as necessidades dos países com os quais mantínhamos relações comerciais, orientavam as nossas indústrias na direção pretendida. Quando uma indústria pedia autorização para exportar material para um determinado país, no mínimo eram ouvidos três órgãos. O primeiro era o Ministério envolvido: Exército, Marinha ou Aeronáutica; segundo, o Ministério das Relações Exteriores, e a atividade era coordenada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional que, uma vez conseguido o consenso, submetia o assunto ao Presidente da República para aprovação.

Projetos especiais

General Venturini, conversando ainda sobre o esforço progressista da Revolução, o que o senhor pode nos esclarecer acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos e projetos, ou seja o GETAT, o GEBAM e os projetos RADAM Brasil e Rondon. Inclusive, solicito que o senhor explique as siglas GETAT e GEBAM, porque não são muito conhecidas.

O problema é o seguinte: aquela região que envolve o oeste do Maranhão, sudeste do Pará e o norte de Goiás, onde inclusive ocorreu o célebre episódio da Guerrilha do Araguaia, sempre foi uma espécie de "terra de ninguém" no sentido de

que havia, vamos dizer assim, pessoas que pagariam, não para ter um pedaço de terra para trabalhar, mas com o objetivo de apossar-se da área e depois retalhá-la e levantar recursos, em função daqueles que posteriormente iriam desenvolvê-la.

O Presidente Figueiredo, ciente disso, em 1º de fevereiro de 1980, pelo Decreto-Lei nº 1.767, criou um Grupo Executivo para a regularização fundiária do sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão. A finalidade deste órgão era coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área e recebeu a designação de GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins. O Grupo substituiu a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins, criada na forma do disposto no Artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.523, de fevereiro de 1977. Era um órgão subordinado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Este órgão ficava fora da faixa de fronteira, mas o Presidente, pela experiência da Secretaria-Geral do CSN em administrar conflitos nas áreas de fronteira, houve por bem subordinar o GETAT à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O Grupo era constituído de seis membros, dentre os quais o representante da Secretaria-Geral do CSN, como Presidente, um Procurador da República, um representante do INCRA e os representantes dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, todos designados por ato do Sr. Presidente da República.

O GETAT, no meu entender, cumpriu a sua finalidade. Criado em fevereiro de 1980, titulou as áreas de um hectare a seis hectares, 34.365 títulos que representam 76,5% da titulação realizada na área. De 101 a 500 hectares, 9.705 títulos, 21,6%; acima de quinhentos hectares, apenas 843 títulos, ou seja, 1,9%. No período em que existiu, como parte da Secretaria-Geral do Conselho, no Governo do Presidente Figueiredo, distribuiu 44.913 títulos.

Na verdade, acima de três mil hectares, fez uma única titulação. A empresa Andrade Gutierrez que venceu a concorrência pública, com aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Colonização Tucumã, no sul do Pará.

Na realidade, são muitos títulos que visaram, como o senhor diz, regularizar, não um terreno, e sim pequenas áreas destinadas a grupos de famílias.

No máximo quinhentos hectares, mas o grosso é de 1 a 100 hectares. Inclusive, tenho aqui fotografias lá da aérea do GETAT. Estão presentes o Governador de Goiás, Iris Resende, o Governador do Pará, Jáder Barbalho, e o Governador do Maranhão, Luís Rocha, o Senador Aluízio Chaves, líder do Governo no Senado, Senador pelo Estado do Pará, a Sra Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação porque sendo uma área crítica, pediu que quando eu programasse uma viagem para aquela região, ela iria com os seus auxiliares. Por isso levei a Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz.

Agora, o outro órgão é o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM). Ele foi criado pelo Decreto nº 84.516, de 28 de fevereiro de 1980.

A missão do GEBAM era diferente da missão do GETAT. O GETAT tratava, na sua essência, da regularização fundiária de uma área crítica, já o GEBAM tinha como finalidade promover e coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal na margem esquerda do Baixo Amazonas. Promover e acompanhar projetos de desenvolvimento e colonização daquela região, bem como propor medidas para a solução dos seus problemas fundiários. Essa é uma região que estava sendo muito, procurada por grandes investidores estrangeiros.

Na margem esquerda do baixo Amazonas, havia o Projeto Jari, do Grupo Daniel Ludwig, e outros. Nós encontramos projetos, nos quais o elemento dispunha apenas de uma pequena sala, com um cofre; e ele se julgava possuidor de milhões de hectares, mas só detinha a posse, não tinha nenhum título. Por isso que o Governo tomou aquela providência. Para promover e coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal que, antes, estava ausente da área.

A Amazônia, ao contrário das explicações divulgadas no passado, apresenta um quadro material de equilíbrio muito frágil, exigindo cuidados especiais no seu manejo para evitar desencontros e conseqüências prejudiciais. A floresta amazônica cobre, na sua maior parte, solo de baixa fertilidade, em decorrência da deficiência de elementos minerais nutritivos. Todos os solos, após a retirada das coberturas tendem para uma rápida degradação em função da intensa lixiviação ocasionada pelas suas chuvas torrenciais e pela própria incidência direta de raios solares.

O GEBAM promoveu esses estudos, fez o levantamento completo da área, mas, infelizmente com a mudança do governo, pelo que sei, não foi levado à frente.

O Projeto Radam-Brasil e o Rondon? Qual o senhor gostaria de abordar em primeiro lugar?

São dois projetos. Vou abordar o Radam-Brasil em primeiro.

Quando o Presidente Figueiredo assumiu o Governo, já encontrou o projeto de grande alcance conhecido por Projeto Radam-Brasil. O Presidente Ernesto Geisel, em sua mensagem ao Congresso, em 1975, considerou que, pela sua capacidade e pelo número de questões envolvidas o Projeto RADAM deveria transformar-se num projeto nacional. Daí o nome Projeto Radam-Brasil. Com um programa de trabalho estreitamente ligado ao processo de desenvolvimento econômico das áreas mais pobres, sobretudo no Nordeste, Norte e Centro Oeste.

Até para conhecer melhor o Brasil, não?

É, e promover a integração dessas áreas menos favorecidas com o Centro-Sul. Esses programas foram organizados em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas,

e centros de estudos, nacionais e de desenvolvimento regional e local. Entre as principais atividades do Projeto Radam-Brasil – agora passo para a administração do Presidente Figueiredo, de 1979 a 1984 – foi descoberto um corpo carbonático no Morro de Seis Lagoas, na margem esquerda do Rio Negro, Amazonas. Ele revelou reservas de 2,4 bilhões de toneladas de minério de nióbio os quais representam 70% das reservas mundiais do metal.

Identificação, no Estado do Paraná e no norte de Santa Catarina, de associações rochosas passíveis de serem mineralizadas em ouro, cromo, níquel e cobre. Identificação e delimitação de mais de 8 milhões de hectares de terras com excelente potencial para irrigação, no Nordeste brasileiro, dos quais 60% situam-se no Vale do Rio São Francisco.

Esses levantamentos do projeto eram realizados por aviões?

Sim, mas ele se valia, sobretudo do radar para fazer levantamentos.

Do radar, mas o radar ia no avião?

Sim, era móvel. Também fazia pesquisa de campo; o Radam-Brasil tinha da ordem de 750 funcionários.

Onde se situava a sede?

O Projeto Radam-Brasil era vinculado ao Ministério das Minas e Energia. A sede ficava em Brasília. Delimitou mais de 60 milhões de hectares em solos aptos à agricultura de alta capacidade produtiva e manchas distribuídas em todo o país, notadamente na região do pólo de Carajás (PA), Estado de Rondônia, Vale do Rio São Francisco, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco. Elaborou o primeiro mapa geomorfológico do Brasil na escala 1 por 2 milhões e 500 mil.

Em convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), executou levantamento e reconhecimento, com detalhes da classificação de terra para irrigação, em áreas dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, totalizando 1.600 mil quilômetros quadrados, dos quais 70% são constituídos de solos com alta vocação para irrigação e recomendado para agricultura de culturas nobres e alta rentabilidade.

Quer dizer então, o RADAM inicialmente, iria restringir-se à Amazônia?

Ele foi transformado em Radam-Brasil em virtude de sua capacidade e das necessidades. A dimensão ultrapassava os limites da Amazônia. Os estudos sobre o potencial de recursos hídricos na região Nordeste revelaram a existência de 80 bilhões de metros cúbicos em água de superfície e confirmaram a existência de 120 bilhões de metros cúbicos subterrâneos. No Nordeste falta apenas exploração.

O mapeamento foi feito pelo Projeto Radam-Brasil. Em convênio com a SUDENE, empreendeu estudos de reconhecimento de solo, classificação de terras para a irriga-

ção, estudo ecológico da vegetação, visando a avaliar o potencial de biomassas e definir os seus diferentes usos. Especialmente da agricultura desenvolvida com irrigação, abrangendo 600 mil hectares em parte do Estado do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Finalmente, monitoramento da cobertura vegetal com atualização de ação antrópica de toda a Região Nordeste e do Estado de Goiás, totalizando uma área de 2.190 mil quilômetros quadrados. Quando o Presidente Figueiredo assumiu a Presidência da República, este órgão deveria ser extinto, naquele ano, em 1979. Como o Ministro das Minas e Energia era um colega meu de turma, o Ministro Cesar Cals, conversei longamente com ele e chegamos à conclusão de que o projeto Radam-Brasil deveria ser prorrogado. O Presidente Figueiredo prorrogou-o até o término do seu Governo, mas ficou tão entusiasmado com os trabalhos do Radam-Brasil que alongou o prazo por mais um ano. Quando o Presidente Figueiredo passou o Governo, em março de 1985, o Radam-Brasil estava prorrogado até fim de 1986, deixando a critério do seu sucessor o seu destino.

O senhor sabe, se ele continuou?

Continuou, mas sem a mesma ênfase que havia merecido ao tempo dos presidentes Geisel e Figueiredo.

General, e o Projeto Rondon?

Chamam de Projeto Rondon, mas o título certo é Fundação Projeto Rondon, pois ele se transformou numa fundação, que foi desativada no ano de 1988, no Governo do Presidente José Sarney.

O Coronel Sérgio Mário Pasquali, que foi o grande organizador e impulsor do Projeto Rondon e que, após a desativação da Fundação, criou a Associação Nacional do Rondonistas, uma Organização Não-Governamental (ONG), foi recentemente consultado, pelo atual Governo, para discutir a hipótese do projeto ser novamente viabilizado. Não sei se houve seqüência, mas parece que está na fase de estudos.

Do ponto de vista da ONG, Pasquali disse que fazem reuniões, ele viaja, mas, aquelas condições segundo as quais trabalhavam, não existem mais. Ora, o Brasil com esta dimensão, dependendo como ele depende do transporte aéreo, só mesmo tendo a colaboração da Força Aérea para viajar e os quartéis para alojar.

Eis um dado da administração Figueiredo, uma seqüência muito fiel daquilo que o Presidente Geisel desenvolveu no seu Governo. As atividades realizadas pela Fundação Projeto Rondon nos diversos programas que administrava foram levadas a efeito no período de 1979 a 1984, com a participação de cerca de 350 mil universitários.

O Projeto era vinculado ao Ministério do Interior, em articulação íntima com o Ministério da Educação e Cultura. Além do trabalho complementar aos projetos

que o Ministério do Interior desenvolvia, entre eles o Poloamazônia, objetivava o desenvolvimento social em áreas de pobreza acentuada, quer urbana, quer rural.

Também merece registro o funcionamento e a consolidação de vinte e três campi avançados. A manutenção de 98 núcleos de ação comunitária e quarenta áreas programas que envolveram 397 municípios. Se nós cobrirmos também o Governo do Presidente Geisel, são praticamente oitocentos municípios.

Só uma curiosidade General. Os estudantes universitários, durante as férias, se deslocavam para fazer esse trabalho no campo social...

Ultrapassavam isso, porque cuidavam também do desenvolvimento econômico da área. Eles trabalhavam nos setores de saúde, educação, assistência e cuidavam também do desenvolvimento econômico da área.

E eles voltavam a esse mesmo local?

Era função da programação do projeto. Havia áreas às quais voltavam com mais freqüência, como por exemplo, a área do Poloamazônia, onde o Ministério do Interior, ao qual estava vinculado, tinha um interesse especial.

Temos aqui, General, uma pergunta que é instigante, pois ainda hoje muito se fala em "ditadura militar". Dias atrás, completamos quarenta anos da nossa Revolução de 31 de Março de 1964 e a mídia, de um modo geral, recordou esse período de vinte anos como de "ditadura militar" e fez outras considerações até um tanto maldosas como "anos de chumbo" etc., etc.

Conhecemos alguns pensadores que discordam ter o período sido de ditadura, uma vez que o Congresso funcionava, bem como o Poder Judiciário. O termo "ditadura militar" acabou prevalecendo, a mídia se apossou dessa expressão e se refere ao período como "ditadura militar".

É difícil modificar esse procedimento da mídia, talvez no futuro. Como o nosso projeto é um projeto que visa ao futuro, gostaria de ouvir o seu ponto de vista sobre isso por ser realmente importante.

Vou fazer um pequeno histórico para nos situarmos. Procedem da Roma antiga as origens e os fins da ditadura. Os romanos adotaram-na para resolver questões decorrentes, quer de crise interna, quer de crise externa. O ditador era nomeado pelo Senado, então era uma espécie de ditadura constitucional. Dessa forma exerciam uma magistratura excepcional que suspendia o exercício de todos os outros poderes. E suas decisões eram inapeláveis.

Assim ficou marcada a idéia de que quem fala em ditadura fala em poder pessoal, mas na verdade, Roma, por mais de uma vez, nomeou ditadores...

Como sendo cargo não?

Como sendo magistratura excepcional. Tinha duração normalmente de seis meses e, terminada a missão para a qual fora nomeado, o ditador voltava às suas atividades normais.

Duas figuras se destacam dentre os ditadores de Roma. De um lado, Cincinato, do outro Júlio César. O General Lúcio Quinto Cincinato tornou-se uma figura lendária. Foi nomeado ditador por duas vezes. Depois de salvar Roma dos ataques de tribos tradicionalmente inimigas dos latinos, renunciou ao cargo e voltou à vida civil, no campo. Foi cuidar das suas vinhas, morreu em 438 a.C.

A ditadura romana foi abolida pelo Senado, após o assassinato de Júlio César em 44 a.C. Vê-se que, praticamente, trata-se de um período de quatrocentos anos.

Aquela ditadura ressurgiu, em modelo mais recente, de forma inteiramente modificada em relação à que conhecemos na Roma antiga. Deformada em suas origens e fins, adquiriu um grau de relevo político ideológico com o advento do fascismo, do nazismo e do comunismo stalinista.

Entre as suas principais características, destacamos: a autoridade do governo é absoluta, inteiramente à margem dos dispositivos legais e não existe regra de sucessão.

Uma perenização. Aquilo que antes mostrávamos como uma idéia ligada, vamos dizer, ao poder pessoal, passa a ser o poder absoluto. No Brasil, historiadores como o Sr. Boris Fausto, em sua "História do Brasil", lançada pela Editora da Universidade de São Paulo, 6ª Edição, 1998 e também o brazilianista Thomas Skidmore, em seu livro "Brasil: de Castello a Tancredo" Editora Paz e Terra, de 1988, embora usem a expressão "ditadura militar" nos seus textos, na verdade, na hora de conceituar o que houve no Brasil, a partir de 1964, examinam, sobretudo, o período 1964/1974, que foi considerado o período mais duro e rigoroso. Que foi boa parte do período da vigência do AI-5. E tinham, antes, o AI-1, o AI-2.

Nesta parte, dizem o seguinte: a partir de 1964, o Brasil viveu uma "situação autoritária"; colocam entre aspas a expressão "situação autoritária". Louvaram-se, sobretudo o Professor Thomas Skidmore, no trabalho do sociólogo político, o Sr. Juan Lins que escreveu uma obra muito conhecida "O Futuro da Situação Autoritária". O autor entendia que os controles políticos não haviam feito o que ele chamava de institucionalização típica. Para exemplificar isso, cita, por exemplo, os países da Europa Oriental, a Espanha de Franco, Cuba de Fidel Castro, Portugal de Salazar e alguns países Latinos-Americanos.

Em síntese, fazia e faz uma distinção entre "situação autoritária" e "regime autoritário". No "regime autoritário" ou "autoritarista" este se reveste das seguintes características: o uso do arbítrio e a exclusividade do exercício do poder. Grave

restrição das liberdades públicas ou até mesmo a sua eliminação. Supressão ou enfraquecimento quase total dos ritos jurídicos.

Se formos examinar a situação do Brasil, no período dos governos dos presidentes militares, o que é que vamos encontrar, a partir da Revolução de 31 de Março de 1964? No campo político, verifica-se que os militares raramente atuaram em bloco, não havia partido único. Diz-se que, desde a Proclamação da República, pela primeira vez, os militares assumiram o poder e muitas funções de governo, mas não governaram sozinhos nem conduziram diretamente as questões de governo. Os civis também participaram, dentro ou fora do Congresso Nacional.

No campo econômico, permaneceu por um bom tempo, por exemplo, a presença do Estado no planejamento e execução das políticas econômicas. Figuras como o Sr. Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Mario Henrique Simonsen e Delfim Neto, entre outros, conquistaram ampla liberdade na formulação e condução da política econômica. O plano de ação econômico do governo, conhecido como PAEG, que orientou as atividades do Governo Castello Branco, era um repositório dos dispositivos recolhidos de planos de governos anteriores. Inclusive, é bom que se situe o seguinte: uma das leis mais importantes do governo é a Lei nº 4.320, que foi aprovada no Governo do Sr. João Goulart, no Congresso Nacional, no dia 17 de março de 1964, e que, por ser boa, continua em vigor até hoje.

O que essa lei tem na sua ementa? Ela estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Possui, praticamente, as características de uma lei complementar. E está em vigor. Ora, se fôssemos uma ditadura, seria suprimida, não? Mas está em vigor.

No campo da administração pública, inclusive, fala-se que houve um condomínio de poder entre os militares e dirigentes de empresas estatais. É verdade que o governo pôs fim ao populismo inaugurado com o segundo Governo do Sr. Getúlio Vargas, mas a classe trabalhadora não mais foi utilizada como recurso de poder. Os sindicatos, apesar da prisão de muitos dos seus dirigentes, não foram materialmente destruídos. Não se procurou usar a massa em favor do governo. No campo cultural e, sobretudo no âmbito das universidades, quer federais quer estaduais, a ideologia dominante continua sendo a ideologia de esquerda. Lamento registrar, mas também recolhi de um historiador uma pesquisa de organização pública realizada entre 1972 e 1973 – Governo Emílio Garrastazu Médici. “Para os pobres a função político-partidária outorga a pobreza e, para os ricos, o crescimento industrial e as amenidades que o acompanham. Em conseqüência, independentemente de posição social, a participação política sai do último lugar na escala das prioridades da massa.”

Luta armada e Ato Institucional nº 5 (AI-5)
General temos uma outra sobre a luta armada, unindo basicamente três perguntas. Muito se comenta sobre a falta de canais de comunicação nos governos de presidentes militares, especialmente nos períodos do General Costa e Silva, e do General Emílio Garrastazu Médici, de maior intensificação da luta armada. Dizem que a falta de comunicação do governo com a oposição, mesmo com a oposição mais radical, determinou o surgimento da luta armada. Isso, já li e já ouvi. A luta armada seria fruto dessa falta de comunicação com a intelectualidade, com o meio estudantil e com os políticos mais radicais de oposição, nessa época.

Qual o seu comentário sobre esse raciocínio. A luta armada realmente aconteceu por falta de comunicação com o governo ou porque existiam outros objetivos por trás disso? Neste caso, para fazer face à luta armada, foi necessário o AI-5? A censura nos meios de comunicação aconteceu em função disso?

Comecemos pela publicidade. O Presidente Castello Branco, por exemplo, recomendava ao seu secretário de imprensa, José Wamberto, e a alguém que cuidasse da parte de relações públicas, que deixassem os fatos acontecerem e eles se explicariam por si mesmos. Então não houve, vamos dizer assim, um esforço no sentido de manter a opinião pública mais bem informada.

O Sr. Roberto Campos, inclusive, defendia uma tese com a qual não concordo: "no Brasil não há opinião pública, há opinião publicada".

O Presidente Castello Branco esperava que os fatos se tornassem conhecidos de todos, sem que houvesse necessidade de investir na publicidade. Não parecia ser uma atitude correta. Mas vamos chegar a 1968. Como diz o Sr. Zuenir Ventura: "o ano que não terminou". Na verdade, 1968 foi um ano diferente no mundo inteiro, as mobilizações de jovens ganharam ímpeto em vários países, inclusive nos Estados Unidos, embalados pelo sonho de um mundo novo. Lá a motivação foi a campanha pelo fim da Guerra do Vietnã.

Uma guerra não declarada, mas que cada vez mais se tornava onerosa, sob todos os ângulos, para os Estados Unidos. Na França, os jovens se levantaram no sentido de uma reforma no sistema educativo. E a questão adquiriu tal amplitude que chegou a ameaçar o Governo do Presidente Charles De Gaulle. No campo feminino, buscava-se a liberação sexual e a afirmação da mulher.

As tradicionais formas políticas de governo eram vistas como antiquadas e os jovens reivindicavam ser necessário "colocar a imaginação no poder". Essa ânsia de transformações resultou, no Brasil, em ampla mobilização social. Seu catalisador foi a morte do estudante secundarista Edson Luiz, supostamente, pela Polícia Militar, no Rio de Janeiro, durante um protesto contra a qualidade dos alimentos que

eram servidos no restaurante do Calabouço. As manifestações cresceram com o aumento da ação policial e receberam a adesão de membros da igreja e da imprensa. Em junho de 1968, realizaram a famosa "passeata dos 100 mil", no Rio de Janeiro.

Simultaneamente, na área operária, ocorreram duas greves muito sérias e revestidas de muita agressividade. A primeira, em Contagem, na região de Belo Horizonte, onde 15 mil trabalhadores da Siderurgia Belgo Mineira pararam. Terminou em dez dias, mediante acordo. Mas em Osasco, no mês seguinte, em julho de 1968, trabalhadores e estudantes ocuparam a COBRASMA. Houve intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, pelo Ministério do Trabalho; a polícia desocupou a COBRASMA com violência. Os dirigentes do sindicato optaram pela clandestinidade. A greve de Osasco foi dirigida por líderes de esquerda, para os quais o fim do regime militar "dependia diretamente da luta armada". Então, independente de qualquer publicidade, era ponto inquestionável que só a luta armada conduziria ao Poder.

Eles estavam influenciados pela revolução cubana e pelas guerrilhas surgidas na América Latina, em particular na Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela. Um pensador francês, Régis Debray, esteve na Bolívia pouco depois do episódio que resultou na morte do Sr. Che Guevara.

Escreveu um livro, "Revolução na Revolução", publicada em 1967. Debray defendia a tese de que o êxito de um movimento socialista revolucionário estava inteiramente ligado à existência de um grupo armado instalado num ponto do país. Era o que ele denominava o "foco", a partir do qual promoviam ações capazes de alcançar o apoio das classes menos favorecidas.

Um dos líderes a que nós nos referimos, ainda há pouco, e que inclusive participava das greves, esteve no Uruguai, conversou com o Sr. Leonel Brizola, que, na ocasião, antecipou corretamente, e disse: "Não acreditem na colocação do Sr. Régis Debray, essa questão do foco não se aplica ao Brasil." Poderia aplicar-se a Cuba, que é uma área menor.

Não sei o pensamento dele porque não externou, mas externo o meu e acredito que ele tenha raciocinado em termos semelhantes. Primeiro, o Brasil é um País que não desenvolveu de forma agressiva nenhum tipo de discriminação. E segundo, não era dominado, Cuba tinha um tipo de dominação. O Presidente que lá estava era *fac-totum* do governo americano.

O segundo aspecto é o problema das etnias, nós não temos essas diferenças capazes de provocar conflitos internos de vulto.

E terceiro, que é importante, nenhuma guerrilha sobrevive sem o apoio da população. Quando nos idos de 1966/1967, cerca de setenta pessoas se reuniram na região do Araguaia, na verdade não estavam desejosos de promover uma guerrilha

naquela área. O objetivo deles era criar uma área liberada e com isso poderia receber o apoio e estimular um movimento de guerrilha urbana em São Paulo. Tanto é verdade que observamos o apoio externo que vinha da União Soviética e de outros países.

A União Soviética não tanto, porque o Partido Comunista Brasileiro colocava-se contra o uso da força, e sim o PCdoB da linha maoista–fidelista. Mas faço um pequeno parêntese, para abordar essa questão da violência. Como era encarada, para que nós possamos depois ajuizar sobre as coisas acontecidas aqui. Por exemplo, na França existiu um senhor chamado Frantz Fanon. Era um cidadão nascido na Martinica, mas foi criado e educado na França. Formou-se em medicina pediátrica, casou-se com uma mulher branca, ele era negro, e participou das forças sob as ordens do Presidente De Gaulle, na libertação da França. Mas com vocação revolucionária, percebeu que um grande ponto de aplicação do esforço daqueles que desejavam a vitória pela revolução estava na Argélia. Foi para a Argélia, escreveu um livro muito interessante ao qual deu o nome "Os Condenados da Terra." Na obra, assinala: "A violência libera o nativo de seu complexo de inferioridade, do seu desespero e da sua inação. Ela o faz se sentir sem medo e aumenta o auto-respeito". Esse livro foi escrito durante a Revolução da Argélia, mais ou menos, em 1953. No Brasil, vamos encontrar o Sr. Carlos Marighela...

Mas esse conceito General, pode ser até aplicado hoje...

Estou citando porque, esse conceito é permanente, tem validade, como citar o Carlos Marighela também tem validade, são muito importantes; embora escritos em épocas diferentes, têm validade.

Carlos Marighela escreveu o "minimanual de guerrilha urbana". Esse minimanual foi traduzido, acredito, em 22 idiomas. Penso que, no mundo, poucos manuais de guerrilha tiveram a aceitação que teve esse livro do Carlos Marighela. Ele diz, na essência do seu trabalho: "a necessidade imperiosa de revelar a essência reacionária contra o Estado burguês, por meio da provocação intensiva".

Marighela parte de uma iniciativa. Provocar intensamente o Estado burguês para que este reaja. E prossegue. "A missão do guerrilheiro é violar abertamente a lei, desafiando e ultrapassando as instituições e ordens públicas." E ainda: "Eu entendo que o Estado, agindo pela polícia e pelos tribunais, fica fácil fazer uma denúncia, e essa denúncia, normalmente, acusa a polícia e os tribunais de estarem atuando com crueldade e exercendo uma ditadura repressiva." Verifica-se o seguinte: quando um revolucionário, como ele, se aventura numa revolução socialista, parte da premissa de que é preciso provocar o Estado para que o Estado reaja com violência e, a partir daí, consiga a adesão de um maior número de adeptos.

O Sr. Herbert de Souza, o famoso Betinho que realizou um trabalho humanitário em determinado momento, chegou a dizer aos seus pares que fizera uma reflexão

sobre os dias de maoismo, afirmando, textualmente, o seguinte: "haviam chegado à mais extrema loucura política, atingidos pela esquizofrenia. Éramos incapazes de ver a realidade". O que se verifica é que Frantz Fanon e Carlos Marighela deixam claro o seguinte: quem se empenha no movimento socialista revolucionário deve agir ofensivamente, provocar a violência, para que possa, depois, acusar o governo estabelecido de violento e autoritário.

Tem que ser provocante.

Com as autoridades constituídas e os próprios tribunais, insistindo que está sendo vítima da violência. Volto a dizer o seguinte, o PCB era contra a luta armada, quem era favorável era o PC do B; o movimento dos guerrilheiros do Araguaia era apoiado pelo PC do B.

Carlos Marighela, além do minimanual, criou um movimento que ficou conhecido como Aliança Libertadora Nacional (ALN). É interessante chamar a atenção, porque o Partido Comunista tinha a Aliança Nacional Libertadora, e ele criou a Aliança Libertadora Nacional. A Ação Popular (AP) já fizera a sua opção contra a Revolução de 1964. Outros grupos foram surgindo, entre eles VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), COLINA, (Comando de Libertação Nacional) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que, incrível como pareça, tornou-se, depois, um instrumento de um dos maiores líderes conservadores de São Paulo, o Sr. Orestes Quércia.

Esses grupos realizaram várias ações violentas, dentre elas uma bomba no consulado americano, em São Paulo; realizavam o que chamavam de expropriações ou seja, assaltos a bancos, a instituições financeiras, para conseguir fundos e a ALN de Carlos Marighela, inclusive, assaltou um trem pagador da Santos–Jundiaí.

Isso estava ocorrendo, mais ou menos, nas proximidades de setembro de 1968, quando o Sr. Marcio Moreira Alves, em discurso na Câmara dos Deputados, às vésperas do 7 de setembro, conclamou a população a não participar das festividades. Propunha às mulheres que não namorassem militar ligado à repressão. A opinião pública não se mostrou sensível ao discurso do Sr. Marcio Moreira Alves e os comentários era de que poucos tinham tomado conhecimento dele. Mas, na verdade, os ministros militares, principalmente o Ministro do Exército, não pensaram assim; condenaram o discurso ofensivo às Forças Armadas e mandaram exposição de motivos ao Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva, por intermédio do qual requeriam, ao Supremo Tribunal Federal, a abertura de um processo contra o deputado.

Ainda há um episódio que me parece pouco divulgado. Na verdade, há que se perguntar o seguinte: estava em vigor na época a Constituição de 1967, uma constituição preparada no Governo Castello Branco. E estabelecia que o processo para

punição do deputado dependia de uma licença do Congresso. O que é que se observou? O Congresso depois de uma série de demarches, considerou que o pleito dos ministros militares não era viável porque iria frontalmente contra a Constituição, ou seja, o deputado era livre para manifestar-se, sobretudo, se estava se manifestando através da tribuna.

E aqui é interessante mostrar uma troca de correspondência entre o Senador Daniel Krieger, líder da Arena no Senado e presidente do partido, que escreveu uma carta ao Presidente Costa e Silva, nos seguintes termos; vou citar só o trecho mais expressivo. "(...)O deputado é, nos termos do Artigo 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos." Estou me referindo à Constituição de 1967. "A inviolabilidade exclui o caráter delituoso da ação que foi praticada na tribuna. Em face do texto claro da Constituição e do indiscutível conceito de inviolabilidade não pode, portanto, o deputado ser responsabilizado por discurso proferido na tribuna da Câmara, votos e pareceres."

E prossegue o Sr. Daniel Krieger: "Na outra hipótese, artigos de jornais por exemplo, não beneficiam o autor da inviolabilidade, mas esta fica resguardada pela imunidade." Você vê que são dois conceitos a inviolabilidade na tribuna e fora da tribuna, a imunidade de que o parlamentar goza. O processo, de qualquer forma, depende da licença da Câmara. E a Câmara por cerca de 216 votos contra 141 negou a licença. O Presidente Costa e Silva se queixou muito porque nesses 216 votos, cem, praticamente, foram da Arena ou seja do partido do Governo: 24 não compareceram e 76 votaram contra.

Naquela época existiam sempre essas defecções. Então, o Sr. Daniel Krieger levou em conta que a tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto determinaram a convicção da negação da licença. Criada a situação, dela decorreu uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do País.

O Presidente Costa e Silva, como bom gaúcho, era muito amigo do Daniel Krieger; eu até estranho que tenha havido essa troca de correspondência.

Acredito que cada um resolveu deixar o registro do seu pensamento para a história. O Presidente Costa e Silva respondeu à carta dias depois. E disse o seguinte: "não sou advogado, como o prezado amigo, mas me sinto em condições de comparar os termos da nova Constituição. Vi, desde logo, que o seu ponto de vista se apóia, exclusivamente, no que dispõe o Artigo 34, em virtude do qual os deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. E não obstante, que entendo o seu critério, entendo, não tem caráter absoluto. A verdade é que, na própria Câmara, conheço deputados que encaram a questão sob outro ângulo. Enten-

do que vai ser muito difícil entramos num acordo. A carta, praticamente, foi escrita poucos dias antes do AI-5.

Mas ele anteviu que não haveria acordo, não?

Não, não haveria acordo. O Presidente Costa e Silva entendeu que o texto do Artigo 151 e seu Parágrafo Único definiam a responsabilidade do parlamentar que, abusando do exercício de certos direitos individuais e dos direitos políticos, "atenta contra a ordem democrática". É a defesa do Estado, da liberdade, do regime que não pode encontrar exceções privilegiadas. Se assim fosse, estaríamos admitindo um delito maior do que o perpetrado pelo eventual infrator. Sob o aspecto jurídico, Costa e Silva entendia que o encaminhamento do pedido de licença à Câmara, foi correto.

Contou com a certeza de votos de partidários do governo. Entretanto, o que verificamos é o seguinte: negada a licença, no dia 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número cinco com as seguintes conseqüências: fechou o Congresso e as Assembléias. Segundo o Professor Boris Fausto, o AI-5 foi um "instrumento de uma revolução dentro da revolução ou se quiser de uma contra-revolução dentro da contra-revolução". Com ele, reabriram-se as cassações de mandato, suspensão de direitos políticos, aposentadoria compulsória de funcionários, dentre eles muitos professores. Veio a censura dos meios de comunicação e a garantia de hábeas corpus negada aos crimes contra a Segurança Nacional, a ordem econômico-social e a economia popular. A partir de 1969, a luta armada recrudesceu. O que lamentamos é que houve uma conjunção de fatores, mas de qualquer forma, me parece há pensadores, como há companheiros nossos que entendem que o Presidente Costa e Silva ou renunciava ou editava o ato. Eram as duas alternativas que lhe restavam nesse difícil momento.

Atendendo aos reclamos dos ministros militares, reuniu o Conselho de Segurança Nacional e à exceção do voto do Vice-Presidente Pedro Aleixo, veio o Ato Institucional número cinco.

E o interessante, General, é que vi outro dia na televisão, aliás na TV Globo, na Globo News, um depoimento sobre o AI-5 de um dos participantes, no qual aparece o Delfim Neto dizendo que votou a favor do AI-5 porque ele queria meios de ter liberdade para promover as reformas econômicas necessárias. Deu até a justificativa, assim promover a reforma no campo econômico e financeiro.

Inclusive eram punidos os crimes contra a Segurança Nacional, contra a ordem econômico-social e a economia popular, isto é texto claro no Ato Institucional. Isso beneficiou muito a área da economia e deu a possibilidade de construção do "milagre econômico" que permitiu ao País crescer à razão de 11%, durante vários anos.

Proporcionou condições de fazer as reformas. Quer dizer que seria difícil responder se o AI-5 era necessário ou não? Ficou um nó?

O que me parece é que faltou assessoria ao Presidente Costa e Silva que procurou atender aos reclamos dos seus ministros militares. Mas a Constituição era muito clara, não havia como punir o deputado.

Realmente o deputado provocou, ele queria provocar.

Ele sabia o ato que estava praticando e sabia o direito que lhe era assegurado. Agora, foi um remédio amargo sem dúvida nenhuma e com dois inconvenientes. O primeiro: no pensamento do Presidente Costa e Silva, o AI-5 só deveria durar até o 7 de setembro de 1969. Por isso havia solicitado ao Vice-Presidente Pedro Aleixo uma Emenda à Constituição e, feita a emenda, cuidaria da reabertura do Congresso. Acontece que nos idos de agosto, por aí, o Presidente adoeceu, e a Junta Militar assumiu, mudando a situação.

A luta armada continuou e recrudesceu. E a Emenda nº 1 à Constituição de 1967 praticamente prevaleceu sobre a Constituição de 1967[1]. Essa Emenda foi solicitada pelo então Ministro do Exército, Lyra Tavares, ao seu cunhado, o Ministro Leitão de Abreu que redigiu a Emenda nº 1 à Constituição de 1967.

Foi o período mais difícil, já com vigência do AI-5, de 1968. A Revolução ficou com a imagem comprometida, vamos dizer assim.

Vale lembrar que o Presidente Médici não puniu sequer um parlamentar. Durante todo o seu governo, valeu-se do AI-5 para praticar vários atos, sobretudo na área econômico-financeira, mas na área política teve o cuidado de não punir um parlamentar.

Pela Lei de Segurança Nacional, o enquadramento e julgamento dos que a infringissem era feito pela justiça militar. Essa Lei teve a ver com o AI-5, vigorou no mesmo período, o senhor se lembra disso?

Já existia, foi modificada em 1978, e aconteceu o seguinte: no quadro da reforma penal, o Ministério da Justiça contou com a colaboração da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para um projeto de nova Lei de Segurança Nacional. Importante medida no contexto da abertura democrática do governo; transformado em lei, o diploma reduziu de 40 para 22 o número de normas incriminadoras, excluindo-se dele alguns delitos já previstos na lei de imprensa e no Código Penal.

A lei que vigia na época em que o Ato Institucional foi baixado era uma; a que o Figueiredo deixou foi outra, na qual excluiu aqueles crimes que já estavam previstos na lei de imprensa e no Código Penal.

Mas vê-se, afinal, que a luta armada não teve a origem na falta de comunicação, na falta de entendimento entre partes. Pelo que o senhor descreveu, ao baixar

---

[1] A Emenda nº 1 à Constituição de 1967, redigida pelo Ministro Leitão de Abreu, ficou conhecida como a Constituição de 1969. Foi no período da Junta Militar.

um ato institucional para permitir que o deputado fosse processado, foram acrescentados outros artigos e dispositivos autoritários, inclusive como disse o Deputado Delfim Neto, na área econômico-financeira...

Para poder dar mais agilidade e força, abrangendo um universo maior de ações governamentais, que adquiriu maior grau de autonomia.

O discurso, segundo alguns historiadores, foi o pretexto.

Não acredito. Infelizmente foi um remédio amargo, pois não seria o discurso do Deputado Marcio Moreira Alves que iria obrigar o Presidente a renunciar, e se os pensadores entendem que ou o Presidente Costa e Silva renunciava ou baixava um ato forte, ele fez a opção por um ato forte. Agora, volto a dizer que o inconveniente é que, agravando tudo, veio a doença do Presidente Costa e Silva, porque se dependesse dele o ato teria sido encerrado no período de um ano, no máximo.

O AI-5 foi sem dúvida, um momento de exceção no período revolucionário.

Assim se caracterizou, porque, até então, o movimento procurava colocar o País em ordem, sem medidas de exceção.

O Presidente Castello Branco, inclusive, já em 1966, preparou a Constituição que foi votada em janeiro de 1967, pois queria deixar um arcabouço jurídico que evitasse o uso de instrumentos de exceção.

General, ouvi e li repetidas vezes que a Revolução de 1964 representa o encerramento de uma fase que começou com o tenentismo, de 1922. O senhor que viveu bastante essa história, concorda com esse relacionamento entre o tenentismo e a Revolução?

Realmente as figuras proeminentes do tenentismo sobreviveram após 1930. Eduardo Gomes, Juarez Távora, entre outros, vieram até 1964.

De qualquer maneira, pela presença das mesmas figuras de proa do tenentismo, procurei antecedentes um pouco mais próximos, e, portanto, se tivesse que antecipar, iria para 1930 não para 1922. 1930 foi início de uma década na qual o Brasil passou por uma série de profundas transformações; ninguém pode negar que o Sr. Getúlio Vargas teve uma participação muito expressiva nessa transformação do Brasil rural para um País mais industrializado e mais consciente da sua importância no concerto das demais nações.

Dessa forma estabelece uma fase que vai de 1930 até, talvez ...

Eu fracionaria em duas fases: de 1930 a 1945 e de 1945 a 1964.

Agora General, há algumas curiosidades que nos levam a fugir um pouco do aspecto desenvolvimentista que o senhor abordou muito bem, para voltar à parte política. Qual a sua avaliação a respeito da abertura política que começou desde o Governo Geisel,

da lei da anistia e participação dos ex-asilados e anistiados no cenário brasileiro, desde a anistia até agora.

O Presidente Geisel, ao assumir a Presidência da República em substituição ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, veio com um propósito que considerou inarredável. Promover a abertura política do processo revolucionário. No setor econômico já ocorrera, em que pese o Estado, sobretudo no Governo Geisel, ter tido uma presença muito marcante no desenvolvimento do País. Na verdade, ele assegurou todas as condições para que a iniciativa privada pudesse realizar os seus planos e seus programas.

Com o passar dos anos verifica-se que as dificuldades levava o Presidente Geisel, periodicamente, a bloquear o processo de abertura política, mas, sanado o incidente ele o retomava, com a mesma ênfase.

Reduzia a marcha do processo, aliviava a força do seu projeto de governo, mas jamais perdia de vista o rumo que havia se traçado inicialmente. Com o fim do Governo do Presidente Geisel, e com o fim dos atos de exceção, o Governo do Presidente Figueiredo, dos cinco presidentes, foi aquele que governou inteiramente dentro dos ditames da Constituição, sem nenhuma regra de exceção. E ele o Presidente Figueiredo se lembrava dos tempos em que o pai esteve exilado na Argentina.

Diz ele que se contasse os dias de reclusão do pai no Brasil, chegaria a um total de cinco anos. E quando o pai era preso pela polícia do Sr. Getúlio Vargas, chefiada pelo Sr. Felinto Muller, invadiam a residência da família, de madrugada; o pai era detido e ficavam sem saber o seu destino, a fortaleza para onde teria sido levado.

O pai dele era militar?

O pai dele chegou a general na Reserva. E o Coronel Euclydes Figueiredo, com a reabertura do Congresso em 1946, candidatou-se e foi eleito deputado federal pela UDN. Conseguiu uma tribuna para pregar as suas teses e foi sempre um intransigente defensor do processo de abertura. O Presidente Figueiredo guardava essas lembranças que tomou como uma espécie de compromisso dele para com a memória do pai, e para o povo brasileiro, também.

Tanto que o primeiro projeto-de-lei que ele encaminhou como Presidente com dimensão política foi o projeto de anistia. E ele partia da premissa de que o "lugar de brasileiro é no Brasil". Um projeto que foi considerado mais amplo do que aquele defendido pela oposição.

Mais amplo?

O Presidente, no seu período de governo, encaminhou a mensagem nº 103/79, submetendo ao Congresso Nacional um projeto de reforma partidária. Estabelecia as condições legais indispensáveis à fundação, organização e funcionamento das insti-

tuições partidárias, de modo a suscitar a participação autêntica e democrática, da manifestação livre da comunidade nacional.

A lei da anistia foi regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. O projeto de anistia aos políticos punidos com base nos atos revolucionários, manteve a tradição brasileira ao evitar o prolongamento de processos traumatizante para a sociedade. Ao mesmo tempo, protegia os interesses da sociedade, ao excluir os benefícios dos condenados pela justiça militar em razão de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Quando o Presidente Sarney assumiu em 1985, complementou o projeto. Mas volto a dizer o projeto de anistia sancionado pelo Presidente Figueiredo foi muito mais amplo.

Ao amparo das disposições da lei de anistia, que se revelou ampla, geral e irrestrita, foi possível solucionar os casos de readmissão ou aposentadoria de servidores públicos alcançados pelos diplomas excepcionais. Por outro lado, a amplitude daquelas disposições teve como resultado a inexistência de presos políticos no país. É inverídica a tese de que alguém ficou dez anos preso. Todos foram liberados antes com a lei da anistia.

Ainda em 1979, o Presidente Figueiredo revigorou a existência de três conselhos indispensáveis ao convívio democrático: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho de Administração de Defesa Econômica e o Conselho Superior de Censura cuja criação remonta a 1961. Figueiredo disciplinou e deixou isso na mão dos órgãos aos quais eles estavam subordinados. Em 1980, pela Emenda Constitucional nº 15, restaurou na vida política nacional a tradição republicana do voto direto, secreto, nas eleições para governador de Estado e extinguiu a figura do senador eleito por via indireta.

No conjunto das proposições encaminhadas ao Congresso Nacional, conhecido sob a denominação de reforma eleitoral, cabe citar a que alterava o elenco de inelegibilidades: reduziu para um ano a exigência de domicílio eleitoral e tornou elegíveis os punidos pelos atos institucionais, assim como os estudantes e professores atingidos pelo Decreto-Lei nº 477. Esta reforma eleitoral se transformou em lei em janeiro de 1982.

Aqui vem um dado importante e que na época nos era muito questionada, sobretudo pela Igreja. Você deve lembrar-se de que tínhamos, naquela época, muitos padres de origem estrangeira. Embora a política imigratória atendesse às necessidades do desenvolvimento nacional, fazia-se necessário levar em conta a situação de milhares de estrangeiros de longa data radicados no país. Amplo consenso entre o governo, os partidos de oposição e a Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil deu origem a um novo projeto, que logo depois se transformou em lei. Assim se adotaram providências destinadas ao registro do estrangeiro em situação irregular, suspendeu-se a deportação e promoveu-se a regularização desse pessoal.

Depois, vêm às questões da Justiça propriamente ditas, o Código Penal, mas de qualquer forma se verifica que o Presidente Figueiredo abriu um leque de realizações. Basta dizer que só a lei de anistia liberou, de qualquer sanção, 2.200 pessoas. Aos exilados, quando voltaram ao Brasil, nenhuma exigência foi feita. Mesmo aqueles oposicionistas considerados mais influentes, como o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Miguel Arraes, se candidataram aos cargos que quiseram.

Eu me lembro de que o Sr. Leonel Brizola se candidatou ao cargo de governador do Rio de Janeiro e foi eleito, em 1982. Diziam que havia sido eleito para não assumir. Ele assumiu normalmente. Aí seguiu-se outro comentário: ele foi eleito, assumiu, mas no 7 de setembro, se houver desfile militar, os militares não farão continência à autoridade do governador. Na realidade tudo foi feito de maneira normal.

Em síntese: a participação dos ex-exilados e anistiados não sofreu nenhuma restrição e se manifestaram da forma a mais aberta e natural possível.

Todas às vezes que o Presidente chegava ao Rio, o Governador Brizola ia recebê-lo na Base Aérea do Galeão. O convívio entre ambos foi muito respeitoso e fraterno.

Aquela notícia publicada em *O Globo*, que queriam prorrogar por dois anos o mandato do Presidente Figueiredo – ele era inteiramente contra – na verdade, era uma das teses que o Sr. Brizola endossava.

Verifica-se, assim, que o Presidente Figueiredo consolidou o processo de "abertura" iniciado pelo Presidente Geisel.

O senhor julga que o ciclo revolucionário perdurou por muito tempo na direção do País, evidentemente, no campo político. Já no campo do crescimento econômico, o Brasil precisa ter uma conduta desenvolvimentista que perdure. Esta é uma questão sobre que sempre me perguntam, volta e meia...

Olha os próprios presidentes reconheciam isso. Tanto é verdade que o Presidente Castello, ao ser empossado no cargo de Presidente da República, no seu discurso proferido no Congresso Nacional, disse que transmitiria o cargo ao seu sucessor no dia 31 de janeiro de 1966.

Era o período normal de mandato do Presidente que foi afastado do Poder, o Sr. João Goulart. Então Castello se reservava o direito de apenas completar o período do governo que havia sido afastado. O mandato do Presidente foi prorrogado por mais um ano. Creio que o período revolucionário não precisaria ter sido longo. Infelizmente

companheiros nossos entenderam que a Revolução deveria prosseguir até que se atingisse uma situação ideal.

Serviu também à oposição radical, coerentemente com o "minimanual de guerrilha urbana", de Marighela, no sentido da necessidade de provocar o governo para que agisse com violência, aumentando a gravidade dos acontecimentos, fazendo que parte do povo apoiasse o movimento subversivo. Ainda que se considere não ser motivo suficiente para alongar a Revolução, no tempo, eles tiveram uma participação considerável na duração do processo revolucionário.

Quer dizer que não interessaria uma "abertura" e volta à normalidade. Preferível a reação governamental por métodos violentos.

Quanto à hipótese de que o limite longo dos governos revolucionários fosse balizado pelo sucesso do "milagre econômico", deve ser considerado que boa parte do "milagre econômico" dependeu das disposições do Ato Institucional nº 5. A equipe econômica do Governo Presidente Costa e Silva inseriu no corpo do AI-5 uma série de medidas, algumas até draconianas, no sentido de assegurar o desenvolvimento da economia do país, sem maiores obstáculos. Isto posto, um instrumento de exceção foi útil à parte econômica. Tomamos conhecimento de uma pesquisa na qual realizaram uma consulta a trabalhadores, na área urbana. Chegaram à conclusão de que, entre um governo eleito, sem realizações, e um governo não eleito pelo povo, mas que assegurasse o seu bem-estar e progresso, prefeririam o governo não eleito. Eu até disse que lastimava esta constatação, mas é uma verdade que não podemos deixar de registrar. E a outra é a seguinte: o fim do Governo Médici foi o período mais desfavorável, sob o ponto de vista político, pois a luta armada estava no auge. Não seria conveniente romper o processo sem a garantia de um período de tranqüilidade, pois interrompido, abruptamente, após a luta armada, aqueles que nos sucedessem, dificilmente deixariam de aproveitar a oportunidade para vinditas.

De qualquer forma, muitos militares acreditaram na oportunidade do momento, não só pelo êxito do crescimento econômico, como também pela popularidade do Presidente Médici. Mas, no campo político, foi um período muito difícil.

General, existe outro episódio no Governo Figueiredo relacionado à sucessão. O Presidente estava determinado a entregar o cargo a um civil, no final de seu mandato, em pleito realizado pelo Congresso. O episódio diz respeito ao movimento das "diretas já" que surgiu ali no início dos anos 1980, pouco após a anistia.

O movimento das "diretas já" tomou um impulso maior no início de 1983. Em 2 de março de 1983, o Deputado Federal Dante de Oliveira apresentou emenda à

Constituição Federal, em termos muitos simples. Estabelecia eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República por sufrágio universal direto e voto secreto, nada mais. Diz ele, em uma entrevista na revista comemorativa dos vinte anos das "diretas já", do Instituto Teotônio Vilela, que fez isso por ser um deputado jovem, dificilmente teria condições de apresentar a emenda em outra oportunidade. Então, na reabertura dos trabalhos do Congresso, aproveitou e apresentou essa emenda, que teve a colaboração do pai na preparação. Os líderes dos partidos oposicionistas, em particular o PMDB, PT, PTB, nem tanto o PDT, começaram a fazer uma série de comícios. Só no ano de 1984, até o dia em que a emenda Dante de Oliveira foi votada e rejeitada pelo Congresso, em 25 de abril de 1984, realizaram trinta comícios, sendo maior o segundo, de São Paulo, em 16 de abril de 1984. A tônica dos comícios estava na idéia de que só a eleição direta significava democracia. Quando nós sabemos que é uma das condições, mas não a necessária e suficiente.

Existe a democracia, sem as eleições diretas, em vários países.

Em 6 de dezembro de 1983, fui fazer uma palestra na Associação Comercial de Minas, em Belo Horizonte e, ao chegar à Base Aérea de Belo Horizonte, lá estava à minha espera o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Encontrava-se ali por dois motivos. Primeiro, porque éramos amigos; comecei a minha vida militar quando o Sr. Tancredo Neves madrugava para o cenário nacional, no campo político, em 1947. Nesse ano, morei em São João Del Rei, quando comecei a minha vida militar, servindo no Regimento Tiradentes, então 11º RI.

Ao longo dos anos, mantivemos um relacionamento cordial, respeitoso mesmo, com o Sr. Tancredo Neves e sua família, inclusive D. Risoleta. Pois bem, ele estava no aeroporto, não só me esperando por eu ser Ministro de Estado, mas também porque tinha interesse num órgão de informática da Philco que ficava em Contagem e que estava para ser alienado. A preocupação dele é que, pela segunda vez, Minas deixava de ter uma instalação de informática no seu território. A primeira, foi anos antes com a Transit Semicondutores, em Montes Claros e agora corria o risco de perder a segunda. Então me disse, em texto claro: "Venturini não posso deixar de assegurar ao Estado de Minas Gerais a permanência desse órgão."

Combinamos o seguinte: "Governador, vou convocar, a Belo Horizonte, um dos meus auxiliares da Secretaria Especial de Informática; ele vai discutir com os seus secretários, e não tenho dúvida de que vamos encontrar uma saída, na forma como o senhor deseja. Chamei a Belo Horizonte, eu não estava lá, o Coronel Edson Dytz, meu auxiliar, que foi no dia seguinte, com a minha diretriz, e o órgão permaneceu em Minas Gerais, conforme o desejo do Sr. Tancredo Neves, só que foi comprado por um grupo de São Paulo, Machline, dono da Sharp.

Tancredo me acompanhou na palestra na Associação Comercial e depois acertamos que eu e minha esposa iríamos jantar com ele na sua residência oficial, Palácio das Mangabeiras. Depois do jantar ele pediu licença e fomos para o seu escritório conversar sobre o assunto "diretas já".

Foram quase duas horas de conversa. Chegamos a duas conclusões que eu reputo importantes. Tancredo possuía extraordinária visão política, um homem capaz de negociar até à exaustão, e esclarecido conhecedor da realidade nacional. De forma que a primeira conclusão a que chegamos foi que apesar do esforço que estava sendo realizado, o projeto de emenda constitucional do Sr. Dante de Oliveira não passaria no Congresso. Quanto a isso o Presidente Figueiredo não deveria preocupar-se além do necessário. O segundo ponto é o seguinte: o Congresso é uma casa de negociação, de discussão, e a política não gosta do vazio. Seria necessário que o Presidente Figueiredo acenasse no sentido das eleições diretas.

Naquele momento?

Não naquele momento.

Mas seria um ganho para ele, no conceito do Tancredo Neves.

Sem dúvida. Era importante desanuviar o ambiente, através de um horizonte capaz de ser compreendido não só pelos políticos, mas, sobretudo, pela opinião pública brasileira. Quando voltamos a Brasília, no dia seguinte, na reunião das nove horas com o Presidente, depois de conversar com os meus colegas que sentavam à mesa com o General Figueiredo, narrei a conversa com o Sr. Tancredo Neves. Inicialmente, houve uma certa incredulidade e eu disse: "Olha Presidente, conheço o Sr. Tancredo Neves de muitos anos, e ele, pelo menos nas outras oportunidades em que conversamos, manteve a mesma postura, e o que ele me disse aconteceu. Por que iria ele dizer-me, por exemplo, que o senhor poderia ficar despreocupado, que a emenda Dante de Oliveira não teria sucesso no Congresso? Tenho a impressão de que ele quis mostrar que o senhor tinha um espaço disponível e que deveria aproveitá-lo."

O Presidente terminou aceitando a sugestão e me disse: "Já tenho recebido de políticos, inclusive nosso líder na Câmara, o Deputado Nelson Marchezan, sugestões nesse sentido. Nomeou uma comissão constituída pelo Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil, pelo Professor Miguel Reale e pelo Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Xavier de Albuquerque.

Em março de 1984 terminaram o trabalho e apresentaram o projeto de Emenda à Constituição, conforme a tese por mim apresentada, na reunião das nove horas. Dizia o Ministro Leitão: "Já tive oportunidade de manifestar a minha opinião no sentido de que, no tabuleiro político, está faltando peça importante, qual seja, um esboço de projeto de Emenda à Constituição. Um projeto dessa natureza parece-me

útil à preparação, por Vossa Excelência, sobre as diretrizes a serem fixadas para a reforma constitucional que, nesta circunstância, faz-se imprescindível. É preciso combater o imobilismo que resulte da redução de debate político ao confronto entre sim e não, na questão das eleições diretas ou indiretas para a escolha do Chefe de Estado."

Na sua diretriz, o Presidente Figueiredo observou que o Brasil, naquele momento, vivia uma situação de grande dificuldade e não seria a mudança do processo eleitoral que a atenuaria. Nossos graves problemas, nas áreas econômica e social, exigiam muita dedicação. O período de dificuldades que o Brasil vivia, naquela época, decorria da crise de liquidez internacional e, ao mesmo tempo, da segunda grande crise do petróleo.

Basta dizer o seguinte: a *Prime Rate* norte-americana passou de uma média anual de 7,8% em 1977 para 15,05% em 1980, atingindo a 18,7% em 1981. Neste período, assumiu o Presidente Reagan que, certo dia, telefonou para o Presidente Figueiredo e pediu, a compreensão do nosso Presidente, pois os Estados Unidos, para que fosse mantida a saúde da sua economia, precisariam aumentar, ainda mais, os juros da dívida, que chegaram a 21%.

A Libor, principal taxa de juros do mercado financeiro internacional, passou de 7,6% em 1977 para 13,04% em 1980 e 16,07% em 1981. O barril de petróleo passou de 12 dólares, em 1978, para 30 dólares, em meados de 1980. Houve curtos períodos em que chegou a 34 dólares. De forma que esses dois complicadores levaram o General Figueiredo a decidir:

"Se aceitarmos pura e simplesmente restabelecer já as eleições diretas, não terei condições de recuperar o País para que possa enfrentar o debate político em situação mais tranqüila."

Assim, o Presidente estabeleceu o seguinte: "desejo que o meu sucessor seja eleito em pleito indireto no dia 15 de janeiro de 1985, mas que o sucessor do meu sucessor o seja por eleição direta, quatro ano depois". Estabeleceu mais o seguinte: "estou compelido a um governo de seis anos, acho muito". A Emenda Dante de Oliveira não mexeu no período de governo do sucessor do Presidente Figueiredo, seriam seis anos. Lembro que o Presidente Sarney lutou muito quando foi apresentada a Emenda à Constituição, para que não se reduzisse de muito o mandato dele, que deveria ser de seis anos e que ele concordou em reduzir para cinco.

Com a supressão da Emenda Dante de Oliveira, o espaço ficou em aberto e a Emenda do Presidente Figueiredo (Emenda à Constituição nº 11) sofreu uma campanha de desgaste patrocinada pelo Sr. Ulysses Guimarães que, sinceramente, não entendemos. Porque o Artigo 183 da Emenda dizia o seguinte: "O Presidente e o Vice-Presidente da República que sucederão aos atuais, com mandato de quatro

anos a partir de 15 de março de 1985, serão eleitos pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em seção pública e mediante votação nominal, em reunião a realizar-se na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro de 1985.

Mas, pelo Artigo 74, afirmava o seguinte: "O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, em todo o País, cento e vinte dias antes do término do período presidencial. A eleição do Presidente implicará a do candidato a Vice-Presidente, com ele registrado." Então, nas Disposições Finais ficou estabelecido que o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos por voto direto e secreto, mas nas Disposições Transitórias, Artigo 183, ficou determinado que o sucessor do Presidente Figueiredo seria eleito pelo Colégio Eleitoral.

O Sr. Ulysses insistiu num destaque ao Artigo 183, substituindo o Colégio Eleitoral por eleições "diretas já". O Presidente tentou sob todos os meios negociar com a oposição, mas esta entendia que o Governo não tinha condições de impor a sua vontade política, no que estavam muito enganados. E insistia nas "diretas já", ou seja, naquilo que comentamos: ou tudo ou nada. Não era esse o pensamento do Sr. Tancredo Neves. O pensamento do Sr. Tancredo Neves era que o Governo deveria propor alternativas àquelas que, até então, estavam propostas.

Acenava, inclusive, com as eleições futuras.

Exatamente. Entendo até que para o Governador Tancredo Neves o processo proposto pelo Presidente Figueiredo era mais vantajoso do ponto de vista das suas aspirações pessoais. Ele me disse, em texto claro: "Não vou, com a importância de Governador de Minas Gerais, para uma aventura. Só quero que o Presidente me reconheça o direito de participar dos comícios das 'diretas já', porque sou membro do PMDB e o Partido entendeu que assim deve ser feito. Lá estarei, mas no meu íntimo, aceito negociar e entendo que a proposta do Presidente Figueiredo, nesse sentido, é válida."

Anteriormente estivemos em Minas Gerais, em dezembro de 1983. Pois bem, em maio de 1984, na Exposição Nacional de Gado Zebu (Expozebu), em Uberaba, considerada a maior feira de gado zebu do mundo, o Governador Tancredo Neves recebeu o Presidente. Naturalmente, a conversa entre ambos fluiu para o terreno político. Tancredo mostrou-se disposto ao diálogo, tendo o Presidente Figueiredo se comprometido a indicar interlocutor para negociar, em seu nome.

Colaboramos neste trabalho. Inclusive, pouco depois, estivemos em Iraí de Minas, quando visitamos o projeto brasileiro-japonês de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e lá encontrei o Governador Tancredo Neves. Voltamos a conversar, ele

considerou válido o projeto de emenda constitucional que o Presidente havia apresentado, mas disse: "Não posso envolver-me num problema que não tenho condições de resolver. Cabe aos senhores encontrar a solução do problema. Entendo que o Presidente Figueiredo tem condições de chegar a um resultado aceitável."

Inclusive não me neguei a conversar com o Deputado Dante de Oliveira, na visita que me fez, em Palácio, no período em que a emenda dele estava sendo apreciada. Cuidamos de assuntos fundiários.

Nessa época, qual era a sua função General?

Era Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Já tinha saído da Casa Militar.

Já tinha saído da Casa Militar, desde 1982.

No dia 16 de abril de 1984, o Presidente enviou ao Congresso Nacional o projeto de Emenda à Constituição nº 11, no qual fazia uma série de considerações, e que destaco as seguintes:

"(...)É finalidade essencial da revisão constitucional ora proposta a fixação de princípios e diretrizes que possam definitivamente assegurar maior harmonia entre os três Poderes da República e pelo fortalecimento, do Legislativo e do Judiciário. (...)A reformulação do processo de aprovação de leis ordinárias por decurso de prazo obedece ao mesmo propósito de estabelecer justo equilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo." O Presidente Figueiredo abria mão de todas aquelas exceções criadas pelos atos institucionais, por sua livre e espontânea vontade.

"(...)Na mesma ordem de idéias, a nomeação do Procurador-Geral da República deixaria de ser da competência exclusiva do Presidente da República. Desse modo o Chefe do Ministério Público Nacional passaria a ser expressão de dois Poderes conjugados: Legislativo e Executivo."

"(...) No que se refere ao Poder Judiciário, além da apontada preservação de competência da Suprema Corte, considera-se necessário optar por novos caminhos tendentes ao tão reclamando desafogo dos serviços da Justiça. Nessa ordem de idéias, duas medidas complementares pareceram aconselháveis: a instituição de um Contencioso Administrativo, dotado de jurisdição especial; e o fortalecimento das decisões dos juízes arbitrais, sem prejuízo, porém, da contrastação pela Justiça comum.

"(...)Além dessas e outras medidas de caráter estrutural, julgou-se indispensável traçar algumas diretrizes essenciais de natureza político-social, a começar pela inserção no texto constitucional da salvaguarda dos valores da pessoa humana e de seus direitos fundamentais, princípio esse que constituiu o pressuposto ético básico da tradicional proclamação da igualdade de todos perante a lei. Torna-se dispensável

salientar as conseqüências que terá tal princípio não só na elaboração das leis civis e penais como em toda a aplicação da legislação vigente.

"(...)Também a alteração introduzida em um dos dispositivos do Artigo 8º tem alta finalidade político-social. Refiro-me à clara determinação de que à União caberá legislar sobre normas gerais de direito urbano, pondo termo a uma controvérsia que tem impedido seja resolvido um dos mais angustiantes problemas nacionais, que é o criado pela repentina formação de aglomerados urbanos, destituídos das mais elementares condições de vida condigna". Basta ver que a criação de municípios, até hoje, continua sendo apenas um desejo da política partidária, mas não da Política no seu sentido mais amplo.

"(...)A proposta de eleição direta para o futuro preserva os direitos do atual Colégio Eleitoral, cuja legitimidade não pode ser posta em dúvida à vista dos resultados da eleição de 1982." Nessa ocasião, a oposição venceu em toda linha.

No dia 16 de abril, o Presidente submeteu essa mensagem ao Congresso Nacional, e o Doutor Ulysses insistiu em colocar um destaque do artigo 183, pedindo eleições "diretas já", para o sucessor do Presidente Figueiredo.

Aconteceu que no dia 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada. Votaram "sim" 298, quando precisavam de 320 votos num total de 479. Nesses 298 votos favoráveis às "diretas já", 55 eram do partido do governo, o PDS.

O Presidente deixou o debate livre não fechou questão sobre sua emenda. A emenda proposta pelo Presidente Figueiredo não só escoimava da Constituição vigente uma série de disposições consideradas excepcionais como também buscava estabelecer realmente o equilíbrio entre os três Poderes. Mas em face da insistência do Doutor Ulysses Guimarães e de seus colaboradores nas "diretas já", o Presidente resolveu, então, retirar o seu projeto de emenda.

No dia 27 de junho de 1984, o Presidente Figueiredo entendeu que não poderia mais prosperar a balbúrdia que vinha tumultuando as negociações em torno do seu projeto de emenda. Assim, mandou uma mensagem ao Presidente do Congresso Nacional, retirando a sua emenda, na qual, depois de algumas considerações, disse o seguinte: "(...)Ofereci uma solução de compromisso para a transição entre o regime da eleição indireta para Presidente da República e o da eleição direta. A presunção, que me animava, era a de que a emenda criaria atmosfera de compreensão entre as correntes políticas quanto ao elevado propósito do governo. A evolução dos acontecimentos revela, todavia, que os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da emenda, dela se querem aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição. Essa atitude equivale a transformar o projeto político que submeti ao Congresso em instrumento que contraria, em ponto capi-

tal, os seus fins." E por isso, solicitou a retirada, com todas as suas conseqüências, da proposta da Emenda Constitucional nº 11, de 1984.

As oposições, também, distribuíram nota no dia seguinte à mensagem do Presidente Figueiredo. No início, assim se expressam: "Diante da retirada da Emenda Constitucional nº 11 pelo Presidente da República, os partidos de oposição dirigem-se à Nação para deixar claro que: 1) Atuaram no Congresso lutando com total empenho pelo restabelecimento das eleições 'diretas já' para a Presidência da República, para serem fiéis à vontade do povo, reiterada em pesquisas de opinião, manifestações e nos maiores comícios da história política do País." E terminam. "Continuaremos lutando, em quaisquer circunstâncias, para conquistar a democracia e estamos certos de que, apoiados na sociedade, os partidos de oposição e o setores democráticos do PDS conquistarão, em breve, a vitória almejada."

Mas gostaria de apresentar aqui, já que eles falam em pesquisa, numa feita pela imprensa. O *Estado de São Paulo*, no dia 2 de junho de 1984, dizia o seguinte: "(...)Apesar de 58% da população da região metropolitana de São Paulo e de 50% da do Rio de Janeiro defenderem o prosseguimento das manifestações populares pelas eleições diretas para a Presidência da República, 54% dos paulistas e 64% dos fluminenses admitem que a negociação entre o governo e a oposição é a melhor solução, para resolver o problema sucessório. Mas apenas 16% das pessoas, tanto em São Paulo como no Rio, acreditam que haverá eleição direta para presidente ainda este ano."

Então constata-se que aquilo que afirmava a oposição não correspondia à verdade.

A oposição procurava mostrar uma paisagem que não correspondia à realidade dos fatos. Segundo o Instituto Gallup, apenas 27% dos paulistas e 23% dos fluminenses entendiam que negociar seria contrariar a vontade do povo.

A edição do *Estado de São Paulo* do dia 2 de junho de 1984 dizia ainda o seguinte: "(...)A negociação por um mandato tampão de dois anos, com a volta das diretas em 1986, é mais defendida pelos peemedebistas (31%) do Rio de Janeiro, enquanto os petebistas de São Paulo (46%) e os petistas (34%) de São Paulo são os que mais se mostram contrários a qualquer negociação com o governo, defendendo a apresentação de outra emenda restabelecendo as 'diretas-já'".

Segundo o jornal O Globo, *de domingo, de 25 de abril de 2004, vinte anos depois, teria havido uma proposta de prorrogação de mandato do Presidente Figueiredo, por dois anos. E essa proposta fora feita pelo PMDB e não pelo Governo Figueiredo.*

Mas o Presidente Figueiredo não tinha nenhum envolvimento e nem aceitaria a prorrogação de seu mandato.

Parece-me que a proposta de Emenda à Constituição do Presidente Figueiredo, na qual o seu sucessor ainda seria eleito pelo Colégio Eleitoral e o sucessor do suces-

sor seria por eleição direta, com um mandato de quatro anos e com uma reeleição, atendia aos reclamos da opinião pública.

Um detalhe: somente quinze anos depois, no primeiro Governo do Fernando Henrique Cardoso, é que se chegou a quatro anos com reeleição.

Demorou mais de dez anos. Agora veja, em dez anos, em termos de uma política de governo, quantas atividades deixaram de ser cumpridas por um capricho.

Então está aí a história toda contada.

Sucessão do Presidente Figueiredo

Gostaria que o senhor relatasse como aconteceu a sucessão, pois teve a oportunidade de testemunhar o momento final da Revolução, em termos políticos.

Correto. Passemos ao processo sucessório do Governo do Presidente João Figueiredo. Ao mesmo tempo em que no Congresso ocorria toda aquela efervescência em torno da Emenda Dante de Oliveira e da emenda do Presidente João Figueiredo, os candidatos a candidato a Presidente da República já estavam se apresentando.

No lado do Governo, havia quatro nomes em evidência: o do Vice-Presidente Aureliano Chaves, do Senador Marcos Maciel, do Ministro do Interior Mario Andreazza e do Sr. Paulo Maluf. O Presidente Figueiredo, em meados de 1984, examinou detidamente essa questão e fez uma reunião com esses quatro candidatos a candidato. Estive presente a essa reunião.

O Presidente, depois de uma longa exposição, disse que, dentro do horizonte visível, nenhum dos quatro teria condições de vencer a eleição no Colégio Eleitoral. A oposição teria amplas condições de derrotar o candidato do Governo. Expôs isso para os quatro; mas acrescentou que cada um deveria agir de acordo com a sua consciência.

Cada um tinha a sua expectativa.

O Vice-Presidente Aureliano Chaves disse que abria mão da sua candidatura a candidato. O Sr. Marcos Maciel idem. Quando o Sr. Mario Andreazza se preparava para falar, o Sr. Paulo Maluf se adiantou e disse que não poderia abrir mão da sua candidatura. Ele já havia avançado muito e assumido compromissos dos quais não podia, agora, desfazer-se. O menos experiente deles, o Ministro do Interior Mario Andreazza, inadvertidamente, disse: “Se o Sr. Paulo Maluf não abre mão eu também não abro mão de minha candidatura.” Houve um impasse.

O Presidente Figueiredo, então, encerrou a reunião, dizendo: “Os senhores perderam a última chance que tinham de uma probabilidade de vitória no Colégio Eleitoral. Não tenho dúvida de que o candidato da oposição será eleito.” Neste momento, já corria pelo noticiário de imprensa, um levantamento em torno da eleição indireta, citando o nome preferido, o do Sr. Tancredo Neves.

Entendo que se as eleições fossem diretas, diziam que o nome mais indicado seria o do Sr. Ulysses Guimarães. Terminada a reunião, em agosto, houve a convenção do PDS para a escolha do seu candidato à eleição indireta de 15 de janeiro de 1985 e por folgada margem de votos venceu o Sr. Paulo Maluf.

Maluf é uma figura interessante, obstinado na maneira como persegue os seus objetivos. Alugou uma casa na chamada península dos ministros, bem na entrada. Conta-se a seguinte história: ele pedia aos seus correligionários que fossem ao fundo da península, onde morava o Ministro do Interior Mario Andreazza, e dissessem que ele contaria com o voto deles na convenção. O Ministro Mario Andreaza computava o voto daquele que o visitava. Acontece que o mesmo indivíduo passava depois pela casa do Sr. Paulo Maluf, onde normalmente jantava, relatava haver cumprido a sua missão. Não havia possibilidade de se convencer o Ministro Mario Andreazza de que não teria chances na convenção do partido. O levantamento que o Presidente Figueiredo tinha em mãos era inquestionável: o Sr. Paulo Maluf venceria folgadamente.

Ainda houve essa articulação.

Embora o Presidente Figueiredo tenha registrado profeticamente de que no Colégio Eleitoral ele não teria chance.

Nos primeiros dias de janeiro de 1985, o Presidente Figueiredo sofreu um agravamento do problema de coluna que o acompanhava desde os tempos de major. Certo dia, o seu médico, Dr. Newton, me chamou e disse: "Olha embora o senhor não seja mais o responsável direto pela segurança do Presidente, o certo é que têm condições de convencê-lo a fazer o tratamento."

Fui à Granja do Torto, conversei longamente com o Presidente que relutou muito, mas depois concordou e fizemos uma visita ao Hospital das Pioneiras Sociais, Hospital Sara Kubitschek. O Presidente foi examinado, mas não ficou satisfeito. Voltamos para a residência dele e, então, liguei para o Dr. Paulo Niemeyer que era o médico de longa data do Figueiredo e dono do Hospital São José, no Rio de Janeiro. Era irmão do Sr. Oscar Niemeyer. Dr. Paulo veio a Brasília e, no dia seguinte, fomos para o Rio. Quando chegamos ao Rio, o Presidente determinou ao Rubem Ludwig: "Quero, da minha cama de hospital, ser um dos primeiros a cumprimentar o Presidente eleito, que acredito será o Sr. Tancredo Neves."

Creio que o Deputado Ulysses Guimarães, até mesmo devido à pregação que fez pelas "diretas já", não aceitaria ser candidato. Não havia quem fosse capaz de enfrentar o Sr. Tancredo Neves e a convenção serviu para homologar o nome do então Governador de Minas Gerais.

O Sr. Tancredo Neves foi eleito por 280 votos do PMDB, 166 do PDS e três do Partido dos Trabalhadores – esses três foram dissidentes, porque o Partido dos

Trabalhadores disse que não podia, em hipótese alguma, apoiar a eleição indireta. E o Sr. Maluf obteve 180 votos.

Na votação da Emenda Dante, 55 do PDS haviam votado favoravelmente à emenda; aqui são três vezes mais, praticamente. Acredito que o Presidente Figueiredo foi o primeiro a cumprimentar o Sr. Tancredo Neves, por telefone, lá do Hospital São José, em Botafogo, do Dr. Paulo Niemeyer, onde ele estava recolhido por causa do problema de coluna.

Quando voltou a Brasília, o então Presidente eleito Tancredo Neves nos solicitou uma visita ao Presidente Figueiredo, para agradecer a cortesia dos cumprimentos. O Presidente Figueiredo marcou para aquele mesmo dia. Conversou longamente com o Sr. Tancredo Neves e, ao mesmo tempo, colocou à disposição dele, para que pudesse se sentir mais à vontade, a Granja do Riacho Fundo. Ele aceitou e lá se instalou.

O dia 15 de março de 1985, data da posse, cairia numa sexta-feira. No dia 12, uma terça-feira, o Ministro Leitão de Abreu foi a uma reunião social e lá encontrou jornalistas que lhe disseram mais ou menos o seguinte: "O senhor sabe o que aconteceu hoje?" Ele respondeu: "Não." Os jornalistas transmitiram-lhe a notícia: "O Doutor Pinheiro da Rocha que foi Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal e o médico do Congresso estiveram hoje à tarde com o Presidente Tancredo Neves, na Granja do Riacho Fundo. Depois de examinado, disseram que o estado de saúde dele era tão delicado que deveria se recolher ao hospital, naquele mesmo momento, ou então não teria chance de sobrevivência.

Isso foi três dias antes?

Três dias antes, no dia 12 de março. No dia seguinte, o Ministro Leitão contou todo esse episódio aos membros da reunião das nove horas. Ajustamos um ponto de vista e ele relatou ao Presidente os dados que havia recebido dos jornalistas. Eu, que conhecia o Sr. Tancredo Neves há mais tempo, sabia que o estado de saúde dele inspirava cuidados. Conhecia os médicos de São João Del Rey que cuidavam dele.

O General Figueiredo disse que uma coisa estava decidida: "A partir das onze horas do dia 15 de março não sou mais Presidente da República. Vocês tomem todas as providências, mas essa é a minha decisão."

Veio a quinta-feira; por volta das 19h30m o Presidente eleito Tancredo Neves foi a uma missa na Igreja do Santuário Dom Bosco e lá se sentiu mal. Foi levado para o Hospital de Base. Informado pelo Rubem Ludwig, o Presidente determinou que nos reuníssemos para completar o que havíamos esquematizado na quarta-feira. Confirmava-se o agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves, lamentavelmente, não só no ponto de vista humano e fraterno, mas também do ponto de vista institucional.

Quando cheguei à residência do General Rubem, o Doutor Leitão ainda estava na Granja do Ipê que era a residência oficial do Chefe da Casa Civil. Ele telefonou ao General Rubem dizendo que ia demorar um pouco, porque estava reunido com o Doutor Ulysses Guimarães, como era chamado.

Naquela altura, já estava sendo noticiada na televisão e no rádio uma fala do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, defendendo a tese segundo a qual mesmo que o Presidente Tancredo não fosse empossado pelo Congresso, o Vice-Presidente o seria. A tese que os juristas defendiam era de que deveria assumir o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que convocaria novas eleições.

De qualquer forma, o Presidente seria eleito pelo voto indireto do Congresso; não seria uma eleição popular, por sufrágio universal. Quando o Doutor Leitão chegou, não nos disse quem participara das gestões por ele empreendidas. Acompanhavam, o Deputado Ulysses Guimarães, o Senador Fernando Henrique Cardoso e o General Leonidas Pires Gonçalves, futuro Ministro do Exército. A conversa do Dr. Leitão, segundo ele nos contou, foi com o Doutor Ulysses Guimarães. Naquele momento, acertarmos o seguinte procedimento: não seria conveniente, uma cerimônia pública de transmissão do cargo de Presidente; assumindo o Vice-Presidente, o Presidente eleito, embora recolhido ao hospital, estava consciente e um ato solene e festivo poderia causar um mal-estar e agravar ainda mais seu estado de saúde. Outra questão: segundo o cerimonial, a faixa presidencial é passada de presidente para presidente, exclusivamente; ela não pode ser passada por meio de outra pessoa.

O Presidente Figueiredo, por exemplo, se tivesse transmitido o cargo ao Vice-Presidente, não poderia entregar a faixa, para que esta, mais tarde, fosse repassada. Quando chegamos ao Palácio do Planalto, de manhã, o Doutor Leitão fez a exposição ao Presidente que decidiu: "Não vou fazer a transmissão do cargo; vão me acusar de não gostar do Sr. José Sarney, vocês são testemunhas de que, embora tenhamos divergências, elas não são de molde a impedir um fato dessa importância. Prefiro, até mesmo em homenagem ao Presidente Tancredo Neves, não participar da cerimônia. Chego ao Palácio normalmente para o trabalho pelo subsolo e vou sair pelo subsolo. Mas desejo o seguinte: juntos vamos fazer uma visita ao Presidente Tancredo Neves, na pessoa da sua esposa Dona Risoleta Neves, lá no Hospital de Base."

Fomos para o hospital, o Presidente Figueiredo conversou com a Dona Risoleta Neves e voltamos para o Palácio. O Presidente Figueiredo despediu-se. Portanto, não foi por prevenção contra Sarney que o General Figueiredo não transmitiu o cargo. Não posso saber o que se passou na sua cabeça, mas a verdade é que ele se louvou em alguns elementos de convicção dos quais destaco os seguintes: primeiro, será que vamos agravar o estado de saúde do Sr. Tancredo Neves? Segundo ponto, não podendo

passar a faixa, ato que é o clímax da transmissão, o que é que vou fazer? Por isso, decidiu afastar-se. Dizem que o Sr. Tancredo Neves, preocupado com qualquer movimento no sentido de impedir a posse do seu sucessor, não seguiu o aconselhamento médico, quando foi avisado, poucos dias antes, numa terça-feira dia 12. Estranho, porque sabia que ele era a preferência de todos, e que o Presidente Figueiredo se sentiria muito à vontade para transmitir-lhe o cargo.

Foi um problema de saúde realmente.

No dia 1º de março de 1985, quando o Presidente encaminhou a sua Mensagem ao Congresso Nacional, portanto quinze dias antes da data prevista para a transmissão do cargo, fez uma série de considerações, inclusive uma referência muito lisonjeira ao pessoal da mídia, e termina dizendo o seguinte: "Senhores membros do Congresso Nacional. O Brasil espera que continueis a prestar ao Presidente Tancredo Neves, a quem de coração leve e tranqüilo transmitirei o cargo dentro de poucos dias, a colaboração leal e desprendida que estais habituados por dever de ofício, por espírito público, por amor ao País e à sua gente. Suplico-vos, senhores membros do Congresso Nacional, proporcionar-lhe condições que lhe permitam preservar o clima de conciliação e de concórdia que ora impera, e que não é incompatível com eventuais divergências ou diferença de opiniões em questões menores ou pontos em que o compromisso entre posições conflitantes ocorra sem prejuízo do interesse público. Brasília 1º de março de 1985."

Voltando ao episódio da escolha do candidato do PDS, o senhor lembra se o Presidente Figueiredo, não obstante já tivesse declarado que era uma eleição muito difícil, teria manifestado alguma preferência, entre aqueles quatro?

Não, nenhuma. Especula-se sobre o nome que o Presidente Figueiredo, intimamente, desejava. Na verdade, sei disso porque convivi com ele nas horas mais complicadas e difíceis, ele cultivava a obsessão de tornar realidade o pensamento do pai, General Euclides Figueiredo, que foi deputado e que tanto sofreu na época em que o Sr. Getúlio Vargas era Presidente da República. De forma que entendia não poder se fixar no nome de alguém, porque estaria contrariando o pensamento democrático do pai. Foi uma decisão de foro íntimo, não se fixar no nome de quem quer que fosse.

Havia muitos nomes além dos quatro citados, que eram os mais visíveis, vamos dizer assim.

A mídia sempre apresentou o Presidente Figueiredo como se estivesse cansado de exercer o Poder ou coisa assim. O senhor conviveu com ele esses anos todos de Presidente. O

General Figueiredo teve problemas de saúde, um infarto, padeceu do tratamento e depois da cirurgia, e problemas de coluna. Talvez, isso realmente possa tê-lo afetado. E, às vezes, por algumas frases que ele tenha dito, a mídia explorou no sentido de que estivesse cansado do Poder e desejoso de ir embora. Mas gostaria que o senhor comentasse, do Presidente Figueiredo, o exercício da Presidência.

Não queria dar o meu depoimento, porque me transformei, vamos dizer assim, num amigo pessoal do Presidente Figueiredo, mas vou ler um discurso feito na Câmara dos Deputados, no dia 13 de janeiro de 2000, pelo Deputado Nelson Marchezan, que foi líder do Governo. Há quem diga que se dependesse de Tancredo Neves, o Vice-Presidente não seria o Sr. José Sarney, e sim o Sr. Nelson Marchezan, mas isso é uma observação, apenas.

Detalhe: quinze anos após o término do Governo Figueiredo.

Ele disse: "(...)Mas o que desejo, além de enviar condolências à família é talvez prestar um rápido depoimento, a propósito do nosso ex-Presidente, sobretudo em função das entrevistas que recentemente foram publicadas e mostram um Presidente amargo, sofrido. Eu até diria: um Presidente desgostoso com alguns aspectos da vida e nada interessado em realçar o seu Governo.

Esse não é o Presidente com quem trabalhei durante os quatro primeiros anos do seu Governo: Dois anos como líder do partido do Governo e mais dois anos como Presidente desta casa. Seguramente, este é mais o Presidente posterior à cirurgia que sofreu, que, no meu entender, pode ter-lhe deixado seqüelas. Foi daí que passou a ter uma visão pessimista da vida, uma visão, diria sempre nublada, com certo amargor, desgosto e posição crítica. Essas entrevistas refletem o período final do seu Governo e sua vida após deixar a Presidência.

É certo que o nosso Presidente não poderia ser lembrado apenas por isso. Lembro-me de uma frase sua que lhe custou muito. Durante a campanha, fizemos um comício numa cidade de São Paulo, onde houve calorosa manifestação pública. Quando saímos da manifestação – eu estava próximo do Presidente – um jornalista perguntou-lhe: 'Como é Presidente? Gostou do cheiro do povo?' O Presidente, pela inoportunidade da pergunta ou por sua obviedade, em razão da satisfação que havia em seu rosto por aquele contato popular, respondeu: 'Não. Gosto mais de cheiro de cavalos'." Nesse ponto gostaria de fazer uma correção. Não foi bem: "gosto mais de cheiro de cavalo." O Presidente disse: "Nem tanto! Gosto também do cheiro de cavalo." Ninguém deu a menor importância. O jornalista ficou encabulado. O jornal, no outro dia, resolveu dar notícia do episódio, que se propagou pelo País.

O Presidente que conheci era um homem que se sentia bem no meio do povo; que, apesar de sofrer problemas de coluna, se tivesse que passar duas ou três horas,

numa fila, cumprimentando o povo ou, no meio do povo distribuindo, abraços, ele o fazia sem sentir dor, sem ter vontade de comer ou beber, porque se sentia bem ali.

Este é o Presidente que conheci, homem que, ao visitar um asilo e ver aquelas pessoas abandonadas, sem afeto, sem carinho, com o rosto enrugado, carcomido, muitas vezes mal vestidas e mal lavadas, sentia-se bem em abraçá-las e beijá-las. Com as crianças, da mesma forma. Como pode um homem que gostava de velhos e crianças não gostar do povo?

Outra frase do Presidente Figueiredo – quando pediu que lhe esquecessem, ao final do seu governo – entendo-a como um daqueles momentos de desgosto, sobretudo consigo mesmo, por não ter podido completar a obra do seu Governo e sentir tantos sentimentos populares que não pôde realizar. Quando intentou fazer uma lei salarial, fez uma que o País nunca teve igual: de seis em seis meses o salário mínimo era reajustado, com 10% a mais. É certo que fez também os Decretos n^os^ 2.045 e 2.024 que ajudei até a derrotar aqui, porque não eram adequados politicamente. No entanto, é inegável que, no meio de uma grande crise econômica, o Presidente tentou resgatar os salários." Sempre que o Presidente pôde, em vez de corrigir o salário mínimo anualmente, ele corrigia-o semestralmente. Retornando ao discurso do Deputado Marchezan, em janeiro de 2000.

"Mas eu queria falar do Presidente da República, que disse, na Cidade de Uruguaiana, que haveria de construir neste País uma democracia da qual seus filhos se orgulhassem. Depois disse, não sei onde e nem em que discurso, que lugar de brasileiro é no Brasil. Dessas duas frases o Presidente Figueiredo se esqueceu de lembrar, mas ele as cumpriu. Sou testemunha de que custou colocar em prática a frase: 'Lugar de brasileiro é no Brasil.'

Lembro-me de que um dia o Presidente Figueiredo me chamou ao Palácio e me disse: 'Marchezan, não tenho condições de aprovar o projeto das oposições que propõe anistia agora. Ainda tenho problemas dentro do Governo. Ainda há segmentos no Governo que não compreendem a magnitude de um projeto de anistia, não compreendem ainda o quanto é importante construir esse gesto de conciliação. Mas eu prometo. Você me derrote esse projeto lá e prometa ao País que hei de mandar um projeto ainda mais amplo'". Foi o que ele fez com o projeto de anistia, ainda em 1979. Prossegue o Deputado Marcherzan.

"Ele o fez e a Câmara aprovou o projeto de anistia que tornava literalmente verdadeira a idéia, diferentemente do projeto da oposição, que lugar de brasileiro é no Brasil. Figuras importantes da política brasileira que ainda hoje militam e contribuem para construir este País nos mais diversos setores – governos estaduais, parlamentos, senado –, puderam voltar ao Brasil, em razão de uma anistia que foi

ampla e irrestrita. Dez ou quinze anos depois, não sei bem, ao comemorar um aniversário dessa lei, o depoimento do Presidente da República, agora, sim, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dá bem a dimensão do seu alcance, quando disse que, à época da votação daquela anistia, ele e as oposições não tiveram condições de avaliar sua grandeza e extensão." Olha que eu estou lendo um registro do Congresso Nacional! Continuando: "Portanto, a palavra do Presidente Figueiredo de fazer com que todos os brasileiros se reconciliassem e retornassem ao País aqueles que estavam no exterior, tornou-se realidade, e o Brasil pôde comemorar seguramente a anistia mais ampla, mais frutífera e mais significativa da sua história."

E o Deputado Nelson Marchezan prosseguiu falando sobre as realizações do Governo e sobre o projeto de emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para Presidente da República. Prefiro mostrar o depoimento de uma pessoa que, no Congresso, participou dos debates políticos.

Acho importante esse registro, porque é uma justiça ao Presidente Figueiredo.

Veja a forma como ele se dirigiu aos congressistas: "suplico-vos senhores o apoio ao Presidente Tancredo Neves", na Mensagem ao Congresso Nacional.

Observe que o Presidente Castello Branco já é bem considerado. Não sei porque, o Presidente Geisel, que exerceu na plenitude o cargo de Presidente da República, está sendo, vamos dizer assim, criticado e apontado como incentivador da tortura; isso é uma injustiça. O Presidente Geisel nunca aprovou a tortura.

Trata-se de jornalistas que se apegam a qualquer notícia, a qualquer informe e o difundem, sem uma avaliação; mesmo que depois esse próprio jornalista o reavalie, fica no noticiário a mácula inicial.

General Venturini, houve algum tipo de resistência com o intuito de dificultar a realização da "abertura", pelo Governo Figueiredo? Houve dificuldade? O senhor percebeu resistências nacionais para a realização da "abertura" e saída dos militares do Poder?

Sim, e se me permite, vou retornar ao tempo do Governo do Presidente Castello Branco, quando começou, vamos dizer assim, a criação de uma série de óbices no sentido de impedir, como era seu desejo, a transmissão do cargo ao fim do período para o qual fora eleito. Embora não houvesse especificamente um limite, ele tomava como referência o término do mandato do Sr. João Goulart, que era 31 de janeiro de 1966.

Esse era o limite do João Goulart?

Era o limite legal do mandato do Sr. João Goulart.

Gostaria de apresentar um levantamento, que permaneceu sigiloso, durante algum tempo, e que a imprensa já divulgou. Nesse caso, reservo-me o direito de poder

comentá-lo. É o que eu chamo de frentes de oposição. Em setembro de 1964, o Presidente Castello Branco recebeu um documento do SNI, sobre a existência de duas frentes. Uma, chamada "frente anti ou contra-revolucionária" e a outra, "frente revolucionária avançada ou insatisfeita".

Na "frente anti ou contra-revolucionária" tínhamos um grupo chamado janguista-brizolista que atuava a partir do Uruguai, além dos grupos que já existiam no período do Sr. João Goulart: o grupo comunista maoista-fidelista, de linha violenta; o grupo comunista da linha chamada pacífica, que se inspirava nos ditames que vinham da União Soviética; e vários grupos de esquerda não-marxista, alguns até sinceramente reformistas. Já no fim de 1964, apareceu uma outra frente, o chamado grupo janguista-juscelinista.

Do lado do Governo, tínhamos a "frente revolucionária avançada ou insatisfeita". Nela vicejavam o grupo da chamada "linha dura", que desejava até endurecimento maior, o grupo do oportunismo insatisfeito, que reunia militares e políticos, e o grupo de interesses reacionários, sobretudo do ponto de vista econômico. Este último estamento reunia àqueles que entenderam que a Revolução veio para defender seus interesses.

Em abril de 1965, não houve uma mudança muito grande, mas fizemos um ajustamento da "frente anti ou contra-revolucionária". Ela passou a encampar ações violentas, usando necessariamente atividades subversivas. O grupo brizolista continuava na sua pregação, com o apoio agora do Sr. Fidel Castro. O grupo comunista da linha maoista-fidelista continuou presente, tanto que existia a pregação do Carlos Marighela, com as ações de guerrilha urbana.

É interessante ressaltar que o número de armas e adeptos desse pessoal que participava das atividades de guerrilha urbana no Brasil era muito inferior, *per capita*, aos tupamaros, no Uruguai e aos montoneros, na Argentina. Tornaram-se mais conhecidos pelo seqüestro dos embaixadores. Veio primeiro o seqüestro do Embaixador Charles Burke Elbrick dos Estados Unidos, no qual estavam envolvidos diretamente, ativistas confessos.

Na época, acompanhavam o pensamento do Carlos Marighela: a missão da guerrilha é "violar abertamente a lei, desafiando e ultrajando as instituições e a ordem política, de modo a provocar uma reação violenta". Voltavam-se, assim, para o exemplo da Guatemala, onde, naquela mesma época, o embaixador da Alemanha Ocidental foi seqüestrado. Os guerrilheiros, na Guatemala, pediram a liberação de 24 presos políticos. O Governo da Guatemala mostrou-se irredutível e o embaixador alemão foi executado.

A atitude adotada pelo Governo brasileiro é reconhecida pelos historiadores como uma atitude humanitária. Os historiadores chegam até a dizer o seguinte: eles

consideravam uma guerra simbólica e psicológica, porque os efetivos envolvidos eram pequenos, embora os danos representassem a perda de vidas, está certo? Mas era a face humana da Revolução. Em março de 1970, foi o Cônsul Geral do Japão, em São Paulo, o Nobuo Okuchi que foi trocado por cinco prisioneiros políticos. Sempre os guerrilheiros e os seqüestradores especificavam aqueles elementos que, em vinte e quatro horas, deveriam ser soltos. O Brasil atendeu o pedido.

Nesta mesma época, foi assassinado, provavelmente pela VPR, o Cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre. A coisa foi crescendo e, em junho de 1970, elementos da VPR seqüestraram no Rio de Janeiro o embaixador alemão von Holleben trocado por quarenta prisioneiros cujos nomes foram especificados.

Mas vem aqui um caso mais sério. A Suíça tinha aqui um embaixador de nome Giovanni Enrico Bucher; era um homem de muita facilidade de comunicação, falava português fluente e, talvez por isso, e por se tratar de um país considerado neutro – a Suíça – ele foi seqüestrado. Os seqüestradores estabeleceram três condições. A primeira, liberação de setenta presos; segunda, divulgação, de quatro em quatro horas, de um manifesto em que os guerrilheiros declaravam guerra total contra o Governo Médici; terceira, viagem gratuita de trem, no Rio para os moradores do subúrbio. O Governo inicialmente não atendeu as três condições. Disse que o justo era liberarem os seus prisioneiros, mas tentar desmoralizar a autoridade pública isso eles não conseguiriam.

Depois de algumas idas e vindas, terminaram concordando e só a primeira condição foi atendida. Mas aconteceu o seguinte: dentre os setenta presos que os seqüestradores haviam apontado, o Governo vetou dezoito por terem cometido aquilo que chamamos de crimes capitais; posteriormente, a anistia conseguida pelo Presidente Figueiredo não os abrangeu. Houve negociações e os dezoito foram substituídos.

Houve negociação?

Sempre houve negociação. Agora o que se percebia e que os historiadores reconhecem é o seguinte: o Governo brasileiro, em todos os casos, mostrou a sua face humanitária e não levou às últimas conseqüências, como os guerrilheiros desejavam. Não resta dúvida de que isto durou mais de um ano.

Agora, em favor da verdade, não vamos acusar só o pessoal da guerrilha e o pessoal da "linha dura". Na área política, também, houve uma série de gestões no sentido de que o Presidente Castello retardasse o processo; cito o grupo do oportunismo insatisfeito.

Este e outros grupos perduraram ao longo do tempo. Verificamos que, em 1974, quando o Presidente Geisel assumiu a Presidência da República, um de seus

objetivos foi no sentido de que os militares, que porventura ainda estivessem fora da caserna, retornassem à atividade profissional. Em contrapartida, se reservava o direito de conter os elementos da "frente anti ou contra-revolucionária". Até mesmo, citava especificamente, o subversivo de centro-esquerda, portanto não dado à violência. Entendia o Governo do Presidente Geisel que eles também tinham que ser contidos, para não dar pretexto aos companheiros da "linha-dura". Este, por sinal, não eram tratados como elementos contrários, mas parte do processo, apenas com pensamento diferente.

O senhor concorda que houve um ponto em que esses elementos de pensamento tipo "linha-dura" quase se tornaram contrários, mesmo no Governo Figueiredo? De tal modo, se apegaram às suas posições que acabaram ficando contra?

O Presidente Geisel teve que agir, muitas vezes, com energia para conter o impulso desse pessoal que ele não denegria. Considerava-os até sinceros nos seus objetivos, mas fora do propósito que o Governo se traçara no processo de "abertura".

V – Momentos mais difíceis

No seu julgamento, quais foram os momentos mais difíceis com que a Revolução se deparou?

Aviação embarcada

Começando pela própria casa, embora o Exército não estivesse envolvido diretamente na questão, foi o episódio da aviação embarcada, isto é, a quem caberia o seu comando: Marinha ou Aeronáutica.

Houve uma série de negociações entre os Subchefes da Aeronáutica e da Marinha do Gabinete Militar, sob a coordenação direta do General Ernesto Geisel, Chefe do Gabinete Militar.

O General Ernesto Geisel estudou a fundo a questão e verificou que uma palavra estava dificultando o entendimento. A palavra era "instrução". A Aeronáutica interpretava de um jeito e a Marinha de outro. A Marinha considerava-a apenas a preparação do pessoal envolvido em operações aeronavais, fossem eles da Aeronáutica, fossem eles da Marinha. Deveria ficar sob a responsabilidade da Marinha já que o porta-aviões era da Marinha. A Aeronáutica dava uma dimensão muito mais forte, e significava todo o processo de formação, desde a escola.

Quando esta questão foi esclarecida, o assunto ficou resolvido, pelo menos do ponto de vista oficial, e o Presidente sancionou o Decreto nº 56.309, de 21 de maio de 1965. Mas veja que durou, desde a primeira carta de Castello ao Ministro da Marinha, em 13 de agosto de 1964, até 21 de maio de 1965, quase um ano para encontrar-se a

solução. Alguém poderia dizer que permaneceram seqüelas, mas afirmo que aqueles problemas maiores, na época, desapareceram..

Sucessão dos governadores dos Estados da Guanabara e Minas Gerais

Solucionado o problema da Aeronáutica, em maio de 1965, o segundo momento difícil que vivemos aconteceu um ou dois meses depois. O Presidente teve que fazer uma opção. Naquela época tínhamos, se não me engano, vinte e dois Estados e as eleições para governador eram realizadas metade num ano e a outra metade no ano seguinte. Em 1965, os Estados envolvidos seriam: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Era a primeira grande eleição para governador.

O Presidente Castello Branco se preocupava com as eleições na Guanabara e em Minas Gerais, porque eram Estados nos quais a oposição tinha condições de vencer.

Foram eleitos, pela oposição, em Minas Gerais, o Sr. Israel Pinheiro, e na Guanabara o Sr. Francisco Negrão de Lima. O Presidente declarou que o Governo não estava envolvido na eleição. Tanto é verdade que, dos 11 vitoriosos, nove foram situacionistas.

Diga-se, a favor da verdade, Israel e Negrão de Lima nunca foram um problema para o Governo. Estavam sempre abertos à negociação. Acontece que o Presidente Castello passou a ser, vamos dizer assim, “cobrado”, porque o pessoal de linha mais dura entendia que eles, embora eleitos, não deveriam tomar posse.

O Presidente havia feito um discurso no Estado-Maior do Exército, no dia 25 de agosto de 1964, Dia do Soldado, no qual observara: “A Revolução não veio somente para punir e obsedar-se na procura do equilíbrio orçamentário. O Brasil pretende que a Revolução o leve mais longe. Esse é o aspecto construtivo da Revolução.”

Mas o pessoal começou a insistir junto ao Ministro do Exército, General Arthur da Costa e Silva, para que ele não aceitasse o resultado eleitoral. Inclusive, prepararam uma armadilha para o Ministro Costa e Silva. No dia 6 de outubro de 1965, portanto três dias depois da eleição, houve uma comemoração na Vila Militar, promovida pela Associação dos Ex-Combatentes da FEB e eles queriam que o General Costa e Silva fizesse um pronunciamento contrário à posse do Negrão de Lima e do Israel Pinheiro. Mas ele, antes de seguir para a Vila, foi ao Palácio Laranjeiras conversar com o Presidente Castello Branco e ajustou os pontos básicos do seu discurso.

Ao chegar à Vila Militar, em rápida entrevista aos jornalistas disse: “As Forças Armadas não são organizações políticas, não lhes cabendo, portanto, decidir se devem dar posse ou não aos eleitos. A decisão é do Presidente da República e do

Congresso." Durante o almoço, ele, como convidado de honra, afirmou o seguinte: "(...)Atravessamos uma nova fase que ouso chamar ainda de revolucionária, iniciada em 31 de março. (...)Não tememos contra-revolução. O que nos preocupa é o ardor da mocidade que quer mais revolução. Garanto-lhes que sabemos onde pisamos e posso afirmar que não retornaremos ao passado. O Presidente Castello Branco autorizou-me a dizer-lhes isso, porque sabe que a farda está unida tanto no Exército como na Marinha e na Aeronáutica. Enquanto existir coesão, que importam negros ou brancos? Eles jamais tomarão conta deste País. A arma deles é a intriga, o boato e a solércia. O Presidente Castello reduziu a nada a informação de que trabalhava pelo seu continuísmo" – aquela prorrogação por mais um ano de seu mandato – "e tem o nosso respeito. As cordas da Revolução são de aço e não romperão. O que é preciso é confiar nos chefes e em torno deles manter a unidade de espírito e de confiança, porque nós seremos dignos." Este documento é muito importante, escrito pelo Coronel Mário Andreazza, Assistente-Secretário do então Ministro do Exército Costa e Silva.

Nesse mesmo dia 6 de outubro, depois do discurso do Marechal Costa e Silva, na Vila Militar, o Sr. Carlos Lacerda enfurecido, em entrevista aos jornais, simples e puramente defendeu a derrubada do Presidente Castello Branco, anunciando que a demissão de Costa e Silva era questão para breves dias. Declarou, inclusive, que advertira o Sr. Magalhães Pinto: "Prepare-se que você vai ser o primeiro da lista a ser destituído, depois sou eu e por fim Costa e Silva."

O Sr. Carlos Lacerda, daquele grupo dos insatisfeitos que apontamos acima, revelou sua posição no dia 8 de outubro de 1964, quando escreveu ao Deputado Ernani Sátiro, presidente da UDN, revelando que não era mais candidato a Presidente da República. Mais tarde, em entrevista, exaltou a figura do Sr. Juscelino Kubitschek, "o único líder", uma vez que Castello Branco não liderava "mais nada, nem o seu próprio governo."

O Presidente Castello Branco, percebendo que havia uma visível efervescência não só na classe política, mas sobretudo na família castrense, determinou ao Chefe do Gabinete Civil, Ministro Luiz Viana, que consultasse o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco sobre as medidas cabíveis, sob o ponto de vista constitucional.

O Sr. Afonso Arinos terminou o seu estudo, e apontou os caminhos jurídicos a seguir, exatamente o que o Presidente Castello Branco desejava. Assim dizia ele: "Para resolver juridicamente o problema, o Presidente só pode: 1) aplicar o estado de sítio; 2) emendar a Constituição, com o apoio do Congresso, regulando o 'estado de necessidade' e os poderes excepcionais; 3) caso as circunstâncias permitam, assumir os poderes de emergência contra a oposição como fizeram Lincoln e outros

presidentes dos Estados Unidos." Ele aqui se referia, naturalmente, a situações semelhantes havidas nos Estados Unidos. Mas fez uma distinção entre os dois países, afirmando o seguinte: "No Brasil, porém, sem a tradição legalista, e a ação dos poderes Legislativo e Judiciário daquele país, seria difícil evitar que tal atitude descambasse para a ditadura." E arrematava: "Com esta Constituição, com este regime, o Brasil não encontrará, de novo, a ordem jurídica."

O Presidente Castello, em conseqüência, no dia 13 de outubro de 1965, encaminhou ao Congresso um projeto de emenda constitucional, propondo eleição indireta para Presidente da República, ampliando os casos de intervenção federal nos Estados e admitindo estender aos civis, nos termos da lei, o foro especial previsto para os militares. Encaminhou, também, um projeto de lei estabelecendo normas sobre a suspensão de direitos políticos.

O Presidente conversou com os líderes do PSD: Sr. Amaral Peixoto, Sr. Gustavo Capanema e Sr. Eugenio Vieira de Mello. Nenhum deles se mostrou receptivo a apoiar o projeto de emenda constitucional que o Presidente encaminhou. Agravando esse estado de coisas, não se sabe por que, o Sr. Juscelino, que andava pela Europa, no dia das eleições de 3 de outubro já se encontrava no Brasil. Chegou e, inclusive, tomou parte em uma passeata de automóveis, como se estivesse participando da campanha.

No dia 15 de outubro, o Presidente conversou com o Sr. Aliomar Baleeiro, a quem perguntou: "E se o Congresso não votar os projetos que lhe enviei?" Baleeiro respondeu que isso poderia acontecer e que ele não subestimava as conseqüências. No curso da crise, o Presidente voltou a falar com o Sr. Gustavo Capanema, que dissuadiu-o da possibilidade de aprovação na Câmara, onde a maioria, representando o PSD e o PTB, desejava preservar o Sr. Juscelino Kubitschek.

Somente depois que o General Cordeiro de Farias, que detinha uma ligação muito grande com o pessoal do Congresso, avisou a Castello Branco se inexeqüível a votação, ele se sentiu vencido. O Congresso, naquela época, tinha mais de quatrocentos congressistas e o balanço dava 173 votos de apoio à emenda. Em conseqüência, o Presidente resolveu baixar o Ato Institucional nº 2 que foi editado no dia 27 de outubro de 1965.

Agora, tínhamos, de um lado, a classe política e, de outro, o que se convencionou chamar de "bolsões inquietos" do tecido militar.

Como o General Castello extinguiu os partidos por intermédio do Ato Institucional nº 2, e desejava o bipartidarismo, nasceram, em decorrência, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já observamos que o Presidente, desejoso de que o Congresso continuasse funcionando,

determinou a um amigo seu, o Senador Oscar Passos, com quem servira na Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se filiasse ao MDB, para dar número no Senado, senão o MDB não teria como se constituir.

Ao conversar com os senhores Amaral Peixoto, Gustavo Capanema e Vieira de Mello, para mostrar que ele não tinha nenhuma vocação para ditador e nem desejava provocar um ato de exceção, o General Castello declarou que o ato institucional era um meio de dissuasão e não um instrumento de Governo. Não queria a permanência do ato e, como conseqüência, determinou que a organização dos novos partidos atendesse à exigência de uma lei que fora votada em 1965, a Lei nº 4.740 de 15 de junho de 1965.

Sucessão no Estado de São Paulo

Vamos a outro episódio que foi muito difícil. Um dos líderes civis da Revolução era o Sr. Adhemar de Barros, mas que acabou criando uma série de problemas. Além daquela pregação do Sr. Carlos Lacerda e do Sr. Magalhães Pinto, ambos com o propósito de se tornarem sucessores do Presidente Castello Branco, aconteceu o episódio da sucessão de São Paulo. O Sr. Adhemar de Barros começou a montar um esquema, para se confrontar com o poder central. Utilizou o Banco do Estado de São Paulo para conceder financiamentos visivelmente danosos ao erário público e começou a compor-se com o MDB, no sentido de encontrar uma solução que ele chamava de paulista.

Em meados de maio de 1966, o Presidente Castello foi alertado para uma provável composição entre o MDB e outras forças de oposição, em São Paulo, usando inclusive uma minoria da Arena. Assim, recomendou que o candidato ao Governo daquele Estado devesse ser um "revolucionário autêntico", figura que não se coadunava com o Sr. Adhemar de Barros, conhecido por seu "poder de pressão e fabuloso poder de corrupção".

Na verdade, a recomendação do Presidente de que fosse um "revolucionário autêntico" fez a Comissão Executiva da Arena de São Paulo fixar-se no Sr. Abreu Sodré. O Sr. Adhemar de Barros, ao tomar conhecimento da escolha da Comissão, não se conformou e, desconhecendo a advertência do Presidente para que não se repetissem os atos e atitudes inconvenientes que marcaram sua passagem pelo Governo de São Paulo, começou um vasto plano, disposto a usar de todos os meios para conquistar a maioria na Assembléia, para eleger seu sucessor.

Fez crer que não titubearia em usar a Força Pública estadual a serviço de uma causa que considerava mais justa do que a defendida pelo Governo Federal. Desencadeou uma orgia de empréstimos pelo Banco do Estado, e uma emissão maciça de

títulos da Dívida Pública, em condições inacreditáveis. Ao mesmo tempo, o Diário Oficial circulava com uma série de nomeações, além dos desmandos na execução orçamentária e as emissões dos Bônus Rotativos do Estado.

Ele partiu para uma confrontação, não é?

O Presidente Castello Branco não teve dúvidas. Conversou com o Ministro Costa e Silva que lhe disse: "O Adhemar me procurou propondo um acordo. Se eu o apoiasse na campanha para fazer o seu sucessor, em troca, ele, Adhemar, apoiaria o meu nome na sucessão do senhor." O General Costa e Silva disse ao Adhemar que não poderia, em hipótese alguma, ser infiel com o Presidente Castello Branco.

O Comandante do II Exército, General Amaury Kruel, chamado ao Rio, foi prevenido de que o Presidente puniria o Sr. Adhemar de Barros. Surgiu um problema jurídico. Nos termos do Ato Institucional nº 2, base para a punição, não estava prevista a perda do mandato executivo. Quem resolveu o impasse foi o Doutor Leitão de Abreu, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça. Foi necessário que, junto ao ato de sanção do Sr. Adhemar de Barros, fosse baixado Ato Complementar nº 10, publicado no dia 7 de junho de 1966, e que declarou acarretar a perda dos direitos políticos a simultânea suspensão do exercício de qualquer mandato eletivo. Adhemar, entretanto, deixou o Governo de São Paulo antes.

Resolvido o problema da sucessão paulista, na época adequada, foi eleito o Sr. Abreu Sodré.

Sucessão de Castelo Branco

O Presidente Castello, dizem, era contra a candidatura do Ministro do Exército, General Costa e Silva. Entendo que poderia não ser o seu preferido, mas não era contra.

E, por outro lado, o Ministro Costa e Silva entendeu que, àquela altura, ele "reunia as melhores condições" para a continuidade e consolidação da Revolução. Ao Presidente Castello Branco, apenas fez a seguinte ressalva: "Se eu for convidado, aceitarei a minha candidatura à Presidência da República." Ele repetiu: "Se eu for convidado."

Ou seja, quis dizer que não tomaria a iniciativa.

Exato. Agora, quem pela primeira vez lançou a candidatura do Sr. Costa e Silva não foi nenhum revolucionário. Foi um contra-revolucionário. No dia 30 de dezembro de 1965, o Deputado Anísio Rocha, de Goiás, anunciou que estava autorizado a lançar o nome do Ministro do Exército, General Arthur da Costa e Silva, para Presidente. Entendemos que isso já era parte de um plano.

Tipo balão de ensaio.

Balão de ensaio, porque na verdade a candidatura do General Costa e Silva foi muito bem preparada, quer no campo político, quer no campo militar. Inclusive, o

General fez uma viagem, no início de 1966, e declarou que "ia ministro e voltaria ministro". No dia 24 de fevereiro de 1966, foi a Brasília conversar com o Presidente Castello Branco.

Sobre isso, retorno, agora, aos apontamentos do Coronel Mário Andreazza. "A conversa foi leal, cordial e franca. Costa e Silva aceitou as linhas mestras do documento sobre a sucessão que o Presidente Castello Branco preparou e distribuiu, principalmente, aos três ministros militares.

No Exército, tínhamos, como ministro efetivo, o General Costa e Silva; durante a viagem estava como interino o General Décio Palmeiro Escobar. Na Marinha, o Ministro era o Almirante Araripe Macedo e na Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes que ocupava o cargo desde o episódio da aviação embarcada.

O Presidente Castello Branco sempre foi conciliador e de muita lisura. Quando o Presidente estava preparando o Ato Institucional, informaram-lhe que o Brigadeiro Eduardo Gomes estava inconformado, porque considerava a UDN a filha dileta dele e não podia concordar em assinar um ato que resultasse na sua extinção. Então coube ao General Cordeiro de Faria, seu velho companheiro desde 1922, mostrar que o nome mudaria mas o espírito da UDN continuaria presente. O Brigadeiro Eduardo Gomes resolveu aceitar.

O documento que o Presidente distribuiu, principalmente aos três ministros militares, ficou conhecido como a "bíblia da sucessão", mas, na verdade, tinha um nome oficial: "Aspectos da Sucessão Presidencial." Ele é muito longo, mas vou comentar apenas alguns tópicos mais marcantes.

Esse documento é dos mais importantes. É difícil que alguém o tenha à mão como o senhor.

Dizia, no item 1: "O Governo, com sua grave responsabilidade política, tem que participar do encaminhamento da sucessão presidencial", ou seja, o Presidente Castello Branco não abria mão, participaria do processo. "O Presidente não é candidato, como vem declarando desde 1964, nem deseja ser dono da escolha do seu sucessor." Por isso que o Ato Institucional considerou o Presidente que se encontrava no cargo, inelegível. "A sua participação é pois legítima e a exercerá com numeroso grupo de homens, dentre os quais, necessariamente, os três ministros militares. Vê-se que ele teve sempre a percepção da delicadeza da situação que representava a sua sucessão.

Com maior envolvimento de pessoas.

Mais envolvimento e sem perder de vista o elemento de força capaz de garantir as suas decisões, que eram os militares. Segundo item: "a escolha deverá recair no melhor dos candidatos, destacado entre os que desejarem o posto presidencial" e, a seguir, ele já faz aqui uma concessão ao General Costa e Silva – "e aos que forem

lembrados por elementos dos quadros revolucionários". Houve essas duas premissas. "Procurar-se-á a solução política a qual, fundamentalmente, deverá levar em conta as implicações civis e militares, garantidoras da continuidade da Revolução."

Mas até esse ponto, General, não está escrito que tivesse que ser um militar. Aí ele está colocando só as condições...

Só as condições, em que se baseava: o melhor candidato entre os que o desejarem e os que forem lembrados por elementos do quadro revolucionário.

Ele não marcou o desejo de ser civil ou militar, apenas exigiu:

"Uma rudimentar sensatez política que indica que os candidatos apreciados só podem ser homens identificados com a Revolução, sem ligações com os meios contra-revolucionários e, sem dúvida, que tenham convicção da necessidade de governar o País com as linhas mestras da atual administração."

Outro fato interessante ocorreu ainda em 1964, quando o Presidente visitou, em Belo Horizonte, o Governador Magalhães Pinto. Este o recebeu no Palácio das Mangabeiras, e disse: "Presidente, o senhor é militar, um homem experimentado na guerra, mas não tem vivência política, e eu proponho que o senhor cuide da administração e deixe a parte política para nós cuidarmos." A resposta foi "A autoridade e os poderes de que está investido o Presidente da República são intransferíveis."

Nasciam aí divergências incontornáveis entre os dois.

Em momentos se unem, em momentos se desfazem.

Prosseguindo: "(...)Alguns elementos radicais do Exército – uns se dizem da linha dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados – desejam precipitar as operações da sucessão, mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio a essa exaltação, elementos entusiásticos da candidatura Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então: um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da Arena".

Décimo item, diz o Presidente: o Exército e as demais Forças Armadas, e o País se recordam do quadro triste e primário existente no nono andar do Palácio da Guerra, em 1958, 1959. O Marechal Lott resolveu, com seus adeptos militares, montar, no próprio gabinete ministerial, seu escritório oficial de candidato. De lá partiram o gesto cordial de propaganda e a ameaça de terror para os recalcitrantes. O serviço de comunicações e o correio foram utilizados. Os canais de comando ficaram solapados. A perseguição pelas transferências e um dispositivo militar para apoiar o candidato se requintaram. Houve mesmo um abastardamento militar e isso concorreu muito para gerar o espírito da Revolução de 31 de Março contra o Sr. João Goulart."

Feita essas considerações, ele chega às seguintes conclusões: "1º) A precipitação do lançamento de qualquer candidatura é uma perturbação aos trabalhos

governamentais e um desserviço ao próprio candidato; 2º) Só na Arena as candidaturas devem ser lançadas, sem prejuízo necessariamente das manifestações da imprensa, correntes de opinião pública etc; 3º) A pressão militar, além de altamente perturbadora, prejudicará o candidato de seu interesse e trará a divisão ao seio das Forças Armadas; o Governo tudo fará para dominá-las; 4º) A esta altura da evolução política do Brasil, não é possível permitir que um ministério civil ou militar se transforme em centro de propaganda de candidato; 5º) O candidato escolhido deverá atender, não só à continuidade da Revolução e à não invalidação das atividades governamentais de 1966, como também às implicações políticas e militares da conjuntura nacional. Ao lado dessas iniciativas, expus detalhadamente os meus pontos de vista aos generais Décio Escobar, Adalberto e Brasil." Ou seja, o Ministro da Guerra interino, o Chefe do Estado-Maior, Adalberto Pereira dos Santos, e o Comandante da 1ª Região Militar, Clóvis Brasil. "Deixou de comparecer o General Jayme Portella de Mello, porque se encontrava fora do Rio." O Presidente não esqueceu o mundo político, a quem também auscultara. Concluía, dizendo-se pronto para a "troca de idéias com camaradas responsáveis".

Por que o General Costa e Silva estava viajando não é isso?

Exatamente. Cabe uma pergunta: além do General Costa e Silva, que outros nomes surgiram? Vou me valer da imprensa. O *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa* davam alguns nomes. Nenhum deles surpreendia o Presidente Castello Branco. Na área militar, o General Arthur da Costa e Silva e o General Jurandyr de Bizarria Mamede; na área civil, Bilac Pinto, João Agripino e Daniel Krieger, na área chamada "anfíbia", Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães e Nei Braga. A denominação "anfíbio" destinava-se aos militares que exerciam atividade política.

E o ex-Governador Carlos Lacerda estava em cogitações? E Magalhães Pinto?

Não. O Presidente os excluiu. Carlos Lacerda, por estar em gestões com a oposição, e o Sr. Magalhães Pinto, pelas idas e vindas, nas quais, ora apoiava o governo ora, pela imprensa, dizia que não.

Já que falamos no Sr. Magalhães Pinto, é interessante registrar o seguinte: este documento do Presidente Castello Branco sobre a sucessão, que acabei de compulsar, tem uma data que o situa entre 10 e 15 de janeiro de 1966. Em abril de 1966, o General Costa e Silva procurou o Presidente Castello Branco para dizer-lhe que o Sr. Magalhães Pinto insiste em uma audiência. Soube que seria para propor-lhe ser candidato contra o Presidente. O General Costa e Silva repeliu a idéia.

A tese que o Sr. Magalhães Pinto defendia, sobre o General Costa e Silva, era que este teria muito mais a lucrar se, ao invés de ser lançado pelo Presidente Castello Branco e pela Arena, tivesse a sua candidatura apoiada pelo MDB e grande

parte da Arena. Neste caso, não levaria com ele a impopularidade do Governo. Eis por que o General Castello Branco não considerava os senhores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

Na área militar, praticamente, ficou só o nome do General Costa e Silva; o General Mamede peremptoriamente declarou que não aceitaria, em hipótese alguma, o lançamento do seu nome, como candidato à sucessão do Presidente Castello Branco.

Como uma espécie de acabamento, gostaria de lembrar o seguinte: o General Castello Branco, em entrevista a jornalista credenciado no Palácio do Planalto, indagado sobre o seu relacionamento com Costa e Silva, candidato da Arena à Presidência da República, disse: "Nossas relações não são especiais e nem extraordinárias, não tomo cautelas para mantê-la e não uso artifícios para entretê-la. São naturais, normais, desembaraçadas, domina a origem de uma bela camaradagem que vem dos tempos do Colégio Militar."

Rompimento de Castello Branco com Carlos Lacerda

O senhor teria ainda alguma consideração a fazer sobre o início do rompimento do Sr. Carlos Lacerda com o Governo Castello Branco, para registro neste Projeto? Esse episódio ainda é desconhecido por muitas pessoas.

O Ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), numa estimativa da situação preparada para o Presidente Castello Branco, em 10 de julho de 1964, dizia o seguinte: "o Governador Carlos Lacerda afirma a sua posição contra a 'maioria absoluta', contra a prorrogação do mandato presidencial e contra as reformas, de um modo geral. Defende a realização de eleições em 1965". O Presidente Castello Branco estava apenas completando o mandato do Jango, que terminaria no dia 31 de janeiro de 1966.

Prossegue Golbery: "A posição do Sr. Carlos Lacerda, quanto à chamada 'maioria absoluta', explica-se pelo fato de julgar que esta certamente o prejudicará, mesmo na forma aprovada pela comissão conjunta do Senado e da Câmara, exigindo, neste caso, um segundo apelo ao voto popular em que a decisão se fará em termos extremos de lacerdismo e antilacerdismo. Unidas estão todas as forças políticas do PSD/PTB em apoio a um só candidato. Sua posição, quanto à prorrogação, explica-se porque, em 1966, serão menores as possibilidades de qualquer reação golpista contra a vitória de um candidato 'anti-revolução'. Espera o Sr. Carlos Lacerda ter maiores chances na eleição de 1965, beneficiando-se do temor de um golpe revolucionário contra o retorno das forças derrotadas em 1964."

E acrescenta, finalmente, Golbery: "Dentro dessa situação, o Sr. Carlos Lacerda romperá, em curto prazo da ordem de quatro meses, com o Governo Federal. Por quê?

Porque precisa de uma bandeira, e a bandeira oposicionista de ataque, que é a que mais lhe convém, só poderá ser de pureza revolucionária contra supostos desvios ou incapacidade do Governo Castello Branco."

Vejamos o documento do Presidente Castello Branco, quando ele excluiu Carlos Lacerda e Magalhães Pinto da sucessão presidencial.

"(...)O primeiro Governo da Revolução teve que optar pelo enquadramento legal, ao invés de enveredar pela ditadura. Aí reside a primeira dissensão revolucionária, a dos partidários do regime de exceção. Outra grave divergência está em não adotar, com antecipação de cerca de dois anos, a candidatura Lacerda. E a terceira, decorreu do fato de não se entregar à coordenação política exclusivista e desejada pelo Governador Magalhães Pinto." Por isso os dois foram, *a priori,* excluídos de qualquer chapa que o Presidente Castello Branco se dispusesse a apoiar.

Ato Institucional nº 5

Outro momento difícil e que já abordamos na entrevista, foi a decretação do AI-5, mas gostaria de acrescentar que, segundo fiquei sabendo, houve ministro, que naquela situação, votou concordando com o texto do AI-5 por solidariedade ao Presidente Costa e Silva.

A situação que o Presidente Costa e Silva viveu, no período do AI-5, dizia-se, era tal que ou renunciava ou praticava um ato de força. Ele resolveu editar o ato. Só que recomendou ao Vice-Presidente Pedro Aleixo que preparasse uma emenda à Constituição de maneira que, no 7 de Setembro de 1969, as coisas voltassem à normalidade.

General, quais eram os três ministros militares?

Almirante Augusto Rademaker, da Marinha, General Aurélio de Lyra Tavares, do Exército e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica, constituíram a Junta Governativa e, através de um ato institucional, passaram a governar. O Congresso ficou fechado até que, por exigência do então candidato à Presidência da República, Emílio Garrastazu Médici, foi reaberto. O General Médici disse que não assumiria com o Congresso fechado, e se manteve irredutível acerca deste ponto.

O AI-5 terminou sendo um instrumento muito bom para a área econômico-financeira porque permitiu acelerar o "milagre econômico", mas do ponto de vista político e psicossocial, deixou danos, até hoje, irreparáveis. Foi um remédio muito amargo. Era meu entendimento, embora à essa altura não tivesse acesso direto ao que estava se passando, porquanto era Assistente-Secretário do Chefe do EMFA, General Orlando Geisel. O General Orlando Geisel, dos ministros militares, era aquele

que não tinha capacidade para agir em força. Embora defendesse suas posições, foi um dos que se mostraram solidários com o General Costa e Silva, sabendo do dilema do Presidente, renunciar ou assinar o ato. O Presidente Costa e Silva não teve outra alternativa, segundo os seus assessores mais diretos.

Sucessão de Costa e Silva

Na época do falecimento do General Costa e Silva, o Vice-Presidente era o Sr. Pedro Aleixo. Havia o detalhe de 1/3 de mandato, uma coisa assim, que me lembro ter sido comentado. Por que o Sr. Pedro Aleixo não assumiu? Problema decorrente da duração de mandato ou de luta armada? O movimento guerrilheiro já estava em pleno desenvolvimento?

O problema nasceu quando o Presidente Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional para examinar a emissão de um ato institucional; o Vice-Presidente Pedro Aleixo, como membro do Conselho de Segurança Nacional, defendeu a alternativa pela não adoção do ato institucional e terminou sendo o único elemento a apresentar o seu voto e falar diferentemente dos demais.

Em conseqüência, quando o Presidente Costa e Silva adoeceu os três ministros militares constituíram uma junta governativa e baixaram um ato por intermédio do qual consideraram o Sr. Pedro Aleixo impedido.

Ele não estava contra, apenas argumentou que os elementos de convicção que possuía não aconselhavam a adoção de um ato tão forte como foi o AI-5. Diga-se novamente, em favor da verdade, que o Presidente Costa e Silva, ao editar o AI-5, desejava que tivesse uma pequena duração. O que ele desejava? Desejava – nós estávamos em 13 de dezembro de 1968 – que a Emenda à Constituição de 1967 fosse aprovada pelo Congresso, para ser promulgada em 7 de setembro de 1969, quando o ato, então, deixaria de existir.

Fatalmente, se ele não tivesse falecido em razão do problema de saúde, o País voltaria a uma situação normal e o Sr. Pedro Aleixo, caso houvesse algum impedimento, sem a vigência do AI-5, poderia assumir.

É, mas a junta militar entendeu que ele não deveria assumir, o que se considera um erro. Na verdade, ele era tão leal à Revolução que, por meio de sua ação política tornou-se o principal colaborador do Presidente Castello Branco na Câmara dos Deputados.

O senhor acha que, naquele momento, a opção Pedro Aleixo não teria sido ruim?

Naturalmente, teria que assumir um compromisso semelhante ao que o Presidente Castello Branco exigiu dos candidatos à sua sucessão, compromisso com os postulados da Revolução. A época era bem diferente, mas não era tão distante assim.

Abertura política

O senhor gostaria de relatar outros momentos difíceis dos governos revolucionários?

Está certo. Vamos, então, para um outro momento difícil. O Governo, sobretudo na administração do Presidente Ernesto Geisel, manifestou oficialmente o propósito de promover uma abertura lenta, gradual e segura, mas não foi entendido pela oposição. Vivemos também um momento difícil, e vou me louvar em um trabalho de um professor da Universidade Stanford, brasileiro, cientista político, chamado Wanderley Guilherme dos Santos. É um homem conhecido internacionalmente, citado inclusive pelo Thomas Skidmore. Ele tinha feito uma série de considerações sobre princípios que considerava importantes para acelerar o processo de abertura.

O primeiro princípio seria o seguinte: "restauração da independência do Judiciário; segundo, liberdade de expressão de imprensa; terceiro, hábeas corpus e outros direitos individuais; quarto, liberdade de organização e apoio às idéias políticas; quinto, regras relativas à disputa do poder político e, por último, procedimentos legais bem definidos para o uso da coerção". Se o Governo adotasse essa postura, teria como rebater, inclusive, aquelas acusações de violência e de tortura praticadas contra os presos políticos. São seis princípios, todos nobres, mas de alcance complexo.

Depois de apontar os princípios, defende uma estratégia gradual para conquista, vamos dizer assim, dessa meta. Recomendava à oposição "evitar pressão simultânea em frentes diferentes, bem como acumulação de desafios que poderiam sobrecarregar a capacidade do regime autoritário de absorver medidas de liberalização". Ele completa, entendendo que a oposição deveria colaborar com o Governo em processo ordenado, ou seja aceitar a colocação que o Presidente Geisel fazia no sentido de estabelecer interlocutores credenciados de ambas as parte e que se chegasse ao que o Professor Wanderley chama de processo gradualista.

Agora, o que é que vimos emanar da oposição, além daquela acusação, que ninguém até hoje entendeu, quando o Sr. Ulysses Guimarães considerou o Presidente Ernesto Geisel a imagem do ditador Idi Amin, de Uganda.

Ninguém compreendeu, mas, na verdade, o Sr. Ulysses Guimarães tinha autoridade, se quisesse, para nortear o trabalho dos políticos de oposição, porque se tratava de uma figura de grande expressão no campo político. Mas o que ele desejava, na sua pregação e na sua orientação aos seus liderados, era o completo e imediato retorno à democracia e ao império da lei. Mas sem negociação. Uma espécie de rendição incondicional.

Conforme a sua tese, entendia que devíamos apropriar para 1974/1979, período da administração do Presidente Geisel, a mesma estratégia adotada na re-

democratização do Brasil no período 1945/1946, quando Getúlio Vargas foi deposto. Ou seja o entendimento no Governo era de que o que o Sr. Ulysses desejava era o "tudo ou nada".

O Professor Wanderley defendia uma estratégia completamente diferente, viável. O Governo mostrou-se receptivo, mas infelizmente não recebeu o mesmo tratamento dos quadros da oposição. Certamente, esta também foi uma dificuldade num período em que mais se promovia a abertura do processo.

Ele quis comparar a saída do Getúlio Vargas, em 1945, com esse momento.

Mas Getúlio Vargas fora deposto, aqui não havia isso. O novo governo era detentor de todas as suas prerrogativas.

Bombas nas bancas de jornais e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Voltemos aos momentos difíceis. Existem mais dois importantes. Em 1980/1981, portanto dentro do processo de condução da abertura, com a anistia em vigor, elementos da direita resolveram agir com violência. Em 1980, tivemos bombas em bancas de jornais, e início de 1981, aconteceu o problema da carta-bomba que foi encaminhada ao presidente da OAB, ocasionando a morte da sua secretária. E, ao mesmo tempo, verificávamos que os partidários da guerrilha continuavam, embora sem mais nenhuma capacidade de ação ou reação, mas continuavam, por seus meios próprios, manifestando-se. Não empregavam a mesma violência de antes, mas continuavam a se manifestar.

Episódio do Riocentro

E aí chegamos ao episódio que ficou conhecido como Riocentro. No dia 30 de abril de 1981, o Capitão Wilson Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, do Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, dirigiram-se a um evento que ocorria todos os anos, uma comemoração popular, no Riocentro, às vésperas do 1º de maio.

Segundo apurações subseqüentes, não intentavam praticar qualquer ato que resultasse em dano pessoal àquelas pessoas que se encontravam participando do espetáculo. O objetivo seria, apenas, tumultuar o espetáculo, organizado pela oposição.

Acontece que explodiu uma bomba no interior do veículo em que se encontravam. A explosão inesperada resultou na morte do Sargento Rosário e provocou ferimentos graves no então Capitão Wilson Machado.

Na manhã do dia 1º, o Presidente foi informado de que não havia nenhuma autoridade envolvida nisso. Surgiram muitas especulações, inclusive a prática de atitudes contrárias ao Governo Figueiredo.

No bojo desse grave incidente, seguiu-se uma série de questões. Dentre elas, uma acusava o Presidente Figueiredo de não ter determinado a apuração do fato em toda a sua dimensão. Entretanto, o Presidente Figueiredo, como soldado que fora a vida inteira e por lealdade à instituição militar, havia acolhido a sugestão de seus auxiliares do Ministério do Exército, para que o problema fosse investigado no âmbito da Força, conforme disposição legal.

O possível envolvimento de um sargento e de um capitão indicava a necessidade da abertura de um inquérito que passaria pelas instâncias da Justiça Militar, podendo chegar, inclusive, ao Superior Tribunal Militar, na época, considerado o tribunal mais liberal. Isso era reconhecido, não só em reportagem da *Revista Veja*, como por declarações atribuídas ao Sr. Sobral Pinto. O inquérito teve um primeiro encarregado, o Coronel Prado Ribeiro, que se afastou pouco depois.

Foi substituído pelo Coronel Job Lorena de Sant'anna que, ao terminar o inquérito, concluiu que os dois militares tinham sido vítimas de um ato terrorista. Essa conclusão foi bastante criticada por não corresponder à verdade dos fatos, segundo os críticos. Em conseqüência, o Presidente Figueiredo foi responsabilizado por não ter cumprido o seu papel, de molde a determinar que tudo fosse apurado ou, vamos dizer assim, por ter concordado que a esfera militar resolvesse o problema.

Como a opinião pública se louvou mais na versão do que no fato, o Presidente Figueiredo suportou esse grande ônus que o acompanhou durante o resto do seu Governo.

Eu aproveitaria até para fazer umas considerações, pois sempre gosto de trazer os documentos das instâncias próprias. Em 1991, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, depois de ler uma entrevista do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo ao jornal *O Globo* e uma reportagem publicada na *Revista Veja*, requereu a instauração de um novo inquérito, a fim de que fosse apurada a materialidade de autoria do delito de que se dava notícia.

A reportagem da *Revista Veja* é de 1º de maio de 1991 e a entrevista do Presidente Figueiredo ao jornal *O Globo* está nas edições dos dias 28 e 29 de abril de 1991.

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Doutor Milton Menezes da Costa Filho disse o seguinte: "(...)No que concerne a matéria fática, acima apontada, tem-se, como breve histórico de seu trâmite na Justiça Militar, os seguintes dados: a) Arquivado o IPM nº 28/81 referente ao caso Riocentro por despacho da instância aqui representada pela 3ª Auditoria da 1ª Circunscrição da Justiça Militar, houve por bem o douto Juiz-Auditor Corregedor oferecer, perante o Superior Tribunal Militar, contra tal pronunciamento, a Correição Parcial nº 1.241-1 cujo acórdão, fruto da decisão plenária da Corte, apresenta a seguinte ementa." Segue uma série

de considerações, que terminam com o arquivamento do IPM, tido pela autoridade Representante como infundado.

Neste ponto, prossegue a ementa: "(...)O que se deve entender por despacho infundado? Exigências de novas provas; aquelas que, realmente, produzam modificações no quadro probatório, que alicerçou o requerimento e o despacho de arquivamento. A mutação probatória há que ser substancial e não, apenas, formal. Correição que se conhece e é indeferida, porque o despacho que atendeu ao pedido do representante do Ministério Público Militar, arquivando o inquérito, objeto da presente Representação, foi fundado nas provas dos autos".

Em 1985, o Coronel Dickson Grael também se dirigiu ao Procurador-Geral da Justiça Militar, Doutor George Tavares. Este, então, elaborou a Representação perante o STM, objetivando o reexame dos fatos geradores do dito IPM. Daquele procedimento, resultou o segundo acórdão do Superior Tribunal Militar, indeferindo a Representação.

Finalmente, em 1988, o Ministro de Estado da Justiça, na qualidade de Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ofereceu a Representação nº 1.061-7 com o mesmo objetivo. A aludida Representação, tendo como relator o Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles, propiciou a decisão do STM datada de 15 de março de 1988, cuja ementa ora se reproduz: "(...)A instauração de novo inquérito, caso existam novas provas em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa. A coisa julgada e a extinção da punibilidade são óbices legais a essa instauração.

Com a anistia, o entendimento do relator é o seguinte: "(...)É, pois de entender-se que o reprovável ato ocorrido na noite de 30 de abril de 1981, no estacionamento do pavilhão do Riocentro está alcançado pela anistia, prevista na parte inicial do Parágrafo 1º, do Artigo 4º da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, e sobre ele deverá recair o manto do perpétuo silêncio, como quis a vontade do Estado, expressa através de seus ilustres e eminentes legisladores."

O que se verifica do requerimento do Senador Suplicy é que ele se louvava em uma entrevista do ex-Presidente João Figueiredo. E o ministro, ao examinar a questão, disse que não iria prosseguir, pois o argumento novo que o Presidente Figueiredo apresentava não estava fundamentado em fatos. O Presidente Figueiredo considerou, na entrevista, que os autores do atentado foram as próprias vítimas.

General, pouco depois da época em que ocorreu a explosão do Riocentro, saiu do governo o Ministro Golbery, Chefe da Casa Civil. O senhor acha que houve alguma ligação com esse episódio? Ele se sentiu desgastado por isso?

Houve. Primeiro, o Ministro Golbery era partidário da tese de que o Presidente não poderia deixar que a apuração e a punição, se fosse o caso, dos responsáveis pelo atentado

do Riocentro, ficassem na mão do Exército. O episódio havia adquirido uma dimensão que extrapolava a área propriamente militar, para atingir uma dimensão nacional.

Basta dizer que ocorreu no tempo do General Geisel, por exemplo, a morte do jornalista Vladimir Herzog – o inquérito apurou que ele suicidou. Depois, veio a morte do Manoel Fiel Filho que também foi considerada explicável. Ora, é da lei que ao acontecer um ato dessa gravidade ou mesmo de menor importância, em área pública, o poder público passa automaticamente a ser o responsável. Naquela época, o Presidente Geisel exonerou o Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello. E o noticiário da imprensa voltou ao normal. O Presidente Figueiredo, conforme comentei, por lealdade à Instituição, deixou que o assunto seguisse a tramitação legal, e ao ganhar dimensões políticas, ele ficou com o ônus.

O Ministro Golbery entendia que o problema ultrapassava os limites da Instituição militar e que o Presidente deveria, pessoalmente, exigir a apuração, sob todos os ângulos, do ocorrido no atentado do Riocentro. Com isso, escreveu uma carta ao Presidente Figueiredo e solicitou seu próprio afastamento do Governo.

VI – Encerramento

"Revanchismo" e relacionamento com a mídia

General, antes de terminarmos nossa entrevista, queria o seu parecer sobre outros aspectos. A partir de 1985, o meio intelectual, a mídia e até autoridades, em geral, iniciaram e vêm insistindo no "revanchismo" contra os militares, porque representam, evidentemente, a Revolução. Qual é o seu parecer a respeito do "revanchismo"? Ele existe ou é uma natural contrariedade depois de um período de autoritarismo?

Parece-me que se trata de uma configuração um pouco diferente do "revanchismo" puro e simplesmente. O que se observa é que aqueles que nos sucederam no Poder, com perseverança, insistem em mostrar, no campo político, que as suas posições e teses anteriores à Revolução continuam válidas. Mas há também um sentido material, não digo materialista. Refiro-me à ânsia de ocupar não só os cargos dos primeiros escalões, mas também em toda a estrutura governamental. E isto se verifica não só no PT, mas até em outras associações ligadas a eles como o MST, por exemplo, que está formando os seus quadros, para, depois, conquistar um espaço no Governo. É uma idéia diferente do "revanchismo" em si. Eles estão olhando também o lado deles e, por isso, procuraram neutralizar o estamento militar.

O senhor citou, nesse passeio pela História, aquele período, chamado de "milagre econômico", bem como dados sobre a reforma agrária etc. Fora de dúvida que os governos

militares foram bem-sucedidos. E não esqueçamos o salto na situação econômica, quando o País saiu da 48ª posição para a destacada oitava, no concerto mundial. Por que isso não é ressaltado, não digo enaltecido, pela mídia?

Em parte, somos responsáveis. Conforme disse uma outra vez, o Presidente Castello Branco conservava uma postura de pouco apreço à difusão das realizações governamentais. Por ele, deveríamos ser pacientes e deixar que os fatos se explicassem por si mesmos.

Mas isso não é verdade. Quer no mundo emergente, como o nosso, quer no mundo altamente desenvolvido, como Inglaterra, Franca, Estados Unidos e vários outros países, todos fazem da publicidade um ponto focal de todas as suas realizações.

Não basta fazer.

Não, até mesmo antes de realizar, dar seguimento à propaganda. Veja que o Partido dos Trabalhadores, agora no exercício da Presidência da República, acena por hipóteses que não consegue realizar. Trombeteia que pretende desenvolver esse ou aquele empreendimento, ainda que, no futuro, se torne irrealizável. Por exemplo, criar postos de trabalho, durante o período do Governo, para dez milhões de pessoas.

Infelizmente, durante o nosso ciclo, não fizemos essa pregação. O período razoavelmente efetivo, nesse particular, foi aquele no qual esteve em atividade a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que começou com o Governo Costa e Silva e trabalhou até o Governo Médici. Ainda é reconhecido, hoje, o trabalho que o então Coronel Octávio Pereira da Costa, como Chefe da Assessoria, realizou no sentido de promover as ações do Governo.

Mas o senhor não acha que a mídia, hoje, por um lado, também evita um pouco manifestar este reconhecimento?

Acredito que você esteja certo na sua colocação, mas penso que é problema cultural. Tenho o exemplo de um companheiro que participou dos preparativos da visita do General Geisel àquele país. Durante a noite, no hotel em que se encontrava, observou que na rua, debaixo da sua janela, havia um conflito entre estudantes e a polícia. No dia seguinte, folheou os jornais franceses e não havia notícia a respeito. Então, ao elemento que o acompanhava na preparação da visita do General Geisel, manifestou sua estranheza: "Sei que houve um episódio envolvendo estudantes e a polícia, mas não vejo notícias, nada." E ouviu a explicação: "É que antes de sermos jornalistas somos franceses."

É o traço cultural nosso. Não sei se estamos certos e eles não; mas não posso dizer que estão errados, porque não estão. Não estou acusando ninguém, mas é um traço do perfil brasileiro. Temos culpa porque nós não nos preparamos para esses procedimentos.

Mas General, embora a Revolução não tivesse contado com o apoio da mídia, quer dizer, não tivemos facilidade de permear com a mídia os nossos valores, quando existe uma pesquisa de opinião pública, as Forças Armadas são reconhecidas sempre como primeiro, segundo ou no máximo terceiro, em merecimento da confiabilidade da população. A que o senhor atribui esse resultado?

O meu entendimento é de que o bom senso do povo brasileiro, embora possa aceitar essa ou aquela tese defendida pela mídia, não perde a sua capacidade de julgar e reconhecer. A instituição militar, em nosso País, tem grande credibilidade. Eventualmente estamos em segundo lugar, atrás da Igreja, por exemplo. De forma que entendo que tudo isso é uma homenagem ao povo brasileiro, ao seu bom senso, à sua capacidade de julgar.

Ele sabe manifestar-se, embora não tenha condições de dizer o seu desacordo sobre as idéias da mídia, quando esta faz uma pregação contra a instituição militar ou contra os governos da Revolução de 31 de Março de 1964.

Hoje, o senhor afastou-se da ligação diuturna com a imprensa, mas, de qualquer modo, como avalia, na atualidade, o vínculo, o relacionamento, das Forças Armadas com a mídia? O senhor entende que está melhor, pior ou igual ao seu tempo?

Entendo que hoje vivemos uma situação que sugere um ambiente melhor no futuro. Já avançamos um tanto, o que considero muito bom, muito bom. Entretanto, ainda faltam muitos passos; mas o importante será encontrarmos esse ponto de equilíbrio entre o que a mídia diz e aquilo que o povo, na verdade, pensa.

Temos que admitir a importância de valorizar o nosso conceito com o povo, embora vasta parcela de nossa gente não tenha o hábito da leitura. Ouve rádio, assiste televisão, mas lê muito pouco jornais, revistas, que dirá livros!

Até já cunharam uma expressão – o analfabeto funcional, pessoa que sabe ler, mas não sabe interpretar. Sessenta e cinco por cento da população brasileira estão incluídos nessa faixa.

É um problema sério

Por isso afirmo que deveríamos ter avançado mais nesse campo.

General, encerrando a entrevista, o senhor tem mais algum fato ou alguma consideração que gostasse de deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército?

Em primeiro lugar, quero deixar registrado o meu profundo e fraterno reconhecimento aos que me ajudaram no exercício dos cargos que ocupei na Presidência da República, em particular: Chefe do Gabinete Militar, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Fiz da competência e dedicação deles as minhas próprias forças, no cumprimento das delicadas e complexas tarefas que me foram cometidas. Gostaria de citá-los nominalmente, entretanto, não disponho de espaço suficiente para relação tão extensa. A todos, os meus agradecimentos.

Em segundo lugar, os meus cumprimentos, pois entendo que esta iniciativa é de fundamental importância. Não basta que, aqui, exponhamos este ou esse ponto de vista, mas que se esclareça um universo muito mais amplo, a fim de que, amanhã, aqueles que nos sucederem possam ter uma visão correta sobre os acontecimentos passados.

Volto a citar aquele exemplo do Professor Rollie E. Poppino da Universidade da Califórnia, em Davis, CA que veio ao Brasil colher dados, a fim de preparar a segunda edição do seu livro “Brazil”, o período do Governo Getúlio Vargas. Passou conosco nove meses. No sexto mês, já havia conversado com muita gente, com personalidades do cenário nacional desde 1922, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, mas como historiador, faltava-lhe algo que pudesse debruçar-se e interpretar o que estava registrado.

Eis que, através do Ministro Golbery, solicitou-me ajuda para que tivesse acesso ao Arquivo do Exército. O General Orlando Geisel, Chefe do Estado-Maior do Exército, com quem servi, falou com o Ministro Lyra Tavares, e o Professor Poppino passou os últimos três meses do tempo dele para a pesquisa, no Arquivo do Exército. Quando foi embora, com lágrimas nos olhos, me disse: “Coronel devia ter invertido o processo; se tivesse passado seis meses dentro do Arquivo do Exército e três meses conversando, teria alcançado melhor resultado.”

Meus cumprimentos por essa tarefa, pois acho que deixará uma semente de grande fertilidade na construção do futuro do nosso País.

General-de-Brigada Fernando Cardoso

- Natural da Cidade de Juiz de Fora, MG.
- Pertence à turma de 1959, Arma de Infantaria, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais cargos e funções desempenhadas: Como oficial superior: No Centro de Informações do Exército (CIE), de 1977 a 1980; no Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1980 a 1984; Comandante do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado (16º BIMtz), Natal, RN, em 1985/1986.
- Como Oficial General: Comandante da 4ª Brigada de Infantaria, Belo Horizonte, MG, 1991/1992; Chefe do CIE, 1992; Chefe da Casa Militar do Governo Itamar Franco, 1992 a 1995; no Comando de Operações Terrestres (COTER), em 1996.
- No exterior: Adido Militar das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na China, de 1988 a 1990.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, e a Escola Nacional de Informações (EsNI), 1987.
- Em 1964, era Tenente Comandante de Pelotão, servindo no Batalhão de Guardas Presidencial (BGP), em Brasília.

Entrevista realizada no dia 20 de outubro de 2005.

Em setembro de 1963, houve um movimento que ficou conhecido como Rebelião dos Sargentos de Brasília. Nessa época, o senhor era Tenente Comandante de um Pelotão da 4ª Companhia do Batalhão da Guarda Presidencial. Sobre tal fato, o que o senhor poderia deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército?

O período do Presidente João Goulart foi pleno de manifestações políticas e ideológicas, envolvendo sindicatos de trabalhadores, ligas camponesas e outras organizações. A complacência do Governo com esses movimentos fizeram-lhes adquirir certa naturalidade.

No âmbito das Forças Armadas começou a tomar corpo um movimento pela desobediência, pela inversão dos valores da hierarquia. Em vários lugares e Unidades, ao longo dos anos de 1961 a 1963, ocorreram manifestações ou tentativas de manifestações desse teor. Em Brasília, no mês de setembro de 1963, essa fase ficou materializada pela eclosão de uma revolta de sargentos das Forças Armadas, visando modificar as estruturas do governo. Esse movimento ficou conhecido como a "Rebelião dos Sargentos".

Na época, servia no Batalhão de Guardas Presidencial (BGP), única Unidade completa na nova capital e dessa forma bastante acionada, para a solução de todos os conflitos. A intranqüilidade existia em todo território nacional, mas Brasília, era uma grande caixa de ressonância. A prontidão era uma constante no BGP.

Na noite de 11 para 12 de setembro de 1963, foi executado o Plano de Chamada e os militares foram alertados. A maioria dos Oficiais morava na SQS 209 e quando desci para aguardar o ônibus, estava saindo o carro do Tenente Walmensi (Tenente Walmensi Paulo da Silva e Souza), levando mais quatro tenentes.

Era madrugada, três horas da manhã. Alguém me disse: "Cardoso pode ficar aí que o ônibus já vem e te pega." E realmente foi o que aconteceu. Daí a uns dez minutos, embarquei no ônibus com o quartel como destino. Estava sozinho e, até então, não sabia o que estava acontecendo. Inclinei a cabeça no encosto da cadeira – naquele sistema nosso – e, quase cochilando, eu vim. Na Avenida W3, o ônibus deu um solavanco, como se tivesse sido um golpe de direção, e acordei. Sonolento, perguntei ao motorista o motivo da manobra brusca. Respondeu-me: "Olha Tenente, parece que eram uns militares da Aeronáutica que estavam naquele carro e tentaram fechar o ônibus, mas o ônibus era maior do que o carrinho e o motorista desistiu." E, a partir daí, o caminho foi normal, mas fiquei meio preocupado.

Quando o ônibus chegou ao Batalhão, o pessoal vendo-me sozinho, perguntou: "Cardoso, não te prenderam?!" Respondi: "Não, estou aqui." Eles disseram: "Os sargentos estão em todas as saídas e entradas dos quartéis, prendendo a moçada." Eu disse: "Bom, comigo não aconteceu." Apresentei-me à minha subunidade, a 4ª

Companhia de Fuzileiros (4ª Cia Fzo), e recebi o meu setor de defesa. O Batalhão já estava todo empenhado na segurança do aquartelamento. Evidentemente, os revoltosos não tiveram o "peso" militar para empreender uma invasão do quartel.

Ao alvorecer, tivemos conhecimento real do que estava acontecendo nos outros lugares: oficiais foram presos na tentativa de entrar em seus aquartelamentos; outros, e não foram poucos, não conseguiram chegar às suas Unidades e se apresentaram ao BGP. Havia gente da Marinha, da Força Aérea. O militar não conseguia entrar na Base Aérea, pegava o carrinho dele e vinha para o BGP, no Setor Militar Urbano.

Em torno das 9h, depois de confirmar que o BGP estava seguro, o Comandante ordenou a constituição de uma coluna de marcha com duas Companhias de Fuzileiros reforçadas. Tudo pronto, a coluna de marcha seguiu na direção geral da Saída Sul. Ao chegar no entroncamento da BR 040 com a pista que leva ao balão do Aeroporto, a coluna se dividiu, seguindo a minha 4ª Cia Fzo para a área ALFA (aquartelamento dos Fuzileiros Navais) e a outra Cia Reforçada para a Base Aérea. Na área ALFA, encontramos somente graduados e fuzileiros, uma vez que os oficiais foram impedidos de entrar ou mesmo de permanecer no aquartelamento. Todos os graduados foram presos.

Eles reagiram?

Não houve reação. Quando a coluna se deslocava pela via de acesso que conduz ao quartel dos Fuzileiros Navais, as famílias dos Navais nos brindavam pejorativamente com algumas palavras de ordem, mas foi só isso.

A minha Companhia pernoitou no quartel dos fuzileiros navais e, acredito que na Base Aérea tenha ocorrido o mesmo com a outra Companhia reforçada. Essa foi a minha participação. É interessante observar que nessa madrugada de 12 de setembro, enquanto se buscava o pessoal em casa, aconteceu o momento crítico da intentona dos graduados.

Naquela noite, os revoltosos tentaram invadir o quartel do BGP. Ocuparam o espaço entre os fundos e a Saída Norte do quartel e colocaram em execução o plano para impedir que os militares do Exército chegassem aos seus quartéis.

Em função da intranqüilidade reinante, havia um serviço especial de ronda que era executado pelos Oficiais de Dia e os subtenentes de serviço. O Subtenente Borges estava rondando, quando ouviu um barulho no fundo do quartel. Ele era um militar decidido e para lá se dirigiu para ver o que acontecia. Em lá chegando, foi preso pelos revoltosos que estavam se aproximando do aquartelamento. O Subtenente Borges conseguiu parlamentar, dizendo que estava tudo bem, que os apoiava e voltaria para o Batalhão para dar o sinal que eles poderiam invadir, pois não haveria resistência. Conseguiu convencer os atacantes e retornou ao aquartelamento do BGP.

Imediatamente avisou ao Oficial de Dia, que deu partida ao Plano de Chamada e organizou um grupamento com o restante da Guarda do Quartel e das Subunidades. O Oficial de Dia implementou uma resistência tênue mas suficiente para impedir a invasão. Enquanto os invasores ficaram na dúvida quanto à “força” da defesa, os integrantes do BGP que estavam no quartel foram acordados, os oficiais e graduados começaram a chegar de suas residências e as frações foram se completando e reforçando a defesa inicial. Quando cheguei, fui direto com meu Pelotão para a linha de defesa e aguardamos, em posição, o alvorecer.

Basicamente, essa foi a parte que eu sei, mas existem outros fatos que se desenrolaram ao longo daqueles dois dias de setembro. Por exemplo, as operações na Esplanada dos Ministérios, onde os sargentos revoltosos da Marinha e da Aeronáutica estavam tentando tomar o prédio do Ministério do Exército. Os oficiais enviados ao local foram os tenentes, do BGP, André Leite Pereira, Carlos Monteiro de Carvalho, Hélio Tharsis Coe Centeno, e o Tenente Souza Aguiar, do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (EsqCMec).

No edifício do Ministério do Exército existiam o Escalão Avançado do Gabinete do Ministro do Exército e o Comando da 11ª Região Militar. A guarda do QG iniciou a resistência e conseguiu impedir a invasão. Os pelotões do BGP que para lá se dirigiram foram recebidos à bala e imediatamente devolveram o fogo. A ação do carro de combate do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (EsqRecMec) foi muito valiosa.

Seria muito importante para melhor conhecer esse capítulo de nossa história ouvir os oficiais que tiveram participação direta naquelas ações, especialmente o Tenente Abílio Monteiro Alves que era o Oficial de Dia ao BGP.

Tendo em vista o clima de insatisfação e um certo anseio pela implantação de uma República Sindicalista ou coisa assim, o Exército se reagrupou e mandou para Brasília uma Companhia de pára-quedistas, que ficou alojada no futuro Batalhão de Polícia do Exército (BPE), e um Esquadrão mecanizado, que também ficou ocupando as instalações do BPE. Quer dizer, havia alguma preocupação com relação ao futuro.

De que maneira a rebelião influenciou o ambiente no Batalhão?

O ambiente foi influenciado, porque vários sargentos do próprio BGP foram indiciados como participantes daquelas manifestações e julgados pela Justiça Militar. São circunstâncias desagradáveis. Naquela ocasião, a sede da Auditoria Militar com jurisdição sobre Brasília era na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e os militares eram levados para o julgamento. Surgiu, como era natural, certa preocupação, tanto de oficiais como de sargentos, se bem que não se transformou, vamos dizer assim, num drama ou trauma. Houve uma desconfiança. De uma certa maneira já era previsível a

participação daqueles poucos graduados que foram presos. Eram profissionais, mas havia sempre uma dificuldade no relacionamento deles com os oficiais.

O senhor continuou como Comandante do Pelotão?

Continuei como Comandante do Pelotão.

No decorrer do período que se seguiu até a Revolução de 1964, no ambiente diário do quartel, o senhor conseguia conhecer, entre os tenentes e capitães, quem eram os seus amigos? Conseguia saber, mais ou menos, a posição deles? Isso era visível ou não? Aquele foi um período conturbado.

Foi um momento difícil e a gente tinha pouca informação. Quando você não tem muita informação, fica meio sem rumo. Então, havia uma amizade boa entre os oficiais, entre os graduados, entre os graduados e oficiais, apesar de ter havido aquilo em setembro de 1963. Quer dizer, a vida no Batalhão não foi insuportável. Ela ficou penalizada por aquilo, mas como ninguém tinha muita informação, nós tocamos para frente. Ou seja, a vida continua.

Não vinham informações de fora, trazidas pelo Comandante?

Pouca informação. Como disse, talvez fosse até bom, visto que não provocou grandes discussões ou divergências e permitiu que a maior parcela dos oficiais se mantivesse favorável à Revolução e os poucos que não aderiram, também, não se pronunciaram contrários; eles apenas não participaram.

Sem informações – não havia uma cadeia de informações –, como os senhores tomavam conhecimento dos acontecimentos? Pelos jornais?

Jornal, rádio. A própria vida da cidade, que volta e meia tinha umas complicações conforme eu já falei. Quem é que tinha que sair para resolver os problemas? Eram as tropas do Exército. Quando eu cito tropas do Exército leia-se pelotões e companhias do BGP. Houve uma crise entre o Secretário de Segurança do DF e a Guarda Especial de Brasília (GEB), ao final do ano de 1963 ou início de 1964, o que resultou na retirada dos policiais das ruas e, como conseqüência, o policiamento da capital passou a ser feito pelo BGP. A GEB era uma guarda tipo Polícia Militar. Mas como aqui era Distrito Federal e não tinha Governador, ela era uma guarda, vamos dizer assim, praticamente do Governo Federal.

Logo a seguir ao desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964, o seu pelotão, sob seu comando, se deslocou na direção de Minas Gerais. Gostaria que o senhor relatasse os acontecimentos vividos. O que o senhor pode esclarecer?

Os acontecimentos do dia 31 de março ocorreram, também, dentro de muita desinformação para todos. Fica-se sabendo, na hora, do grande evento, mas os

detalhes, as posições do pessoal, ninguém ficou sabendo anteriormente. O Subcomandante do BGP era o Tenente-Coronel Antônio Barbosa de Paula Serra. Segundo alguns companheiros, ele era favorável ao Movimento revolucionário que resultaria na deposição de Jango. O Coronel Serra teria manifestado essa posição para alguns oficias. No dia 30 de março, ao terminar o expediente o Batalhão entrou em situação de prontidão. No cassino os oficiais perguntavam: “O que está acontecendo?” Pelas notícias ficamos sabendo do início do Movimento. A 11ª RM ordenou o deslocamento de uma Companhia reforçada para o corte do Rio São Marcos, próximo a Paracatu, divisa do Estado de Goiás com o de Minas, para deter as tropas que viriam das Alterosas.

Ficou ajustado à “boca pequena” que o Coronel Serra seria o comandante da coluna. A coluna seria constituída pela 4ª Companhia de Fuzileiros, que era comandada pelo Capitão Dário Alfredo Pinheiro, uma Seção da Bateria de Artilharia e uma Seção de carros. Estava tudo isso mais ou menos acertado. Com relação ao Comandante do BGP, Coronel Raimundo Netto Corrêa, ele era um homem de bem, mas exercendo a função de Comandante do Batalhão de Guardas Presidencial, tinha que ser favorável ao Presidente e cumprir sua missão. Ele era um homem bom, discreto, em suma, era assim... uma boa pessoa, mas muito fechado.

A missão era dele como também seria a nossa. Cumprindo as ordens da 11ª Região Militar, na madrugada de 31 de março a coluna de marcha se organizou e iniciou o movimento.

A tropa estava saindo da avenida do Setor Militar Urbano para alcançar o Eixo Monumental e seguir para a Saída Sul, quando foi detida por um grupo de oficias superiores da 11ª RM. Chamaram o Tenente-Coronel Serra, o destituíram do comando e o substituíram pelo Major Ernani Azevedo Henning. Houve então um certo mal-estar. O Capitão Dário reuniu os tenentes e, mesmo não tendo uma decisão clara, ficou definida a seguinte posição: “vamos cumprir as ordens até determinado ponto, mas nós não vamos atirar em ninguém”. Seguimos para o cumprimento da missão.

Qual a posição desse Major Henning?

Não sabíamos a posição dele. Era o Fiscal Administrativo do BGP e o pessoal gostava dele, porque era um militar trabalhador e sério. Certamente não foi ele quem criou aquela circunstância, aquela bomba caiu na mão dele.

Depois de alguns enguiços nas viaturas chegamos ao corte do Rio São Marcos por volta de meio-dia. Houve a ordem para entrar em posição, o que foi feito rapidamente. A Seção de carros foi lançada à frente e a Artilharia se posicionou.

Enquanto a posição foi ficando organizada, entre os tenentes as perguntas surgiram: “O que vamos fazer? Prender o Major? Passar para o outro lado?” Mas a

realidade é que nenhuma decisão foi tomada. Quando escureceu, a tropa estava em posição. Não sei como foi transmitida mas, cerca de 21h de 31 de março, recebemos a ordem de retornar, pois a Revolução havia triunfado. Na manhã do dia 1º de abril, chegamos ao quartel. Isso foi o que ocorreu no corte do Rio São Marcos.

Qual o fato curioso que ocorreu com relação ao "rancho", nessa ocasião?

Quando chegamos no corte do Rio São Marcos, o Tenente Paulo Diniz foi mandado a Paracatu para comprar a carne para fazer o almoço. Ele saiu às 13h, andou perto de noventa quilômetros e com isso o almoço ficou pronto só às 17h30m. O corneteiro "tocou rancho" e a tropa avançou. Depois da faina de limpeza do almoço, passados alguns minutos, o corneteiro "tocou rancho" novamente. E toda a tropa avançou para o jantar.

Outro fato pitoresco, segundo transmissão verbal, aconteceu com um soldado que caprichou na construção do seu abrigo individual e, depois de bem alimentado, adormeceu. O Batalhão foi embora de retorno para Brasília e ele lá ficou. Quando as tropas mineiras passaram, ele se apresentou e acabou sendo o guia dos mineiros.

Quer dizer que as tropas mineiras vieram?

Vieram, chegaram a Brasília e ficaram alojadas no Teatro Nacional. Lamentavelmente não me lembro do nome do soldado do BGP "esquecido" na área onde entramos em posição, no corte do Rio São Marcos, mas ele acabou sendo o guia, veio mostrando o caminho e ainda orientou o pessoal em Brasília.

A posição do Major Henning foi esclarecida ou ele era apenas um executor?

Não, ninguém sabia e nem soube, porque não surgiu a oportunidade da definição, não houve a circunstância. Quer dizer, a circunstância haveria se as tropas de Minas Gerais chegassem antes da ordem de retorno. Certamente haveria uma parlamentação, se houvesse o contato entre as duas tropas, como ocorreu em outros lugares. Mas essa oportunidade não surgiu.

O Comandante permaneceu?

O Coronel Raimundo, Comandante do BGP, continuava no comando. Enquanto a coluna se deslocava para o corte do Rio São Marcos, indo e voltando, o Batalhão continuava de prontidão em Brasília. E começou a discussão – reunião de oficiais... quem é que está do meu lado... quem está do outro lado... Depois que passa, não se pode criticar alguém pela posição ou atitude tomada, porque todos estavam desinformados. Alguém que tinha uma informação tomou determinada posição; o outro que não tinha aquela informação, tomou posição diferente. Mas a realidade é que a maior parte do Batalhão estava favorável à Revolução. E os que não eram

favoráveis à Revolução, não eram inimigos nossos nem da Revolução, eles talvez tivessem um outro drama de consciência influenciando a decisão.

Eles chegaram a ser presos?

Não, eu tenho a impressão de que ninguém foi preso. Quem eu acho que foi o primeiro que ficou mais ou menos fora de ação foi o Comandante. Não sei se nesse mesmo dia, mas no final da tarde chegou o então Coronel Carlos de Meira Mattos, de capacete de aço, pronto para a ação. Era o Comandante do 16º BC, Batalhão de Cuiabá, em Mato Grosso. Para mim, pelo menos no meu conhecimento, foi a primeira tropa de fora da guarnição que chegou a Brasília para, vamos dizer assim, assegurar a Revolução. Mas o Coronel Meira Mattos foi ao BGP e assumiu o Comando do Batalhão. O primeiro afastado foi o Coronel Raimundo.

General, quando houve o episódio da Avenida W3?

A partir do dia 1º de abril, já com a situação nacional decidida em favor do Movimento revolucionário, vários oficiais superiores e até generais transmitiram ordens ao Batalhão. Foi um momento confuso, pois os subalternos não sabiam quem estava mandando. Houve, então, missões diversas, para prender ou isolar os principais auxiliares do Presidente deposto e, nesse contexto, no dia 2 de abril, coube-me prender Darcy Ribeiro, ex-Chefe da Casa Civil. A ordem era bem simples, recebi o endereço e me disseram para bater na porta do apartamento e efetuar a prisão. Foi o que fiz.

Onde ele morava?

Na SQS 208, vizinho da SQS 209, onde residiam os oficiais que serviam em Brasília. Então, para lá me dirigi. Bati na porta da casa dele, ninguém atendeu. Bati outra vez, apareceu alguém. Não sei se foi a empregada ou se foi outra pessoa. Disse: "Não está, ele deve estar no Riacho Fundo". Prontamente, saí com meu pessoal. O meu Pelotão era transportado em duas viaturas "choques" e um jipe. Eram três Grupos de Combate (GC), cada um comandado por um sargento. O 2º Sargento Mário Luiz era comandante de GC e adjunto do Pelotão. Os sargentos Antônio Araújo e Sampaio comandavam os outros GC.

Riacho Fundo é saída para Goiânia. Em lá chegando, recebemos a informação de que Darcy Ribeiro não estava. Fizemos uma busca limitada no local e nada encontramos. Iniciamos, cerca de 16h, o movimento para voltar ao quartel.

Quando passamos em um sinal de trânsito, um civil me alertou que estava ocorrendo uma grande confusão na Rodoviária. Estávamos voltando pelo Eixinho "W" e fatalmente iríamos passar pela Rodoviária. Perguntei o que acontecia e ele disse que os manifestantes estavam protestando contra o Movimento revolucionário vitorioso e

pretendiam atacar a Rádio Alvorada. Essa estação de rádio localizava-se na altura da Quadra 504, no início da Avenida W3 Sul.

Eu estava no caminho para a Rodoviária. Pensei comigo: "não vou para lá, não vou entrar no meio de uma confusão". Decidi seguir pela W3 pois poderia pegar o Eixo Monumental sem passar pela Rodoviária. Do Eixinho "W" subi pela 107/108, passei pela Igrejinha e no balão da 306/307, prossegui para a W3, indo sair na altura da 506/507. Ao virar à direita na W3, parei e verifiquei que a uns 300m um alentado grupo de pessoas se deslocava na direção da 507.

Pensei: "E agora!?" Examinei a situação e verifiquei que poderia evitar o confronto com a turba que se aproximava, pois existia uma via de escape se manobrasse na contramão da W3 e retornasse para a Rua da Igrejinha. Mas, não foi isso que nos ensinaram e imediatamente decidi barrar o movimento dos manifestantes. Segundo aquele preceito dos tenentes: "correr do inimigo, jamais e, além disso, eles já nos viram". Um "choque" fechou a mão e o outro a contramão da W3. O Jipe ficou no meio e os espaços entre as viaturas foram preenchidos pelos Grupos de Combate em uma simples fileira. Colocamos um fuzil-metralhadora (FM) em cima de cada "choque" e esperamos a chegada da turba, com baionetas caladas. Nossa preparação foi rápida.

Interessante que o senhor não quis antecipar o confronto, indo para a Rodoviária, onde estaria a turba, segundo o boato.

Se eu tivesse ido para a Rodoviária, talvez já não encontrasse ninguém e a história teria sido diferente.

Os manifestantes bradando *slogans*, se aproximaram e fui cumprir o prescrito no regulamento de controle de distúrbios. Eu e meu mensageiro nos adiantamos, para que eu fizesse a proclamação da autoridade. Gritei: "Atenção!" Foi como se eu não existisse. A turba, nessa altura já a 6m, simplesmente me ignorou e continuou a avançar. Recuei calmamente, me alinhei com o Pelotão e comandei: "4º Pelotão, Fogo!"

Havíamos explicado aos soldados que a primeira salva deveria ser para cima. O Pelotão todo atirou e aconteceu uma circunstância fundamentalmente favorável. Um dos FM Madsen, ao atirar para o alto, atingiu uma luminária da iluminação pública, especialmente a parte de baixo que era de vidro. Voou caco de vidro para cima dos manifestantes. Interessante ressaltar que os agitadores, para manipular a massa, dizem que a tropa não vai atirar e que a munição é de festim. Quando a chuva de vidro começou a cair, a turba percebeu que a munição era real e o ronco do FM era para valer.

Imediatamente os manifestantes fizeram meia-volta e nós entramos em "aproveitamento do êxito" e fomos empurrando, na ponta da baioneta, os recalcitrantes. À medida que passávamos pelas saídas laterais da W3, o número de manifestantes

diminuía e, ao final, restou um grupo de umas cinqüenta pessoas e uma balançava a bandeira brasileira. O Sargento Araújo escolheu um soldado e disse: "Vamos lá pegar essa bandeira." E dito e feito e a bandeira, durante um bom período, ficou como troféu do 4º Pelotão.

A manifestação já estava dissolvida e o Pelotão se reorganizando quando, no sentido contrário do nosso movimento, chegou uma patrulha de reconhecimento do Esq Rec Mec, chefiada pelo Tenente Jayme Martins Falcão. Ultimamos juntos a limpeza da área e iniciei o deslocamento para o quartel. Esse foi o episódio da W3.

O Tenente Falcão recebeu a missão de controlar a manifestação?

Não sei por que ele apareceu lá. Talvez, em função daquela movimentação na Rodoviária, tivesse recebido a determinação de fazer um reconhecimento.

Quando a ação na W3 terminou recebi ordem de proteger as instalações do *Correio Braziliense*, no Setor Gráfico. Lá ficamos até às 21h quando, por telefone, nos ordenaram regressar ao BGP.

O Batalhão, a partir desse momento, já em ambiente de Revolução de 1964, se reorganizou? O Coronel Meira Mattos continuou no Comando?

Sim, se reorganizou. Quanto ao Comando, não sei responder. Normalmente, saíamos em missão pela manhã, retornávamos ao final da tarde e, no dia seguinte, a situação se repetia. Ao sairmos, o Comandante do Batalhão era um, ao voltarmos, era outro. Tivemos o Coronel Meira Mattos, o Coronel Álvaro Alves dos Santos e outros. Finalmente, o Tenente-Coronel Amando Amaral ficou como Subcomandante e o Coronel Darcy Lázaro assumiu o comando do BGP.

General, na nossa conversa inicial sobre a Rebelião dos Sargentos de 1963, o senhor citou que tinha vindo para Brasília, enviada pelo escalão superior, uma tropa pára-quedista, talvez no valor de uma Companhia. Em 1964, além da tropa de Mato Grosso, chegou também uma tropa de Minas. Essas tropas voltaram logo ou permaneceram em Brasília algum tempo?

Acredito que somente vieram para Brasília a tropa comandada pelo Coronel Meira Mattos e uma coluna do 12º Batalhão de Infantaria (12º BI), de Belo Horizonte. Permaneceram algum tempo, não sei precisar quanto. Lembro-me de que, uma semana depois – não sei, talvez duas semanas – houve no pátio do BGP um grande *show* para divertir as tropas.

No seu currículo, constatei que o senhor trabalhou quatro anos no Centro de Inteligência do Exército (CIE), mais quatro no Serviço Nacional de Informações (SNI), e depois, voltou para a Escola Nacional de Informações (EsNI). Considerando a sua expe-

riência sobre a atividade de informações, o senhor poderia tecer comentários sobre a importância e a necessidade das mesmas?

Hoje em dia, quando se fala em informação, paira uma conotação negativa, tanto que já estão modificando para o termo “inteligência”, que é um termo muito mais palatável na mídia atual. É claro que não se modifica apenas a palavra, mas se modifica a ação. O Governo de Castello Branco foi o primeiro que estruturou um sistema de informações. É interessante assinalar que, na maioria dos países importantes, havia um sistema de informações para proteger e orientar os governos.

Alguns críticos do SNI reclamavam da “ideologia” do sistema. O SNI foi criado para opor-se ao avanço das idéias comunistas, que eram propagadas por grupos de opositores ao regime. As pessoas que governavam o País entendiam que o “comunismo” era um mal para o País. O SNI tinha mensagem ideológica, da mesma forma que seria o inverso se os opositores da Revolução tivessem alcançado o Poder. É mais ou menos isso que ocorre em Cuba com relação aos não-comunistas. O sistema de informações cubano será despido de ideologia? Hoje em dia qual seria a ideologia de um novo sistema? Quem define esse ponto básico? Teria que ser o Estado. Sim, mas o que é o Estado? O Estado é uma abstração, quem representa o Estado é o Governo. Cabe ao Governo agora ou vai caber um dia estruturar um sistema de informações para o País.

Quanto ao nosso serviço de informações da época – o SNI e seus componentes – criado pelo Governo de 1964, o senhor conclui por sua importância para a condução do Governo revolucionário?

Claro que sim, pois dotava o Governo de conhecimentos e dados que permitiam a adoção de medidas criteriosas para a solução dos problemas nacionais. Recente livro sobre a atividade de informações no Brasil relata que os primeiros documentos que o Presidente José Sarney lia eram os relatórios econômicos do SNI. É válido perguntar: “O sistema foi perfeito, só alcançou sucesso?” Não, o que vive e que se estrutura na ação, na condução, na execução de medidas está sujeito a erros, a dificuldades e a falhas. Não se pode confundi-las com o desprezo total pela atividade de inteligência dentro de um Governo. Isso é que não pode acontecer.

E ainda: uma coisa fundamental e ali estava o exemplo, é que o serviço de inteligência tem que ser criado dentro de um sistema – vários elementos que compõem aquele sistema. No caso do Serviço Nacional de Informações, tinha o próprio Serviço, o Centro de Inteligência do Exército, o da Marinha, o da Aeronáutica, o da Polícia Federal. Isto é, todos fazendo parte de um só sistema, verticalizado e diretamente ligado ao Presidente da República ou uma figura semelhante a ele, em termos de padrão. Hoje, todo esse sistema foi destruído, não existe mais. Teríamos que verifi-

car qual é o tipo de informações e de inteligência que o Estado, o Governo, precisaria, para que pudéssemos estruturar recursos humanos a fim de conduzir um sistema desse tipo, obra que não se faz da noite para o dia.

General, poderia comentar sua participação nos governos Itamar Franco, o senhor foi Chefe da Casa Militar, e Fernando Henrique Cardoso, na função de Assessor Especial? Nos governos militares, sua participação se deu por meio do SNI. Depois, talvez até, numa tentativa de recriar um sistema de informações ou inteligência

A ação básica era a estruturação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Inicialmente foram selecionadas três áreas como objetivos-alvo da atividade de inteligência. Eram reclamos maiores de governantes e do povo. A violência estava desafiando o País, a corrupção grassava e o tráfico de drogas se espalhava, chegando a considerar algumas partes das cidades como "áreas liberadas", onde o Governo não tinha poderes. A ABIN seria a cabeça do sistema e os recursos humanos começariam seus treinamentos trabalhando nesses três vetores fundamentais: Combate à corrupção, combate ao tráfico de drogas e combate à violência. Para combater e vencer tais desafios, teremos que contar com pessoas muito bem treinadas e preparadas. É imperioso que os integrantes do sistema tenham caráter e pertençam a uma instituição com caráter, onde as pessoas de bem sejam reconhecidas e os sem caráter sejam afastados. Outro elemento indispensável é o mandato, ou seja, a credencial estabelecida pelo Governo para executar, em seu nome, as ações do órgão de inteligência.

O senhor considera difícil a tarefa de criar tal instituição?

Ah, vai ser muito difícil.

Como contribuição para a estruturação de um órgão de inteligência, cito o documento final de um seminário sobre tal atividade, realizado no Congresso, durante a gestão do Almirante Mário César Flores na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Foram convidados diplomatas brasileiros e estrangeiros, membros ou ex-membros dos serviços de inteligência nacionais e de outros países, políticos, jornalistas, militares e policiais. O referido documento contém de 90 a 95% das medidas e ações prioritárias e necessárias para se implantar um serviço de inteligência útil ao País e à população.

Estamos satisfeitos com seus esclarecimentos e, em nome da equipe do Projeto História Oral do Exército, agradeço muitíssimo sua participação e colaboração.

Eu é que agradeço pela oportunidade de expor as idéias, que não são só minhas, mas aprendidas ao longo da vida, através da experiência dos outros. Foi uma oportunidade de conversar sobre um período rico para nós, que nos trouxe também muito conhecimento e vivência que poderemos aproveitar para outras situações.

Coronel José Campedelli

- Natural da Cidade de São Simão, São Paulo, SP.
- Ingressou, em março de 1944, na Escola Militar de Resende, oriundo da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria, em dezembro de 1946.
- Principais cargos e funções militares, como Oficial Superior: Oficial de Estado-Maior da antiga 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS, de 1962 a 1964; Oficial do Gabinete do Ministro do Exército, de 1964 a 1967; Comandante do 6º Regimento de Cavalaria Blindado, de 1972 a 1974, na Cidade de Alegrete-RS; Assistente do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, em 1974; e Assistente-Secretário do Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de 1974 a 1975.
- Principais funções civis: de 1967 a 1969, foi Governador do antigo Território Federal de Rondônia e Conselheiro da Sudam e Sudeco; de 1974 a 1975, Secretário da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais; em 1984, assessor do Presidente do Programa Grande Carajás, no setor de transportes; de 1984 a 1985, Chefe da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Agricultura, em 1985, da DSI do Ministério da Cultura, e, de 1986 a 1989, da DSI do Ministério da Previdência e Assistência Social.
- No exterior: Adido Naval e do Exército junto à embaixada do Brasil na Venezuela, em 1976 e 1977.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Como atividade de ensino civil, foi professor-colaborador de Geografia Humana, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguaiana, RS, de 1962 a 1964.
- Em 1964, como Major, exercia a função de E2 (Oficial de Informações), na 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana.

Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2004.

Tenho prazer em participar desta entrevista; lamento, apenas, as eventuais omissões, que o tempo decorrido proporciona, comprometendo a perfeita rememoração de tudo o que se passou, para uma completa e real avaliação dos fatos.

O Projeto coloca à sua disposição o tempo que o Senhor quiser utilizar. Importa-nos a história vivida pelo Coronel Campedelli, no que diz respeito à Revolução de 1964.

Farei um preâmbulo a fim de esclarecer a minha situação nisso tudo.

Além da satisfação de encontrar-me aqui, a convite dos responsáveis por esse projeto extraordinário da História Oral da Revolução de 1964, desejo consignar uma homenagem especial aos companheiros que arrostaram os riscos do período conturbado da Revolução. Conspirávamos contra o processo de comunização do País, especialmente grave no Rio de Janeiro, à época em que freqüentei os cursos de Aperfeiçoamento e da Escola de Comando e Estado-Maior.

Considero que o meu engajamento nessa conspiração teve início em 1945, com a queda do Presidente Getúlio Vargas. Ainda era cadete. Depois, sucederam-se aqueles acontecimentos todos que redundaram no suicídio do Presidente Vargas, durante seu segundo governo. Lembro-me de que servia em Itaqui-RS e fui designado para estabelecer barreira na estrada que conduzia a São Borja-RS, porque um dos membros da guarda pessoal do Getúlio Vargas, suspeito de ter participado do atentado a Carlos Lacerda e da morte do Major Rubens Vaz, o Subtenente Climério (Climério Euribes de Almeida), estava sendo procurado e era de São Borja.

Episódios anteriores já tinham sido constatados quanto à existência de infiltração comunista nos quartéis. Lembro-me de que, nessa época, servia no meu Regimento o Major Kardec Leme, comunista notório. Kardec era comunista convicto, um homem atuante, explorando os antagonismos naturais que existem dentro de qualquer instituição. Mas o objetivo principal dele era sempre estabelecer divisões entre oficiais e sargentos,

Então, já havia motivação. E, também, a destruição dos valores de nossa sociedade, porque, afinal, sabíamos ser essa uma das técnicas da insidiosa ação comunista. Ao mesmo tempo, organizavam os seus quadros com vistas à Revolução, a criação de uma "área liberada" e tudo o mais que já conhecemos.

Quando fui cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tinha ocorrido, antes, aquele famoso "retorno aos quadros constitucionais vigentes" do General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott). E surgiram problemas com a Aeronáutica. A Base Aérea dos Afonsos foi sitiada por força do Exército e criou-se um clima muito ruim entre o Exército e a Força Aérea. Um concunhado meu, Major da Aeronáutica, morava na Ilha do Governador e éramos muito ligados.

De certa forma, já estávamos identificados. No Rio de Janeiro, o General Lott estabeleceu um sistema. Quem não fosse da rigorosa confiança do sistema não tinha

condições de entrar em uma Unidade, mesmo para visitar um companheiro; era penoso, muito complicado. Então, onde encontrei caminho e mais facilidade para as conversas, foi junto ao pessoal da Aeronáutica.

Era mais livre, inegavelmente. Lá, conheci vários oficiais, coronéis, majores, o Bournier, por exemplo; muitos, depois, brigadeiros. Estiveram ameaçados de invasão, na Base Aérea do Galeão, e consideraram a eventualidade da destruição da ponte. Naquele tempo, havia uma pontezinha só... Lembro-me de ter levado um Capitão, amigo meu e da minha turma, o Rocha Maia, que também estava cursando a EsAO, a fim de planejar a destruição da ponte. Mais tarde, veio a tornar-se uma pessoa proeminente no Ministério do Interior. Conto esses fatos para caracterizar o ambiente complicado que existia.*

Outro fato, que caracteriza o clima quente da época, redundou em punição grave para um grupo de oficiais da Aeronáutica. Na solenidade de formatura da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o General Lott, que respondia pelo Ministério da Aeronáutica, estaria presente à cerimônia. Os oficiais, em represália, não compareceram e foi uma confusão danada, com muitas prisões.

Depois, quando terminei a EsAO, também só nos ofereceram, para escolha, Unidades localizadas na fronteira. Os oficiais, que eram de confiança, conseguiam permanecer em Unidades do Rio de Janeiro e em outras boas guarnições, mas tive que voltar para a fronteira. De certa forma foi bom, porque me estimulou a estudar para o concurso da Escola de Estado-Maior, maneira certa de voltar para o Rio de Janeiro. Então, preparei-me durante um ano, fiz concurso e ingressei na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Para que local de fronteira você foi designado?

Para Itaqui, fronteira com a Argentina.

Na Praia Vermelha, durante o curso, passei os anos de 1959 a 1961. Nessa época, a nossa preocupação com o processo de comunização do País permanecia muito grande. Acontecia em todas as áreas, principalmente no âmbito da Igreja Católica. Cito, por exemplo, no caso, os dominicanos, que estavam sendo claramente utilizados. Naqueles tempos em que se tornaram comuns os cursilhos e coisas assim. Nas missas, em plena homilia, entrava o programa de reforma agrária do governo, algo desse tipo.

A preocupação era crescente; na área militar também tudo parecia muito complicado. Reuníamo-nos em casas de oficiais – creio ser oportuno prestar uma

* O entrevistado relatou muitos detalhes e situações particulares, com o objetivo de levar o leitor a considerar, embora com deficiência, o ambiente político, psicossocial, militar e econômico da época em que os fatos se sucederam.

homenagem a alguns companheiros – particularmente a um deles, a que ninguém mais se referiu: Coronel Luís Mendes. Tínhamos muita pena da esposa dele, que nos aturava, às vezes, varando a madrugada, sempre servindo um cafezinho. Justo é homenagear as esposas dos oficiais que participavam dessas reuniões, porque também corriam risco muito grande.

Era uma conspiração!?

Era uma conspiração. Quem sabe, prejudicaríamos as nossas carreiras, eventualmente presos, muitas coisas poderiam ocorrer. Então trata-se de uma homenagem que aproveito para fazer àqueles companheiros.

Se não havia decisões, se não formulávamos um pensamento político estruturado, afinal, as reuniões acabaram servindo para nos identificarmos. Foi a primeira vez que ouvi falar em Hélio Mendes, em Hélio Lemos, em General Ribas, em Ademar de Queiroz e no próprio Costa e Silva.

Mas eram visões vagas, porque essas pessoas estavam em um patamar que não era o nosso. Na verdade, a conspiração tinha uma base de capitães, majores, tenentes-coronéis e alguns coronéis.

Gostaria de enfatizar a homenagem às esposas, à minha esposa Martha em particular, que jamais fizeram qualquer objeção às nossas atividades. Em que pese o estudo intenso nas escolas, a gente, às vezes, saía à noite para tratar daqueles problemas; ao contrário, em vez de objeção, recebíamos até estímulo para que participássemos. Sem dúvida, um mérito extraordinário das nossas esposas que assim cooperaram intensamente.

Acredito que assim procedeu a maioria de nossa sociedade, as senhoras, principalmente, como no episódio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Este é o preâmbulo que gostaria de fazer.

O Movimento de 1964 teve uma gestação de dez anos. Seus primórdios remontam a 1954. Deixemos as causas mais remotas e lembremo-nos mais de que, a partir de 1954, ocorreu uma seqüência de fatos, como o manifesto dos coronéis...

Com o intervalo do Governo Juscelino Kubitschek. Ali, talvez, possa ser considerado só o episódio isolado da Aeronáutica.

Foi uma época muito tumultuada, principalmente no campo ideológico. O próprio General Lott sofreu muitas acusações, mas parecia haver identificação sua com as esquerdas, tanto é que na campanha dele para Presidente da República duas pessoas se salientaram, e eu guardei muito bem isso, porque as duas eram Ednas: a Edna Lott, a filha do General Lott, e a Edna Leme, esposa do Kardec Leme, comunista, sem qualquer sombra de dúvida. Tratava-se de segura identificação com as esquerdas. O Juscelino veio nesse bojo; ele recebeu, de certa forma, como que uma contaminação...

O certo é que Juscelino estava em outra. Seu problema principal com o Movimento de 1964 foi mais agudo na área de corrupção, especialmernte pela maneira como foi construída Brasília. Ninguém discutia o aspecto estratégico da construção de Brasília, mas a maneira como estava sendo feita e a oportunidade eram muito discutidas.

Passemos à sua participação mais direta na Revolução propriamente dita. Na eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964, você servia na 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS. Sabemos que você foi movimentado logo após o término do curso da ECEME, mas como a carreira o colocou em Uruguaiana? Pergunto, ainda, quais foram os antecedentes da Revolução naquela região, não especificamente em Uruguaiana, mas no Sul? Na pré-entrevista, você disse que havia uma conspiração em andamento.

A minha ida para Uruguaiana deu-se por minha escolha, pois lá estivera como tenente e capitão. Aliás, sempre servi naquela área, por isso a conhecia bem. Na cidade, viviam parentes da minha senhora, médicos, um pessoal muito bem relacionado. Para mim, foi extremamente agradável ser classificado em Uruguaiana. Afinal, considerei excelente o ambiente que encontrei. O Governo teve a preocupação de transferir para a periferia, para as fronteiras, o pessoal que não lhe era muito favorável, gente francamente na oposição, como alguns oficiais. Ao chegar a Uruguaiana, já encontrei o Grupo de Artilharia sob o comando do Major Amerino Raposo Filho.

Você foi para Uruguaiana em 1962?

Início de 1962.

Depois da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart já Presidente.

Chegando lá, encontrei o Raposo e a Unidade dele sendo trabalhada em uma sistemática de preparação anticomunista. Vizinho, separado apenas por uma cerca, o 8º Regimento de Cavalaria. Este Regimento enfrentava alguns problemas, porque, na posse do Jango, época da "legalidade", a Unidade, sob o comando do Coronel Carlos Alberto da Fontoura, esteve embarcada, pronta para deslocar-se e combater as forças que se opunham a Jango. O Fontoura, mais tarde, chegou a General-de-Exército, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI); um excelente oficial, mas o Comandante da Divisão era o General Ênio da Cunha Garcia, que fora leal ao General Machado Lopes, Comandante do III Exército.

Aliás, a história do III Exército é um tema, enquanto estava na ativa, de que tratei bastante. Falei muito sobre isso que chamo de "exércitos regionais". Aquela história de que o Exército era fator de unidade nacional etc. estava virando uma complicação e, várias vezes, alertei os nossos chefes quanto ao problema. O III

Exército, na realidade, era exército gaúcho, porque os quadros eram praticamente do Rio Grande do Sul; quem não era gaúcho era casado com uma riograndense, como o meu caso. Quando se deu o apelo regional do Brizola, a resposta foi positiva; o Rio Grande do Sul levantou-se, naquela ocasião, em apoio ao Brizola e o General Machado Lopes teve que adotar aquele posicionamento, também.

Da mesma forma, igualmente existiam os exércitos do Paraná, de São Paulo, do Nordeste...

Bem, falava do Ênio Garcia que, por ter tomado atitude favorável ao João Goulart, assumiu a chefia de gabinete do General Segadas Viana quando este passou a ocupar o cargo de Ministro do Exército. Isso vai ser muito interessante, porque, logo depois que cheguei a Uruguaiana, veio comandar a GU e a Guarnição o recém-promovido General José Horácio da Cunha Garcia, que era mais antigo que seu irmão, o Ênio da Cunha Garcia. Só foi promovido por influência do irmão, já que o Horácio estava contra a situação. Esse fato relataremos depois, pois se trata de um aspecto muito peculiar sobre a atuação do General José Horácio da Cunha Garcia.

A região era muito favorável ao desenvolvimento das teses socialistas, porque a estrutura socioeconômica da fronteira era complicada: fazendeiros tradicionais e uma vida plena de atraso, utilizando métodos mais antigos, naturalmente muito conservadores, e o restante de uma população pobre. A Igreja muito contaminada. O Bispo de Uruguaiana, Dom Luís Felipe de Nadal, figura extraordinária, que morreu num acidente de aviação, logo se tornou muito meu amigo. O Bispo tinha um problema que precisava resolver. O Brizola, quando Governador, estabeleceu uma série de medidas, para a formação de lideranças agrárias. E Dom Luís, para neutralizar isso, fundou e eu o ajudei, a Rádio São Miguel. Era uma Rádio direcionada. Distribuíram receptores de freqüência fixa que só permitiam sintonizá-la. E a Rádio São Miguel passou a atuar sobre as populações rurais. Naturalmente, com aulas de preparação de carnes, de preparação de pizzas, enfim, de economia doméstica etc. O objetivo principal era a formação de lideranças rurais contrárias ao comunismo.

Bem, ao mesmo tempo, Dom Luís fundou uma faculdade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fui convidado para lecionar Geografia Humana. Confesso que nem sabia o que era Geografia Humana, exatamente. Preparei-me, especialmente, para isso. Mas o objetivo principal era o nosso entrosamento com a sociedade civil, porque a Faculdade funcionava à noite, e os alunos eram adultos; até Juiz de Direito, Promotor Público, Engenheiro Naval etc. Foi oportunidade muito boa para aumentar o círculo de conhecimentos. Coincidiu até que, naquela época, houve o plebiscito sobre a permanência ou não do parlamentarismo. Tive a oportunidade de trabalhar muito sobre isso, na esfera política, junto ao pessoal. E também

mostrar a imagem do oficial do Exército, porque já estávamos certos de que aquilo iria desembocar em uma solução de força.

A agitação comunista era permanente. Inclusive, foi quando ocorreu a visita do célebre Padre Alípio de Freitas, português, comunista violento, que fazia a pregação ostensiva da invasão de terras. A própria área de exercícios do Exército, Saicã, esteve ameaçada e tivemos que tomar providências para protegê-la.

Você identifica esse quadro não só em Uruguaiana, mas também em toda a região do Rio Grande do Sul?

Todo o Rio Grande do Sul estava envolvido. Existia aquele jornal, *Última Hora*, do Samuel Wainer, bem como a *A Platéia*, editado em Santana do Livramento, mas com circulação em todo o Rio Grande do Sul.

E o grupo de vocês, os seus companheiros, preocupados com o avanço da propaganda comunista. Você, o Raposo, outros oficiais, o Bispo de Uruguaiana, o Comandante da Divisão... O Comandante sabia dessas conversas?

Sabia. Quando era o General José Horácio da Cunha Garcia, sim.

Vocês chegaram a ter contatos com outros grupos também no Rio Grande do Sul, ou ficou reduzido só à área de Uruguaiana?

Não, houve mais contatos.

Agora, gostaria de focalizar também outro aspecto complicado daquela região, um quadrilátero formado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Santa Maria, e tinha as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Então, em Uruguaiana, a sede da Divisão ficava numa região de três fronteiras. Tínhamos Paso de los Libres, do lado da Argentina, Barra do Quaraí, já na fronteira com o Uruguai. Naquela região de Barra do Quaraí acontecia uma verdadeira confusão: os uruguaios mantinham, ali, uma indústria canavieira, uma área de muita agitação. Inclusive, em certa ocasião prendemos um sujeito chamado Raul Sendic, um agitador uruguaio. Foi solto, em virtude de sua nacionalidade. O cidadão regressou ao seu País, mas vinha fazer pregação em Barra do Quaraí, território brasileiro. Esse Raul Sendic, que depois se tornou um dos grandes líderes dos Tupamaros e foi foi ferido, com um tiro no rosto, e preso em Montevidéu.

Bem, Santana do Livramento constituía uma outra complicação, porque a divisa entre os países ficava em uma rua, e, do lado de lá, o comunismo era livre. Um verdadeiro inferno: proselitismo, panfletos, o dia inteiro essa mixórdia.

Outro complicador na região: à época, havia um subtenente candidato a senador e um sargento candidato a deputado. As candidaturas trouxeram problemas, pois foram fazer comícios em Uruguaiana, na área da 2ª DC, e criou-se o dilema do comparecimento ou não dos nossos sargentos. Penso até que foi um desaforo: uma ocasião, na minha mesa na 2ª Seção, havia um monte de panfletos de propaganda dos sargentos

candidatos. Dentro do Quartel-General, por exemplo, fazíamos avaliações. Dos nossos trinta e tantos sargentos, a gente só contava com uns quatro sargentos; do restante não se tinha muita informação, não se sabia muita coisa.

E tinha um problema bastante difícil. Os sargentos e muitos oficiais, no Rio Grande do Sul, consideravam-se credores da posse do Jango, por causa da Campanha da "legalidade". Daí a grande dificuldade para fazer uma correta avaliação de fidelidade.

Era difícil, Campedelli, porque existiam dois grupos: um anticomunista e outro visivelmente composto por comunistas; e o divisor não era nítido. No grupo intermediário situavam-se aqueles militares, ou até civis, que apoiaram João Goulart e, de certo modo, tinham uma visão democrática, na medida em que buscaram fazer cumprir o que determinava a Constituição: na ausência do Presidente, que renunciou, sua substituição pelo Vice-Presidente. Existiam muitos nesse meio-termo, pois tinham apoiado o movimento constitucional, mas desconheciam as consequências. Pergunto se havia alguma ligação com outras regiões e comandos militares do Rio Grande do Sul, ou seja, com o III Exército, ou com o Comando da Divisão de Santa Maria?

Antes de responder, devo salientar o peso da nossa formação militar, legalista por natureza. Assim fomos educados, de modo que romper a tradição não é fácil...

Sobre a sua pergunta, com a 1ª Divisão de Cavalaria, de Santiago, que ficava ao norte do Rio Ibicuí, tínhamos alguma ligação, ligações normais. Sabíamos que estava lá o General João de Deus Nunes Saraiva, totalmente ligado à situação. Conservávamos um ponto de ligação muito importante com a 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), hoje 3ª Divisão de Exército (3ª DE), em Santa Maria. Era o Coronel Ramão Menna Barreto, figura extraordinária, e que mantinha a ligação de caráter conspiratório conosco, com o pessoal de Uruguaiana. A 3ª Divisão de Cavalaria (Bagé) era uma incógnita, estava lá o General Hugo Garrastazú.

Garrastazú?

É, mas penso que não era parente do General Médici.

Porto Alegre, também, apresentava um quadro confuso. Dos seus militares não se sabia direito a inclinação. Sobre o Comando da 6ª Divisão de Infantaria e Unidades subordinadas não se tinha uma informação precisa, nem me lembro quem era o comandante da GU.

Mas eu queria referir-me à uma situação, muito interessante, em Uruguaiana, nessa fase conspiratória: a presença de um Grupamento de Fuzileiros Navais (FN) e de uma Capitania dos Portos, com sede na cidade. Esse Grupamento de FN mobiliava postos, com um efetivo aproximado de um Pelotão, comandado por um tenente, ao longo do Rio Uruguai. Posicionados em Itaqui, em São Borja, mais ao norte; em portos do Rio Uruguai. Eram dotados de um sistema de rádio muito bom, bem melhor que o nosso.

A existência dos fuzileiros navais só era lembrada por causa de brigas de rua e intervenção das patrulhas. Um resíduo daqueles problemas, havidos anteriormente, de confrontos entre praças do Exército, da Marinha e da Força Aérea. O Capitão dos Portos, um oficial da Armada, figura extraordinária, Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo Modesto de Almeida.

Fui designado para a 2ª Seção, que tratava de informações, vamos reconhecer, de certo modo a seção mais politizada. Pensava que, no clima daquela preparação e da certeza que tínhamos sobre o que iria acontecer pela frente, seria importante buscar ligações. O Dylo Modesto tornou-se uma figura especial, quase inconveniente, de tanto que ia ao Quartel-General, de tanto que nos procurava, inclusive na vila militar. Mas, como udenista roxo, lacerdista extremado, encarnava um problema, também, porque a gente tinha que tomar cuidado para evitar radicalizações etc. Bem, como os fuzileiros navais viviam as próprias rotinas, em suas áreas de interesse, através do Dylo, mantivemos ligação com o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Capitão-de-Corveta Olavo Ferreira da Rocha, mais tarde Almirante, uma figura também muito especial.

Nas conversas, descobrimos que nada sabiam, estavam alheios a tudo, principalmente porque não dispunham de um serviço de informações, não tinham um S2. Nessa época, já contávamos com a figura do General José Horácio da Cunha Garcia que permitia e estimulava essas coisas acontecerem. O Olavo Rocha designou o Tenente FN Adriano para meu adjunto, para trabalhar dentro da 2ª Seção.

Por outro lado, procurávamos também o máximo de ligação com o pessoal do Exército da Argentina. Funcionou muito bem essa parte. Mérito extraordinário do Tenente-Coronel Amerino Raposo – fora promovido logo depois que assumiu o comando do Grupo – e essa ligação chegou a um ponto tão bonito, que houve um exercício do Exército na Argentina no qual o comando das Baterias de Artilharia argentinas foi ocupado por oficiais brasileiros. O Amerino Raposo comandou o Grupo argentino e os oficiais assumiram o comando das baterias, uma prova de confiança, porque eles também estavam sentindo o problema da subversão comunista, tinham consciência de tudo.

O serviço de informações dos argentinos, na área, era bem melhor do que o dos brasileiros. Não sei se era das Forças Armadas ou do Exército, e contava com vários oficiais. O chefe, Major Manoel Pitta, estabeleceu uma relação muito boa e frutífera com a 2ª Seção da 2ª DC. Controle das ações do comunismo internacional, contrabando etc. Instalou-se um clima muito bom, de plena confiança.

No início de 1964, creio que perto de janeiro, recebi, em Uruguaiana, o Coronel-Aviador Carlos Affonso Dellamora, meu concunhado, com a missão de con-

seguir armamento na Argentina, para ser levado a São Paulo, porque não se sabia o que iria acontecer. Fazíamos uma avaliação do que estava ocorrendo em todo o Brasil, e São Paulo também estava preparado para dar um basta naquela situação.

Estabeleci contato com a Argentina, e isso era uma coisa anormal, pelo fato de um E2 estar fazendo ligação... Graças a Deus não acarretou complicação, e deu-se um encontro na casa de um arquiteto, chamado Osvaldo Silva, no lado brasileiro. Essa família Silva era uma família udenista "roxa": além do Osvaldo, o Trajano, o Carlos e o Antônio. Eram os homens da mais inteira confiança e totalmente integrados à conspiração. Eles é que providenciaram o encontro do Dellamora com argentino, para concretizar a aquisição.

Até uma coisa meio engraçada, mas a gente, para caracterizar o quadro, tem que contar, em detalhe, o clima em que se vivia. Beirava-se o ridículo. Oferecia-se granada como se fosse pão de queijo: "Granada, interessaria?" "Qual é a procedência?"

Semelhante a um comércio de arma.

Bem, dali o Dellamora foi a uma estância próxima de Uruguaiana, fez a demarcação de um campo de pouso para DC3, justamente para levar esse armamento. Isso aconteceu no início de 1964, mas não chegou a se concretizar. Apenas, ocorreu o seguinte: o contrabandista de armamento foi preso na Argentina, e o comandante da guarnição, Coronel Rodolfo Noé, Comandante do Regimento de Infantaria, fez-me um convite para ir a Paso de Los Libres. Fui, já sabendo da prisão do encarregado do contrabando.

Quando cheguei, os argentinos me receberam com deferência, e lá pelas tantas disseram: "Major, queríamos informar que uma pessoa ligada a vocês foi detida – deu algumas razões –, mas já está liberada." Foi um alívio tremendo. Mas essas coisas a gente conta para caracterizar o clima reinante, as complicações, os riscos.

Liberaram a pessoa e o armamento?

Não, não tinha o armamento. Aquele camarada ainda estava negociando. Mais tarde, fiquei sabendo que o suprimento financeiro correria por conta do Adhemar de Barros. Ele estava atrás de toda história e o intermediário com o Dellamora tinha sido o Brigadeiro Bournier.

Gostaria, ainda, de falar de uma pessoa que foi importantíssima. Trata-se do General José Horácio. Ele fazia uma pregação anticomunista permanente. Todas as manhãs, reunia os oficiais em um cafezinho e, utilizando as notícias dos jornais, fazia associações com o processo revolucionário e tudo que estava acontecendo. Dessa forma, foi arrastando os oficiais. Conseguiu, com fazendeiros, a doação de cavalos e realizou concursos no âmbito da Divisão. Pelas palestras anticomunistas feitas por tenentes, como prêmio, um cavalo de presente; para sargentos também.

Além de ser o E2, que é uma pessoa naturalmente confiável, havia entre nós, ainda, uma confiança muito pessoal. Foi uma amizade que durou para sempre. O José Horácio me mostrava várias cartas do seu irmão Ênio, pedindo que moderasse, "baixasse a bola", porque estava recebendo reclamações sobre a conduta dele. Principalmente, partidas do III Exército.

Tivemos conflitos com este Grande Comando. Lembro-me de que, numa ocasião, sem mais essa ou aquela, apareceu, dentro da área da 2ª DC, lá por Alegrete, não lembro extamente onde, o E2 do III Exército, para fazer contato com uma Unidade nossa. O General José Horácio ficou zangado com aquilo e decidiu pedir exoneração do comando. Numa reunião de oficiais, em determinado momento, falei: "Mas General, acho que é exatamente isso que estão querendo, foi uma provocação para o senhor resignar ao cargo, e, desse jeito, o senhor vai nos largar aqui."

Encontrava-se lá o Carlos Alberto da Fontoura, Chefe do Estado-Maior, e perguntou: "E aí, o que fazer?" Respondi: "Uma coisa mais simples, que é da rotina militar, o senhor dá parte ao Comandante do III Exército, e aguarda." E ele fez isso.

De outra feita, o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) fez um pronunciamento, não me lembro exatamente sobre o que, no Nordeste, os jornais todos noticiaram. Parecia que ele estava sendo punido, e o General José Horácio resolveu passar um telegrama, de solidariedade. Na reunião matinal, perguntou ao Chefe de Estado Maior: "Fontoura, você também não vai entrar nisso? Vamos nos solidarizar com o nosso companheiro." O Fontoura se sentiu obrigado a também fazer aquele telegrama, mais moderado.

De apoio ao...

Muricy. Mas esses telegramas transitavam por Porto Alegre... É preciso dizer o seguinte, para caracterizar a situação. No quartel-general de Uruguaiana havia dois telefones, um na mesa do General e outro no saguão para atender o Estado-Maior. E era aquele telefone de manivela que dependia da boa vontade do telefonista encarregado de fazer a ligação. Então tudo era complicado. Fato é que os telegramas foram retidos em Porto Alegre, pelo III Exército.

Não seguiram?

Não devem ter seguido, porque logo depois ocorreu a saída do General José Horácio, até de uma maneira muito curiosa. Antes de exonerar o José Horácio, nomearam outro comandante, totalmente da situação, General Joaquim de Mello Camarinha. O José Horácio brincou: "Ué! Agora são dois Comandantes!? Nomearam o Camarinha e não me exoneraram?!" Em seguida o exoneraram e transferiram-no para a Diretoria de Remonta e Veterinária. O Carlos Alberto da Fontoura foi transferido para uma Circunscrição de Recrutamento (CR), no Paraná. Naquele tempo, CR era o "fim de carreira" para um coronel.

Mas o Fontoura teve sorte. Acho que entrou de férias, não sei, mas viajou e encontrou o General Adalberto Pereira dos Santos que tinha sido nomeado Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre, estava sem Chefe de Estado-Maior e levou o Fontoura.

No início do segundo semestre de 1963, o General Camarinha assumiu e começou o transtorno.

A propósito, esqueci de um fato que reputo importante. O Comandante da 3ª DI, em Santa Maria, era o General Olympio Mourão Filho. Sabia-se que ele estava conspirando, quando, certa ocasião, apareceu na área da 2ª DC para fazer contato com os conspiradores da Divisão, mas ninguém quis conversa com ele. Não que não quiséssemos, mas estávamos inseguros em face dos seus antecedentes: um sujeito impetuoso e meio inconseqüente. Levantaram, também, sua tendência política, não sei também se era verdade, com respeito ao integralismo, e por causa do Plano Cohen. Ele teria redigido a carta. Aliás, esse Plano Cohen era uma confusão, algo que nunca alguém esclareceu bem: a história que justificou a ditadura de Getúlio.

Bom, o Mourão não manteve contato com ninguém. Parece que, por cortesia, visitou o José Horácio que também nada disse a ele. O nosso interlocutor na 3ª DI era o Coronel Ramão Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior do General Mourão. A bem da verdade, desconhecíamos o grau de confiança entre eles.

Retorno à seqüência que vinha desenvolvendo, quando o General Camarinha substituiu o General José Horácio. Sabíamos que se mantinha ao lado da situação, ligado ao Ministro do Exército, ao Comandante do III Exército, enfim, afinado com o pessoal do outro lado, da turma do João Goulart.

Sendo uma pessoa muito amável e a sua senhora também muito cordial, estabeleceu-se um clima de agradável convívio. Mas era impressionante o número de vezes que ele saía de Uruguaiana e ia ao Rio de Janeiro. Viagem longa, desconhecíamos o que iria fazer. Até que ficamos mais ou menos sabendo. Além da natural obtenção de informações etc., trouxe dois comandantes destinados a duas Unidades importantes da Divisão: para o 8º Regimento de Cavalaria (Uruguaiana) veio o Coronel Carlos Ramos de Alencar, e para o 7º Regimento de Cavalaria (Santana do Livramento) trouxe o Coronel Geraldo Knaack de Souza, dois excelentes oficiais, mas ligados à situação, gente de sua confiança.

Knaack assumiu o comando do 7º RC durante um exercício de toda a Divisão, na região do campo de instrução de Saicã. Foi algo meio teatral, para caracterizar bem a assunção dele. Certa feita, teve uma pequena altercação com o Major – naquela época éramos majores – Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), um "revolucionário" fantástico, uma figura de proa. Lembro-me de que, nessa altercação,

Knaack referiu-se à ECEME dizendo que vinha se transformando num ninho de subversivos; Knaack, assim, parecia caracterizar qual era a sua posição. Depois, verificou-se que não era nada disso; ele era um fanfarrão, gostava de espetáculo, mas era bom e culto oficial.

Um dia, já em fins de 1963, Camarinha chegou-se a mim e disse: "Campedelli! Você não me conhece, mas o conheço muito bem e quero que continue sendo meu E2". Nesse momento, estabeleceu-se uma relação de compromisso. Agradeci a confiança, e continuei quieto. O General Camarinha prosseguiu o seu comando. Nas inspeções, eu o acompanhava, tudo normalmente.

Com a saída do Coronel Carlos Alberto da Fontoura, foi designado para Chefe de Estado-Maior da Divisão o Coronel Luiz Serff Sellmann, artilheiro, formal, sério, um cavalheiro, homem excelente. Evidentemente, percebemos logo que se ele não estava do nosso lado, contra também não seria, pelas colocações, pela maneira de comentar o noticiário etc.

Coronel, havia a previsão de ocorrer algum movimento revolucionário no Rio Grande do Sul? O Senhor comentou que "de repente irrompeu a revolução em Minas Gerais". Haveria, no Rio Grande do Sul, um movimento paralelo?

Diria que esta será a parte mais importante do meu relato. A pressão foi se tornando intensa, inclusive da parte dos civis. Em janeiro de 1964, Carlos Lacerda fez um comício em Uruguaiana; um verdadeiro sucesso, lotou a praça. Contou com o apoio do pessoal da família Silva, aqueles fazendeiros todos, o pessoal conservador. O Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo Modesto de Almeida, da Capitania dos Portos do Rio Uruguai, engajou-se "até os miolos" com o comício do Lacerda. O Tenente-Coronel Amerino Raposo, que tinha organizado a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do novo Estado da Guanabara, durante o Governo Lacerda, também apoiou.

Nós, os demais conspiradores, nos mantivemos discretos, observando o comício acontecer. Como disse, teve grande sucesso, com a natural repercussão. O pessoal favorável ao Jango resolveu marcar um comício para o dia 4 de abril, em revide a esse do Carlos Lacerda. Compareceria o Presidente da República João Goulart, agora já no regime presidencialista, o Brizola e todos aqueles próceres da situação. Deveria transformar-se num tremendo festival do pessoal comunista e paracomunista. Circulariam ônibus e trem de graça; seria algo fantástico, tudo em Uruguaiana.

Depois de estudar a situação, resolvemos que no dia 4 de abril seria provocada enorme confusão no Aeroporto, durante o desembarque da comitiva, e o Presidente da República e o Brizola seriam "seqüestrados". Os civis é que iriam fazer esse "negó-

cio", com a nossa cobertura. Eles, também, fizeram contato com oficiais argentinos, que firmaram compromisso no sentido de que Jango e Brizola fossem aparecer lá pelos Andes, mas nunca na fronteira. Não sabíamos exatamente o que aqueles civis iriam arrumar, mas faríamos a cobertura.

O João Goulart e o Brizola iam sair do Brasil?

Sim. Poder-se-ia julgar que se tratava de uma maluquice, mas não era. Estávamos totalmente convencidos de que o Brasil estava escorvado, só faltava um detonador, e resolvemos correr o risco de ser o detonador. Os oficiais argentinos nos garantiram apoio e, em caso de necessidade, nos acolheriam. Conto esses fatos só para caracterizar o ambiente e o risco, conseqüência das complicações em que vivíamos, em que estávamos envolvidos.

No dia 4, eles desembarcariam e nem haveria comício?

Não haveria comício, desapareceria tudo. Foi preparado um plano detalhando as missões das Unidades e demais providências. O nosso E4 era o Gaspar Albite Chuy – bom artilheiro o Chuy –, que tratou dos estoques de suprimentos. Em Uruguaiana existia uma refinaria, fizemos um acordo com os empresários da refinaria para diminuir a distribuição e estocar combustível.

Esta refinaria é a origem da empresa Petróleos Ipiranga.

Exatamente. Esta empresa possuía uma refinaria em Uruguaiana, que parece ter sido a primeira refinaria do Brasil. Bem, no quadro da situação, foi atualizado o plano de requisição de viaturas e tomadas todas as providências necessárias para a operação do dia 4. Os fatos, no entanto, começaram a se precipitar.

O fato de ser fronteira, a aquiescência de um grupo na Argentina e o desembarque do Presidente, em Uruguaiana, tornava fácil a empreitada de retirá-lo do Brasil. A realização deste comício, no dia 4 de abril, para se contrapor ao de janeiro, do Lacerda, seria realmente um episódio muito convidativo ao desencadeamento do processo.

Íamos detonar o movimento. Mas, ocorreu o comício localizado próximo à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, uma sexta-feira, se não me engano. Nessa mesma noite, houve uma reunião na casa – acho que foi na residência do Apolônio – e resolvemos antecipar o que estava previsto para detonar em 4 de abril. Para tal, teríamos que sublevar as Unidades. Lembro-me de que tiraram o coitado do Capitão Tolentino (Tolentino Job Barbieri), nosso homem no 8º Regimento de Cavalaria, da cama, e ele compareceu à reunião. Inteligente, comentou: "Olha, vou cumprir a missão de vocês, agora tem uma coisa: vou levantar só a guarda do quartel! Hoje é sábado, não há ninguém lá no aquartelamento. Vou sublevar a guarda!" Refletimos e vimos que sublevar a guarda... Iria dar complica-

ção. Seria preciso prender o Coronel, "fazer o diabo"; o Carlos Ramos de Alencar era o Comandante. Desistimos da idéia da antecipação.

O Coronel Sellmann não estava sabendo de nada sobre o plano do dia 4 de abril. No nosso planejamento, o General Camarinha seria afastado do Comando da Divisão e ele iria assumir. Na Semana Santa, como gostava de pescar, o Coronel resolveu ir à fazenda do Major veterinário Yeddo (José Yeddo de Freitas Drumond), que ficava entre Uruguaiana e Alegrete. Disse-lhe que iria passar por lá para pescar um pouco com ele. Inventei uma história qualquer para comparecer à estância do Yeddo.

Durante a pescaria, comecei a relatar tudo ao Sellmann e concluí informando-lhe que o comando da Divisão passaria às suas mãos. Sua reação foi algo interessante e bonita também. No início, disse: "Major, o senhor está muito enganado. Eu não participo de intentonas." Éramos amigos, mas ele era muito sério. Chegara há pouco tempo, 2 ou 3 meses; em fins de 1963. Continuou pescando, com o chapeuzinho de pano, quando chegou o Yeddo, dono da estância. Um parêntese: tinha dito ao Coronel Sellmann que precisava fazer um último acerto, ligado à montagem do plano, com o pessoal de Alegrete. Yeddo, Coronel Sellmann e eu pusemo-nos a conversar, e o Major veterinário, em dado instante, disse que estava ocorrendo um problema com a cooperativa de lãs que o obrigava a ir a Alegrete. O Coronel Sellmann interveio: "Campedelli, por que você não vai com o Yeddo até Alegrete?" Foi o sinal verde. Era pessoa de relevo; dei-lhe um abraço.

Quando eclodiu o Movimento o Coronel Sellmann avocou o Comando da Divisão. Mais tarde, decidiu-se manter o general no comando, a fim de contar com o apoio do Alencar e do Knaack, comandantes de confiança do General Camarinha. Quando o Alencar soube, disse: "Olha, isso vai dar muita complicação. Por que vocês não pressionam o Camarinha? Com um general na cabeça as coisas vão correr melhor." Alencar ligou para o Knaack, em Santana do Livramento, e eles concordaram. Convencemos o General Camarinha a permanecer no Comando. Isso foi outra história de que falarei mais adiante.

Quando aconteceu sua ida até Alegrete?

Entre 13 e 31 de março. Não me lembro se foi na primeira ou na segunda semana.

Nosso plano, previsto para ser desencadeado no comício do dia 4 de abril, estava de pé. Voltamos a Uruguaiana, tudo normal. Na tarde de 31 de março de 1964, chegou à 2ª Seção um sargento, lembro-me bem da figura dele, com um rádio marca Transglobe, e disse: "Major, está sendo noticiado no rádio que teve início um movimento em Minas Gerais; o General Mourão Filho está se deslocando com tropa para o Rio de Janeiro." Ficamos ouvindo o rádio ali mesmo. Nossa sensação de que estava ocorrendo algo importante aumentava, cada vez mais. Imediatamente, avisei aos companheiros.

O expediente desse dia recém-encerrara, quando chegou um radiograma cifrado. Decifrei-o: determinava prontidão rigorosa e a aplicação do Plano de Segurança Interna, SEGIN, na época. O Raposo estava transferido; penso que ainda não havia passado o Comando do Grupo de Artilharia, vamos dizer assim, oficialmente. Estava de férias, em Uruguaiana. Dirigi-me à residência do General Camarinha, que ficava ao lado da casa do Raposo. Antes de procurar o Camarinha, fui avisar o Raposo que havia saído para comprar jornal. Aqui faço um parêntese interessante. Quem aguardava o jornal, em Uruguaiana, mais ansiosamente, eram os oficiais argentinos que repetiam: "Nós temos pavor, porque o que acontecer aí com vocês vai espalhar-se por toda a América do Sul."

Pedi à minha esposa: "Avise o Raposo que começou o Movimento em Minas Gerais, e que reassuma o comando do Grupo de Artilharia." A Martha saiu e encontrou o Raposo lá na banca, onde permanecia à espera dos jornais. São interessantes esses detalhes, para poder pintar o quadro vivido à época. Não era como hoje, quando quase todo mundo dispõe de celular.

Quando a Martha disse: "Olha, o Campedelli mandou dizer que começou o Movimento em Minas e quer que o senhor reassuma o comando do Grupo", ele brincou dizendo: "E o Campedelli agora já é o general comandante da Divisão!?" Mas ele desceu imediatamente, lá pela Vila Militar e, quando chegou, eu estava mostrando o radiograma ao General. Ele tomou conhecimento do radiograma ali, também, e disse: "General, o senhor tem que tomar uma atitude." O General Camarinha comentou: "Não, isso aí é coisa do Mourão, ele foi preterido nas promoções, não vamos...". Aí o Raposo falou: "Olha, vou voltar para o Grupo." Chegando lá, reassumiu o Comando da Unidade.

E o General Camarinha foi pressionado?

Fomos todos para o Quartel-General (QG) e começou o problema da falta de informações: o que fazer? O Raposo, pressuroso, querendo já ocupar os pontos previstos no Plano SEGIN, como estações de rádio etc. Em dado momento, o Sellmann resolveu ir ao Grupo de Artilharia e lá, com aquele planejamento que preparamos para o 4 de abril, o Sellmann avocou a si o Comando da Divisão. Foram falar com o Carlos Ramos de Alencar, visto que uma cerca de arame separava as duas Unidades. Alencar, leal ao Camarinha, ponderou que seria interessante que o General continuasse no comando, como antes me referi.

Voltamos ao QG, começou a pressão em cima do General: pressão, pressão, pressão, pressão... E informações chegando, e mais coisas, e mais coisas, até que, estava amanhecendo o dia, não posso precisar bem a hora, já 1º de abril, lembro que o Camarinha pegou uma agenda que mantinha perto, bateu forte em cima da

mesa e disse: "Estou com os meus inimigos contra os meus amigos, mas podem contar comigo".

Em um dos seus contatos com seu E2, que era eu, o General disse: "Olha Campedelli, revolução não se perde. Perdi em 1932 e comi o 'pão que o diabo amassou', fui exilado em Portugal, foi um inferno." Daí em diante ele foi excepcional, era até perigoso propor qualquer medida, porque ele logo estrapolava em rigor. Ficou muito firme.

Nessa frase, quando ele diz: "(...)os meus amigos", quis referir-se aos amigos da situação, do Governo?

Ele quis dizer exatamente isso.

Os episódios foram se sucedendo. Surgiram problemas em Alegrete, já que o Comandante da Guarnição e do 12º Batalhão de Engenharia Coronel Adão Prestes do Monte, era comunista de "carteirinha", todos sabiam, ligadíssimo à situação. O General Camarinha determinou ao Major Floriano Aguillar Chagas que informasse às nossas Unidades sobre o quadro da situação. Quando chegou a Alegrete, o Floriano teve problemas com o Coronel Monte, que relutou o quanto pôde, mas acabou, no final, baixando ao hospital. Creio que sofreu um infarte e teve que se afastar.

Enquanto se discutia: passa o comando, não passa o comando, Monte se ligava com o General Garrastazú, em Bagé, com o propósito de subordinar-se à 3ª DC. O inverso ocorreu em Itaqui, cuja Unidade sob o comando do Major Caetano (Caetano Pinto Rocha), integrante da 1ª DC, passou à subordinação da 2ª DC. Enquanto o General não se definia, houve contato no Rio Ibicuí e ele passou ao comando da 2ª DC.

No Alegrete, ocorreu esse problema. Servia, ainda, no Grupo de Artilharia, um capitão que era comunista, o Joaquim... (Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas).

E o Knaack, não estava, também, favorável à situação?

O Coronel Alencar ligou-se com ele que resolveu aderir junto com o Camarinha. Entretanto, o Knaack, em Livramento, relutou muito, para cumprir as nossas determinações. Mandamos, por exemplo, fechar o jornal *Platéia*, mas o Knaack, amigo do dono do jornal, não agia. Deslocou-se para Uruguaiana – tinha relações de amizade com o Camarinha: "Ó Camarinha! Esse camarada é bom sujeito... A prisão vai trazer problema... O homem é benquisto pela sociedade... Não sei o quê." Mas, de certa forma foi bom porque amenizou a situação.

Consideramos a cidade de Quaraí a de menor contaminação comunista. Então, planejamos localizar o 5º Regimento de Cavalaria, de Quaraí, na Região de Harmonia, bem no centro da área, eqüidistante de Alegrete, Uruguaiana e Quaraí. O Coronel Edson Boscacci Guedes, que recém-assumira o Comando do 5º RC, ficaria como reserva da 2ª DC, em condições de seguir com seu Regimento para Alegrete ou

para as proximidades do Rio Ibicuí. Estávamos informados sobre tropas da 1ª DC que estariam tomando posição ao longo do Rio Ibicuí.

Quando o Comandante recebeu ordens e tentou iniciar o deslocamento da Unidade para a Região de Harmonia, dos 54 sargentos, 49 se recusaram a deixar Quaraí. Tudo por causa de um Capitão, cujo nome não lembro agora* – se não me engano, foi cassado – que, durante a noite, "conspirou" com os sargentos. E aí, o que fazer com aqueles sargentos? O Comandante queria prosseguir, e foi-lhe determinado que prosseguisse no cumprimento da missão, devendo substituir os sargentos por cabos e estes por soldados. Os sargentos permaneceram no aquartelamento. Não foi uma reação, vamos dizer assim, ativa, mas recusaram-se a cumprir a ordem de deslocamento. Então, mandamos viaturas para transportar grupos de dez sargentos para Guarnições diferentes: dez para Rosário do Sul, dez para Livramento, dez para o Grupo de Artilharia do Raposo. Foi uma divisão mais ou menos nesses moldes. O problema, depois, foi superado.

A nossa formação é legalista, qualquer rompimento da ordem traz consigo problemas.

É complicado sim, especialmente se as informações não forem suficientemente claras.

Em Uruguaiana, enfrentamos dificuldades na Prefeitura. Por isso tivemos que ocupá-la.

Faltou comentar, também, a Região de Santa Maria.

Santa Maria tornou-se um problema a ser superado, também. O General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante da 3ª DI, ainda não se decidira. O General Camarinha havia aderido, mas ainda restava uma suspeita. A gente montou uma espécie de guarda, ou seja, estabelecemos o seguinte procedimento: manter sempre um de nós junto do General Camarinha.

O ambiente estava confuso: o General Ladário (Ladário Pereira Telles), Comandante do III Exército, dava ordens que ninguém cumpria. Convocou os comandantes, por exemplo, telefonou para Uruguaiana para falar com o Camarinha, e este não atendeu a ligação. O General Ladário insistia... Chegou a mandar um avião, a fim de levar os generais para uma reunião, em Porto Alegre. O General João de Deus Nunes Saraiva, Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, assentiu e foi para Porto Alegre. O General Camarinha tentava falar com o General Poppe de Figueiredo.

Na manhã de 1º de abril, encontrava-me de permanência junto ao General Camarinha, dentro daquela escala a que me referi. Bem cedinho, amanhecia, quando foi feita a ligação com o Poppe de Figueiredo. A conversa que ouvi foi mais ou menos essa: "Ô Poppe! Não tem que ter todas as informações, você tem que decidir, todos nós não

* Capitão Jorge Silveira.

estamos bem informados, você tem que decidir isso". Conforme proposta combinada antes pelos oficiais do Estado-Maior da 2ª DC, sugeri ao General Camarinha: "General, diga a ele que por ser o General-de-Divisão mais antigo, assuma o Comando das Grandes-Unidades e Unidades sublevadas, constituindo o III Exército revolucionário, e comece a dar ordens para neutralizar as determinações do Ladário." O Camarinha fez-lhe a sugestão, mas ele relutava.

Até que chegou uma hora que o Camarinha foi incisivo: "Ô Poppe! Estou com um GT (Grupamento Tático) pronto, e vou seguir para Porto Alegre, porque não vou permitir que o Governo do João Goulart se estabeleça na Capital do Estado. Não deixarei que se repita o que houve na Legalidade. E vou passar pela sua área." Aí o Poppe respondeu: "Não! Faço um manifesto." Naquele dia mesmo, não me lembro bem, acho que foi à tarde, o Poppe lançou um manifesto assumindo o comando do III Exército. Depois foi para Cruz Alta, junto com o Governador Ildo Menegueti.

Àquela altura, o General Costa e Silva já havia criado o "Comando Revolucionário" e confirmou o Poppe de Figueiredo no Comando do III Exército.

Por que eles foram para Cruz Alta?

Para tirar o Ildo Menegueti de Porto Alegre, onde a situação estava complicadíssima. Até dizem que o Comandante da 6ª DI, General Adalberto, e o Coronel Ângelo Irulegui Cunha estavam vestidos de padre, quando saíram. Eu me dava muito bem com o Ângelo e perguntei-lhe a respeito. Ele disse: "Não, Campedelli, o fato é que estava chovendo, e nós usamos capas impermeáveis. Aí inventaram que tínhamos saído disfarçados de padre, em uma Kombi." Realmente, foi numa Kombi que saíram de Porto Alegre.

O Menegueti saiu com o Adalberto e com o Ângelo de Porto Alegre, passaram por Santa Maria e de lá seguiram para Cruz Alta. Não tenho certeza, mas parece que o Ângelo permaneceu em Santa Maria. Quando voltaram vitoriosos e entraram triunfalmente em Porto Alegre, o Poppe de Figueiredo já se encontrava junto.

Qual o destino de João Goulart e Brizola?

Bom, aí ocorreram muitas coisas malucas. Lembro-me até de um caminhão carregado de bananas. Nós o descarregamos, porque veio uma notícia de que o Brizola estaria no meio das bananas, umas coisas desse tipo. O Brizola havia desaparecido, sabia-se que tinha saído num Volkswagen e depois sumira. Não se conhecia, naquela época, o seu paradeiro. Poderia mesmo aparecer, a qualquer momento, ali no Rio Grande do Sul e agir como na Legalidade. Era bem capaz de fazer uma surpresa dessas.

João Goulart foi para São Borja, terra natal do Getúlio, e nos criou um problema, em virtude do Rio Ibicuí. A 1ª DC era legalista, comandada pelo General João Nunes Saraiva. Resolvemos mandar um civil, em um avião "teco-teco" para verificar o

que estaria acontecendo em São Borja. O emissário foi, passou algumas horas na área, regressou e relatou: "Olha, o ambiente lá é de churrasco, está todo mudo churrasqueando, não há tropa, coisa nenhuma, aquilo está uma loucura, um caos. O importante é que mandaram carnear e assar um boi, para todo mundo, toda aquela politicagem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)." Lá no Sul, tudo era muito radicalizado. O PTB liderava todas as esquerdas, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) polarizavam a oposição.

Pois aquele pessoal, deputados, a gente do Jango estava lá, todos comendo churrasco. E aí saiu a viagem dele para a Argentina.

Só para registro, o Grupamento de Fuzileiros permaneceu do lado da Revolução, todo esse tempo?

Sim. Inclusive, quando fomos à Prefeitura de Uruguaiana, levamos dois Pelotões, um do Exército e outro dos Fuzileiros Navais. Os Fuzileiros Navais eram muito mais preparados, por serem soldados profissionais. Na Prefeitura estava reunido o pessoal de esquerda. Ocupamos a Prefeitura e foi dada posse ao prefeito militar, Major Gilberto Oscar Miranda Schmidt que, depois, foi eleito para o cargo. Todos os que foram presos, inclusive o Prefeito, foram para o 8º RC e para o Grupo do Raposo. Ficaram por lá, detidos.

Houve alguma fuga para a Argentina?

Inicialmente, ficamos um pouco preocupados. Durante toda a noite de 1º para 2, ouviu-se ronco de aviões. Ficamos sabendo que os argentinos estavam trazendo tropas de várias partes do país para a fronteira, porque não sabiam o que iria acontecer no Brasil. Lá pelo dia 3, mais ou menos, o Comandante da Guarnição e outros oficiais argentinos vieram fazer uma visita de cortesia ao general e informar que a fronteira estava toda guarnecida etc. e que contássemos com solidariedade deles. O comandante argentino veio, oficialmente, hipotecar solidariedade à Revolução.

Uns dias depois, apareceu o Vernon Walters, Adido Militar dos EUA. Encaramos sua presença na área, muito ligeira, muito rápida, como algo natural. Seu Governo, a fim de reconhecer o Poder Revolucionário, estava interessado em saber qual era a situação real. Por isso, como um bom adido militar, estava se inteirando da situação no Rio Grande do Sul. Esclareço, porque se fala muito de interferência estrangeira, inclusive há alguns brasilianistas, cidadãos dos Estados Unidos, que especulam sobre uma eventual interferência americana, que aqui manteriam alguns títeres, um deles possivelmente o Golbery. Isso tudo é uma mentira grosseira.

O próprio Vernon Walters já desmentiu isso, na televisão.

Nos dez anos em que passei mergulhado no processo revolucionário, só ouvi falar de assuntos que envolviam americanos, duas vezes. Uma sobre um tal de IBASE

que receberia recursos através da Agência Central de Informações (CIA) para financiar a eleição de parlamentares anticomunistas. Também fiquei sabendo que havia um negócio de viaturas que compravam e distribuíam etc. Nada mais, nunca mais ouvi nada. Tempos depois, já em Brasília, na D2 do Gabinete do Ministro Costa e Silva recebíamos a colaboração que acreditávamos, na época, ser proveniente de agentes da CIA. Entretanto tinha origem na Embaixada, cujo pessoal atuava no controle da movimentação de comunistas para a China, URSS, Tchecoslováquia, Cuba etc. Eles nos forneciam os nomes, as datas e locais onde fossem plotados, até mesmo seus destinos.

Brasileiros?

Os brasileiros. Lembro que um dos pontos de controle ficava em Karachi, no Paquistão. Recebíamos a informação e vigiávamos o regresso, bem como os itinerários. Regressavam pela Guiana, por Mato Grosso, e outros pela Argentina mesmo.

Estas foram as participações americanas de que tomei conhecimento; devo esclarecer que era ligado, cerradamente, a escalões que deveriam saber de alguma coisa. Ouvi falar sobre uma força-tarefa, mas sem comprovação, que os americanos imaginaram mandar para cá para atuar, em caso de insucesso da Revolução.

Para terminar esta parte do registro da Revolução no Rio Grande do Sul, como ficaram os Comandos? O General Camarinha permaneceu?

O General Camarinha permaneceu no Comando da Divisão. A situação normalizou-se totalmente. Aconteceram prisões. As mudanças de comando aconteceram no III Exército e na 3ª Divisão de Cavalaria, do General Garrastazú. Não me lembro quem assumiu. O General Poppe ficou no Comando do III Exército. O General Adalberto permaneceu na 6ª DI.

O General Camarinha, um "gozador", dizia que quando passava por Porto Alegre ia visitar o Adalberto e brincava: "Olha Adalberto, eu que era da situação fiquei revolucionário, e você que era revolucionário teve que fugir." Referia-se àquela saída para Cruz Alta.

Depois do 31 de Março de 1964, qual foi a missão que o senhor recebeu?

Em abril, fui chamado a Brasília, mas um dos meus filhos sofreu um problema de nefrite, e não pude seguir de imediato, permaneci em Uruguaiana. Quando o General Costa e Silva visitou a área, já então como Ministro do Exército, o Chefe do Escalão Avançado do Gabinete, o Coronel Jayme Portella de Mello, disse: "Olha, a vaga está lá ainda, esperando você". Respondi: "Então, pode tocar." Aí, eu e o Apolônio, da 2ª Divisão de Cavalaria, viemos, os dois, para Brasília. Cheguei à cidade no mês de dezembro de 1964.

Coronel Campedelli, antes de passarmos ao tópico seguinte, que trata de seu trabalho no Gabinete do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, o senhor ainda teria umas referências que gostaria de fazer sobre essa fase revolucionária?

Gostaria de fazer uma referência aos meus companheiros de Estado-Maior e da Segunda Divisão de Cavalaria, antes de passar a relatar minha vivência em Brasília. Realmente, foi um grupo extraordinário, coeso, bastante dedicado ao trabalho, cujas atividades se desenvolveram sem o menor atrito, sem quaisquer complicações, sem nada, com entusiasmo extraordinário. Cabe, naturalmente, uma referência especial ao Chefe de Estado-Maior, Coronel de Artilharia Luiz Serff Sellmann, mais tarde General e depois Presidente do Clube Militar; ao Major de Cavalaria Floriano Aguillar Chagas, que, merecidamente, chegou a General; meu adjunto na 2ª Seção, saudoso companheiro Major de Cavalaria Ney Riopardense Resende, também uma pessoa extraordinária, capacidade de trabalho e inteligência admiráveis, que também atingiu o generalato e infelizmente, já faleceu; o E3, Major de Cavalaria José Apolônio de Fontoura Rodrigues Neto, hoje morador em Porto Alegre, reformado, mas ainda trabalhando, membro do grupo denominado "Quero-Quero", chefiado pelo General Paula Couto, um grupo de resistência; ainda trabalha muito, acompanhando os problemas subversivos travestidos de sociais, particularmente o Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul; o Major de Artilharia Gaspar Albite Chuy que foi o nosso homem dos suprimentos, encarregado de todas as previsões para a eventualidade de maior duração do movimento; Major de Cavalaria Gilberto Oscar Miranda Schmidt que assumiu as funções de prefeito de Uruguaiana e depois foi eleito – um excelente oficial e magnífico administrador; e, na função de Ajudante-Geral, o Major Mário Santos Lima que também nos proporcionou todo o apoio, aplicou-se muito bem conosco; o Ajudante-de-Ordens do General Camarinha, o Capitão de Cavalaria Amaury Estevam Rocco Ramos, um companheiro admirável, que trabalhou duramente, com correção e lealdade; o Primeiro-Tenente veterinário Mário Cavalheiro, companheiro de todas as horas; Major veterinário José Yeddo de Freitas Drumond, oficial administrativo, dono da fazenda em que fomos pescar na Semana Santa, totalmente integrado ao grupo; uma referência especial ao Chefe da Estação Rádio, Tenente Luiz Ernesto Knapp – falo em referência especial, porque ficávamos totalmente à mercê dos radiotelegrafistas. Naquele tempo, as comunicações eram muito precárias, o telefone uma tragédia, as estradas todas de terra, uma confusão danada, tudo era muito difícil, e as comunicações, quase todas, operadas através da "Estação Rádio". Pois, no controle dessas comunicações, o Tenente Knapp ajudou muito. Essa, a referência que queria fazer àquele Estado-Maior que foi admirável por seu trabalho.

Estamos na fase em que você saiu de Uruguaiana e foi transferido para o Gabinete do Ministro do Exército, General Costa e Silva, no final do ano de 1964. Então, a pergunta é a seguinte: qual era o ambiente no qual se relacionavam o Ministro do Exército e o Presidente Castello Branco, inclusive na sucessão deste último?

Encontrei um bom ambiente, mas é preciso ressaltar que, àquela época, o Gabinete do Ministro estava dividido: em Brasília funcionava o Escalão Avançado, sob a chefia do Coronel Jayme Portella de Mello, e, no Rio de Janeiro, permanecia o Gabinete do Ministro, propriamente dito. Geralmente, o Ministro do Exército, General Costa e Silva, passava, vamos dizer, um total de 20 dias no Rio de Janeiro e 10 dias em Brasília. Na Capital só se encontravam o Escalão Avançado, o Comando Militar do Planalto (CMP) e a 11ª Região Militar (11ª RM), todos exercendo seus misteres neste prédio em que nos encontramos (atual sede do CMP), durante esta entrevista. Os Departamentos e as Diretorias permaneciam no Rio de Janeiro. Em Brasília, de certa forma, ficávamos mais ou menos isolados.

Quanto à comunicação telefônica, havia uma coisa que, naquela época, achávamos maravilhosa, porque saíramos de um lugar em que tínhamos de usar a manivela dos telefones, enquanto, em Brasília, já funcionava o primeiro canal de micro-ondas instalado no Escalão Avançado, para falar com o Gabinete do Rio de Janeiro. Era um canal exclusivo.

Mas o que importa é que, ao chegar a Brasília, em dezembro de 1964, já se pôde perceber que havia um clima de descofiança no ar. As coisas não funcionavam naturalmente, e notei isso já na minha designação para a D2, seção onde se tratava de informações e também do controle de generais. É preciso também fazer uma ressalva: com a Revolução, a convergência de informações, interesses, enfim, a grande confusão do Ministério do Exército se dava, principalmente, na D2.

Existia uma certa desconfiança entre o pessoal do Castello e o do Costa e Silva. E havia outro grupo, mais ou menos no meio-termo, uns procurando conciliar, outros já atentos para o que pudesse vir pela frente. Mas, de qualquer maneira, não era um ambiente de confiança plena, franco. Se me perguntassem quais as características de cada grupo diria que os castelistas eram mais intelectualizados e também mais comprometidos com o sistema democrático. Seria o pessoal mais ansioso para o retorno imediato à plena democracia. O pessoal que estava junto ao Costa e Silva estava querendo aproveitar a oportunidade para reformar os costumes políticos, nos procedimentos básicos, no combate à corrupção etc. Era chamado de "linha-dura".

Na verdade, o pessoal do Costa e Silva era democrata, mas não aceitava aquele tipo de politicagem que ainda prevalecia, e muito menos negociar com resíduos

dos governos anteriores, aqueles resíduos todos que estavam no Congresso. Lembro que o Milton Campos, Prado Kelly, Bilac Pinto, Mem de Sá ficavam no Hotel Nacional, políticos extraordinários com os quais conversávamos bastante. Todos davam à nossa participação, à presença militar, um sentido histórico. Eram democratas fervorosos, mas compreendiam a situação e as necessidades.

O pessoal do Gabinete, portanto, era chamado de "linha-dura". Desejava algumas reformas, algumas arrumações, antes de voltar à plena democracia. Vou contar um fato interessante que, como outros, serve para caracterizar uma situação. Um dos coronéis mais exaltados do Escalão Avançado de Brasília era o Ruy de Castro, amicíssimo do Araripe, também um companheiro extraordinário, ambos homens excelentes. Uma noite, estivemos no apartamento do Bilac Pinto, conversando abertamente sobre a possibilidade de ele ser o sucessor do Castello.

Evidencia-se assim que não estávamos querendo um governo militar.Queríamos colocar ordem na casa, acabar com a confusão. Bem, já o pessoal do Castello a gente sentia que se tratava de um pessoal mais disposto às negociações. Ao que consta, o próprio Castello teria negociado com Juscelino Kubitschek o apoio da bancada do pessoal do Juscelino para a eleição dele; coisas desse tipo.

O pessoal que acompanhava o Castello era mais político?

Mais político. Marcava ali a presença do Cordeiro de Faria, que tinha sido Interventor no Rio Grande do Sul. Era um homem muito mais afeito a esse mundo político. E tinha um pessoal que se locomovia ali pelo meio, alguns políticos, entre eles o Costa Cavalcanti que tinha sido coronel e se movimentava entre as duas áreas, até fazendo uma certa ponte. Era esse o ambiente, e a separação foi-se agravando, à medida que as coisas foram acontecendo e se aproximava a substituição do Castello.

Quando da eleição de Israel Pinheiro, de Minas Gerais, e de Francisco Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, para sucederem, respectivamente, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, aconteceu, talvez, uma das crises mais sérias do processo revolucionário de 1964, porque realmente as Unidades da Vila Militar, no Rio, estiveram prontas para se sublevarem, em articulação com a Força Aérea. Lembro que eu mesmo, lá na D2, mantive ligação – foi um período muito tenso, de muitas ligações telefônicas – permanente com o Quartel-General do I Exército, com o General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, que era o chefe do Estado-Maior do I Exército.

Mas esses militares da Guarnição da Vila Militar estavam contra o quê?

Havia a determinação de não dar posse ao Negrão de Lima e ao Israel Pinheiro. Entretanto, o Presidente Castello não abria mão de maneira alguma e afirmava: "Houve a eleição e os eleitos deverão tomar posse." E eu me lembro que, por volta das duas horas da manhã, o Presidente Castello resolveu assinar o Ato Institucional

nº 2, fazendo arrefecer o problema da posse, da exacerbação havida na Vila Militar, porque a Vila Militar esteve "por descer", como se dizia. Quem relata muito bem esse assunto é o Jarbas Passarinho que acompanhou o problema, sob os pontos de vista militar e dos governadores – era Coronel e Governador do Pará.

Os comandantes que estavam bem sintonizados conosco eram o Coronel Antônio Miranda, do Regimento Escola de Infantaria (REI), o Comandante do Grupo de Artilharia, Coronel Sebastião Chaves e o pessoal pára-quedista. Tudo estava articulado: se o General Costa e Silva não quisesse, os dois governadores não tomariam posse, mas isso seria a desmoralização, a queda do Castello Branco. O Ministro Costa e Silva "segurou a barra", a assinatura do AI-2 acalmou bastante os ânimos e parece que, no dia seguinte, o General Costa e Silva foi à Vila Militar e fez serenar os ânimos. As coisas sempre marchavam mais ou menos desse jeito, e a gente fazia um esforço grande para conciliar as duas áreas, porque eram ambas revolucionárias de 1964.

No período conspiratório, o grupo do Castello nunca apareceu, mas era o pessoal que estava mais preparado para assumir o governo, embora totalmente impregnado de democracia plena. Para eles, o 31 de Março era apenas uma "cirurgia" para resolver a situação e voltar logo à normalidade democrática. E havia um outro grupo, ao qual eu pertencia, que pensava ser a oportunidade para dar uma arrumação geral, melhorar os costumes de nossos políticos, afastar gente que perturbava etc., militando nos setores de esquerda, mesmo naquela área que a gente chamava de "cor-de-rosa" e que permanecia no Congresso.

Dá para entender porque as Forças Armadas, em especial o Exército, faziam a intervenção e logo devolviam o sistema ao poder civil. Daqui a pouco, outra crise, intervenção dos militares e novamente... Acho que esse seu grupo não queria mais ficar devolvendo de imediato, sem antes fazer as mudanças necessárias.

É, e esse grupo fez o seguinte: polarizou-se em torno do Costa e Silva, que realmente era um líder inconteste, um homem inteligente, capaz, leal, decidido, que assumiu a liderança e veio ao encontro dos nossos anseios, também imbuído dos mesmos ideais democráticos. Foi uma pena a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ao qual, tenho a certeza, o Presidente foi forçado, pelas circunstâncias. Acham até que o problema de saúde dele decorreu da violência que teria praticado contra si mesmo, ao assinar aquele Ato.

Por que algumas lideranças civis da Revolução, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, e até mesmo Juscelino Kubitschek, foram afastadas da sucessão do Castello Branco? Esses três civis, à época, estavam no topo da política nacional. Havia outras lideranças, como Ildo Menegueti, no Rio Grande do Sul; Adhemar de Barros que participou em São

Paulo. Mas, identificados com o pensamento militar, poderíamos sintetizar essas três lideranças civis: Carlos Lacerda, que foi contra tudo e todos; Magalhães Pinto que, inegavelmente, deu aval para o início do Movimento; e Juscelino que se manteve numa posição neutra e tinha aspirações de ser Presidente. Por que eles foram afastados? Qual a sua ótica, naquele momento?

O entendimento geral, naquela época, era o seguinte. Vamos começar pelo Juscelino que vinha contaminado por todos aqueles acontecimentos do 11 de novembro, do "retorno aos quadros constitucionais vigentes", e pela forte carga de suspeita de corrupção, advinda da construção de Brasília. Havia uma quantidade enorme de inquéritos sobre o Juscelino. O período conspiratório vivido no Rio de Janeiro, quando Juscelino era o Presidente, e Lott, Ministro da Guerra, incompatibilizou-o com o meio militar. Inclusive, chocou e contribuiu muito para essa situação a notícia de que o Castello teria negociado com o Juscelino a eleição dele no Congresso. Era esse o caso do Juscelino.

O Carlos Lacerda foi o nosso líder e "farol" durante toda a fase conspiratória. Mas ele corporificava a UDN, e isso foi fatal. A identificação ou acoplamento dos militares com o Carlos Lacerda causaria grande repercussão no meio político. Não seria uma intervenção dos militares, mas da UDN. Outra coisa, a impressão existente era que o Lacerda possuía um estilo forte e não admitiria qualquer tutela, de quem quer que fosse. Logo, também, se estabeleceu a incompatibilidade.

Quanto ao Magalhães Pinto, lá de Minas Gerais, um banqueiro etc. ... Tenho a impressão de que o Magalhães Pinto não esteve tão incompatibilizado. Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Ele foi afastado da corrida presidencial, mas não da política.

Ah! Corrida presidencial sim.

Agora, os outros dois não. Os outros dois tentaram inclusive formar uma aliança, chamada de Frente Ampla, que deu uma complicação grande.

Coronel, gostaria de passar a abordar seu trabalho na 2ª Divisão (D2) do Gabinete do Ministro da Guerra. Hoje, o Gabinete do Comandante do Exército é dividido em Assessorias, acredito que com o mesmo critério. Naquela época, eram divisões: D1, D2 e assim por diante. Qual a importância desse trabalho para o Gabinete do Ministro?

Com a ascensão do governo presidido por um militar, estabeleceu-se o consenso de que todos os assuntos deveriam ser resolvidos pelos militares. Tudo passou a ser canalizado para os militares. O resultado foi o congestionamento permanente, pois o canal de entrada de informações no Gabinete era a D2. Além do que, Costa e Silva, a partir de determinado momento, era um Ministro que viria a ser Presidente

da República; era um "sol nascente". Então, os interesses de todo o País, empresários de São Paulo, de toda parte, fluíram para lá. Entrava de tudo ali: complicações políticas, manobras políticas e tínhamos que estar atentos, acompanhando.

Atualmente existe o Centro de Inteligência do Exército (CIE), que trabalha para o Gabinete. Nessa época, existia um órgão de informações?

Bem, vamos voltar a Uruguaiana, no início do Movimento de 1964. As informações sobre assuntos de segurança interna foram uma adaptação das informações de combate. Não havia um estudo sistemático, uma estrutura, enfim, nada a respeito de informações de segurança interna. Nós é que fazíamos adaptação dos nossos manuais de informações de combate.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) trouxe mais confusão. Para caracterizar, vou contar um caso: o Coronel Câmara Sena, Adido no Uruguai, enviou informação sobre possível operação de estabelecimento de contato do Brizola, em Recife. Vinha com endereço, tudo direitinho. Imagine a confusão que deu lá! No final, até engraçado, produziram-se vários relatórios: da Marinha (Cenimar), que era o mais bem organizado; da Aeronáutica (CISA); do órgão de informações regionais do Exército, de Recife; da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. Quer dizer, ainda não se sabia fazer informações de uma forma sistemática e organizada.

Mas existia um órgão que operava, tipo CIE?

A própria D2. A origem do CIE foi a D2. A coleta das informações era feita através das Unidades militares, mediante os Pedidos de Busca (PB) por nós elaborados e remetidos aos comandos dos exércitos que os distribuíam aos escalões subordinados. O PB respondido era coletado, processado e transformado em informação; conforme o caso, ia ao Ministro ou não. O SNI, que era nascente, o Golbery estava começando, recebia, também, os PB. Havia uma certa disputa, que era natural, porque a motivação existente no SNI, leia-se Golbery, era diferente da nossa. Nós estávamos querendo consertar e o SNI estava trabalhando com um pessoal que queria o retorno da democracia o quanto antes etc.; pessoal mais tolerante.

Qual a importância dessa atividade de informações para o Governo?

Acho que foi extremamente importante em tudo. A única coisa que foi lamentável é que interesses políticos, empresariais e outros sempre perturbaram o funcionamento, em que pese as conseqüências benéficas para o País. Procuravam-nos para tudo.

Uma das coisas pelas quais nos procuravam muito se relacionava à mineração. Inclua-se aí o cristal de rocha. Naquela época, o único cristal de rocha com propriedade piezo-elétrica, que servia para válvulas osciladoras, era o cristal brasi-

leiro. E esse cristal era exportado para o mundo inteiro como lasca de cristal de cinqüenta centavos de dólar o quilo, quando na verdade, saíam blocos de cristal, cujo valor era 10, 15 dólares o quilo. Fizemos levantamento disso, devido a vários informantes que nos procuravam, fazendo denúncias.

Diamantes, nós vimos no mercado de Amsterdã, Londres, Nova Iorque. Eram gemas brasileiras que chegavam lá com valores extraordinários, sem que aqui houvesse qualquer registro. Havia também esmeraldas e outras coisas desse tipo. E existia a célebre draga Xica da Silva, no Rio Jequitinhonha, que consumia a "brincadeira" de seis mil litros de óleo diesel diariamente, com toda aquela estrutura. E nada produzia! Só que nos rejeitos da draga, um grupo de garimpeiros colhia diamantes industriais, esses pequeninos. E não havia produção! Fizemos levantamento junto com o pessoal da Aeronáutica, tendo descoberto algo inacreditável. Não sabíamos bem e até tivemos um pouco de cuidado. O valor que saía sem qualquer registro, mesmo dividido por dois ainda dava muito mais do que o orçamento da União.

E não havia qualquer sanção. Conheciam-se as ligações do Costa Cavalcanti, Ministro das Minas e Energia, com o mundo empresarial de mineração, com os grupos todos. Sabíamos desses fatos, mas nada frutificava, não se chegava a um resultado, o que causava muita frustração. Mas de qualquer maneira essas coisas foram levantadas.

Quanto ao legado de corrupção nos ministérios, havia muito, demais. Chegando ao nosso conhecimento, trabalhávamos o informe e levávamos ao Ministro do Exército que o canalizava para o Presidente.

Quer dizer, mesmo antes da instalação do CIE vocês já trabalhavam...

Ah! Quase tudo convergia para nós. Paralelamente, problemas locais que deviam ser levados à Região Militar de Brasília, eram canalizados para nós. Por exemplo: o resíduo subversivo da universidade, deixado por Darcy Ribeiro: agitações, greves, problemas... Isso tudo era complicação para nós. Do mesmo modo, mantínhamos contato com o pessoal da Embaixada Americana para controle internacional da expansão comunista, o trânsito dessas pessoas. Era um volume muito grande de trabalhos.

O senhor trabalhava no Gabinete do Ministro Costa e Silva. Com a eleição dele para Presidente, o senhor permaneceu no Gabinete com o General Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército no Governo Costa e Silva. Houve alterações no seu trabalho no Gabinete do Ministro Lyra Tavares?

Houve. O ambiente ficou muito formal e surgiu um problema que julgo importante. Minha visão foi a seguinte: assim como houve uma divisão entre os grupos

do Castello e do Costa e Silva, também surgiu, dentro do grupo Costa e Silva, uma divisão, logo depois de o General ter assumido a presidência. O Principal responsável por essa divisão, lamentavelmente, com todas as suas virtudes, foi o General – já era general – Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar.

Porque aí aconteceu o seguinte: o pessoal do Portella resolveu blindar o Presidente Costa e Silva. O Presidente só tomava conhecimento do que eles queriam ou como eles queriam. A conseqüência foi o aparecimento de um outro grupo, a que eu pertencia, formado por um pessoal no qual o Costa e Silva confiava, mas que ficou isolado. Por exemplo, não fui para o Palácio, fiquei aqui neste prédio (sede do Comando Militar do Planalto). Quase todos foram para lá, mas não fui. Certa ocasião, alguém interpelou o Portella sobre isso: "Por que o Campedelli não veio para cá?" A resposta foi, de certa forma, elogiosa para mim: "No Palácio só há lugar para mão-de-obra intelectual, o Campedelli é mais útil onde está", quer dizer, tratava-se de um pessoal que não discordava.

Isso, em parte, decorria do seguinte. Meu acesso ao General Costa e Silva era muito grande, através do Ajudante-de-Ordens e de Dona Yolanda, sua esposa. Aqui vale contar um caso para caracterizar esse fato. Comandava a 11ª Região Militar o General Abdon Senna. Sou católico e, desde Uruguaiana, preocupava-me muito com o clero, em face de problemas políticos difíceis, e, principalmente, da contaminação a que seus membros estavam sujeitos através dos dominicanos etc. Um clero que se metia em reforma agrária, e em uma porção de coisas.

Um dia, estava chegando de uma viagem e encontrei o Abdon Senna no aeroporto. Ele me disse: "Campedelli, há um problema armado aqui. O Bispo não quer rezar a missa pelo aniversário da Revolução. Quero que você dê um jeito nisso." Falei com Dom José Newton de Almeida Batista, que era o Bispo, já meu conhecido lá de Uruguaiana. Ele explicou: "Campedelli, não posso rezar a missa por uma Revolução que me indiciou num inquérito, o senhor deve saber, porque às vezes sai na imprensa, quando na verdade esse inquérito já está arquivado. Ninguém fala nada e eu fico em uma situação muito ruim. Como é que eu vou rezar a missa dessa maneira? Outro dia mesmo, no Parlamento, um deputado agredindo a Revolução, falou: '(...)Governo que investiu contra um prelado'." Perguntei-lhe de que maneira poderíamos solucionar a questão e ele respondeu-me que não sabia. Apresentei, então, uma solução: "Se fizéssemos uma carta dirigida ao senhor, dizendo que o seu inquérito foi arquivado, que nada houve. O senhor aceitaria? Publicaremos essa carta."

Realmente, a JUC, JEC, quando se viram em perigo abrigaram-se em dependências do Bispado, Igrejas etc. Ele respondeu: "Aceito." Fui ao General Bandeira,

que era o Chefe do Gabinete do General Lyra Tavares, em Brasília. Bandeira leu a proposta, concordou e levou a carta. Essa carta foi redigida por mim e pelo Coronel Emidio de Paula, que também era muito católico. Uma carta muita bem arrumada, nós caprichamos na redação. Lyra Tavares disse que aquilo ali significava um "agachamento" do Exército e que ele não assinava. Minha impressão é de que havia problema maçon, essa alergia que alguns maçons têm pelo clero etc. Mas não posso afirmar.

Mas o Lyra Tavares era maçon?

Acredito que sim. Porque havia vários maçons ali, atrapalhando o relacionamento com o clero, além dos comunistas, naturalmente.

Bom, aí a minha senhora disse: "Campedelli, por que a gente não fala com Dona Yolanda?"

Yolanda Costa e Silva!?

Yolanda Costa e Silva. "Ela é católica, o Presidente também é católico, quem sabe a gente não resolve isso?" Ela foi ao Palácio e falou com a Dona Yolanda Também fui. Dona Yolanda era esperta, muito viva. Uma mulher extraordinária. Entendeu, com rapidez, a questão. Mas coloquei um outro problema. A Catedral estava "caindo aos pedaços", a obra paralisada, faltando metade da construção. O Arcebispo não concordava com o término da Catedral com dinheiro público. Dizia que isso era coisa da União Soviética. Pareceria uma repartição pública de um ministério. Para ele, tinha que ser com o dinheiro dos fiéis.

Depois de me ouvir, Dona Yolanda disse: "Está decidido. Agenda uma visita do Arcebispo Dom José para falar comigo". Marquei a data, o Arcebispo compareceu e daí surgiu a célebre "Campanha das Marias". Um padre veio de São Paulo, para dirigir tudo isso e todas as "Marias do Brasil" contribuíam com um Real. Na verdade, foi uma medida para pegar o dinheiro que viria do Governo do Distrito Federal, para terminar a Catedral.

Contei isso, para mostrar a facilidade de meu acesso ao Palácio, fato que contrariava o General Portella. Portella tinha um pensamento que eu chamo de "errático"; não se sabia bem o que ele queria, entende?

Ele não deixava claro seu pensamento?

O Coronel Araripe e alguns outros oficiais diziam que ele queria competir com o Golbery, em habilidade política. Uma vez, um coronel muito chegado ao Portella, meu amigo, disse que o General comprara *O Príncipe*, de Maquiavel, e devido a esse fato, anda... Lembro de uma ocasião: "Mas General, o senhor vai colocar fulano lá no Departamento de Polícia Federal? O senhor sabe quem ele é! Como é que o senhor vai colocar esse homem lá?" Ele respondeu: "Vou colocá-lo lá

porque há missões que se eu der a você, acaba não sendo cumprida, e ele cumpre qualquer uma." Existiam essas questões que se chocavam frontalmente com o nosso pensamento e maneira de entender as coisas.

Por isso afirmo que dentro do próprio grupo do Costa e Silva começou a nascer essa divisão. E, como decorrência, começam a surgir algumas figuras extraordinárias, dentre elas o General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Ele e Portella não se acertavam, justamente por causa dessa excessiva flexibilização.

Com relação à missa, o Arcebispo...?

Rezou a missa. Dona Yolanda, muito habilidosa, negociou com ele a Campanha das Marias, a construção da Catedral foi concluída e ele rezou a missa.

Na própria posse do Presidente Costa e Silva já houve um problema. O Arcebispo de Brasília era chefe de uma província eclesiástica, onde existia aquele Dom Fernando Gomes dos Santos, de Goiânia, um homem áspero, extremamente ligado às esquerdas e a outros Bispos da tal província eclesiástica. Tive que entrar nesse problema para conseguir que o Arcebispo comparecesse à cerimônia de posse e levasse com ele os Bispos. Na posse do Costa e Silva estavam todos os prelados. Aquele foi um trabalho que se levou à frente, mas sempre com a ajuda de Dona Yolanda.

Isso incomodava extraordinariamente o General Portella; ele colocou uma blindagem em torno do Presidente. Seu Chefe de Gabinete era o Coronel José Maria Covas, um homem inteligentíssimo, extremamente pragmático. Esse foi o quadro que vivi em Brasília, no período do Lyra Tavares.

Como o senhor, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, viu a importância da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)? O senhor acabou de nos informar acerca da existência de grupos, como os do Castello Branco e o do Costa e Silva, de uma linha mais "dura", e que o levou ao Poder e, depois, no Governo, se dividiu nos grupos do General Portella, mais afeito ao Presidente, e do Ministro Lyra Tavares. Ao mesmo tempo, o Movimento Comunista Internacional estava atuando de um modo mais agressivo, nessa época. Ocorria um recrudescimento, uma maior expansão no movimento subversivo. Surgiram as linhas cubana, chinesa, maoísta, linhas mais agressivas que a soviética. Isso tudo, ao mesmo tempo, gerou uma instabilidade grande e, nessa hora, surge o AI-5. Qual a sua análise a respeito?

Na ocasião do AI-5 já não me econtrava mais em Brasília, e sim em Rondônia, na capital, Porto Velho. Não estava em Brasília, no fulcro da coisa, mas, de lá, acompanhava. Realmente a subversão do País se ampliava... Vieram os problemas de Caparaó, um agravamento... Assassinatos, uma porção de coisas, problema do

Marighela, guerrilha urbana, atentados. Surgiu o desafio à Revolução, no Congresso, e o Costa e Silva não teve alternativa. Porque o Presidente era tão civilista quanto o Castello. Inclusive, uma coisa que mereceu cuidado foi a escolha da pessoa para tornar-se Vice-Presidente da República. O Vice foi o Pedro Aleixo. Quando cheguei a Brasília, o Pedro Aleixo era uma espécie de oráculo político. Não havia um parlamentar, em Brasília, que não consultasse o Pedro Aleixo. Dava a solução para todos os problemas políticos. Pois bem, a escolha dele para vice do Costa e Silva já era um sintoma de que ele queria o retorno à democracia, queria levar o Brasil para a plena democracia. Mas a exacerbação dos movimentos comunistas resultou no agravamento da situação e conseqüente fechamento.

Por surpresa minha, em um livro de autoria do General Portella, aparece o meu nome como tendo promovido reuniões contra a assinatura do AI-5. Mais tarde encontrei-me com o Portela, em um evento social, e ele me perguntou: "O que você achou do meu livro?" Respondi: "Olha, não tenho nada a comentar... Há uma seqüência de eventos, tudo direitinho... Mas a julgar pelo que o senhor falou no único momento em que eu apareço no seu livro, há um engano. Nunca estive..." Ele retrucou: "Ah, foram informações que eu recebi."

O senhor participou de alguma reunião contrária ao AI-5?

Não, nada. Eu estava em Rondônia. Vim tratar de assuntos no Rio de Janeiro, logo depois do AI-5 e mantive, naturalmente, "bate-papo" com companheiros acerca da situação política do País. Somente isso.

O Senhor citou Rondônia. Antes de passarmos ao final do Governo Costa e Silva, vamos antecipar a pergunta. Como foi a sua designação para o Governo de Rondônia e o trabalho desenvolvido?

Ainda Tenente-Coronel, encarei da seguinte maneira: isso ainda se deve àquele problema do acesso ao Presidente Costa e Silva. Era convidado às sessões de cinema etc. Além do caso que contei sobre a missa; sem dúvida, éramos muito ligados.

Um dia, o Ministro Lyra Tavares me chamou e veio com uma conversa de que precisava de coronéis muito bons etc., na fronteira com o Uruguai e, por isso, me oferecia o comando do 7º Regimento de Cavalaria (7º RC), com sede em Santana do Livramento. Ponderei: "Sou Tenente-Coronel moderno, não é a minha vez de comandar, se receber um comando, agora, vou ficar em uma situação incômoda perante os meus companheiros. Penso que o senhor deve ficar à vontade. Caso o senhor pretenda afastar-me do seu Gabinete, estou pronto..." Ele disse: "Não, o que é isso, não é nada disso..." Continuei: "Não, mas está me parecendo que seja isso. O senhor não tenha o menor constrangimento." Mas ele não podia me afastar do Gabinete, porque

o Costa e Silva iria querer saber o porquê. O Lyra Tavares encerrou: "Então não tem nada, você não quer o comando, não vai."

Aí ocorreu um problema, um mal-entendido, no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Os capitães se reuniram e comentaram: "O Coronel Campedelli disse que devemos manter o Batalhão permanentemente operacional. Pode surgir uma necessidade, a qualquer momento." Realmente tinha falado, porque o Comandante, segundo o Capitão Lemos, estava muito envolvido politicamente. Ele participara de uma intervenção militar em Goiás.

Esse capitão havia terminado um curso sobre censura, no Departamento da Polícia Federal, e veio fazer um relato, na D2, sobre o sistema de corrupção que existia naquele setor do Departamento. Fosse um filme ou um espetáculo teatral, ele era classificado como impróprio para menores de 14 anos, para, depois, negociar a impropriedade para limites maiores. Isso rendia dinheiro. O Capitão me relatou esse negócio e, no meio disso tudo, contou-me a situação da Unidade. O Batalhão não tinha nem óleo para as viaturas etc.

A reunião de capitães foi considerada conspiratória e aparecia o nome do Coronel Campedelli no meio da história. Isso foi parar no Palácio do Planalto! Quando vi, estava vindo o Celso Meyer (Coronel Celso dos Santos Meyer) do Rio de Janeiro, para fazer um inquérito. Por felicidade minha, o Coronel Antonio Bandeira, Chefe do Escalão Avançado, sabia da vinda do Capitão, e quando ia começar a história, o Coronel Bandeira entrou no negócio; mandaram o Celso Meyer voltar do aeroporto mesmo: "Isso não existe". Bom, mas ficou claro que havia um problema comigo.

Eu esmiuçava o negócio e achava que isso estava vindo do General Portella. Bem, em uma tarde, chego em casa, recebo telefonema do Ministério do Interior; General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Foi direto ao assunto: "Campedelli, estou necessitando dos seus serviços, preciso que você vá governar Rondônia." Imagine eu, com sete filhos, família, em uma área cheia de problemas, complicada, malária e não sei o quê... Respondi: "Olha, o senhor no meu lugar aceitaria?" Assentiu: "Aceitaria." Então falei: "O senhor marca o dia da posse." Contei à minha mulher que concordou: "Não tem problema, vamos sim." Nossos filhos estavam já na universidade, embora alguns embaraços: a família ficaria dividida, metade em Brasília. Aí marquei a posse.

O Albuquerque Lima nunca me disse nada. Muito mais tarde, já não era mais Governador e nem ele Ministro, perguntei: "Por favor, General, por que o Senhor me fez aquele convite? Foi mais para me tirar da garupa, não é?" Ele respondeu: "É, hoje eu posso dizer. Foi. A sua situação estava ruim."

Só isso que ele disse?

Ah, e outra coisa. O Território de Rondônia havia chegado a uma situação de caos. Para se ter uma idéia, cheguei em dezembro e encontrei o funcionalismo sem pagamento desde outubro, sem dinheiro algum, nem para tratamento de água. A água fornecida vinha como enxurrada, não tinha tratamento, porque não havia mais dinheiro para nada. Petróleo, a refinaria de Manaus estava fornecendo em confiança, porque inexistiam recursos, era uma coisa medonha. Faltava energia elétrica, reinava o caos completo. E o General Affonso me pegou justamente para essa tarefa. Felizmente dei conta da missão.

Como decorreu o trabalho de Interventor, de Governador?

Contei com um certo respaldo político, porque meu nome, como Governador, foi aprovado pelo Senado Federal. Predominavam esses problemas todos, basicamente de falta de recursos. Recebi bastante apoio do Ministério do Interior e pude solucionar superar os obstáculos. Mas para se ter idéia das dificuldades, se quisesse conversar com o Ministro, tinha que sair do Palácio, ir a um hotel onde existia um posto da Radional. Naquele tempo, o único jeito de falar era através de ondas de rádio, nada fácil, era um negócio de ir e voltar, muito ruim.

De qualquer maneira, deu-se uma arrumação; fizemos muita coisa. Criou-se uma empresa que existe lá, até hoje, a Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia).

O senhor pôde levar pessoas para ajudá-lo? Conseguiu levar um grupo bom para compor seu secretariado?

Consegui. Existia em Brasília um representante de Rondônia, genro de um Coronel de Cavalaria, alguém sintonizado conosco. Então, antes de seguir para Rondônia, fizemos um estudo de situação, colhi muitos dados com o Ministério do Interior etc., e dei início à tarefa.

O trabalho que considero ter sido o mais importante foi o seguinte: ao chegar, verifiquei que havia uma grande quantidade de bancos particulares na área. E aí, utilizando um estudo simples de aplicações e depósitos, concluí que os bancos estavam aspirando os recursos locais. Quer dizer, o Território, que estava completando 25 anos de existência, possuia um vigor econômico razoável. Criei um desfile das Forças Vivas, justamente para dar consciência do vigor econômico e social do Território. Nesse desfile, entravam elementos da área social e da área econômica; mineração etc. Feito isso, vim ao Rio de Janeiro e conversei com o General Affonso: "Temos que impedir que se passe em Rondônia o que aconteceu com o Acre, um verdadeiro caos. Até hoje, o Acre não tem autonomia, vive com verbas federais etc., e entendo que é preciso fazer alguma coisa para criar uma espécie de pré-Estado, criar todos os germes dos órgãos de um Estado, porque no Território já existe essa aspiração, e há condições para tanto."

O General Affonso foi formidável. Chamou o Chefe do Gabinete, na hora, e disse: "Vamos encontrar uma empresa para elaborar um projeto com esse objetivo. O Campedelli vai dar as diretrizes." Até me inspirei muito na administração do Distrito Federal, à época: Para cada Secretaria, organizava uma Fundação, a fim de proporcionar flexibilidade administrativa. Bem, a empresa foi para Rondônia, fizeram todos os estudos e assim nasceu a Lei Orgânica dos Territórios, que criou verdadeiros pré-Estados.

Quando iniciei, todas as aplicações provinham de recursos federais e todos os recolhimentos, taxas e tributos, inclusive de mineração, a rigor, tinham que ir para a coletoria federal. Mas isso não ocorria, a prática era uma bagunça. Desculpe a palavra "bagunça", mas era a realidade. Então, no que diz respeito à energia elétrica, por exemplo, não havia um contador de energia elétrica. Funcionava por ponto de consumo. E o dinheiro ficava no departamento mesmo, era gerido ali, confusamente.

O Batalhão de Engenharia do Exército, com parada e sede em Rondônia, recebia, anualmente, uma dotação orçamentária bem maior do que o Governo do Território. O Comandante do Batalhão tinha muito mais prestígio que o Governador. Bem, com essa Lei Orgânica dos Territórios, passamos a arrecadar. Mais tarde deixei o governo, mas o meu substituto, Coronel João Carlos Marques Henriques, passou por Brasília, procurou-me e disse: "Campedelli, faltam-me condições para gerir os recursos que temos. Estou com dinheiro demais." Por isso, entendo que o meu principal trabalho em Rondônia foi a criação da Lei Orgânica dos Territórios. Atingiu também o Território do Amapá e outros.

A lei foi promulgada aqui em Brasília?

A lei era federal, mas fruto do trabalho com o pessoal do Ministério do Interior, com o General Affonso, lá em Rondônia.

Por que o senhor solicitou demissão do cargo de Governador de Rondônia? Depois desse trabalho de organização do governo, do sacrifício de dividir a família, que constituiu um ônus, pois é sempre um problema fazer uma divisão na família, depois disso, afinal, talvez estivesse na hora até de colher os frutos, frutos que vieram para o seu sucessor, que confessou não ter quase conseguido gerir tudo aquilo. Depois da organização do território de Rondônia, você pediu demissão por quê?

O principal fator foi o político, mas apoiado por outros motivos. Por exemplo, só podia ficar fora do Exército dois anos e já tinham decorrido um ano e quatro meses. Era preciso fazer uma opção, voltar ao Exército ou abraçar a carreira política. Porque era comum e normal: os governadores candidatarem-se a deputado. Havia

experiências anteriores. Mas eu não estava interessado na área política, desejava voltar para o Exército. Fui para lá por uma emergência, uma situação especial.

O problema político dizia respeito ao General Affonso. Éramos muito ligados. E começou a crescer uma fermentação política muito grande contra o General Affonso, porque vislumbraram a possibilidade de ele tornar-se o sucessor do General Costa e Silva. Assim, começou o trabalho de um grupo dentro do Ministério do Interior, aquele pessoal que gosta de Poder; e participação da imprensa. Havia outros fatores também: os interesses contrariados, principalmente de empresários, na área de mineração – Grupo Lacombe – tinha o pessoal do Costa Cavalcanti e não sei mais o quê, e outras empresas.

Surgiram outras coisas que me surpreenderam. O General Affonso, que era Ministro, disse: "Campedelli, estou muito preocupado com o problema da tortura; nossos companheiros andam permitindo abusos durante os interrogatórios, e isso vai pesar sobre nós, na História. Respondi: "General, não tenho conhecimento de nada de tortura em lugar algum." Ele retrucou: "É, há gente que tem trazido muita queixa. Já falei com o Presidente Costa e Silva sobre isso."

Bem, esse contexto foi criando um mal-estar entre os Gabinetes do Costa e Silva e do Affonso de Albuquerque Lima. Até que se criou um problema qualquer, em virtude do qual o Albuquerque Lima resolveu pedir demissão. Mas sinceramente acredito que ele foi pedir demissão esperando que o Costa e Silva não aceitasse. Para a surpresa nossa, o Costa e Silva disse: "Tudo bem Affonso, você não quer ser mais Ministro, e eu agradeço o seu trabalho."

Aí pedi demissão, principalmente porque já sabia que o Costa Cavalcanti iria substituir-me. E o Costa Cavalcanti era ligado a grupos empresariais, como o Lacombe de mineração e os irmãos Galdeano, da Companhia Estanifera do Brasil. Muitos interesses que eu havia contrariado e o Affonso também. Pensei comigo: "Também não vou ficar aqui, mesmo que eu queira." O Coronel Tancredo (José Tancredo Ramos Jubé) me telefonara para informar: "Campedelli, o Presidente mandou dizer que você não tem obrigação de ser solidário ao Albuquerque Lima, porque a sua nomeação é dele." Respondi: "O senhor agradeça ao Presidente, mas não tenho condições de ficar esperando que o Costa Cavalcanti me peça o cargo." O contexto indicava que ele poderia pedir meu cargo, então preferi sair, mesmo porque queria voltar para o Exército.

Na minha volta para o Exército aconteceu uma coisa curiosa. No meu regresso, apresentei-me no Escalão Avançado do Estado-Maior do Exército, então chefiado pelo Coronel de Cavalaria Heitor Fontoura, que eu não conhecia. Como desejava permanecer em Brasília, ele me indicou para servir no Estado-Maior. Fiquei três meses sem reverter ao serviço ativo, andando como um tonto, em Brasília. Vinha aqui só para receber meus

vencimentos. Passado esse tempo, o Coronel Fontoura me chamou e disse: "Campedelli, saiu um Aviso do Ministro (Lyra Tavares) que diz o seguinte: quem serviu em Brasília por mais de dois anos, ao sair só poderá regressar, decorridos três anos de afastamento. No seu caso, você não pode servir em Brasília. Será nomeado Comandante do 2º Regimento de Cavalaria Motorizada (2º RCM) de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul." Argumentei: "Mas vim de Rondônia, sigo para Santa Rosa, e a minha família, como é que fica? Não é a minha vez de comandar, ainda." O Regimento de Santa Rosa estava extinto, parecia que havia alguém só para cuidar do aquartelamento.

Então, disse que não iria. O Celso Meyer, que estava no Escalão Avançado, comentou: "Você é militar, tem que ir." Respondi: "Não, peço transferência para a Reserva, já tenho 25 anos de serviço e vou-me embora." Falei isso, preparei meu requerimento e dei entrada na Organização Militar (OM) em que estava adido, o Estado-Maior do Exército, com o Coronel Heitor Fontoura. O Coronel Fontoura pegou o requerimento e disse: "Campedelli, eu aderi à Revolução, mas você participou disso tudo, sei muito bem, e por isso não tem direito, agora, de estar caindo fora." Respondi: "Mas como não vou cair fora?! Se estou vendo que sou um indesejado aqui."

O Coronel Fontoura ligou para o General Calderari (Arnaldo José Luiz Calderari) que era Chefe do Gabinete, no Rio de Janeiro, e o General Calderari perguntou-me se o Estado-Maior do Exército (EME), no Rio de Janeiro, me servia. Respondi: "Serve, vou para lá sim, não tem problema. Não vou é para Santa Rosa." Aí deram minha reversão ao serviço ativo e fui classificado no EME, no Rio de Janeiro.

O senhor fora nomeado Governador de Rondônia pelo Presidente Costa e Silva, por indicação do Ministro Affonso de Albuquerque Lima, visto que a administração dos Territórios estava sob sua responsabilidade no Ministério do Interior. Quanto ao Albuquerque Lima, conforme seu relato, havia gestões no sentido de que fosse um dos candidatos à sucessão do Presidente Costa e Silva. O senhor já comentou que o Costa e Silva não foi a favor do AI-5, o endurecimento do regime. Decretou-o, se não conduzido, diante da necessidade de uma resposta àquela subversão que atuou fortemente no ano de 1968. Não digo que ele foi obrigado, mas foi praticamente compelido a assinar. E aí veio o episódio da doença e morte do Presidente Costa e Silva e sua sucessão. O que o senhor pode nos contar sobre o transcurso desses últimos acontecimentos? Nessa hora deve ter aparecido novamente a figura do General Affonso de Albuquerque Lima, como provável candidato. Nessa época o senhor já estava no Estado-Maior do Exército?

Estava no Rio de Janeiro. Eu servia na 4ª Seção do Estado-Maior do Exército e o General Affonso era Diretor de Material Bélico.

Ele reverteu também para o serviço ativo do Exército.

Sim, era General-de-Divisão, Diretor-Geral de Material Bélico do Exército.

Não quiseram colocar o senhor nesse Departamento?

Não, não. Fui para a 4ª Seção, fiquei lá. Iam colocar-me na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, mas por causa dos meus antecedentes resolveram me colocar na 4ª Seção, na área de blindados.

Seus antecedentes, nesse caso, conhecer blindados ou ter essa ligação toda?

Colocaram-me na 4ª Seção, Carteira de Cavalaria e Motomecanização. Lá fiquei e mantive muita ligação com o General Affonso. Foi justamente quando nasceu a Engesa. O General Affonso dispunha de uma verba grande para o desenvolvimento de um protótipo que não desembocava nunca. Aí, sugeri a Engesa.

Demos início à parte de blindados, porque a Empresa já estava fazendo aquela transformação, ou seja, tração nas seis rodas dos caminhões. Aí nasceu a Engesa.

Bem, o fato é que o General estava lá e nós mantínhamos ligações. Nossos familiares se visitavam; tínhamos um relacionamento normal. Até que veio a doença do Costa e Silva. Quando o Presidente ficou doente, aconteceu aquele tumulto tremendo, inventaram uma votação entre os generais e o Affonso esteve cogitado.

Meu Secretário de Segurança, em Rondônia, era um Capitão de Artilharia, pára-quedista, com o curso de Guerra na Selva. Excepcional. Voltara para o Rio e encontrava-se na Divisão Aeroterrestre. Como ele me conhecia, trabalhamos juntos em Brasília, depois levei-o para Rondônia etc., os pára-quedistas começaram, também, a vir aqui em casa. Comecei a ser envolvido naquele negócio, também.

Bem, fizeram a primeira votação e, ao que consta, o mais votado foi o General Affonso de Albuquerque Lima, para sucessor do Costa e Silva. Fizeram uma votação geral, em todos os quartéis, mas só os generais votaram. Deu Affonso. Quando deu Affonso, mudaram o critério. Parece que o "cabeça" da tese foi o Muricy (General Antonio Carlos da Silva Muricy), que era Chefe do Estado-Maior do Exército. Ficou estabelecido que só poderia ser um General-de-Exército. Portanto, o Affonso estava fora, por ser General de Divisão.

A coisa quase pega fogo, porque houve pressão do pessoal da Marinha, do pessoal da Força Aérea. Estava tudo canalizado para que fosse um dos Geisel, não posso precisar qual deles, se o Orlando ou o Ernesto. Mas a coisa foi ficando cada vez mais complexa. E a Junta que governava, Lyra Tavares (General Aurélio de Lyra Tavares), o Rademaker (Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald) e o Márcio (Brigadeiro Márcio de Souza e Mello), não estava conseguindo controlar aquelas dificuldades. A agitação cada vez maior. Aconteceram os problemas com o Coronel Dickson Grael (Dickson Melges Grael), dos pára-quedistas, está lembrado? Em um desfile no dia 7 de setembro, não olharam à direita, uma reação.

Aquilo ali virou um inferno. E houve o seqüestro do embaixador americano, Charles Burke Ellbrick, também.

Ocorreu o embarque dos subversivos presos. O Capitão Sostenes do Amaral Nogueira, pára-quedista, liderou um grupo que pegou os caminhões do Grupo de Artilharia.

Esse capitão Nogueira é o que trabalhou com você?

É o que estava comigo. Tentaram interceptar o embarque, mas desconheciam a malandragem da marcação de hora diferente para a decolagem do avião. Quando o grupo chegou com o caminhão cheio de pára-quedistas, no Galeão, o avião já havia decolado. Procuraram-nos, muito, a mim e ao Coronel Dickson Grael, já falecido, pai dos Grael dos esportes náuticos. Bem, e eu me vi nessa agitação.

Naturalmente, ia muito à casa do General Affonso. Lembro que nós chegamos a nos reunir em um apartamento da Praia do Leme a fim de redigir um plano de governo para o General Affonso, caso ele fosse Presidente da República. Esse plano incluía algumas reformas constitucionais etc. Mas o plano foi levado ao Euller (General Euller Bentes Monteiro) que era muito ligado ao General Affonso. Foi quando o Euller disse: "Affonso, se você quer entrar nisso, entre, mas estou fora, porque você vai ter que fazer um 'governo policial'; vai passar quatro anos com inquéritos policiais e isso não dará certo."

Mas, assim mesmo fizeram contato com o General João Dutra de Castilho, Comandante da Divisão Aeroterrestre, na Vila Militar. O Castilho era amigo do Affonso e concordou: "Entro nisso, mas preciso respaldo do Syseno (General Syseno Sarmento), Comandante do I Exército", mas ninguém achava o Syseno. E o tempo foi passando, foi passando, a tensão atingiu um ponto tal que a solução encontrada foi intermediária: nem o Affonso nem o Geisel, foram procurar o Médici que estava comandando o III Exército, em Porto Alegre, e tinha como Chefe de Estado-Maior o Figueiredo. Tanto é que, ao aceitar, veio, de uma maneira muito tumultuada, e trouxe o Figueiredo para Chefe do Gabinete Militar. Esse foi o quadro que vivenciei.

Desse quadro, lembro-me um pouco mais. Era Tenente, servia no 1º Grupo de Obuses 155 (1º GO 155), e recordo do movimento de pára-quedistas para apoiar o Albuquerque Lima, nessa votação. Não na votação em si, mas apoiar se ele fosse o escolhido pela votação. Agora, o resultado da votação ficou meio obscuro para mim, Tenente. Mas para o senhor não, quer dizer, a votação foi entre o Albuquerque Lima e um dos Geisel. O Costa Cavalcanti não estava?

É aí entrou o Médici, em quem descarregaram os votos para poder sair a solução conciliatória. Realmente, o Médici se situava no meio-termo, entre a área

dos castelistas, que era o Geisel, o Cordeiro de Faria, o Golbery, aquela turma, e o grupo do Costa e Silva, isto é, o pessoal do General Affonso. Então escolheram o Médici que tinha sido chefe do SNI.

Com a doença, foi impossível ao Costa e Silva conduzir as ações como Presidente e surgiu a Junta. Por que não o Vice-Presidente, o Pedro Aleixo?

Bom, isso foi outro ponto de atrito também. Havia uma corrente que defendia a posse do Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo; outra corrente achava que não, porque interromperia o processo revolucionário.

O Albuquerque Lima estaria em qual corrente?

Não me lembro bem. Ele nunca manifestou qualquer opinião favorável ao Pedro Aleixo, eu diria que...

A situação estava em um ponto crítico, tanto que houve o seqüestro do embaixador americano, depois a troca da liberdade dele por alguns...

Em verdade, não era admissível naquele período de subversão, de luta armada, atentados, seqüestros, colocar o Pedro Aleixo como Presidente da República. Não havia condições.

O senhor foi para a 4ª Seção, ou para a 4ª Subchefia, do Estado-Maior do Exército e depois foi designado Comandante do Regimento de Cavalaria Blindado.

Não. Vim para Brasília, embora não pudesse fazê-lo. É só lembrar-se do tal Aviso: quem tivesse servido por mais de dois anos em Brasília, uma vez movimentado, só poderia retornar depois de três anos. O que não tinha ocorrido comigo. Sem ferir a modéstia, o Aviso coincidiu justamente com o meu caso. O fato é que se tratava de um dispositivo para evitar o meu retorno.

Acontece que estavam transferindo o Estado-Maior do Exército para Brasília e me encontrava impossibilitado de vir. Eu não entendi: O Estado-Maior mudava de sede, mas eu tinha que permanecer no Rio de Janeiro, por causa dos tais três anos. Um grande amigo meu, Gilberto Azevedo, era político na capital, e também muito amigo do Jarbas Passarinho, bem como bastante ligado ao General Ademar de Queiroz, que substituiu o Costa e Silva como Ministro, convidou-me: "Campedelli, vamos procurar o Marechal Ademar de Queiroz." Assenti e disse: "Servi um tempinho curto com ele, já o conheço."

Fomos ao seu encontro e relatei os fatos. O Marechal ligou para o Subchefe do Estado-Maior do Exército, porque o Chefe era o General Muricy, e falou: "Há um companheiro nosso que está com um problema; está com a família dividida, alguns filhos estão em Brasília, por causa de universidade, e ele está no Rio. O dinheiro dele

já não dá para manter-se no Rio; desistiu da Escola Superior de Guerra e não tem condições de, com sete filhos, permanecer nesta cidade. Brasília dispõe de apartamentos funcionais etc. Temos que transferir." Aí ele perguntou: "Quem é?" O Marechal respondeu: "É o Campedelli." Aí o General – não estou lembrando do nome, agora – informou: "Mas não é ele que está sendo transferido, quem está sendo transferida é a 4ª Seção, e ele vai com o efetivo da 4ª Seção." Sei que, no dia seguinte, cheguei no Estado-Maior do Exército e fui cientificado: "Olha, é possível que você tenha que seguir para Brasília." Assim, vim para Brasília, no bojo da 4ª Seção. E fiquei por algum tempo.

Depois, fiz uma viagem com o General Reinaldo, para conhecer o sistema logístico das Forças Armadas americanas. A 4ª Seção elaborava trabalhos sobre esse tema. A seguir, em 1973, fui nomeado para o Comando do 6º Regimento de Cavalaria Blindado (6º RCB), em Alegrete. Quando cheguei, o Regimento ainda era hipomóvel, mas já com data marcada para receber os blindados. Foi uma trabalheira muito grande e um momento feliz da minha vida militar, um período excelente, aqueles dois anos que passei em Alegrete.

E você conseguiu reunir a família em Alegrete?

Alguns ficaram em Brasília.

Quando terminei o Comando, o General Antonio Jorge Corrêa, com quem já havia servido, convidou-me para o cargo de Assistente, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Aceitei e voltei a Brasília. Quando o General foi para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), eu o acompanhei, como Assistente-Secretário. Lá permaneci até seguir para a Venezuela, como Adido. Depois de dois anos no exercício da função, regressei ao Brasil, já no quadro de acesso ao generalato. Todos os sintomas porém...

Tenho outra pergunta que acho importante, uma curisosidade da sua vida. Por que, na volta da Aditância, na Venezuela, em 1979 – com a parte previsível da carreira: Comando de Unidade, missão no exterior, até com uma passagem, vamos dizer diferente, no Governo de Rondônia, em condições de ficar no quadro de acesso a general –, nesse momento, o senhor resolve pedir transferência para a Reserva?

Fui ocupar o cargo de Chefia de Planejamento Operacional, no Estado-Maior do Exército, e recebi a missão de elaborar o Sistema de Mobilização do Exército (Simobe). Passamos um ano trabalhando, fiz uma exposição na Escola Superior de Guerra (ESG) e na Escola de Estado-Maior sobre o sistema, e parece que, depois de algumas modificações, deu certo. Até então não havia um sistema.

Então, por que essa decisão? A família reunida...

A decisão ficou complicada pelo seguinte: quando estava no Gabinete do Ministro do Exército, trabalhava junto com os meus companheiros, dia e noite. Ainda era Major...

Só um detalhe. O senhor tinha muita ligação com o General Albuquerque Lima. Onde ele estava nessa época? Quando o senhor foi para a Reserva, ele já havia saído do Exército?

Já. tornara-se empresário. Na Venezuela, escrevi uma carta ao General, pedindo que se candidatasse à Presidência da República. Se ele galgasse a Presidência seria ótimo para o Brasil e, caso contrário, teria dado pelo menos respaldo democrático à eleição do Figueiredo. Quando conversamos, ele esclareceu: "Veja, Campedelli, recebi a sua carta, mas não pude mexer nisso, porque não tenho mais condições de entrar na política. Hoje sou um empresário". Trabalhava em uma fábrica de confecção de roupas que pertencia à família da mulher dele. A fábrica estava instalada no Nordeste, e exportava roupas.

Contou que, infelizmente, estava incompatibilizado com o Euller – eram amicíssimos. Fotografaram o Euller apertando a mão de um deputado comunista e espalharam que ele era comunista. Alguém disse ao Euller que a fotografia tinha sido tirada por ordem do General Affonso. Este, por sua vez, ficou muito aborrecido com o fato do Euller acreditar que ele pudesse ter feito uma baixaria daquelas. Após esse fato, foi encerrado o programa político do General Affonso. Depois, fiquei sabendo de sua morte, por infarte, dentro do avião, em Pernambuco.

Retomando a pergunta, o senhor voltou para o Brasil, trabalhou no Estado-Maior do Exército, na área de logística e mobilização; o General Albuquerque Lima já na Reserva. Entrando no quadro de acesso resolve...

Resolvi pedir transferência para a Reserva. Na promoção de Major a Tenente-Coronel, embora estivesse colocado bem no meio da turma, fui surpreendido com a promoção de seis oficiais da turma posterior à minha. Fui ultrapassado, na promoção a Tenente-Coronel, por oficiais mais modernos do que eu. Nessa ocasião, pertencia ao Gabinete do Costa e Silva, e disse ao Ministro: "Se esses oficiais que me ultrapassaram fossem excepcionais, tudo bem, mas não o são. Como conseqüência, eu é que não sou bom, logo não posso estar no seu Gabinete." O Ministro respondeu: "Rapaz, vá ao Rio de Janeiro, à Comissão de Promoções, e procure o Coronel Secretário da Comissão". Fui. Não tinha questão de conceito, mas o fato que nesse grupo, com exceção de um, todos saíram generais.

Estou lembrando que também o Carlos Alfredo Malan de Paiva Chaves não foi promovido a general, mas os outros sim. Fiquei em situação complicada no quadro de acesso, já competindo com pessoal de outra turma. Sabia também, por tudo que tinha

acontecido na minha vida, que o pessoal que se encontrava no Governo, dificilmente iria aceitar a minha promoção a general. E tinha razões de sobra para não concordar.

Houve outro fator, o problema da idade. Se esperasse para ser promovido, na melhor hipótese, seria promovido com 56 anos. E com 56 anos de idade jamais chegaria a General-de-Exército. E a gente já havia sentido que aqueles generais que não tinham perspectiva de atingir o último posto não eram "tão generais". Então pensei e falei: "Ah, entrar nesse negócio aí para ficar sofrendo mais um tempo, podendo sair fora já." Ficaria sempre na dependência fatal da idade, sempre pendurado.

Então a sua opção foi a Reserva. Na vida civil, foi trabalhar?

Meu filho mais velho era engenheiro civil, com curso na França; outro engenheiro eletrônico, outro geólogo. Ainda havia mais dois que continuavam estudando. Montamos um escritório de serviços técnicos de engenharia e fiquei de administrador do escritório. Trabalhava com os meus filhos e com mais outros filhos de outros oficiais que tinham feito o Instituto Militar de Engenharia (IME). Eles tinham empregos e, de noite, iam trabalhar nos projetos e eu administrava.

Quais os momentos mais difíceis ou qual o momento mais difícil da Revolução?

Creio que o momento mais angustiante aconteceu em Uruguaiana, porque não sabíamos o que iria suceder. A estimativa que fazíamos sobre o pessoal do Governo João Goulart era que eles fossem mais competentes do que foram.

A segunda grande dificuldade foi a crise ligada à posse dos governadores Negrão de Lima e Israel Pinheiro. Ali, sentimos de perto a possibilidade de uma ruptura na área militar. E o terceiro, mais grave, foi o momento da morte do Costa e Silva, quando também estivemos na iminência de uma ruptura. Foram os momentos que senti como mais difíceis.

A Revolução demorou muito tempo no Governo?

O meu pensamento é que muita coisa poderia ainda ter sido feita. Ainda estávamos em pleno processo revolucionário, quando surgiu um estudo muito interessante, parece que feito na França por um grupo do qual fazia parte o Golbery, dizendo que a revolução política, econômica e social das sociedades seguem uma senóide em que há um período de ordenação e depois um período chamado distributivo, de abertura.

Essa senóide é específica para cada sociedade. No caso do Brasil, esse período compreendia, aproximadamente, 15, 16 anos. No fim da cada período, sempre havia a transposição de um eixo, e, se as instituições não fossem fortes, aconteceria fratura dessas instiuições. Achei aquele estudo muito interessante.

Tinha-se esgotado o período de ordenação e fatalmente entraríamos no período distributivo. Passei a observar e, realmente, até na Suécia, em que as Instituições têm muito mais vigor do que as nossas, o período era de trinta anos. Lá também funcionou. Embora frustrado por um monte de coisas que não puderam ser feitas, havia o inconveniente de continuar com aquele desgaste, com o processo revolucionário conduzido à exaustão. Entendo que foi o tempo certo.

Como o senhor viu a condução política da Revolução, as questões da anistia, da "abertura" e do pleno retorno à normalidade democrática, surgidas com o Governo Geisel?

Não foi boa. Ensejou explorações intensas, tipo "Diretas Já". O processo de "abertura" não ficou sendo considerado uma concessão do regime e sim uma conquista de alguns políticos, o que não era verdade. Isso gerou uma série de problemas e um tumulto geral, porque, na verdade, foi uma volta, em alta velocidade, a todos os vícios da nossa política, anteriores à Revolução.

Por exemplo, o Presidente eleito Tancredo Neves criou ministérios, para satisfazer interesses. Acho que em termos de costumes, isso é uma desmoralização. Assumiu o José Sarney. Apesar de todas as críticas que se fazem ao Sarney, ele se conduziu bem. Conseguiu, naquela situação difícil, de pressão política – politiqueira como chamavam naquela época –, conservar algumas coisas, como, por exemplo, o SNI e o sistema de informação dos ministérios que se expressava através das Divisões de Segurança e Informações (DSI).

Ele segurou alguma coisa, mas com muito desgaste. Convivi com o General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI, e presenciei as dificuldades tremendas com o Jader Barbalho, como Ministro. E como é que a DSI funcionava? As informações seguiam para o General Ivan, que não tinha como proceder. Mas, assim mesmo, essa flexibilidade espantosa do Sarney conseguiu levar o processo adiante.

Demonstrações de incompetência, principalmente na área econômica. Até hoje, sinto vergonha; parece um pesadelo, para quem estudou um pouquinho de economia, assistir àquele espetáculo do Chefe do Departamento da Polícia Federal, laçando boi no campo. São cenas de envergonhar qualquer um que tenha um mínimo de noção de economia. Combater a inflação, intervindo em supermercados? Querendo baixar preços à força? Laçando boi no campo? Simplesmente vergonhoso e resultado da incompetência. O Romeu Tuma, hoje Senador, era o Superintendente da Polícia Federal, naquela época. Plano Funaro, Plano Bresser, e todas as coisas que aconteceram. Lamentavelmente, foi ruim, e, politicamente, houve muito malabarismo.

A "abertura" foi mal conduzida. Não se desenvolveu um processo claro e gradativo. O estopim do tumulto em que se transformou foi o projeto do Dante de Oliveira.

A partir daí, a "abertura" passou a ter dono, não foi uma concessão, foi uma conquista do Sr. Ulisses Guimarães, Sr. Tancredo Neves, de não sei mais quem. Foi aquele festival tremendo, aquela escandalosa demagogia.

Outro ponto sobre o qual gostaria de ouvir a sua opinião refere-se ao relacionamento da Revolução com o meio intelectual e a mídia. O senhor esteve próximo aos governos Costa e Silva e Médici. Esse relacionamento era difícil?

A mídia e o meio intelectual permaneceram hostis. Pude sentir muito isso, quando, a convite do General Ivan de Souza Mendes, fui organizar a DSI do Ministério da Cultura, no Governo Sarney. O Ministro Aluisio Pimenta tinha sido cassado pela Revolução, quando Reitor da Universidade de Minas Gerais.

Disse ao General: "Olha, condiciono a aceitação desse convite a uma conversa com o Ministro." A seguir, no encontro com o Ministro, me apresentei: "O senhor me convidou por indicação do General, mas vim conversar, porque sei que o senhor foi cassado e sou Coronel, com participação ativa no processo revolucionário." O Ministro se manteve calado por instantes e, depois, disse: "Coronel, que negócio é esse de DSI?."

Para explicar ao Ministro, criei uma situação hipotética: "Veja, Ministro, imagine que o senhor queira comprar uma televisão. Nas lojas que vendem a Telefunken vão dizer que se trata da televisão ideal, nas lojas da Philco, essa marca será a eleita. Agora, se o senhor tiver um técnico de sua absoluta confiança e consultá-lo, ele dirá qual a televisão mais conveniente para o senhor. Porque não está comprometido com os interesses da Philco nem da Telefunken nem de ninguém; é uma pessoa da sua confiança. É mais ou menos isso. Existem problemas de toda ordem no Ministério; antes de tomar decisões, o senhor me faz perguntas e eu vou trabalhar para fornecer informações de forma isenta, será a minha opinião a respeito, e o senhor decide."

Ele disse: "Coronel, não tenho nem mesa para o senhor trabalhar, mas hoje mesmo sai a sua portaria. Vou precisar muito da sua ajuda".

Foi um dos lugares em que trabalhei com mais satisfação. Um dos exemplos mais interessantes: Estava um "auê" tremendo em torno da construção de um monumento para o Zumbi, na Serra da Barriga. O Ministro envolvido nesse negócio. Foi feito um estudo na DSI e levei a conclusão para ele: "Ministro, o negro no Brasil é discriminado por ser pobre e não pela cor da pele, e isso decorre da escravidão, dos escravos. Temos no Brasil 1.500 associações de negros, temos as federações estaduais e a confederação nacional. Esse problema do Zumbi, da Serra da Barriga, está sendo estudado pelo seu assessor, para resgate das raízes negras da cultura brasileira. Estamos

caminhando para criar um problema de antagonismo racial que não existe no Brasil. Vamos criar problemas graves, semelhantes ao que existiram na África do Sul e nos Estados Unidos." Ele gostou muito disso, adotou a tese e começou a segurar o movimento. Entendo que o trabalho nas DSIs era muito importante.

Também trabalhei no Ministério da Previdência Social, junto com o Rafael de Almeida Magalhães. Era uma coisa tremenda, também. Quando o Collor assumiu, seu Ministro da Previdência Social foi o Magri (Antônio Rogério Magri), e eu tinha que fazer a entrega de um estudo onde se apontavam todos os pontos de vazamento do dinheiro da Previdência. Entreguei para o Magri. Pode imaginar que fim levou! Ninguém sabe.

E com a imprensa, sempre foi difícil o relacionamento?

Certo dia comentei com o Ministro da Previdência: "Engraçado, vocês políticos, antes se queixavam de que eram escravos dos militares, hoje são escravos da mídia. Quando entra um repórter é uma correria, até o Ministro pára o que está fazendo. Tem que 'fabricar' as informações." É uma manipulação tremenda. A imprensa sempre infestada de pessoal de esquerda, está contra os militares, porque estes, realmente, puseram um pouco de freio neles. Hoje, ainda há muito resíduo de esquerda e má vontade com os militares.

No seu entender, quais foram os principais êxitos obtidos pela Revolução?

Foram muitos. Foi fantástico o que ocorreu nos governos de administrações militares. Citei o fato de que, em Uruguaiana, no Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria, havia dois telefones de manivela. Para as ligações dependíamos da boa vontade de uma telefonista. Meu Deus do Céu, o que houve em telecomunicações foi uma coisa verdadeiramente fantástica.

Pavimentação de estradas foi algo também incomum. Chegamos, fala-se muito, à posição de oitava economia do mundo. Conseguimos de uma maneira brilhante enfrentar a crise do petróleo, gerando iniciativas vitoriosas como o Pró-Álcool. Na área social também são incontáveis as conquistas obtidas, principalmente na Legislação Trabalhista, FGTS etc. De modo que houve um progresso muito grande.

Lamentavelmente, depois do retorno à democracia, que seria o tal período distributivo da senóide, surgiram dificuldades de toda ordem. Já nos referimos a fatos que classificamos de vergonhosos, de ministros pretendendo solucionar problemas de inflação, pegando boi no pasto e fechando supermercado.

Depois da sua saída do Exército, o senhor disse que foi trabalhar com seus filhos em um escritório de projetos de engenharia. Mas consta, no seu currículo, a chefia de DSI em

três ministérios, nos anos de 1984 a 1989 e ainda, no ano de 1984, como assessor do Presidente do programa Grande Carajás. Como se deu esse retorno ao trabalho com o Governo, embora não fosse mais período revolucionário?

Estava trabalhando com os meus filhos, eles cuidavam da parte técnica do nosso escritório de engenharia e eu cuidava da parte administrativa. Em 1981, acredito que por *stress* decorrente da minha passagem para a Reserva, sofri um pequeno infarte. Fui hospitalizado, cicatrizou bem, mas me sentia deprimido pela falta de participação, porque sempre trabalhei muito, e gostava de trabalhar.

Passei a freqüentar palestras e assisti, no Congresso, a uma palestra sobre o Programa Grande Carajás. Achei o Programa muito interessante para o desenvolvimento da área de Carajás e toda a região próxima. Fiquei sabendo também que quem assumiria a direção do Programa seria o Nestor Jost. O Nestor Jost era o Presidente do Banco do Brasil no tempo em que fui Governador, e nos relacionamos bastante. Tinha a melhor das impressões sobre ele. Um homem competente, capaz, honesto etc.

Procurei o Ministro Andreazza (Mário David Andreazza), com quem trabalhara no Gabinete do Costa e Silva e em quem depositava toda a confiança, acreditando ser recíproco esse sentimento. Expus o problema e disse ao Ministro: "Não vim aqui pedir um emprego; não quero emprego, quero um trabalho, algo que me ocupe." Ele se adiantou e respondeu: "Estou precisando de um diretor de BNH, você quer ir? Mas é no Rio de Janeiro". Voltei: "Não, eu quero ficar em Brasília, e já tenho uma idéia; o Programa Grande Carajás, que está sendo dirigido pelo Nestor." Ele retrucou: "Ô gaúcho velho! Pegou o telefone na hora e ligou para o Nestor." Ele disse que era um companheiro nosso etc e o Nestor mandou vir conversar. No dia seguinte, já estava trabalhando na área de transportes terrestres, na região do Programa Grande Carajás.

O transporte ferroviário era importantíssimo para a Companhia Vale do Rio Doce. Um detalhe interessante, para nós militares: o Programa não tinha um quadro de pessoal. Seus empregados eram cedidos pelo Ministério. Eu não era funcionário de lugar nenhum e, então, fiquei trabalhando durante três meses sem vencimentos. Eu trabalhava, pois queria trabalho e não emprego. Até que o Delfim Neto, que era Ministro do Planejamento, onde funcionava o Programa Grande Carajás, soube e determinou: "Façam uma exposição de motivos que a gente cria um cargo para o Campedelli." Aí apareceu um DAS para mim. Bem, fiquei lá. Logo em seguida o Presidente Figueiredo nomeou o Nestor Jost Ministro da Agricultura, e o Nestor Jost me levou com ele. E lá fiquei até o final do Governo Figueiredo.

Aí já foi para a DSI?

DSI do Ministério da Agricultura, um trabalho muito bom. Quando ocorrreu a mudança de Governo, fui para casa. Logo o General Ivan de Souza Mendes me indica para o Ministério da Cultura. Aí vem essa história que contei sobre o Aluisio Pimenta.

Foi algo curioso. Quando o Celso Furtado, ligado àquelas organizações de esquerda, substituiu o Aluisio Pimenta, insistiu que ficasse lá com ele. Mas, junto ao Celso Furtado, no Ministério da Cultura, estava assumindo, também, o Rafael de Almeida Magalhães, na Previdência Social. Dava-me bem com o Rafael, desde o tempo em que cheguei a Brasília. Ele era deputado, com 30 e poucos anos, e amigo do Dickson Grael. Até, quando ele veio do Rio de Janeiro, para assumir, o Dickson recomendou-lhe que me procurasse, para qualquer ajuda necessária. Quando ele chegou a Brasília, assumimos juntos: Rafael assumiu o Ministério e eu assumi a DSI.

Depois da saída do Rafael, ainda permaneci, somente para completar o tempo, porque estava contribuindo para o INSS, desde que saira do Exército; por isso precisava completar 65 anos, a fim de ter direito a uma aposentadoria pequenina, coisa à toa, mas sempre útil. Permaneci no Ministério, e tive que continuar naquele período do Jader Barbalho, que foi um descalabro, algo que não tem cabimento pelo que aconteceu. O Jader me tratava muito bem, era muito cortês – nem havia muito trabalho, foi uma permanência ali somente para cumprir tempo, mais nada. Apenas informava tudo que estava se passando para o General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI.

Havia um canal com o SNI?

Ah! Sim. Certo dia, o General Ivan reconheceu: "Campedelli, estou numa situação difícil, você me manda essas informações todas, mas nada posso fazer. Foi o Presidente que nomeou o Jader para o cargo."

Mas o Ministro, por acaso, sabia que a DSI informava?

Sabia! Sabia! Todos os ministérios sabiam disso. A DSI tornou-se um órgão importante na contenção de muita coisa, porque as pessoas sabiam que havia um canal, através do SNI, que terminava no Presidente da República.

Mesmo assim, havia bom relacionamento com o pessoal do Ministério?

Mantínhamos um bom relacionamento. Saí do Ministério da Cultura, por exemplo, devido às divergências na sua estruturação. No meu entender, o Ministério da Cultura deveria estruturar-se para ser um Ministério, no sentido amplo, muito mais que museus ou centros artísticos. A tendência, no entanto, apontava para um entendimento de cultura artística, e acabou, assim, virando um Ministério da Cultura Artística.

Então, o relacionamento com o pessoal dos ministérios foi bom, não obstante você fosse uma pessoa ligada aos setores de informações?

Não, não houve desconfianças com a minha pessoa ou qualquer movimento contrário à minha atuação. O relacionamento era amistoso. Os problemas que surgiam

eram de outra monta. Lembro-me de que houve uma ocasião, quando preparei um relatório para o Ministro sobre a situação do INPS, no interior de Alagoas. O Ministro designou uma comissão para verificar a existência de corrupção. Um advogado designado presidente da comissão, me interpelou: "Ô Coronel! O senhor está me metendo numa encrenca, tenho família, aquilo lá é uma área de bandidos, e estou indo para mexer com esse negócio..." Eu disse: "Bom, fale com o Ministro. Apenas informei-lhe sobre a existência de um problema; a providência não cabe a mim."

Você informava ao Ministro e, também, ao SNI?

Informava ao Ministro, que tomava as providências, e também ao SNI. O convívio com os ministros, que sabiam do canal com o SNI, era natural e tranqüilo. Grave foi o período do Jader Barbalho, porque a corrupção ali era uma coisa medonha. Na ocasião, o IAPAS, órgão arrecadador da Previdência, tinha 23 mil imóveis e aquela turma do Jader fez um festival com aqueles imóveis.

O Ministro que trabalhava bem não temia o funcionamento da DSI.

Exato. O Ministro correto apreciava o trabalho das DSI.

Coronel Campedelli, mais algum fato ou consideração que o senhor gostaria de deixar registrado para o Projeto História Oral do Exército?

Gostaria apenas de frisar alguns pontos comentados atualmente pela mídia. Apreciaria deixar consignada a minha impressão, porque estive envolvido com isso, de 1954 a 1964, e depois de 1964 até a redemocratização do País. Nunca testemunhei ou soube de qualquer interferência americana no processo revolucionário, orientação ou diretriz, nada disso. Naturalmente ocorreram colaborações em nível de informações, mas não a história fantasiosa de envolvimento num processo comandado: isso é falácia dos comunistas para desgastar o processo revolucionário, inclusive com difusão internacional.

Outro aspecto que julgo de interesse versa sobre as lideranças do Movimento Revolucionário de 1964. Só apareceram depois da eclosão do Movimento, porque até então não havia liderança, não havia coordenação. Existiam núcleos insatisfeitos, pelo País inteiro, prontos para entrar em ação; faltava apenas um detonador que surgiu em Minas Gerais. Pretendíamos fazê-lo em 4 de abril, lá em Uruguaiana, mas o General Olympio Mourão Filho antecipou-se, junto com o Governador de Minas.

Outro aspecto interessante, também, foi que, após termos assumido o Poder, começaram a aparecer divergências em nosso meio. Primeiro, entre Castello e Costa e Silva, depois dentro do grupo do próprio Costa e Silva. Não tivemos a flexibilidade política para administrar essas divergências. O pessoal mais habilitado para o exercício do Poder, dentro dos nossos costumes políticos, realmente era o grupo do Castello.

Cordeiro de Faria, os irmãos Geisel e outros selecionados pelo grupo do Castello estavam, realmente, mais habilitados do que o pessoal do Costa e Silva.

Gostaria agora de agradecer a oportunidade de apresentar meu testemunho sobre um período muito importante da minha vida, o da participação na vida política, econômica e social do nosso País. Embora tenha sido uma contribuição muito modesta, de qualquer maneira levou-nos a um engajamento gratificante. Fico muito feliz por ter participado de tudo isso, porque, várias vezes, tenho imaginado em que teria se transformado nosso País, se não tivesse ocorrido o Movimento de 1964.

Coronel Anysio Alves Negrão

- Natural da Cidade de Araraquara, SP.
- Dentre as principais funções exercidas, destacam-se: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1957/1960 e 1965/1966; Instrutor da Academia da Força Aérea (Campo dos Afonsos), em 1961; Ajudante-de-Ordens do General Humberto de Alencar Castello Branco, no IV Exército, PE; no Estado-Maior do Exército (EME), RJ; e na Presidência da República, DF, de 1962 a 1964; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), RJ, em 1970/1974; Instrutor da Escola Nacional de Informações (EsNI), DF, em 1976/1979; Assistente-Secretário do Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, DF, em 1979/1981; Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), DF, em 1981/1983; Chefe da Seção de Política de Pessoal do Exército, no EME, DF, em 1983/1984; Chefe do Escalão Territorial da 2ª Região Militar (2ª RM), SP, em 1985.
- No exterior: Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Egito (1986/1987).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Nacional de Informações (EsNI) – Categoria A, em 1975. No meio civil, possui o Curso Superior de Polícia, do Estado da Guanabara – *Honoris Causa*, em 1971; Gestão Social do Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1997; e Pós-Graduação de Gestão e Preservação de Patrimônio Cultural e Turismo Cultural (2000), na Universidade de Brasília.
- Autor de diversas monografias. Conquistou vários prêmios em salões de pintura.
- Em 1964, era Capitão Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco.

Entrevista realizada nos dias 8 de outubro, 4 e 27 de novembro, 1º e 2 de dezembro de 2003.

Inicialmente, agradeço o convite para participar do Projeto História Oral do Exército – Revolução de 1964. Fui Ajudante-de-Ordens do General Humberto de Alencar Castello Branco e vivenciei muitos fatos, em sua maioria, já conhecidos da História. Falta, contudo, o registro dos pensamentos e das idéias do General. Ficarei feliz se puder transmiti-los, de passar a visão do homem Castello Branco, e não apenas a do político ou militar. Ele preparou-se, durante toda a sua vida, para servir ao Brasil.

Coronel, em nossa entrevista não vamos nos restringir unicamente ao período em que o senhor foi Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, embora pelas circunstâncias tal fato ganhe natural realce. Como o senhor o conheceu?

Conheci o General quando cursava o 2º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O então Coronel Castello Branco fez uma palestra para os cadetes sobre emprego do pelotão de Infantaria. Ele valorizava o comandante de pequenas frações.

O tempo foi passando e, vez por outra, ouvia comentários que punham em destaque sua cultura geral e dedicação à carreira militar. Certo dia, em 1962, quando cursava a Escola de Material Bélico, o Subcomandante avisou-me de que o General Castello Branco, à época, Diretor Geral de Ensino, gostaria de conversar comigo. Fui ao seu encontro. Autorizado, entrei em seu gabinete (a então Diretoria Geral de Ensino localizava-se no Centro do Rio de Janeiro, no atual Palácio Duque de Caxias); depois da apresentação regulamentar, mandou-me sentar e, muito protocolar, falou: "Mandei chamá-lo porque o senhor está sendo cogitado para ser nomeado meu Ajudante-de-Ordens, mas, antes de decidir, gostaria de obter algumas informações." Em seguida, ainda mais formal, fez-me várias perguntas: "Sei que o senhor é casado. Sua esposa é daquelas que não podem sair do Rio de Janeiro? O senhor tem algo que o fixe no Rio? Estou indagando, porque talvez seja transferido e se o senhor for o selecionado para ocupar o cargo de meu Ajudante-de-Ordens, não quero criar problemas de afastamento da família." Esclareci: "Não tenho qualquer objeção quanto a sair do Rio; meu problema é que estou matriculado na Escola de Material Bélico e preciso terminar o curso." Ele disse: "Está bem. O senhor aguarde que no dia 7 de setembro, às 13h, vou ligar para comunicar a sua posição."

No dia 7 de setembro, atendi a sua ligação. Ele disse: "Queria informá-lo de que o seu nome foi o primeiro da lista" – o General analisara o nome de outros capitães de Infantaria. "Solicite permissão de seu comandante e, amanhã, apresente-se para receber instruções." Guardo num quadro a proposta que encaminhou ao setor de movimentação de pessoal, para que eu fosse nomeado seu Ajudante-de-Ordens.

Logo após o término da última aula, do curso de Material Bélico, no dia seguinte – não esperei a formatura, conforme sua orientação – apresentei-me ao Co-

mando do IV Exército, no Recife. Minha esposa, Arminda, me acompanhou. O Major Gustavo Moraes Rego, seu Assistente, aguardou-me no aeroporto. Era 17 de novembro de 1962. O General Castello recebeu-nos em sua residência e, depois, mostrou a nossa casa, que ficava nos fundos. Estava tudo pronto: geladeira com alimentos, cama arrumada etc. Convidou-nos para jantar; Dona Argentina, sua esposa, aniversariara a 16 de novembro e havia algumas sobras da festa.

A casa dele ficava em Olinda?

Não, na Praça 13 de Maio, ao lado de uma pensão de estudantes e próxima a uma igreja. O General dizia que os estudantes ficavam entre a cruz e a espada!

Sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964, o que o senhor gostaria de abordar? Em 1963, o senhor acompanhou o General Castello Branco, no Recife (Comandante do IV Exército) e no Rio de Janeiro (Chefe do Estado-Maior do Exército).

A América ficou assustada com a vitória da revolução cubana. A família militar brasileira ainda mais, pela recordação do sacrifício de 1935, a conhecida Intentona Comunista. O General Castello Branco, quando Diretor Geral de Ensino, tomou a iniciativa de introduzir nos cursos das escolas a matéria Movimentos Revolucionários. Que me lembre, foi o primeiro chefe militar brasileiro a preocupar-se com o estudo desses movimentos que se expandiam pelo mundo.

Os países comunistas mobilizaram-se em peso a favor de Cuba, cedendo armamentos e navios de guerra. Os Estados Unidos foram obrigados a reagir para impedir que este processo se prolongasse e viesse a tornar-se uma ameaça maior. Na verdade, meu ponto de vista a respeito desse fato, é que a revolução comunista cubana, com o objetivo de expandir-se pelo continente, favoreceu a estratégia americana. Serviu de justificativa para a proteção anticomunista dos Estados Unidos aos demais países das Américas.

O General Castello Branco foi sempre muito considerado, mercê de suas qualidades intelectuais e castrenses. Era um apaixonado pelas teses civilistas de Rui Barbosa e citava com freqüência Alfred de Vigny – "Servidão e Grandeza Militares"– faróis de sua vida. Como "Servidão", entendia o serviço à Pátria sem interesse político, e, como "Grandeza", proporcionar o desenvolvimento e funcionamento adequado das instituições políticas, sem a ambição de dominá-las. Em vários documentos manifestou essa posição, qual seja a de não transformar as Forças Armadas em uma "polícia da segurança interna". Por isso, em virtude da minha vivência com o General Castello Branco, não reconheço existência de conspiração visando à eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964.

Na verdade, o Governo João Goulart conduziu o processo político segundo seu projeto de criação de uma República Sindicalista; dentre os sindicatos de várias cate-

gorias cuja organização estava prevista, contavam-se o de cabos e soldados e o de sargentos. A insatisfação gerada por essas manifestações sindicalistas foi muito grande. A autoridade militar começou a sofrer desgastes. Envolvidas também estavam as Polícias Militares. Em 1963, os sargentos rebelaram-se, em Brasília.

Quando o General saiu de Recife e veio para o Rio de Janeiro?

Em setembro de 1963. Em 23 de abril daquele ano, Dona Argentina morreu. O Governador Miguel Arraes e o Chefe do Gabinete Militar do Presidente João Goulart começam a sentir que o momento seria favorável para afastá-lo do Recife. Todos sabiam de seu sentimento civilista e de sua dedicação à Pátria, sem interesses políticos. No Nordeste, diversas manifestações dos sindicatos e outras de cunho social estavam acontecendo. Não digo de caráter subversivo, mais de mudança de valores da sociedade. As "Ligas Camponesas" de Francisco Julião estavam atuantes.

No dia 1º de maio, o Governo de Pernambuco planejou grande manifestação em Recife, com a presença de inúmeras caravanas de trabalhadores do interior. Na véspera, o Governador Miguel Arraes manteve contato com o General Castello Branco, informando-lhe do seu planejamento. Queria a aquiescência do General para o emprego das tropas no controle do movimento dos trabalhadores. Por certo, nenhuma intervenção de tropas do Exército aconteceria, pois o General não admitiria este tipo de atuação. Somente a Companhia de Polícia do Exército entrou de prontidão, para atender possíveis problemas ligados à proteção do Quartel-General e de outras dependências militares.

Os trens chegaram lotados de pessoas com passagens grátis, e os problemas começaram a surgir. Não havia transporte local nem alimentação e os trabalhadores começaram a manifestar-se de maneira diferente do planejado. Lembro-me de que o Governador ligou para o General pedindo a intervenção das tropas do Exército, mas a solicitação foi negada. Esclareceu: "A tropa do Exército não é polícia. O senhor que convidou... O senhor coloque a polícia militar para controlar". Logo surgiram ônibus e trens a levar o pessoal de volta. Foi a solução do Governo pernambucano. Foi um grande ensinamento.

Diga-se a propósito que o General Castello Branco sempre foi muito correto. Foi à posse do Governador representando o Presidente da República, apesar de tudo. Usou, pela primeira vez, o uniforme de General de quatro estrelas, posto a que fora recém-promovido. Esmerou-se na apresentação. Outro registro que merece ser feito: quando da morte de Dona Argentina, em abril, o Governador Arraes compareceu ao velório. O relacionamento era saudável.

Contudo, a presença de Castello Branco no Nordeste preocupava. Acredito que os governos estaduais de áreas rurais sensíveis, como o Norte e o Nordeste, tinham interesse em apoiar a volta do presidencialismo. O Governo Federal estimulava manifestações

de militares na propagação e defesa das idéias sindicalistas. Surgiram problemas graves em Fortaleza e na Amazônia, porque o pessoal queria fazer comícios e campanhas. A presença do General Castello Branco, no Nordeste, com seu espírito de "Servidão e Grandeza Militares", não favorecia o intento de sindicalização dos militares.

Coincidiu, também, voltarem as crises de dor da coluna, conseqüência de uma queda de cavalo que sofreu, na Escola Militar do Realengo, quando era Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria. Bateu com a parte superior das costas no chão e deslocou a coluna. Desta vez, as seqüelas obrigaram-no a permanecer deitado alguns dias. Além da morte da esposa, foram os motivos de que se valeu o Governo para justificar a sua nomeação como Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), no Rio de Janeiro.

Para que tenhamos uma medida do modo de ser do General Castello, antes da exoneração, teve que ir ao Rio de Janeiro para exames e, apesar da recomendação médica de ser transportado numa maca, disse: "Não, não vou deixar este Comando, deitado!" Juntos, eu e o então Major Moraes Rego (Gustavo Moraes Rego Reis), o auxiliamos e ele saiu caminhando para o automóvel. No avião, repousou. Retornou a Recife para passar o comando.

Na função de Chefe do EME, poderia até não ter a tropa "na mão", mas desfrutava de acesso bem maior às informações. O Governo afastou-o do "local da luta", no caso do sindicalismo, mas colocou-o numa função importante. Qual a sua opinião?

O General Castello Branco, no novo cargo, passou a ser muito ouvido por seus pares e autoridades civis, principalmente pelas pessoas preocupadas com a deterioração do Estado brasileiro.

É preciso entender que a estratégia expansionista do comunismo buscava destruir o que chamo de "Ordens" do Estado: Ordem Política, Econômica, Social, Religiosa etc. Aconteceu assim nos países que se renderam à nova ideologia. Tal maneira de agir preocupava sobremodo a Igreja e os setores político e econômico. O Brasil mostrava-se completamente inseguro.

O General era conferencista da Escola Superior de Guerra (ESG) – ele não possui o curso da Escola, mas sua competência era reconhecida – e muitos iam lá para ouvir-lhe a opinião, outorgando-lhe assim as responsabilidades de líder intelectual. Quando eclodiu a Revolução, o nome dele foi imediatamente indicado. Eu estava na sua residência e recebi o Governador Magalhães Pinto que foi lá pedir-lhe para assumir a Presidência. Outras autoridades também sugeriram seu nome, porque conheciam seu pensamento.

Ainda no IV Exército, o General Castello fez uma palestra muito interessante aos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), ao término de

uma manobra escolar, em dezembro de 1962; o título era: "Estará próxima uma Guerra Revolucionária no Nordeste?" Analisou, nessa palestra – tenho uma cópia – as condições econômicas e sociais favoráveis a uma revolução comunista no Nordeste. Para o General, estava bem próxima de acontecer, mas não teria sucesso devido à tradição, cultura e religiosidade do povo. Essa preocupação com a questão do comunismo continuou na chefia do EME.

Ele estava bem consciente?

Estava bem consciente. Quando assumiu o EME, sua preocupação foi intensificar o estudo do Movimento Comunista Internacional (MCI) nas escolas e comandos militares. Na ECEME, mais tarde, fui instrutor da Área 1 – Segurança Interna – passamos a fazer traduções de manuais de guerrilha dos Estados Unidos, escritos à época da Guerra da Coréia. Nesse particular, existe detalhe que registro a seguir.

As características da ação americana na Coréia lembravam as de exército de ocupação em área de cultura diferente. Muitas pessoas, até mesmo militares, não se deram conta das diferenças para o caso da guerrilha no Brasil. Lá, havia "amigo, inimigo e áreas branca, amarela e vermelha". Nossa ação militar não poderia ser de contraguerrilha, mas tratada como combate legítimo a elementos marginais, mesmo bandidos!

Na década de 1970, a guerrilha do Araguaia acarretou manifestações de pessoas preocupadas com o tempo de permanência do movimento. Se o Brasil fizesse uma declaração de guerra e os considerasse beligerantes, guerrilheiros, estaria respaldando, pela legislação internacional, a divisão do País. Os "guerrilheiros" seriam considerados força legal em defesa de um ideal brasileiro e poderiam receber auxílio externo. O Exército brasileiro poderia passar a ser uma força não-nacional ou estranha à região do conflito.

Qual o ambiente político nacional, no fim de 1963? Era visível a marcha do movimento sindicalista lado a lado com o avanço comunista? Lembro que existiam os "grupos dos onze".

Brincando, às vezes, o General Castello dizia que pertencia a um "grupo dos onze". Referia-se, nessas ocasiões, aos onze baixinhos de sua turma da Escola Militar e ele era um deles. Citava os nomes de todos. Ele dizia: "Na minha turma, desde cadete, eles eram considerados 'os baixinhos'."

É preciso que se entenda a grande estratégia criada em 1937 por Francisco Campos. A evolução política brasileira, depois de 1945, deveria formar três linhas distintas, representadas por partidos. O Partido Social Democrático (PSD) e sua tradicional adversária, a União Democrática Nacional (UDN), interagiriam dentro de

um contexto de tese e antítese: Estado (PSD) X Economia (UDN), fazendo gerar uma síntese a favor do trabalhador ou da sociedade civil. Nessa concepção fundamentou-se o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A evolução permitiu o aparecimento de outros partidos.

No Governo Juscelino Kubitschek, do PSD, iniciou-se a industrialização graças à ajuda que o País recebeu pela participação na II Guerra Mundial. O desenvolvimento, inegavelmente, estimulou a sociedade brasileira para a busca de grandes conquistas, tanto políticas quanto econômicas e sociais. Brasília tornou-se a capital da esperança e símbolo de progresso. Todos estavam vivendo esse estímulo de progresso e grandeza.

Jânio Quadros assumiu dentro da linha oposicionista, da UDN, mais ligada ao capital do que ao Estado. Não foi feliz e ensejou que o vice, João Goulart, assumisse o Poder, representando, dentro daquela dialética, a síntese do trabalhismo. Recebeu apoio, porque para quem tem fome, até mesmo um pedaço de pão, embora duro, é capaz de satisfazer.

Então, no Rio de Janeiro, o senhor percebia a preocupação do Chefe do EME, General Castello Branco, com as manifestações que acabaram precedendo o desencadeamento da Revolução, como o comício da Central do Brasil e outras?

As preocupações existiam. Surgiram iniciativas que a elas se contrapunham, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Mas não houve uma conspiração e nem um comando pré-revolucionário.

Seu testemunho é importante. Se houvesse conspiração o senhor saberia.

Não houve conspiração, volto a afirmar. O General Castello Branco não gostava do termo Revolução. Veja que ele criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e poderia tê-la chamado de aliança revolucionária, mas preferiu renovadora.

O que aconteceu é que as manifestações trabalhistas do Presidente João Goulart geraram insegurança muito grande. Depois de todo o sucesso do Governo Juscelino, a nação ficou apreensiva sobre o futuro.

Qual a posição da Igreja diante deste quadro nacional anterior a março de 1964?

Vou citar uma passagem curiosa relacionada à pergunta. Quando cadete, conheci na AMAN o Capitão-Capelão Bruno. Depois, solteiro ainda, retornei como instrutor, no final da década de 1950, e nossa ligação aumentou por conta de sua eleição como "presidente do grupo dos solteiros". Voltei a encontrá-lo, mais tarde, quando acompanhava o General Castello, no IV Exército, durante manifestação de integrantes das "Ligas Camponesas". Padre Bruno estava na frente do cortejo e ao vê-lo, não me

contive: "Capelão Bruno! O senhor aqui, na 'Liga Camponesa?'." Ele veio conversar: "Não, Deus está em toda parte". Depois, comentou comigo que o problema era ter recebido várias recomendações para que fosse junto.

Vou me desviar um pouco, mas refere-se a esse caso particular da Igreja. Com a I Guerra Mundial, o Brasil recebeu forte imigração européia que acabou por influenciar sobremodo as relações de trabalho existentes. Nosso trabalhador não era sindicalizado, quase um escravo, sem qualquer direito. De uma hora para outra, aportaram em nosso território famílias, a maioria se dirigiu para o Sul, e formou-se uma nova classe trabalhadora. Um padre jesuíta deu início aos círculos operários, lá em Santa Catarina, que acompanharam as manifestações trabalhistas em prol de leis semelhantes às existentes na Europa. Foi um trabalho bonito e o Padre Bruno, estava ali dentro desse espírito. Grandes sindicatos surgiram a partir desses círculos operários nascidos na década de 1930.

A Igreja sempre esteve junto à sociedade, acompanhando sua evolução. Lembro que estávamos na varanda da casa do general, no Recife, quando o rádio trouxe a palavra do Papa João XXIII, no Concílio Vaticano II, base da socialização da Igreja. Desde 1893, quando Leão XIII anunciou a "Rerum Novarum", começaram as preocupações sociais da Igreja. Mas, naquela ocasião, na varanda, o General Castello Branco disse: "Isso vai trazer problemas para nós." Ele não tinha opinião contrária às recomendações do Concílio Vaticano II, apenas vaticinava sobre as conseqüências daquela orientação eclesial.

A igreja participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964, demonstrando sua preocupação com o avanço do comunismo ateu. Poderíamos afirmar então que a Igreja estava dividida, uma parte favorável ao trabalhismo e outra preocupada com o comunismo?

Justamente; a Igreja solidarizava-se com as idéias trabalhistas, para impedir que o comunismo as empolgasse. O exemplo dos países onde essa ideologia foi implantada evidenciava a queda dos valores da Igreja Católica. O Capelão Bruno, ao participar daquela manifestação camponesa, no Recife, que eu diria trabalhista, seguiu orientação superior da Igreja.

A Igreja, nesse caso, apoiou a Revolução?

Ficou ao lado da Revolução e a favor da socialização das questões trabalhistas. A igreja, seguindo Santo Inácio de Loiola, foi ao encontro desses problemas para orientar os trabalhadores, impedindo que ideologia estranha infestasse o pensamento do operariado brasileiro.

No seu entender, existe algum acontecimento determinante para o desencadeamento da Revolução?

Dias depois do comício de 13 de março do Presidente Goulart, realizado na praça em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o General Castello Branco, em 20 de março, manifestou seu pensamento para os militares, dentro de sua reconhecida liderança. Era o mesmo que havia exposto nos idos de 1930, no posto de capitão, quando Getúlio Vargas assumiu o Governo. Naquela época, houve uma demonstração para o Presidente, no Campo de Instrução de Gericinó e ele fez a seguinte observação: é preciso que o Exército entenda que essa manobra para o Presidente Getúlio Vargas não significa apoio e garantia ao mandatário da Nação para o seu programa de Governo.

Os escritos que ele publicava nos jornais, sobre os assuntos político-militares, eram subscritos com o pseudônimo Mister X ou Mister Y. O raciocínio era claro. A destinação das Forças Armadas deveria guiar-se pelas grandes vicissitudes e pela efêmera glória de soldado: Servidão e Grandeza Militares. Em 1964, era o espírito dele.

Sem dúvida, a eclosão da Revolução aconteceu por causa da grande insegurança quanto aos destinos do País. Não houve um fato único e determinante. No comício já referido, o Presidente João Goulart inflamou o povo com refrões do tipo "na lei ou na marra" ou "temos que acabar com isso", ambos referindo-se às chamadas reformas de base, que tramitavam no Parlamento. A confiança na autoridade do Chefe Supremo das Forças Armadas – na ocasião, o Presidente João Goulart – foi decrescendo, no meio militar.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, foi importante, porque chamou a atenção da Nação e colocou a Igreja contra o Governo João Goulart.

Creio ser oportuno registrar o que me veio à lembrança. São detalhes da trajetória militar do General Castello Branco. Em 1952, ele foi promovido a General-de-Brigada pelo Getúlio Vargas, em 1958, a Divisão, pelo Juscelino e, em 1962, a General-de-Exército, pelo João Goulart. Na promoção a General-de-Divisão, foi nomeado para o Comando da 8ª Região Militar, em Belém, castigo imposto por causa de suas críticas, usando os codinomes Mister X ou Mister Y, ao episódio em que o Marechal Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott) foi agraciado com uma espada de ouro.

Na chegada à capital paraense, ainda no aeroporto, esposas das autoridades do Exército, Marinha e Aeronáutica, ofertaram à D. Argentina uma espada pequena, de ouro, cravejada de brilhantes. Mais tarde, depois da morte da esposa – faleceu nos braços de Arminda – o General Castello deu-a de presente à Arminda. Minha esposa nunca a usou, mantendo-a guardada.

Na Amazônia, Castello criou o famoso "balão", nome pelo qual ficou conhecido o giro pelo território da região dos oficiais recém-chegados, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para conhecerem os problemas locais. Costumo dizer que ele redescobriu a Amazônia. Inclusive, o General Costa e Silva, Ministro da Guerra, recebeu a orientação de "colonizar" a Amazônia, um dos pontos da reforma militar empreendida no Governo Castello Branco. Outra iniciativa, além de incrementar a mobilidade do oficial pelos diferentes rincões do País, foi limitar em doze anos o tempo de permanência dos generais na Ativa.

Retomando o viés da pergunta formulada, o General Castello Branco fez chegar ao Presidente Goulart, através do Chefe do Gabinete Militar, General Assis Brasil, a sua preocupação quanto aos acontecimentos, considerando ser vital que o Presidente tomasse uma atitude capaz de pôr cabo àquelas manifestações – greves, indisciplina militar e outras. Jamais acontecera tal situação no País.

O senhor quer dizer que houve a oportunidade do próprio Presidente João Goulart retomar o processo?

O General Castello Branco queria que o Presidente fizesse uma declaração ao País e acabasse com a balbúrdia que imperava no seu Governo. Para tanto, deveria tomar as medidas para evitar a continuidade do tal quadro de desgoverno. Mas Goulart não fez isso.

Naqueles momentos decisivos para a Nação, quando tropas de Minas Gerais se deslocavam para Brasília e Rio de Janeiro, encontrava-me no Gabinete do General Castello Branco, no Palácio Duque de Caxias (PDC). Calados e sentados, cada qual numa extremidade da mesa de reunião, os generais Castello Branco e Costa e Silva. Eram 21h do dia 1º de abril de 1964. Ao meu lado, a campainha do telefone soa e eu atendo. Eram notícias da parte do Comandante do III Exército. Desligo e me dirijo ao General Castello Branco: "General, o avião do Presidente João Goulart acaba de ultrapassar a fronteira com o Uruguai". O General Costa e Silva perguntou: "E agora! O que fazer?" Respondeu-lhe o General Castello Branco: "Assuma você que é o mais antigo!"

Faço uma pausa para lembrar que, anos atrás, quando notícias mentirosas publicadas na imprensa davam conta de que Juscelino Kubitschek e o General Castello Branco teriam sido mortos em acidentes suspeitos, respectivamente, de carro e avião, incluíram, também, no rol das suspeições, a morte de João Goulart. Dona Maria Teresa, sua esposa, ao desmentir, afirmou que João Goulart saiu do País sem qualquer interferência ou interrupção dos militares. O asilo político no Uruguai já estava autorizado.

São detalhes que muitos desconhecem. Ninguém deu ordem nem ultimato ao Presidente João Goulart que embarcou num avião da FAB e levou quem ele quis. Em

Brasília, quem desejou rumou para o Rio Grande do Sul. Quando chegou em Montevidéu, capital uruguaia, estava com o asilo político autorizado pelo Governo.

Retomando, após o diálogo transcrito acima, os dois generais apanharam seus quepes e subiram para o 9º andar do PDC. O Ministro, General Jair Dantas Ribeiro, encontrava-se doente e hospitalizado (Hospital dos Servidores do Estado).

Na madrugada de dois de abril, o General Costa e Silva proclama à Nação brasileira a instituição do Comando Supremo da Revolução formado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Nessa proclamação informava que seria um período transitório até que ocorresse a recomposição de um novo Governo civil.

Ainda durante aqueles momentos decisivos, recebi a ordem de ligar para o Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando sua presença em Brasília, a fim de assumir o Poder. No início, ele relutou um pouco. Desconhecia os fatos e, talvez, estivesse com algum receio de acabar sofrendo represálias.

Coronel Negrão, para pontuar esse momento decisivo da Revolução, o movimento das tropas, iniciado a partir das cidades de Juiz de Fora e São Paulo, foi coordenado pelo Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, pelo Chefe do EME, General Castello Branco, ou pelo General Costa e Silva? Afinal, algum desses oficiais- generais coordenou essa operação ou apenas dela tomaram conhecimento?

Somente foram informados do movimento das tropas. Havia uma expectativa enorme devido à falta de autoridade do Presidente. As autoridades militares, General Castello Branco, General Costa e Silva, General Âncora (Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército) e outros já haviam solicitado ao Presidente, por intermédio do General Assis Brasil (Chefe da Casa Militar), medidas para pôr cabo à insegurança reinante. Já me referi a esse ponto, mas o Presidente nada fez e os fatos foram acontecendo. Depois, a fama civilista do General Castello influenciou as forças políticas e obteve-se o consenso em torno do seu nome.

A própria História mostra que toda revolução tem o direito de se autolegitimar, senão como classificaríamos os governos depois das proclamações da Independência e da República? O Dr. Francisco Campos, jurista da Constituição de 1937 foi chamado e redigiu o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que deu caráter transitório à Revolução.

O mundo político aceitou a nova situação?

Colocaram a favor do General Castello Branco, tanto que foi eleito, é bom que se diga, pelo Congresso. Eleição indireta é bem verdade, mas foi eleito. O cargo de

Vice-Presidente estava vago, nessa oportunidade, e seria difícil permanecer com Mazzilli; levava-se em conta, também, a circunstância ameaçadora do comunismo internacional naquela conjuntura. Desde o início, a liderança revolucionária deixou claro que seria uma situação de transição. Depois, o Presidente Castello Branco inseriu na Constituição de 1967 a eleição indireta prevista no AI-1.

Muitos criticam a decisão do General Castello Branco, mas ele agiu corretamente. Criou, também, a figura do domicílio eleitoral para evitar os aventureiros, fixou o período de governo em quatro anos e obrigou a rotatividade. Não era, necessariamente, uma eleição só para generais, tanto que Carlos Lacerda e o próprio Juscelino Kubitschek iniciaram manifestações de cunho político visando o pleito eleitoral. Ele institucionalizou a Revolução

Quem o senhor considera os líderes da Revolução? Evidentemente, o General Castello Branco....

Ele foi alçado. Vejo, com participação destacada, o General Muniz Aragão (Augusto Cesar de Castro Muniz Aragão) e Carlos Lacerda. O primeiro sempre se manifestou contra as tentativas de comunização do País, sendo até punido pelas atitudes que tomou nessa direção; o segundo foi incansável batalhador contra a anarquia existente no País. Na noite em que o Presidente João Goulart afastou-se do poder, Lacerda ficou horas e horas falando através dos meios de comunicação sobre a importância daquele movimento para a democratização do Brasil.

Juscelino, de certo modo, merece ser assinalado por despertar a esperança do povo brasileiro, no fim da década de 1950. Gostaria, também, de registrar que os comandos militares estavam constituídos de chefes capazes e com autoridade intelectual, como o General Castello Branco.

Castello Branco nunca foi um rebelde. Aceitava a disputa política. Reconhecia que a sociedade precisava evoluir – sempre defendia a evolução e não a revolução – para poder atender às necessidades das pessoas mais humildes e de baixo poder aquisitivo. Possuía uma "visão social" bastante desenvolvida.

E os Generais Olympio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes que desencadearam o Movimento? Não continuaram, apesar de suas participações importantes.

Lembro-me do General Castello, ainda na Chefia do EME, antes que a Revolução eclodisse, já assumindo a liderança militar, quando disse a um grupo de oficiais-alunos da ECEME que o procurou, para reclamar do desprestígio e falta de autoridade dos chefes militares: "Volta e vai estudar!" Ao assumir a efetiva liderança do processo revolucionário, determinou, de pronto: "Volta todo mundo para o quartel!" Não que-

ria desvios na destinação do estamento militar. Sem dúvida, contribuiu para que fizéssemos uma Revolução sem mortes; uma revolução seguidora da grandeza e servidão do General Castello Branco. Para mim não houve revolução e sim um Ato de Reafirmação Democrática Brasileira.

Mais um detalhe da personalidade do General Castello Branco: não gostava que o chamassem de Marechal. Preferia General. Posteriormente, suprimiu o posto; que admitia só em caso de guerra; não iria valer-se disso. Aceitava ser chamado de Presidente, mas pessoalmente preferia o posto militar: "Aqui quem fala é o General Castello Branco". Dizia: "Eu sou Presidente por contingência."

Gostaria, com sua permissão, de retornar à pergunta sobre a existência de algum acontecimento que pudéssemos apontar como determinante para o desencadear da Revolução de 31 de Março de 1964. Embora respondida anteriormente, desejaria acrescentar algumas reflexões.

É preciso entender que a década de 1960 trouxe intranqüilidade praticamente para o mundo inteiro: na América – Cuba é o caso mais destacado –, no Norte da África e, mesmo, no Sudeste Asiático. Ideologias internacionalistas foram disseminadas intensamente, aproveitando-se do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e passaram a projetar-se sobre o grande alvo ocidental, sem que se possa negar que o Brasil fosse excelente escolha.

Isso veio minar a autoridade e a estrutura do Estado Brasileiro que estava trilhando outro caminho de transformação social. A própria Igreja Católica entrou nesse processo de internacionalização, com o Concílio Vaticano II, já destacado por mim. Surgiram, então, manifestações sociais que foram se avolumando dentro do País sob os olhares internacionais interesseiros e presentes.

O Presidente João Goulart fora, antes, Ministro do Trabalho do Dr. Getúlio Vargas e, já naquela época, manifestava seu apoio ao sindicalismo. A Argentina de Perón também passava por essa fase de manifestações e intranqüilidade. Como disse, na concepção da evolução política brasileira, para o amadurecimento democrático brasileiro era preciso que o Estado fosse fortalecido, e mesmo admitisse a existência de uma oposição, no caso a UDN.

O Estado estaria representado, na atividade política, pelo PSD?

Pelo PSD e pela UDN. Ocorria o fortalecimento do setor econômico traduzido na produção de bens, fábricas, intensificação do comércio. O resultado da ação e reação entre eles deveria favorecer a classe dos trabalhadores. Eis a razão da criação do PTB.

Com Juscelino e a própria criação de Brasília, o povo brasileiro encheu-se de esperança. Alimentou-se o ideal de um futuro industrializado para o Brasil. Mas a

"Ordem" da sociedade brasileira começou a sofrer variações, principalmente, as Ordens Econômica e Militar, com as insistentes tentativas de criação de sindicatos de praças, irrupção de atos de indisciplina, greves de militares, e até rebelião dos marinheiros.

João Goulart foi um líder comunista ou seria mais um líder sindicalista?

Não acredito que ele fosse comunista. Naquela época, a crise entre a Rússia e os EUA pela hegemonia mundial produziu reflexos dentro dos países. Tornou-se comum países serem conduzidos por homens que lideravam a nação, como Perón, na Argentina, o próprio Fidel Castro, em Cuba, e outras personalidades que surgiram naquele período pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil ainda sofreu o choque natural da transformação da economia rural para industrial. Nossas leis não estavam adaptadas para a condição dos novos trabalhadores.

Nesse quadro, as questões apareceram, obviamente.

Então, pelo que o senhor diz, no Brasil, as lideranças do País tentaram exaustivamente fazer com que o Presidente João Goulart colocasse a casa em ordem, lamentando não terem conseguido?

Exatamente, foi o que disse. Todos os setores do País aguardavam uma solução para acalmar a sociedade: a Igreja, na manifestação em São Paulo, os empresários... E o Presidente, lamentavelmente, não estava enxergando isso. A expectativa era muito grande.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi classificada de reacionária pelos opositores da Revolução. Qual a sua opinião?

A Igreja sempre participou ativamente da evolução da sociedade, partindo do princípio religioso de que Deus está presente em tudo. Então, a Igreja tinha interesse em participar da organização dos trabalhadores, justamente para impedir que caminhasse na direção da União Soviética e permanecesse brasileira.

A criação dos círculos operários na década de 1930, em Santa Catarina e no Paraná, também, por padres jesuítas, a que já me referi, tinham esse objetivo. Existem, até hoje, sem aquela necessidade. O SENAI e o SENAC cumprem, atualmente, aquela missão iniciada pelos círculos operários, dos jesuítas.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da Vontade Nacional na deflagração da Revolução de 1964?

Acredito que sim. As Forças Armadas têm uma responsabilidade republicana, reforçada na história do Tenentismo, de consolidação do Estado brasileiro. Foram

esses tenentes e capitães que fizeram acabar com aquela Guarda Nacional, de coronéis lá do Nordeste.

Junte-se à responsabilidade de fortalecimento da República a participação brasileira no segundo conflito mundial, onde as Forças Armadas combateram a ideologia nazifascista. No retorno, participaram de uma Revolução e não assumiram o Poder do Estado. A própria Revolução de 1964 foi transitória, conforme declaração do General Costa e Silva, quando assumiu o Comando Revolucionário, naquele momento decisivo da transição.

O General Castello Branco, se não me engano, esteve, em maio de 1964, no Itamaraty, fez um discurso onde abordou a reforma política, de modo semelhante à concepção de 1945, objetivando a evolução do Estado. Em lugar do PSD, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Como oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na mesma perspectiva da antiga UDN.

Em torno da Arena, reuniu-se o grupo de políticos favoráveis à consolidação da autoridade do Estado. Organizaria as ordens econômica, social, política, jurídica, religiosa, todas as "Ordens" da sociedade. Os políticos do MDB seriam os reagentes, quer dizer, poderiam movimentar-se à vontade contra o que o Estado fizesse. Deixou-se para organizar a síntese, o Partido dos Trabalhadores (PT), *a posteriori*.

O General Castello Branco, assim, primeiro formou o núcleo do Estado: Arena e a oposição. O choque dos dois geraria uma terceira força a favor dos trabalhadores. Foi essa a sua concepção: o Estado (ação e reação), a Economia e o Trabalho. Este último seria uma decorrência da composição entre o Estado e a Economia. Tivemos influências internacionais que obrigaram a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mas o General Ernesto Geisel, que fora Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco, conhecia o pensamento dele e veio assumir o Governo para fazer a transição lenta e gradual para os civis.

O General Figueiredo, quando Presidente, esteve em São Bernardo do Campo para a criação do PT, justamente para que a redemocratização imaginada pelo General Castello Branco chegasse à síntese, que era o trabalhador.

Há quem afirme que a Revolução recebeu auxílio externo, em especial dos Estados Unidos da América? O General Vernon Walters nega esse apoio. O senhor que esteve junto ao Presidente Castello Branco antes, durante e depois da eclosão da Revolução de 1964 saberia algo a respeito?

Diria sobre isso o seguinte: auxílio externo sempre foi uma conseqüência do conflito ideológico que grassava no mundo. O que penso é não ter havido auxílio

direto e específico para os países que se opunham à onda comunista, mas inegavelmente a defesa do mundo ocidental gerou o fenômeno da guerra fria, opondo-se os poderios militares dos Estados Unidos e da União Soviética em suas respectivas áreas de influência, em todo mundo.

Eles não vieram ao Brasil interferir na política, mas assim como nosso País acompanha os acontecimentos nos países que nos circundam, eles devem fazer o mesmo.

Talvez no futuro, se não tivesse ocorrido a Revolução, em face do desdobramento político, poderiam ter adotado uma atitude mais efetiva.

Como fizeram agora no Iraque, mas não houve influência sobre a Revolução de 1964.

Qual foi o seu relacionamento com o General Castello, após a Revolução? O senhor já explicou como o conheceu e as circunstâncias de sua nomeação para Ajudante-de-Ordens. Acompanhou-o no Comando do IV Exército, em Recife, e no EME, no Rio de Janeiro. Mas, e depois, quando o General foi eleito Presidente?

Em 1964, o General Castello determinou que eu fizesse o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). E me disse: "Não vou prejudicar a sua carreira." O curso já havia sido iniciado, fazia alguns dias, e fiquei como ouvinte; a duração era de cinco meses. O ambiente no País era de intranqüilidade. Aconteceu a tentativa de seqüestro do Carlos Lacerda. Naquele período, como Ajudante-de-Ordens, o atendia nos fins de semana.

Terminei a EsAO, fui nomeado instrutor da AMAN. Permaneci na Academia durante os anos 1965 e 1966, quando, então, fiz concurso para a ECEME e fui aprovado. Vim para o Rio de Janeiro, em 1967, mas nunca deixei de atendê-lo pessoalmente. Havia, até, a idéia de escrever "as memórias" do General.

Nessa época, o Presidente Castello tinha outro Ajudante-de-Ordens. Detalhe curioso, nos fins de semana, o General dirigia o próprio carro. Um dia, foi ao teatro assistir a uma peça com a Tônia Carrero e gostou muito. Quando a atriz retornou do palco, encontrou-o no camarim para cumprimentá-la. Ela levou um susto.

Ao término de seu Governo, em 1967, fui ao Aeroporto Santos Dumont, com o carro do General, aguardá-lo, em viagem de Brasília para o Rio. Nessa ocasião, cursava a ECEME, no Rio de Janeiro. Pois ele desceu do avião, pegou o carro e foi para casa, dirigindo.

O senhor foi ao embarque do General Castello Branco, naquele vôo fatal?

Ele recebeu um convite e decidiu ir a Fortaleza. Compareci a seu embarque, no Rio de Janeiro. O acidente aconteceu quando o avião sobrevoava os céus do

Ceará, seu Estado natal. Castello Branco deixou o Governo a 15 de março de 1967 e o acidente foi no dia 18 de julho de 1967. Interessante, no dia 18 de julho de 1945 ele voltou da guerra, é uma relação muito importante.

O senhor disse que o Presidente João Goulart o promoveu a General-de-Exército. Qual o episódio que cerca esta promoção?

O Chefe do Gabinete Militar da Presidência avisou João Goulart, quando da promoção, que o General Castello era muito respeitado na caserna e poderia trazer problemas para o Governo. Mas João Goulart comentou, na ocasião: "Não posso deixar de promovê-lo diante de sua capacidade e competência reconhecidas por todos". Realmente, o promoveu ao posto máximo da carreira militar.

Coronel Negrão, há algum episódio ou traço marcante da personalidade do General Castello Branco que o senhor gostaria de mencionar?

Existem muitos, porque o General Castello, inegavelmente, foi um homem especial. Dei a notícia da morte do Presidente John Kennedy, assassinado, ouvindo, então, seu comentário: "Um homem como ele não poderia ter uma morte comum." Quando houve o acidente aéreo com o próprio General, pensei naquele comentário. Castello, também, não poderia ter um final comum.

Com o General Castello vivo, talvez surgisse um problema político em relação ao Presidente Costa e Silva. Eram personalidades diferentes e, às vezes, divergiam.

Na infância, não foi bom aluno; eis por que seus pais contrataram um senhor para alfabetizá-lo. Assim, Castello foi para Recife, onde esse senhor ensinava, para ser alfabetizado. Mais tarde, educou-se em um colégio de irmãs Vicentinas, no interior do Piauí, quando realmente aprendeu as principais letras.

Esses problemas fizeram-no passar da idade para a matrícula no Colégio Militar de Porto Alegre. Dado curioso, para resolver o problema, a data do seu nascimento foi alterada, em Messejana, Ceará, de 1897 para 1900, prática comum nas circunstâncias. Castello contava isso, nunca escondeu o fato.

Possuía uma personalidade marcante. Depois de sua morte, falei com o General Ademar de Queiroz que gostaria de escrever algo sobre ele, enfatizando o seu lado humano. Ele disse: "Deixa, que o Luís Viana Filho vai fazer isso". E, realmente, fez e com muita competência.

Tenho a impressão de que esses três anos davam-lhe um amadurecimento muito grande em relação aos outros companheiros. Sempre decidiu, após meditar bem sobre o assunto, o que o tornou respeitado entre seus pares. Sobressaíam seus conhecimento, capacidade de trabalho e decisão.

Na França, onde cursou a Escola Superior de Guerra, leu Alfred de Vigny – "Servidão e Grandeza Militares" – no qual se inspirou. O que era Servidão, para ele? Era o Exército servir à Nação; e a Grandeza Militar era o Exército não se "apaixonar" pelo Poder. Enfatizo esse aspecto; era o apanágio dele. Ele sempre me falava a respeito disso. As Forças Armadas devem estar permanentemente a serviço do engrandecimento do País e jamais devem usufruir o Poder.

É verdade que o Presidente Castello não desejava a prorrogação de seu mandato, aprovada em 22 de julho de 1964 pelo Congresso Nacional?

Poucos observam – ou não querem fazê-lo – detalhe importante do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que traduzia a intenção do General Castello, dentro daquele espírito de Servidão e Grandeza Militares. É de sua autoria o Parágrafo Único: "O atual Presidente da República é inelegível."

Era pensamento do General Castello que seu sucessor fosse um civil. Ocorreria a reorganização do Estado e a devolução do Governo para um civil. Outro pensamento seu – poucos sabem – é que o último ato da redemocratização brasileira seria a restauração das eleições diretas. A prorrogação do seu mandato, não desejada por Castello, enfureceu setores políticos cujos interesses foram contrariados e reviveu-se, de certo modo, a intranqüilidade política anterior a 1964.

Os integrantes do Governo Castello Branco estavam conscientes das dificuldades da missão em prazo tão curto, previsto para ser encerrado em janeiro de 1966. Não haveria condições de reorganizar o Estado, para estabilizá-lo e permitir sua evolução política sem atropelos.

O que o senhor pode contar sobre a cassação de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda?

Tudo deveu-se àquela intranqüilidade a que me referi há pouco. Eles acabaram por perder a confiança das Forças Armadas. Inegavelmente, eram pessoas com destaque político no País, naquela época.

Você admirava o Carlos Lacerda?

Certamente. Considero o Lacerda o grande prócer, para não dizer mártir, da Revolução. Incompatibilizou-se com o Movimento, quando viu que suas pretensões ao cargo de Presidente da República estavam bloqueadas. A Constituição de 1967 prescrevia eleições indiretas para Presidente. A indicação do candidato da Arena, partido político da Revolução, com certeza, não recairia num nome que pudesse afrouxar o controle da situação. O desejo de Carlos Lacerda era restaurar a eleição direta e, sem paciência, articulou o movimento oposicionista da Frente Ampla com os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Coronel Negrão, o senhor conheceu bem o General Castello Branco. Ainda acerca de suas idéias e pensamentos, como foi o relacionamento do Presidente com o General Golbery do Couto e Silva?

Respeitavam-se muito e sempre que necessário trocavam idéias sobre a situação política brasileira e o comportamento do meio militar. Eram dois intelectuais.

Não resta dúvida, com a década de 1960 veio a expansão do comunismo pelo mundo. Na América, obteve sucesso em Cuba e o Brasil era um alvo preferencial. Sua estratégia de conquista do Poder baseava-se na desmoralização do Estado, na infiltração e conseqüente deterioração de setores vitais da sociedade, como a família e o meio estudantil. Tal ambiente estiolado facilitaria a atuação comunista.

O General Castello Branco sempre achou que a grande estratégia da Revolução deveria ser o fortalecimento do Estado e, depois, na redemocratização é que viria a solução para a economia. A explicação é um pouco longa, mas trata-se do ponto no qual tenho que me deter. O perigo, naquela época, era a desmoralização da autoridade do Estado.

Num quadro de desmontagem do Estado em que se vivia, as Forças Armadas, por dever constitucional, teriam que agir. Era esse o pensamento dos dois, Castello e Golbery. Isso não significa indício de que conspiravam, mas acreditavam na destinação constitucional das Forças Armadas e na preservação das instituições políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Quando o General Castello estava na chefia do EME, em 1963, recebi uma ligação do General Golbery, querendo falar com ele. Disse: "Avisa ao General que pedi transferência para a Reserva". No elevador do Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, quando descíamos, informei ao General Castello Branco. Ele fez o seguinte comentário: "Pois é, não teve paciência de esperar."

Compareci a um seminário sobre estratégia, na ECEME, e pude constatar, que os estudiosos do assunto consideram o General Golbery um dos mestres da estratégia brasileira e o General Castello Branco o grande suporte dessa estratégia.

Os dois tinham esta afinidade e idealizaram a ESG. O General Golbery é autor de "Geopolítica do Brasil", livro que inspirou o programa de desenvolvimento estratégico nacional no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu prestava serviços no Ministério da Justiça e participei, como gestor social, da análise de projetos para certificar se estavam de acordo com os objetivos da política social do Governo FHC. Cerca de 54 metas ou linhas de direção estratégicas, quase todas, coincidem com as idéias do General Golbery. O Presidente Fernando Henrique citava muito esse programa, denominado "Avança Brasil". O General Golbery é um nome de expressão, ontem e hoje, no Brasil.

Depois da Revolução, continuou o relacionamento?

Diminuiu um pouco, infelizmente. Alguns – incluo-me nesse grupo – acreditam que se o Presidente Castello Branco continuasse vivo, a Revolução não teria tomado determinados rumos que são discutíveis hoje. O pensamento do Presidente era aquele de redemocratização e o que chamo de desmobilização política das Forças Armadas; não desmobilização nacional como ocorreu no Governo do Presidente Fernando Henrique. Castello não imaginava a atuação política das Forças Amadas a não ser na preservação das Instituições do Estado.

O General Golbery chegou a participar do Governo Castello Branco?

Participou, inclusive o Serviço Nacional de Informações (SNI) nasceu de sua inspiração.

Eis uma idéia que poderíamos desenvolver agora: a criação do SNI.

É um assunto muito longo. O Presidente Castello Branco imaginou a consolidação de Brasília dentro do processo de redemocratização brasileira. Muitas pessoas, e o próprio Presidente João Goulart também, queriam o retorno da capital para o Rio de Janeiro. Ainda hoje, sente-se que a antiga capital, com todo aquele patrimônio cultural, perdeu sua expressão política com a mudança.

Num discurso muito bonito, Castello Branco optou pela consolidação de Brasília. Mas pensou duas questões: preciso "ver o Brasil" e "ouvir o Brasil". Para "ouvir o Brasil" criou a Torre de Televisão. Está lá, na base da Torre, a placa de inauguração com o seu nome. A Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda construiu-a rapidamente para que ele pudesse "ouvir o Brasil".

Para "ver o Brasil", isto é, o desenvolvimento dos programas de Governo, o General Castello Branco precisava do SNI. Quem ler o Decreto de 13 de junho de 1964 vai verificar que não existia previsão de operações de informações. O trabalho do SNI seria coordenar as informações produzidas pelos órgãos já existentes.

Essa foi a origem do SNI?

A concepção foi essa. Iria "ver os programas do Governo" por meio da coordenação das informações prestadas pelos órgãos já existentes. Depois, a situação política evoluiu, e a subversão começou a alterar a vida política brasileira. Em conseqüência, o SNI tornou-se prioridade, sofreu modificações e começaram a ocorrer as operações de informações, não previstas no início.

Qual o pensamento do General Castello Branco sobre os rumos e a duração da Revolução?

Castello Branco não gostava do termo Revolução, preferia mais evolução. Era um momento de evolução da Nação brasileira, tanto que evitou que ocorressem cassações de direitos políticos no Poder Judiciário. Ele disse que gostaria de ser

julgado pela Justiça brasileira, pelos seus juízes. Depois, pressionado pelas circunstâncias políticas internas, ampliou o número de juízes do Supremo Tribunal Federal de 7 para 11. Não cassou juiz, porque queria ser julgado pelas nossas leis e pelos nossos juízes.

Outro pensamento seu, e que não escondia das pessoas, era a transferência do Poder a um civil. Aquele momento revolucionário era meramente transitório. No dia 20 de setembro de 1964, almoçou com seus auxiliares diretos, em Petrópolis, comemorando seu aniversário. Todos já comentavam, nesse almoço, a sua idéia. Lembre-se de que ele se autocassou no AI-2: "O atual Presidente é inelegível."

Por que ele não conseguiu passar a Presidência para um civil?

É preciso destacar o ambiente internacional desse período, pouco favorável ao Ocidente, cujo auge deu-se em 1968. Também, a perspectiva de um civil assumir o Governo, alvoroçou a classe política e tumultuou muito o processo de evolução política. A esperança de que a idéia prosperasse fez surgirem as lideranças e "frentes".

Entretanto, Castello Branco trabalhou sua concepção de redemocratização do País. Para compensar a saída dos militares do Poder, fortaleceu o Estado, ampliando a esfera de atuação do Ministério Público, na Constituição de 1967; estimulou a criação da Polícia Federal; organizou o SNI; fez as reformas econômica, política e militar; além de implantar medidas de preservação do patrimônio cultural brasileiro como a Lei nº 4.845, de novembro de 1965, que proibia a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.

No campo cultural, merece citação, que desapropriou em 1965, a área pertencente ao atual Parque Histórico Nacional dos Guararapes. A acertada iniciativa buscou preservar a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira das tropas luso-brasileiras, e os locais das memoráveis batalhas travadas, durante a ocupação holandesa, nos famosos Montes Guararapes, em 1648 e 1649, considerado berço da nacionalidade brasileira, de onde ainda ecoam os valores nacionais da união dos brasileiros.

Ainda, dentro dessa estratégia de permitir a saída das Forças Armadas daquele trabalho de "acompanhamento" da evolução política da nossa nação, trabalho que chamo de desmobilização política das Forças Armadas, empreendeu a reforma militar. Estabeleceu limites de permanência nos postos e incentivou a circulação dos militares pelo território nacional. Costumo dizer que Castello Branco redescobriu a Amazônia, estimulando o Ministro do Exército, Costa e Silva, a construir próprios nacionais residenciais na área amazônica para permitir a movimentação de militares. Evitou, a formação de lideranças militares locais. Vários generais – lembro o General Oswaldo Cordeiro de Farias – tinham mais tempo de posto de general do que de carreira. A promoção a general, alçada do Presidente da República, atendia muito

aos interesses políticos do Governo, tradição seguida desde o tempo da monarquia, em que se jurava fidelidade ao Rei. A reforma substituiu a simples "escolha" do militar a ser promovido pelo critério de "seleção".

É bom lembrar que no período do Presidente Getúlio Vargas a prática em todo mundo, que se impunha, era o alçamento das forças militares, para a preservação e fortalecimento do Estado constituído. A Itália e a Alemanha foram os dois últimos países a se organizaram como Estado; e como eles se fortaleceram? Exatamente através de um Poder militarizado. Isso era um estímulo para todos os países organizados que queriam se fortalecer e participar do cenário internacional.

Creio que o General Castello Branco foi feliz nessa concepção de redemocratização do Brasil. Para ele, as eleições diretas só poderiam vir depois que o Estado estivesse fortalecido e a sociedade organizada. Se não fossem as circunstâncias criadas pelo Momento Comunista Internacional (MCI), talvez conseguisse seu intento. Depois, o Presidente Ernesto Geisel iniciou a "abertura" completada pelo Presidente João Figueiredo.

O General Castello Branco não tinha obsessão pelo Poder. Já me referi à cena que presenciei, na qual ele disse ao Costa e Silva, após João Goulart chegar ao Uruguai, com o asilo concedido: "Assuma você que é o mais antigo..." Depois, subiram para o 9º andar do Palácio Duque de Caxias, onde se localizava o Gabinete do Ministro da Guerra, e deu-se aquela declaração, ressaltando o momento transitório até o estabelecimento do novo Governo.

Qual era o pensamento do General Castello sobre a censura à imprensa e às artes?

Ele não aceitava a censura. Considerava a liberdade fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Quando escrevia nos jornais com o pseudônimo de Mister X e Mister Y, comentando posições políticas, não deixava de avisar às pessoas citadas no artigo, inclusive remetia-lhes cópias.

Quando Castello Branco escreveu, a 20 de março de 1964, a Circular Reservada dirigida "aos generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas", desejou mostrá-la ao General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, antes de sua distribuição. Infelizmente, o Ministro estava doente, mas redigiu-lhe uma carta, contendo a interpretação de cada trecho da Circular. Todos tinham noção de qual era o seu pensamento. Eu levei a carta até a residência do General Jair, no bairro Riachuelo, subúrbio do Rio, que após lê-la disse-me: "Depois eu falarei com o Castello."

O General Castello acreditava na discussão das idéias. Volto a enfatizar: o papel das Forças Armadas, para ele, era a garantia da "Ordem Institucional: política, econômica, religiosa, social, familiar etc." São os valores do grupo social. As Forças Arma-

das devem garantir o espaço físico em que vive essa sociedade, combatendo interferências contrárias à própria evolução cultural desse grupo.

Este era o ponto de vista dele. Às Forças Armadas cabe garantir as instituições e a grandeza delas está em não ambicionar o Poder. O meio militar deveria ajudar a construção da Nação, mas que não alimentasse o desejo de conduzi-la politicamente. Castello foi coerente com o seu pensamento. Relutou intervir e o fez quando se certificou do afastamento de Goulart das atribuições constitucionais. Praticou seu pensamento quando se autocassou e quando promulgou nova Constituição, de 1967, seguida pelos governos do regime dito ditatorial.

Seu pensamento era contra a censura. Ele não me deixava andar armado, porque sempre dizia: "Quem tem que me defender é o povo e, para tal, a melhor maneira era deixar a imprensa livre". Ele gostava da verdade.

O senhor gostaria de relatar algumas curiosidades ligadas ao General Castello Branco? É muito conhecida a sua imagem de correção pessoal.

Tinha muito receio de valer-se do bem público. Já disse que fui com o carro do General Castello apanhá-lo no aeroporto e levá-lo para casa, quando deixou o Governo e veio residir no Rio de Janeiro. Outra vez, em visita à Ilha de Fernando de Noronha, recebeu um cesto com caranguejos e mandou-me indagar o preço, para pagar. Chegava ao exagero.

O senhor acha que o Presidente Castello Branco ainda receberá o reconhecimento público que lhe é devido? Já li e ouvi muitos comentários de escritores que seriam oposição, na época, enaltecerem seus méritos de estadista. Falta o reconhecimento, eu diria, público.

Creio que sim e acabei de expor os motivos por que penso desse modo. Tudo o que está acontecendo no Brasil é conseqüência da visão estratégica do Presidente Castello Branco na redemocratização brasileira: fortalecimento do Estado, da Economia e, depois, o Trabalho. Essa concepção evoluiu dentro das circunstâncias nacionais e internacionais, ocorrendo em determinada época estímulos à permanência dos militares. Os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vieram para realizar a "abertura". O Congresso participou dos fatos, sem problemas.

Se ele permanecesse vivo por mais tempo, não tenho dúvida de que suas posições o confirmariam como um grande estadista. O destino foi padrasto com ele.

Uns dizem que sim, outros afirmam que não. Se permanecesse vivo, alguns acham que reagiria contra a continuidade dos governos militares, embora eleitos e pressionados pelas circunstâncias já analisadas. Por outro lado, morto, permitiu que

o fortalecimento do Estado brasileiro se prolongasse no tempo e se tornasse forte, para impedir a expansão do MCI. Lembre-se de Araguaia!

Ao se analisar o Brasil pós-1964, até hoje, vemos que não tivemos mais crises político-militares, mas apenas políticas e restritas ao Congresso. Acabou-se tudo, nem a inspiração subversiva do comunismo internacional animou-se a prosseguir.

O reconhecimento ao General Castello Branco está na realidade brasileira. A própria criação do Partido dos Trabalhadores estava prevista nos estudos prospectivos da Revolução. E essa estratégia foi estabelecida no Governo dele.

Falta ler, presenciar isso.

Nesse caso existe outro aspecto, também. O Poder tem luz própria. É muito difícil encontrar-se um líder que valorize outras lideranças. Ninguém diz que é a conseqüência; todos querem ser a causa do sucesso. O próprio PT tem que reconhecer que sua criação foi uma "abertura", diria escancarada, estimulada ou autorizada pelo próprio Governo do Presidente João Figueiredo, ao pressentir as aspirações políticas concebidas pelo General Castello.

Gostaria de dar um testemunho. Tenho falado na desmobilização política das Forças Armadas, mas atribuo ao Governo Fernando Henrique a desmobilização nacional. A desmobilização política levada a efeito pelo General Castello Branco foi compensada com a criação de mecanismos nacionais que deram a garantia e a segurança para o Estado: Polícia Federal, Ministério Público, desenvolvimento das comunicações, cassação política limitada à Segurança Nacional, criação do SNI e consolidação de Brasília como capital.

Hoje, falar em segurança e desenvolvimento é "coisa da ditadura", mas percebe-se que a falta dessa discussão está trazendo prejuízos ao País. A desmobilização nacional das Forças Armadas tirou aquele halo ou aquela aura do Estado brasileiro e deu chance ao desenvolvimento da filial brasileira do crime organizado mundial. Não creio que tenha sido essa a intenção do Presidente Fernando Henrique, mas inegavelmente, o Estado – os três poderes – perdeu aquela proteção das Forças Armadas, abrindo espaço para a ocupação do crime organizado.

Ele quis evidenciar, certamente, a supremacia do Poder Civil. O senhor acredita que algum dia a Revolução de 1964 receberá o reconhecimento público?

Os próprios políticos, honestamente, a reconhecem. O Presidente Ernesto Geisel fez a "abertura" e o Presidente Figueiredo permitiu que todas as idéias fossem desenvolvidas e passou o Poder à oposição. Parece-me que nos países ocidentais, apenas o Brasil e a Espanha fizeram isso.

O Presidente José Sarney pôde empreender o "tudo pelo social", lema de seu Governo, porque o Estado e a Economia estavam fortalecidos, frutos da concepção de

Segurança e Desenvolvimento da Revolução. Temos que admitir que a presença do Presidente Lula no Governo é exatamente o resultado de um Estado e Economia fortes. Falta-nos desenvolver as atividades em benefício da população.

Então, esse reconhecimento da Revolução já existe?

Já existe. Já citei ter ouvido do Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique a recomendação para que seus auxiliares se orientassem pela estratégia do Governo Castello Branco, via Golbery.

Talvez, falte tornar pública.

Ou humildade aos políticos para que se mostrem partícipes do processo de evolução e não os construtores ou dirigentes desse desenvolvimento.

Essa consideração é importante.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista?

Havia canais. A luta armada foi uma forma de oposição importada. Hoje, coincidentemente, é 27 de novembro; nesse dia, mês e ano de 1935 os comunistas já haviam utilizado o mesmo tipo de ação violenta. A luta armada não foi provocada pela falta de canais de manifestação aos oposicionistas. Ela existiu porque é inerente à ação de tomada do Poder pelos comunistas. Por que foi escolhida a Região do Araguaia para a instalação da guerrilha? Qual o seu objetivo?

A Região é pobre e sem comunicação, mas aberta para o Norte através do rio, de onde poderiam receber reforços, via Belém. Quem daria esse apoio? Qual a área que já estava cor-de-rosa ou vermelha na América?

Cuba

Exato. Inegavelmente, o País estava se defendendo de uma agressão.

O senhor acredita que a guerrilha recebeu apoio externo?

Tanto a guerrilha do Araguaia quanto a luta armada nas áreas urbanas, seqüestros, assaltos a bancos e outros atos terroristas, tiveram muito apoio externo.

A estratégia do comunismo internacional para o enfraquecimento da autoridade é o emprego da subversão. Exatamente como aconteceu na Rússia, em 1917. Consiste em formar vários núcleos, chamados aparelhos, com o poder estruturado horizontalmente, de modo que, fechado um deles, imediatamente outro seja aberto. A subversão sempre estará atuante. Prende-se uma pessoa mas a estrutura não é afetada. Outro elemento, não é subcomandante, não é nada, tem condições de, imediatamente, retomar a ação. O crime organizado inspirou-se nessa técnica de atuação do MCI.

Você me perguntou, há pouco, se a Nação brasileira vai reconhecer o trabalho da Revolução de 1964. Acredito que sim e, quem vai mostrar isso vai ser o combate ao

crime organizado. Percebe-se que as pessoas responsáveis não têm uma resposta política para o enfrentamento da situação, e é notória a saudade de muitos cidadãos quando se recordam da segurança que havia no Brasil.

A Colômbia está diminuindo a parcela de domínio do crime organizado na sociedade, com o apoio decidido dos Estados Unidos. No Brasil está em expansão e não sei como será encarado o problema pelos americanos. Os dois países – Colômbia e Brasil – têm seus territórios na parte mais larga da América do Sul e próxima, de um lado, da Europa e África, e de outro, da Ásia. O Brasil é alvo do crime organizado pela sua posição estratégica e pelo fato de ser um País em desenvolvimento.

O AI-5 foi necessário?

Na época, era aluno da ECEME. Mas, voltando ao tempo de Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, pouco antes da eclosão do Movimento Revolucionário, queria relembrar aquele episódio, quando os oficiais-alunos da ECEME vieram procurar o General, no EME (Estado-Maior do Exército), instando-o a tomar uma posição de repúdio contra alguns excessos de indisciplina. Ele disse ao Coronel que os liderava: "Volta e vai estudar!" Assim pôs fim às manifestações. O AI-5 provavelmente receberia, se vivo fosse, esse mesmo tipo de comportamento.

Não podemos olvidar que, em 1968, a França, sempre destacado mentor da evolução política mundial, vinha com um processo perigoso de deterioração política. O contexto internacional tem que ser considerado na análise dos fatos.

O Governo Costa e Silva caminhava com um processo de "abertura", no contexto da redemocratização concebida pelo General Castello Branco. Essas circunstâncias, talvez, levaram o MCI a perceber o momento para aliar-se aos candidatos, numa estratégia indireta, a fim de ocupar o Governo. Deteriorou-se, assim, o processo de fortalecimento do Estado e a desobediência começou a grassar. Foi o mesmo que acontecera em 1962. Voltava o fantasma do comunismo.

O AI-5 foi uma opção pela continuidade de um Estado fortalecido militarmente. Poderia ter sido adotada, evidentemente, outra solução, mas as condições políticas, daquele momento, a níveis nacional e internacional, aconselharam a evolução política dentro de um Governo militarizado. Um ato de reafirmação democrática!

Seria, mais ou menos, a comparação com um problema de saúde, quando a pessoa tem que continuar a tomar um remédio, aumentando a dose, para obter a melhora ou a cura.

Hoje, muito se fala em "ditadura militar" e "anos de chumbo", quando os meios de comunicação social se referem à Revolução de 1964. Qual a sua opinião a respeito?

Durante a Revolução o Congresso discutia as questões; ele praticamente permaneceu funcionando. Não podemos chamar de ″ditadura militar″ pelo fato de existir um Governo presidido por militar. Se analisarmos os "anos de chumbo" do Brasil, e os compararmos com o que ocorreu em outros países, constataremos que o chumbo, na verdade, são balas de mel.

Creio, também, que houve o seguinte. A "dita dura" se "auto-abriu" e não apareceram condições que permitissem fazer surgir um grande herói nacional vermelho capaz de empunhar a bandeira da "abertura". Mas todos querem pegar o seu pedaço nesse bolo. Assim, é interessante dizer: aqueles "anos de chumbo!" Eu não morri! Entoa-se toda uma cantilena buscando enaltecer o inimigo – a Revolução de 1964 – justamente para que o "novel" herói seja bem valorizado. Eis o que vem acontecendo: "me dê um herói!" Como disse, o Poder tem luz própria. Cada um busca dizer que é o máximo, que fez isso e aquilo.

Por outro lado, quando o General Figueiredo, último Presidente da afirmação democrática, procedeu à desmobilização político-militar e passou o Governo dentro do processo evolutivo do País, os que regressavam não tinham interesse de dizer que haviam sido recambiados pela ditadura. Nenhum político cometeria este "suicídio", apesar da exatidão das palavras. O refrão "combate à ditadura" passou a ser obrigatório para que se valorizassem. Tanto fizeram que tivemos há pouco tempo o "apagão" por falta de investimentos na infra-estrutura elétrica do País, porque falar em desenvolvimento e segurança era "coisa da ditadura".

O senhor julga que a Revolução se demorou no Governo?

Diria que ela não teve condições de fazer a "abertura" concebida, tendo em vista as circunstâncias internacionais e a lenta evolução política nacional. Mas, quando chegou o momento exato, em que os interesses internacionais na desestabilização do Governo passaram, o Presidente Ernesto Geisel iniciou seu projeto de distensão lenta, gradual e segura. Seguiu a concepção, que ele conhecia, de Castello Branco e Golbery.

Quais foram os momentos mais difíceis da Revolução de 1964?

Creio que tenha sido a morte do General Castello Branco. Pelo respeito que infundia nas pessoas de todo o País, ele certamente teria sido ouvido. Talvez, os caminhos trilhados fossem outros. Pode-se dizer tudo sobre Castello Branco, mas ninguém cita qualquer ato dele de corrupção e arbitrariedade. Sua morte desarmou o idealista, o autor da concepção do trabalho. Outro momento crítico ocorreu em 1968, dada a expansão da MCI. Pouco antes, os dirigentes da reafirmação democrática já projetavam o retorno da eleição direta. As mortes do General Castello Branco

e, depois, do General Costa e Silva alteraram um pouco a previsão do processo evolutivo nacional, no sentido de serem alcançados aqueles objetivos políticos e econômicos que apontei antes.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas auferiram algum tipo de vantagem?

Digo que não. Já comentei a desmobilização política das Forças Armadas estampada na reforma militar empreendida pelo General Castello Branco. As Forças Armadas preocuparam-se em manter uma estrutura capaz de cumprir sua destinação constitucional de defesa do Estado, de suas instituições.

Um detalhe importante. O General Castello Branco deixou o Governo com o genro desempregado e com um irmão, funcionário do Ministério da Fazenda, demitido por ele próprio. O motivo da demissão foi seu irmão ter recebido, como presente, um automóvel (Aerowillys), como reconhecimento pela ajuda que dera na solução de uma reivindicação ligada à organização da carreira da Receita Federal, há muito aguardada pelos funcionários. O Presidente achou viável o pleito e a lei foi elaborada. Quando o General Castello Branco soube do fato, pelos jornais, imediatamente fê-lo devolver o automóvel e afastou-o do cargo. Esse irmão veio a falecer no mesmo acidente que vitimou o General Castello.

Em outra oportunidade e, já citei mais de uma vez nesta entrevista, deixou o avião da Presidência que o trouxe ao Rio de Janeiro e utilizou o próprio automóvel particular, trazido por mim, para dirigir-se a sua residência. Então, esse era o comportamento. Quando viajávamos a serviço e éramos assistidos pelos cofres públicos, ninguém recebia diárias. Essa preocupação do General Castello com a lisura impregnou a todos do Governo.

O Presidente João Figueiredo passou dificuldades financeiras no fim de sua vida. Sou testemunha, porque como seu antigo auxiliar fui convocado pelos companheiros que o acompanhavam, no Rio de Janeiro, antes que Deus o levasse. Como residia em Brasília, pediram-me que relatasse ao Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, para que o Serviço de Saúde do Exército fosse orientado e assistisse o General Figueiredo. Analisem como ficaram os ex-presidentes militares! Levantem os seus bens quando morreram! São provas inequívocas de honestidade e honradez no trato da coisa pública.

É preciso não esquecer que a Revolução conduziu um processo evolutivo de redemocratização do País. Todo o processo evolutivo político, da Arena para o PDS, do MDB para o PMDB e o PT, foi realizado no Governo Figueiredo, da “ditadura”. Estes últimos são os partidos mais antigos que temos, atualmente.

Era aquela estratégia de redemocratização concebida pelo General Castello Branco: primeiro o fortalecimento do Estado para a defesa das "Ordens" – política social, econômica, militar etc. –, a seguir o desenvolvimento da infra-estrutura: estradas, energia, telecomunicação, portos etc., base do desenvolvimento econômico. O sucessor do Presidente Figueiredo, José Sarney, com o Estado forte e a base econômica pronta, pôde enfatizar o aspecto social. Depois, ainda dentro da estratégia do General Castello Branco, seguiu-se a "abertura" econômica.

Esquecem-se, os detratores da Revolução, de que nenhuma liderança militar pretendeu permanecer no Poder. Os presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, este com todo o seu esquerdismo, logo pleitearam ficar mais tempo. Os "ditadores" militares bem que tiveram oportunidade, mas não havia interesse de usufruir qualquer benefício político ou econômico.

O próprio orçamento das Forças Armadas era bem minguado.

Exatamente. O Presidente Ernesto Geisel, logo que assumiu o Governo, aliviou as Forças Armadas da dependência do exterior, denunciando antigo acordo que favorecia a vinda de equipamento militar para o Brasil. Estimulou a fabricação no País do material de emprego militar de que necessitávamos. É outro argumento para mostrar que os militares nada usufruíram econômica ou politicamente

O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia e a "abertura" feita pelo Governo Geisel?

A "abertura" sempre foi um fim a ser alcançado, durante o período revolucionário. A Constituição de 1967 já previa, mas as injunções internacionais do final da década de 1960 retardaram-na. O que houve foi isso. A indisposição política havida por ocasião da eleição do Presidente Costa e Silva aconteceu porque os políticos sabiam que dentro do processo revolucionário havia a previsão de eleições livres e com candidatos civis.

Quanto à anistia, sempre foi um procedimento da política brasileira, desde o Império. O Patrono do Exército, o Duque de Caxias, defendeu no seu tempo a anistia. Outro ponto que se pode considerar é de inspiração religiosa. Até hoje, graças a Deus, não temos a pena de morte. Na prática política brasileira, todos os governantes que foram demitidos tiveram a assistência do Estado. Nenhum deles foi conduzido preso ou algo parecido: Pedro I, Pedro II, Deodoro da Fonseca, Washington Luiz, Getúlio Vargas, que continuou em São Borja, e o próprio João Goulart, pois utilizou um avião da Força aérea Brasileira para deslocar-se até Porto Alegre, acompanhado por quem ele quis, chegou ao Uruguai, com exílio já autorizado. Felizmente, não tivemos esses conhecidos rompantes de abuso do Estado, na nossa

História. Procedimento que enaltece e acredito que seja um fator favorável à imagem internacional do Brasil.

Existe o "revanchismo", por parte de autoridades, da mídia e de outros setores com relação aos militares?

O "revanchismo" existe com o sentido de conseguir algum benefício político ou econômico. As pessoas dizem que foram sacrificadas pela "ditadura..." Que lutavam por algo desejado... Tudo com o objetivo de obterem um "ganho com a abertura". A palavra "sacrifício" possui até uma conotação religiosa: eu não consegui fazer... ele é o culpado e agora tem que pagar.

Não creio existir um "revanchismo" contra os militares, de forma genérica. As pessoas sabem não ser justo. Na verdade, o "revanchismo" é pessoal; se formos verificar ou investigar vamos descobrir algo fantasioso, inventado. A pessoa, que não tem mais mensagem, inventa. Caro companheiro, a justiça é cega mas não é surda; a nossa Verdade é que é muda! Deus, que tudo vê e ouve, nos julgará! Ele é brasileiro!

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de credibilidade junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. A que o senhor atribui?

Atribuo à tradição das Forças Armadas de defesa do povo brasileiro nos momentos de crise política ou da nacionalidade. As Forças Armadas nunca tiveram ganância pelo Poder. O povo sabe que a formação dos militares não é de autoritarismo, assim como conhecem o papel significativo dos mesmos no desenvolvimento nacional.

Percebe-se de forma clara, nos dias atuais, que a população sente a falta da proteção moral do Estado, em face da desmobilização nacional das Forças Armadas, levada a efeito no Governo Fernando Henrique. A corrupção grassa nos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e não há autoridade para tomar uma iniciativa, para contê-la.

Estou prestando serviços na Fundação Cultural Exército Brasileiro e por força deles tenho contato com o meio civil. Observa-se, nessas ocasiões, quando se fala no nome do Exército, que o pessoal respeita, porque sabe que prevalecem honestidade e bons propósitos.

Como o senhor avalia o relacionamento entre as Forças Armadas e a mídia?

Mídia que é a "média" como se fala!... A desmobilização das Forças Armadas retirou da Nação o interesse por notícias que se relacionam com as suas atividades; a mídia vive da oportunidade de assuntos que tragam interesse.

É impositivo que haja a mobilização das Forças Armadas, voltada para dois caminhos que verifico serem importantes: o social e o cultural. O Brasil vem per-

dendo os seus valores culturais diante do desenvolvimento dos meios de comunicações. Nossos filhos conhecem mais a história de outros países do que a brasileira. Quais os valores culturais que devemos preservar na parte da linguagem, da culinária, do artesanato, das crenças? Denomino essa mobilização de reconstrução da família brasileira, para a preservação da Cultura do Brasil.

As Forças Armadas podem fazer muito nesse aspecto. Fiz um trabalho – uma página apenas – que intitulei de "Soldados da Ordem e do Progresso". Como "Soldados da Ordem", a instrução militar no Brasil tem garantido a defesa da Pátria. Precisamos ter "Soldados do Progresso" que protejam a Nação contra os seus "inimigos invisíveis" que minam a sociedade por meio de ações sociais criminosas, desde as drogas, passando pela corrupção e justiça seletiva até os preconceitos e exploração econômica.

A reestruturação da instrução militar levaria ao soldado conhecimentos sobre Direitos Humanos, Primeiros Socorros, Combate a Incêndio, Ecologia, Saúde Pública, Valores Nacionais e muitos outros. A ação dos "Soldados do Progresso" garante a expansão das atividades subsidiárias do Exército para a sociedade brasileira e fortalece as políticas públicas defendidas pelo Governo. Estou certo de que o relacionamento entre Exército e sociedade tornar-se-ia muito mais saudável.

Coronel Negrão, o senhor gostaria de mencionar algum outro episódio ou aduzir algo mais acerca da Revolução de 1964?

Citei o que acho importante sobre a Revolução de 1964 e, me perdoe, mas ela começou com o General Castello Branco que criou a estrutura da "dita dura", justamente na Constituição de 1967. Se analisada politicamente, verifica-se que essa Carta consolidava muito o Estado. Veio baseada na transitoriedade da nova situação, de modo a não impedir a evolução política, conforme se pode constatar, ao se examinarem os seus artigos.

Outro ponto importante foi a consolidação de Brasília, visto que muitos desejavam retorno da Capital do País, ao Rio de Janeiro. Espero que um dia Brasília faça justiça ao Presidente Castello Branco. Não se trata de apagar o Presidente Juscelino Kubitschek. Aliás, a interiorização da capital foi inspirada e conduzida por militares desde muito tempo, visando a consolidação e manutenção do nosso território.

O senhor tem uma história sobre a mudança da ESG para Brasília?

Dentro dessa idéia de consolidação da nova Capital, havia interesse em levar a ESG para Brasília. Foi em 1979, durante o Governo Ernesto Geisel. A construção foi

iniciada no local onde atualmente está o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, perto do lago. Logo verificou-se a dificuldade em trazer professor, conferencista, alojar os alunos e outras dificuldades da novel Capital. Um dia, encontrava-me, por acaso, no gabinete do Presidente Geisel – era Chefe da Seção de Informações do gabinete do General Octávio Aguiar de Medeiros, Chefe do SNI – quando o Presidente, olhando na direção do lago, disse: "Pode parar essas obras, não vou trazer a ESG para cá."

E não veio. Ficou aquela obra parada até que o sargento (Sargento Correia) que tinha sido meu furriel na Companhia do Quartel-General da 1ª Divisão de Infantaria, no Rio de Janeiro e que, há muitos anos presidia o Clube dos Subtenentes e Sargentos, cuja sede era localizada no bairro do Rocha, naquela cidade carioca, pediu uma audiência ao General Danilo Venturini, Chefe do Gabinete Militar do Presidente Figueiredo. Enquanto aguardava ser atendido, ficamos conversando. Nessa oportunidade, ocupava o cargo de Assistente do General Venturini.

Disse-me ele que queria trazer o Clube para Brasília; aí lembrei-me daquela história da ESG. Falei com o General Venturini, o Presidente Figueiredo concordou e deu dinheiro para terminar a obra. Compareci à festa de inauguração do clube, acompanhando o Presidente Figueiredo e o General Venturini.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar aqui no Projeto de História Oral do Exército – Revolução de 1964?

Tive a ventura de ser Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, no início da Revolução e ter trabalhado no Gabinete Militar do Presidente Figueiredo, último mandatário do ciclo militar. Os militares cumpriram o seu papel.

As desavenças e sofrimentos, de ambos os lados, graças a Deus não geraram ódios. As medidas foram tomadas segundo a consciência de cada lado, sempre julgando estar fazendo o melhor para o País.

Fizemos uma Revolução de Reafirmação Democrática que, no nascedouro, já prometia restituir o Governo, após fortalecer o Estado, para defender-se das ideologias extremistas que queriam destruí-lo. Os que adotaram tais sistemas de idéias, para sobreviver, em vez de lutarem dentro do processo político normal do País, procuraram o caminho da violência.

Os militares não quiseram mandar no País. Eles agiram de acordo com Alfred de Vigny: "Servir o País e ter grandeza para não cobiçar o Poder." Pensamento que desde o início de nossa República orientou as ações militares brasileiras e se materializou na estratégia para a reafirmação democrática consolidada pelo General Castello Branco, desde 31 de março de 1964.

Coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Em 1963, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em dezembro de 1965.
- Dentre as principais funções exercidas, destacam-se, como major: Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República; Oficial de Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva. Como tenente-coronel: Oficial de Gabinete do Ministro do Exército. Como coronel: Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, Uberlândia, MG; Adjunto e posteriormente Chefe da Assessoria/3 (Técnica, Legislação e Doutrina) do Departamento Geral de Serviços (DGS); e Chefe de Gabinete da Secretário Nacional Antidrogas.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na República Oriental do Uruguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Manutenção-Auto da Escola de Material Bélico do Exército (EsMB); Inteligência, categoria C-1, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Graduou-se em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), em 1972.
- Em 1964, cursava a AMAN. Participou, como capitão, do combate à Guerrilha do Araguaia.

Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2003.

Coronel Madruga, pela leitura do currículo percebemos o grande envolvimento de sua vida militar no combate à subversão. Desse modo, iniciaremos a entrevista, perguntando como a carreira militar o posicionou na luta contra a subversão radical?

A minha primeira atividade nas ações realizadas pela Contra-Revolução de 1964, ocorreu ainda na AMAN, como cadete do 2º ano da Arma de Infantaria. No dia 1º de abril, desloquei-me com o Corpo de Cadetes na direção de Barra Mansa, para a Região de Ribeirão da Divisa, a fim de estabelecer uma posição defensiva. Ao retornar à Academia, ainda permaneci durante algum tempo como um dos componentes da equipe de segurança, responsável pelos presos políticos. Como Aspirante, em 1966, fui servir no então 10º Batalhão de Caçadores (10º BC), de Goiânia e, na segunda quinzena do mesmo ano, fui designado para investigar as atividades subversivas no movimento político-estudantil, no Estado de Goiás, fato que deu origem a um IPM de grandes proporções. Em julho de 1967, fui transferido para a 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar, Rio de Janeiro, RJ, organização militar, à época, bastante envolvida com o combate à subversão.

Nela permaneci até junho de 1969, quando fui transferido para o 1º Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (1º BPEB). Durante esse período participei de várias ações de segurança. No BPEB, após um curto período de tempo como Subcomandante da 3ª Companhia de Polícia do Exército, assumi, em seguida, o comando do Pelotão de Investigação Criminal (PIC) e a função de Diretor do Presídio. Exercendo estas funções, ainda realizei, com aproveitamento, o Curso de Treinamento de Busca de Informações e o estágio de investigações criminais na Academia Nacional de Polícia.

Em 4 de abril de 1972, fui transferido para o Centro de Operações de Defesa Interna da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (CODI/3ª Bda Inf Mtz), tendo assumido, a 11 de maio, o comando do Destacamento de Operações de Informações (DOI) da Brigada em questão. Neste mesmo ano, iniciaram-se as primeiras atividades de combate à Guerrilha do Araguaia, e lá estive. Posteriormente, no início do ano de 1974, fui designado para realizar o Curso de Informações Categoria "C" – Operações, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Terminando o curso fui designado para o DOI da 6ª Região Militar, onde permaneci, aproximadamente, três anos. Nos idos de 1980, pertenci aos quadros da Seção de Operações do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em 1984, fui o E/2 da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, de onde saí transferido para o Centro de Inteligência do Exército (CIE).

Como é possível verificar, fui exercendo essas funções, nas Escolas, Serviços e Unidades direcionadas para a contra-subversão, naturalmente.

Como aconteceu a sua participação no combate à Guerrilha do Araguaia?

Na época, era Capitão Comandante do PIC e respondia pelo Comando do DOI/ 3ª Bda Inf Mtz. Então, tive a oportunidade de participar efetivamente no combate à Guerrilha do Araguaia, desde o seu início que podemos considerar como sendo a 12 de abril de 1972, e acompanhei o desenrolar da mesma até janeiro de 1974. E ainda participei de todo o planejamento e execução da Operação de Inteligência, conhecida como Operação Sucuri, iniciada a 14 de maio e finda a 8 de outubro de 1973.

Quais foram as missões e os momentos mais difíceis?

Entendo que os momentos mais difíceis possivelmente não tenham ocorrido durante o combate à Guerrilha do Araguaia e sim durante as várias situações nas quais tivemos que reagir contra disparos de armas de fogo realizadas por elementos terroristas, "estouro de aparelhos" e outros. Quanto à missão mais difícil, sem dúvida alguma, foi a realizada quando ocupei o cargo de Subcoordenador da Operação Sucuri.

Coronel Madruga, o que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo praticados por extremistas?

As ações de guerrilha e de terrorismo foram conseqüência de uma divisão ocorrida no Partido Comunista da antiga URSS, depois da adoção da tese de Coexistência Pacífica, durante o seu XX Congresso, em 1956. Aqueles que não concordaram com a mesma, optaram pela luta armada, para atingir seus objetivos de tomada do Poder.

A maioria dos quadros vivia na clandestinidade e o dinheiro para sobreviver era obtido em assaltos a bancos e carros pagadores. Seguiram-se então os assassinatos. Trata-se de período triste que foi imposto ao Brasil por grupos ideologicamente fanáticos, com inúmeros episódios de atentados a bomba, que resultaram em vítimas, como o do Aeroporto dos Guararapes, em Recife, e o do QG do II Exército, em São Paulo, além de execuções sumárias, exemplo do Capitão Chandler, do Exército dos EUA, e de seqüestros de representantes diplomáticos creditados no Brasil.

Como bem escreve o Presidente João Figueiredo em sua mensagem número 59 de 1979 ao Congresso Nacional, relacionada com a Anistia, "o terrorismo não é um crime político, pois ele não se volta contra o Governo, o Regime ou mesmo contra o Estado". Sua ação é contra a humanidade. Mas no Brasil, mesmo os terroristas foram anistiados e aí estão, muitos deles, ocupando posição de destaque na vida nacional.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Em hipótese alguma. A verdade é que já em 1961, com a adoção do emprego da luta armada por parte de algumas organizações comunistas, dentre elas o Partido Comunista do Brasil (PC do B), muitos militantes foram enviados a campos de instrução de países como a China, Cuba, Argélia, Albânia e outros, para realizarem cursos de guerrilha e de ações de terrorismo.

Os canais para manifestação dos opositores ao regime só deixaram de existir durante um pequeno espaço de tempo, após a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. É importante que se diga que, no Brasil, existiu um regime de exceção sim, porém nunca uma "ditadura". E isto tanto é verdade que o Poder Judiciário funcionou sem interrupção e o Congresso esteve em recesso por um período mínimo de tempo.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada é uma das formas de luta de classes, consistindo no emprego de meios violentos para a solução de conflitos sociais. Segundo marxistas-leninistas e os trotskistas, nunca é uma iniciativa dos revolucionários, sendo sempre uma resposta do "proletariado" às ações do governo burguês que não quer se deixar depor. Empregando a violência revolucionária, a luta armada tem como objetivo "derrubar a burguesia", tomar o Poder e implantar a "ditadura do proletariado". A orientação e o apoio externo, como já foi dito, eram buscados, principalmente na China, Cuba e Albânia. No entanto, não podemos nos esquecer da URSS e da Argélia.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Poderia citar exemplos, se for o caso?

Creio que sim. E quem não erra? Porém entendo que o erro capital do Movimento de 1964 foi não ter se preparado para desmistificar relatos misteriosos e facciosos em matérias jornalísticas, em documentos de partidos de esquerda e, acima de tudo, para combater declarações fantasiosas dos militantes comunistas. Tivesse o Governo Contra-Revolucionário escrito e publicado uma obra como foi feito no Uruguai, que publicou um livro com o título "O Testemunho de uma Nação Agredida", contando os detalhes das bárbaras ações cometidas pelas esquerdas, muito do que ocorre hoje no Brasil teria sido evitado.

O senhor julga que a Revolução de 1964 muito se demorou no governo do País?

Penso que se a Contra-Revolução tivesse durado um espaço de tempo menor teria sido melhor, pois haveria um menor desgaste das Forças Armadas e, em parti-

cular, do Exército. Entendo, no entanto, que isto não foi possível devido à intolerância das esquerdas. Não fossem os comunistas insensatos, precipitados e radicais, por certo o País teria retornado à normalidade em menor espaço de tempo.

Como o senhor avalia o atual relacionamento das Forças Armadas com a mídia e o meio intelectual? O que fazer?

Não possuo dados de convencimento, mas suponho que com o passar dos tempos o relacionamento com a mídia não infiltrada e com os intelectuais não marxistas-leninistas tenha melhorado. No entanto, com relação aos comunistas de todos os matizes, este relacionamento jamais vai melhorar, porque os comunistas, de uma maneira geral, são irredutíveis. Mesmo assim, penso que algo poderia ser feito, se é que já não existe, como por exemplo criar no Centro de Comunicação Social do Exército uma Assessoria com a missão específica nesta área, como já acontece com a Assessoria Parlamentar, no Congresso, ou algo semelhante. Trata-se de área importante e sensível. Ainda estamos perdendo a guerra das comunicações.

O senhor acredita que haverá um maior reconhecimento pelo trabalho desempenhado pela Revolução no futuro?

Certamente. A História vai se incumbir desta missão. No entanto é preciso que a Contra-Revolução não fique envergonhada para que não apareçam outros Élio Gáspari. Muitos dos que fizeram a Contra-Revolução aí estão e são eles que têm que fazer a sua parte, escrevendo e desmistificando tantas inverdades. Eu estou fazendo a minha. A Contra-Revolução e aqueles que como eu, na linha de frente e de armas nas mãos, enfrentaram o comunismo armado devem ter é sentimento de orgulho.

Por que o senhor escreveu o livro sobre a "Guerrilha do Araguaia"?

As razões foram várias, mas as principais seriam as seguintes: mostrar que a Guerra Revolucionária foi iniciada pelas esquerdas e que ao Governo estabelecido não restou outra alternativa a não ser defender a democracia. Depois, deixar explícito que em uma contenda cada um conta os fatos de acordo com seus interesses, mas que, no caso dos comunistas, o uso das palavras, a falácia e a mentira são consideradas técnicas de combate e o fim justifica os meios. Assim, os comunistas não roubam, não assaltam bancos. Eles fazem expropriação! Não matam, não assassinam. Fazem justiçamento. Em terceiro lugar, contribuir para que a sociedade brasileira conheça a verdade dos fatos políticos/ideológicos anteriores ao chamado período de exceção, desde dos idos de 1908 com a criação por imigrantes italianos e espanhóis, da primeira Confederação Operária Brasileira (COB), de cunho anarquista, até os dias atuais.

Finalmente, mostrar que o silêncio das Forças Armadas tem sido mantido pela crença ética, mas ingênua, nos resultados da Anistia concedida. A falta de versão oficial permitiu que os comunistas transformassem seus atos abomináveis em lenda, e esta lenda se transformou em mito perverso que, até hoje, ganha gordos espaços e manchetes na mídia infiltrada e dominada pelas esquerdas, sem nenhum compromisso com a verdade histórica.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional (MCI)? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Não desapareceu e, talvez, não venha a desaparecer nunca, porque sempre haverá "na face da Terra" aqueles dispostos a remarem na contramão da História.

O MCI aí está, logicamente com outra roupagem, realizando trabalho profícuo em prol da causa que defendem. Não podemos deixar de citar que nas Américas, o instrumento organizador da guerra irregular é o Foro de São Paulo criado pelo senhor Luís Inácio Lula da Silva, Comandante Fidel Castro e outros e que representa uma rearticulação das antigas redes que promoviam a guerra revolucionária e o internacionalismo na Região, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Desde 1995, as redes do Foro de São Paulo encontram-se em uma ativa escalada de ações em vários países, com diferentes graus de sucesso, mas que demonstram, de maneira inquestionável, as suas intenções desestabilizadoras. No caso brasileiro, citamos como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos componentes brasileiro do Foro.

No Brasil, o PT chegou ao Governo, mas sabe que não detém o Poder. Então, enquanto compra com favores e com vil metal a consciência dos componentes do Congresso Nacional, tem enfrentado problemas com o Judiciário. No entanto, deve continuar adotando a estratégia da lassidão e assim permanecerá, buscando cooptar autoridades e as massas para ,em seguida, tomar de assalto os dois poderes restantes.

Coronel Madruga, gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964?

Desejo destacar que o inimigo vencido não está derrotado. Pelo contrário, está fortalecido, enquanto a sociedade brasileira está com medo de reagir ao atual estado de coisas que se implantou no Brasil; razão pela qual poderemos vir a pagar com o sangue dos nossos filhos, o silêncio de nossas vozes e a omissão de ações efetivas e próprias de democratas convictos. Lembremos que os outrora destronados hoje estão no Governo e os aproveitadores do povo são seus aliados por formação corrupta. A Nação brasileira precisa despertar.

Major João Barcelos de Souza

Nasceu na Cidade de Tubarão, SC, em dezembro de 1922. Ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1º de fevereiro de 1942, como soldado da Base Aérea de Canoas, RS. Cursou a Escola de Especialistas da Aeronáutica no Galeão, RJ, nos anos de 1945/1946, sendo declarado sargento escrevente-almoxarife e classificado no quartel-general da 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre.

Em junho de 1955, concluiu a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica, sendo declarado Aspirante-a-Oficial. Retornou à Base Aérea de Canoas, onde foi promovido a 2º-tenente. Naquela OM desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Chefe do Serviço de Guarda e Segurança Interna e Comandante de Companhia de Infantaria de Guarda.

Vivenciou intensamente os episódios da Legalidade e da Revolução de 1964, desta feita já como capitão desde abril de 1962. Nesse ano cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em abril de 1966 foi promovido a major.

Após sua transferência para a Reserva em abril de 1966, bacharelou-se pela Faculdade de Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAMECOS/PUC-RS) em Jornalismo, Relações Públicas e Propaganda/Publicidade. Entre 1970/1979 desempenhou a função de porta-voz oficial da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, por ser o Diretor da Divisão de Relações Públicas.

Participou de inúmeros cursos e seminários relacionados à atividade de Segurança e Relações Públicas e de Comunicação Social. É autor da tese "Colocação das Técnicas de Relações Públicas nos Programas de Segurança Pública" e das obras, já publicadas, "Segurança Pública e Comunicação" e "Os Fatos sem Retoque", esta uma coleção em quatro volumes, abrangendo desde o Governo Jânio Quadros até a época da morte de Tancredo Neves.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com diversas condecorações outorgadas pela FAB, sendo destaque a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.

---

* Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio Grande do Sul, pelo General João Carlos Rotta e Coronel Luiz Alberto de Oliveira Francez, em 11 de abril de 2002.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem a oportunidade de entrevistar o Major João Barcelos de Souza, da Força Aérea Brasileira, que participou de maneira muito efetiva de fatos que desembocaram na Revolução de 1964. Posteriormente, durante quase uma década, fez parte da equipe da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

São fatos dos quais ouvimos falar em outras entrevistas e sobre os quais agora teremos a confirmação, porque o senhor não só foi participante como escreveu uma coleção de quatro volumes sobre todo esse período, incluindo os antecedentes, como a Legalidade, para nós de inegável importância como uma das causas da Revolução. Por que o Exército ficou tão unido em 1964? E por que tudo foi muito mais tranqüilo do que na Legalidade?

Realmente, a Legalidade nos ensinou como não se deveria proceder; durante a Revolução aqueles ensinamentos foram aplicados e com êxito.

Na Legalidade eu era Capitão sem curso da EsAO e servia em Curitiba onde participei dos acontecimentos; saímos dos quartéis, fomos para a fronteira de São Paulo etc. Dois anos depois, em 1963, fui cursar a EsAO. Na Escola, recebi instrução sobre as primeira, segunda e terceira fases da Guerra Revolucionária. Houve uma palestra sobre o que tinha acontecido nas colônias da França e na tomada do Poder nos países dos Bálcãs. Após a conclusão do curso, voltamos ao interior, para onde levamos aquela mensagem. Então, em 1964 o Exército estava muito mais coeso. Embora aqui no Sul, ainda por causa da Legalidade, tenha ocorrido alguns casos até graves. Inclusive lá na Base.

Com a palavra o Major João Barcelos de Souza:

Agradeço, sensibilizado, a deferência do convite que a mim foi feito, para que prestasse algumas informações, conforme meus recursos disponíveis, porque essa seqüência de fatos que enumerarei fazem parte dos livros que escrevi – "Os Fatos sem Retoque". São quatro volumes que abrangem um quarto de século do nosso Brasil, desde 1961 a 1985. No primeiro volume, abordo os governos Jânio e Jango; no segundo, Castello Branco e Costa e Silva; no terceiro, Médici e Geisel e, no quarto e último volume, Figueiredo, encerrando com a eleição e morte de Tancredo Neves.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

No meu entender foi uma Contra-revolução, porque a revolução estava preparada para eclodir no dia 1º de maio, conforme o então Deputado Leonel de Moura Brizola anunciara para o Adhemar de Barros. A Capital de São Paulo fora escolhida para sediar o início do evento, conforme declarou o próprio Governador paulista. Por algum tempo, manteve silêncio, porque eram aliados políticos. Mas Adhemar

viu mais alto e rompeu, uns meses antes, com a turma do Brizola. Dentre as causas, é possível alinhar a imagem distorcida do Brasil, veiculada através de um simulacro de autoridade, que procurava atribuir a impotência da Nação a um conúbio de forças internas e externas, articuladas para impedir o nosso desenvolvimento, estrangular a nossa independência e aviltar a nossa democracia. Na ânsia de provocar a indignação coletiva contra as instituições e o próprio regime, a cupidez de Poder não evitava nem mesmo em inventar uma imagem propositadamente enxovalhada do Brasil, espoliado pelas grandes potências capitalistas e amarrado e garroteado por dentro.

O Governo queria passar a imagem de uma Nação que não poderia crescer nem se afirmar soberanamente. Mas, ante a aparente passividade com que puderam agir por algum tempo, os empreiteiros da desordem e da desorganização não notaram que o País cedo se cansaria da mistificação. Vimos, então, o desgoverno e o descalabro despertarem a Nação para a defesa da legalidade conspurcada.

Nas Forças Armadas crescia a necessidade da Revolução, já reclamada também por ponderáveis e decisivas parcelas no meio civil. Os militares congregaram-se contra os males que humilhavam e deprimiam a Nação, a saber:

– obstinação de fechar o Congresso Nacional;

– o emprego destrutivo do trabalhador contra o trabalho;

– o estudante seviciado e lançado contra a educação;

– o crescente desrespeito à propriedade;

– a progressiva formação das "forças armadas do povo";

– a mistificação de uma estranha política externa, rotulada de independente e,

– no fundo daquela subversão, a desordem financeira para a insurreição encomendada e para o gozo do Poder.

Eis, pois, o desafio que o Governo revolucionário teria que enfrentar. Nos campos econômico e institucional; no impasse de toda a ordem: militar, sindical, estudantil, fiscal, cambial, dos serviços de infra-estrutura, habitacional, das políticas mineral, rural e internacional. A solução exigia modernização dos instrumentos e das instituições, todos atacados brilhantemente no primeiro Governo revolucionário que coube ao digno Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

A situação de desagregação reinante preocupava muito e a tomada do Poder somente foi considerada inevitável a partir do famoso comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964. Nesse dia João Goulart, que até então vinha se negando a seguir a pregação de derrubada do regime democrático, para a implantação de um regime totalitário de esquerda comunista, foi à praça pública com toda a cúpula governamental, para dizer de maneira clara o que estava sendo preparado.

Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), resolveu, então, elaborar um manifesto. Tal documento, datado de 20 de março, embora vedado à divulgação pelos meios de comunicação, foi tido como de grande impacto, cujo conteúdo, em linguagem elevada e abrangente, não deixava qualquer dúvida do que estaria para acontecer. Ele foi distribuído a todos os oficiais-generais do Exército, aos militares do EME e às demais organizações subordinadas, além de outras autoridades como o próprio Presidente da República e os ministros militares.

Foi somente a partir desta data que se passou a cogitar de maneira efetiva da necessidade de uma tomada de posição "antes que a casa caísse". O desencadeamento da Contra-revolução, como disse, na minha ótica, foi planejado para o dia 2 de abril de 1964. A precipitação, contudo, do Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, e dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, antecipando a data para 31 de março, não fosse o desespero reinante na Nação brasileira com tudo o que vinha acontecendo, poderia ter baldado a intenção dos coordenadores da ação, cuja chefia estava a cargo do Marechal Castello Branco.

Mas, como as instituições políticas estavam caindo de podre, em 48h tudo já estava quase serenado e acontecera apenas pequenos senões.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação do Movimento de 1964?

No que tange às pessoas e grupos organizados que contribuíram para a adoção de medidas que pusessem um fim em tudo aquilo que vinha acontecendo no País, dentre outras, devemos ressaltar a valiosa contribuição do Deputado Bilac Pinto, presidente da União Democrática Nacional (UDN) e muito amigo do Castello Branco. Foi quem mais denunciou as manobras que vinham sendo feitas pelas esquerdas e pelos grupos subversivos visando tomar o Poder, a fim de implantar um regime totalitário.

Periodicamente vinha a público, dando como exemplos fatos devidamente documentados, principalmente na área de São Paulo, onde a trama subversiva era mais intensa. Foi realmente um elemento valioso para os órgãos de informações, porque seus depoimentos eram tomados como base do que vinha acontecendo em todo o território nacional.

Outros elementos, também de grande relevo, prestaram grandes serviços. Em São Paulo, as classes produtoras divulgaram um violento manifesto, por considerarem tremendamente ofensivas aos homens da indústria, do comércio e ruralistas as palavras pronunciadas pelo Presidente da República no comício da Central do Brasil.

Por sua vez, as palavras agressivas de Jango aumentaram ainda mais as tensões entre o Congresso Nacional e o Executivo. Chamou-se a atenção para a ameaça velada

que havia sido dirigida ao Poder desarmado, sugerindo-se, até mesmo, a votação urgente do *impeachment* de Goulart, como única forma de preservação do Parlamento. Publicamente, pela primeira vez, Jango confirmou a afinidade com as idéias subversivas que vinha pregando o seu cunhado, Deputado Leonel Brizola.

Por outro lado, como mais um exemplo da situação de repúdio a tudo o que vinha acontecendo naquele momento, foi realizada em São Paulo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", com a presença das esposas dos governadores Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Ildo Menegheti e Lomanto Júnior, em uma impressionante parada de civismo, uma concentração de incalculável multidão que, partindo da Praça da República, percorreu diversas ruas da cidade.

Vários oradores se manifestaram, tendo o Senador Padre Calazans afirmado que o povo estava ali para dizer aos senhores João Goulart e Leonel Brizola que, se necessário, lutaria pela sua liberdade e pela defesa da democracia. Era preciso dar um basta à demagogia, à usurpação, à falsidade e ao comunismo. As mulheres tiveram grande atuação naquela manifestação pública. Todas com um terço na mão e pedindo ao Criador que olhasse o que estava acontecendo no seio da Nação brasileira.

Vários outros exemplos de manifestação em todos os quadrantes do Brasil foram levados a efeito.

No seu ponto de vista, onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

A resistência à derrubada do João Goulart do Poder, praticamente, foi nula, comparando-se com a grandiosidade do evento. Todavia, a maior resistência mesmo, acredito, aconteceu no Rio Grande do Sul, mais precisamente em Porto Alegre.

Tão logo o Jango tomou conhecimento de que as tropas federais de Minas marchavam para o Rio de Janeiro e Brasília visando a sua deposição, ele se apressou em designar o General Ladário Pereira Telles para o comando do III Exército, com sede em Porto Alegre, onde já se encontrava o Deputado Leonel Brizola.

O General Ladário deixou um documento dando conta daqueles instantes. Disse que ao chegar ao seu Gabinete na 1ª Região Militar, Rio de Janeiro, às 13h do dia 31 de março, tomou conhecimento da rebelião deflagrada na 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora. Os boatos eram os mais variados possíveis, causando intenso nervosismo em todos. Sua primeira providência foi mandar guarnecer, com tropa armada, todos os locais de acesso às instalações daquela Grande Unidade, com ordem de repelir pelo fogo quem se atrevesse a atacar, pois os comentários giravam em torno de um *putsch* no Ministério da Guerra.

Duas horas depois, foi convocado a comparecer ao Gabinete do Jango onde, dentre outras coisas, recebeu a missão de comandar o III Exército, a fim de organi-

zar a resistência ao Movimento. Chegando a Porto Alegre e depois de várias tentativas de resistência concluiu que tudo seria inútil. O Presidente, chegando ao Rio Grande do Sul, convenceu-se de que deveria viajar para o Uruguai juntamente com alguns de seus assessores.

Outro que tentou resistir foi o Governador de Goiás, Mauro Borges (Mauro Borges Teixeira), Major do Exército, acabando igualmente por se convencer de que tudo seria inútil. Esporadicamente, aconteceu alguma resistência com menor intensidade em outros pontos isolados do território nacional.

Como a população reagiu à vitória da Revolução?

A não ser pelos problemas já narrados, a Revolução foi bem recebida no Rio Grande do Sul. Embora tenha sido talvez o local onde o desfecho final tenha demorado mais, em razão de João Goulart ter regressado ao seu Estado natal, permanecendo até o entardecer de 2 de abril, quando deixou de atender os conselhos de seu cunhado, responsável primeiro pela maioria dos desmandos de Jango.

O povo realmente aceitou a intervenção dos militares na vida política nacional por estar cansado de tantos desmandos, com exceção daqueles que estavam engajados no esquema subversivo ou que nele tenham entrado como verdadeiros inocentes úteis. Desde o início, a grande maioria da população aplaudiu o desfecho final, haja vista que, em todo o período em que os militares estiveram à testa dos destinos da Nação, as eleições sempre deram o apoio indispensável nas urnas, com algumas exceções.

Até o fim dos governos militares, a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional era composta de políticos que davam sustentação ao regime reinante. Lamentavelmente, o General João Figueiredo, o último a ocupar o Poder, embora tenha feito uma campanha satisfatória para garantir o sexto presidente, não soube conduzir as eleições do seu substituto e, suas manobras de aprendiz, provocaram, inclusive, o aconselhamento do General Ernesto Geisel.

O que mais se esperava dos novos governantes?

O grande alento da maioria da sociedade brasileira era que os governantes pusessem um fim aos desencantos que a Nação vinha vivendo, principalmente nos dois últimos anos, com os desmandos em todas as esferas da administração, em decorrência das sucessivas greves e protestos.

Foram oportunas as providências tomadas pelos novos dirigentes procurando colocar em ordem a vida nacional, cujos resultados até hoje se fazem sentir, melhorando a atuação dos novos governos que sucederam os militares no Poder,

quando da volta à normalidade plena da vida democrática brasileira. A Revolução se caracterizou por um executivo forte e não uma "ditadura militar", jargão que os revanchistas de plantão costumam alardear, principalmente para justificar seus erros.

Não fosse a infra-estrutura deixada pelos militares, certamente o Brasil estaria hoje em nível de incrível atraso, pois, durante o período revolucionário, a economia atingiu níveis invejáveis de crescimento, não alcançados nem mesmo por países de primeiro mundo. O incremento do Produto Interno Bruto (PIB), chegou a mais de 13% ao ano. O Brasil que ocupava o 54º lugar no concerto das nações mais ricas do mundo ascendeu ao oitavo lugar. Todo esse progresso brasileiro, ocorreu, principalmente, durante o Governo de Emílio Garrastazu Médici, no chamado "milagre brasileiro". Vários países mandaram observadores econômicos ao Brasil para tomarem conhecimento de como aquilo estava acontecendo, pois não havia precedentes, não só aqui, como de resto em outras nações.

O senhor considera que a atuação dos políticos e a ação do terrorismo foram as causas da escalada revolucionária e da edição dos Atos Institucionais?

A "ideologia do terror" no Brasil. O terrorismo teve o seu marco principal quando a vida nacional procurava se normalizar, já que Castello Branco passou o Governo para o Costa e Silva em 15 de março de 1967, sem qualquer ato revolucionário. A partir daquela data entrava em vigor a nova Constituição contendo todos os ensinamentos adquiridos para uma administração sadia. Justamente a partir de julho de 1967, no Governo Costa e Silva, teve início o terror sanguinário, quando Carlos Marighella foi convidado, oficialmente, para participar, em Cuba, da Conferência que criou a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Até então as ações terroristas se desenvolviam de maneira desordenada e sem eficácia, uma conseqüência dos seus protagonistas pouco ou quase nada saberem das modernas técnicas de guerrilha urbana e rural que vinham sendo empregadas em outros países com resultados bem mais satisfatórios. Diante dos ensinamentos que havia colhido no conclave, Marighella resolve, em meados de agosto do mesmo ano, romper definitivamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que significava total apoio e solidariedade às resoluções adotadas pela entidade cubana.

Suas primeiras declarações, feitas em agosto, revelando o que assimilara na conferência da OLAS, foram de que, no Brasil, existiam forças revolucionárias convencidas de que o dever de todo revolucionário era fazer revoluções. Disse ainda que, tais forças, em preparação no seu País, jamais o condenariam, como fazia o Comitê Central do PCB, somente pelo fato de haver viajado para Cuba e se solidarizado com a OLAS e com a revolução cubana. E concluiu afirmando que a experiência

cubana havia ensinado o acerto da teoria marxista-leninista, que era a única maneira de resolver os problemas do povo, pois a conquista do Poder somente seria possível pela violência das massas, com a destruição do aparelho burocrático e militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo, com a conseqüente substituição pelo povo armado.

Assim, surgia no Brasil a Ação Libertadora Nacional (ALN), uma organização terrorista das mais atuantes e sanguinárias, tendo como um de seus líderes Carlos Marighella. A partir daquele momento, as ações terroristas passaram a atuar dentro de um novo enfoque que infernizava a vida nacional. Surgiu um sem-número de grupos de terror, perto de quarenta deles.

Até aquela data, tínhamos apenas quatro Atos Institucionais (AI), sendo que o primeiro fora baixado pelo Comando Supremo da Revolução e os outros três por Castello Branco. O Governo de Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), cuja abrangência era, sem qualquer dúvida, superior aos quatro iniciais, pois nem mesmo continha prazo de validade. Ele aconteceu em razão do conhecido episódio do Deputado Márcio Moreira Alves e vigorou de 13 de dezembro de 1968 até 31 de dezembro de 1978, quando foi revogado pelo Governo Geisel para que Figueiredo passasse a governar tão-somente com a nova Constituição.

É interessante esta sua assertiva, porque outros indicam a data daquele atentado no aeroporto dos Guararapes, contra o Costa e Silva, como o marco inicial do terrorismo. Ali foi um ato terrorista realmente.

Um ato terrorista com o dedo do Fidel Castro.

É, talvez a sua posição esteja mais correta. A partir do momento que ele voltou de lá, escreveu a cartilha, divulgou-a adequadamente...

Só para complementar. O livro de cabeceira do terrorismo alemão era a cartilha do Marighella. Por aí se pode ver o que sobrou para nós!

No segundo volume da minha coleção há um capítulo que trata da "ideologia do terror" no Brasil.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Os governos militares cumpriram a missão a que a Contra-revolução se propôs, tirando a vida nacional do caos reinante. Cada um deles resolveu os problemas que lhe diziam respeito, de maneira que o Governo seguinte se preocupasse apenas com a nova etapa a ser cumprida.

Castello Branco, primeiro Governo da Revolução, tinha em mente passar o cargo a um civil, tão logo terminasse o período do mandato do Jânio Quadros/João Goulart. Todavia, uma sucessão de fatos fez com que tal meta fosse mudada, tendo seu

mandato sido prorrogado, contrariando até seu pedido feito ao Congresso Nacional, através de um político da sua confiança.

Toda vez, principalmente no Governo Castello Branco, que se tentava afrouxar as normas repressivas, os detratores da Pátria interpretavam aquele ato como fraqueza revolucionária, resultando em novas e mais duras medidas para conter o impulso revanchista.

Médici enfrentou o auge da subversão, tendo que tomar medidas drásticas para que a ação terrorista fosse contida. No início de seu Governo, até mesmo antes de sua posse, viu-se envolvido com uma série de seqüestros de embaixadores e cônsules, tendo que fazer, até mesmo, algumas concessões para que a vida do seqüestrado fosse poupada. A guerrilha do Araguaia foi outro "peso-pesado" para Médici. Para sua eliminação também teve que fazer certas concessões que até a presente data não vieram a público; passou o Governo para o Geisel praticamente com a subversão saneada. Embora considerado o Presidente mais popular do Brasil, mais do que o próprio Getúlio Vargas, pois alcançou índices de aprovação superiores a 85%, é tido pelos revanchistas de plantão como o Presidente sanguinário da Revolução, contrariando assim a sua salutar administração.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Os métodos empregados para derrotar o terrorismo foram compatíveis com o que a situação exigia; é claro que houve alguns excessos em ambos os lados. Mas devemos considerar que não se tratava de uma guerra convencional, onde os métodos e processos empregados seguem os tratados internacionais. Na Guerra Revolucionária vale tudo e a reação à repressão são conduzidas de acordo com o grau de ação do inimigo.

Alardeiam-se apenas os excessos cometidos por parte das forças legalistas, mas devemos considerar que muita coisa feita fora do recomendado pelas autoridades responsáveis fica por conta de desvios de conduta e de personalidade, cujo grau de intensidade varia de acordo com a tensão vivida pelo indivíduo; o que é verdadeiro para ambos os lados. Assim, os métodos no combate ao terrorismo estiveram em conformidade com a situação vivida.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de oitava economia do mundo etc.) foi realizado a contento?

Os meios de comunicação sempre se desempenharam à altura do papel a desempenhar, divulgando o que estava a seu alcance dentro das normas regidas pela Lei

de Segurança Nacional. A Lei de Imprensa, baixada por Castello Branco em 1967, ainda continua em vigência até a presente data. Considerada como a mais democrática de toda a História do Brasil, não tem um reconhecimento público em razão do "revanchismo" existente no momento.

Todas as tentativas de mudanças, de iniciativa do Congresso Nacional, foram consideradas como tendentes a tornar a legislação mais dura, acabando por ficar em "banho-maria". Devemos considerar que os veículos de jornalismo vivem em função de patrocínios, razão pela qual sempre relevam o lado do patrocinador, notadamente os poderes constituídos que têm verbas vultosas para a propaganda e cujos dirigentes, na maioria políticos, impõem sérias restrições quando têm seus interesses ameaçados.

A investidura de Castello Branco na Presidência da República ensejou uma série de mensagens de países amigos, em número de 68, assim como de organizações não-governamentais, solidarizando-se com a Revolução. Por serem mensagens longas, vamos consignar apenas a enviada pelo Papa Paulo VI, pela sua significação. Ela foi entregue diretamente ao Presidente pelo Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi e dizia o seguinte: "Concedo a bênção especial ao povo e ao novo mandatário brasileiro, com votos de um feliz governo em prol da prosperidade do povo brasileiro."

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

O desengajamento das Forças Armadas após o ciclo revolucionário foi feito em cumprimento às regras traçadas. Cada um dos governos militares deu continuidade administrativa ao País, sem se descurar, todavia, da segurança nacional, que se constituía no fator mais importante para o saneamento da vida nacional.

Se a Revolução durou vinte anos, tempo por demais longo dentro da previsão inicial – de apenas cumprir o resto do mandato de João Goulart – foi devido às circunstâncias dos movimentos subversivos e ao terrorismo desenfreado reinante em várias frentes. A área militar, notadamente a cúpula do Exército, há muito queria o encerramento do período revolucionário; esperava-se apenas o momento oportuno.

Na minha ótica, o último Presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo, deixou algumas seqüelas durante o seu mandato pela maneira como se portava, esquecendo-se de que a idade social de uma autoridade como o Presidente da República é bem diferente de outras pessoas do povo. A idade social deve estar de acordo com o grau de responsabilidade de cada cidadão. O que pode dizer um cidadão comum é diferente do que pode dizer uma autoridade.

Eu servi com o Figueiredo quando ele foi chefe da Casa Militar do Médici. Era um homem inteligente, redigia muito bem e voltado para as ciências exatas.

É, dizem que era três coroas.

É uma referência ao primeiro lugar obtido nos três cursos do Exército: Escola Militar do Realengo – no caso dele – EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Trabalhei com ele quando era assessor na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e, na ocasião, senti que ele conhecia muito bem os problemas nacionais. Achei que seria um bom Presidente. Reconheço que não correspondeu à expectativa.

O mal do Figueiredo foi falar demais. Ele tinha uma imagem de durão e quis mostrar ao povo que não o era. Criou uma assessoria de comunicação social com *status* de ministério e convidou para chefiá-la o Said Farah, que não entendia do assunto.

E ele, que não sabia para si, doutrinou o Figueiredo, que passou a dizer tolices. No meu ponto de vista aquele episódio de Florianópolis[1] foi o que salvou o Presidente. Aquele fato fez com que não acontecesse no Brasil o que ocorrera na Argentina, onde a revolução tirara o Presidente. Em conseqüência, ele trocou toda a cúpula da comunicação social e, a partir daquele momento, passou a falar uma linguagem diferente.

Há que se policiar muito porque senão a comunicação social se transforma em um tiro que sai pela culatra. No meu livrinho preto falo das duas fases: antes e depois do episódio de Florianópolis.

Mas há um problema, o mandato do Figueiredo, o maior de todos. Outro detalhe. Ele mudou radicalmente depois que foi operado, nos Estados Unidos. Foi operado e caiu na realidade. Ele era tido também como grande cavaleiro, mas não era mais guri e, afinal de contas, tiraram um pedaço do...

Foi ponte de safena?

E das grandes.

Aliás, ele voltou cedo para o trabalho. Andava aos cacos lá no Palácio. E vivia arengando com o Aureliano Chaves que, por sinal, tem uma história de apadrinhamento interessante.

Vivíamos os primórdios da crise do petróleo e o Geisel, ainda candidato, foi às Minas Gerais. O Aureliano era presidente da Arena[2] estadual e na sua palestra apresentou um plano sobre a utilização do álcool como combustível. O Geisel ficou tão impressionado com a explanação dele que o fez, primeiramente, Governador de Minas e, depois, o trouxe como Vice-Presidente da República. Acabou sendo o maior inimigo do Figueiredo.

---

[1] Ruidosa manifestação estudantil de hostilidade ao Presidente.

[2] Aliança Renovadora Nacional (depois PPB – Partido Progressista Brasileiro, e hoje PP – Partido Progressista), partido que sustentava, politicamente, o Governo.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais convincente?

Julgo que foi devolvido aos políticos na hora certa, já que tudo estava nos seus devidos lugares, pronto para ser exercido na sua plenitude. Não havia qualquer perigo de um retorno à escalada da subversão, uma vez que as Forças Armadas haviam cumprido com o seu dever saneando todos os setores da vida nacional, o que lhes permitia efetivar uma necessária ruptura com o domínio do Poder. Suas atribuições constitucionais estiveram desviadas por um longo período, embora a manutenção da ordem interna seja, igualmente, uma delas.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Acho que o "revanchismo" desenfreado que estamos sofrendo, passou dos limites. A anistia, uma benesse das Forças Armadas – abrangendo os dois lados – que perdoou todos os crimes praticados durante o longo período de subversão, no momento só vale para os que estão no Poder. Para eles tudo é válido, até mesmo o que não foi previsto no perdão concedido. Os que cumpriram a lei, reprimindo a desordem generalizada, ou mais precisamente, a subversão e o terrorismo, estão sendo policiados para não assumirem qualquer cargo ou função pública.

Por outro lado, seguidamente, inventam novas leis para beneficiar seus aliados de outrora com indenizações escandalosas, muito embora já tenham sido agraciados com aquilo que a anistia lhes concedeu. Vamos ver até que ponto os injustiçados vão sofrer em silêncio, pois a tolerância já ultrapassou todos os limites.

Vamos tratar, agora, da participação da Força Aérea, aqui no Rio Grande do Sul, na Legalidade e na Revolução. Em 1961 foi o problema do emprego da aviação e da Revolta dos Sargentos contra as ordens do comando. Também o fato de um esquadrão de Cavalaria do Exército ter se aproximado da Base para cercá-la.

Comandado pelo Capitão de Cavalaria Canavó (Ary Canavó), que viera lá do interior a fim de participar na parada de 7 de Setembro. O Comandante da Base tinha pedido reforço e como o referido esquadrão não tinha onde dormir, mandaram-no para lá. Mas o Canavó não queria nada.

O senhor poderia dizer, sucintamente, o que aconteceu na Base durante a Legalidade?

Darei meu testemunho porque fui um dos personagens quando o Jânio renunciou. Eu estava em Canoas, no bairro Niterói, construindo a minha casa. Mais ou menos às 2h da tarde, o meu fornecedor de janelas e portas disse:

– Bah, Capitão! Acabei de ouvir a notícia de que o Jânio Quadros renunciou.

Ele renunciara às 9h, mas só deram publicidade à tarde. Seguraram a informação ao máximo. Ouvi no rádio a confirmação.

Era 25 de agosto, Dia do Soldado, e não havia expediente. Como eu era o responsável pelo acionamento do nosso Plano de Defesa, fui até a Base e dei partida ao mesmo, com o cuidado de informar o Comandante, aquele mesmo que fugiu depois. Às 8h da noite estavam todos dentro do quartel. A concretização de um plano de defesa na Aeronáutica demora um pouco, não é quase imediata, como no Exército.

Antigamente, os oficiais de Infantaria da Aeronáutica eram oriundos do Exército, principalmente do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), não tínhamos um quadro regular. Sou da primeira turma de Infantaria formada na Aeronáutica, terminei o curso em 1955 e sou o número seis do quadro. Eu comandava setecentos homens, integrantes do serviço de guarda e segurança interna. O efetivo que eu comandava, como Capitão, era maior do que o restante da Base.

Temos dois órgãos da FAB aqui em Canoas: a Zona Aérea e a Base.

Antigamente era 5ª Zona Aérea; a partir de 1973 é ativado o V Comando Aéreo Regional (V COMAR); a área de responsabilidade permaneceu a mesma: os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, semelhante ao Comando Militar do Sul (CMS). Mudou não só o nome, pois a Zona Aérea era um órgão logístico e passou a ser um comando operacional. Na Legalidade, o Comandante da Zona Aérea era o Brigadeiro João Arelano dos Passos e o Comandante da Base era o Coronel Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto.

É importante dizer que, tanto a Zona Aérea antigamente, como o Comando Aéreo hoje em dia, qualquer deles depende da Base Aérea.

Pergunto isso, porque na eclosão da Revolução houve aquele problema do Brigadeiro Nélson Freire Lavanère-Wanderley com o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. Nesse episódio, o Coronel Roberto Hipólito da Costa matou o Alfeu. Parece que o Hipólito era um homem agressivo. E o Alfeu também estava tenso, nervoso.

Eles não se davam há muitos anos. Politicamente sempre foram adversários. O Hipólito tinha vindo para assumir o Estado-Maior da 5ª Zona Aérea, do Brigadeiro Lavanère, em substituição do Leonardo Teixeira Collares, que estava de saída.

O Brigadeiro Lavanère-Wanderley chegou em que época?

Ele chegou aqui no dia 5 de abril, para assumir o comando da Zona Aérea, pois o comandante anterior fora preso, por ter se integrado ao esquema de resistência do General Ladário.

O Collares estava em cima do muro e quase foi cassado também. Terminou fazendo uma carreira brilhante, foi até Tenente-Brigadeiro. Era a maior mágoa do

Coronel Portinho (José Paiva Portinho), amigo pessoal do Collares, porque ele, apesar de possuir todos os requisitos, não conseguiu ser promovido a general. Uma ocasião ele desabafou para mim lá na Secretaria de Segurança:

– Tu vês, Barcelos, o que aconteceu: ele ia ser cassado, já estava respondendo inquérito – o Portinho era do Serviço Nacional de Informações (SNI) – e agora foi promovido a Tenente-Brigadeiro e eu... Mas não tenho nada contra ele.

O Portinho estava magoado.

Às vezes é problema de turma com muita gente boa, essa coisa toda. Outras vezes é política mesmo.

Voltemos à Legalidade, quando houve um problema muito controvertido. A ordem que teria vindo do Rio de Janeiro para bombardear o Palácio Piratini[3]*. Andei confrontando documentos e ouvi muita gente. Parece que a ordem não foi específica para o Piratini, e sim para empregar a aviação a fim de dissuadir.*

Eu vi o rádio. No dia seguinte, fui ao QG do III Exército e me mostraram. Estava assinado pelo General Alcides Etchegoyen, do Gabinete do Ministro Odylio Denys. Ele era pai do então Major Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), oficial do Estado-Maior do Comando do III Exército, depois, também, general.

Esse rádio, dizia o seguinte: "de ordem do Ministro, retirar os aviões da área e baseá-los, até segunda ordem, em Cumbica[4], devendo, ao levantarem vôo rumo a São Paulo, fazer um vôo de demonstração de força sobre a cidade de Porto Alegre".

Lembro que o Comandante do III Exército já se desligara da cúpula do Exército, ficara independente e criara as Forças Armadas do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os aviões da Base, na época, eram alguns North-American T6, muito velhos, que decolavam, mas necessitavam aterrissar logo em seguida e 12 caças *Gloster Meteor*, um avião inglês que tínhamos comprado zero quilômetro.

Mas e ele pode servir como bombardeio também?

Ele é um caça-bombardeio. Antigamente tínhamos o caça e o bombardeio; depois veio o caça-bombardeio, que cumpre as duas missões. E foi este tipo que compramos; interessa saber?

Interessa.

A Inglaterra propôs ao Brasil trocar avião por madeira, não queriam dinheiro. O Getúlio, baseado em informações, chegou à conclusão de que era muita madeira e

---

[3] Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

[4] Base Aérea de Cumbica, junto à cidade de São Paulo.

contrapropôs uma troca por algodão. E recebemos os sessenta aviões zero quilômetro. Acontece que o sistema de suprimento era regido pelo americano e ninguém mais poderia nos vender peças. Recebemos o avião, mas não podíamos mantê-lo, pois só recebíamos aquele suprimento comum; nos foi vedada a troca de motor, obrigatória na revisão de mil horas de vôo. Então os aviões, ainda novinhos – com apenas mil horas de vôo – tiveram que ser aposentados. Tempos depois compramos do americano um lote com mais de dez mil horas de vôo, mas podíamos comprar todo e qualquer suprimento.

Comentou-se muito sobre a quebra da disciplina por parte dos graduados. Eles não aceitavam ordem, teriam colocado açúcar nos tanques de combustível. Mas os aviões saíram daqui e foram para Cumbica. Parece que não foi tão grave assim.

Isso aconteceu à tardinha. A minha mulher estava grávida e como já fazia quatro dias que eu não ia em casa, à meia tarde fui na Vila. Quando retornei à Base, vi aquele bolo formado e não sabia do que se tratava, só então tomei pé da situação. Na realidade, os sargentos não colocaram açúcar, nem coisa nenhuma. Tratava-se da ordem de armar os aviões do Major Cassiano Pereira, que comandava o 1º Esquadrão do 14º Grupo de Caça, e os sargentos, simplesmente, se negavam a cumpri-la. Os cabos auxiliares de mecânicos a cumpriram, mais tarde. Os sargentos, então, furaram os pneus dos aviões. É lógico que eles haviam escutado o Brizola declarar que a Zona Aérea tinha recebido ordem de bombardear o Palácio; inclusive depois me diziam:

– Mas como é que o major manda armar os aviões com bombas e bombardear!

A maioria deles tinha a família em Porto Alegre; como aceitariam uma ordem dessas? Isso não foi indisciplina. Eu me dava com toda a turma, pois a minha origem é sargento. Eu tinha ali muitos companheiros do meu tempo.

Eu mesmo os prendi e os coloquei no alojamento, inicialmente 260 sargentos. No dia seguinte, de manhã, o Major Etchegoyen chegou lá e determinou que todos os aviões decolassem. Foram todos embora sem armamento, sem bomba, sem coisa alguma. Nesse meio tempo aconteceu um fato interessante. Aqueles sargentos que não tinham se envolvido no problema, chegavam em casa e as mulheres, instigadas pelas esposas dos que estavam "presos", os chamavam de covardes e não sei o que mais. A zoeira era tanta que o sargento voltava e se apresentava solidário com seus colegas "presos". Já viram umas coisas dessas, ficar na cadeia voluntariamente! Agora, isso é prisão? Chegou uma época que eu tinha mais de trezentos dentro dos alojamentos, gente dormindo até no chão.

Isso tudo na Legalidade?

Na Legalidade. Mas tudo porque o Major não soube...

Um Major complicador.

Depois desse episódio ele ficou muito marcado na Força Aérea.

Bom, dois anos depois há a Revolução. A Legalidade ocorreu em função da posse do Jango e a Revolução aconteceu para depô-lo. Evidentemente, quem estava manobrando e conspirando era o pessoal que teve que engoli-lo durante esse tempo. E outros que foram doutrinados e começaram a entender o problema de maneira diferente. A Força Aérea aceitou normalmente a Revolução ou houve alguma fissura?

Darei o meu ponto de vista sobre o episódio da Legalidade. Os três ministros militares pecaram. Golpe não se dá avisando. E eles não disseram o que queriam, deixaram para publicar o manifesto depois que o Congresso aprovou a anistia e a volta do Jango no regime parlamentarista. Eles deviam ter publicado na hora da renúncia e fechado tudo. Eles demoraram muito. Levaram quase dez dias para se manifestar. Esse foi o erro. Golpe não se anuncia, se dá!

Ficaram sem saber o que fazer, naquele "chove não molha", o que proporcionou tempo para todos se articularem. Eles podiam simplesmente ter dito:

– Esse homem não assume e "pt saudações".

Na verdade, o Jânio Quadros pegou todos desprevenidos. Logo depois de uma solenidade ele enlouquece e diz que vai embora. Pensou que estava com tudo e seria chamado com mais poderes. Mas o tiro saiu pela culatra.

Mas em 1964 não houve...

Vou lhe dizer como aconteceu: nem houve tempo. A Revolução de 1964 foi antecipada e quase coloca tudo a perder. Nós tomamos conhecimento da eclosão pelo rádio. Não houve tempo para nada. No Sul, a única novidade foi o Brizola que já estava esperando o novo Comandante do III Exército, que por sinal era um General-de-Divisão, Ladário. A primeira coisa que ele fez, quando chegou, foi desafiar o General Galhardo (Benjamin Rodrigues Galhardo) que estava deixando o comando.

O Ladário passou a ser o comandante interino do III Exército. O Galhardo fora nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, substituindo o Castello Branco, exonerado. E o Ladário era o General-de-Divisão mais antigo.

Chegou aqui e já desafiou todo mundo. Tenho muito detalhe do trabalho de resistência do Ladário, aqui no Sul, porque consegui uma cópia do seu diário.

O Ladário foi Coronel Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na minha época de cadete. Era um homem grande, tido como de uma seriedade total, apenas o consideravam meio...

Limitado. Era de Cavalaria?

Oriundo de Cavalaria, mas um expoente na arma. Muito respeitado. Atitudes muito fortes, sempre foi assim. Ele não era janguista, nem brizolista, era extremamente legalista. E o trouxeram para organizar a resistência à Revolução. Mas quando ele chegou aqui não havia mais condições.

Muitos generais ou não compareceram à primeira reunião que ele convocou ou não acataram as diretrizes dele. No fim ele ficou só com São Leopoldo.

Voltemos à FAB; como foram os primeiros momentos da Revolução em Canoas.

Estávamos de prontidão. Às 2h da madrugada um sargento me chamou e disse:

– Capitão, ouça o Adhemar de Barros falando.

O Governador paulista gravou uma proclamação e a veiculava de cinco em cinco minutos, dizendo que tinha estourado a Revolução e não sei o quê mais. Felizmente, o Castello que não o engolia, não o deixou crescer. Se Deus quiser, aparecerá um outro marechal como ele nas Forças Armadas. Até hoje eu o admiro muito. Para mim foi o maior intelectual que passou pelas Forças Armadas.

Não diria tanto. Mas era um homem de boa formação, inteligente.

E radicalmente a favor da democracia, tanto é que ele fez de tudo...

É interessante; uma de nossas perguntas busca saber os setores de maior resistência para a implantação da Revolução. Algumas respostas indicaram que ocorreu entre os militares. Mas não fomos nós que a fizemos? Ocorre que o nosso espírito legalista nos segurou muito tempo; a mesma coisa acontece hoje. Por formação somos legalistas e constitucionalistas, muito mais do que o Brizola. Mas quando há comemorações, o Brizola é tido como o grande legalista desse País.

O senhor já viu o que falo dele no livro?

Vi. E digo mais. No episódio da Legalidade, especificamente aqui no Rio Grande do Sul, o General Machado Lopes (José Machado Lopes) foi quem evitou a carnificina e a guerra civil; não foi o Brizola. E o Machado Lopes se sacrificou por causa disso.

A verdade é que o Machado Lopes deixou o Brizola largar na frente. Ele, como um veterano de guerra, quando o Brizola disse a primeira palavra, deveria tê-lo chamado ao QG e dito: "Cala a tua boca, senão mando te prender."

É o ponto de vista de uma grande parte do Exército.

Mas não agiu assim. Ficou aquele "chove-não-molha", até que chegou a um ponto que a decisão ficou entre colocar os tanques na rua para matar o povo ou assumir a posse de João Goulart.

A adesão foi a solução mais acertada, só que ele arcou com a responsabilidade. Tanto que, no livro dele, ele chama o Brizola de Fidel Castro do Rio Grande do Sul.

Ele costumava dizer o seguinte: "Nós estamos com a mesma bandeira, mas o nosso mastro é diferente."

O discurso que ele fez quando chegou aqui, está no meu livro também. E depois se viu enrolado naquela situação. Acabou sendo Chefe do Estado-Maior do Exército durante o Governo do Jango, função na qual permaneceu até o episódio da revolta dos

sargentos em Brasília. A partir de então, o Castello assumiu no lugar dele e começou a trabalhar pela Revolução. E o Machado Lopes foi para a Reserva em seguida.

Foi tudo uma conseqüência daquela revolta dos sargentos, em setembro de 1963.

Quando houve até mortes. Naquele episódio só tomaram parte sargentos da FAB. Não havia nenhum elemento do Exército.

Mas dizem que em uma ou outra Unidade do Exército havia revoltoso também.

Até pode ser. O certo é que o comando era de um sargento da FAB. Por sinal o nome de guerra dele era Prestes (Antônio Prestes de Pádua), uma tremenda coincidência.

Eles atiraram nos prédios do Ministério da Marinha e do Exército.

E prenderam o Paschoal Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara.

Prenderam também alguns oficiais e outras autoridades. Foi uma baderna terrível.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário é um tema interessante, porque uns acham que foi tarde; outros que foi cedo e aqueles mais radicais diziam que nunca deveria ter acontecido. É claro que não é bem assim.

Esse tipo de opinião está caracterizado naquele episódio do Ministro do Exército do Geisel, General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota). Ele queria virar a mesa, radicalizar tudo de novo.

O outro general era o chefe da Casa Militar, General Hugo Abreu (Hugo de Andrade Abreu). A verdade é que alguns generais estavam meio cansados, o que transmitia uma impressão de...

Há várias opiniões a respeito deste assunto transcritas "Nos Porões da Ditadura", coleção de três volumes organizada por pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que ouviram vários oficiais-generais, entre eles o Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), o Moraes Rego (Gustavo Moraes Rego Reis) e, me parece, o Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) também.

Fiz contato com o então Coronel Octávio Costa quando eu trabalhava com o Coronel Athos (Athos Cezar Baptista Teixeira) Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Eram muito amigos. Octávio Costa foi o Relações Públicas do Médici. Uma inteligência privilegiada.

E *escrevia muito bem. Aquele primeiro discurso do Médici foi ele que fez, um discurso muito bonito.*

Aliás, todos aqueles livros do Médici foram escritos por ele. Tempos depois ele esteve por aqui e deu uma entrevista na Guaíba divulgando o livro que ele e vários outros estavam lançando.

Esse livro eu não conheço. Naquele das pesquisadoras há um depoimento dele, é até curto, não é muito grande. Eu o conheço pessoalmente e sei que ficou magoado com

o Exército porque também não foi promovido a General-de-Exército. Foi para a Reserva como eu; General-de-Divisão. Era uma época de promoção política. Ele e o Coelho Netto (José Luiz Coelho Netto) são da turma de 1942 – turma do Leonidas (Leonidas Pires Gonçalves) – e *os dois tinham sido auxiliares do Médici. Então foram cortados, porque o Leonidas já era do grupo do Castello.*

O sonho do Leonidas era ser Presidente da República!

Penso que não, porque se ele quisesse, seria! Nem que fosse através de um golpe, mas seria. Ele é daqui do Sul, casado em Cruz Alta.

Foi muito bem no comando e, na minha opinião, um grande Ministro. Permitiu a efetivação da "abertura", mas não deixou ninguém pisar nas Forças Armadas e nem avançar um ponto sequer no "revanchismo". Não sei se daria bom presidente!

Ele manteve a solenidade de comemoração da Revolução. Agora comemoram dentro dos quartéis.

É verdade, esvaziou muito.

Os meios de comunicação nem divulgam. Tenho aqui uma das entrevistas que dei para uma emissora de rádio.

Seria interessante dispormos de uma cópia.

É uma hora de gravação. Chamo a atenção porque foi feita pelo jornalista Joabel Pereira, no programa "Fórum Rádio Guaíba" produzido por Flávio Alcaraz Gomes da Rádio Guaíba de Porto Alegre, emissora integrante da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Trechos da entrevista do Major Barcelos para a Rádio Guaíba, realizada em 1993

A partir de agora vamos ouvir o Major Barcelos. "Os Fatos sem Retoque": este título tem um pouco de provocação, sinalizando que já tivemos outras versões sobre o que aconteceu nos governos Jânio, João Goulart, Castello Branco e Costa e Silva, períodos que estão nestes dois primeiros volumes.

Exatamente. Quero dizer o seguinte: já tivemos varias versões; é só manusearmos três ou quatro livros de historiadores – não de pesquisadores – cada um com seu pendor ideológico, e veremos que cada qual tem uma linguagem completamente diferente dos demais.

Cada um tem a sua vocação e tende para um lado. Eu não gosto de política, mas entrego os fatos como eles realmente aconteceram, sucintamente, numa ordem cronológica. E vou dando a minha opinião do que penso a respeito; o leitor poderá ou não concordar com a minha opinião. O primeiro volume engloba o Jânio e o Jango, o segundo trata do Castello e Costa e Silva; esses estão prontos e na praça. O terceiro será sobre o Médici e o Geisel e o quatro irá do Figueiredo até a eleição e morte de Tancredo Neves.

Major Barcelos, em "Os Fatos sem Retoque" o senhor falou nas cassações, quer dizer, na época havia o fantasma do comunismo?

Sim.

E hoje, 1993, os fatos de 1964 não merecem um retoque?

Os fatos não, não merecem. Joabel, a verdade é que ninguém acreditava que houvesse comunismo no Brasil. E o meu ponto de vista a respeito do comunismo de hoje é que se desmoronaram as instituições, mas o comunismo está mais forte do que nunca nas pessoas, haja vista o que está acontecendo na Polônia, onde os comunistas obtiveram uma estrondosa votação e estão voltando. Quanto ao regime atual da Rússia, não sei se dará certo. Eu só peço para as pessoas, ao lerem os livros, que atentem para todos os movimentos comunistas que grassaram pelo mundo.

Major Barcelos, estou seguindo uma certa cronologia, até para facilitar as coisas, pois o senhor está ajudando uma juventude atual que só tem uma versão daquela época e agora estamos apresentando uma outra.

Joabel, aproveitando o teu "gancho", confesso que me senti um ignorante quando comecei a pesquisar, e olha que sempre me interessei pelo assunto. Pensei que soubesse alguma coisa, e não sabia 30% do que tinha acontecido. E hoje constato que não só eu, mas elementos que exerceram postos-chave na administração durante a Revolução e estão lendo o livro – que peço permissão para não declinar o nome – sentem que também não sabiam nem metade do que havia acontecido naquela época.

Estamos abordando a coleção "Os Fatos sem Retoque" de autoria do Major João Barcelos de Souza: jornalista, publicitário, relações públicas e Major da Reserva da Aeronáutica.

O Jango assumiu, e aí começa um outro período de turbulência. A campanha do plebiscito, a volta do presidencialismo, e estamos nos aproximando do período do 31 de março. E nesse período, Major Barcelos, há um fato sobre o qual eu gostaria de ouvir a sua versão. Até porque o senhor pesquisou baseado nos arquivos do SNI, de onde conseguiu, inclusive, a relação dos mortos pelos grupos terroristas.

Aproveito para acrescentar que a maioria dos mortos era inocente.

Mas houve um momento em que nós começamos a identificar o tal movimento dos sargentos. Alguém disse até que era a sucessão do movimento dos tenentes lá da década de 1930. Eram reuniões sucessivas no Rio, em São Paulo, não propriamente na cidade, mas nas proximidades da Capital; até aqui em Porto Alegre também aconteceram. E terminamos com o levante dos sargentos em Brasília. Qual é a explicação que o senhor tem, e qual era o motivo destas reuniões?

A situação foi ficando cada vez mais tensa. A primeira reunião, a primeira manifestação dos sargentos aconteceu no Rio de Janeiro, conseqüência de uma abertura permitida pelo General Osvino (Osvino Ferreira Alves), quando Comandante do I Exército. Os manifestantes "botaram para quebrar", sendo que os organizadores empregaram termos de arrepiar, na ocasião.

Posteriormente aconteceram mais duas manifestações, em conseqüência dessa primeira do Rio; uma em Campinas e outra em Porto Alegre. Essas manifestações culminaram com a sublevação dos sargentos em Brasília. O motivo ou o pretexto, e por trás deste pretexto havia muita coisa, era que a Constituição da época proibia a praça – até suboficial e sargento – de ser elegível; só podia votar. Nesse movimento o Sargento Aimoré (Aimoré Zoch Cavalheiro) foi o pivô da história.

Ele foi lançado candidato a deputado estadual no Rio Grande do Sul; a Justiça lhe concedeu uma Liminar e ele acabou eleito. Acontece que a mesma Justiça, agora na instância máxima, lhe negou a posse, porque considerou que aquele ato estava contrariando a Constituição.

Justamente depois desse episódio o Castello Branco assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército. Durante a sublevação em Brasília, os sargentos prenderam o Presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, vários oficiais da FAB e do Exército, interditaram o aeroporto e a companhia telefônica. Por incrível que pareça, nessa manifestação de Brasília não havia um sargento do Exército.

Foi comandada pelo Sargento Prestes da Aeronáutica e integrada só por marinheiro e pessoal da Aeronáutica. A partir daquele levante começou a aumentar a preocupação porque ocorreram várias mortes. Resumidamente, eis a razão principal, o pretexto inicial, que levou os sargentos a esse movimento. Aconteceram outros movimentos mais importantes depois, sendo o pior deles o dos marinheiros.

Major Barcelos. Voltaremos ao assunto. Anotarei aqui para não esquecer do levante dos marinheiros, porque passei por cima de um ponto que é importante e...

O dos marinheiros tinha outro pretexto.

Em que época ocorreu o dos marinheiros?

Foi exatamente no dia 26 de março de 1964.

Na época da República socialista.

Exato, "encostadinho". Os marinheiros tinham um líder, o Almirante Cândido Aragão, que chegou a ser carregado nos ombros por eles. Ele era completamente identificado com a esquerda de então. Está tudo documentado, não estou inventando coisa alguma. Eles fundaram a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que, naquela ocasião, tinha o cunho de um sindicato, inclusive escolheram para a

madrinha deles uma comunista atuante, a Adalgisa Nery, muito famosa na época. Tal atitude eliminou qualquer dúvida no que diz respeito à intenção política dessa associação.

A partir dali a tensão só fez aumentar, as autoridades da Marinha ainda tentaram resolver o problema, mas os apaniguados do governo não deixaram. E tudo culminou com a queda do Jango.

Agora, Major Barcelos...

Só um pouquinho, o Jango...

Não derrube o Jango ainda...

Não, só quero fazer um adendo sobre um detalhe interessante que ocorreu nesses dois grandes movimentos. Até hoje ninguém soube responder por que o Jango não se encontrava em Brasília nem no Rio na eclosão dos movimentos dos sargentos em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro. Nos dois movimentos ele estava em São Borja, no Rio Grande do Sul. Consta que o Jango ao entrar no avião aqui no aeroporto, fez uma observação que comprometeu intensamente o Brizola. Chamou um dos assessores e disse:

– Chama o comandante Brizola porque quero falar com ele.

Deixou mal o Brizola, porque dava a impressão de que quem estava comandando todo o levante dos marinheiros era o cunhado.

Major Barcelos, voltemos a um episódio que não posso permitir que transite em julgado, que é o episódio da Legalidade e o papel desempenhado pela Aeronáutica. O senhor servia na Base Aérea de Canoas, naquela época?

Sim, eu era o Chefe da Segurança Interna da Base.

São verdadeiros os relatos sobre a ameaça de bombardeio ao Palácio Piratini, e da conseqüente retirada dos pneus dos aviões para que eles não decolassem. Como foi a Legalidade dentro da Base Aérea de Canoas?

Bom, sucintamente, afirmo que a Legalidade na Base Aérea de Canoas não foi nada daquilo que falam. O que houve e culminou com aquele movimento dos sargentos, que não foi rebeldia nem coisa alguma, foi a falta de tato do Major que comandava o 1º Esquadrão do 14º Grupo de Aviação.

Naquela ocasião, todos escutavam a Rede da Legalidade comandada pela Rádio Guaíba; em conseqüência o pessoal só tomava conhecimento do que dizia a referida Rede, com aquelas intervenções periódicas do Brizola para dar o seu recado – é lógico, ele estava no papel dele, de comandante da Legalidade. Lá pelas tantas, surgiu um boato, a situação já estava tensa, de que chegara um rádio para a 5ª Zona Aérea, determinando que os jatos fossem embora para a Base Aérea de Cumbica, para

minimizar o perigo na Guarnição. A Base Aérea de Canoas sem os jatos, desarmada, acabava; era apenas uma Unidade administrativa e não operacional.

A Base Aérea teria que vir de jipe para Porto Alegre.

Exatamente. Consta que disseram para o Brizola que aquele rádio continha a ordem para bombardear o Palácio Piratini, e ele veiculou essa suposta informação na Rede da Legalidade. Muitos familiares de sargentos residiam ali nas redondezas, e todos passaram a pensar que aquilo era verdade. Aí o Major Cassiano Pereira, o nome dele está no livro – no meu primeiro livro fui muito criticado, porque omiti os nomes, mas agora pequei por excesso; espirrou, está o nome – mandou armar os aviões, porque recebera ordem para levantar vôo e ir embora. A versão corrente era do bombardeio do palácio. Os sargentos não concordaram e houve uma discussão tremenda. O Daudt entrou no circuito, discutiu na frente da tropa, tudo presenciado pelo Brigadeiro Passos, Comandante da 5ª Zona Aérea e pelo Coronel Honório, Comandante da Base.

Quem era o Daudt?

Posteriormente, o Capitão Alfredo Ribeiro Daudt comandou a Operação Pintassilgos, citada no livro.

Casualmente, eu tinha vindo da vila e estava chegando ali naquela hora. Presenciei o final da discussão em que os sargentos se negaram a colocar as bombas nos aviões e o Comandante do Esquadrão disse que não tinha que dar satisfação a ninguém, porque era Comandante. Ora, em uma situação normal tudo bem, mas vivíamos uma situação de emergência. A discussão foi ficando acalorada e, quando esquentou, os dois comandantes, da Zona Aérea e da Base, foram embora.

O Cassiano determinou que os cabos auxiliares de mecânico armassem os aviões, mas não obteve grande êxito porque os sargentos foram lá e furaram os pneus para os aviões não decolarem.

O França Júnior (Oswaldo França Júnior) divulgou uma versão fantasiosa sobre esse episódio. Ele era piloto de jato do Esquadrão de Caça na ocasião, foi cassado como tenente e virou escritor. Dizia-se amigo íntimo do Fidel Castro. Depois, morreu com proventos de Brigadeiro, bem melhor do que nós, porque foi amparado pela Lei da Anistia. França Júnior escreveu que recebera ordem para armar cinqüenta jatos. Ora, jamais poderíamos armar cinqüenta jatos, porque a Base recebera 16 aviões em 1953 e, em 1961 restavam apenas 12 voando. Os aviões decolaram no dia seguinte. O Comandante do III Exército, "dando o ouro para o bandido", mandou o Major Etchegoyen na Base para assegurar a decolagem dos aviões.

Foi uma atrapalhada daquelas. Major Barcelos, seguindo mais ou menos a cronologia dos fatos, consta no seu livro, declarações atribuídas a Sobral Pinto – acredito que

buscadas nos arquivos do SNI – dizendo que havia datas predeterminadas. Isso explica o início da Revolução em 31 de março: estava marcada para 1º de maio a instalação de uma república sindicalista no Brasil.

Realmente, Joabel, nas entrelinhas do livro há muitas declarações e desmentidos de ambos os lados. A verdade é que onde há fumaça há fogo. A declaração mais contundente e impressionante foi o Adhemar de Barros revelar que, no tempo em que ele e Brizola rezavam na mesma cartilha, depois eles quebraram os pratos, o Brizola confidenciara-lhe que no dia 1º de maio de 1964 seria implantada a República sindicalista, no Brasil. A escolha da data foi proposital – o Dia do Trabalho – e o Estado de São Paulo seria brindado com a eclosão. O Adhemar de Barros guardou segredo da conversa enquanto lhe foi conveniente, afinal ele era uma raposa política de primeira linha.

O famoso comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, deixou clara a mudança radical de direção que o Governo pretendia levar o País; para uma esquerda imprevisível. Entre outras coisas, pregaram lá, abertamente, o imediato fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Logo depois, no dia 26, o movimento de rebeldia dos marinheiros tinha por base criar um sindicato. No fundo, nada mais era do que um reforço para a criação da República sindicalista.

Depois, para coroar tudo, aconteceu a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando os sargentos presidentes de clubes ou agremiações tomaram a palavra e as autoridades, Presidente da República e Ministros, ouviram sentadas. Uma tremenda inversão de valores.

Mais ou menos às 11h da noite, escutei no rádio os pronunciamentos dos líderes da reunião. Queria que tu tivesses ouvido o que eles falavam: "porque nós vamos fazer isso e vamos fazer mais aquilo", e as autoridades ali, sentadas e batendo palmas; era o fim da picada! O pretexto era o aniversário do Clube dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos da Marinha.

Isso foi no dia 30 de março, mas dois dias antes o Magalhães Pinto já tinha se reunido, no aeroporto de Juiz de Fora, com os generais Carlos Luís Guedes, Olympio Mourão Filho e vários assessores dele. Dizem que o Marechal Odylio Denys também teria tomado parte nesta reunião.

Agora a História derruba o Jango.

Tudo estava previsto para acontecer no dia 2 de abril. O manifesto do Castello Branco deixava claro...

Até então ele não era um oficial brilhante, não tinha poder de liderança na tropa...

Ledo engano! O Castello Branco foi sempre considerado um intelectual nas Forcas Armadas. Ele se projetou internacionalmente porque, como Tenente-Coronel, foi o Oficial de Operações da FEB. Assim que retornou ao Brasil, foi promovido a Coronel.

Considerado uma reserva moral do Exército, sempre foi um homem estudioso dos assuntos brasileiros, daqueles oficiais que não aparecem, e aí está o valor da pessoa.

Ele arregaçou as mangas e, depois do dia 13, lançou um manifesto que foi distribuído para os chefes militares. Até o Menegheti também recebeu uma cópia e ficou muito faceiro. Dizem que ele teria dito para o major que lhe foi entregar o documento:

– Bom, agora felizmente temos um líder.

O Menegheti, na época, era o Governador do Rio Grande do Sul?

Era. A verdade é que a maioria não estava entendendo muito bem o que o Castello Branco queria dizer no manifesto. Ele, como Chefe do Estado-Maior do Exército dava a entender que a situação não poderia mais continuar daquele jeito. O Jair Dantas Ribeiro era o Ministro; muita gente não sabe como ele seguiu naquela linha do Jango e Brizola, porque dizem balizava seu pensamento de outro modo. Só podemos supor que ele gostaria de ser o Presidente da República, porque a única coisa que transtorna a cabeça das pessoas é a sede pelo Poder.

O Castello Branco não deixou ninguém de fora, a quem pudesse interessar ele entregou uma cópia, inclusive, para o Presidente da República, que não deu satisfações, talvez nem o tenha lido, mas recebeu uma cópia do documento. Enquanto isso, nos bastidores estava tudo sendo organizado e a Revolução deveria explodir no dia 2 de abril, porque dia primeiro é uma data...

Primeiro de abril?

Então seria dia 2, mas o Magalhães Pinto, como político, resolveu largar na frente. Ele se reunira, como falei anteriormente, no aeroporto de Juiz de Fora, e traçaram os planos. Castello Branco tomou conhecimento da eclosão do Movimento através de um telefonema do Armando Falcão que lhe disse o seguinte:

– Olha, Minas já está marchando em direção ao Rio!

Dizem que "tocou horror", porque a conspiração não estava ainda totalmente organizada; a Revolução só deu certo porque o Governo estava caindo de maduro. Mas pegou todo mundo de surpresa; a Aeronáutica aqui não sabia de nada, estávamos de prontidão na Base e ficamos sabendo algo através do rádio, pelo pronunciamento do Adhemar de Barros.

Bom, como caiu o Jango? Isso fica para se ler no livro. Major Barcellos, eu havia deixado para esta etapa o episódio da morte do Coronel Alfeu na Base Aérea. Há versões de que ele foi executado, assassinado, por não concordar com as ordens recebidas, pois a Revolução já se instalara. O senhor tem uma versão diferente.

Bom. Eu privei com o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. Essa morte do Coronel Alfeu tem um "sabor" de suicídio. Tenho que fazer um retrospecto para situar

o caso. O Coronel Alfeu assumiu, por indicação do Brizola, a Superintendência que deu origem à Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul). Dizem os colegas que o Alfeu era uma rocha de honestidade, apesar de não usar tão bem a cabeça, o que me reservo o direito de não comentar.

Por respeito.

Exato. Acontece que o Brizola começou a requisitar verba da Sudesul, para empregar, entre outras coisas, em assentamentos de colonos. O Alfeu disse que não daria o dinheiro, porque eram recursos que só poderiam ser utilizados na área federal; o guri era danado mesmo. A pressão foi tão grande que o Alfeu deu uma entrevista, onde queimou o Brizola. Disse o que estava acontecendo, que o Brizola estava querendo desviar verba e outras coisas mais. Caiu imediatamente; não podia ser de outro jeito. Mas caiu com a promessa de que receberia uma outra comissão, porque o Jango era grato pelo que ele fizera na Legalidade.

Naquela ocasião todos foram embora e ele, como Tenente-Coronel mais antigo, terminou assumindo o comando da 5ª Zona Aérea. Assumiu de direito mas não de fato, pois ficou falando sozinho porque não tinha jato nem coisa alguma, era uma Unidade administrativa. Exonerado, ficou esperando todo esse tempo e não veio nova nomeação. É lógico que não viria, pois o Brizola mandava no cunhado que, segundo as más línguas, só fazia o que o outro determinava.

Alfeu passou a ser desprezado no meio militar, tanto pela turma que apoiava o Jango, por ter denunciado o Brizola à opinião pública, tanto por haver tomado posição contrária ao pensamento da grande maioria da oficialidade, durante a chamada Legalidade. Era uma figura completamente desconhecida, relegada a nada. E assim ficou durante aqueles 5 dias que transcorreram entre o início da Revolução e a chegada do Brigadeiro Wanderley para assumir o comando da Zona Aérea. É lógico que entendemos a situação crítica dele: não tinha lado para onde ir, sem dormir, pensando no que fazer...

Era rejeitado por todos.

O Comandante anterior da Zona Aérea, Otelo da Rocha Ferraz, fora destituído porque era afinado com o Brizola, e já estaria até preso. O Brigadeiro Wanderley chegou para assumir o comando, como de fato assumiu à tarde e marcou uma reunião de oficiais para a noitinha. Trouxe com ele o novo Chefe do Estado-Maior, Coronel Hipólito, que não se dava com o Alfeu. Na hora marcada, o Brigadeiro começou a chamar os oficiais para os cumprimentos, por ordem de antiguidade. O primeiro a ser chamado foi o Coronel Collares, que estava deixando a chefia do Estado-Maior. Ele cumprimentou o Comandante e se postou junto à parede, aguardando...

Em seguida entrou o José Paulo Pereira Pinto, Comandante da Base; fez a mesma coisa e ficou também encostado na parede. Em terceiro lugar veio o Alfeu, e

já entrou completamente transtornado, dizendo que estava ali não para cumprimentar o Comandante, mas para discordar do desfecho do Movimento militar e disse mais uma série de barbaridades. O Brigadeiro, que vestia inclusive camisa de manga curta, disse:

– Olha, retira estas tuas palavras, senão podes te considerar preso. Tu não podes dizer isso, ou te retratas...

O Alfeu foi categórico:

– Não me retrato, e vou é te matar.

Retirou do coldre uma pistola belga Walter, calibre 7.65. Num ambiente de grande tensão, com Alfeu dizendo que a ordem de prisão fosse retirada e Wanderley declarando que só o faria mediante sua retratação, de repente, o coronel começou a atirar no brigadeiro e a distribuir tiro para tudo quanto era lado. Duas balas atingiram de raspão o brigadeiro. O Pereira Pinto e o Collares se atiraram no chão, porque o coronel enlouquecera. No corredor, junto da porta do gabinete, os oficiais que aguardavam sua vez para entrar, gritaram que o Coronel Alfeu estava matando o Brigadeiro.

O Coronel Hipólito, que seria o próximo entrou e, da porta, gritou com Alfeu, que passa, então a atirar nele. O Coronel Hipólito também atirou, atingindo-o com um tiro de sua pistola .45 e ele caiu. De imediato, levaram o Brigadeiro e o Alfeu para o Hospital da Aeronáutica, que ficava ali perto, dentro da Zona Aérea mesmo. No trajeto, o Alfeu teria dito:

– Sei que vou morrer, mas matei aquele... – soltou um palavrão.

Esta é a versão, um gesto tresloucado do Alfeu. O Hipólito respondeu o competente inquérito. Foi absolvido sob a alegação de legítima defesa da integridade física de autoridade militar constituída.

Como morreu mesmo o ex-Presidente Costa e Silva?

Vamos começar então pela doença do Costa e Silva. No dia 28 de agosto de 1969 ele estava trabalhando em cima de uma nova Constituição, porque queria acabar com o recesso do Congresso e revogar o AI-5. Encarregou desse trabalho o Pedro Aleixo, o Vice-Presidente, homem de sua total confiança.

Só dele! Porque se viu depois que...

O Pedro Aleixo sofria certas restrições nas Forças Armadas, porque teria sido contra a edição do AI-5.

O Costa e Silva estava trabalhando normalmente quando foi acometido de uma trombose cerebral. Imediatamente, na manhã de 29 de agosto de 1969, foi conduzido para o Rio de Janeiro. Os ministros militares não deram publicidade ao fato, nem o Pedro Aleixo ficou sabendo. Somente 24 horas depois, o Chefe da Casa

Militar convocou-o para ir ao Rio, porque os ministros militares gostariam de falar-lhe – ele estava em Brasília e os referidos ministros no Rio de Janeiro. Estou cortando, porque a história é longa.

Os detalhes estão no livro...

Exatamente. Lá fizeram uma reunião, e o Pedro Aleixo tomou conhecimento da doença do Costa e Silva. Disseram que ele teria chance de se recuperar e que os ministros militares formariam uma Junta Militar – eles não gostaram do nome, mas é junta mesmo –, para responder pela Presidência da República, durante a doença do Presidente. Elogiaram o Vice-Presidente e o Pedro Aleixo também respondeu em uma linguagem elevada. Em suma, não houve baixaria, mas o Pedro Aleixo foi alijado da linha sucessória.

Mas ficou quietinho.

Todos pensavam que o estado de saúde do Costa e Silva fosse uma coisa passageira, mas foi se agravando e chegou ao ponto que tiveram que tratar da linha sucessória. Houve uma reunião do Comando Supremo das Forças Armadas, cujo chefe era o Ministro do Exército, Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares). As normas editadas estabeleceram que seria um General de quatro estrelas, do Exército. Houve votação separada no Exército, na Marinha e na Aeronáutica; na primeira votação os mais votados foram justamente o General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima) – a Marinha votou em peso nele – e o Médici. Antes da segunda votação, o Albuquerque Lima se sentiu traído e criou um caso internacional; há todo uma correspondência trocada entre ele e o Lyra Tavares; não vou comentar aqui.

Conseguidas nos arquivos do SNI.

Não foi uma sucessão pacífica. Nos meandros das Forças Armadas houve muita arenga, provocada principalmente pelo Albuquerque Lima. Ele tinha sido Ministro do Interior e tinha uma sede danada de Poder.

Abriram o Congresso, para que houvesse a eleição indireta. Médici foi eleito no dia 29 de outubro para um mandato de cinco anos, o Vice-Presidente indicado foi o Almirante Rademaker (Augusto Hamann Rademaker), que era o Ministro da Marinha na ocasião.

Para concluirmos. "Os Fatos sem Retoque", livro de sua autoria, que já está no mercado, tem um capítulo: A "ideologia do terror" no Brasil: seus objetivos e sua vitimas, onde o senhor identifica o nome dos mortos pelos terroristas.

Consegui listar 105 mortos pela subversão. A "ideologia do terror" no Brasil explica aquele terrorismo desenfreado no Brasil, a partir de 1967. O Marighella foi a maior capacidade em terrorismo no mundo, naquela época. No manual da "ideo-

logia do terror" ele diz, tachativamente, o que devia ser feito, inclusive transcreve o nome daqueles que ele matou; tem coisa de arrepiar os cabelos no manual dele. Era o livro de cabeceira dos terroristas alemães do grupo *Bader-Meinhof*.

Nessa relação dos 105 tem muita gente inocente, que "não tinha nada a ver com o peixe". Tu ias com teu filho ou tua patroa ao banco sacar um dinheiro e, sem mais nem menos, eles te matavam. Tu não tinhas nada a ver com a subversão ou repressão. Se queriam matar, que matassem aqueles que os estavam perseguindo. Cito o exemplo do Lamarca que matou, friamente a coronhadas, o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo; revoltou a população paulista, fizeram um funeral para herói. Tu poderias me perguntar ou alguém me questionar porque só relacionei os 105 do nosso lado. É porque o outro lado já divulgou.

Penso que devemos divulgar o nome das vítimas inocentes que foram mortas, então mostro o outro lado também. Outra coisa, há um movimento para conceder pensão para a família dos "mortos e desaparecidos". Antes de dar pensão para aqueles que estavam brigando no movimento subversivo, pela "ideologia do terror", temos aqui 105 famílias de inocentes mortos, que devem ser amparadas.[5]

Muito bem, chegamos ao final desse programa, acreditando que estamos dando uma importante contribuição para a história e o conhecimento, divulgando as informações contidas em "Os Fatos sem Retoque". O senhor está construindo um pedaço da nossa história sem dúvida alguma.

Joabel, agradeço, sensibilizado, a cobertura que a Rádio Guaíba está me dando através da tua pessoa. Assumo total responsabilidade pelas informações do livro, aliás, não poderia ser diferente. Tenho todos os documentos guardados em casa.

[5] Este Tomo inclui a relação dos mortos em decorrência dos atos subversivos.

ANEXOS

Relação dos entrevistados

TOMO 1
Gen Ex Antonio Jorge Corrêa
Gen Ex Moacyr Barcellos Potyguara
Gen Ex Alacyr Frederico Werner
Gen Ex Leonidas Pires Gonçalves
Gen Ex Rubens Mário Brum Negreiros
Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro
Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis
Gen Ex Rubens Bayma Denys
Gen Ex Geise Ferrari
Ministro Armando Ribeiro Falcão
Gen Div Carlos de Meira Mattos
Gen Bda Helio Duarte Pereira de Lemos
Cel Helio Mendes
Cel Aluízio de Campos Costa
Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho

TOMO 2
Gen Ex Ivan de Souza Mendes
Gen Div Octávio Pereira da Costa
Gen Div Geraldo de Araújo Ferreira Braga
Gen Bda Gabriel D´Annunzio Agostini
Gen Bda Ferdinando de Carvalho
Gen Bda Hélio Ibiapina Lima
Gen Bda José Antônio Barbosa de Moraes
Cel Luís de Alencar Araripe
Cel Amerino Raposo Filho
Cel Mário Dias
Cel José Tancredo Ramos Jubé
Ten Cel Moacir Véras

TOMO 3
Gen Ex Heitor Furtado Arnizaut de Mattos
Gen Div César Montagna de Souza
Gen Bda Ruy Leal Campello
Gen Bda Cid de Goffredo Fonseca
Prof Olavo Luiz P. de Carvalho
Cel José Maria Covas Pereira
Cel Italo Mandarino
Cel Affonso de Alencastro Graça
Cel Everton da Paixão Curado Fleury
Cel Henrique Carlos Guedes
Cel Waldir Abbês
Cel Reynaldo De Biasi Silva Rocha
Cel José Carlos Lisbôa da Cunha
Ten Cel Pedro Cândido Ferreira Filho

TOMO 4
Gen Ex Domingos Miguel Antônio Gazzineo
Gen Div Francisco Batista Torres de Melo
Gen Bda Luciano Salgado Campos
Gen Bda Manoel Theóphilo G. de Oliveira Neto
Cel José Antônio Bayma Kerth
Cel Luciano Moreira de Souza

Cel Genivaldo Catão Torquato
Cel Paulo César Romero Castelo Branco
Cel PM Raimundo Cabral Ribeiro
Ten Cel Idalécio Nogueira Diógenes
Ten Cel Elias Lima Barros
Ten Cel Murilo Walderk Menezes de Serpa
Ten Cel José Carneiro da Cunha
Ten Cel Silvio de Magalhães Sampaio
Maj José Ramos Torres de Melo Filho
Desemb Edgar Carlos de Amorim
Empresário Francisco Martins de Lima
Jorn Themístocles de Castro e Silva
Jorn José Blanchard Girão Ribeiro
Jorn Manoel Eduardo Pinheiro Campos
Prof Luiz Coelho de Carvalho
Prof Cid Sabóia de Carvalho
Prof Luiz Queiroz Campos

TOMO 5
Gen Ex Samuel Augusto Alves Correa
Senador Jarbas G. Passarinho
Gen Div Orlando Morgado
Gen Div Agnaldo Del Nero Augusto
Gen Bda Ernani Jorge Corrêa
Gen Bda Dickens Ferraz
Dep Fed Antônio Delfim Neto
Dep Fed José Genoino Neto
Cel Sérgio Mário Pasquali
Cel Carlos Alberto Brilhante Ustra
Cel Renato Brilhante Ustra
Cel José Roberto Eichler
Cel Hahenderson Vieira
Cel Carlos Fernando Freitas Almeida
Ten Cel Ivan Pontes Laydner

TOMO 6
Gen Ex Jaime José Juraszek
Cel Dynalmo Domingos de Souza
Cel Luiz Arthur de Carvalho
Cel João José Cavalcanti de Albuquerque
Cel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro
Cel Stanley Fortes Baptista
Cel Edgar Maranhão Ferreira
Cel Clidenor de Moura Lima
Cel Francisco Valdir Gomes
Cel Clycio D'Azevedo
Cel Expedito Bandeira de Araújo
Cel Júlio Roberto Cerdá Mendes
Cel José Justo Pinheiro
Cel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira
Cel Osman Godoy
Cel Antônio Oswaldo de Mello C. Lacerda
Cel Manoel da Penha Alves
Cel Luiz Marques Tavares
Cel PM José Fernando Pontes Soares Filho
Ten Cel José Lyra de Almeida
Ten Cel Antônio Bião Martins Luna
Ten Cel Nivaldo Mello de Oliveira Dias
Ten Cel Hiran Gomes Cavalcanti
Cap Cleantho Homem de Siqueira
1º Ten Leão Alves Machado
1º Ten Luciano Gonçalves V. D'Albuquerque
Empresário Edson Mororó Moura
Eng Eudes de Souza Leão Pinto

TOMO 7
Gen Ex Antonio Ferreira Marques
Gen Ex Oswaldo Muniz Oliva
Gen Bda Euclydes Bueno Filho
Gen Bda Rubens Resstel
Gen Bda Oacyr Pizzotti Minervino
Cel Antonio Erasmo Dias
Cel Godofredo de Araújo Neves
Cel Luiz Carlos de Avellar Coutinho

Cel Luiz Gonzaga de Toledo Camargo
Cel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto
Cel José Gustavo Petito
Ten Cel Renato Guimarães
Ten Cel Roberto de Andrade Ninô
Ten Cel Licio Augusto Ribeiro Maciel
Empresário Adolpho Lindenberg
Adv Amadeu Armentano Neto
Adv Antônio Carlos Adler
Adv Antônio José Ribas Paiva
Empresário Carlos Eduardo G. Lousada
Sra. Iedda Borges Falzoni
Sra. Maria Lucia Whitaker Vidigal
Adv José Carlos Graça Wagner
Empresário Paulo Ayres de A. Freitas Filho

TOMO 8

Gen Ex Harry Alberto Schnarndorf
Gen Div Adolpho João de Paula Couto
Gen Div Floriano Aguilar Chagas
Gen Div Raymundo M. Negrão Torres
Gen Div João Carlos Rotta
Gen Div Lélio G. Rodrigues da Silva
Gen Bda Léo Guedes Etchegoyen
Gen Bda José Apolônio da Fontoura R. Neto
Gen Bda Egêo Corrêa de Oliveira Freitas
Gen Bda Daniel Lomando Andrade
Gen Bda Carlos Augusto F. dos Santos
Gen Bda Álvaro Nereu Klaus Calazans
Gen Bda Flávio Oscar Maurer
Cel Renato Moreira
Cel Amarcy de Castro e Araújo
Ten Cel Alexandre M. Chaves Amêndola

TOMO 9

Gen Ex Jonas de Morais Correia Neto
Ten Gen Vernon A. Walters
Gen Div Tasso Villar de Aquino
Vice Alte Sérgio Tasso V. de Aquino
Gen Bda Nilton de Albuquerque Cerqueira
Jornalista Aristóteles Drummond
Cel Hernani D'Aguiar
Cel Nilson Vieira Ferreira de Mello
Cel Carlos Alberto Guedes
Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula
Cel Hamilton Otero Sanches
Cel Romeu Antonio Ferreira
Ten Cel Carlos Claudio Miguez Suarez

TOMO 10

Gen Ex Carlos Tinoco Ribeiro Gomes
Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Maj Brig Ar Max Alvim
Brig Ar Marcio Cesar Leal Coqueiro
Brig Ar Carlos Affonso Dellamora
Gen Bda Celso dos Santos Meyer
Gen Bda Durval Antunes M. P. de Andrade Nery
Gen Bda Geraldo Luiz Nery da Silva
Dep Fed Emílio A. Mallet de S. A. Nina Ribeiro
Cel Av Gustavo Eugenio de O. Borges
Cel Renato Ribeiro da Silva
Cel Amaury Friese Cardoso
Cel Irtonio Pereira Rippel
Cel Tomás de Aquino de C. Lima Sampaio
Ten Cel Av Juarez de Deus G. da Silva

TOMO 11

Gen Ex Mario Orlando Ribeiro Sampaio
Gen Div Anápio Gomes Filho
Gen Div Sergio Ruschel Bergamaschi
Gen Bda Plinio Pitaluga
Gen Bda Niaze Almeida Gerude
Cel João Franco Pontes Filho
Cel Audir Santos Maciel

Cel Luiz Mario Portocarrero de C. Sá Freire
Cel Ronaldo Pecego de Moraes Coutinho
Cel Francimá de Luna Máximo
Cel Ernesto Gomes Caruso
Ten Cel Odin Barroso de Albuquerque Lima
Ten Cel Orestes Raphael Rocha Cavalcanti
Ten Cel Reginaldo Pontes Bielinski

TOMO 12
Ten Brig Ar Murillo Santos
Maj Brig Ar Rui Barbosa Moreira Lima
Gen Div Luiz Augusto C. Moniz de Aragão
Gen Div Théo Espindola Basto
Gen Bda Gentil Nogueira Paes
Gen Bda Adalberto Bueno da Cruz
Cel Petrônio Maia V. do Nascimento e Sá
Cel Francisco de Andrade Garcez
Cel Francisco Sobreira de Alencar
Cel José Firmino Dias Lopes
Ten Cel Artur de Freitas Torres de Melo
Ten Cel Affonso Taboza Pereira
Maj Geraldo Nogueira Diógenes
Adv Juvenal Antonio A. de Arruda Furtado
Desemb Águeda Passos R. Martins
Econ Paulo Roberto Coelho Pinto
Eng Agrônomo Francisco Valter Vieira
Eng César Cals de Oliveira Neto
Eng João Paulo Simões A. de Carvalho
Eng José Walter Barbosa Cavalcante
Juiz Ângelo Rattacaso Junior
Juiz Stênio Rocha Carvalho Lima
Procurador de Justiça Meton C. de Vasconcelos
Prof Francisco Olavo Silva Colares

TOMO13
Gen Ex Ruy de Paula Couto
Gen Ex Décio Barbosa Machado
Gen Bda José Mattos de Marsillac Motta
Gen Bda Ramão Menna Barreto
Gen Bda Arlênio Souza da Costa
Cel Hélio Lourenço Ceratti
Cel Roberto Monteiro de Oliveira
Ten Cel Pedro Américo Leal
Ten Cel Ernani Corrêa de Azambuja
Ten Cel Celso Chagas da Costa
Maj Sady Fialho Fagundes
Cap Emerson Rogério de Oliveira
Cap Carlos Berteli

TOMO 14
Gen Ex Antonio Carlos da Silva Muricy
Gen Div Raymundo M. Negrão Torres
Desemb Nelson Pecegueiro do Amaral
Gen Bda Augusto Cid de Camargo Osório
Gen Bda Acrísio Figueira
C Alte Luiz Pragana da Frota
Eng Roberto Nogueira Médici
Cel Alcio Barbosa da Costa e Silva
Cel Humberto Ayres Corrêa
Cel Ney Salles
Cel Adalto Luiz Lupi Barreiros
Cel Nelson Roberto Bianco

TOMO 15
Gen Ex Octávio Aguiar de Medeiros
Dep Fed Bonifácio de Andrada
Gen Div Sylvio Ferreira da Silva
Gen Div Ulisses Lisboa Perazzo Lannes
Gen Bda Danilo Venturini
Gen Bda Fernando Cardoso
Cel José Campedelli
Cel Anysio Alves Negrão
Cel Aluísio Madruga de Moura e Souza
Maj João Barcelos de Souza

Ordem alfabética

Laydner, Ivan Pontes, (Tomo 5)
Leal, Pedro Américo, (Tomo 13)
Lemos, Helio Duarte Pereira de, (Tomo 1)
Lessa, Luiz Gonzaga Schroeder, (Tomo 10)
Lima, Clidenor de Moura, (Tomo 6)
Lima, Francisco Martins de, (Tomo 4)
Lima, Hélio Ibiapina, (Tomo 2)
Lima, Odin Barroso de Albuquerque, (Tomo 11)
Lima, Rui Barbosa Moreira, (Tomo 12)
Lima, Stênio Rocha Carvalho, (Tomo 12)
Lindenberg, Adolpho, (Tomo 7)
Lopes, José Firmino Dias, (Tomo 12)
Lousada, Carlos Eduardo Guimarães, (Tomo 7)
Luna, Antônio Bião Martins, (Tomo 6)

M

Machado, Décio Barbosa, (Tomo 13)
Machado, Leão Alves, (Tomo 6)
Maciel, Audir Santos, (Tomo 11)
Maciel, Licio Augusto Ribeiro, (Tomo 7)
Mandarino, Italo, (Tomo 3)
Marques, Antonio Ferreira, (Tomo 7)
Martins, Águeda Passos R., (Tomo 12)
Mattos, Carlos de Meira, (Tomo 1)
Mattos, Heitor Furtado Arnizaut de, (Tomo 3)
Maurer, Flávio Oscar, (Tomo 8)
Máximo, Francimá de Luna, (Tomo 11)
Medeiros, Octávio Aguiar de, (Tomo 15)
Médici, Roberto Nogueira, (Tomo 14)
Mello, Nilson Vieira Ferreira de, (Tomo 9)
Melo, Artur de Freitas Torres de, (Tomo 12)
Melo, Francisco Batista Torres de, (Tomo 4)
Melo Filho, José Ramos Torres de, (Tomo 4)
Mendes, Helio, (Tomo 1)
Mendes, Ivan de Souza, (Tomo 2)
Mendes, Júlio Roberto Cerdá, (Tomo 6)
Meyer, Celso dos Santos, (Tomo 10)
Minervino, Oacyr Pizzotti, (Tomo 7)
Moraes, José Antônio Barbosa de, (Tomo 2)
Moreira, Renato, (Tomo 8)
Morgado, Orlando, (Tomo 5)
Motta, José Mattos de Marsillac, (Tomo 13)
Moura, Edson Mororó, (Tomo 6)
Muricy, Antonio Carlos da Silva, (Tomo 14)

N

Negrão, Anysio Alves, (Tomo 15)
Negreiros, Rubens Mário Brum, (Tomo 1)
Nery, Durval Antunes M. P. de A., (Tomo 10)
Neves, Godofredo de Araújo, (Tomo 7)
Ninô, Roberto de Andrade, (Tomo 7)

O

Oliva, Oswaldo Muniz, (Tomo 7)
Oliveira, Emerson Rogério de, (Tomo 13)
Oliveira, Roberto Monteiro de, (Tomo 13)
Oliveira Neto, César Cals de, (Tomo 12)
Oliveira Neto, Manoel Theóphilo G. de, (Tomo 4)
Osório, Augusto Cid de Camargo, (Tomo 14)

P

Paes, Gentil Nogueira, (Tomo 12)
Paiva, Antônio José Ribas, (Tomo 7)
Pasquali, Sérgio Mário, (Tomo 5)
Passarinho, Senador Jarbas Gonçalves, (Tomo 5)
Paula, Luiz Carlos Carneiro de, (Tomo 9)
Pereira, Affonso Taboza, (Tomo 12)
Pereira, José Maria Covas, (Tomo 3)
Petito, José Gustavo, (Tomo 7)
Pinheiro, José Justo, (Tomo 6)
Pinto, Eudes de Souza Leão, (Tomo 6)
Pinto, Marnio José Signorelli Teixeira, (Tomo 7)
Pinto, Paulo Roberto Coelho, (Tomo 12)
Pitaluga, Plinio, (Tomo 11)

Mortos pela subversão

Em 1964, as Forças Armadas obstaram a tomada do Poder pelos adeptos do regime totalitário comunista. Nos anos seguintes, para manter o País afastado de destino tão estranho à índole do povo brasileiro, foram obrigadas a enfrentar dezenas de organizações marxistas, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro.

O teatro do tipo de luta escolhido não foi o campo de batalha convencional a que as Forças Armadas estavam habituadas. A estratégia e a tática empregadas, recolhidas em cursos na antiga União Soviética, China e Cuba, para citar os principais países, levaram-nas a uma guerra não declarada, desenvolvida num campo de batalha indefinido, presente em todos os lugares.

Nos últimos anos, os responsáveis pelas ações armadas tipos saques, assaltos a bancos, seqüestros, quebra-quebras, emboscadas, execuções, guerrilhas, terrorismo seletivo etc, militantes das várias organizações, ou seus familiares, receberam vultosas indenizações. Ter "pego em armas", para implantar o comunismo no Brasil, tornou-se item de destaque do currículo daqueles terroristas, quer urbanos quer rurais.

De 1964 até 1974, muitos brasileiros perderam a vida diante dessas ações características deste novo processo de luta: a guerra revolucionária. Alguns sucumbiram na linha de frente, outros o foram inocentemente.

Lembremos os seus nomes para as homenagens da Nação.

Obs: Os nomes e os enunciados dos fatos foram escritos com base em consultas a quatro fontes principais: os livros *A Grande Mentira*, de Agnaldo Del Nero Augusto, *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, e *Os Fatos sem Retoque*, de João Barcelos de Souza, e o *site www.ternuma.com.br*

ABELARDO ROSA DE LIMA – 5/10/1969. Soldado PM/SP, metralhado por terroristas numa tentativa de assalto ao supermercado Peg-Pag, no Bairro Santo Amaro, SP. Os autores foram as organizações terroristas, juntas "em frente", Resistência Democrática (REDE) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

ADILSON SAMPAIO – 14/5/1971. Artesão, morto por terroristas durante assalto às lojas Gaio Marti, no Rio de Janeiro, RJ.

AGOSTINHO FERREIRA LIMA – 10/1/1968, Rio Negro, AM. No dia 6/12/1967, nove terroristas, liderados por Ricardo Alberto Aguado Gomes, "Dr. Ramon", que posteriormente, ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), investiram contra a lancha da Marinha Mercante "Antônio Alberto". Neste ataque, Agostinho foi ferido gravemente, vindo a falecer no dia 10/1/1968.

AILTON DE OLIVEIRA – No começo de junho de 1969, o Movimento de Ação Revolucionária (MAR) montou uma operação para libertar nove de seus membros que cumpriam pena na Penitenciária Lemos de Brito, na Rua Frei Caneca, Rio de Janeiro. Na fuga, feriram com tiros de revólver dois guardas penitenciários, sendo que Ailton de Oliveira veio a falecer, cinco dias depois.

ALBERTO DA SILVA MACHADO – 2/9/1971. Civil, morto por terroristas durante assalto à Fábrica de Móveis Vogal Ltda, da qual era um dos proprietários.

ALBERTO MENDES JUNIOR – 10/5/1970. Tenente da PM/SP, durante operação para neutralizar uma área de treinamento de guerrilhas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na Região de Jacupiranga, no Vale da Ribeira, Estado de São Paulo, sob o comando do ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca. Rendido durante encontro com os terroristas, conseguiu a liberação dos homens do Pelotão. Os terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando consigo o Tenente Mendes. Depois de caminharem um dia e meio na mata, os terroristas e o Tenente pararam para descansar. Nesta ocasião, Carlos Lamarca, Yoshitame Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se e formaram um tribunal revolucionário que resolveu assassinar o Tenente Mendes. Os outros dois, Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima, ficaram vigiando o prisioneiro. Poucos minutos depois, os três terroristas retornaram, e, acercando-se por traz do oficial, Yoshitame Fugimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e se contorcia em dores. Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensangüentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Dos cinco assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que: Carlos Lamarca morreu na tarde de 17/9/1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com o DOI/CODI/6ª

RM; Yoshitame Fugimore morreu em 5/12/1970, em São Paulo, durante tiroteio com o DOI/CODI/II Ex; Diógenes Sobrosa de Souza, preso em 12/12/1970, no Rio Grande do Sul, em novembro de 1971 foi condenado à pena de morte (existia na época esta punição para os terroristas assassinos, que nunca foi usada). Em fins de 1979, com a anistia foi libertado; Gilberto Faria Lima, fugiu para o exterior. Ariston Lucena, após a anistia foi libertado e teria se suicidado, recentemente, no Rio Grande do Sul.

ALTAIR MACEDO – 22/9/1970. Guarda de segurança, morto por terroristas, durante assalto a empresa de ônibus Amigos Unidos, no Rio de Janeiro, RJ.

ALZIRA BALTAZAR DE ALMEIDA – 7/1/1969. Uma bomba jogada por terroristas, embaixo de uma viatura policial, estacionada em frente à 9ª Delegacia de Polícia, Rio de Janeiro, RJ, ao explodir, matou a Sra. Alzira, uma vítima inocente, que na ocasião transitava na calçada da rua.

AMÉRICO CASSIOLATO – 12/2/1971. Soldado PM/SP, morto por terroristas em Pirapora do Bom Jesus, São Paulo.

ANÍBAL FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE – 12/3/1972. Militar da Reserva do Exército, morto durante assalto terrorista à fábrica de bebidas Charel Ltda., em São Paulo, SP, da qual era um dos proprietários.

ANTÔNIO APARECIDO PONCE NOGUEIRA – 21/2/1970. Sargento PM/SP, durante "estouro de aparelho", localizado em Atibaia, SP, pelo terrorista Antônio Raimundo de Lucena, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

ANTÔNIO CARLOS JEFFREY – 20/9/1968. Soldado PM, morto a tiros, quando de sentinela no quartel da então Força Pública do Estado de São Paulo, no Barro Branco. Os autores, Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto, Diógenes de Carvalho integravam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

ANTÔNIO LISBOA CERES DE OLIVEIRA – 9/6/1971. Civil, morto por terroristas durante assalto à boate Comodoro, no Rio de Janeiro, RJ.

APARECIDO DOS SANTOS OLIVEIRA – 24/7/1969. Soldado PM/SP, durante assalto a agência do Banco Bradesco, na rua Turiassu, no Bairro de Perdizes, São Paulo, SP, de onde foram roubados sete milhões de cruzeiros. Atuando "em frente", participaram da ação o Grupo de Expropriação e Operação (GEO); o Grupo do Gaúcho (cisão da Ala Vermelha do P C do B); e a VAR-Palmares.

BENEDITO GOMES – 12/8/1970. Capitão do Exército, morto por terroristas, no interior do seu carro, na Estrada Velha de Campinas, São Paulo, SP.

BENEDITO MONTEIRO DA SILVA – 18/2/1972. Cabo PM/SP, morto quando tentava evitar um assalto terrorista a uma agencia bancária em Santa Cruz do Rio Pardo, SP.

BERTOLINO FERREIRA DA SILVA – 14/12/1970. Guarda de segurança, durante assalto

ao carro pagador da empresa Brink's, no Bairro do Paraíso em são Paulo praticado pelas organizações terroristas Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

BOAVENTURA RODRIGUES DA SILVA – 4/6/1969. Soldado PM/SP, durante assalto ao Banco Tozan, na Avenida Penha de França, bairro da Penha, São Paulo, SP. Organização terrorista responsável: Ação Libertadora Nacional (ALN).

CARLOS ARGEMIRO CAMARGO – 27/3/1965. Sargento do Exército, servindo em Francisco Beltrão, PR, numa emboscada preparada por militantes da Força Armada de Libertação Nacional (FALN), chefiado pelo ex-Coronel do Exército Jeffersom Cardim de Alencar Osorio.

CECILDES MOREIRA DE FARIA – 29/1/1969. Subinspetor de Polícia de Belo Horizonte, MG, durante operação de busca em "aparelho" do Comando de Libertação Nacional (Colina), na rua Itacarambu nº 120, bairro São Geraldo, Belo Horizonte. Recebidos com rajadas de metralhadoras, morreram o subinspetor Cecildes Moreira da Silva e o guarda civil José Antunes Ferreira.

CÉLIO TONELLY – 21/9/1970. Soldado PM/SP, em Santo André, quando de serviço em uma rádio-patrulha tentou deter terroristas que ocupavam um automóvel.

CHARLES R. CHANDLER – 12/10/1968. Capitão do Exército dos Estados Unidos, veio ao Brasil para fazer curso na Fundação Álvares Penteado, em São Paulo, SP. No início de outubro de 1968, um "tribunal revolucionário", composto de dirigentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), condenou o Capitão Chandler à morte, porque ele "seria um agente da CIA". Foi assassinado friamente, com vários tiros de metralhadora e de revólver, na frente da sua esposa Joan e seus três filhos.

CIDELINO PALMEIRA DO NASCIMENTO – 11/7/1969. Motorista de táxi, morto a tiros quando conduzia em seu carro policiais que perseguiam terroristas da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) que haviam assaltado a agência Muda, do Banco Aliança, Rio de Janeiro, RJ.

CLÁUDIO ERNESTO CANTO – 30/9/1969. Agente da Polícia Federal lotado em São Paulo; ao efetuar a prisão de um terrorista da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi atingido na coluna vertebral por militantes que estavam de cobertura.

DAVID A. CUTHEBERG – 5/2/1972. Marinheiro inglês, no Rio de Janeiro, RJ. A respeito desse assassinato, sob o título "Repulsa" o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou: "Tinha dezenove anos o marinheiro inglês David A. Cutheberg que, na madrugada de sábado, tomou um táxi com um companheiro para conhecer o Rio, nos seus aspectos mais alegres. Ele aqui chegara como amigo, a bordo da flotilha que nos visita para comemorar os 150 anos de Independência do Brasil. Uma rajada de metralhadora tirou-lhe a vida, no táxi que se

encontrava. Não teve tempo para perceber o que ocorria e, se percebesse, com certeza não poderia compreender. Um terrorista, de dentro de outro carro, apontara friamente a metralhadora antes de desenhar nas suas costas o fatal risco de balas, para, logo em seguida, completar a infâmia, despejando sobre o corpo, ainda palpitante, panfletos em que se mencionava a palavra liberdade. Com esse crime repulsivo, o terror quis apenas alcançar repercussão fora de nossas fronteiras para suas atividades, procurando dar-lhe significação de atentado político contra jovem inocente, em troca da publicação da notícia num jornal inglês. O terrorismo cumpre, no Brasil, com crimes como esse, o destino inevitável dos movimentos a que faltam motivação real e consentimento de qualquer parcela da opinião pública: o de não ultrapassar os limites do simples banditismo, com que se exprime o alto grau de degeneração dessas reduzidas maltas de assassinos gratuitos". A ação criminosa, tachada como "justiçamento", foi praticada por integrantes de uma frente formada por três organizações terroristas: Ação Libertadora Nacional (ALN), que fez os disparos com a metralhadora; Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), que jogou dentro do táxi os panfletos que falavam em vingança contra os "imperialistas ingleses"; e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

DEMERVAL FERREIRA DOS SANTOS – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

DJALMA PELUCI BATISTA – 8/3/1971. Soldado PM/RJ, morto por terroristas, durante assalto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro.

EDMUNDO JANOT – 11/1/1969. Lavrador, morto a tiros, foiçadas e facadas por um grupo de terroristas que havia montado uma base de guerrilha nas proximidades da sua fazenda, na Estado do Rio de Janeiro.

EDSON RÉGIS DE CARVALHO – 25/7/1966. Jornalista, no atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, Recife, PE, de autoria da organização Ação Popular (AP).

EDUARDO CUSTÓDIO DE SOUZA – 7/9/1968. Soldado da então Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), morto, com sete tiros, por terroristas de uma organização não identificada, quando de sentinela no DOPS paulista.

EDUARDO TIMÓTEO FILHO – 27/11/1971. Soldado PM/RJ, morto por terroristas, durante assalto contra as Lojas Caio Marti.

EDWARD ERNEST TITO OTTO MAXIMILIAN VON WESTERNHAGEN – Major do Exército alemão, executado em 1/7/1968, na rua Engenheiro Duarte, bairro da Gávea, Rio de Janeiro. Confundido com o Major boliviano Gary Prado, suposto matador

de Che Guevara, que assim como o oficial alemão, também cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Os autores pertenciam aos quadros da organização Comando de Libertação Nacional (Colina).

ELIAS DOS SANTOS – 18/12/1969. Soldado do Exército integrante da equipe com a missão de "estouro de aparelho" localizado na rua Baronesa de Uruguaiana nº 70, no bairro de Lins de Vasconcelos. O terrorista do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Prestes de Paula, ao fugir pelos fundos da casa, disparou, à queima-roupa, um tiro de pistola.45 no soldado Elias dos Santos.

ELZO ITO – 25/1/1972. Aluno do Centro de Formação de Pilotos Militares, em São Paulo, SP, foi morto por terroristas quando roubavam seu carro.

ESTANISLAU IGNÁCIO CORREIA – Civil, morto em 7/11/1968, durante roubo de seu automóvel na esquina das ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime Fonseca Rodrigues, em São Paulo, SP, pelos terroristas da VPR.

EUCLIDES DE PAIVA CERQUEIRA – 4/10/1969. Guarda particular, durante assalto terrorista ao carro transportador de valores do Banco Irmãos Guimarães.

FERNANDO PEREIRA – 20/2/1971. Comerciário, no Rio de Janeiro, por terroristas quando tentava impedir um assalto ao estabelecimento Casa do Arroz, do qual era gerente.

FRANCISCO BENTO DA SILVA – 14/4/1969. Motorista, durante um assalto, praticado pela Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B), cisão deste partido, ao carro pagador (Kombi) do Banco Francês-Italiano para a América do Sul, na Alameda Barão de Campinas, São Paulo, SP. Participaram desta ação três irmãos terroristas da violenta família José de Carvalho: Derly, Daniel e Devanir José de Carvalho.

FRANCISCO WALDIR DE PAULA – início de 1974. Soldado do Exército, servindo no 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, Brasília, deslocado para a Região do Araguaia, município de Xambioá, a serviço do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Até a presente data, é considerado desaparecido. Seu corpo nunca foi encontrado.

GARIBALDO DE QUEIROZ – 10/11/1970. Soldado da PM/SP, morto em confronto com terroristas da VPR que faziam uma panfletagem armada na Vila Prudente, São Paulo.

GENTIL PROCÓPIO DE MELO – 2/9/1971. Motorista de praça, durante roubo de seu carro por terroristas da organização denominada Partido Comunista Revolucionário (PCR), ao chegar ao Hospital das Clínicas, em Recife, PE.

GERALDO JOSÉ NOGUEIRA – 10/4/1974. Soldado PM/SP, morto quando da captura de terroristas.

GUIDO BONÉ – 22/6/1969. Soldado PM/SP, morto por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) que atacaram e incendiaram a radio-patrulha RP 416, da então

Força Pública de São Paulo, hoje Polícia Militar, matando os seus dois ocupantes, os soldados Guido e Natalino Amaro Teixeira.

HÉLIO CARVALHO ARAÚJO – 10/12/1970. Agente da Polícia Federal, lotado no Rio de Janeiro, RJ, no seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovani Enrico Bucher, pela organização VPR, no dia 7/12/1970, na rua Baependi. Participaram, ativamente, da operação os terroristas Adair Gonçalves Reis, Gerson Theodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira, Alex Polaris de Alvarenga, Inês Etienne Romeu, Alfredo Sirkis, e Herbert Eustáquio de Carvalho, sob a chefia direta de Carlos Lamarca, este o autor dos disparos que seccionou a medula do agente Helio. Transferido para o Hospital Miguel Couto, faleceu no dia 10/12/1970.

HÉLIO FERREIRA DE MOURA – 13/12/1971. Guarda de Segurança, morto por terroristas, durante assalto contra um carro transportador de valores da Brink's, na Via Dutra.

HENNING ALBERT BOILESEN – 15/4/1971. Industrial paulista, presidente do Grupo Ultra; um dinamarquês, naturalizado brasileiro. Quando da criação da Operação Bandeirante, o então Comandante do II Exército, General José Canavarro Pereira, reuniu-se com várias autoridades e com industriais paulistas para solicitar o apoio para um órgão que necessitava ser criado com rapidez, a fim de fazer frente ao crescente terrorismo que estava em curso em São Paulo. Assim, vários industriais, entre eles Boilesen, se cotizaram para atender ao pedido daquela autoridade militar. Os terroristas, para intimidar aqueles industriais, decidiram escolher um nome para ser assassinado. Um comando revolucionário integrado pelos terroristas Yuri Xavier Pereira, Joaquim Alencar Seixas, José Milton Barbosa, Dimas Antonio Casimiro e Antonio Sérgio de Matos, covardemente assassinou Boilesen, na Alameda Casa Branca, São Paulo, SP. Vários carros e casas foram atingidos por projéteis. Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com dezenove tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "Ao Povo Brasileiro", traziam a ameaça: "Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA. Olho por olho, dente por dente".

ÍRIS DO AMARAL – 1/2/1972. Civil, morto durante um tiroteio entre terroristas da ALN e policiais, no Rio de Janeiro, RJ.

IRLANDO DE SOUZA RÉGIS – 11/6/1970. Agente da Polícia Federal, lotado no Rio de Janeiro, no seqüestro do embaixador da Alemanha, Ehrefried Von Holleben, iniciativa conjunta das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

O "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o seqüestro às 19h55m, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento das ruas Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho, em Santa Teresa, Rio de Janeiro, RJ. Eduardo Leite "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revólver .38 em Irlando de Souza Régis, matando-o com um tiro na cabeça.

ISIDORO ZAMBOLDI – 15/7/1970. Guarda particular, morto pela terrorista Ana Bursztyn, da Ação Libertadora Nacional (ALN), durante assalto à loja Mappin, São Paulo, SP.

JAYME GAUDÊNIO DOLCE – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

JOÃO BATISTA DE SOUZA – 2/5/1970. Guarda particular da Companhia de Cigarros Souza Cruz, durante assalto a uma agência no Cambuci, São Paulo, SP, por um comando terrorista, integrado por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Resistência Democrática (REDE). Na ocasião, Eduardo Leite "Bacuri" assassinou o guarda de segurança João Batista de Souza.

JOÃO CAMPOS – 10/11/1971. Cabo PM/SP, morto na estrada de Pindamonhangaba, SP, ao interceptar um carro que conduzia terroristas armados.

JOÃO GUILHERME DE BRITO – 3/9/1969. Soldado da Força Pública/SP, na invasão de "aparelho" terrorista da Ação Libertadora Nacional (ALN).

JOÃO PEREIRA DA SILVA – 29/6/1972. Lavrador, na Região do Araguaia, "justiçado exemplarmente" por terroristas do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O motivo foi ter colaborado com as forças legais que combatiam os guerrilheiros.

JOAQUIM MELO – 31/3/1970. Investigador de Polícia, em Pernambuco, morto por terroristas durante ação contra um "aparelho".

JOEL NUNES – 17/12/1969. Policial, durante assalto da organização Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) à agência do Banco Sotto Maior, na Praça do Carmo, no subúrbio carioca da Penha, de onde foram roubados cerca de 80 milhões de cruzeiros. Na fuga, obstados por uma radio-patrulha, surgiu um violento tiroteio no qual perdeu a vida o policial Joel Nunes.

JOSÉ ALEIXO NUNES – 10/11/1970. Soldado da PM/SP, morto em confronto com terroristas da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que faziam uma panfletagem armada na Vila Prudente, São Paulo.

JOSÉ AMARAL VILELA – 22/11/1971. Guarda de segurança, num assalto a um carro-forte da firma Transfort, na Estrada do Portela, em Madureira, Rio de Janeiro, RJ. O guarda José Amaral foi morto a rajadas de metralhadora.

JOSÉ ANTUNES FERREIRA – 29/1/1969. Policial civil, durante operação de busca em "aparelho" do Comando de Libertação Nacional (Colina), na rua Itacarambu nº 120, bairro São Geraldo, Belo Horizonte. Recebidos com rajadas de metralhadoras, morreram o subinspetor Cecildes Moreira da Silva e o guarda civil José Antunes Ferreira.

JOSÉ ARMANDO RODRIGUES – 29/8/1970. Comerciante na localidade de São Benedito, CE, proprietário da firma Ibiapaba Comércio Ltda. Depois de ter sido assaltado em sua loja, foi seqüestrado, torturado e morto a tiros por terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN).

JOSÉ DA CONCEIÇÃO GONÇALVES (Zé Dico) – 24/9/1967. Fazendeiro, executado por Edmur Péricles de Camargo, integrante da Ala Marighella, durante a invasão da fazenda Bandeirante, em Presidente Epitácio, SP.

JOSÉ DE CARVALHO – 8/5/1969. Investigador de polícia, atingido com um tiro na boca, durante um assalto da Ação Libertadora Nacional (ALN) ao União de Bancos Brasileiros, em Suzano, no dia 7 de maio, vindo a falecer no dia seguinte.

JOSÉ DO AMARAL – 22/10/1971. Sub-oficial da reserva da Marinha, morto por terroristas da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) durante assalto a um carro transportador de valores da Transfort S/A.

JOSÉ GERALDO ALVES CURSINO – 17/1/1970. Sargento PM/SP, morto a tiros por terroristas.

JOSÉ GETÚLIO BORBA – 3/9/1969. Comerciário, durante troca de tiros na loja Lutz Ferrando, na esquina da Avenida Ipiranga com a Rua São Luís, em São Paulo. Terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN) utilizaram para pagamento cheques que eles próprios roubaram, antes, num assalto ao Curso Objetivo. Descobertos, receberam voz de prisão e reagiram. O funcionário da loja, José Getúlio Borba, foi mortalmente ferido. Perseguidos pela polícia, esconderam-se num "aparelho". Na invasão, o soldado da Força Pública (atual PM) João Guilherme de Brito foi morto a tiros.

JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO – 6/10/1972. Civil, morto por terroristas durante agitação no meio rural de Pernambuco.

JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO – 2/4/1971. Major do Exército, chefiava um esquema de vigilância sobre uma casa localizada na rua Niquelândia, nº 23, em Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ. Por volta das 23h desse dia, chegou, num táxi, um casal, estacionando-o nas proximidades da casa vigiada. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez, que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando preservar a "senhora" de possíveis riscos. Julgan-

do que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, a mulher retirou um revólver de sua "barriga", formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de terroristas. Estes foram identificados como sendo os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Bôas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas.

JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO – 10/11/1970. Civil, morto por terroristas em confronto com policiais, em São Paulo.

JOSÉ SANTA MARIA – 20/8/1969. Gerente de Banco, morto por terroristas que assaltaram agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

KURT KRIEGEL – 22/9/1969. Comerciante paulista, morto por terroristas, durante assalto ao restaurante de sua propriedade.

LUIZ FERREIRA DA SILVA – 14/4/1969. Guarda bancário, durante um assalto, praticado pela Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B), cisão deste partido, ao carro pagador (Kombi) do Banco Francês-Italiano para a América do Sul, na Alameda Barão de Campinas, São Paulo, SP. Participaram desta ação três irmãos terroristas da violenta família José de Carvalho: Derly, Daniel e Devanir José de Carvalho. Foram roubados vinte milhões de cruzeiros.

LUIZ HONÓRIO CORREIA – 1/10/1972. Civil, morto por terroristas quando do assalto a Empresa de Ônibus Barão de Mauá, Rio de Janeiro, RJ.

LUZIMAR MACHADO DE OLIVEIRA – 15/2/1972. Soldado PM/GO, pelo terrorista Arno Preiss, na Cidade de Paraiso do Norte, que estava incluída dentro de esquema de trabalho de campo do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Usava o nome falso de Patrick McBundy Comick. Arno tentou entrar com sua documentação falsa no baile carnavalesco do clube social da cidade. Sua documentação levantou suspeita nos policiais, que o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima roupa contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira.

MANOEL DA SILVA DUTRA – 31/3/1969. Comerciante, morto no Rio de Janeiro, RJ, por terroristas do Colina, que assaltaram a agência da Rua Visconde da Gávea do Banco Andrade Arnaud.

MANOEL DA SILVA NETO – 10/5/1971. Soldado PM/SP, morto por terroristas durante assalto à empresa de Transporte Tusa.

MANOEL DOS SANTOS – 12/3/1972. Guarda de segurança, morto durante assalto terrorista à fábrica de bebidas Charel Ltda, em São Paulo, SP.

MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA – 21/2/1973. Comerciante de origem portuguesa, proprietário do restaurante Varela, na Cidade de São Paulo, metralhado por terroristas da ALN, pertencentes ao comando "Aurora Maria do Nascimento Furtado". O motivo do "justiçamento" foi que, erroneamente, a ALN atribuiu a morte de três terroristas à delação de um dos proprietários do restaurante. Seu corpo foi coberto por panfletos impressos no Centro de Orientação Estudantil da Universidade de São Paulo (USP).

MARCELO COSTA TAVARES – 7/1/1971. Estudante, morto por terroristas durante um assalto à agência do Banco Nacional de Minas Gerais.

MARIA ALICE MATOS – 7/4/1971. Empregada doméstica, morta por terroristas quando do assalto a um depósito de material de construção, no Rio de Janeiro.

MÁRIO ABRAHIM DA SILVA – 28/9/1972. Segundo Sargento do Exército, na Região do Araguaia, em combate de encontro com os guerrilheiros do PC do B, no lugarejo de Pavão, base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, onde servia.

MÁRIO DOMINGOS PANZARIELLO – 9/9/1972. Detetive da Polícia Civil do Rio de Janeiro, morto ao tentar prender um terrorista da ALN.

MÁRIO KOZEL FILHO – 26/6/1968. Soldado do Exército, na explosão de carro-bomba lançado por militantes da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) contra o Quartel-General do II Exército, em São Paulo, SP.

MATHEUS LEVINO DOS SANTOS – 24/3/1971. Tenente da Força Aérea Brasileira (FAB), quando do roubo de seu carro volks, estacionado em Jaboatão, na Grande Recife, por quatro terroristas do PCBR, para participar do seqüestro do cônsul japonês no Recife. No dia 26/6/1970, os terroristas desceram do carro dirigido por Nancy Mangabeira Unger: Carlos Alberto Soares Rodrigues de Sousa, José Gersino Saraiva Maia e Luiz "Jacaré", (até hoje não identificado). Ao renderem o motorista, identificaram-no como Tenente da Aeronáutica, foi ferido gravemente por Carlos Alberto, com dois tiros, um na cabeça e outro no pescoço.O Tenente Matheus, após nove meses de impressionante sofrimento, veio a falecer em 24/3/1971. O imprevisto levou o PCBR a desistir do seqüestro.

MAURO CELSO RODRIGUES – 7/11/1969. Soldado PM/MA, morto numa emboscada, durante a luta travada entre lavradores de terra, incitados por militantes da Ação Popular (AP).

NAPOLEÃO FELIPE BISCALDI – 27/2/1972. Funcionário público aposentado, morto durante um tiroteio entre terroristas do Molipo e policiais, na rua Serra de Botucatu, no bairro Tatuapé, São Paulo.

NATALINO AMARO TEIXEIRA – 22/6/1969. Soldado PM/SP, morto por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) que atacaram e incendiaram a radio-patrulha RP 416, da então Força Pública de São Paulo, hoje Polícia Militar, matando os seus dois ocupantes, os soldados Natalino e Guido Boné.

NAUL JOSÉ MANTOVANI – 27/5/1969. Soldado PM, durante ação contra o 15º Batalhão da então Força Pública de São Paulo, atual PM/SP, na Avenida Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP. Além do soldado Mantovani, de sentinela, teve morte cerebral o soldado Nicácio Conceição Pupo que acorreu ao local ao ouvir os disparos.

NELSON DE BARROS – 21/6/1968. Durante distúrbios nas ruas do Rio de Janeiro, RJ, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), conhecidos como "sexta-feira sangrenta". Realizaram-se saques de lojas, ataques a tiros da embaixada dos Estados Unidos, agressão a motoristas, incêndio de carros etc. O Sargento PM Nelson de Barros foi atingido por uma máquina de escrever lançada do alto de um edifício, contra a tropa da PM.

NELSON GOMES FERNANDES – 25/7/1966. Almirante, no atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, Recife, PE, de autoria da Ação Popular (AP).

NELSON MARTINEZ PONCE – 1/11/1971. Cabo PM/SP, metralhado durante um atentado praticado por cinco terroristas do Movimento de Libertação Popular (Molipo), contra um ônibus da Empresa de Transportes Urbano S/A, em Vila Brasilândia, São Paulo.

NEWTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO – 11/3/1970. Soldado PM/RJ, quando escoltava o terrorista do grupo tático armado da Ação Libertadora Nacional (ALN), Mário de Souza Prata, num carro Corcel azul, roubado, interceptado no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. Aproveitando-se do descuido, Mário sacou de uma arma e atirou, atingindo na testa o soldado Newton.

NILSON JOSÉ DE AZEVEDO LINS – 10/10/1969. Gerente da firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora dos produtos da Souza Cruz, em Olinda, PE. Foi assaltado e morto quando ia depositar, no Banco, o dinheiro da firma. Organização: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

NOEL DE OLIVEIRA RAMOS – 27/6/1968. Civil, morto com um tiro no coração, em conflito na rua. Estudantes distribuíam, no Largo de São Francisco, Rio de Janeiro, panfletos a favor do Governo e contra as agitações estudantis conduzidas por militantes comunistas. Gessé Barbosa de Souza, eletricista e militante da organização VPR, infiltrado no movimento, tentou impedir a manifestação com uma arma. Os estudantes, em grande maioria, não se intimidaram e tentaram segurar Gessé que fugiu atirando, atingindo mortalmente Noel de Oliveira Ramos e ferindo o engraxate Olavo Siqueira.

OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR – 25/2/1973. Delegado de Polícia, lotado no DOI/CODI/II Exército, em São Paulo, justiçado por um "Tribunal Popular Revolucionário". O Dr. Octávio viajou de São Paulo para o Rio de Janeiro e o comando terrorista executou-o na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua República do Peru. O comando terrorista seguiu à risca o ensinamento do manual de Carlos Marighella que afirma: "Guerrilheiros não matam por raiva, nem por impulso, pressa ou improvisação. Matam com naturalidade. Não interessa o cadáver, mas seu impacto sobre o público".

ODILIO CRUZ ROSA – 8/5/1972. Cabo do Exército, morto na Região do Araguaia, quando sua equipe foi emboscada por guerrilheiros do PC do B comandados por Oswaldo Araújo Costa, "Oswaldão", na Região de Grota Seca, no Vale da Gameleira.

ORLANDO GIROLO – 14/11/1969. Bancário, morto por terroristas durante assalto à agência do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), em São Paulo.

ORLANDO PINTO DA SILVA – 9/5/1969. Guarda Civil, morto com dois tiros, um na nuca e outro na testa, disparados por Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), durante assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, na rua Piratininga, Bairro da Mooca.

OSÍRIS MOTTA MARCONDES – 15/12/1967. Durante assalto terrorista a agência, da qual era gerente, do Banco Mercantil, SP.

OSMAR MATEIRO – 8/9/1972. "Justiçado" na Região do Araguaia por Oswaldo Araújo Costa, "Oswaldão", guerrilheiro do PC do B, por ter ajudado as forças legais.

PAULO MACENA – 12/11/1964. Vigia do Cine Bruni Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, explosão de bomba deixada por organização comunista nunca identificada.

PEDRO AMÉRICO MOTA GARCIA – 22/2/1973. Civil, foi "justiçado" por terroristas pelo motivo de haver impedido um assalto contra uma agência da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, RJ.

PEDRO FERREIRO DA SILVA – 12/3/1973. Capataz da Fazenda Capingo, na Região do Araguaia, justiçado por Oswaldo Orlando da Costa, "Oswaldão", guerrilheiro do PC do B. Motivo: colaboração com as forças legais na Guerrilha do Araguaia.

RAIMUNDO DE CARVALHO ANDRADE – 28/9/1966. Cabo PM/GO, na ação para desocupar o Colégio Estadual Campinas, em Goiânia. Tarzan de Castro, líder estudantil em Goiás, pertencia a organização terrorista Ala Vermelha. Preso na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, chegaram as falsas notícias de que ele havia morrido na prisão e de que seu corpo chegaria no aeroporto de Goiânia à meia noite de 28/9/66, uma quarta feira. Em protesto, estudantes, dirigidos por agitadores comunistas, resolveram invadir e ocupar o colégio. A diretora solicitou policia-

mento. A PM, então, reuniu pessoal que não fazia parte do policiamento de rua, tais como cozinheiros, burocratas, carpinteiros etc e, cerca das 20h, chegou ao colégio. Foi recebida por tiros vindos do seu interior, ocasião em que foi atingido, mortalmente, o cabo Raimundo de Carvalho Andrade, que era o alfaiate da corporação.

ROMILDO OTTENIO – 7/10/1969. Soldado PM/SP, quando tentava prender um terrorista.

ROSENDO – 2/6/1972. Sargento PM/SP, morto ao interceptar quatro terroristas que assaltaram um bar e um carro da Distribuidora de Cigarros Oeste Ltda..

SAMUEL PIRES – 20/9/1969. Cobrador de ônibus, durante assalto de terroristas à empresa que trabalhava.

SEVERINO FERNANDES DA SILVA – 6/10/1972. Civil, morto por terroristas durante agitação no meio rural de Pernambuco.

SILVANO AMÂNCIO DOS SANTOS – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

SÍLVIO NUNES ALVES – 27/9/1972. Bancário, assassinado em assalto à agência do Banco Novo Mundo, na Penha, Rio de Janeiro, RJ, pela organização terrorista PCBR. Autor do assassinado: José Selton Ribeiro.

SYLAS BISPO FECHE – 20/1/1972. Cabo PM/SP, durante ronda de sua Equipe de Busca e Apreensão do DOI/CODI/II Exército, São Paulo, SP. Ao abordarem um automóvel suspeito, para identificação dos dois ocupantes, o cabo Feche foi, covardemente, metralhado por eles. Os assassinos do cabo Feche eram membros da ALN, sendo que um deles, Alex Paula Xavier Pereira "Miguel", que usava identidade falsa com o nome de João Maria de Freitas, fez curso de guerrilha em Cuba e praticou mais de quarenta atos terroristas.

THOMAS PAULINO DE ALMEIDA – 18/1/1972. Sargento PM/SP, morto, a tiros de metralhadora, no bairro Cambuci, São Paulo, SP, quando um grupo terrorista do Molipo roubava o seu carro.

WAGNER LÚCIO VITORINO DA SILVA – 19/8/1970. Vigilante bancário, no assalto à agência do bairro de Ramos, Rio de Janeiro, RJ, do Banco Nacional de Minas Gerais, pelo Grupo Tático Armado da organização terrorista Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

WALDER XAVIER DE LIMA – 27/10/1970. Sargento da Aeronáutica, atingido com um tiro na nuca, ao volante de uma viatura, quando conduzia no banco de trás terroristas presos, na Avenida Vasco da Gama, em Salvador, BA. Há algum tempo, o assassino, Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos), era Juiz do Tribu-

nal Regional do Trabalho, em Recife, PE. Organização responsável: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

WALTER CESAR GALATTI – 6/3/1972. Gerente da firma F. Monteiro S/A, São Paulo, SP, durante assalto por terroristas da ALN. Depois do assalto picharam a loja.

WENCESLAU RAMALHO LEITE – Civil, morto em 25/10/1968 com quatro tiros de pistola 9mm, durante o roubo de seu carro, na Avenida 28 de Setembro, bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ. Os autores eram integrantes da organização Comando de Libertação Nacional (Colina).

DEGRAVAÇÃO
Adélia A. Sampaio (Entrevista Major Barcelos)
Carolina Magalhães Alcoforado
Thayssa Roberta Plum

TRANSCRIÇÃO
Aricildes de Moraes Motta
Aurelio Cordeiro da Fonseca
Geraldo Luiz Nery da Silva (Entrevista General Lannes)
João Carlos Rotta e Luiz Alberto
de O. Francez (Entrevista Major Barcelos)

EDIÇÃO DE IMAGENS
Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção do
Comando Militar do Leste (Entrevista General Lannes)
Clandio Abrante (Entrevista Major Barcelos)
Marcelo Xavier Domingos
Mivaldo Andrade de Freitas
Secundino Marques

DIGITAÇÃO
Élisson Amaral da Costa
Ismael Martins Silva
Marcos Rodrigues dos Santos